



Fabrício Fonseca Ângelo

Crítérios de noticiabilidade no jornalismo ambiental: A Amazônia como um campo discursivo em disputa

Tese de Doutorado

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção de grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação, do Departamento de Comunicação Social da PUC-Rio.

Orientador: Prof. Leonel Azevedo de Aguiar

Rio de Janeiro
Dezembro de 2020



Fabrício Fonseca Ângelo

Critérios de noticiabilidade no jornalismo ambiental: A Amazônia como um campo discursivo em disputa

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção de grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo

Prof. Leonel Azevedo de Aguiar

Orientador

Departamento de Comunicação Social – PUC-Rio

Profª. Lilian Saback de Sá Moraes

Departamento de Comunicação Social – PUC-Rio

Prof. Felipe Gomberg

Departamento de Comunicação Social – PUC-Rio

Profª. Ilza Maria Tourinho Girardi

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Profª. Adriana Barsotti

Universidade Federal Fluminense – UFF

Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 2020

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização do autor, do orientador e da universidade.

Fabício Fonseca Ângelo

Graduou-se em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, na Universidade Federal de Alagoas (UFAL) em 2005. Obteve o título de mestre em Ciência Ambiental pela Universidade Federal Fluminense (UFF) em 2008. Em 2016 ingressou no Doutorado em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

Ficha Catalográfica

Ângelo, Fabício Fonseca

Crítérios de noticiabilidade no jornalismo ambiental : a Amazônia como um campo discursivo em disputa / Fabício Fonseca Ângelo ; orientador: Leonel Azevedo de Aguiar. – 2020.

349 f. : il. color. ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Comunicação Social, 2020.

Inclui bibliografia

1. Comunicação Social – Teses. 2. Jornalismo ambiental. 3. Amazônia. 4. Teorias do jornalismo. 5. Noticiabilidade. 6. Meio ambiente. I. Aguiar, Leonel Azevedo de. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Comunicação Social. III. Título.

CDD: 302.23

Para meus pais, Ronaldo e Heloisa por todo o
amor e apoio que sempre me deram.

Agradecimentos

Ao meu orientador Professor Leonel Azevedo de Aguiar pelo estímulo e parceria para a realização deste trabalho.

Aos meus pais, Ronaldo e Heloisa pela educação, atenção e carinho de todas as horas.

As minhas irmãs Danniele e Fabíola e sobrinhxs Matheus, Gabriel, Julia, Alice e Leticia por estarem sempre ao meu lado

Aos professores que aceitaram participar da Comissão Examinadora.

A Valéria por ter me ajudado muito nesses quatro anos de doutorado.

A Fiocruz Amazônia, e aos muitos amigos que fiz lá, que me proporcionou viver e me apaixonar pela Amazônia, meu tema de pesquisa.

Aos meus amigos da PUC-Rio que mesmo distantes sempre me deram apoio, paciência e compreensão.

A todos os funcionários do Departamento de Comunicação Social por sempre estarem a disposição em auxiliar nos processos burocráticos.

A todos os amigos e familiares que de uma forma ou de outra me estimularam ou me ajudaram.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Resumo

Ângelo, Fabrício Fonseca; Aguiar, Leonel Azevedo de. **Critérios de noticiabilidade no jornalismo ambiental: a Amazônia como um campo discursivo em disputa**. Rio de Janeiro, 2020. 349 p. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Critérios de noticiabilidade no jornalismo ambiental: a Amazônia como um campo discursivo em disputa é uma demonstração de quanto o jornalismo é importante na preservação dos biomas, nesse caso a maior floresta tropical do mundo, a Amazônia. O jornalismo, principalmente quando explora as pautas ambientais, pode ser ferramenta sensibilizadora e fomentadora de políticas públicas para a construção de uma relação de sinergia entre a exploração responsável dos recursos naturais e a preservação não só da Biodiversidade, mas também dos povos que habitam e protegem os biomas. Sofrendo impactos negativos constantemente vindos das mais diversas formas de exploração, a Amazônia ainda persiste no imaginário da sociedade. É um tema de alcance mundial, mas que ainda carece de debates mais profundos nas arenas públicas. Para isso mapeamos seis jornais, um regional, três nacionais e dois estrangeiros: *A Crítica* (Amazonas), *Folha de São Paulo* (São Paulo), *O Estado de São Paulo* (São Paulo), *O Globo* (Rio de Janeiro), *The Guardian* (Reino Unido) e *The New York Times* (Estados Unidos da América) e por meio de Análise de Conteúdo investigamos quais os critérios de noticiabilidade e gêneros jornalísticos têm a preferência dos profissionais quando produzem textos tendo a Amazônia como pauta. Analisamos 652 matérias produzidas no período de setembro de 2016 a setembro de 2018, sob a ótica de algumas das Teorias do Jornalismo, além da avaliação de categorias propostas por Nelson Traquina (2007) e os conceitos de Campo e *Habitus* teorizados por Pierre Bourdieu.

Palavras-chave

Jornalismo Ambiental; Amazônia; Teorias do Jornalismo; Noticiabilidade; Meio Ambiente; políticas públicas.

Abstract

Ângelo, Fabrício Fonseca; Aguiar, Leonel Azevedo de. (Advisor). **Criteria for news in environmental journalism: The Amazon as a discursive field in dispute**. Rio de Janeiro, 2020. 349 p. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Newsworthiness Criteria's in Environmental Journalism: The Amazon as a disputed discursive field is a demonstration of how important journalism is in preserving biomes, in this case the largest rainforest in the world, the Amazon. Suffering constantly negative impacts from various forms of exploitation, the Amazon persists in the imagination of society. It is a world-wide topic, but it still needs deeper debate in the public arenas. Journalism, especially when exploring environmental guidelines, can be the sensitizing tool and fomentor of the most energetic public policies for the construction of a synergistic relationship between the responsible exploitation of natural resources and the preservation, not only of the Biodiversity, but also of the people who live. and protect the biome. For this we mapped six newspapers, one regional, three national and two foreign: *A Crítica*, *Folha de São Paulo*, *O Estado de São Paulo*, *O Globo*, *The Guardian*, and *The New York Times* in order to investigate which models of journalism do they are used to produce materials about the Amazon. There are 652 articles produced from September 2016 to September 2018, to be analyzed, from the perspective of Journalism Theories, besides categories proposed by Nelson Traquina (2007) and Social Fields and *Habitus* theorized by Pierre Bourdieu.

Keywords

Environmental Journalism; Amazon; Theories of Journalism; Newsworthiness; Environment; public policies.

Sumário

Introdução	27
1. O jornalismo ambiental.....	37
1.1. A responsabilidade informativa e difusora de conhecimento da imprensa no contexto socioambiental	48
1.2. Jornalismo nas redes e a democratização do acesso à informação.....	52
1.3. O Jornalismo e sua relação com a formação e informação científica	55
1.4. A divulgação científica e entendimento público da ciência.....	64
2. A pesquisa em jornalismo	67
2.1. Algumas Teorias do jornalismo	69
2.1.1. Teoria do Espelho	69
2.1.2. Teoria do <i>Newsmaking</i>	71
2.1.3. Teoria do <i>Gatekeeper</i>	73
2.1.4. Teoria do Agendamento	75
2.2. A notícia como construção social	77
2.3. Noticiabilidade e os valores-notícia	79
2.4. A pesquisa em jornalismo ambiental	82
2.5. O embate dentro dos diferentes campos discursivos	84
2.5.1. A análise do Campo e <i>Habitus</i> jornalístico, segundo Bourdieu	85
3. A Amazônia e seus conflitos contemporâneos.....	88
3.1. A Amazônia e sua importância para a coesão entre a natureza e as sociedades modernas.....	88
3.2. A questão ambiental e a economia amazônica	92
3.3. A biodiversidade, cultura e coletividade amazônica	106
4. As temáticas ambientais: conceitos sobre os principais desafios	115
4.1. A degradação das florestas tropicais e a insistente ideia da divisão preservação x desenvolvimento	115
4.2. Mudanças Climáticas: questão de sobrevivência	126
4.3. Sociedade, meio ambiente e Governança.....	130
5. A Amazônia e suas particularidades sob os olhares do jornalismo....	137
5.1. A escolha da metodologia	137
5.2. As publicações de referência pesquisadas	146
5.3. A produção de pautas sobre o bioma Amazônia	150
5.3.1. Do <i>impeachment</i> de Dilma a eleição de Bolsonaro, o período analisado do estudo	151
5.3.2. A influência dos critérios de noticiabilidade para a produção dos itens noticiosos	153
5.3.3. O <i>Newsmaking</i> e sua forma de influenciar a caracterização dos critérios de noticiabilidade e a produção de pautas globais...	158
5.4. Quando as pautas ampliam os horizontes: o item Enfoque da matéria	170
5.5. A escolha dos gêneros jornalísticos na produção de pautas sobre a Amazônia e seus campos discursivos	172

5.5.1. Jornalismo informativo: narrativas objetivas e descritivas	172
5.5.1.1. A entrevista como propagadora das temáticas ambientais	176
5.5.1.2. Quando uma imagem vale mais que mil palavras	179
5.5.1.3. Notícia: matéria prima do Jornalismo	182
5.5.1.4. A reportagem: quando o jornalismo descreve os fatos contando histórias	186
5.5.2. Jornalismo opinativo: informação e ponto de vista	190
5.5.2.1. O Editorial: quando a empresa expressa sua convicção sobre os acontecimentos.....	193
5.5.2.2. Coluna: Com a palavra, o especialista	196
5.5.2.3. Comentário: Espaço aberto ao debate	199
5.5.2.4. Artigo: Um olhar externo na redação.....	201
5.5.3. Autoria da matéria, quais as origens das pautas.....	205
5.5.4. Análise da categoria tamanho do texto	206
5.6. A origem jornalística dos textos.....	208
5.7. O dever de conservar: como as pautas enfocam os impactos regionais nos estados da Amazônia Legal e outros países que integram o bioma.....	211
5.8. A Amazônia e seus campos discursivos: em busca do equilíbrio entre o desenvolvimento e a preservação	222
5.9. A categorização dos textos como forma de compreensão e direção a futuras pautas sobre a Amazônia	227
6. Considerações finais	234
7. Referências bibliográficas	239
8. Anexos	271

Lista de figuras

Figura 1 - O processo de agendamento	76
Figura 2 - Temas mais abordados nas pesquisas sobre jornalismo ambiental no Brasil	83
Figura 3 - Distribuição dos assentamentos no Brasil, com enfoque para os assentamentos do bioma Amazônia.....	91
Figura 4 - Pirâmide Global da riqueza em 2018.	93
Figura 5 - Áreas de mineração em atividade e projetadas para a Amazônia	102
Figura 6 - Painel do Aplicativo de referências bibliográficas Mendeley .	138
Figura 7 - <i>Template</i> da página de cadastramento de referências do MORE.....	139
Figura 8 - Resumo do processo de organização de dados	141
Figura 9 - Fases da análise de conteúdo.	142
Figura 10 - Página de armazenamento das matérias do jornal <i>O Globo</i>	143
Figura 11 - Página inicial do NVivo.....	144
Figura 12 - Página inicial do Blog com as matérias analisadas.....	145
Figura 14 - Matéria sobre extinção da Renca (Estado de São Paulo)11F	161
Figura 15 - Editorial sobre Extinção da Renca (Folha de São Paulo) 12F	162
Figura 16 - A ex-modelo e ativista ambiental repudia a extinção da Renca pelo Twitter.....	163
Figura 17 - Diversas entidades e figuras públicas condenam o decreto de extinção da Renca	164
Figura 18 - Governo Federal usa Twitter para rebater críticas	164
Figura 19 - Agência France Press utiliza Twitter para esclarecer o que é a Renca e sua importância	165
Figura 20 - Políticos também usam a mídia social para comentar sobre o tema	165
Figura 21 - Entrevista O Estado de São Paulo em 20/10/201713	179
Figura 22 - Galeria matéria The Guardian em 16/02/201714F	181
Figura 23 - Notícia publicada pelo A Crítica em 26/03/201715F	184
Figura 24 - Notícia publicada pelo jornal Folha de São Paulo em 21/03/201716F	185
Figura 25 - Matéria Carne, soja e pesca na Amazônia têm ligações estreitas com paraísos fiscais17F	189

Figura 26 - Texto opinião Folha de São Paulo em 07/02/2018	18F 195
Figura 27 - Coluna de Marcelo Leita para a Folha de São Paulo em 08/02/2018	19F 198
Figura 28 - Comentário no jornal O Estado de São Paulo	20F 201
Figura 29 - Artigo publicado na Folha de São Paulo	21F 203
Figura 30 - Artigo publicado no jornal The New York Times em 19/04/2018	22F 204
Figura 31 - Matéria com origem de agência de notícias internacional	23F 211
Figura 32 - Matéria produzida pelo New York Times abordando as ações de Chico Mendes	24F 212
Figura 33 - Especial publicado pelo Estado de São Paulo em 25/04/2017	25F 213
Figura 34 - Matéria destaca impactos sobre a Amazônia amapaense - O Globo 30/08/2017	26F 214
Figura 35 - Matéria publicada pelo The Guardian em 23/01/2018	27 216
Figura 36 - Matéria Folha de São Paulo em 05/09/2016	28F 217
Figura 37 - Matéria O Estado de São Paulo publicada em 14/07/2017	29F 218
Figura 38 - Matéria publicada pelo New York Times em 20/07/2018	30F 219
Figura 39 - Matéria publicada pelo Globo em 18/11/2016	31F 220

Lista de quadros

Quadro 1 - Valores notícia adotados por Traquina	153
Quadro 2 - Proposta de tabela de valores-notícia para operacionalizar análises de acontecimentos noticiados ou noticiáveis	158
Quadro 3 - Títulos das matérias sobre a extinção da Renca por veículo	169
Quadro 4 - Formatos do jornalismo informativo classificados por José Marques de Melo	174
Quadro 5 - Classificação dos gêneros jornalísticos proposta por Manuel Carlos Chaparro	175
Quadro 6 - Classificação das entrevistas segundo Erbolato	177
Quadro 7 - Formatos do Gênero Jornalismo Opinativo	193
Quadro 8 - Categorias de Editorial segundo Beltrão	194
Quadro 9 - Definição das categorias do campo discursivo Ambiental de acordo com Ormond	223
Quadro 10 - Definição das categorias relacionadas ao campo discursivo Econômico	224
Quadro 11 - Definição das categorias relacionadas ao campo discursivo Político	225
Quadro 12 - Definição das categorias relacionadas ao campo discursivo Relações Socioambientais	227

Lista de tabelas

Tabela 1- Dados do Cadastro Minério obtidos do site do DNPM, em setembro de 2010.....	101
Tabela 2- Área total e área protegida dos agrupamentos dos ecossistemas amazônicos com ocorrência no Brasil.	111
Tabela 3- Projeção de desmatamento até o ano de 2030	117
Tabela 4- Número de espécies conhecidas registradas no Brasil e no mundo	125
Tabela 5 - Número de matérias publicadas no período de setembro 2016 a setembro de 2018.....	150
Tabela 6 - Número de matérias publicadas em 2017 pelos veículos de comunicação analisados	160
Tabela 7- Resultados publicações que abordam a categoria Campo Ambiental	229
Tabela 8 - Resultados publicações que abordam a categoria Campo Econômico	229
Tabela 9 - Resultados publicações que abordam a categoria Campo Governança	230
Tabela 10 - Resultados publicações que abordam a categoria Campo Relações Socioambientais.....	232

Lista de gráficos

Gráfico 1 - Desmatamento acumulado em área de proteção e restante de território da Amazônia Legal.....	98
Gráfico 2 - Desmatamento da Amazônia no período 2001-2018 e as fases do PPCDAM.....	99
Gráfico 3 - Relação do crescimento do rebanho e das pastagens naturais e plantadas no Brasil no período de 1975 a 2017 .	104
Gráfico 4 - Evolução da participação do extrativismo, lavoura e pecuária na economia da Região Norte.	105
Gráfico 5 - Extensão de UCs Federais na Amazônia Legal.	113
Gráfico 6 - Desmatamento histórico em Unidades de Conservação e no restante da Amazônia Legal.....	114
Gráfico 7 - Caminhos florestais para o desenvolvimento sustentável ...	116
Gráfico 8 - O Brasil perdeu 53 milhões de hectares de floresta entre 2001 e 2018	118
Gráfico 9 - Comparativo de quantitativo de matérias por jornal analisado	151
Gráfico 10 - Comparativo matérias publicadas pelos veículos durante o período analisado sobre o tema	152
Gráfico 11 - Comparativo de total de matérias publicadas por ano sobre o tema	152
Gráfico 12 - Comparativo entre matérias veiculadas pelos jornais sobre em 2017.....	166
Gráfico 13 - Quadro Comparativo do total na categoria Enfoque do Item	171
Gráfico 14 - Comparativo enfoque do item por veículo	172
Gráfico 15 - Comparação entre a preferência por tipo de Jornalismo ...	173
Gráfico 16 - Comparativo formato jornalísticos informativos	175
Gráfico 17 - Comparativo formato jornalístico informativo por veículo ..	176
Gráfico 18 - Comparativo de matérias Formato Entrevista entre os veículos pesquisados	178

Gráfico 19 - Comparativo Formato Fotografia entre os veículos pesquisados	182
Gráfico 20 - Comparativo Formato Notícia entre os veículos pesquisados	186
Gráfico 21 - Comparativo Formato Reportagem entre os veículos pesquisados	190
Gráfico 22 - Comparação entre as categorias do Gênero Opinativo	192
Gráfico 23 - Comparativo entre as publicações pesquisadas para o formato Editorial	196
Gráfico 24 - Comparativo Formato Coluna entre os veículos pesquisados	199
Gráfico 25 - Comparativo Formato Artigo entre os veículos pesquisados	205
Gráfico 26 - Gráfico abordando a preferência pelo tamanho dos itens	207
Gráfico 27 - Comparativo Tamanho do Item por jornal pesquisado	208
Gráfico 28 - Preferência dos veículos pelas categorias do item ORIGEM DO TEXTO.....	210
Gráfico 29 - Preferência de categoria por veículos	210
Gráfico 30 - Gráfico comparativo total de Enfoque por Estado	221
Gráfico 31 - Gráfico comparativo de jornais com Enfoque por Estado	222
Gráfico 32 - Comparativo entre as categorias do campo Ambiental	228
Gráfico 33 - Comparativo entre as categorias do campo Econômico....	230
Gráfico 34 - Comparativo entre as categorias do campo Econômico....	231
Gráfico 35 - Comparativo entre as categorias do campo Relações Socioambientais	232
Gráfico 36 - Gráfico comparativo temáticas socioambientais na Amazônia	233
Gráfico 37 - Total de matérias divididas por veículos	271
Gráfico 38 - Comparação de matérias produzidas mensalmente pelos veículos em 2016.....	272

Gráfico 39 - Comparação de matérias produzidas pelos veículos em 2017	272
Gráfico 40 - Comparação de matérias produzidas mensalmente pelos veículos em 2017	273
Gráfico 41 - Comparação de matérias produzidas pelos veículos em 2018	273
Gráfico 42 - Comparação de matérias produzidas mensalmente pelos veículos em 2018.....	274
Gráfico 43 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal A Crítica nos meses de setembro 2016/2017/2018	275
Gráfico 44 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal A Crítica nos meses de outubro 2016/2017	276
Gráfico 45 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal A Crítica nos meses de novembro - 2016/2017	276
Gráfico 46 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal A Crítica nos meses de dezembro- 2016/2017	277
Gráfico 47 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal A Crítica nos meses de fevereiro - 2017/2018.....	277
Gráfico 48 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal A Crítica nos meses de março - 2017/2018.....	278
Gráfico 49 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal A Crítica nos meses de abril - 2017/2018	278
Gráfico 50 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal A Crítica nos meses de maio - 2017/2018	279
Gráfico 51 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal A Crítica nos meses de junho - 2017/2018	279
Gráfico 52 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal A Crítica nos meses de julho - 2017/2018	280
Gráfico 53 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal A Crítica nos meses de agosto - 2017/2018	280
Gráfico 54 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal A Crítica nos meses pesquisados em 2016.....	281
Gráfico 55 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal A Crítica nos meses pesquisados em 2017	281

Gráfico 56 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal A Crítica nos meses pesquisados em 2018.....	282
Gráfico 57 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal A Crítica por anos pesquisados	282
Gráfico 58 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal O Estado de São Paulo nos meses de setembro - 2016/2017/2018.....	283
Gráfico 59 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal O Estado de São Paulo meses de outubro 2016/2017	283
Gráfico 60 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal O Estado de São Paulo meses de novembro 2016/2017.....	284
Gráfico 61 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal O Estado de São Paulo meses de dezembro 2016/2017.....	284
Gráfico 62 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal O Estado de São Paulo meses de janeiro 2017/2018.....	285
Gráfico 63 - Comparação de matérias produzidas pelo O Estado de São Paulo meses de fevereiro 2017/2018.....	285
Gráfico 64 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal O Estado de São Paulo meses de março 2017/2018.....	286
Gráfico 65 - Comparação de matérias produzidas pelo O Estado de São Paulo meses de abril 2017/2018.....	286
Gráfico 66 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal O Estado de São Paulo meses de maio 2017/2018.....	287
Gráfico 67 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal O Estado de São Paulo meses de junho 2017/2018.....	287
Gráfico 68 - Comparação de matérias produzidas pelo O Estado de São Paulo meses de julho 2017/2018	288
Gráfico 69 - Comparação de matérias produzidas O Estado de São Paulo meses de agosto 2017/2018	288
Gráfico 70 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal O Estado de São Paulo nos meses pesquisados em 2016...	289
Gráfico 71 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal O Estado de São Paulo nos meses pesquisados em 2017...	289

Gráfico 72 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal O Estado de São Paulo nos meses pesquisados em 2018...	290
Gráfico 73 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal O Estado de São Paulo nos anos pesquisados	290
Gráfico 74 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal Folha de São Paulo em setembro 2016 a 2018	291
Gráfico 75 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal Folha de São Paulo em outubro 2016/2017	291
Gráfico 76 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal Folha de São Paulo em novembro 2016/2017	292
Gráfico 77 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal Folha de São Paulo em dezembro 2016/2017	292
Gráfico 78 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal Folha de São Paulo em janeiro 2017/2018	293
Gráfico 79 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal Folha de São Paulo em fevereiro 2017/2018	293
Gráfico 80 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal Folha de São Paulo em março 2017/2018	294
Gráfico 81 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal Folha de São Paulo em abril 2017/2018	294
Gráfico 82 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal Folha de São Paulo em maio 2017/2018	295
Gráfico 83 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal Folha de São Paulo em junho 2017/2018	295
Gráfico 84 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal Folha de São Paulo em julho 2017/2018.....	296
Gráfico 85 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal Folha de São Paulo em agosto 2017/2018	296
Gráfico 86 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal Folha de São Paulo nos meses pesquisados em 2017.....	297
Gráfico 87 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal Folha de São Paulo nos meses pesquisados em 2017.....	297
Gráfico 88 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal Folha de São Paulo nos meses pesquisados em 2018.....	298

Gráfico 89 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal Folha de São Paulo por anos pesquisados	298
Gráfico 90 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal O Globo em setembro 2016 a 2018	299
Gráfico 91 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal O Globo em outubro 2016/2017	299
Gráfico 92 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal O Globo em novembro 2016/2017	300
Gráfico 93 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal O Globo em dezembro 2016/2017	300
Gráfico 94 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal O Globo em janeiro 2017/2018	301
Gráfico 95 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal O Globo em fevereiro 2017/2018	301
Gráfico 96 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal O Globo em março 2017/2018	302
Gráfico 97 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal O Globo em abril 2017/2018	302
Gráfico 98 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal O Globo em maio 2017/2018	303
Gráfico 99 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal O Globo em junho 2017/2018	303
Gráfico 100 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal O Globo em julho 2017/2018	304
Gráfico 101 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal O Globo em agosto 2017/2018	304
Gráfico 102 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal O Globo nos meses pesquisados em 2016.....	305
Gráfico 103 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal O Globo nos meses pesquisados em 2017.....	305
Gráfico 104 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal O Globo nos meses pesquisados em 2018.....	306
Gráfico 105 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal O Globo por anos pesquisados	306

Gráfico 106 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal NYT em setembro 2016/2017/2018.....	307
Gráfico 107 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal NYT em outubro 2016/2017	307
Gráfico 108 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal NYT em novembro 2016/2017.....	308
Gráfico 109 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal NYT em dezembro 2016/2017.....	308
Gráfico 110 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal NYT em janeiro 2017/2018.....	309
Gráfico 111 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal NYT em fevereiro 2017/2018.....	309
Gráfico 112 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal NYT em março 2017/2018.....	310
Gráfico 113 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal NYT em abril 2017/2018.....	310
Gráfico 114 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal NYT em maio 2017/2018.....	311
Gráfico 115 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal NYT em junho 2017/2018.....	311
Gráfico 116 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal NYT em julho 2017/2018.....	312
Gráfico 117 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal NYT em agosto 2017/2018.....	312
Gráfico 118 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal NYT nos meses pesquisados em 2016	313
Gráfico 119 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal NYT nos meses pesquisados em 2017	313
Gráfico 120 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal NYT nos meses pesquisados em 2016	314
Gráfico 121 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal NYT por anos pesquisados	314
Gráfico 122 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal The Guardian em setembro 2016 a 2018	315

Gráfico 123 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal The Guardian em outubro 2016/2017	315
Gráfico 124 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal The Guardian em novembro 2016/2017	316
Gráfico 125 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal The Guardian em dezembro 2016/2017	316
Gráfico 126 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal The Guardian em janeiro 2017/2018	317
Gráfico 127 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal The Guardian em fevereiro 2017/2018	317
Gráfico 128 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal The Guardian em março 2017/2018	318
Gráfico 129 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal The Guardian em abril 2017/2018	318
Gráfico 130 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal The Guardian em maio 2017/2018	319
Gráfico 131 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal The Guardian em junho 2017/2018	319
Gráfico 132 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal The Guardian em julho 2017/2018	320
Gráfico 133 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal The Guardian em agosto 2017/2018	320
Gráfico 134 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal The Guardian nos meses pesquisados em 2016	321
Gráfico 135 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal The Guardian nos meses pesquisados em 2017	321
Gráfico 136 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal The Guardian nos meses pesquisados em 2018	322
Gráfico 137 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal The Guardian por anos pesquisados	322
Gráfico 138 - Quadro comparativo da subcategoria Enfoque Nacional , por jornal pesquisado	323
Gráfico 139 - Quadro comparativo da categoria Enfoque Internacional , por jornal pesquisado	323

Gráfico 140 - Comparativo categoria Tamanho do item Breve , por jornal pesquisado	324
Gráfico 141 - Comparativo categoria Tamanho do item 3 a 10 parágrafos , por jornal pesquisado	324
Gráfico 142 - Comparativo categoria Tamanho do item mais de 10 parágrafos , por jornal pesquisado	325
Gráfico 143 - Comparativo categoria Tamanho do item, Não aplicável , por jornal pesquisado	325
Gráfico 144 - Comparativo Formato Jornalístico Artigo , por jornal pesquisado	326
Gráfico 145 - Comparativo Formato Jornalístico Reportagem , por jornal pesquisado	326
Gráfico 146 - Comparativo Formato Jornalístico Fotografia , por jornal pesquisado	327
Gráfico 147 - Comparativo Formato Jornalístico Artigo , por jornal pesquisado	327
Gráfico 148 - Comparativo Formato Jornalístico Comentário , por jornal pesquisado	328
Gráfico 149 - Comparativo Formato Jornalístico Editorial , por jornal pesquisado	328
Gráfico 150 - Comparativo Formato Jornalístico Entrevista , por jornal pesquisado	329
Gráfico 151 - Comparativo Formato Jornalístico Coluna , por jornal pesquisado	329
Gráfico 152 - Comparativo categoria Assinado pelo Jornalista , por jornal pesquisado	330
Gráfico 153 - Comparativo categoria Assinado pelo Colunista , por jornal pesquisado	330
Gráfico 154 - Comparativo categoria Assinado pelo Especialista , por jornal pesquisado	331
Gráfico 155 - Comparativo categoria Não Assinado , por jornal pesquisado	331
Gráfico 156 - Comparativo categoria Agência de Notícias Internacional , por jornal pesquisado	332

Gráfico 157 - Comparativo categoria Agência de Notícias Nacional , por jornal pesquisado	332
Gráfico 158 - Comparativo categoria Da Redação , por jornal pesquisado	333
Gráfico 159 - Comparativo categoria Não Aplicável , por jornal pesquisado	333
Gráfico 160 - Comparativo categoria Outro jornal , por jornal pesquisado	334
Gráfico 161 - Quadro comparativo da categoria Enfoque por estado (Acre), por jornal pesquisado	335
Gráfico 162 - Quadro comparativo da categoria Enfoque por estado (Amapá), por jornal pesquisado	335
Gráfico 163 - Quadro comparativo da categoria Enfoque por estado (Amazonas), por jornal pesquisado	336
Gráfico 164 - Quadro comparativo da categoria Enfoque por estado (Maranhão), por jornal pesquisado	336
Gráfico 165 - Quadro comparativo da categoria Enfoque por estado (Mato Grosso), por jornal pesquisado	337
Gráfico 166 - Quadro comparativo da categoria Enfoque por estado (Pará), por jornal pesquisado	337
Gráfico 167 - Quadro comparativo da categoria Enfoque por estado (Rondônia), por jornal pesquisado	338
Gráfico 168 - Quadro comparativo da categoria Enfoque por estado (Roraima) por jornal pesquisado.....	338
Gráfico 169 - Quadro comparativo da categoria Enfoque por estado (Não aplicável), por jornal pesquisado	339
Gráfico 170 - Quadro comparativo da categoria Enfoque por estado (Outros), por jornal pesquisado	339
Gráfico 171 - Comparativo categoria Temática do item, Bioclima , por jornal pesquisado	340
Gráfico 172 - Comparativo categoria Temática do item Unidades de Conservação , por jornal pesquisado.....	340
Gráfico 173 - Comparativo categoria Temática do item Desmatamento , por jornal pesquisado.....	341

Gráfico 174 - Comparativo categoria Temática do item Diversidade Biológica , por jornal pesquisado	341
Gráfico 175 - Comparativo categoria Temática do item Agronegócio , por jornal pesquisado	342
Gráfico 176 - Comparativo categoria Temática do item, Indústria Madeireira por jornal pesquisado	342
Gráfico 177 - Comparativo categoria Temática do item Infraestrutura , por jornal pesquisado	343
Gráfico 178 - Comparativo categoria Temática do item Mineração , por jornal pesquisado.....	343
Gráfico 179 - Comparativo categoria Temática do item Turismo , por jornal pesquisado	344
Gráfico 180 - Comparativo categoria Temática do item Fiscalização Ambiental , por jornal pesquisado Fonte: do autor (2020)	345
Gráfico 181 - Comparativo categoria Temática do item Políticas Públicas , por jornal pesquisado.....	345
Gráfico 182 - Comparativo categoria Temática do item Três poderes , por jornal pesquisado	346
Gráfico 183 - Comparativo categoria Temática do item Assentamentos rurais , por jornal pesquisado.....	347
Gráfico 184 - Comparativo categoria Temática do item Ativismo , por jornal pesquisado	347
Gráfico 185 - Comparativo categoria Temática do item Conflitos , por jornal pesquisado	348
Gráfico 186 - Comparativo categoria Temática do item, Outras comunidades tradicionais , por jornal pesquisado	348
Gráfico 187 - Comparativo categoria Temática do item, Pesquisa e Inovação , por jornal pesquisado.....	349
Gráfico 188 - Comparativo categoria Temática do item, Povos Indígenas , por jornal pesquisado.....	349

Lista de abreviaturas e siglas

ABJC	Associação Brasileira de Jornalismo Científico
ANJ	Associação Brasileira de Jornais
CEMADE	Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
EUSJA	European Union of Science Journalism Association's
FAO	Food and Agriculture Organization of United Nations
FBDS	Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.
IFEJ	Federação Internacional de Jornalistas Ambientais
IMA	Instituto do Meio Ambiente
IMAZON	Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPAM	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia
IPCC	Intergovernmental Panel on Climate Change
ISA	Instituto Socioambiental
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MMA	Ministério do Meio Ambiente
NASW	National Association of Science Writers
ONGS	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas

PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PUCRio	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
SIMEX	Sistema de Monitoramento da Exploração Madeireira
SIPRA	Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNEP	United Nations Environmental Program
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNFCCC	Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima
WCCD (sigla em inglês)	- Congresso Mundial de Comunicação para o Desenvolvimento
WWF	World Wildlife Foundation

Introdução

Como o campo literário ou o campo artístico, o campo jornalístico é então o lugar de uma lógica específica, propriamente cultural, que se impõe aos jornalistas através das restrições e dos controles cruzados que eles impõem uns aos outros e cujo respeito funda as reputações de honorabilidade profissional.

Pierre Bourdieu

De acordo com Machado (2005), o jornalismo necessita de um período de quase duzentos anos para configurar-se como uma atividade de massa. É somente em meados do século passado que, dentro do marco de mudanças do sistema capitalista, são postas as condições para que o jornalismo assuma sua função de elemento fundamental nas sociedades complexas.

Até o começo do século XX, os jornais eram essencialmente opinativos, as reportagens não escondiam a carga panfletária, defendendo explicitamente as posições dos jornais (e de seus donos) sobre os mais variados temas, os textos eram menos informativos e mais politizados¹. A Europa do século XVII se encontrava dividida entre a monarquia absolutista francesa e o parlamentarismo inglês. Além disso, divergências religiosas entre católicos e protestantes somados ao processo extensivo de colonização fazia com que a alfabetização e consequentemente a avidez por informação fossem estimuladas.

A sociedade, sujeita a transformações, instabilidade e mudanças, necessitava de informação. Por isso, havia não só receptividade para as notícias, mas também matéria-prima informativa suficiente para sustentar o aparecimento dos primeiros jornais “eminentemente jornalísticos”, correntemente denominados gazetas, nome que deriva da moeda veneziana “gazeta”, quantia paga para se ouvir as notícias das folhas volantes e dos primeiros jornais em atos de leitura pública (SOUSA, 2008).

Outra característica desses impressos era a periodicidade definida e frequente, com textos simples (objetivando alcançar a população menos alfabetizada), com datas e localização, narrativas cronológicas, citação de fontes e caráter iminentemente informativo, formato que precedia os impressos que viriam nos próximos séculos.

¹ PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2015.

A importância da informação já era claramente admirada por políticos e cientistas do século XVII conforme aponta Felipe Pena:

É exatamente nos cafés de Londres, no começo do século XVII, que Bill Kovach e Tom Rosenstiel situam um possível início do que eles chamam de moderno jornalismo. Lá os donos dos *pubs* estimulavam as conversas com os viajantes, pedindo que contassem o que tinham visto pelo caminho. (PENA, 2015, p. 25)

Alfred Lee (1937) destaca que a chamada revolução industrial da imprensa, ocorrida entre 1835 e 1880, teve uma série de motivos que ocasionaram seu crescimento: primeiro o estabelecimento da *penny press*, seguido pelo desenvolvimento das ferrovias – servido de meio de distribuição de jornais, transmissão de reportagens e redução das altas taxas de postagem –, destaque para a invenção do telégrafo e sua imediata aplicação para os propósitos do jornalismo e, por fim, o aperfeiçoamento das impressoras, que possibilitaram a impressão em larga escala em tempo reduzido.

É nesse período que surgem os primeiros profissionais remunerados para buscar e produzir pautas jornalísticas específicas, os repórteres. A partir do século XX, os custos de se produzir um jornal têm aumentos drásticos. Dados apurados em 1933 mostram que os jornais diários gastaram 40,8% em salários, um aumento de 8,7% em comparação a anos anteriores. Além disso o custo de materiais também teve um aumento de 17,3%².

Nestes itens estão inclusos gravação de foto, composição, recursos protegidos de sindicatos e similares, além de direitos autorais de matérias reproduzidas de outras publicações, assim como a utilização de indústrias de impressão e publicação que não faziam parte da empresa principal.

Em 1962, Jürgen Habermas, filósofo alemão, por meio de sua obra *Mudança Estrutural na Esfera Pública*, aponta a influência que os meios de comunicação exercem sobre o que os indivíduos fazem, em público, de suas capacidades críticas e de sua razão. De acordo com Marques (2018) “o surgimento da imprensa, segundo Habermas, havia sido marcado pela presença de um tipo de jornalismo empenhado ‘na luta em torno do espaço da opinião pública e na promoção da publicidade como princípio’” (MARQUES, 2018, p.23).

² LEE, Alfred Mcclung. **The Daily Newspaper in America: The Evolution of a Social Instrument**. New York: The Macmillan Company, 1937, p. 1998.

Ciro Marcondes Filho (2002) em seu livro *Comunicação e Jornalismo: Saga dos Cães Perdidos* cita como ocorreu a evolução da imprensa. Para o autor há quatro fases distintas. O autor começa descrevendo a Pré história do Jornalismo (1631 a 1789), quando o valor jornalístico dominante é a exploração do espetacular, com desastres, mortes. Ele ainda aponta que o jornal se assemelha a um livro de poucas páginas e produzido na maioria das vezes por um empreendedor solitário.

No período que vai de 1789 a 1830, aparece o Primeiro Jornalismo, com o questionamento sobre a verdade e transparência das pautas, a confiança no progresso, a desconfiança nas autoridades políticas. Surge, assim, a redação e a profissão de jornalista. Os textos eram redigidos principalmente por políticos, escritores, críticos e cientistas. Também nasce a figura do editor de jornalismo.

O aparecimento do “Furo jornalístico” é um dos momentos de destaque do chamado Segundo Jornalismo, segundo Marcondes Filho (2002), ali aparece a ideia de neutralidade e da cobertura de fatos atuais, criam-se as reportagens, as enquetes, as entrevistas, as manchetes; investe-se em capas, logo e chamadas de primeira página. É o período de popularização da prensa, o surgimento das rotativas e da linotipagem, que juntamente com a criação do telégrafo e do telefone alavancam a imprensa. A publicidade começa a ter influência nos textos. De projeto político, o jornalismo passa a ser empresarial, com a necessidade de lucratividade.

Já o Terceiro Jornalismo vai de 1900 a 1960 e tem como seus principais valores as grandes rubricas políticas e literárias, assim aparecem as editorias. A indústria publicitária aumenta seu controle, cria-se a figura do profissional de Relações Públicas e o Fotojornalismo surge com eficiência. Grandes tiragens e monopólio midiático despontam nesse período.

O Quarto Jornalismo, aparece em 1970 por meio dos impactos visuais e da velocidade da comunicação. A tecnologia é o motor da distribuição da informação, o profissional de imprensa tem que se adaptar às várias funções e o cidadão também é capaz de produzir sua própria notícia.

É o jornalismo da era tecnológica, um processo que tem seu início por volta dos anos 70. Aqui se acoplam dois processos. Primeiramente a expansão da indústria da consciência no plano das estratégias de comunicação e persuasão dentro do noticiário e da informação. É a inflação de comunicados e de materiais de imprensa que passam a ser fornecidos aos jornais por agentes empresariais e públicos (assessorias de imprensa) e que se misturam e se confundem com a informação jornalística, depreciando-a pela overdose. Depois a substituição do agente humano jornalista pelos sistemas de comunicação eletrônica, pelas redes, pelas formas

interativas de criação, fornecimento e difusão de informações. São várias fontes igualmente tecnológicas que recolhem material de todos os lados e produzem notícias”. (MARCONDES FILHO, 2002)

Surgem temporalidades importantes que persistem até hoje, como a do mundo da esfera da especulação, identificada com os processos de transmissão veloz da informação e a da produção, que continuava a obedecer às condições de um tempo socialmente indispensável à produção de valor material³. O mundo chega às cidades e ao campo cotidianamente sob a forma de um verdadeiro caleidoscópio de imagens de inundações, ciclone, fome, morte, revolução e atentados. Cada acontecimento e cada catástrofe é enviada a todos os lugares instantaneamente (BARBOSA, 2008).

Diante de todas essas características e mudanças no jornalismo, buscamos entender como a pauta Amazônia é abordada no que diz respeito a divulgação de informação. A floresta é assunto corriqueiro nas pautas de meio ambiente, mas outros discursos vêm sendo incorporados ao território, a transformando em uma fonte de recursos minerais, terras para o aumento da produtividade do agronegócio e como elemento de conchavos políticos. Segundo Becker (2007), isso engloba o fundamento do povoamento da Amazônia, desde o tempo colonial, uma vez que, por mais que quisesse, a Coroa não tinha recursos econômicos e população para povoar e ocupar um território de tal extensão.

Portugal conseguiu manter a Amazônia e expandi-la para além dos limites previstos no tratado de Tordesilhas, graças a estratégias de controle do território. Embora os interesses econômicos prevalecessem, não foram bem-sucedidos, e a geopolítica foi mais importante do que a economia no sentido de garantir a soberania sobre a Amazônia, cuja ocupação se fez, como se sabe, em surtos ligados a demandas externas seguidos de grandes períodos de estagnação e de decadência. (BECKER, 2005, p. 71)

O conceito de Sustentabilidade vem se expandindo frente as novas agressões que os biomas mundiais vêm sofrendo. No Brasil, a Amazônia e o Cerrado são os biomas mais afetados, devido à expansão agrícola e aos interesses exploratórios dos recursos naturais que vem se tornando insuficientes para manter uma sociedade ávida por consumo e sem a consciência ambiental necessária, que poderia equilibrar as ações de exploração com a manutenção dessas riquezas naturais.

³ MORIN Edgar; NAIR, Sami. **Une politique de civilization**. Paris: Arléa, 1995.

De acordo com o documento emitido pela ONU em 2004, durante o Congresso Mundial de Comunicação para o Desenvolvimento (WCCD, sigla em inglês), um desenvolvimento que contemple o respeito ao planeta e à espécie humana deve se basear em três pilares inicialmente:

1. Dimensão econômica: um sistema sustentável deve ser capaz de produzir bens e serviços em uma base contínua, para manter níveis gerenciáveis de governo e dívida externa, e para evitar desequilíbrios setoriais extremas que prejudicam a agricultura ou produção industrial.
2. Dimensão ambiental: o sistema deve manter sua base de recursos, evitando a exploração de recursos naturais renováveis ou sumidouros de recursos, ao esgotar recursos renováveis; isso inclui a manutenção da biodiversidade atmosférica estabilidade e outras funções do ecossistema não classificadas normalmente como recursos econômicos (por exemplo, a beleza de algumas paisagens).
3. Dimensão Social: o sistema deve alcançar equidade distributiva, provisão adequada de serviços sociais, incluindo saúde e educação, igualdade de gênero, respeito por minorias, responsabilidade política e participação. (WORLD BANK, 2007, p. 251)

Esses conceitos vêm sendo debatidos e renovados pela comunidade acadêmica em busca de novas formas de difusão do conhecimento para que a sociedade possa se apoderar e questionar os atos que são cometidos por governos aos ecossistemas tão essenciais a existência da espécie humana.

As discussões ambientais geraram um campo para o qual convergiram teorias e pesquisas frente às demandas de um público diversificado e interessado. Alegações divergentes surgiram em diversos campos do conhecimento que refletiram em projetos políticos, sobre as necessidades, buscando um equilíbrio entre o que é crescimento e o que é equilíbrio dentro do cenário econômico (LIMA; NEVES; RODRIGUES, 2016).

Poderíamos dividir as adversidades ambientais do bioma amazônico em locais e internacionais, questões como queimadas, desmatamento, mineração ilegal, contaminação das bacias hidrográficas fazem parte de um contexto tradicional desde a invasão da floresta por exploradores incentivados pelo governo militar que tinha como lema “Integrar para não entregar”. E essas atividades, muitas causadas dentro do estado brasileiro, atingem de maneira desorientadas outros países que também englobam parte da floresta. Esses países também exploram, às vezes de maneira muito mais degradante, os recursos que o bioma oferece, mas vale lembrar que a maior parte da Amazônia faz parte do território nacional o que aumenta nossa responsabilidade em preservá-la (NUNES, 2019, p. 286).

Por fim, por meio desta tese, buscaremos tentar entender algumas questões que permeiam o interesse do público através dos olhos dos profissionais de

comunicação e como podemos aprofundar e expandir o conhecimento sobre o bioma e assim apresentar possibilidades de como conservar os recursos naturais e ao mesmo tempo aplicá-las na produção de bens e insumos necessários a vida.

Desde o início de minha graduação em Jornalismo tenho a oportunidade de trabalhar com as temáticas voltadas ao meio ambiente. Com experiência em editorias de Ciência e Sustentabilidade nos principais jornais alagoanos e como Produtor de Conteúdo para a Assessoria de Comunicação do Instituto de Meio Ambiente (IMA) de Alagoas, resolvi focar nos aspectos que podem fortalecer o debate sobre sustentabilidade nos veículos de comunicação. Meu Trabalho de Conclusão de Curso foi voltado a essa temática, assim como, minha dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Após um período trabalhando com a temáticas meio ambiente e saúde, tive a oportunidade de residir em Manaus, a capital do Amazonas, por três anos, onde aprendi a me sensibilizar com a forma como a informação a respeito do bioma chega às outras regiões brasileiras, ainda muito pouca e sem profundidade. Como coordenador de uma pós-graduação para jornalistas locais, pude apurar a falta de interesse dos jornais amazonenses em muitos dos temas que são tão específicos do bioma e de seus habitantes.

Por esse ponto de vista, buscamos apontar, por meio de um recorte temporal, quais as principais características das matérias produzidas sobre a Amazônia por seis grandes jornais. Estes veículos, devido a sua robusta presença no universo Web, são indispensáveis fontes de informação e divulgação, atributos esses inerentes ao trabalho jornalístico. Além dos conceitos do Jornalismo como fonte de pesquisa, também buscamos consolidar os resultados com algumas ideias das teorias difundidas pelo filósofo Pierre Félix Bourdieu (1930 – 2002) que abordam o *Habitus* e o campo jornalístico.

Repetindo parte da metodologia de análise de caso, proposto pelo professor Nelson Traquina (1948 – 2019) em seu trabalho *A comunidade jornalística e a problemática da Aids* (TRAQUINA, 2013) e com o apoio de alguns dos conceitos de valores-notícia e critérios de noticiabilidade, procuramos encontrar algumas respostas para esses questionamentos, e também compreender o que é preciso para incrementar as pesquisas sobre o jornalismo ambiental e tratá-lo como uma ferramenta de sensibilização e mobilização.

Assim por meio desta tese foram investigados:

- a) Quais os principais gêneros jornalísticos utilizados pelos veículos na produção de matérias sobre a Amazônia;
- b) Qual a origem dessa informação;
- c) Dentro da Amazônia Legal e outros países que englobam a Amazônia, o que tem a preferência destes veículos;
- d) Qual o enfoque dessas pautas;
- e) Qual o tamanho dos conteúdos publicados;
- f) Qual a função dos autores das matérias;
- g) Dentro de um universo temático levantado pelos autores, quais são considerados os mais importantes segundo os veículos e os profissionais de comunicação.

Quanto às hipóteses, destacam-se as seguintes:

- 1) Quando o assunto é abordado pelos veículos considerados nacionais, estes se utilizam em sua maioria de fontes e pesquisas provenientes das regiões Sul e Sudeste em suas pautas sobre a Amazônia;
- 2) A preferência dos veículos é sempre mais voltada à biodiversidade e economia, se esquecendo de outros componentes que impactam a floresta.
- 3) Apesar de poucas matérias, os veículos internacionais parecem ter reportagens mais aprofundadas do que os nacionais;
- 4) Mesmo estando inserido no bioma, a produção local ainda é incipiente e regionalizada, não pautando os grandes veículos;
- 5) Os veículos adotam quase sempre os mesmos critérios para que um acontecimento sobre a Amazônia vire notícia (noticiabilidade);
- 6) A última indagação é de que existem requisitos essenciais para que fontes e pesquisas produzidas nos estados que compõe a Amazônia possam ser mais aproveitadas na produção de material jornalístico sobre o bioma. É a ideia da notícia vindo de “dentro para fora”. Nossa hipótese principal é de que os veículos de alcance nacional são quem estabelecem uma agenda noticiosa ampla quando se trata de temas relacionados ao bioma amazônico, mesmo estando em outras regiões.

Para atingir nossos objetivos utilizamos algumas metodologias na pesquisa: iniciamos com uma minuciosa revisão bibliográfica, analisando os conceitos de Jornalismo Ambiental, Teorias do Jornalismo, Critérios de noticiabilidade e valores-notícia. Em seguida, utilizamos a metodologia da análise de conteúdo

(MARTINO, 2018; FONSECA, 2015). Seguindo a metodologia apresentada por Nelson Traquina e denominada por ele de “estratégia do jornal principal”, foram selecionados seis jornais para análise. “A estratégia do jornal principal tem sido usada com bastante frequência na investigação jornalística desde os anos 50” (TRAQUINA, 2007, p. 109). Por meio da pesquisa foram levantadas 652 matérias no período de setembro de 2016 a setembro de 2018.

A ideia de uma imprensa livre, que age como um vigilante do processo democrático, muitas vezes denominada de “Quarto poder”, tem origens profundas na história da evolução da proposta democrática que emerge dos séculos XVII e XVIII (TRAQUINA, 2000). Em artigo publicado por Lippman e Merz (1920), abordando as notícias produzidas pelo New York Times sobre a Revolução Russa, os autores destacam que não pode existir uma opinião pública sólida sem acesso às notícias. O mesmo Lippman (1922) sustentava que o jornalismo era a porta para o que acontecia no planeta. É por meio da imprensa que as pessoas se informavam sobre a realidade em que estavam incluídas. Isso foi fortalecido com a teoria da *Agenda Setting*, introduzida por Mc Combs e Shaw (1972), que afirmavam que “as mídias podem não dizer às pessoas como pensar sobre os assuntos, mas são bem-sucedidas ao dizer as pessoas no que pensar, como pensar nisso e consequentemente, o que pensar” (TRAQUINA, 2007, p. 16).

As pesquisas em Teorias do Jornalismo já são academicamente estabelecidas e amplas. Várias subáreas vem sendo elaboradas, cada vez mais explorando as práticas e conceitos do campo que antes tinha uma ligação intimamente ligada as pesquisas em Comunicação Social. Para Aguiar (2006, p. 73), “novas tendências da pesquisa em Comunicação discutem se há condições de possibilidade para a emergência de uma Teoria do Jornalismo”. Quando estudamos os conteúdos produzidos pela mídia intitulados midiáticos, além da análise de conteúdo também incluímos por muitas vezes algumas técnicas de análise do discurso. De acordo com Foucault (1996), essa análise é uma das principais formadoras de conceitos. A categorização, elementos e tipos muitas vezes usados pela academia são um aparato para tratar o seu campo de interesse, exatamente o que ambicionamos fazer por meio desse estudo.

Quando falamos em conteúdos midiáticos podemos mencionar o conceito adotado por Shoemaker e Reese (1996), que descrevem o conteúdo midiático

Como a gama quantitativa e qualitativa de informações verbais e visuais distribuídas pela mídia – em outras palavras, quase tudo que aparece lá. O intervalo quantitativo de as informações incluem os atributos de conteúdo de mídia que podem ser medidos ou contados – o número de segundos que dura uma notícia na televisão, por exemplo, ou o número de polegadas de uma coluna a história do jornal usa. Também podemos contar coisas como o número de histórias de jornal sobre um determinado país que aparece em um determinado período, o número de mulheres que aparecem em anúncios de automóveis. (SHOEMAKER; REESE, 1996, p. 04)

O estudo do Jornalismo, em especial quando pauta as temáticas ambientais, é fundamental para que novas áreas de pesquisa possam se desenvolver. Estando o meio ambiente no centro das atenções mundiais com assuntos que vão desde a exploração sem limites das florestas tropicais da Indonésia, até o aumento das mudanças climáticas e seus efeitos, e passamdo, claro, pela degradação da Amazônia, é importante que os profissionais da imprensa se tornem porta-vozes e interlocutores dessas pautas para a sociedade.

As questões que envolvem a sobrevivência das espécies não podem mais permanecer em silêncio. É não apenas uma opção, mas sem dúvida, um dever de todos os segmentos da sociedade organizada e de cada indivíduo direcionar os esforços para modificar as ações em prol da continuação da vida em sua amplitude. (GIRARDI; LOOSE; BAUMONT, 2011, p. 07)

Apesar de ainda incipientes, a pesquisa em Jornalismo Ambiental vem progredindo e amadurecendo. Muitas dissertações de mestrado e teses de doutorado vem sendo apresentadas desde a década passada, assim como a formação e fortalecimento de grupos de pesquisa e congressos direcionadas ao tema. No Brasil podemos destacar as pesquisas do grupo de Jornalismo Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), coordenado pela professora Ilza Girardi, e o grupo de Teorias e Técnicas do Jornalismo da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), liderado pelo professor Leonel Aguiar. Além disso, com a expansão das mídias, diversos veículos orientados para as pautas ambientais vêm ganhando espaço, o que aumenta as possibilidades de trabalhos como esse apresentado ao Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da PUC-Rio.

No primeiro capítulo, uma revisão bibliográfica detalhada sobre o jornalismo ambiental é apresentada. Além disso, também discorreremos sobre as diversas especializações do jornalismo que podem abordar os assuntos próprios ao jornalismo ambiental, como a seção de Ciência, e abordamos de forma sucinta as novas formas do fazer jornalismo por meio do ciberespaço.

No segundo capítulo dialogamos com autores de referência na pesquisa em Jornalismo. Tentamos mostrar que, apesar da pesquisa na área estar muito desenvolvida, algumas especialidades necessitam se desprender do geral para se solidificarem como um campo de pesquisa reconhecido, e por isso dedicamos alguns parágrafos aos estudos em Jornalismo Ambiental. Este capítulo também apresenta as teorias de *Habitus* e campos sociais que foram utilizados como referências para a metodologia de campos discursivos que apresentamos nesse estudo.

O terceiro capítulo fala sobre nosso tema principal, a Amazônia e seus campos discursivos. Fizemos um panorama sobre a Floresta e suas principais características, os impactos que vem sofrendo, a economia da região, biodiversidade e os povos que lá habitam. Também abordamos os conceitos de políticas públicas que tentam preservar parte do bioma.

No quarto capítulo discorremos sobre o cenário dos problemas ambientais causados pela ação humana sobre nossos principais recursos naturais, assim como apresentamos exemplos que mostram como podemos reduzir os impactos negativos que o meio ambiente vem sofrendo devido a exploração exaustiva e desumanidade com os habitantes tradicionais desses *habitats*. Esse capítulo encerra o referencial teórico que buscamos explicitar na tese.

Já o quinto capítulo é totalmente dedicado a pesquisa e seus resultados. Desde a apresentação da metodologia até a apresentação dos dados apurados. Nesse capítulo também apresentamos os conceitos que caracterizam os campos discursivos evidenciados no trabalho e as categorias que foram sugeridas para abarcar um amplo estudo sobre as práticas do jornalismo, que chamaremos de jornalismo ambiental, quando as pautas estão relacionadas ao bioma amazônico e todas as relações a que está sujeito.

O sexto e último capítulo apresentamos as considerações finais sobre todo o levantamento feito, além de propor uma nova metodologia de estudo e prática do jornalismo ambiental para a Amazônia, com o objetivo de fortalecer os assuntos que não abranjam somente a biodiversidade ou as comunidades tradicionais, mas sim apresentando uma amplitude de cenários a serem explorados pelos divulgadores de informação.

1. O jornalismo ambiental

Em nossa sociedade, os jornalistas são os fornecedores de “aprendizagem *just-in-time*” para a população. Os jornalistas entregam as informações necessárias para tomar uma decisão informada à mesa do café da manhã do eleitor ou do tomador de decisão, na manhã em que o voto precisa ser dado ou a decisão precisa ser implementada. Acreditamos que o canal mais eficiente para transmitir informações sobre Meio Ambiente e que gere percepções ao cidadão adulto que toma decisões é por meio de jornalistas científicos e ambientais responsáveis e bem treinados. Escrever sobre a relação do jornalismo com as temáticas ambientais vem ganhando força nas diversas mídias que se apresentam nos dias de hoje.

Columbia University

Considerado por alguns uma segmentação do campo jornalístico, essa nova forma de apresentar pautas com conteúdo direcionados à sustentabilidade se fortalece cada vez que os impactos ambientais se ressignificam dentro de um mundo ainda orientado a exploração infindável do recursos naturais.

As notícias sobre os desastres e as catástrofes ecológicas vêm ocupando incessantemente um maior destaque nos meios de comunicação de massa, em especial nos principais jornais diários do país. Essas mensagens jornalísticas, entretanto, constroem uma representação dos problemas ambientais que pode ser interpretada segundo as determinações configuradas pelo princípio da responsabilidade, no qual a ação da sociedade acaba sendo impulsionada por uma pedagogia política centrada no sentimento do medo coletivo.

Nesta perspectiva, a crise ambiental recoloca, na cena teórica, a natureza enquanto uma questão para o pensamento: a ecologia emerge como um campo de saber e um problema ético-político, tornando-se, ao mesmo tempo, um ramo especializado da ciência e uma das vertentes do movimento social contemporâneo de maior visibilidade na mídia. O movimento ecológico pode ser situado enquanto um movimento social típico da cultura de massa, pois as inúmeras denúncias de desastres ecológicos e manifestações em defesa do meio ambiente veiculadas incessantemente pelos meios de comunicação de massa acabaram por produzir uma “sensibilidade ecológica” e uma “consciência ecológica” que ultrapassaram as fronteiras do próprio movimento. (AGUIAR, 2016, s/ p. 2)

O jornalismo ambiental desponta juntamente com o aparecimento do movimento ambientalista no fim da década de 60. “É um campo jornalístico que surge com o crescimento da sensibilização sobre temáticas que abrangiam questões sociais e ambientais” (BOURASSA; AMEND; SECKO, 2013, p. 39). Ele surge como uma das especialidades do jornalismo científico.

As questões ambientais estão se tornando mais complexas e existem pessoas se especializando em rebater os fatos científicos, o que torna mais difícil a

comunicação sobre o que está acontecendo com o meio ambiente. Entender os fatos e julgá-los tem sido considerado ideologia por muitas vezes. E a tarefa crucial para os jornalistas é levar esses debates ao público em geral (GIANNOULIS; BOTETZAGIAS; SKANAVIS, 2010).

A primeira entidade reunindo jornalistas preocupados com a questão ambiental surgiu na França durante a Conferência da Biosfera, em 1968. No mesmo período o jornalista Randau Marques, intitulado como o primeiro profissional da imprensa brasileira especializado em meio ambiente, foi preso pela Operação Bandeirantes por ser considerado subversivo após duas reportagens, uma sobre a contaminação de trabalhadores de gráficas e sapatarias por chumbo em Franca no estado de São Paulo, e a outra que denunciava os males transmitidos por defensivos agrícolas às pessoas e ao ambiente.

Porém ainda no século XIX destaca-se o engenheiro, jornalista e escritor Euclides da Cunha (1866-1909) em seu livro *Os sertões*, que traz a história da guerra de Canudos, já descrevendo a importância da relação entre o homem e o meio ambiente, mostrando as alterações do solo, da vegetação e o clima. Euclides da Cunha é considerado por muitos profissionais do jornalismo especializado o “pai” do jornalismo ambiental brasileiro.

Essa parte do sertão, na orla dos tabuleiros que se dilatam até Jeremoabo, diverge muito das que temos rapidamente bosquejado. É menos revolta é mais árida. Rareiam os cerros de flancos abruptos e estiram-se chapadas grandes. O aspecto menos revoltado da terra, porém, encobre empecos porventura mais sérios. O solo arenoso e chato, sem depressões em que se mantenham reagindo aos estios, as cacimbas salvadoras, é absolutamente estéril. E como as maiores chuvas ao caírem, longamente intervaladas, mal o embebem, prestes desaparecendo sorvidas pelos areais, cobre-o flora mais rarefeita, transmutando-se as caatingas em catanduvás. (CUNHA, 1979, p. 137)

Outro marco para o jornalismo ambiental foi a Conferência de Estocolmo em 1972. Belmonte (2015) destaca alguns eventos específicos foram indispensáveis para que o jornalismo ambiental se tornar uma área específica no Brasil.

Muitos jornalistas brasileiros ainda consideram que a cobertura de meio ambiente é feita por um jornalismo científico com pauta ambiental. A meu ver, no entanto, uma separação entre o científico e o ambiental começou a ser delineada no Brasil com a realização do Seminário para Jornalistas sobre População e Meio Ambiente

promovido pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) entre 27 e 30 de novembro de 1989. (BELMONTE, 2015, p. 4)

Mas é em 1992, durante a Conferência da ONU (Organização das Nações Unidas) para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, que o jornalismo ambiental ganha força e adeptos, principalmente no Brasil. Estiveram presentes mais de 100 chefes-de-estado, entre presidentes, reis e primeiros-ministros, além de representantes de 170 países, 11 mil membros de entidades internacionais, três mil Ongs (Organizações Não Governamentais) e mais de seis mil jornalistas de todas as partes do mundo, que trouxeram o debate sobre a questão ambiental. Era preciso se preparar para pautas que ainda se mantinham distantes das redações.

Temas como biodiversidade, desenvolvimento sustentável, mudanças climáticas ainda não faziam parte do cotidiano de um país que acabara de eleger pelo voto seu presidente, após 26 anos de regime militar. Segundo a jornalista e pesquisadora Eliana Lima (2004), na Rio 92 foram dados passos decisivos para o que hoje poderia ser chamado de globalização dos problemas ambientais. Neste momento a imprensa começou a noticiar mais sobre meio ambiente, com reportagens e artigos a respeito dos mais variados assuntos dentro da pauta ambiental, sendo objeto de investigação constante desde então.

Durante o evento as mídias em geral criaram editorias específicas para as pautas ambientais, principalmente jornais e revistas, vivemos o auge da “febre ecológica”, redações de todos os grandes jornais do Brasil mantinham repórteres de plantão em frente ao Ibama (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) para saciar a ânsia por notícias ambientais. Infelizmente, após a conferência, toda essa euforia e interesse foram desaparecendo, alguns cadernos e programas televisivos foram enfraquecidos e tiveram sua frequência, tiragem e horários alterados sendo a maioria encerrada (ÂNGELO, 2008).

As pautas ambientais aparecem com maior destaque em editorias de Ciência e Saúde, mesmo sendo consideradas transversais. Teixeira (2014) afirma que

Há mais de um século, ações favoráveis ao meio ambiente já são praticadas no Brasil. Porém, essa realidade é incongruente em relação à mídia, onde as editorias de economia, política, esporte e cultura já estão internalizadas na pauta da sociedade, estão bem abastecidas de jornalistas para produzir informações sobre os respectivos temas. O meio ambiente não recebe a mesma importância e o mesmo tratamento dado às editorias supracitadas, mas não é completamente relegado já que aparece, mas não com a mesma periodicidade, intensidade e espaço dos temas “tradicionais”. (TEIXEIRA, 2014, p. 76)

O Jornalismo Ambiental era considerado um ramo do Jornalismo Científico, pois lida com a ciência e busca difundir a relação sociedade – meio ambiente. A comunicação é essencial para a conscientização pública de segmentos da sociedade sobre como agir para a promoção do desenvolvimento sustentável. O autor enfatiza também que todos têm direito à informação e que a imprensa é a forma de democratizar a informação científica e tecnológica embutida nas questões ambientais.

É possível afirmar que a mídia contribui muito para o aumento da sensibilização e atos dos indivíduos no combate aos problemas ambientais, juntamente com as de Ongs ambientalistas e órgãos de governo. O movimento ecológico e o jornalismo ambiental, desde o início dos anos 70, têm dado um bom exemplo de compromisso com a cidadania na medida em que foram os primeiros a colocar na ordem do dia conceitos e discussões que ficavam até então restritos às instituições de pesquisa e universidades. Com o tempo as pessoas começaram a entender o que é poluição, o que é agrotóxico, qual o problema da camada de ozônio, para ficar só nestes exemplos, e a se somarem aos grupos que reivindicam melhoria da qualidade da água, do ar, do solo, entre outros temas importantes.

O jornalismo ambiental deve buscar mudanças conceituais e práticas na própria concepção da comunicação e da ciência ecológica. Se antigamente homem e natureza eram estudados de formas separadas, hoje isso não é mais possível. É notório que um não vive sem o outro, então a forma de se divulgar a questão ambiental também deve mudar.

[...] a degradação crescente do meio ambiente nos leva a pensar sobre a emergência de uma *nova ecologia* particularmente por meio de uma visão paradigmática que associa num todo único e sob a forma de múltiplas curvas os elementos: organização viva, natureza, homem e sociedade. (VEGA, 2005, p. 38)

O jornalismo ambiental, diferente de outras especialidades como o econômico, o esportivo ou o político, ainda carece de profissionais que vejam nele uma oportunidade real para produção de boas matérias e um novo nicho de mercado de trabalho. Segundo o professor Victor Bacchetta,

Toda a crise ambiental inclui uma história e um conflito de interesse que o jornalista deve investigar. Para se chegar a sustentabilidade ambiental não há receitas, é um processo aberto que requer a participação ativa da comunidade. Exercer e contribuir com a cidadania nesse contexto é a principal função do Jornalismo ambiental. O Jornalismo ambiental adquire seu verdadeiro perfil na

apuração. Em primeiro lugar pela complexidade dos temas ambientais, que exigem interrelacionar uma diversidade de aspectos científicos, económicos, sociais, culturais, etc. (BACCHETTA, p. 85)

A International Federation of Environmental Journalists (IFEJ)⁴ criou um “Código de Ética para Jornalistas Ambientais” que estabelece os seguintes princípios:

1. O jornalista deve informar o público sobre as ameaças ao ambiente;
2. O jornalista deve esforçar-se para relatar diversos aspectos e assuntos relacionados com o meio-ambiente;
3. O jornalista desempenha um papel vital, permitindo às pessoas recorrer à ação para proteger o meio-ambiente;
4. O dever do jornalista está, não somente em alertar as pessoas sobre os perigos que a cercam, mas também em acompanhar tais ameaças e em mantê-las informadas sobre as ações tomadas para resolver os problemas;
5. O jornalista deve também tentar realizar reportagens que apresentem soluções possíveis aos problemas ambientais;
6. O jornalista não deve ser influenciado por interesses comerciais, políticos, governamentais ou não governamentais, dando espaço para todos os lados envolvidos em todas as controvérsias ambientais que estiver cobrindo;
7. O jornalista deve manter o máximo de isenção possível, citar as fontes da informação e evitar o comentário especulativo ou alarmista, bem como a reportagem tendenciosa;
8. O jornalista deve promover a igualdade no acesso à informação e ajudar organizações e indivíduos a recebê-la;
9. O jornalista deve respeitar o direito à privacidade dos indivíduos que foram afetados por catástrofes ambientais, por desastres naturais e quando assim desejarem, em qualquer caso;
10. O jornalista não deve hesitar em corrigir uma informação que acreditava estar correta e na verdade estava errada, ou tentar mudar a opinião pública através de análises à luz de acontecimentos futuros. (IFEJ, 2003, s/ p)

A publicação de temas polêmicos sobre impactos ambientais ainda sofre restrições dentro das redações, principalmente por serem em sua maioria denúncias políticas ou empresariais, o que pode atrapalhar futuras negociações comerciais desses veículos. É comum vermos matérias ambientais em editoriais específicas, como ciência e tecnologia, ou ambiente, o que não agrada aos pesquisadores da área, pois o conceito de visão holística e sistêmica tem por finalidade demonstrar

⁴ Federação Internacional de Jornalistas Ambientais, sediada em Washington D.C., nos Estados Unidos.

que as matérias relacionadas às questões ambientais podem fazer parte de qualquer tipo de notícia, da econômica até a esportiva.

[...] os jornalistas deverão mudar, e seu modo de pensar, fragmentário, deverá tornar-se holístico, desenvolvendo uma nova ética profissional baseada na consciência social e ecológica. Em vez de se concentrar em apresentações sensacionalistas de acontecimentos aberrantes, violentos e destrutivos, repórteres e editores terão de analisar os padrões sociais e culturais complexos que formam o contexto desses acontecimentos, assim como noticiar as atividades pacíficas, construtivas e integrativas que ocorrem em nossa cultura. (CAPRA, 1982 apud GIRARDI, 2012, p. 57)

A cobertura do meio ambiente mostra que é necessário contemplar realidades e instâncias distintas no processo de comunicação orientada para esta temática.

A cobertura apresenta singularidades quando se considera a imprensa de informação geral ou de negócios, a imprensa segmentada ou especializada em meio ambiente, a publicidade, os canais de marketing, ou ainda quando se focaliza especificamente as diversas mídias ou ambientes midiáticos, como o rádio, a TV e a Internet. Em virtude das peculiaridades de cada mídia e do perfil de sua audiência, o discurso varia assim como sua capacidade de influência. (BUENO, 2002, s/p)

Recentemente, polêmicas travadas em virtude de temas candentes, como a Biodiversidade (que engloba subtemas como biopirataria, extinção de espécies), as Relações Socioambientais (como os transgênicos, o Protocolo de Quioto, os desmatamentos para a criação de pastos), e as Mudanças Climáticas Globais, trouxeram novo impulso ao jornalismo ambiental. Para Mario Erbolato (1981),

A desapropriação de áreas onde existam espécimes raros da flora e da fauna, o desaparecimento de animais em consequência da alteração de seu habitat e o uso de defensivos agrícolas têm preocupado bastante os cientistas, e os jornalistas. Toneladas de peixes que vêm à tona, mortos, em rios, quando alguma indústria neles despeja seus resíduos, são notícias não muito raras.

Jornalisticamente, devem ser feitos levantamentos e denúncias de tudo quanto prejudique a vida humana, seja na cidade, seja nos campos, e ser impedida a fabricação de produtos que possam causar a destruição de animais. Talvez seja essa hoje, uma das mais prioritárias missões que se possa atribuir à imprensa, pois se tudo caminhar como atualmente, é difícil saber o que acontecerá dentro de um ou dois decênios. (ERBOLATO, 1981, p. 35)

Em 1987, o conceito de Desenvolvimento Sustentável aparece no relatório chamado de Nosso Futuro Comum⁵, baseado no relatório da Comissão

⁵ Brundtland, G. **Our Common Future** – Call for Action. 1987.

Brundtland, presidida pela ex-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, para a ONU, o texto apresenta a concepção de que este é um tipo de desenvolvimento que permite utilizar os recursos naturais para satisfazer as necessidades do presente, sem extingui-los para que possam também ser utilizados pelas próximas gerações.

[...] os desafios do desenvolvimento sustentável implicam a necessidade de formar capacidades para orientar um desenvolvimento fundado em bases ecológicas de equidade social, diversidade cultural e democracia participativa. Isto estabelece o direito à educação, a capacitação e a formação ambiental como fundamentos da sustentabilidade, que permita a cada pessoa e cada sociedade produzir e apropriar-se de saberes, técnicas e conhecimentos para participar na gestão de seus processos de produção, decidir sobre suas condições de existência e definir a sua qualidade de vida. (LEFF, 2001, p. 49)

A busca pela sustentabilidade é dever de todos, temos que estar informados sobre como nossas ações cotidianas podem influenciar um sistema tão complexo e frágil como o ambiente. Há anos estamos adaptando a biosfera às nossas necessidades essenciais ou supérfluas, e isso a informação ambiental pode mostrar. Apesar da temática ambiental estar cada vez mais em evidência, como veremos nesse estudo, ainda são poucas as matérias que inter-relacionam a tríade sociedade, desenvolvimento e meio ambiente.

Alguns marcos científicos auxiliam na pesquisa e difusão das pautas ambientais, como a já citada Rio 92, e o anúncio da Unep (United Nations Environmental Program), órgão das Nações Unidas para o Meio Ambiente, que, através do IPCC (Intergovernmental Panel on Climate Change) em fevereiro de 2007, divulgou um relatório listando os efeitos já ocasionados pelas mudanças climáticas e suas principais causas, demonstrando claramente que o homem é o grande responsável pelas drásticas mudanças globais que vêm ocorrendo nos últimos séculos, através principalmente da emissão de Dióxido de Carbono (CO₂). Também é importante uma maior profundidade na produção de reportagens.

Na era da informação, na idade média, onde os profissionais da comunicação pertencem ao que se convencionou chamar de Quarto Poder, meio ambiente ainda é uma questão periférica, porque não alcançou esse sentido mais amplo, que extrapola a flora e fauna. O interessante é que esse sentido mais amplo está na origem da expressão meio ambiente, que reúne dois substantivos redundantes: meio (do latim mediu) significa tudo aquilo que nos cerca, um espaço onde nós também estamos inseridos; e ambiente portanto, seria tudo o que vai à volta. Mas

dizer que meio ambiente é tudo seria simplificar demais a questão. (TRIGUEIRO, 2005, p. 77)

A Comunicação Ambiental possui áreas de intersecção importantes, referindo-se a temas como a questão do lixo urbano, a poluição industrial, e assim por diante, e por isso é importante que estas questões sejam vistas sempre sob uma perspectiva crítica, no entanto, os meios de comunicação se interessam por superficialidades da luta ambiental. E não pelas questões de base, que são questões, digamos, transformadoras. Desde as décadas de 1960 e 1970, diferentes correntes de pensamento a respeito da temática ambiental têm aflorado, impulsionados pelos movimentos de contracultura, pelo ambientalismo e pela visão multidisciplinar que áreas da ciência começaram a adotar (SCHWAAB, 2018).

Essa comunicação tem uma atuação fundamental, buscando desta forma trazer à sociedade em geral, de forma leve e facilmente compreensível, histórias e opiniões sobre causas e efeitos da proteção e degradação ao meio ambiente.

Paralelamente à avalanche de notícias que são passadas pela mídia existe um crescente grau de desinformação na nossa sociedade. Isto nos impede de tomar decisões que dizem respeito ao tipo de sociedade que queremos para viver, ou que estamos construindo para nossos filhos. Outras vezes decidimos de forma equivocada ou simplesmente ficamos imobilizados frente a tantos horrores que chegam em nossa casa através da mídia ou via Internet. (GIRARDI, 2011, s/ p)

Temos a convicção de que alguns equívocos que podemos observar no jornalismo ambiental derivam da tentativa recorrente de reduzir este campo a dimensões e perspectivas específicas como, por exemplo, as que privilegiam os aspectos técnico-científicos e econômicos. Este reducionismo conceitual esvazia o campo do jornalismo ambiental exatamente porque compromete a sua condição de disciplina e prática inter e multidisciplinares e tem servido para atender a interesses que penalizam a sociedade.

Na sociedade atual, quando as Ciências Humanas estão voltadas para os valores do meio ambiente, o fenômeno da globalização padroniza os interesses dos habitantes do planeta, torna-se necessário que se busque analisar criticamente os fatos comunicacionais na sua interface com a economia, com a ecologia, uma vez que a mídia perpassa tudo, desde o contexto sócio histórico em que ocorrem os fatos, até os processos de produção, transmissão e recepção das formas simbólicas que têm o poder de manipular os seres humanos. (SOUZA et al., 2005, s/ p)

É dever da mídia não deixar que este conceito de sustentabilidade se torne um clichê ou que entre no rol das palavras utilizadas apenas para promover empresas ou pessoas. O chamado *marketing* verde está em alta entre as empresas, devido ao populismo dos fatos preservacionistas.

a comunicação ambiental não é neutra é um instrumento que tanto pode estar a serviço de grupos e pessoas empenhadas sinceramente na defesa do meio ambiente, quanto movidas por interesses individuais ou corporativos que contratam profissionais para tentar passar uma imagem de ambientalmente responsáveis, sem ser, para se apossarem de recursos naturais ameaçados antes que se tornem indisponíveis ou caros demais tirar de onde está. Diante da impossibilidade de neutralidade, o profissional de comunicação ambiental precisa balizar sua conduta por um código de ética ambiental. (BERNA, 2003, s/ p)

A informação ambiental deve ser de fácil entendimento pelo leitor e conter os aspectos científicos citados pela fonte, aquilo que o meio acadêmico chama de “vulgarização do saber”. Uma boa reportagem ambiental deve estar profundamente embasada em conceitos técnicos, mas com uma tradução simples e objetiva. A comunicação é essencial para a conscientização pública de segmentos da sociedade sobre como agir para a promoção do desenvolvimento sustentável, além disso, todos têm direito à informação e a imprensa é a forma de democratizar a informação científica e tecnológica embutida nas questões ambientais, pois

tamanha responsabilidade certamente obriga cada jornalista ambiental a refletir sobre a qualidade da informação diariamente levada ao público. Trabalhar com consciência no lugar que o jornalismo ocupa na agenda ambiental é se preocupar muito mais com a precisão, o rigor científico, as opiniões embutidas nos textos e a educação do leitor. É trilhar o caminho sem volta do compromisso. (JOHN, 2001, s/ p)

O jornalista Nelson descreve em seu livro *Dez dicas práticas para o Meio Ambiente* (1994) as características que devem nortear uma boa matéria ambiental para que ela atinja seus objetivos, que são a informação, a divulgação e a facilitação ao entendimento dos acontecimentos:

1. Escreva reportagens originais, com frases simples e claras evitando misturar várias ideias complexas em um só parágrafo, assegurando que o leitor está acompanhando seu raciocínio. Acrescente contexto e informações suficientes para que o leitor compreenda claramente a reportagem. Reformule ou elimine as informações técnicas que poderiam confundir ao invés de instruir. Use muitas descrições. Faça o leitor sentir o gosto e o cheiro da história, faça-o ver;
2. Crie e preserve as boas fontes, sendo gentil, deixando a pergunta mais difícil para o final;

3. Prepare-se com antecedência. Faça perguntas que o ajudem a expandir seus conhecimentos sobre as questões em geral. Peça às fontes que lhe recomendem livros, glossários ou material informativo básico;
4. Traduza o jargão ambiental. Verifique se está usando linguagem cifrada, se o texto não vai confundir o leitor. Se explicou de maneira precisa e apropriada o jargão e os termos científicos e se o texto ajuda a aumentar o conhecimento dos leitores ou telespectadores;
5. Torne a reportagem viva e atraente;
6. Repense as estatísticas. Ao usar números pense em termos de analogia. Ao citá-las, assegure-se de que são fáceis de entender;
7. Cuidado com os conceitos científicos, criando seus próprios arquivos sobre assuntos de interesse; guarde artigos de revistas, recortes de jornais e dicas;
8. Examine as informações com espírito crítico, procurando evitar frases longas, parágrafos desconexos e longas citações;
9. Procure o equilíbrio, pedindo exemplos, especificando soluções para os problemas;
10. Não esqueça a repercussão. (NELSON, 1994, p. 15-41)

A maioria dos jornalistas que trabalham com as questões sobre meio ambiente se posicionam a favor das causas ambientais, mas, apesar disso, eles têm a função de informar o público, com material preciso e imparcial, deixando que o leitor avalie e tome suas decisões. Também é importante frisar que os meios de comunicação podem e devem servir de ferramenta para a educação ambiental, mas não cabe a eles essa função, que pertence a professores e pedagogos. Bortolozzi (1999) revela que boa parte das informações que os professores de escolas públicas recebem sobre meio ambiente vem da mídia, especialmente da televisão.

Com o agravamento da situação ambiental no mundo e o surgimento de várias catástrofes naturais, torna-se relevante pensar em como a ideia de meio ambiente está constantemente sendo construída e reconstruída pelo jornalismo.

Isso porque o jornalismo não passa somente a refletir o interesse dos leitores pelas questões ambientais por meio da ampliação dos espaços para esse tema, mas também ajuda a evidenciar a realidade e contribui para fazer com que a população desperte para a importância da preservação. (MASSIERER, 2011, p. 11)

O jornalismo ambiental está se constituindo em uma especialidade na qual a formação de profissionais capacitados se torna imprescindível, do mesmo modo como ocorreu no caso dos cronistas esportivos na década de 1940 e dos jornalistas especializados em economia e política nos últimos vinte anos.

Não bastasse o dever social intrínseco da mídia e da área acadêmica, resta ainda à própria legislação requerer dos meios de comunicação uma participação cívica no esclarecimento da população sobre meio ambiente e sustentabilidade, o

que é um direito de todos, democraticamente, como se pode aferir da Lei 9.795/99, em seu artigo 3º combinado com o parágrafo IV (CAMPOS, 2006) :

Como parte de processo educativo mais amplo, todos têm direito à educação ambiental, incumbindo: IV – Aos meios de comunicação de massa colaborar de maneira ativa e permanente na disseminação de informações e práticas educativas sobre meio ambiente e incorporar a dimensão ambiental em sua programação. (BRASIL, 1999)

Seguindo a mesma linha, Sousa (2008) destaca sua percepção de como o jornalismo ambiental pode aumentar sua receptividade junto a sociedade, até porque estas temáticas, na maioria das vezes, estão relacionadas a qualidade de vida e o futuro das próximas gerações. O pesquisador então sugere algumas ações que devem ser incorporadas às práticas do jornalismo ambiental e às mídias, a saber:

1. Criar seções fixas e estáveis dedicadas ao ambiente no seio das redações, em especial nos meios públicos, pagos pelos contribuintes, com vista à promoção de uma ecoalfabetização marcada pelo rigor científico e não pela militância política nem pelos interesses econômicos.
2. Estimular a especialização em jornalismo ambiental e a formação contínua dos jornalistas ambientais, devido à complexidade do campo e à necessidade de rigor e balanceamento científicos, num contexto em que muitas vezes a ecologia-ciência se confunde com o ecologismo-militância. A especialização em ambiente fomentaria, também, a capacidade de descodificação do jargão técnico-científico, de maneira a tornar as questões ambientais mais acessíveis aos cidadãos.
3. Preservar a independência e a capacidade de mediação jornalística face às fontes (todas as fontes) potencialmente interessadas em enviesar a cobertura dos temas ambientais, evitando a rotinização do acesso ao campo jornalístico das fontes mais poderosas e com maior capacidade de mobilizar recursos, em favor da auscultação balanceada e pertinente das várias partes com interesses atendíveis nas notícias ambientais. Permitir o embate de ideias e de interpretações para os factos, que é uma das funções centrais do jornalismo nos países democráticos. O jornalismo, mesmo no domínio ambiental, é uma arena pública simbólica.
4. Investigar sempre as relações de interesse que possam existir entre as fontes e as empresas, os grupos políticos, os grupos sociais, os lóbis ou mesmo as organizações ambientalistas, já que entender essas ligações pode ser determinante para compreender até que ponto a fonte é crível, pertinente e “benigna” para a informação.
5. Não ignorar as contribuições que podem ser dados pelos cientistas do ambiente na interpretação dos fenómenos ambientais, ainda que os critérios de noticiabilidade potenciem uma cobertura mais sensacionalista e atrativa, mas também mais enviesada, em relação à realidade. Não ignorar, também, a voz dos cidadãos comuns, principalmente quando são estes a sofrer as consequências diretas dos problemas ambientais ou das políticas que os tentam corrigir ou que os agravam; nem ignorar a voz dos governantes e políticos, que devem comparecer quotidianamente perante o “tribunal da opinião pública”, para que os seus atos e ideias sejam passíveis de avaliação, juízo e crítica ou elogio.

6. Ter em mente, como sempre, que para informar não é preciso entediar. Para que o jornalista ambiental consiga influenciar a agenda dos cidadãos, é preciso que seja contido, mas também que faça peças acessíveis, atraentes e elegantes, pois para que qualquer tema seja incluído na lista de preocupações cidadãos, é necessário, antes de tudo, que os cidadãos reparem nas notícias, consigam entender o seu conteúdo e efetivamente as consumirem. Cultivar o interesse humano, na justa conta e medida, pode ser uma boa tática na informação jornalística ambiental.

7. Oferecer informação de proximidade, que tem maiores possibilidades de integrar a agenda pública, mas também informação útil, para que o receptor possa usar a informação que consumiu. Pode tentar respeitar-se a máxima ecologista “pensar global, agir localmente”.

8. Quando pertinente, procurar, ao informar, oferecer também informações sobre alternativas comportamentais que o receptor possa assumir para contribuir pessoalmente para a resolução ou atenuação dos problemas ambientais.

9. Procurar situar os problemas ambientais nos seus contextos econômicos, políticos, sociais e culturais, mas evitando que a informação contextual suplante ou obscureça o núcleo duro da informação. Ter em mente que a prolixidade pode impedir que a notícia seja efetivamente consumida, especialmente na imprensa.

10. As matérias jornalísticas sobre ambiente devem partir de situações concretas e devem apoiar-se em “dados fundamentados ou em hipóteses prováveis e que merecem ser analisadas”.

11. Evitar o denunciismo fácil e frouxo dos problemas ambientais, em favor da profundidade, do rigor e do equilíbrio. (SOUSA, 2008, p. 31)

1.1. A responsabilidade informativa e difusora de conhecimento da imprensa no contexto socioambiental

A mídia é hoje a principal fonte de informação para grande parte da população. No Brasil 162,9 milhões de pessoas moram em domicílios com TV; isso significa que nove em cada dez moradias têm um aparelho, “32,3% a mais do que os 123,2 milhões de domicílios com rede coletora de esgoto ou fossa séptica” (IBGE, 2005).

Há municípios sem agência dos correios, posto bancário ou unidade básica de saúde, mas não há uma única cidade no Brasil que não receba a programação de uma emissora de TV. Segundo dados do IBGE, o brasileiro passa quase cinco horas diárias na frente da televisão, a criança, em média, de 3 a 4 horas; “depois da escola, é a atividade que mais ocupa o tempo dos jovens, muitas vezes servindo como principal fonte de lazer” (PNUD, 2006). Isto tudo nos mostra a importância dos veículos de comunicação, principalmente a televisão e o rádio, na transmissão da informação e no processo educativo do indivíduo; muitos que os acompanham não

têm outro canal de informação, nunca frequentaram uma escola e não têm acesso a livros.

a Educação é baseada em processos de comunicação e é desenvolvida em sistemas de informação. A comunicação humana, em todos os climas, sob qualquer circunstância e modalidade, como base de interações e inter-relações sociais, contém elementos de aprendizagem e educação. (PRADA, 1990, p. 67)

O educador Paulo Freire destaca uma *Pedagogia da Comunicação*, que objetiva o diálogo para a compreensão do mundo pelo ser humano. Logo, o diálogo entre a educação e o homem é o que significa a comunicação (FREIRE, 1980).

O jornalista Roberto Villar Belmonte debate a função dos meios de comunicação em relação à importância da discussão dessa temática. De acordo com o autor, os meios de comunicação desempenham sua função primordial, que é informar, embora, por vezes, assustem a população. Mas, frente à crise ecológica, a imprensa também deve assumir o papel de educar e transformar (BELMONTE, 2015).

Existe um campo pedagógico chamado de Educomunicação ambiental que busca utilizar veículos de comunicação como jornais, reportagens de televisão e de rádio como ferramentas pedagógicas, fazendo essa relação entre comunicação e educação.

Segundo o professor Ismar de Oliveira Soares,

A Educomunicação é um campo de convergência de todas as áreas das ciências humanas. É um conceito novo, mas que é originário de experiências como as de Paulo Freire junto às ligas camponesas de Pernambuco nos anos 50, os “círculos de cultura”. Essas experiências de educação popular com forte interface na comunicação foram fundamentais a toda concepção pedagógica de Freire e ganham força de novo a partir dos anos 70. Atualmente, produzem resultados extraordinários em projetos culturais, socioeducativos e ambientais por todo o Brasil e em outros países. (SOARES, 2004, s/ p)

O educador francês, Celestin Freinet destacava como a mídia poderia participar do processo educacional e o usava com dinâmica e participação. De acordo com Marisa Del Gioppo Elias (2010) “Freinet explica que a imprensa é um dos recursos mais ricos e produtivos no processo de construção da narrativa, momento em que a criança pode explicar a experiência vivida. Desta forma, pode ser usada para a construção do conhecimento científico de forma lúdica e cooperativa” (ELIAS, 2010, p. 53).

A Conferência Internacional de Tbilisi em 1977 definiu que “a educação ambiental é um processo de reconhecimento de valores e clarificação de conceitos, objetivando o desenvolvimento das habilidades e modificando as atitudes em relação ao meio ambiente, para entender e apreciar as inter-relações entre os seres humanos, suas culturas e seus meios biofísicos. A educação ambiental também está relacionada com a prática das tomadas de decisão e a ética, que conduzem para a melhoria da qualidade de vida” (SATO, 2018, p. 61).

Mas, para que o jornalismo possa ser utilizado com frequência no processo de educação ambiental, é necessário que os profissionais da área busquem aprofundar seus conhecimentos sobre os temas a serem difundidos e discutidos. É imprescindível que a informação não contenha erros científicos ou de conhecimento. Para Luís Fernando Angerami Ramos, “os meios de comunicação influenciam a humanidade na discussão dos temas ambientais com vistas à remodelação dos exemplos de desenvolvimento e da degradação ao meio ambiente” (RAMOS, 1996, p. 118).

Em virtude da responsabilidade social que lhe é inerente, o jornalismo deve voltar-se para a educação ambiental permanente. Para tanto é necessário que os estudantes travem contato, na Universidade, com uma abordagem sistêmica indispensável à compreensão das relações entre os fenômenos, não só que se referem ao meio ambiente, mas em relação ao próprio ensino, como instância de educação libertadora, para vencer os preconceitos, romper os paradigmas do racionalismo estabelecido, refundar a ética e rever o conceito de objetividade. (CAMPOS, 2006, p. 185)

O jornalismo em meio ambiente pode auxiliar o debate ambiental, demonstrando a interdisciplinaridade dos eventos ecológicos. Uma matéria que fale de lixo pode ser incrementada com populações que vivem nos bolsões de pobreza, incluindo os lixões e famílias que conseguem sobreviver graças aos materiais recicláveis. Se academicamente é mais difícil para um educador trabalhar de maneira holística o meio ambiente e qualquer outra ciência ou evento social, para o jornalismo isto é fundamental.

Infelizmente, o que ainda se vê nos meios de comunicação são matérias poucos profundas e sensacionalistas. Muito se fala sobre extinção, ou mudanças globais, mas, na maioria dos casos, exploram-se seus efeitos, e muito pouco se informa sobre suas causas. A matéria ambiental, por ser científica, deve ser mais informativa, realizar um trabalho de divulgação científica. A fragmentação dos

temas ambientais pela imprensa é vista como o grande problema comunicacional da informação ambiental, pois leva o leitor a pensar que ele não faz parte da temática e está distante das resoluções dos problemas que venham a ocorrer nas geleiras da Groenlândia ou com o massacre de cangurus, se estamos tão distantes desses lugares.

O despreparo de profissionais da Comunicação nas questões ambientais, e muito mais em relação à educação ambiental, leva à transmissão de conceitos ambientais equivocados, de teor principalmente naturalista, priorizando problemáticas globais, o que induz a população a pensar a realidade ambiental a partir de temas e vocabulários distanciados de seu próprio cotidiano (CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 1997).

O alcance de um futuro sustentável está no fomento, entre a população, da importância do meio ambiente. A incorporação dessa consciência permite que os membros de uma comunidade se identifiquem na busca de um propósito de mudança “aprendendo com seus próprios erros e tentativas, a desenvolver suas capacidades de organizarem-se, integrarem-se e se autoajudarem para dobrar os obstáculos que se opõem a seus processos particulares de desenvolvimento. Uma das formas das pessoas adquirirem essa consciência e serem capazes de acessar e assimilar informações necessárias à tomada de decisões e à melhoria de sua qualidade de vida é, como foi ressaltado, por meio da Educação Ambiental” (BARROS, 2004, p. 93).

O jornalista, através dos veículos de comunicação deve estar sempre em busca da matéria mais verossímil, indo atrás de boas fontes, estudando, questionando e sempre trabalhando com ética. Isto porque, antes de auxiliar na formulação de uma consciência crítico pedagógica, é necessário refletir com equilíbrio e responsabilidade. Além disso, precisamos saber se já estamos preparados para lidar com os novos tipos de linguagem que possam advir das exigências de uma população mais conhecedora de seus direitos e preocupada com o futuro que está por vir.

Canela (2006) argumenta que, em sociedades complexas, o acesso à informação contextualizada é ferramenta de poder para cidadãos, permitindo que venham a conhecer e exigir seus direitos, exercendo, desta maneira, a própria independência e cidadania. Martins e Paulino afirmam que a mídia faz parte de uma

esfera pública, e como tal, não pode estar dissociada dos ideais de justiça e de interesse público (MARTINS; PAULINO apud SILVA et al., 2005).

1.2. Jornalismo nas redes e a democratização do acesso à informação

Creech e Mendelson (2015) destacam que a digitalização das mídias resultou em grande incerteza para o jornalismo, levando a grandes mudanças dos modelos de negócios, fluxos de receita, e práticas de produção. Essa incerteza gerou muitas discussões sobre o futuro do jornalismo e as habilidades exigidas pelos profissionais para se adaptarem a este ambiente.

Compreender a disruptura na produção de notícias e no jornalismo, e decidir onde o esforço humano pode ser aplicado de maneira mais eficaz será essencial para todos os jornalistas. Descobrir o papel mais útil que um jornalista pode desempenhar no novo ecossistema de notícias requer duas perguntas relacionadas: onde os novos profissionais podem se sair melhor nesse novo modelo de mídia, e o que podem fazer para onde podem ser mais bem-sucedidos “em seus novos papéis”? (CREECH; MENDELSON, 2015, p. 158)

De acordo com Alves (2006), mesmo anteriormente ao aparecimento e crescimento da web, os veículos de mídia, entre eles os jornais, já tinham criado seus departamentos de “novos meios”, para realizar experiências com o que se convencionou chamar de Comunicação Mediada por Computador (Computer Mediated Communication).

Foi o caso dos projetos de videotexto, teletexto ou BBS (Bulletin Board Systems), que utilizavam a emergente tecnologia digital para distribuir notícias. Essas experiências foram rapidamente abandonadas quando os meios tradicionais se deram conta das vantagens da web. O modelo dos jornais diários foi naturalmente adotado como metáfora para a organização e apresentação dos conteúdos naquele novo ambiente gráfico da Internet, um meio ainda precário e com predominância de texto. A página inicial (*home page*) assemelhava-se à tradicional primeira página dos jornais, e as camadas interiores de conteúdo reproduziam as mesmas seções da edição em papel. (ALVES, 2006, p. 93)

Ainda sobre o Jornalismo em Rede, Alves destaca que a web representa uma mudança de paradigma comunicacional muito maior do que a simples formatação de novos meios de difusão. Ela é global, ampliando o alcance da informação produzida, acumulando conteúdos, rompendo com as formas organizacionais das empresas e principalmente gerando uma interatividade antes nunca vista. As transformações no acesso e no gerenciamento de informações são muito mais amplas do que parecem. Uma Revolução Digital segue em curso, as novas gerações

não conheceram o mundo sem o advento da internet ou quando ainda não existiam os dispositivos móveis, o aumenta o desafio do jornalismo ao lidar com as novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's). É um mundo onde a grande quantidade de informação disponível é a regra e não a exceção.

No jornalismo online as experiências e modelos geraram uma diferenciação de formatos que contemplam a distribuição de conteúdo variados, a depender do perfil da publicação. Palácios (1999) aponta cinco características do jornalismo feito para o *webspace*: multimidialidade/convergência, interatividade, hipertextualidade, personalização e memória, descritas a seguir:

Multimedialidade/Convergência - No contexto do jornalismo online, multimidialidade, refere-se à convergência dos formatos das mídias tradicionais (imagem, texto e som) na narração do fato jornalístico. A convergência torna-se possível em função do processo de digitalização da informação e sua posterior circulação e/ou disponibilização em múltiplas plataformas e suportes, numa situação de agregação e complementaridade.

Interatividade - Considera que a notícia online possui a capacidade de fazer com que o leitor/usuário se sinta mais diretamente parte do processo jornalístico. Isto pode acontecer de diversas maneiras: pela troca de e-mails entre leitores e jornalistas, através da disponibilização da opinião dos leitores, como é feito em sites que abrigam fóruns de discussões, através de chats com jornalistas etc. E a perspectiva da interatividade no âmbito da própria notícia, ou seja, a navegação pelo hipertexto que também pode ser classificada como uma situação interativa.

Hipertextualidade - Esta característica, apontada como específica da natureza do jornalismo online, possibilita a interconexão de textos através de links. A possibilidade de, a partir do texto noticioso, apontar-se (linkar) para outros textos complementares (fotos, sons, vídeos, animações etc.), outros sites relacionados ao assunto, material de arquivo dos jornais, textos jornalísticos ou não que possam gerar polémica em torno do assunto noticiado, publicidade etc.

Personalização - Também denominada individualização, a personalização ou customização consiste na opção oferecida ao usuário para configurar os produtos jornalísticos de acordo com os seus interesses individuais. Há sites noticiosos que permitem a pré-seleção dos assuntos, bem como a sua hierarquização e escolha de formato de apresentação visual (diagramação). Assim, quando o site é acessado, a página de abertura é carregada na máquina do usuário atendendo a padrões previamente estabelecidos, de sua preferência.

Memória - Palácios argumenta que a acumulação de informações é mais viável técnica e economicamente na Web do que em outras mídias. A memória pode ser recuperada tanto pelo produtor da informação, quanto pelo usuário. Sem as limitações anteriores de tempo e espaço, o jornalismo tem a sua primeira forma de memória múltipla, instantânea e cumulativa. Diferentemente do que sucedia em suportes midiáticos anteriores (impresso, rádio, TV, CD-ROM), a Web possibilita a utilização de um espaço praticamente ilimitado para o material noticioso (sob a forma de texto ou outros formatos midiáticos), bem como permite a disponibilização imediata de informação anteriormente produzida e armazenada, através de material de arquivo". (PALÁCIOS, 1999, p. 77-78)

Com a globalização da difusão da informação, a possibilidade de novos relacionamentos com o leitor surge, exigindo do jornalismo e do jornalista novas técnicas redacionais. O crescente desenvolvimento de novos meios de comunicação cria um espaço multimidiático que abre novos caminhos para o jornalismo. A convergência é um processo cultural que acontece na mente dos indivíduos na medida em que podem ser estabelecidas conexões entre os elementos da cultura da mídia, isto é, das mensagens que circulam nos meios de comunicação, e a realidade cotidiana.

Para Martino (2015, p. 35) a convergência não existe exclusivamente por conta das tecnologias – embora tenham importância para isso. A tecnologia cria as possibilidades, mas depende de outro fator para ganhar um tom mais próximo da produção humana – sua dimensão cultural.

Alguns jornais como norte-americano *Washington Post*, o inglês *The Guardian* e até o brasileiro *Folha de São Paulo* vem investindo bastante nas plataformas virtuais para a divulgação de suas notícias. Em entrevista à *Folha de São Paulo*, o editor do *The Washington Post*, Marty Baron, declarou que a narrativa jornalística mudou muito com a interatividade. Ele elogia a riqueza de detalhes que podem ser obtidos pelas convergências midiáticas e as oportunidades que serão oferecidas aos novos profissionais (LORES, 2015, s/ p).

No Brasil o primeiro *site* jornalístico foi o do *Jornal do Brasil*, criado em maio de 1995, seguido pela versão eletrônica d'*O Globo*. Quase simultaneamente o Grupo Estadão lança sua versão online da *Agência Estado*. O grande investimento do jornalismo em rede brasileiro foi feito por empresas tradicionais como O Globo, Grupo Folha e Estadão. Alguns projetos paralelos como IG, Zipnet e Starmedia chegaram a atrair investimentos estrangeiros e duraram alguns anos (FERRARI, 2004).

Em 2014, pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostrou que 77,7 milhões de pessoas de 10 anos ou mais de idade acessaram a Internet, além disso, 115, 4 milhões de pessoas tinham um aparelho celular móvel, demonstrando que o país ocupa a terceira posição mundial em usuários ativos na internet.

De acordo com Barsotti (2014), os brasileiros ficam 170 minutos por dia em média conectados. O segundo meio que mais atrai a atenção da população é a TV em que as pessoas dispensam 129 minutos diariamente.

Enquanto os jornais impressos assistem a uma queda na circulação e receitas jamais vistas, a internet desponta como uma das principais fontes de notícia no Brasil. A rede mundial de computadores, no entanto, traz incertezas quanto ao futuro do jornalismo. (BARSOTTI, 2014, p. 84)

No mesmo ano a Associação Brasileira de Jornais (ANJ) afirmou que, em 2014, as edições impressas dos jornais brasileiros não mantiveram a tendência de crescimento da circulação diária registrada ao longo de quase toda a década anterior, uma diminuição observada sobretudo nas vendas avulsas, (7,6% – de 2.192.117 para 2.025.364) e no mesmo período, as edições digitais mais que dobraram, pois registraram uma expansão de 118% (500.370), ante 228.944, no ano anterior. Em consequência, a participação das edições digitais no total de circulação auditada passou de 5,2% para 11,4%.

No Brasil, além das edições online dos jornais comerciais diários e seus similares impressos, temos os grandes portais, agregando informação jornalística abrangente, serviços e entretenimento, e os portais locais ou regionais – *sites* com atuação focada em um determinado estado ou uma cidade, que se concentram na oferta de conteúdo local e serviços específicos (BARBOSA, 2004, p. 48).

No jornalismo em rede, em redações integradas, os editores continuam pautando os repórteres para a produção contínua de notícias. Os repórteres por sua vez, selecionam suas fontes, apuram e produzem a notícia (BARSOTTI, 2017).

1.3. O Jornalismo e sua relação com a formação e informação científica

A maioria dos cidadãos após saírem dos bancos escolares continuam tendo vasta informação sobre Ciência, Tecnologia e Informação principalmente a partir dos veículos de comunicação. Como a ciência é um tema transversalizado, o ser humano continua aprendendo ao ler as notícias de seu jornal diário, assistindo a programas de televisão e folheando alguma revista. E com a chegada dos canais por assinatura e principalmente da internet, o acesso a essas informações está cada vez mais democrático. (DUNWOODY, 2008)

No apogeu da revolução científica, a Inglaterra despontou como berço da divulgação e do jornalismo científico e a partir de meados do século XVII começou uma intensa circulação de cartas, expedidas por cientistas, sobre suas ideias e novas descobertas. Coube ao alemão Henry Oldenburg (1618- 1677) a combinação do caráter informal e fragmentado dessas cartas com o potencial de alcance do texto impresso, surgindo assim a função de jornalista científico, que abriu espaço para a

divulgação científica. Em 1665, Henry criou o periódico científico *Philosophical Transactions* que durante mais de dois séculos permaneceu como modelo para as modernas publicações científicas (OLIVEIRA, 2005).

Na segunda metade do século XIX, o jornalismo científico recebeu um grande impulso, muito disso devido às duas guerras mundiais. Após a I Guerra (1914-1919), jornalistas americanos e europeus, ávidos por informações sobre as novas armas utilizadas, criaram as primeiras associações de jornalismo científico. Em 1945 foi fundada a Associação Britânica de Jornalismo dos Escritores da Ciência e em 1971 a União Europeia das Associações de Jornalismo Científico (European Union of Science Journalism Association's – EUSJA).

O Jornalismo como ferramenta de divulgação de ciência vem se fortalecendo e se redescobrimdo desde então,

O aprimoramento do trabalho jornalístico voltado para a ciência – pensado na perspectiva de seu papel central para os processos de desenvolvimento – envolve, para além do agendamento deste tema, o provimento aos cidadãos e cidadãs de informações de qualidade sobre as ações governamentais e outras questões de interesse coletivo. Historicamente a imprensa se constitui enquanto instituição capaz de oferecer ao público, de forma rápida e organizada, um grande volume de elementos para que determinado tema seja compreendido, inclusive no que se refere à manifestação de posturas antagônicas. (UNESCO, 2003, s/ p. 59).

Em 1934, doze jornalistas científicos reunidos em Washington criaram a Associação Nacional de Escritores da Ciência (National Association of Science Writers – NASW) com o objetivo de promover a disseminação de informações precisas sobre a ciência em todos os meios normalmente dedicados à informação pública, bem como estimular a interpretação da ciência e de seu significado para a sociedade, com os mais elevados padrões do jornalismo (NASW, 1934, s/p.).

Já no Brasil, até a chegada da corte portuguesa, era proibido imprimir livros e jornais, sendo a leitura e os estudos privilégio dos filhos da nobreza, que podiam se dar ao luxo de estudar na Europa.

A pesquisa científica no Brasil era incipiente até o século XIX e só começou a mostrar alguma força a partir do século XX, quando a comunidade científica começou a organizar-se. O Jornalismo Científico foi uma das primeiras formas de jornalismo especializado que chegou ao Brasil. Nesse período foram publicados alguns periódicos sobre divulgação científica, como a *Revista Brasileira* (1857), e a *Revista do Rio de Janeiro* (1876).

Segundo Melo e Ribeiro (2015), Hipólito José da Costa com seu *Correio Braziliense*, abriu espaço para a informação de natureza científica quase sempre divulgando fatos e ideias geradas da Europa e consideradas relevantes pelo jornalista para aplicação no Brasil.

No entanto, antes disso, Hipólito realizou uma missão diplomática a serviço da Coroa Portuguesa, com a finalidade de observar a economia agrícola norte-americana, discernindo quais inventos científicos e inovações tecnológicas eram factíveis de transplantação para o Brasil, então colônia de Portugal na América. Assim ele demonstrou capacidade de percepção das invenções científicas e dos processos de difusão coletiva vigentes naquela sociedade, ao mesmo tempo em que faz referências ao contexto colonial europeu. (MELO; RIBEIRO, 2015, p. 68)

A partir da década de 20, ocorreram muitas iniciativas em divulgação e jornalismo científico no Rio de Janeiro, capital do país. Em 1931 foi publicado, no Rio de Janeiro, o primeiro livro brasileiro sobre divulgação científica, intitulado *A vulgarização do saber* de Miguel Ozório de Almeida. Na década de 40 a ciência brasileira entrou na agenda do governo, influenciada principalmente pela II Guerra.

Um nome de destaque do período é o do médico, pesquisador, educador e jornalista José Reis (1930-2002), considerado o patrono do Jornalismo Científico no Brasil. Reis ficou conhecido pela coluna científica *Periscópio* que escrevia semanalmente na *Folha de São Paulo* desde 1947 até 2002. Em 1948, juntamente com outros cientistas, fundou a SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), entidade preocupada em discutir a função social da ciência, que se tornou respeitada e conhecida ao longo dos anos.

A criação do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) em 1951, representou o primeiro esforço significativo nacional de regulamentar a ciência e a tecnologia no país, tendo status de ministério, até a criação do Ministério da Ciência e Tecnologia em 1985. Em 1979 o órgão criou o Prêmio José Reis de Divulgação Científica.

O regime militar também deu grande impulso ao desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro articulando grandes projetos como o programa nuclear, a indústria aeronáutica e o programa espacial. Devido ao cerceamento da liberdade de expressão daquele período, os jornalistas eram obrigados a seguir à risca os ditames dos censores, divulgando, com ufanismo, os grandiosos projetos da época – a Transamazônica, as grandes hidrelétricas e outros.

Durante a década de 70, surgiram as associações de jornalismo científico na América Latina. Em 1971, o venezuelano Aristides Ramón Bastidas Gómez e o colombiano Manuel Calvo Hernandez criaram a Associação Ibero Americana de Jornalismo Científico. Já no Brasil, um pequeno grupo de jornalistas dedicados à ciência reuniu-se em 19 de setembro de 1977 na cidade de São Paulo para fundar a ABJC (Associação Brasileira de Jornalismo Científico), que teve como seu primeiro presidente José Reis.

Grandes eventos como a passagem do Cometa Halley (1986), as viagens espaciais e a Rio 92 influenciaram esse *boom* de jornalismo científico. Ainda segundo a pesquisadora Fabíola de Oliveira,

Em 1992 quando foi realizada no Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, já era grande o número de jornais e revistas especializadas e programas de rádio e TV. Fomos a reboque da tendência internacional, apesar de ainda faltar aos jornalistas ou escritores de ciência fundamentos capazes de integrar áreas como a economia e a política a temas ligados a C&T, além disso, a produção jornalística para o setor científico sofria algumas deficiências o que refletia em pouca qualidade de informação. (OLIVEIRA, 2005, p. 39)

A importância do jornalismo científico vem crescendo nas últimas décadas. A globalização da mídia tem dado à imprensa função primordial na difusão das informações sobre ciência. São editoriais, matérias jornalísticas, agências especializadas que vêm crescendo em número.

Shanon Dunwoody aponta que a cobertura da ciência é um tópico de grande interesse para jornalistas, cientistas e divulgadores científicos. A pesquisadora destaca alguns temas-chaves que o jornalismo que dissemina informação sobre ciência:

1. *As notícias científicas são majoritariamente focadas em tópicos de saúde.*

Para meios de comunicação de muitos países, as pautas mais atrativas para a editoria de ciência são sobre medicina e saúde. Isso sugere que os jornalistas científicos podem estar fazendo uma distinção entre notícias e 'notícias que você pode usar', esta última focando mais fortemente em tópicos de saúde e medicina.

2. *Para a população, quando divulgada pela televisão, a temática científica tem mais legitimidade e inquestionabilidade.*

O drama desempenha um papel importante em grande parte da programação científica da televisão e, por isso parecem estar mais próximos do cotidiano superando o objetivo de compreensão pública da ciência.

3. *A cobertura da Ciência pelos veículos segue as normas jornalísticas e não as científicas.*

O ritmo acelerado da maioria dos processos de produção de mídia pressiona os jornalistas a produzir histórias mais curtas sobre acontecimentos concretos, os ciclos de produção por hora não podem esperar processos científicos que duram meses.

4. *Outra arena contestada: a precisão das notícias científicas*

Cientistas e jornalistas valorizam muito a precisão de suas ciência histórias. Mas eles discordam da natureza dessa avaliação, com cientistas acusando que muitas notícias científicas são imprecisas e os jornalistas alegando que devido a pressões editoriais e de tempo produzem textos para embasar seus leitores e eles mesmos possam filtrar as informações.

5. *Treinamento adequado para jornalistas científicos continua sendo um tópico controverso*

O argumento incorporado nessas preferências não é que o treinamento jornalístico seja extremamente imprescindível, mas afirma que uma união entre conhecimento científico e habilidades jornalísticas produzirão melhores resultados. O valor do treinamento formal em ciências parece óbvio e, não surpreendentemente, é fortemente endossado pela cultura científica, que considera que esse fundamento produzirá mais histórias precisas e responsáveis. (DUNWOODY, 2008, p. 17)

Na América Latina não são fartos os recursos para a Ciência e para a Pesquisa, e em muitos casos a população não parece mostrar muito interesse pela inovação científica. Mesmo assim a população é consciente de sua importância e que as sociedades contemporâneas não podem subsistir sem esses conhecimentos. “Um dos objetivos do jornalismo científico é ser uma das ferramentas que permitem ao cidadão compreender quais os objetivos e utilidades dessas pesquisas para desenvolver suas capacidades e adquirirem mais conhecimentos” (OCA, 2010, p. 32).

Até hoje o Brasil é um país com elevados índices de analfabetismo, e por isso não deve e não pode prescindir da contribuição de cientistas, professores e comunicadores sociais no processo de democratização do conhecimento.

No nosso país, ainda se busca uma fórmula eficaz de comunicação científica, as duas pontas do processo, pesquisadores e jornalistas, apesar de alguns avanços, ainda estão longe de se entender. O cientista já compreende que é importante dar ao público uma satisfação sobre o trabalho que realiza, mas alguns ainda temem abrir seus arquivos à imprensa. Para o médico e jornalista José Reis, um poço profundo entre Ciência e Jornalismo foi escavado como se as matérias jornalísticas pautadas sobre ciência fossem uma forma de banalizar e prostituir o conhecimento científico (REIS, 2002).

Comunicar a ciência não é apenas uma obrigação para os produtores de conhecimento, nem apenas um direito do cidadão, mas uma necessidade política, econômica, estratégica para o funcionamento do capitalismo, para uma dinâmica democrática saudável, para garantir competitividade, para formar trabalhadores, e assim por diante. Também é fácil demonstrar que, cada vez mais, os *policymakers*, os empreendedores, os cientistas e os gestores estão cientes de tais necessidades: é suficiente analisar textos de leis, declarações, debates. (CASTELFRANCHI, 2008, p. 15)

O pesquisador ainda tem certas desconfianças quanto à capacidade de entendimento do jornalista sobre as questões científicas, podendo cometer erros na hora de escrever a matéria. De acordo com Holly Stocking (1999), “a falta de conhecimento ou treinamento científico dos jornalistas é uma das razões mais citadas para os modelos de reportagem que os críticos da mídia definem como problemáticos” (STOCKING, 1999, p. 171).

Há críticas mais ferrenhas sobre o papel da mídia na difusão dos fatos científicos como as do físico Arthur Meadows que afirma que

Reportagens sobre ciência na mídia agravam ainda mais a exposição de trabalhos bizarros. Os princípios de seleção que se aplicam à mídia não são apenas diferentes dos adotados pelos cientistas, mas podem realmente contradizê-los. Por exemplo, a mídia tem particular interesse quando as coisas dão erradas ou por ideias altamente especulativas. Nada disso goza de alto apreço dos cientistas. Apesar disso, os cientistas normalmente sentem-se ávidos por ter seu trabalho noticiado pela mídia. Agências de financiamento, administradores de universidades e colegas de outras áreas todos podem ter a atenção despertada por reportagens científicas na mídia”. (MEADOWS, 1999, p. 56)

Os cientistas costumam criticar a frequente veiculação de informações erradas na mídia, e o uso exagerado de temas pautados por revistas estrangeiras, sem conexão com a realidade brasileira. Além disso, mencionam a escassa abordagem sobre política científica.

Outro problema apontado pelos pesquisadores em relação às matérias científicas é a exploração do sensacionalismo, com a divulgação de futuras tragédias através da apuração de dados preliminares. A pesquisadora da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP), ligada a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Claudia Juberg afirma que

A questão do sensacionalismo na mídia e no caso específico do jornalismo científico é conhecida de longa data. No final do século XIX, os jornais que estavam rapidamente se transformando em veículos de massa, davam aos leigos a impressão de que a ciência se centrava no bizarro. Histórias sobre o estranho, o incomum e o impossível enchiam a imprensa popular após a virada do século. Hoje

o jornalismo científico tem a pretensão de dirigir-se a um público mais interessado em notícias de Ciência e Tecnologia. Neste caso as matérias pecam pelo sensacionalismo quando se precipitam a divulgar resultados não comprovados de pesquisa científica; quando atribuem a desenvolvimentos de C&T resultados que vão muito além do possível e resvalam na ficção científica, quando demoniza a ciência transformando-a em causa de inúmeros problemas e quando atribui à ciência poderes divinos”. (JUGBERG, 2005, p. 167)

Portanto, pode-se considerar a mídia como a principal fonte de esclarecimento sobre assuntos relativos à ciência no mundo moderno. Pesquisa feita no Brasil em 2019 e divulgada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação intitulada “A percepção pública da ciência e tecnologia” confirmou essa tendência. A maioria dos entrevistados se interessa por temas de C, T&I, e tem na mídia seu principal canal de informação, além de verem o jornalista como fonte primária de credibilidade quando o assunto trata de ciência.

[...] os dados mostram que os entrevistados mais confiam em médicos (49%), jornalistas (38%), cientistas de universidades/institutos públicos de pesquisa e/ou de empresas (34%), religiosos (29%), militares (12%), seguidos pelos representantes de organizações de defesa do meio ambiente (9%), escritores (7%), artistas (2%) e políticos (2%). (MCT, 2019, p. 12).

Isso pode ser uma indicação de que os meios de comunicação são o caminho mais imediato e abrangente de intensificar a divulgação científica para o grande público. Cresce então a responsabilidade desses profissionais em cada passo da produção de suas matérias.

Com o incremento do interesse jornalístico por ciência vem também o aumento do espaço dado a esse tema nos meios de comunicação. Todos os grandes jornais impressos têm editorias de ciência ou saúde, e os telejornais sempre reservam um espaço para alguma notícia sobre o tema. Não é tarefa trivial responder à questão sobre qual seria o papel ou contribuição do jornalismo científico no desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil ou de qualquer outro país, mas nem por isso pode-se diminuir o mérito dos jornalistas de ciência. A divulgação da informação científica encontra diversos obstáculos, alguns criados pelos próprios profissionais e outros, externos.

Um deles é a pouca preocupação dos pesquisadores em divulgar seus trabalhos para o público, pois,

Há pesquisadores que por receio de serem mal interpretados pelo jornalista ou por mero desinteresse em formas de divulgação para o grande público simplesmente se negam a conceder entrevistas. Muitos desses têm uma produção científica que lhes assegura espaço nos melhores periódicos científicos considerando desnecessária a popularização do seu conhecimento. Outros evitam expor na mídia suas ideias ou têm falta de segurança em relação aos seus resultados ou medo de serem avaliados por milhares, e até milhões de pessoas, dependendo do meio de comunicação, em vez do público restrito das revistas científicas. (FALCÃO, 2005, p. 92)

Isto faz com que surja outro problema, o relacionamento e a falta de fontes. É muito comum nos depararmos com um mesmo pesquisador em dois ou três jornais diferentes e isso não é bom para a matéria, pois simplifica a visão do assunto, geralmente daquela cuja pesquisa está sendo divulgada. É importante que o jornalista diversifique suas fontes, facilitando assim a compreensão da pesquisa, além de obter outras opiniões sobre o assunto.

Um fato que chama a atenção em relação às fontes é a falta de visão crítica e certa subserviência do jornalista com relação aos pesquisadores, o medo de admitir aos cientistas que não sabe do que estão falando, e de fazer perguntas simples e até o receio de pedir ao pesquisador que dê exemplos. O jornalista deve ouvir os dois lados da história, tentando sempre manter um bom número de fontes das mais diversas áreas do conhecimento e sempre manter alertas o senso crítico e a capacidade de questionamento. A temática Fonte é um dos itens mais citados por pesquisadores da área de Compreensão Pública da Ciência.

Os cientistas descobriram que há também uma tendência dominante dos jornalistas a se limitar ao uso de uma única fonte quando escrevem reportagens sobre a cobertura feita pela mídia nas ciências. Uma grande maioria dos jornalistas que escreveram sobre as descobertas dos cientistas aceitou de boa-fé a palavra deles, apenas um pouco número de profissionais procura a reação de outros cientistas. (STOCKING, 1999, p. 170)

A vida moderna está cada vez mais dependente da ciência e cada vez mais impregnada dela. Não só as pessoas cujas profissões reconhecidamente têm uma base científica, como a medicina ou a engenharia, tem interesse em estar em permanente contato com diferentes ciências. Hoje, todas as indústrias, a agricultura e um grande número de outras profissões sofrem uma evolução rápida, devido à introdução dos métodos e processos científicos. A técnica moderna evolui para um estudo racional muito mais preciso e de rendimento muito maior. A difusão científica traz como resultado a familiaridade de todos com as coisas da ciência e,

sobretudo, uma confiança proveitosa nos métodos científicos, uma consciência esclarecida dos serviços que estes podem prestar.

E, no meio de todo este processo, está a população, esperando que as novas descobertas e o avanço das pesquisas sejam mostrados de forma simples ou pelo menos inteligível. O cidadão, principalmente o de menor poder aquisitivo, ainda se mantém distante dos assuntos ligados às ciências, por achar que são conceitos complicados. É preciso entender que inserir o indivíduo dentro do processo de conhecimento científico é uma questão de cidadania, pois, hoje, a Ciência e a Tecnologia são partes fundamentais do cotidiano da sociedade.

Para Manuel Calvo Hernando, presidente da Associação Iberoamericana de Jornalismo Científico e professor da Universidad de Madrid, “nosso dia a dia, nosso presente e futuro dependem da ciência e da tecnologia. Noventa por cento das inovações tecnológicas têm menos de 20 anos. Nas economias modernas, conhecimento e informação estão substituindo os recursos tradicionais e multiplicando a produtividade de suas sociedades” (HERNANDO, 1999, p. 183).

A abordagem sobre assuntos relacionados a Ciência e Tecnologia também vem mudando ao longo dos tempos. A ideologia do progresso, que durante muitos anos protegeu o desenvolvimento das pesquisas com aceitação sem críticas, foi substituída por questionamento sobre custos, benefícios e procedimentos éticos para se chegar a resultados nem sempre satisfatórios. “Movimentos como o ambientalismo evoluíram e promoveram um olhar mais crítico sobre os impactos negativos das condutas científicas e como resposta foram desenvolvidos métodos de avaliação em riscos e consequências dos resultados desses procedimentos, o que se refletiu na mudança da relação entre ciência, mídia e sociedade” (PETERS, 2005, p. 139).

Hoje se reconhece, nas ciências políticas e de comunicação, que existe uma dependência mútua entre ciência e democracia. Fala-se em “democracia tecnológica”, e numa consciência daí originada. Uma democracia sempre estará incompleta se os cidadãos continuarem à parte do conhecimento e informação que a sociedade moderna requer. Em seu discurso, ao receber o prêmio de Príncipe das Astúrias, o físico Sthepen Hawking citou que “em uma sociedade democrática os cidadãos precisam ter conhecimentos básicos sobre as questões científicas, para

poderem obter suas próprias conclusões sem dependerem exclusivamente dos especialistas” (HAWKING, 2000, s/ p).

1.4. A divulgação científica e entendimento público da ciência

O jornalismo por meio de sua função de difusor e divulgador de informação tem por atribuição levar a compreensão pública dos fatos para a sociedade, o que leva pesquisadores, jornalistas e indivíduos a uma mistura de entusiasmo e preocupação, sendo varridos por uma cruzada para garantir que todos bebam a mesma água límpida das conquistas científicas e se aproveitem de seus benefícios – ou assim é o que parece aos aficionados pela compreensão pública da ciência.

Shamos (1995) considera que um cidadão letrado não apenas sabe ler o vocabulário científico, mas é capaz de conversar, discutir, ler e escrever coerentemente em um contexto não-técnico, mas de forma significativa. Isso envolve a compreensão pública da ciência dentro do propósito da educação básica de formação para a cidadania (SANTOS; SCHNETZLER, 1996).

Bauer, Allum e Miller (2007, p. 79) em seu artigo intitulado *What can we learn from 25 years of PUS survey research? Liberating and expanding the agenda* fazem uma revisão da pesquisa em Entendimento Público da Ciência ao longo do século XXI e delineiam três paradigmas centrais da área, a saber:

1. *Literacy* científico;
2. Entendimento Público da Ciência; e
3. Ciência e Sociedade.

Cada paradigma é caracterizado por um diagnóstico do problema da relação com o público que a ciência enfrenta. Uma característica fundamental de cada paradigma é a atribuição de um déficit ou falta por parte do “público”. Cada paradigma define problemas particulares e oferece soluções preferenciais. Os autores argumentam que, ao contrário do discurso comum, um paradigma não substitui o outro, mas continuarão a informar a pesquisa.

A *literacy* científica baseia-se no conceito de que a ciência é parte do estoque de conhecimento cultural que todos devem conhecer. Além disso, em uma democracia as pessoas tomam decisões políticas; entretanto a voz do público somente será efetiva se os cidadãos que comandam tiverem o conhecimento. Assim,

a ignorância científica é como a política, traz alienação, demagogia e extremismo (BAUER, 2009).

Na segunda metade da década de 1980, novas preocupações aparecem sob o título ‘compreensão pública da ciência’. No Reino Unido, essa transição é marcada por um relatório internacional influente (ROYAL SOCIETY, 1985). Nele se diagnostica que o conhecimento não é positivo o suficiente sobre ciência e tecnologia; e, portanto, há perigos se os cidadãos passarem a ser negativos ou totalmente anticiência. Para o Entendimento Público da Ciência, a agenda de pesquisa desloca-se da medição do conhecimento para a de aferição de atitudes públicas. (EAGLY; CHAIKEN, 1993, apud BAUER, ALLUM; MILLER, 2007).

Schäfer (2009), por outro lado entende que a mudança verificada se refere ao próprio paradigma da divulgação científica que envolveria passar de um modelo estruturado no Entendimento Público da Ciência para outro que envolve *Public Engagement with Science and Technology* ou Engajamento Público com Ciência e Tecnologia.

Dentro do modelo de Bauer (2009), o problema não está com o público, mas sim com as instituições científicas e pesquisadores que abrigam preconceitos sobre um público que julgam ignorante. A definição de Ciência EM e DA Sociedade ou *Science in-and-of Society* afirma que:

A distinção entre pesquisa e intervenção está embaçada. Muitos pesquisadores empenham-se na pesquisa-ação e rejeitam a separação entre pesquisa e intervenção. O objetivo da pesquisa é mudar as instituições e a política. Esta agenda, apesar de academicamente fundamentada, muitas vezes termina em conselhos políticos com uma visão demais pragmática. (BAUER, 2009, p. 221)

A deliberação e participação pública nas políticas de C, T&I é o caminho para a reconstrução da confiança na pesquisa. Ainda há tão pouca crítica da produção acadêmica da área. O *ethos* geral da participação pública adquiriu recentemente um interesse em se avaliar seus resultados. No espírito utilitarista da política moderna, mais cedo ou mais tarde, surge a pergunta: e o que é que esta abordagem traz (eficácia)? E como comparar diferentes abordagens? Pode-se economizar dinheiro com uma abordagem mais barata e fazer igualmente bem como uma mais cara (eficiência)?

Neste capítulo buscamos entender como o jornalismo ambiental e suas diversas características são extremamente relevantes para o crescimento dos

estudos e práticas relativas a essa recente especialização do jornalismo. Também mostramos as diversas correlações entre o jornalismo ambiental e o jornalismo científico, assim como a importância de fortalecer a aproximação entre o público e os setores científicos. Trouxemos desde referências que abordam especificamente as especializações do jornalismo, assim como as novas ideias que surgem com as práticas para o entendimento público da ciência. Autores como Bauer e Shame vem cada vez mais compreendendo e aprofundando as relações entre o jornalismo e a divulgação da Ciência. Também apresentamos alguns autores que já vem aprofundando a temática ambiental dentro do jornalismo e como esse pode ser uma ferramenta importante para uma amplitude maior no entendimento das pautas ambientais.

O próximo capítulo abordará exatamente como a pesquisa em jornalismo pode ser o percurso para o fortalecimento da pesquisa em Jornalismo Ambiental, buscamos traçar esse panorama e mostrar como ele vem em franco crescimento no âmbito acadêmico brasileiro e pelo mundo.

2. A pesquisa em jornalismo

Quando George Orwell adicionou citações de jornais em seu primeiro livro, os críticos o acusaram de “transformar o que poderia ter sido um bom livro em jornalismo”, e em 1946 suas coleções foram compiladas e traduzidas sob o título inequívoco de *Smothered Under Journalism* (Sufocadas pelo Jornalismo). Histórias semelhantes fazem parte dos bastidores jornalísticos de gigantes literários como Charles Dickens, Samuel Johnson, John Dos Passos, Andre Malraux, Dylan Thomas e John Hersey. Reações como estas se proliferam, e apesar de uma profunda confiança no jornalismo, não devemos apenas nos situar frente a frente com a coletividade, mas usar essa situação como ponto de partida para caminhos mais elaborados de posicionamento e entendimento do mundo.

ZELIZER (2009, p. 29)

Foi em 1690, com Tobias Peucer, que as primeiras reflexões sobre a pesquisa em Jornalismo começaram a ser observadas. Dois séculos depois outros investigadores se apoderaram dessas metodologias e iniciaram um trabalho que vêm tomando proporções cada vez maiores. “Peucer reflete sobre ética ‘jornalística’, relações entre ‘jornalismo’ e história, critérios de noticiabilidade, o papel do mercado na configuração da informação e mesmo sobre agendamento, temas centrais da Teoria do Jornalismo” (SOUSA, 2003, p. 31).

A tradição de estudar o jornalismo vem desde o século XIX, quando começou a alcançar pequenos espaços nas universidades americanas e francesas e a partir dos anos 80 começou a ganhar força com cursos de mestrado e doutorado. No início quem pesquisava o jornalismo eram em sua maioria sociólogos como Max Weber, Robert Parker e Walter Lippmann (TRAQUINA, 2001).

Ainda de acordo com Nelson Traquina (2001), até a década de 50, o estudo do Jornalismo ainda era esporádico, mas a publicação do artigo *Gatekeeper: a case study in the selection of News* (1950) de Davi Manning, no renomado periódico *Journalism Quarterly*, inicia uma nova onda de investigação sobre o Jornalismo e sua forma de produção. Existem várias razões pelas quais a pesquisa em jornalismo é um esforço valioso para estudiosos. Primeiro, as notícias moldam a maneira como vemos o mundo, a nós mesmos e uns aos outros. São as histórias de jornalistas que constroem e mantêm nossas realidades compartilhadas. E por causa disso, as notícias podem se tornar uma forma singularmente importante de “cola social”; nosso consumo de histórias sobre os eventos atuais, sendo grandes ou pequenos nos unem em uma “comunidade imaginada” de co-leitores.

Esse ritual de consumo e discussão de textos do jornalismo nos faz entender e construir nossas identidades como cidadãos seja localmente ou globalmente. E,

só quando nos sentirmos plenos em nossos direitos, podemos buscar meios democráticos para que nossas aspirações como sociedade sejam atendidas (WAHL-JORGENSEN; HANITZSCH, 2009).

O reconhecimento do jornalismo como um ato de expressão está diretamente ligado às Humanidades da mesma maneira que o reconhecimento do impacto do jornalismo se vincula diretamente às ciências sociais. Essas visões alternativas precisam estar tanto explicitadas como igualmente valorizadas, reforçando a identidade a qual o jornalismo se reconhece. É importante mantermos essa investigação capilarizada – para que seja possível examinar não apenas o que muitos de nós sabemos sobre jornalismo, mas como e se concordamos com o que sabemos (ZELIZER, 2009).

Na América Latina, Motta (2013) afirma que a pesquisa pioneira em jornalismo na segunda metade do século passado era uma pesquisa engajada, quase militante. Se desenvolveu vinculada a algum tipo de denúncia, ao inconformismo ideológico ou a propostas de ação ou reação política.

Diferentemente dos Estados Unidos ou da Europa, onde no mesmo período a pesquisa esmerava-se na assepsia de valores, na neutralidade ideológica e no distanciamento do objeto para conquistar o status de ciência isenta, a pesquisa em comunicação (e em jornalismo) na América Latina envolveu-se direta ou indiretamente com as lutas políticas, os movimentos contra o autoritarismo das ditaduras militares ou a hegemonia político-ideológica da indústria cultural. Os pesquisadores posicionavam-se quase sempre ao lado dos movimentos de resistência cultural e ideológica e das lutas pela democratização, alimentavam-se deles e os abasteciam. (MOTTA, 2013, p. 54)

No Brasil, segundo Strelow (2011), a pesquisa em Jornalismo se inicia na década de 50, juntamente com a criação do curso nas universidades nacionais. Esse novo nicho vai se desenvolvendo junto com as mudanças internas do país. Alguns desses acontecimentos foram fundamentais para a moldagem do *Newsmaking* brasileiro e consequentemente para a pesquisa da temática.

Machado (2012) ainda afirma que ao longo dos últimos 100 anos, a pesquisa em jornalismo no Brasil passou por fases bem distintas

1. histórica de natureza individual por profissionais de outras áreas;
2. comandada por profissionais individuais, tanto por pesquisadores do campo, quanto de outras áreas
3. redes de pesquisadores para trabalhos multidisciplinares, quer com profissionais do campo, quer com profissionais de outras áreas. (MACHADO, 2012, p. 3)

Sodré (2015) lembra que as tecnologias avançadas da comunicação e a velocidade de circulação das informações produzem outra temporalidade, que se vem chamando de “tempo real”. É a virtualidade conectando a todos os outros, cada indivíduo pode ser alcançado sem demora, nem período marcado, por qualquer um. Isto é precisamente o tempo real, ou seja, a abolição dos prazos pelos dispositivos técnicos integrados em nossa ambiência cotidiana.

Na medida em que as novas tecnologias reconfiguram a escrita no sentido de um papel mais ativo por parte do leitor e alteram o código de leitura – esta é definitivamente uma prática plural: visual, sonora e auditiva –, mudam igualmente os critérios da noticiabilidade, da conceituação e produção de notícias. (SODRÉ, 2015, p. 127)

2.1. Algumas Teorias do jornalismo

Uma teoria do jornalismo deve partir da observação de que há notícias jornalísticas e de que estas têm efeitos sobre a sociedade. Em resultado desta evidência, uma teoria do jornalismo deve centrar-se no produto jornalístico – a notícia jornalística –, explicando como surge, como se difunde e quais os efeitos gera (SOUSA, 2005).

Ao longo de várias décadas e muitas pesquisas, foi possível esboçar a existência de várias teorias que buscam compreender o alcance das notícias e os efeitos da prática jornalística dentro da sociedade contemporânea. Conceitos e modelos metodológicos surgem para que seja possível um entendimento inicial sobre *porque as notícias são como são* (TRAQUINA, 2012).

Apresentaremos algumas das principais Teorias do Jornalismo que nos foram apresentadas nos últimos séculos de modo a ilustrar sua importância e como uma delas pode servir para embasar as análises e resultados deste estudo.

2.1.1. Teoria do Espelho

De acordo com essa teoria, as notícias refletem precisamente a realidade. Há algum tempo, os profissionais de comunicação afirmavam que a notícia refletia totalmente a realidade. Que não havia ideologia ou valores morais na produção da matéria.

A primeira teoria oferecida para explicar por que as notícias são como são é a teoria oferecida pela própria ideologia profissional. A Teoria do Espelho diz que as notícias são como são porque a realidade assim as determina (TRAQUINA, 2011). A imprensa funciona como um espelho do real, apresentando um reflexo claro dos acontecimentos do cotidiano (PENA, 2015).

Barsotti (2015) aponta que, apesar de limitada para os dias de hoje, a teoria ainda encontra voz em algumas correntes de profissionais, que acreditam ser apenas objetivos e imparciais.

A reflexão crítica sobre o mito da objetividade esbarra em resistências dos próprios jornalistas. Essa reação dos profissionais evidencia o caráter ideológico do mito da objetividade, haja vista o seu significado, como falsa consciência, no empobrecimento da visão epistemológica da relação do jornalismo com o mundo, escamoteando a sua função estratégica no processo social de construção da realidade, isto, sim, se constituindo em fator de aviltamento da profissão. (ROCHA, 2007, p. 115)

A figura desse jornalista imparcial e meramente observador vai se fortalecendo a partir do momento que os jornais deixam de ser mídias políticas-partidárias e inserem no mercado capitalista. Para que possam ser comercializados sem restrições entre ideologias diversas os profissionais de imprensa reforçam seus atributos de pessoas idôneas e isentas de opinião, apenas relatando os fatos da forma que acontecem.

No século XIX, surgem as agências de notícias e com eles um *novo jornalismo*, que separa fatos de opinião, trazendo apenas informação. A notícia é uma espécie de máquina fotográfica da realidade, “difícilmente os membros da comunidade jornalística aceitam qualquer ataque à teoria do espelho porque a legitimidade e a credibilidade dos jornalistas estão referendadas pela ideia da imparcialidade” (TRAQUINA, 2011, p. 151).

Essa argumentação de linguagem neutra é impossível, pois não há como transmitir o significado dos acontecimentos sem mediação. Além disso, as notícias ajudam a construir a própria realidade no interior de suas rotinas produtivas e dos limites dos próprios veículos de informação. (PENA, 2015, p. 128)

A ideia de objetividade jornalística corrobora com os conceitos da teoria do espelho. E é exatamente essa ideia que vai ampliar as discussões sobre as práticas jornalísticas e seus novos rumos. A objetividade no jornalismo pressupõe a imparcialidade do profissional frente as apurações e produção de pautas. A ideia

“de deixar o leitor tomar suas próprias conclusões sobre o assunto” impera nos discursos de editores e repórteres. Correia (2011, p. 40) ressalta que a noção de objetividade pode ser equiparada com vários outros conceitos como imparcialidade, rigor, neutralidade ou independência.

A ideia que sustenta esta pretensão é a de que o conhecimento é especular (no sentido do latim *speculum*, espelho), no sentido de que espelha, reflete os factos. Assim, a notícia como narrativa deveria levar a termo uma operação mimética ou tautológica. Mimética porque a narrativa nos daria, uma nova presença, uma representação das coisas já havidas ou que se estão passando em outro lugar; tautológica, porque o evento como que se desdobraria, duplicar-se-ia, dar-se-ia uma segunda vez diante do leitor do relato. (CORREIA, 2011, p. 43)

2.1.2. Teoria do *Newsmaking*

Se a Teoria do Espelho afirma que as notícias são como são porque a realidade assim as determina, isto é, não existe influência do jornalista ou da mídia que a divulga, em sua produção (TRAQUINA, 2012), a Teoria do *Newsmaking* confronta esse pensamento. Segundo Pena (2015), o *Newsmaking* discute a notícia como uma construção social de uma realidade, “pois é no trabalho de enunciação que os jornalistas produzem os discursos, que, submetidos a uma série de operações e pressões sociais, constituem o que o senso comum das redações chama de notícia” (PENA, 2015, p. 128). Isto é, a produção da notícia ultrapassa os limites do simples relato do jornalista, mas também é influenciada por todo o contexto organizacional e hierárquico pelo qual é composta uma empresa de comunicação. “A execução do trabalho é dividida entre pauteiros, repórteres, redatores, editores, diretores e outros agentes da redação, e os critérios sobre o que é notícia e seu destaque são negociados por todos os atores” (CASTRO, 2012, p. 7).

O *Newsmaking* trabalha com o entendimento de que o jornalista não trabalha sozinho e na maioria das vezes não é o seu patrão. Mas mesmo que em seu entorno e no entorno da construção da notícia atuem diferentes e contraditórias forças, a qualidade do que o jornalista faz terá mais sentido quanto mais sintonizado seu compromisso com o público, com cada cidadão (MORAES JUNIOR; ANTONIOLI, 2016).

Em 1972, a socióloga Gaye Tuchman, inspirada nos escritos da sociologia do trabalho, parece ter sido a primeira a discutir rotinas no contexto do jornalismo. Ela argumentou que uma parte essencial da criação de notícias depende de

procedimentos de rotina para processar informações chamadas notícias, um produto esgotável todos os dias. Tuchman elaborou esse tema argumentando que as organizações praticam tarefas rotineiras porque isso facilita o controle do trabalho (TUCHMAN, 1972).

Tuchman, em sua publicação *Making News* (1978), fez um levantamento sobre por quais processos organizacionais passa uma notícia até a sua publicação. Pena cita três obrigações, que segundo a socióloga, as redações cumprem para que a notícia possa ser publicada:

1. Tornar possível o reconhecimento de um fato desconhecido como acontecimento notável;
2. elaborar formas de relatar os acontecimentos que não tenham a pretensão de dar a cada fato ocorrido um tratamento idiossincrático;
3. organizar temporal e espacialmente, o trabalho de modo que os acontecimentos noticiáveis possam afluir e ser trabalhados de uma forma planificada. (PENA, 2015, p. 129)

Em tempo de WEB 4.0, o jornalismo vem passando por diversas fases de mudanças principalmente inspiradas nas novas tecnologias e em um novo público consumidor ávido e bombardeado de informação por 24 horas diárias. Além das pressões já apontadas pelos teóricos da *Newsmaking*, como pressões internas organizacionais e ideológicas, o profissional de jornalismo se vê impelido a combater a intensa divulgação de conteúdo falso (*Fake News*), fazendo com que os processos de produção de notícias, elaboração da pauta, a seleção das fontes e o trabalho de apuração, redação e circulação da notícia exijam um maior aprofundamento.

A construção da notícia é lugar de contradições, em que um dos principais agentes do processo sempre foi e continua sendo o jornalista, envolvido em sua rotina de produção noticiosa. Produção essa que se alterou profundamente com a chegada da internet e seus desdobramentos, provocando ainda o redirecionamento das mídias existentes, a convergência entre elas, o surgimento de mídias nativas digitais, como também o aparecimento das mídias sociais, entre outras. (MORAES JUNIOR; ANTONIOLI, 2016)

Os temas ambientais também vêm incentivando que as mídias em geral alterem algumas de suas rotinas de produção de notícias. Assuntos como Mudanças Climáticas, efeitos de desmatamento nos biomas e Amazônia, demandam um conhecimento socio-científico mais aprofundado, o que implica uma apuração e revisão das matérias se serem publicadas mais qualificadas. Editorias de Meio

Ambiente foram criadas e a utilização de novas ferramentas como realidade aumentada e multiplataformas vem sendo utilizadas para essas pautas em que a informação para ser atrativa deve conter uma agradável forma de contar histórias.

Pesquisa realizada em 2004, por Jung-Hye Yang, afirmava que os estudos existentes sobre reportagens ambientais identificavam uma variedade de fatores que moldavam e limitavam o escopo e o tom das notícias ambientais. “A produção de notícias ambientais é, em grande parte, restrita e moldada pela mesma restrições de produção que governam as notícias em geral: períodos de produção limitados, comprimentos de história limitados; e fontes limitadas” (YANG, 2004, p. 92).

2.1.3. Teoria do *Gatekeeper*

Os jornalistas são diariamente bombardeados por informações vindas de várias origens; jornais, internet e fontes. Seu trabalho de apurar, produzir o texto e publicá-lo seria impossível sem um filtro. É pelo processo de selecionar, escrever, editar, posicionar, agendar, repetir e compilar informações que se produz notícia. Como são os *gatekeepers* que teoricamente fornecem uma imagem do mundo para o resto de nós, é vital para os estudiosos entenderem esse processo de filtragem e seu impacto na realidade apresentada ao público (SHOEMAKER; VOS; REESE, 2009).

Proposta pelo psicólogo Kurt Lewin em sua pesquisa pós-Primeira Guerra Mundial sobre mudança social. O processo de *gatekeeping* de Lewin sugeriu que “itens” são selecionados ou rejeitados à medida que passam por diversos “canais”. Nos anos 50, David Manning White, levou os conceito dessa teoria para a comunicação afirmando que o processo de escolha das notícias que serão publicadas deve passar por diversos tipos de *gates*, isto é, portões ou filtros. São os *gatekeepers* que escolhem as notícias e onde serão divulgadas. Podemos citar as funções de editores como os principais representantes dessa categoria.

Assim que uma notícia é transmitida ela passa de um *gatekeeper* para outro na cadeia de comunicações. Do repórter para o editor da seção e deste para o editor geral, que fará a seleção das notícias que aparecerão na primeira página e nas outras seções bem como a sua composição (WHITE, 1950). Para White, prevalecem as

escolhas pessoais do *gatekeeping* sobre a importância do assunto tratado nas notícias.

A teoria do *gatekeeping* rapidamente ganhou aceitação em estudos de comunicação de massa, e pesquisas nos anos seguintes têm trabalhado para melhorar a teoria anterior – principalmente introduzindo elementos não considerados pelos teóricos anteriores.

Atualmente a teoria ainda tem respaldo, mas foi aprimorada por diversos autores. A simples predileção do editor geral por determinados assuntos não basta para que as notícias deixem de ser publicadas. Outros interesses, políticos, econômicos ou sociais podem ser gatilhos que impulsionem a necessidade da publicação ou não de material jornalístico.

Existem várias forças que determinam se o evento irá se tornar notícia ou permanecer apenas como uma das milhões de ocorrências diárias despercebidas pelo público em geral. Porque as forças podem variar em intensidade e direção: o conjunto de forças em torno de um veículo de notícias forma um ambiente, com forças positivas e negativas, que tem igual intensidade acabam se anulando. (SHOEMAKER et al., 2001, p. 240)

A chegada da Internet como fonte de comunicação de massa provocou ainda mais considerações sobre *gatekeeping* na pesquisa acadêmica e na imprensa popular (ROBERTS, 2005). Nos tempos de *Webjornalismo* e mídias sociais surge um novo tipo de “guardião do portão das notícias”, o *gatewatching*, que consistiria na observação de diversos canais de informação na internet em busca de conteúdos que não tenham sido selecionados pelos critérios de seleção e filtragem da mídia convencional e com intensa participação dos internautas (BRUNS, 2005 apud BARSOTTI, 2014).

Atuando como uma espécie de observador atuante, o jornalista acessa sites da concorrência, de órgãos governamentais, de ONGs, lê comentários de leitores por e-mail ou *WhatsApp*, navega pelas redes sociais, sempre em busca de conteúdo adicional. Quando encontra alguma informação valiosa para seu público, o editor pode decidir publicá-la no site de sua organização se confiar na fonte. Portanto, o *gatekeeping* e o *gatewatching* funcionam como duas camadas funcionais simultâneas no jornalismo de rede. (BARSOTTI, 2017, p. 244)

2.1.4. Teoria do Agendamento

Essa teoria será utilizada neste estudo para analisar as pautas que podem ter tido uma maior relevância junto aos veículos pesquisados durante os períodos sugeridos.

O célebre artigo *The agenda-setting function of mass media* publicado por McCombs e Shaw (1972) debate a função do estabelecimento das agendas pública e política (agenda-setting) por meio dos *mass media*, dando a ideia de que os conteúdos divulgados pelos meios de comunicação influenciam os temas de conversação pública. Nas palavras de Pena (2015) essa teoria defende a ideia de que os consumidores de notícia tendem a considerar mais importantes os assuntos que são veiculados na imprensa, sugerindo que os meios de comunicação agendam nossas conversas.

Baseada em teorias da comunicação, como a teoria Hipodérmica de Harold Laswell (1948) e nos conceitos do livro Opinião Pública de Walter Lippman (1922), McCombs e Shaw se dedicaram a analisar a influência da mídia na formação e mudança da forma como as pessoas aprendem e formam seus entendimentos sobre o mundo (PENA, 2015), mas os estudiosos contemporâneos expandiram bastante essa ideia. O agendamento normalmente é utilizado na produção das notícias de maior audiência, assuntos como violência, corrupção e entretenimento rotineiramente fazem parte de todas as edições de jornais diários.

A definição da agenda deve sua visão original a Lippmann (1922), que discutiu como as mensagens da mídia influenciam as “figuras em nossas cabeças”. Nesse sentido, pelo pensamento de Lippmann, os veículos de massa apresentam ao público uma lista sobre aquilo que é necessário ter uma opinião e discutir (WOLF, 1999). A Teoria do Agendamento acentua e valoriza a importância do jornalismo na vida da sociedade, isto é “a teoria do agendamento demonstra que a mídia pode ter efeitos diretos (não mediados) sobre as pessoas, tendo, nomeadamente, o poder de dizer às pessoas sobre o que pensar”. (SOUSA, 2006 p. 74).

Considerando que a definição da agenda de primeiro nível se concentra na quantidade de cobertura da mídia sobre o qual um assunto ou outro tópico recebe, o “segundo nível” da definição da agenda analisa como a mídia discute questões ou outros objetos de atenção, como figuras públicas. Aqui o foco está nos atributos ou características que descrevem problemas, pessoas ou outros tópicos nas notícias e

o tom desses atributos. O efeito geral é o mesmo: os atributos e o tom que a mídia usa em suas descrições são os atributos e o tom principal na mente do público (COLEMAN et al, 2009).

Rogers, Dearing e Bregman (1993) escreveram que a literatura sobre agendamento abarca investigações sobre três componentes do processo de estabelecimento das agendas e a sua relação:

1. O estabelecimento das pautas, ou seja, da agenda midiática, revelada nos conteúdos;
2. Os assuntos que preocupam o público e sobre os quais este conversa e sobre a importância relativa que o público concede a cada um dos temas inscritos na sua agenda;
3. A agenda política.

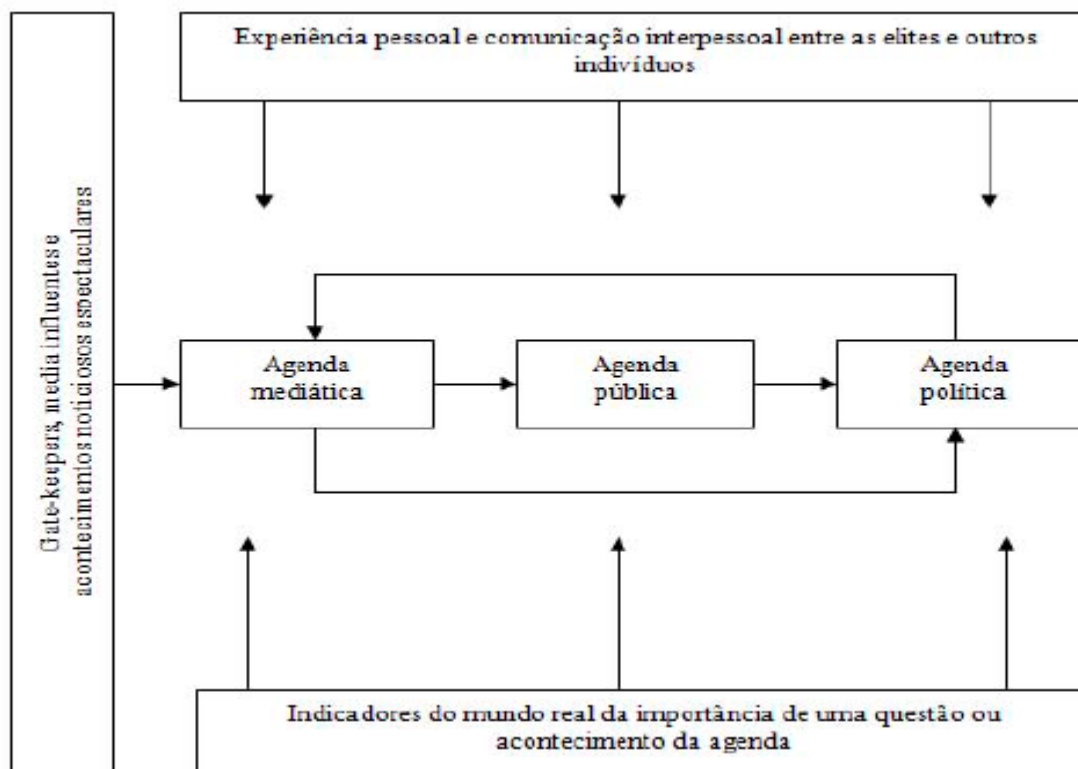


Figura 1 - O processo de agendamento
Fonte: Rogers, Dearing e Bregman (1993)

Nesse esquema pode se observar que a agenda midiática influencia a agenda pública e a agenda política, mas que esta última também influencia a agenda midiática, permeável, de resto, à influência de promotores de notícias que, em vários casos, são agentes políticos. A agenda pública, por sua vez, de acordo com o esquema, também pode influenciar diretamente a agenda política, sendo as três

agendas modeladas, ainda, quer no que respeita ao temário, quer no que respeita à importância relativa dos temas inscritos nesse temário, pela comunicação interpessoal que as pessoas estabelecem entre si, pela experiência pessoal que as pessoas têm da realidade e pelos acontecimentos que ocorrem no mundo (SOUSA, 2008).

Segundo Sousa (2008), as temáticas ambientais, principalmente os problemas ambientais, competem com outros temas pela atenção do público e pela atenção dos meios de comunicação, que são “recursos escassos”, mas a partir do momento em que a cobertura dos mesmos, ainda que cíclica, se rotinizou, então o ambiente “celebrizou-se”, o que lhe garante maiores probabilidades de ser notícia.

A participação de celebridades na disseminação de campanhas e a transformação das temáticas ambientais em assuntos de agenda pública e política fez com que o meio ambiente entrasse de vez na rotinização das coberturas e assim adquirissem características de *agenda-setting*. Temas como mudanças climáticas, desmatamento na Amazônia, além dos graves desastres ambientais que atingem centros urbanos, como o recente caso das Barragens da Vale do Rio Doce na cidade de Mariana em Minas Gerais, abrem espaço para o agendamento da questão ambiental.

Concentrando-se a atenção mediática ambiental nas catástrofes ambientais, estas tornaram-se o principal agente modelador da consciencialização ambiental e da inscrição dos temas ambientais nas agendas pública e política. Algumas Organizações Não Governamentais ambientalistas têm estratégias midiáticas que asseguram protagonismo aos problemas ambientais (e a elas mesmas), usando táticas como a produção de ‘pseudoacontecimentos’ ou a difusão de informações descodificadas e devidamente ‘empacotadas’ prontas para consumo jornalístico. (SOUSA, 2008, p. 16)

2.2. A notícia como construção social

Para Erbolato (1991, p. 48), as notícias são a matéria-prima do jornalismo, pois somente depois de conhecidas ou divulgadas é que os assuntos aos quais se referem podem ser comentados, interpretados e pesquisados.

Pouco podemos ver, por nós mesmos, porque dependemos dos produtos da comunicação de massa para a grande maioria das informações e diversões que recebemos em nossa vida. É a afirmação de William L. Rivers e Wilbur Schramm, que acentuam: “É particularmente evidente que o que sabemos sobre numerosos

assuntos de interesse público depende enormemente do que nos dizem os veículos de comunicação. Somos sempre influenciados pelo jornalismo e incapazes de evitar esses fenômenos” (RIVERS; SCHARAMM apud ERBOLATTO, 1991, p. 51).

Partindo para uma abordagem mais social e antropológica sobre a notícia, Tuchman (2002, p. 79) defende que as notícias não espelham a realidade, mas sim ajudam a constituí-la como fenômeno social partilhado, definindo e moldando os acontecimentos.

A abordagem interpretativa das notícias é mais ativa. Enfatiza a atividade dos jornalistas e das organizações jornalísticas, em vez das normas sociais, uma vez que não pressupõe que a estrutura social produza normas claramente definidas que determinem o que é digno de notícia. De modo diferente, defende que os jornalistas, que simultaneamente invocam e aplicam normas, também definem essas normas. Isto é, as noções de noticiabilidade encontram as suas definições em cada momento (TUCHMAN, 2002, p. 79).

A produção de notícia mudou suas formas e técnicas, principalmente após uma mudança de paradigma na concepção da função dos jornais, se por todo o século XVIII, os jornais tinham uma função primordialmente político partidária, a partir do século XIX com o surgimento da *penny press*⁶, a notícia se transforma em uma lucrativa atividade para os veículos de comunicação (TRAQUINA, 2012).

Além da comercialização da imprensa, em que a notícia é vista como mercadoria, Traquina (2012) também destaca que esse novo modelo de imprensa como ideológico ou intelectual, visto como um serviço público em que as notícias são o alimento de que os cidadãos precisam para exercer os seus direitos democráticos.

A Declaração dos Direitos Humanos em seu artigo 18º afirma que “todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2001, p. 30). O direito à informação defende as conquistas sociais, vigia as mazelas do cotidiano, e alerta para as

⁶ O termo “penny press” está associado a uma geração famosa de jornais americanos que apareceu na década de 1830. Os *penny papers* da década de 1830 e seus homólogos britânicos foram creditados com a realização de uma revolução no jornalismo e, de fato, com a invenção do próprio jornalismo, bem como de neutralidade ou objetividade. Ecos da fórmula da imprensa barata – particularmente a combinação de notícias sensacionais com apelo de mercado de massa (NERONE, 2008).

consequências de um desequilíbrio ambiental. Isso leva-nos à reflexão de que “não apenas os grandes acontecimentos (entendidos como as transformações qualitativas de uma determinada dimensão da vida social) formam a matéria-prima da informação jornalística. Muitos fenômenos aparentemente sem importância, por estarem inscritos no seio de conflitos fundamentais da sociedade e por possuírem um sentido latente, podem ser objeto do jornalismo” (GENRO FILHO, 2004, p. 164).

2.3. Noticiabilidade e os valores-notícia

Foi durante o século XVII que a imprensa, após o aprimoramento da prensa por Gutenberg, começou a ganhar espaço mediante a sociedade. Em 1690, o alemão Tobias Peucer deu o que pode se reiterar como um dos primeiros passos para o estudo das teorias da notícia e os critérios de noticiabilidade. Em sua tese de doutorado, Peucer valoriza e aborda essencialmente a vertente informativa dos jornais que relatam acontecimentos, contam novidades, em suma, dão notícias (SOUSA, 2004). Ainda sobre Peucer, Sousa (2004) ressalta quais informações das notícias à época, o pesquisador procurou constatar em sua tese.

[...] em vários excertos da tese de Peucer notam-se as preocupações do autor com algumas das questões centrais em torno das quais se tenta construir atualmente uma teoria da notícia e do jornalismo: os conceitos de notícia e de jornais; as relações entre “jornalismo” e história; o contributo da retórica e da evolução histórica para a estrutura das notícias; os critérios de noticiabilidade; os constrangimentos à produção de informação entre outros. (SOUSA, 2004, p. 36)

São esses critérios, apresentados por Peucer, no século XVII, e atualmente estudados no campo científico das Teorias do Jornalismo, que iremos abordar. Nesse projeto utilizaremos as definições e os critérios de noticiabilidade identificados e consubstanciados por Traquina (2012) e Silva (2014). De acordo com Traquina (2013), diversos estudos mostram que o jornalista tem uma enorme dificuldade em explicar o que é notícia, de explicitar seus critérios de noticiabilidade. Ainda segundo o autor (2013), o conteúdo das notícias apresenta um padrão geral bastante estável e previsível, isso se deve a existência de critérios de noticiabilidade ou valores-notícia partilhados pelos jornalistas.

Podemos definir o conceito de noticiabilidade como o conjunto de critérios e operações que fornecem a aptidão de merecer um tratamento jornalístico, isto é,

possuir valor como notícia. Assim os critérios de noticiabilidade são um conjunto de valores-notícia que determinam se um acontecimento, ou assunto, é suscetível de se tornar notícia, isto é, de ser julgado como merecedor de ser transformado em matéria noticiável, e por isso possuindo valor- notícia (TRAQUINA, 2013, p. 61).

Wolf (1999, p. 83) afirma que a noticiabilidade está estreitamente relacionada com os processos de rotinização e de standardização das práticas produtivas: equivale a introduzir práticas produtivas estáveis, em uma matéria-prima (os fatos que ocorrem no mundo) que é, por natureza, extremamente variável e impossível de prever. Tuchman (1973, p. 160) ressalta que, sem certa rotina de que podem se servir para fazer frente aos fatos imprevistos, as organizações jornalísticas, como empresas racionais, falhariam.

Segundo Traquina (2013), “as definições do que é notícia estão inseridos historicamente e a definição da noticiabilidade de um acontecimento ou de um assunto implica um esboço da compreensão contemporânea do significado dos acontecimentos como regras do comportamento humano e institucional” (TRAQUINA, 2013, p. 93). Silva (2014), assim como Traquina (2013), frisa que definir valores-notícia é apenas um primeiro procedimento para pensar a noticiabilidade, cujo processo exige muitas outras reflexões, passando pelo tratamento dos fatos noticiosos e pela interpretação que a notícia faz desses acontecimentos.

Gislene Silva (2014) afirma que as buscas por respostas à pergunta sobre como acontecimentos se transformam em notícia têm contribuído, ao longo das últimas quatro décadas, para a consolidação de fundamentos importantes no campo das teorias da notícia e do jornalismo.

É no percurso dessa longa cadeia produtiva da notícia que devemos investigar a rede de critérios de noticiabilidade, compreendendo noticiabilidade (*newsworthiness*) como todo e qualquer fator potencialmente capaz de agir no processo da produção da notícia, desde características do fato, julgamentos pessoais do jornalista, cultura profissional da categoria, condições favorecedoras ou limitantes da empresa de mídia, qualidade do material (imagem e texto), relação com as fontes e com o público, fatores éticos e ainda circunstâncias históricas, políticas, econômicas e sociais. (SILVA, 2014, p. 52)

Aguiar (2006) afirma que a noticiabilidade de um acontecimento sempre depende dos interesses e das necessidades das empresas jornalísticas e da comunidade profissional dos jornalistas. Segundo Bourdieu (1998), os jornalistas

percebem o mundo através de lentes muito específicas, seus óculos especiais, que nada mais são que os valores-notícias.

Wolf (1999) discute e cita algumas suposições sobre a relação entre valores-notícias e a noticiabilidade. Para o autor esses conceitos seguem cinco critérios: critérios substantivos, relativos ao conteúdo e que articulam a importância e o interesse da notícia; critérios referentes às características específicas do produto informativo; critérios vinculados ao meio de comunicação; critérios concernentes ao papel da representação social que os jornalistas fazem do seu público; critérios ligados à concorrência. Baroni (2014) destaca que “se a noticiabilidade é um conjunto de exigências através dos quais é possível controlar a quantidade e a qualidade dos acontecimentos para seleção e construção discursiva como notícia, a aplicação desses critérios de noticiabilidade está baseada nos valores-notícia” (BARONI, 2014, p.15).

Shoemaker (1991) destaca que um dos conceitos mais debatidos da pesquisa em comunicação de massa tem sido os critérios de noticiabilidade. Segundo a pesquisadora grande parte da pesquisa sobre noticiabilidade centrou-se em estratégias para identificar indicadores desses conceitos (por exemplo, oportunidade, proximidade, eventos interessantes) sem fornecer explicações teóricas satisfatórias por que esses itens devem ser considerados dignos de ser noticiados.

Mas baseado em Aguiar (2008) podemos incitar hipóteses que atendam a essas indagações. A hierarquia patronal pode ser uma delas, a popularização da vida das celebridades que clama pela audiência pode ser outro ponto considerado. O conceito de infotainment (fusão dos termos informação e entretenimento) é a demonstração da potencialidade de entretenimento do acontecimento tornando-se um valor-notícia fundamental para configurá-lo na ordem do discurso jornalístico.

Nas questões ambientais alguns critérios se sobressaem como oportunidade, conflito e interesse. Rodas e Giulio (2017) apontam que os jornalistas demonstram ter o interesse em uma pauta sobre questões ambientais quando há uma divulgação de dados de pesquisas impactantes, ou quando ocorrem desastres e tragédias, como aqueles relacionados à ocorrência de eventos extremos.

2.4. A pesquisa em jornalismo ambiental

Por estar inserida em uma área ampla, tipificada pela multi e interdisciplinaridade, a temática ambiental requer o concurso e o olhar de várias disciplinas ou competências, negando, portanto, sua redução a uma perspectiva meramente técnica ou científica, ainda que ela seja, quase sempre, essencial para qualificá-la.

Esse desenvolvimento está em andamento desde a década de 1970, mas talvez seja particularmente a partir dos anos 90 que houve um amadurecimento e incorporação de pesquisas em jornalismo ambiental por associações nacionais e internacionais de comunicação e em cursos e currículos de nível universitário. Sustentando essa tendência e sua consolidação, é crescente o corpo de publicações em livros sobre comunicação ambiental e campos intimamente relacionados, bem como é rápido o crescimento de artigos em periódicos de uma variedade de temas relacionados a jornalismo em ciências / ambiente em revistas científicas de saúde e comunicação, incluindo o estabelecimento de periódicos acadêmicos focado especificamente na comunicação ambiental (HANSEN, 2011).

Hansen (2011) ainda destaca que a perspectiva construcionista social ajudou a movimentar a pesquisa em comunicação sobre problemas ambientais para os estudos de jornalismo, que se viam presos em preocupações circulares como equilíbrio, preconceito e objetividade, provando ser uma inspiração produtiva para tentativas de lidar com interpretações sociológicas do papel da mídia na controvérsia pública e política sobre o meio ambiente.

Esses conceitos, despontam de imediato como os que circunscrevem as noções de sustentabilidade, desenvolvimento sustentável ou expressões ou termos correlatos, bem como o próprio conceito de meio ambiente e mesmo de jornalismo ambiental.

Os estudos teóricos sobre Jornalismo Ambiental no Brasil ainda são recentes, a primeira disciplina universitária voltada para o tema se iniciou em 2004, no curso de Comunicação Social da Universidade do Rio Grande do Sul (UFRGS). Em sua pesquisa *Panorama da Pesquisa em Jornalismo Ambiental no Brasil: o estado da arte nas dissertações e teses*, Girardi, Loose e Camana (2015) analisaram diversos trabalhos acadêmicos que tinham como tema central o jornalismo

ambiental. Em meio a tantos dados achamos importante destacar o quadro que aponta as temáticas mais recorrentes nessas pesquisas.

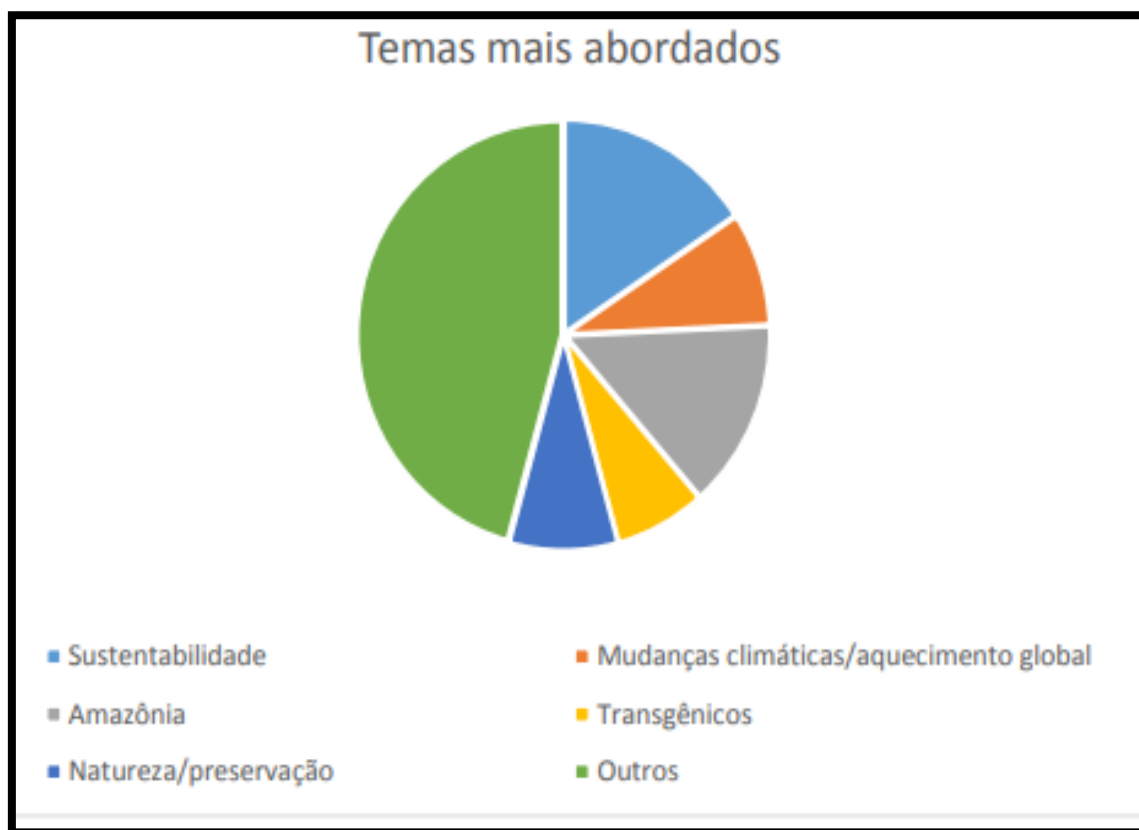


Figura 2 - Temas mais abordados nas pesquisas sobre jornalismo ambiental no Brasil
Fonte: Giradi, Loose e Camana (2005)

Giradi (2018) conceitua duas vertentes das relações entre jornalismo e pautas ambientais:

Nossas reflexões, juntamente com outros autores, nos permitem dizer que há uma distinção entre:

- jornalismo de meio ambiente, aquele que dá um tratamento jornalístico às temáticas ambientais de uma forma dita “imparcial” (já que não existe imparcialidade), sem a preocupação de mostrar as conexões entre os eventos nem uma contextualização adequada ou dar voz às diferentes vozes que tem algo a dizer sobre o tema; e
- Jornalismo Ambiental é aquele que adota como preceitos a visão sistêmica e mostra a complexidade dos eventos, é polifônico e foge de abordagens reducionistas. (GIRADI, 2018, p. 20)

A pesquisadora Sônia Aguiar (2011) destaca que duas vertentes tentam dar conta do jornalismo ambiental como campo de conhecimento e de práticas: uma segue o caminho da segmentação, do jornalismo especializado, fundado na relação ciência/natureza/ecologia e a outra defende uma abordagem multidisciplinar e editorialmente transversal, que não separe o meio ambiente dos seus condicionantes

sociais, culturais, políticos e econômicos. Aguiar também questiona se os valores-notícia tradicionais podem ser utilizados em um tipo de jornalismo com característica tão peculiares.

Uma meta-análise dos estudos de jornalismo ambiental deveria investigar como o mesmo objeto de interesse – por exemplo, o papel do jornalismo na ‘educação ambiental’, ou as disputas discursivas sobre o desenvolvimento sustentável – pode ser observado a partir de aparatos conceituais e metodológicos diferenciados, conforme a área de conhecimento em que a pesquisa se desenvolve, levando ou não a resultados semelhantes ou díspares. Além disso, diferentes olhares disciplinares são capazes de enxergar aspectos muitas vezes invisíveis a outros campos. (AGUIAR, 2011, s/ p)

Existem muitas razões para considerar o jornalismo ambiental um foco academicamente significativo, desafiador e valioso para uma questão temática. Bødker e Neverla (2012) apontam que o jornalismo sobre meio ambiente fica em uma complexa linha de cruzamentos entre política, negócios, ciência, natureza e cultura, entre o indivíduo e o comum, mas também entre os níveis local, regional e global. Enquanto o meio ambiente aparece em grande parte como local e tangível, os impactos negativos que sofrem se tornam globais e intangíveis.

2.5. O embate dentro dos diferentes campos discursivos

O jornalismo é, entre outras definições possíveis, um discurso narrativo se constituindo como um gênero particular, o que pode trazer problemas conceituais a serem enfrentados. Para Benetti (2008, p. 13), “O principal desses problemas diz respeito à clareza sobre a inscrição epistemológica do autor quando discute gêneros”.

A Amazônia tem sido espaço de disputas discursivas quanto às suas possibilidades de geração de riquezas, devido a abundância de recursos naturais, e de mitigação para as causas e consequências das mudanças climáticas.

Segundo Lima, Neves e Rodrigues (2016, p. 518):

As discussões ambientais geraram um campo para o qual convergiram teorias e pesquisas frente às demandas de um público diversificado e ávido por novas proposições teóricas e práticas transformadoras. Argumentos discrepantes emergiram no campo científico, com reverberações no campo político, sobre o equilíbrio de noções e práticas quanto à conservação dos recursos naturais relativos à consecução do “desenvolvimento humano”, com mais ou menos crescimento econômico.

2.5.1. A análise do Campo e *Habitus* jornalístico, segundo Bourdieu

Os critérios de noticiabilidade apenas respondem a uma parte da questão que esse projeto pretende analisar. Por isso entendemos que o conceito de noticiabilidade pode ser complementado a partir do aprimoramento teórico dos critérios que caracterizam a seleção e produção de notícias. Baseado nos conceitos de Campo Jornalístico e *Habitus* jornalístico, descritos por Pierre Bourdieu, iremos buscar compreender as notícias também por meio do processo de produção e as influências subjetivas e estruturais que o afeta.

Perpassando as dinâmicas de seleção e construção de conteúdo, é notório para Silva (2013) que o “fato de os jornalistas compartilharem elementos simbólicos que resultam na identificação e na posterior caracterização sob o rótulo de ‘notícia’ daqueles eventos cotidianos que são dissonantes de uma ordem simbólica – em geral hegemônica – socialmente disseminada” (SILVA, 2013, p. 71). O tema meio ambiente exerce fascínio e temor nas mídias hegemônicas por envolver questões que transitam entre as ações políticas públicas e os meios de produção que controlam o capital. Bourdieu (1997), em seu livro *Sobre a televisão* afirma que “assim como o campo político e o campo econômico, e muito mais que o campo científico, artístico ou literário ou mesmo jurídico, o campo jornalístico está permanentemente sujeito à prova dos vereditos de mercado” (BOURDIEU, 1997, p. 106). O “campo” de Bourdieu é definido como um espaço estruturado de posições onde dominantes e dominados lutam pela manutenção e pela obtenção de determinados postos.

Dotados de mecanismos próprios, os campos possuem propriedades que lhes são particulares, existindo os mais variados tipos, como o campo da moda, o da religião, o da política, o da literatura, o das artes e o da ciência. Todos eles se tornam microcosmos autônomos no interior do mundo social (THIRYCHERQUES, 2006).

Benson (2006, p. 188) destaca que Bourdieu afirma que depois de formados ou institucionalizados, os campos tendem a ser governados por “regras” em fortemente implícitas ou “princípios de ação”, produzindo certo grau de homogeneidade interna. Seguindo essa linha de pensamento, Marteleto e Silva (2004) sintetizam a conceito de campo de Bourdieu:

A estrutura do campo é composta por dois polos opostos: o dos dominantes e o dos dominados. Os agentes que ocupam o primeiro polo são justamente aqueles que possuem um máximo de capital social, enquanto os que se situam no polo dominado definem-se pela ausência ou pela escassez do capital valorizado no espaço específico do seu campo de pertencimento e, por sua vez, na sociedade como um todo. (MARTELETO; SILVA, 2004, p. 44-45)

Bourdieu é um ferrenho crítico da influência maciça que o campo político e econômico exerce sobre a produção de notícias. Esta, por conseguinte, exerce sobre os campos cultural e científico. Segundo ele “assim como o campo político e o campo econômico e muito mais o que o campo científico e artístico ou literário, o campo jornalístico está sujeito à prova dos vereditos do mercado (ainda que o Estado possa ajudar a assegurar certa independência com relação às pressões imediatas do mercado)” (BOURDIEU, 1997, p. 106).

O *Habitus* é uma ferramenta conceitual para analisar como os agentes sociais têm diferentes posições no espaço social, e como estes servem como diferentes disposições para a ação social. O *Habitus* jornalístico é simplesmente entender as regras do jogo e qual o lugar que o profissional ocupa dentro de sua organização jornalística. A autonomia para a produção de notícias depende disso (SCHULTZ, 2007).

Rosso e Carreirão (2011) afirmam que essa hierarquia é uma característica típica da empresa noticiosa, que possui o objetivo de regular a postura das relações nas instituições e de “organizar segundo as regras e padrões particulares o espaço interno da instituição” (ROSSO; CARREIRÃO, 2011, s/p).

Ela determina o conhecimento que cada agente terá dentro da instituição – ou seja, o repórter saberá apurar as matérias, contatará as fontes, o pauteiro ficará encarregado de marcar as entrevistas e os contatos. Enquanto o editor fica responsável por editar as matérias e acompanhar o trabalho dos repórteres. Esse processo “natural” resulta “na formação de hierarquias e na implementação de relação de poder, em um circuito fechado de acumulação de capital social dentro da instituição”. (ROSSO; CARREIRÃO, 2001, p.4 apud MARTINO, 2005, p. 73)

Para reforçar a importância da análise qualitativa do conteúdo das notícias também sob a ótica bourdieuiana, citamos uma frase, referendada por Traquina (2012), em seu livro *Teorias do Jornalismo: A tribo jornalística - uma comunidade interpretativa transnacional*, em que Bourdieu (1997) salienta que “os jornalistas têm os seus óculos particulares através dos quais veem certas coisas e não outras, e veem de uma certa maneira as coisas que veem. Operam uma seleção e uma

construção daquilo que é selecionado” (BOURDIEU, 1997 apud TRAQUINA, 2012, p. 75).

Este capítulo buscou oferecer um panorama sobre a pesquisa em Jornalismo no âmbito internacional e nacional, assim como destacou a importância de se ampliar a pesquisa em algumas áreas, como o Jornalismo Ambiental. Também pretendíamos fundamentar nossa escolha teórica e metodológica demonstrando o conceito de Campo e *Habitus*, que utilizamos em nossas escolhas sobre as discussões temáticas nas quais a Amazônia é introduzida.

No próximo capítulo abordaremos as características e especificidades do bioma Amazônia, nosso objeto de pesquisa. Falaremos sobre sua importância para o planeta e para as sociedades que nela habitam. Também discutiremos os diversos contextos que fazem parte desse imenso território dentro do Brasil. Assuntos como economia, desmatamento e outros grandes impactos serão tratados no capítulo.

3. A Amazônia e seus conflitos contemporâneos

No começo pensei que estivesse lutando para salvar seringueiras, depois pensei que estava lutando para salvar a Floresta Amazônica. Agora, percebo que estou lutando pela humanidade.

Chico Mendes

A Amazônia representa um espaço geopolítico e econômico que desperta profundos interesses econômicos em escala mundial por conta de seu potencial em recursos naturais, em virtude da rica biodiversidade presente na maior floresta equatorial do mundo (NOGUEIRA; OSOEAGAWA; ALMEIDA, 2019). Com seus 6,5 milhões de km² é a maior floresta tropical do mundo. Abrangendo nove países (Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname e Venezuela) ocupa quase metade da América do Sul. A maior parte da floresta – 3,5 milhões de km² – encontra-se em território brasileiro. Essa área, somada à da Mata Atlântica, representa 1/3 do total ocupado por floresta tropicais no planeta. Além da mata, existem na Amazônia áreas de cerrados e outras formações diversas, perfazendo um total de 5,029 milhões de km², conhecido como Amazônia legal (IBGE, 2006).

No Brasil, por muitos anos, a floresta foi vista como símbolo do lado desconhecido do território nacional. A região amazônica brasileira se distribui pelos estados do Amazonas, Acre, Amapá, Rondônia, Roraima, Pará, Tocantins, Mato Grosso e parte do Maranhão e é composta por 771 municípios que ocupam 5,22 milhões de km² ou seja 61% do território brasileiro (DINIZ; PAIXÃO, 2003).

Neste capítulo falaremos sobre o bioma Amazônia e todas as conexões que conduzem os diversos impactos inerentes a floresta. São temas que englobam desde a questão ambiental até o modo de viver das sociedades que lá habitam. Utilizaremos diversos autores que discorrem sobre os problemas ambientais e abordam as relações entre a pessoas e o bioma.

3.1. A Amazônia e sua importância para a coesão entre a natureza e as sociedades modernas

É o ecossistema que abriga a maior diversidade biológica do planeta e segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2006) é também residência de 20,3 milhões de pessoas em 775 municípios.

Constitui uma formação vegetal associada ao clima equatorial, quente e muito úmido com grande parte de sua composição com vegetação densa. “Na verdade, a Amazônia é um mosaico de diferentes subtipos de matas que variam em altura, densidade e composição florística (espécies) conforme diversos fatores” (DINIZ; PAIXÃO, 2003, p. 101).

Amazônia brasileira vem sofrendo intensas transformações derivadas de valorações geopolíticas e ideológicas a serviço da integração produtivo-competitiva do território na economia internacional e nacional. Estado e capital afirmam um raciocínio apropriador da natureza projetada em dois vetores da ocupação-modernização: o tecnoindustrial e o tecno ecológico. Desde a colonização, uma crescente extração de elementos de sua biodiversidade e uma organização político-social de modelos patronais ainda persistem na maior parte da região (SAYAGO; TOURRAND; BURSZTN, 2004).

A complexidade dos superlativos serviu de base para a exploração da força de trabalho e dos recursos naturais e para a desterritorialização de grupos sociais do território brasileiro., (SILVA; BAMPI, 2019).

A ideia de geopolítica é caracterizada pela presença de intervenções no cenário internacional desde as mais brandas até guerras e conquistas de territórios. Ela atua, sobretudo, por meio do poder de influir na tomada de decisão dos Estados sobre o uso do território.

A Amazônia é um exemplo vivo dessa geopolítica, pois nela se encontram todos esses elementos. Constitui um desafio para o presente, não mais um desafio para o futuro. Qual é este desafio atual? A Amazônia, o Brasil, e os demais países latino-americanos são as mais antigas periferias do sistema mundial capitalista. Seu povoamento e desenvolvimento foram fundados de acordo com o paradigma de relação sociedade-natureza, significando com isso que o crescimento econômico é visto como linear e infinito, e baseado na contínua incorporação de terra e de recursos naturais, que são também percebidos como infinitos. Esse paradigma da chamada economia de fronteira realmente caracteriza toda a formação latino-americana. (BECKER, 2005, p. 72)

Duas lógicas de avaliação dos recursos amazônicos são muito claras ao se falar de Amazônia (BECKER, 2005), uma lógica civilizatória ou cultural, que se preocupa com a natureza, destacando a conservação e preservação dos recursos naturais. A outra é a lógica da acumulação, que vê a natureza como um estoque de *comodities* e que deve ser conservada para futura utilização.

Essa geopolítica vem sendo desenvolvida desde os anos 60, por meio de planos que “assegurem” o domínio estatal da região, tendo como justificativa a segurança nacional e a proteção dos recursos lá existentes diante da voracidade dos países desenvolvidos (SILVA; BAMPI, 2019).

Em 1966, o presidente Castelo Branco sancionou a lei 5.173, que criou a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). A lei dava a pessoas jurídicas: isenção de impostos de renda, taxas federais, atividades industriais, agrícolas, pecuárias e de serviços básicos, dava isenção de impostos e taxas para importação de máquinas e equipamentos, bem como para bens doados por entidades estrangeiras. Era o início de um processo mais interiorizado de ocupação da região, rica em minérios e recursos madeireiros.

No ano de 1970, após uma visita a região Nordeste, o então presidente Emilio Garrastazu Médici e sua comitiva começaram a imaginar a construção de uma rodovia que ligaria o Nordeste brasileiro a região Amazônica. Em 16 de junho do mesmo ano cria-se a lei 11.106 que institui o Programa de Integração Nacional:

Art. 1º É criado o Programa de Integração Nacional, com dotação de recursos no valor de Cr\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de cruzeiros), a serem constituídos nos exercícios financeiros de 1971 a 1974, inclusive, com a finalidade específica de financiar o plano de obras de infraestrutura, nas regiões compreendidas nas áreas de atuação da SUDENE e da SUDAM e promover sua mais rápida integração à economia nacional.

Parágrafo único. Os recursos do Programa de Integração Nacional serão creditados, como receita da União, em conta especial no Banco do Brasil S.A.

Art. 2º A primeira etapa do Programa de Integração Nacional será constituída pela construção imediata das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém.

§ 1º Será reservada, para colonização e reforma agrária, faixa de terra de até dez quilômetros à esquerda e à direita das novas rodovias para, com os recursos do Programa de Integração Nacional, se executar a ocupação da terra e adequada e produtiva exploração econômica. (BRASIL, 1970, s/ p)

A partir desse decreto o governo brasileiro dá início a ocupação da Amazônia por migrantes vindos de toda a parte do país, principalmente do Sul e do Nordeste, que recebiam de 100 a 300 hectares de terras devolutas, as margens da rodovia, além de apoio financeiro para fincarem seus pés e a esperança nesse local, que poderia ser o Eldorado brasileiro. Foi instituído pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária (Incra), o processo de colonização por meio de agrovilas (ainda muito comuns em algumas regiões), Agrópolis (conjunto de agrovilas) e Rurópolis

(conjunto de Agrópolis), hoje chamada de Sede e de onde surgiram muitos municípios amazônicos.

Dos 9.128 assentamentos brasileiros, em torno de 3.589 estão localizados nos Estados pertencentes à Amazônia Legal, de acordo com a base de dados do Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (Sipra). Dos assentamentos da Amazônia Legal, cerca de 2.982 (83%) contêm os limites devidamente georreferenciado, sendo que, destes, 2.217 (62%) encontram-se dentro do bioma Amazônia (IPAM, 2017).

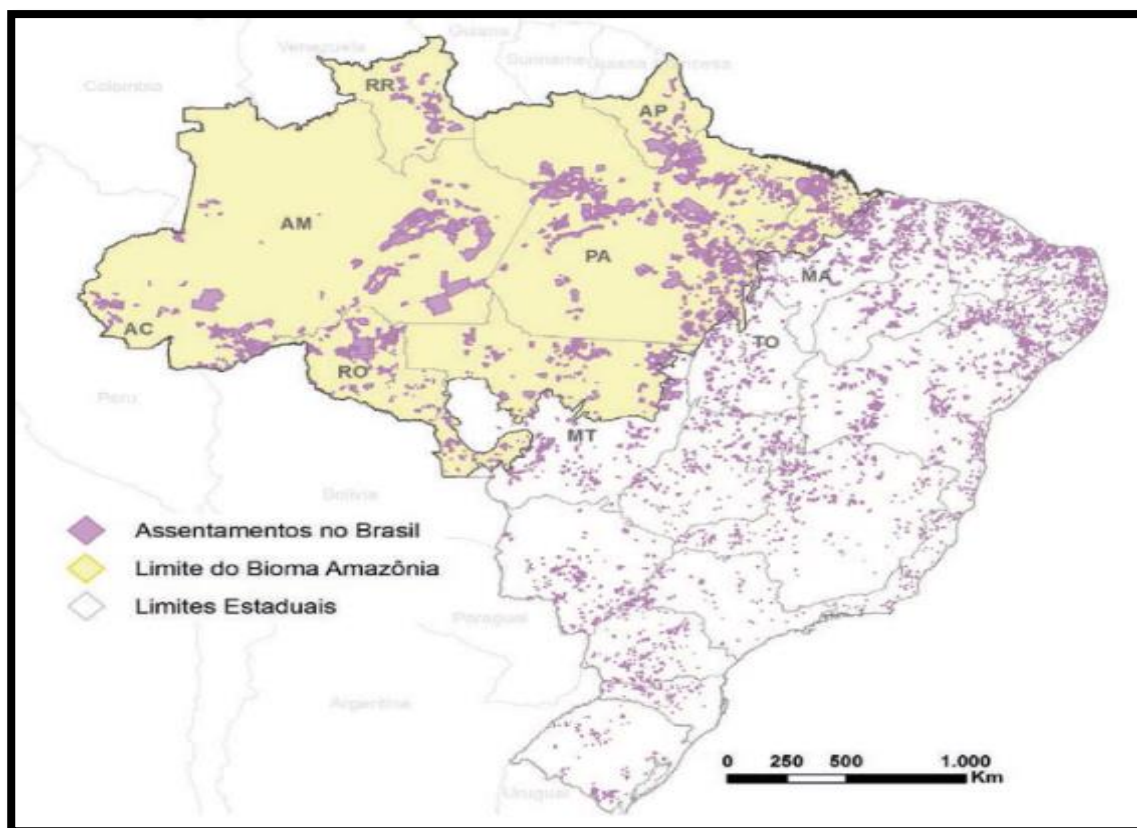


Figura 3 - Distribuição dos assentamentos no Brasil, com enfoque para os assentamentos do bioma Amazônia
Fonte: (IPAM, 2016)

A dinâmica social de ocupação espontânea de terras públicas e os conflitos fundiários entre trabalhadores rurais sem terra e as áreas privadas na Amazônia provocam uma situação na qual muitos assentamentos são formados, desconsiderando sua aptidão agrícola, topografia, drenagem, flora, fauna e presença de populações tradicionais (indígenas, seringueiros, castanheiros, ribeirinhos etc.) (SOUZA et al., 2018).

3.2. A questão ambiental e a economia amazônica

A Conferência das Organizações das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Desenvolvimento em 1992, no Brasil, apresentou um novo conceito de desenvolvimento com sustentabilidade, isto é, um panorama de crescimento econômico justo, democrático, ambientalmente equilibrado, baseado na cogestão popular da coisa pública e no exercício continuado de cidadania, em que as gerações futuras não podem ser privadas dos recursos naturais. O ano de 1992 é um marco quando se constata uma inflexão crítica e a consolidação de uma perspectiva socioambiental que vai definir as novas linhas de pesquisa teórica e empírica na área da Ecologia Política e Social, mostrando a responsabilidade que a sociedade contemporânea tem na preservação e manutenção dos ativos ambientais. A história mostra-se imprevisível não apenas no que se refere à trama de eventos que determina suas desconcertantes inflexões, mas também no âmbito da longa duração.

Durante milênios a segurança das sociedades em face da escassez, das intempéries e de outras adversidades dependeu fundamentalmente da capacidade de acumular excedente pelo incremento contínuo de ocupação do solo, tecnologia, produtividade do trabalho, bens de produção e de consumo.

Pois as crises ambientais de nossos dias desencadeadas justamente pelo êxito das sociedades industriais em multiplicar incessantemente o excedente, não apenas impõe novas formas de escassez, mas sobretudo geram ameaças mais sistêmicas à nossa segurança. (MARQUES, 2016, p. 24)

É necessária uma tomada de consciência sobre os impasses ambientais que nos ameaçam. A degradação dos recursos naturais é vista como uma necessidade para se chegar a um “*welfare state*”, tão difundido pelo sistema capitalista.

O avanço tecnológico serve como pretexto para minimizar os riscos, mas a cobiça por bens cada vez menos duráveis e oriundos de recursos finitos nos faz pensar até onde a sociedade pretende chegar para estabelecer seu desejado crescimento econômico contínuo. Embora ilusória, essa crença na possibilidade de um crescimento econômico contínuo é compreensível para os 91,6% da humanidade adulta desprovida de tudo e sedenta de um mínimo de conforto material.

A Figura 4 mostra como a desigualdade social afeta de forma contundente os obstáculos para se ter uma exploração sustentável e responsável dos biomas que sustentam a vida no planeta.

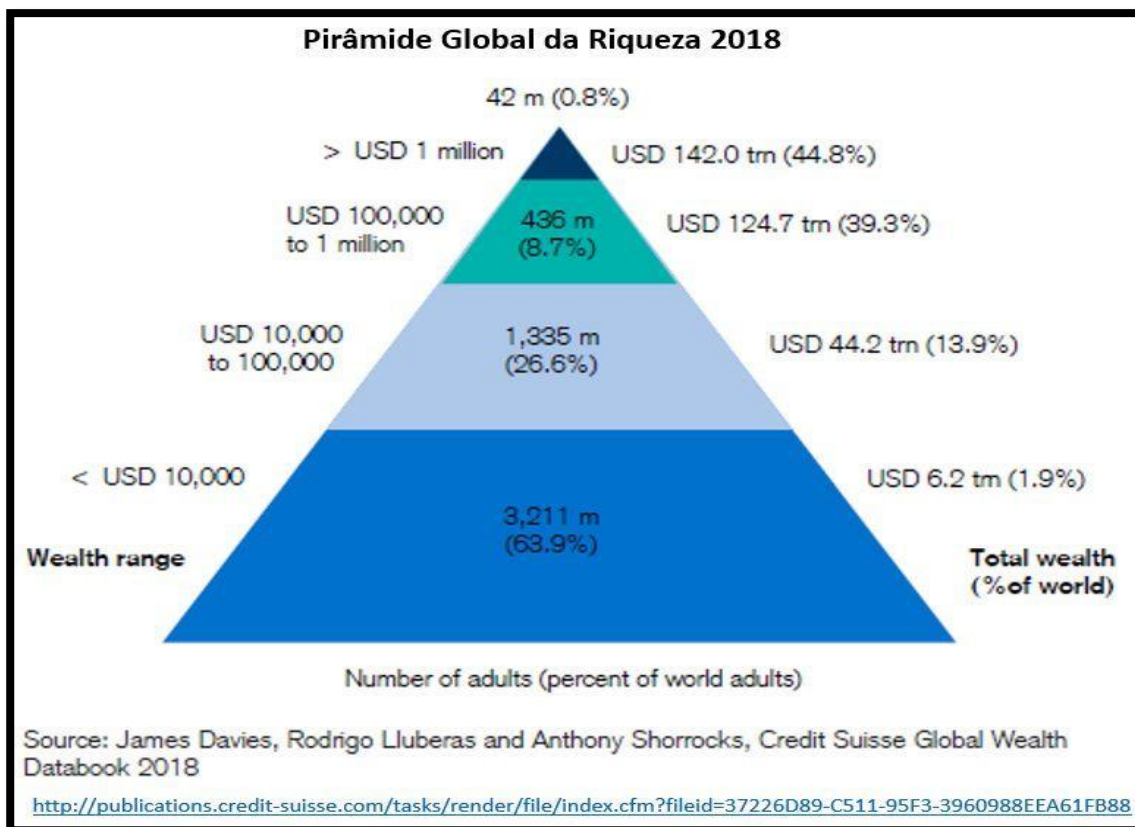


Figura 4 - Pirâmide Global da riqueza em 2018.

Fonte: James Davies, Rodrigo Lluberas e Anthony Shorrocks (2018)

Segundo Marques (2016), satisfazer as carências básicas desses cidadãos não aumentaria o impacto humano sobre o ecossistema. Então o desastroso e atual impacto ambiental permitido pelo modelo econômico padrão nos países mais ricos vem de outras situações.

Cerca de cinco bilhões de adultos geram perto de 320 trilhões de dólares. Desses, 42 milhões (0,8%) possuem 142 trilhões, o que representa 45% de toda a riqueza gerada. Abaixo de 8,7% dessa população detém 124,7 trilhões de dólares (39,3%), a cada nível da pirâmide mais pessoas vão possuir cada vez menos. A base da pirâmide, onde se concentra a maior parte da população (3 bilhões e 200 milhões de pessoas), vai deter um montante de 6,2 trilhões de dólares, o que simboliza uma concentração de riqueza muito clássica das políticas neoliberais e agora pseudoliberais dos governos conservadores eleitos em diversos países.

É fácil concluir pela figura que hoje 9,5% da população ativa adulta no mundo detém 85% de toda a riqueza gerada por meio da exploração exorbitante dos recursos naturais. Para satisfazer toda a ganância e avidez desses 9,5% ou seja 480 milhões de pessoas exige-se um crescimento que demanda cada vez mais a máquina produtora das crises ambientais. “Tal mecanismo, que não é o senão da acumulação de capital é auto produtivo, inclusive ideologicamente. Esse

mecanismo que impulsiona a prática infundável do consumismo está nos levando a uma catacombe ecossistêmica que em um futuro não muito distante poderá nos levar a um colapso ambiental irreversível”. (MARQUES, 2016)

Stern e Calderón (2014) propõem dez medidas para que a sociedade possa reduzir a pressão sobre a natureza e ao mesmo tempo afirmam que essa proposta indica que o atual modelo econômico é incompatível com o conceito de sustentabilidade. As dez medidas sugeridas para um Better Growth Better Climate⁷ são:

1. Levar em consideração o impacto do aquecimento global em todas as decisões econômicas.
2. Criar as condições para um acordo mundial ambicioso e equitativo.
3. Eliminar os subsídios às energias fósseis
4. Taxar as emissões de CO₂ no âmbito de uma grande reforma fiscal
5. Reduzir substancialmente os custos do investimento em infraestrutura de baixo carbono
6. Multiplicar por ao menos três as despesas em pesquisa e em desenvolvimento das tecnologias de baixo carbono até meados dos anos 2020
7. Priorizar a conectividade e a compacidade como formas de preferências de desenvolvimento urbano.
8. Deter o desmatamento global das florestas primárias até 2030.
9. Restaurar ao menos 500 milhões de hectares de florestas e solos agriculturáveis degradados.
10. Acelerar a saída das termelétricas movidas a carvão. (STERN; CALDERÓN, 2014, p. 25)

É, portanto, a consciência de uma degradação crescente do meio ambiente que nos leva a pensar sobre a emergência de uma “nova ecologia” particularmente por meio de uma visão paradigmática que associa num todo único e soba forma de múltiplas curvas os elementos Organização viva / Natureza/ Homem / Sociedade / Consciência ética (VEJA, 2005, s/ p).

O Filósofo Edgar Morin propõe um conceito de pensamento ecologizado, em que é importante que os indivíduos compreendam que somente devido aos recursos naturais a sobrevivência da espécie é possível. Segundo ele, a mudança de paradigmas em relação a consciência ecológica pode ser fácil quando se trata de uma catástrofe. Mas o pensamento verde é muito difícil porque contradiz princípios

⁷ Stern, Nicholas; Calderon, Felipe (orgs.). **Better Growth Better Climate**. The New Climate Economy Report. The Synthesis report, 2014.

de pensamento que se enraizaram em nós desde o ensino fundamental, onde eles nos ensinam a realizar cortes e disjunções no complexo tecido do real, para isolar as disciplinas sem poder associá-las depois.

Então, estamos convencidos de que estamos condenados ao fechamento das disciplinas, que seu isolamento é indispensável, quando hoje as ciências e a ecologia da Terra mostram que é possível reassociação disciplinar. De alguma forma, somos governados por um paradigma que restringir uma visão separada das coisas; estamos acostumados a pensar no indivíduo separado do seu ambiente e seu *Habitus*, estamos acostumados a incluir coisas como se elas não tivessem um ambiente (MORIN, 1995).

O método experimental contribuiu para desecologizar as coisas. Remova um corpo do seu ambiente natural, coloca-o em um ambiente artificial controlado pelo experimentador, que ele permite que esse corpo seja testado para determinar suas reações sob várias condições. Mas adquirimos o hábito de acreditar que o único conhecimento confiável era aquele que surgia nos ambientes artificiais (experimental), enquanto o que aconteceu em ambientes naturais não foi interessante porque as variáveis e os fatores não puderam ser isolados.

Por isso é extremamente importante que mudemos a nossa forma de pensar a produção e a ideia de posse da natureza. A ideia do domínio do homem sobre a natureza há muito tempo já não faz sentido, pois quanto mais a desequilibramos mais sofreremos as consequências.

Devido a sua grande diversidade biológica, com recursos naturais em abundância, as economias do bioma giram em torno de atividades altamente degradantes, como os setores madeireiro, o agronegócio e a mineração, como exceção o complexo industrial da Zona Franca de Manaus.

A reformulação de critérios de valoração social, associada à adoção do referencial ambientalista, faz parte de um cenário mundial em que é conferida uma importância tanto científica quanto simbólica à Amazônia. O fato de ser a maior floresta tropical remanescente no planeta preenche o imaginário de toda a comunidade ecologizada do mundo, ao lado de outras questões globais como a perda da diversidade biológica, o efeito estufa e o buraco da camada de ozônio. A construção do paradigma ambientalista é resultado de uma longa reflexão sobre as raízes éticas e ideológicas da crise ambiental que põe em xeque diretamente o

modelo de desenvolvimento capitalista, questiona o lugar da espécie humana Amazônia socioambiental (BURSTYN, 2008).

As transformações recentes na Amazônia indicam uma aproximação entre os anseios que impulsionaram a cobiça e a dominação colonial de países europeus, sobre as riquezas naturais, suas potencialidades e a ideia de inesgotabilidade (CASTRO, 2010).

Apesar da admiração mundial pelo bioma com suas florestas abundantes, grandes rios e culturas milenares de povos indígenas e tradicionais, essa imagem tão suave e perfeita da região tem sido desmantelada pelo processo de ocupação fortemente marcado pelo desmatamento, pela degradação dos recursos naturais e por conflitos sociais e violência.

Com a justificativa da necessidade de uma globalização da economia, principalmente por meio de *commodities*, as pressões políticas sobre a floresta são cada vez mais ostensivas. A imposição de modelos econômicos voltados dirigido a hidrelétricas, lavras de mineração, infraestrutura rodoviária, o agronegócio e os impactos negativos sobre a região vão se tornando cada vez mais destrutivos.

O agronegócio foi impulsionado pelas medidas de colonização implementadas pelos governos principalmente nos anos 60 e 70, como vimos no capítulo anterior. De acordo com Verissimo (2012), o desmatamento é relativamente recente na história da Amazônia brasileira e foi impulsionada a partir da década de 70 pelo governo federal por meio de incentivos para a ocupação e integração da região ao resto do país. De fato, até 1975, após mais de quatro séculos de ocupação, menos de 1% do território da Amazônia havia sido desmatado.

Apesar das leis criadas para evitar o desmatamento ilícito, Marques (2015) ressalta que o tráfico ilegal de madeira representa 50 a 90% do total de exploração da Amazônia. A insuficiente criação de Unidades de Conservação (UCs) é um dos principais motivos para que essas atividades continuem sem a fiscalização necessária (IMAZON, 2016). Os impactos do desmatamento incluem a perda de biodiversidade, a redução da ciclagem da água (e da precipitação) e contribuições para o aquecimento global (FEARNSIDE, 2005).

O Sistema de Monitoramento da Exploração Madeireira (Simex), desenvolvido pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON, 2013), estima que cerca de dois milhões de hectares foram explorados nos Estados do Pará e Mato Grosso entre 2008 e 2012 e que 61% foram explorados ilegalmente.

Nove por cento da área explorada ilegalmente, um total de 101.468 hectares, estavam em Terras Indígenas e UCs. Nesse período, 28 UCs sofreram exploração ilegal, somando 22.544 hectares. Apesar da queda da exploração ilegal dentro de UCs entre 2008 e 2010, houve aumento a partir de 2011. O Pará concentrou mais de 90% da área explorada ilegalmente em UCs e as Florestas Nacionais (Flonas) foram a categoria com maior área explorada (72%). Além da criação de novas unidades de conservação, o incentivo a indústria de manejo florestal e extrativismo por ser uma alternativa que minimiza o desmatamento ilegal da floresta.

Dos anos 1960 a 1980, o desmatamento tropical foi amplamente promovido por políticas governamentais para o desenvolvimento rural, incluindo empréstimos agrícolas, incentivos fiscais e construção de estradas, em conjunto com o rápido crescimento populacional em muitas nações em desenvolvimento.

Em um intervalo de apenas 1 a 2 décadas, a natureza da destruição das florestas tropicais mudou. Em vez de ser dominado por agricultores rurais, o desmatamento tropical agora é substancialmente impulsionado pelas principais indústrias e pela globalização econômica, com operações de madeira, desenvolvimento de petróleo e gás, agricultura em larga escala e plantações de árvores exóticas sendo as causas mais frequentes de perda de floresta. Embora instiguem sérios desafios, essas mudanças também estão criando oportunidades importantes para a conservação da floresta”. (BUTLER; LAURANCE, 2008, p. 469)

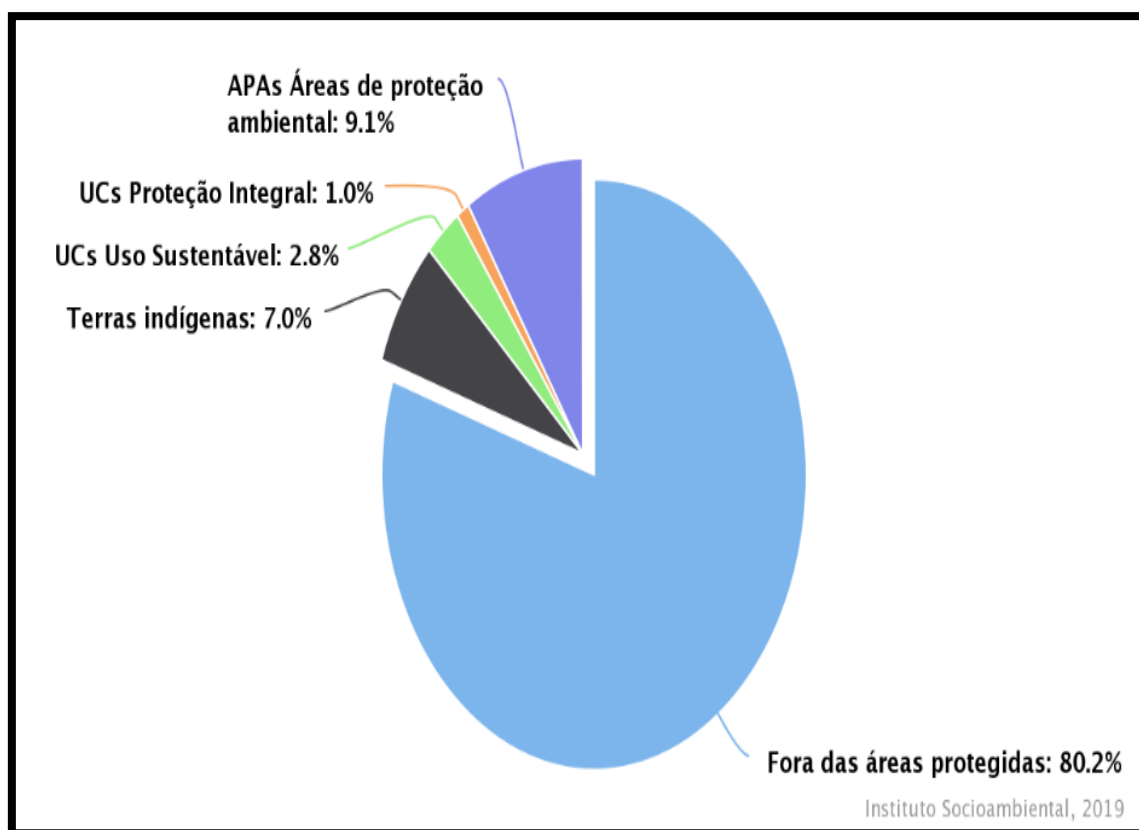


Gráfico 1 - Desmatamento acumulado em área de proteção e restante de território da Amazônia Legal

Fonte: ISA (2019)

Vários estudos discutiram o futuro das florestas tropicais após as preocupações globais com a perda de biodiversidade e as emissões de CO₂ causadas pelo desmatamento. O desmatamento já atingiu quase 20% da área florestal original da Amazônia brasileira (ASSIS et al., 2020). As taxas de desmatamento vêm aumentando recentemente após uma década de estabilidade e as perspectivas futuras estão parecendo progressivamente terríveis. Isso ocasiona uma drástica redução das chuvas, o que pode tornar a floresta em tipo de ecossistema mais seco (savana ou floresta de transição Amazônia-cerrado) (ZEMP et al., 2017).

Desde a Rio 92 a Amazônia se transformou em uma espécie de símbolo mundial pela defesa da vida e do planeta. Para Bursztyn (2003, p. 296),

Algumas regiões no mundo despertam particular fascinação e alimentam o imaginário popular pela imponência de sua natureza. A Cordilheira do Himalaia, as geleiras polares, o Saara, são sempre lembrados, mas talvez nenhuma dessas regiões tenha sido objeto de tanta obstinação e cobiça quanto a Amazônia.

A preocupação mundial com as perdas dos bosques tropicais vem aumentando desde a década de 80. Inicialmente, o foco era conter a perda de

biodiversidade e as ameaças sobre os povos indígenas que habitam essas florestas. Com a intensificação do debate sobre o aquecimento global e o papel essencial que as florestas tropicais têm na regulação do clima e no estoque de carbono, a conservação dessas áreas tornou-se ainda mais estratégica para o planeta (VERISSIMO, 2012).

Entre agosto de 2018 a julho de 2019 o desmatamento da Amazônia Legal foi estimado em 9.762 km², o que revela um aumento de quase 30% em relação ao período anterior.

Esse incremento exponencial e súbito não é fruto do acaso. Na verdade, o desmatamento da floresta amazônica é, nos dias de hoje, incentivado explicitamente pelo poder público, bem como pela desvalorização da ciência, baseada na crítica infundada a instituições de pesquisa, e pelo desmonte dos órgãos ambientais responsáveis pelo controle do desmatamento e das queimadas. Isso constitui o sintoma de uma crise institucional sem precedentes. Em lugar da continuidade de políticas baseadas na normalidade constitucional, temos a subordinação das iniciativas governamentais sobre a Amazônia aos interesses dos beneficiários do desmatamento ilegal. Isso se torna justificável por intermédio de ideologias que negam a existência dos problemas socioambientais, substituindo a discussão das questões reais por um discurso persecutório. (ARAÚJO; VIEIRA, 2019, p. 367)

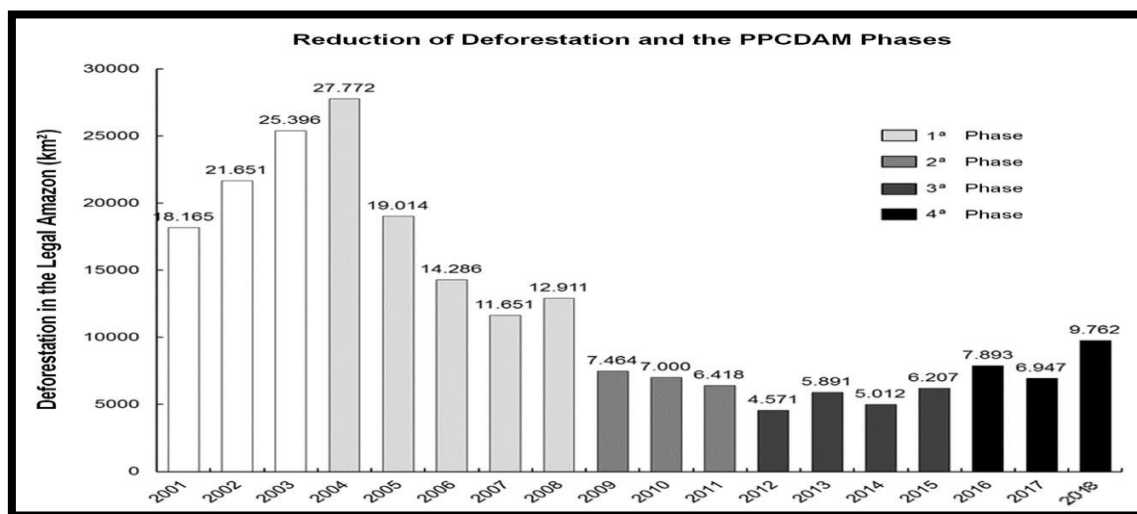


Gráfico 2 - Desmatamento da Amazônia no período 2001-2018 e as fases do PPCDAM
Fonte: PRODES; INPE (2019).

O Acordo de Paris, promulgado em 2010, estabeleceu uma meta de desmatamento zero na Amazônia até 2030. Uma das metas contidas na Contribuição Nacionalmente Determinada do Brasil (NDC) – compromisso climático do país perante a ONU - é de zerar o desmatamento ilegal na Amazônia (IPAM, 2017).

A proposta de desmatamento zero vem de excessivos estudos com resultados avassaladores. Se as taxas de desmate da floresta mantiver os níveis atuais. O cenário à frente não aponta para reduções significativas dessa taxa para os próximos anos.

Atualmente há várias medidas de enfraquecimento da proteção florestal aprovadas ou propostas no Executivo e no Congresso Nacional, incluindo a anistia de grilagem de terras já aprovada, e a redução de áreas protegidas, o enfraquecimento do licenciamento ambiental, até a paralisação das demarcações de terras indígenas e quilombolas.

Ademais, se medidas adicionais não forem tomadas, o desmatamento pode continuar elevado na próxima década, empurrado por demandas por produtos agropecuários e por falta de compromisso político e ineficácia governamentais e do mercado para exercer o devido controle. A taxa de desmatamento poderá atingir patamares entre 9.391 km² e 13.789 km² até 2027 se mantida a mesma relação histórica entre rebanho bovino e área total desmatada. (IPAM, 2017, p. 15)

Ainda segundo o relatório do IPAM (2017, p. 5), cinco principais fatores vêm incentivando esse aumento de deflorestação do bioma amazônico:

1. Impunidade de crimes ambientais ainda é alta;
2. Retrocessos de políticas ambientais;
3. Falhas nos acordos da pecuária;
4. Grilar terras públicas continua sendo lucrativo e;
5. Grandes obras aceleram as ameaças.

A melhor informação sobre os habitats terrestres diz respeito às florestas, que atualmente ocupam cerca de 31 por cento da superfície terrestre do planeta. Estima-se que as florestas contêm mais de metade dos animais terrestres e de espécies de plantas, a grande maioria deles nos trópicos, e são responsáveis por mais de dois terços da produção primária líquida em terra – a conversão de energia solar em material vegetal (BRASIL, 2010).

A Amazônia tornou-se uma fronteira de *commodities* (CASTRO, 2010). Dos seis grandes grupos de bens exportados pelo país – soja, carne, minérios, suco de laranja, petróleo e celulose – três deles vem da Amazônia. São essas atividades as principais responsáveis pela concentração fundiária, pistolagem e conflitos de terra, além do desmatamento acumulado.

Atualmente na condição de *commodities*, o processo de extração mineral em solo amazônico representa na Amazônia 6,8% do PIB brasileiro, equivalente a 65% do valor das exportações brasileiras (HAURADOU; AMARAL, 2019). A demanda por minerais também é um risco significativo para o ecossistema, principalmente

quando os recursos minerais e as florestas estão no mesmo ambiente e em países em desenvolvimento que buscam receita com a mineração, mas não tem uma fiscalização eficiente e onde o Estado não tenha intenção, muitas vezes por motivações políticas ou econômicas, em sua aplicação (SONTER et al., 2017).

Em todo o Brasil, arrendamentos de mineração, concessões e licenças de exploração cobrem 1,65 milhão km² de dos quais 60% estão localizados na floresta amazônica (BRASIL, 2012). A Mineração na Amazônia causa desmatamento dentro de arrendamentos. Em 2005, um áreas de 6.880 km² de florestas arrendada para a mineração teve desmatada em 10 anos teve 14% (983 km²) de sua extensão (SONTER et.al., 2017).

Além do desmatamento a mineração também é apontada como causa de crescimento populacional, o que demanda maior atividade e produção de madeira e alimentos. Além de demandas em serviços básicos como educação, saúde. A ocupação desordenada territorial faz com que o desmate ocorra em maior escala devido a necessidade de se alocar essa população que se desloca às áreas de mineração (CYMBALUK, 2017).

Categoria	Nº de terras envolvidas	Nº de processos incidentes	Extensão total das terras envolvidas	Extensão da terra coberta por processo	% da terra com processo
Estadual US	39	1.851	183.092	56.602	30,9
Estadual PI	25	508	105.259	38.549	36,6
Federal US	44	2.886	205.452	59.667	29,0
Federal PI	32	1.543	277.295	24.512	8,8
Unidades de Conservação	140	6.788	771.098	179.331	23,2
Terras Indígenas	151	4.903	751.781	303.217	40,3
Total	291	11.691	1.522.879	482.548	31,7

Tabela 1 - Dados do Cadastro Minério obtidos do site do DNPM, em setembro de 2010

Fonte: Santos, Pereira e Veríssimo (2013)

As políticas governamentais atuais não consideram toda a extensão do desmatamento induzido pela mineração e raramente essa atividade é considerada degrada, além disso proposições de alterações legislativas reduzem ainda mais a avaliação e requisitos de mitigação dos impactos (El Birzi, 2011).

As mudanças no uso da terra, o desmatamento e as mudanças climáticas impactam fortemente o ecossistema da floresta amazônica ameaçando sua resiliência e a sustentabilidade de muitas atividades humanas (SIMÕES; PEREIRA; FERRAZ, 2014). Um debate atual, importante e recorrente no que tange ao futuro do desenvolvimento sustentável da Amazônia brasileira diz respeito à introdução do agronegócio. Como já vimos anteriormente, os governos tinham a intenção de ocupar os chamados “espaços vazios” do bioma incorporado a um discurso de proteção das fronteiras. Boa parte das políticas de ocupação naquele período da região amazônica se deram através de programas de colonização agrícola dirigida, desenvolvidos pelo governo federal e pela iniciativa privada.

O público-alvo dos projetos de colonização (e não de reforma agrária) era de pequenos agricultores do Nordeste brasileiro. Anos mais tarde o governo muda o foco e o público-alvo para o referido projeto seria os produtores vindos do Sul do país, tidos como mais preparados (STAEVIE, 2018).

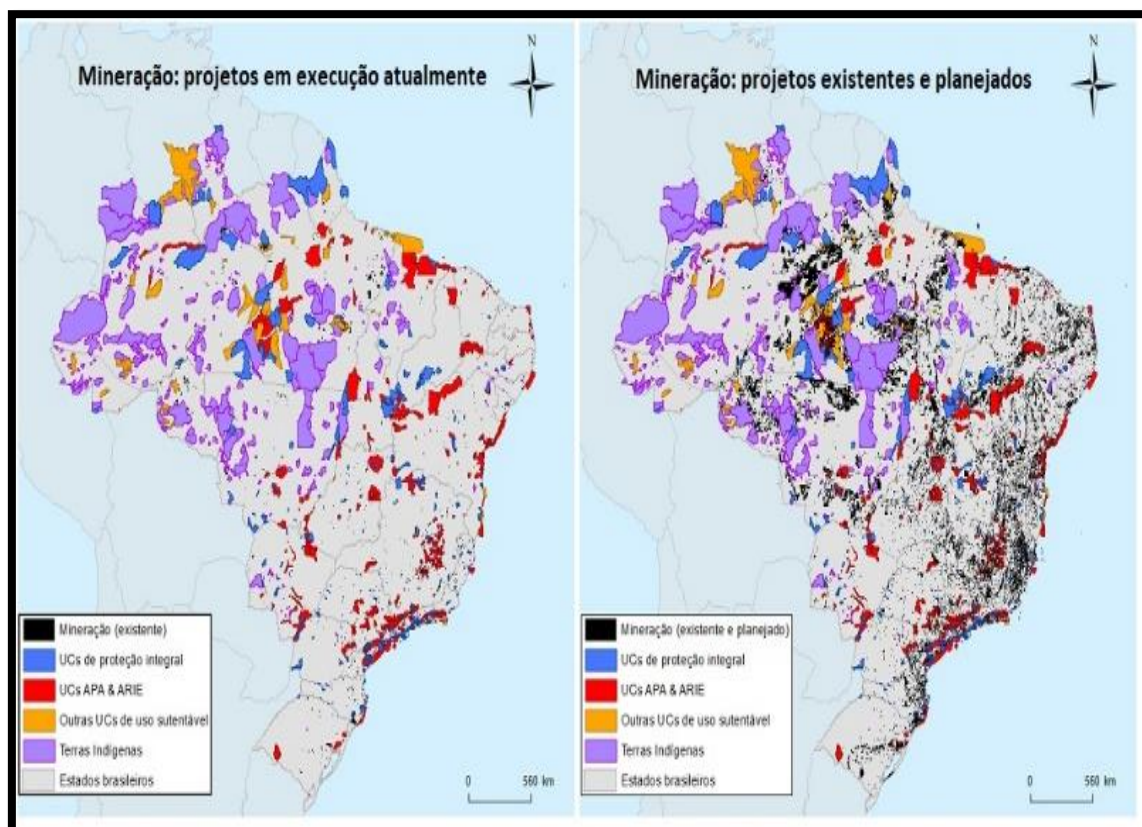


Figura 5 - Áreas de mineração em atividade e projetadas para a Amazônia
Fonte: IPAM (2017)

A criação de gado na Amazônia brasileira começou no século XVI, no início da colonização portuguesa, quando os navegadores trouxeram os primeiros animais

para satisfazer a demanda dos agricultores por leite e criação de animais. Se expandiu nas regiões do baixo rio Amazonas, de Santarém às ilhas Marajó, com base em extensos sistemas agrícolas em pastagens naturais (TEIXEIRA, 1953). A pecuária bovina é a atividade mais fortemente correlacionada com desmatamento para os municípios da Amazônia (RIVERO et al., 2009).

As atividades agrícolas e pecuárias são as principais causas diretas do desmatamento na Amazônia. Dessas causas, a expansão da pecuária bovina é a mais importante. A remoção temporária ou parcial da floresta para a sua conversão em áreas de pastos e agrícolas associadas com a extração seletiva de madeira, segundo algumas recentes estimativas, corresponde a cerca de 15% a 35% da emissão global média de combustíveis fósseis na década de 1990 (DeFRIES et al., 2002).

De acordo com a FAO, a maior taxa de desmatamento ocorreu no Brasil, seguido da Índia, da Indonésia, do Sudão e da Zâmbia (HOUGHTON, 2005). No Brasil, a maioria dos estudos já tem demonstrado que o desmatamento tem sido causado pela conversão de floresta, principalmente para pecuária, agricultura de corte e queima ou associada à exploração madeireira (ARIMA et al., 2005; VERÍSSIMO et al., 1996; FERREIRA et al., 2005).

Estudo do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) corrobora com esses dados, relatório do PRODES aponta que o desmatamento na Amazônia brasileira até 2008 totalizou 719.710 km². “É quase o dobro do tamanho da área de terra da Alemanha” (INPE, 2017). “A escala desse desmatamento tem impacto nos serviços ecossistêmicos, na biodiversidade, no ciclo da água e no ciclo do carbono” (FEARNSSIDE, 2006).

O Brasil é um ator-chave na produção global de alimentos, cuja maior parte é proveniente do desmatamento dos principais biomas brasileiros. Em 2004, 25.396 km² da Amazônia Legal brasileira foi desmatada e, após esse período, felizmente a taxa de desmatamento diminuiu, alcançando 7900 km² em 2018. A conversão de florestas em pastagens por corte florestal e queima é o principal motor da Amazônia brasileira (SOLTANGHEISI et al., 2019).

O rebanho bovino brasileiro no período de 1975 a 2017 passou de 101.673.753 para 171.858.168 de animais, o que representa um crescimento de 69%, sendo que 77% desse crescimento ocorreu na Amazônia, onde no mesmo período, o rebanho cresceu 1.066%. Consequentemente a derrubada da floresta

creceu na mesma proporção colocando a região no centro das discussões nacionais e internacionais em relação ao meio ambiente” (OHASHI, et al., 2018).

O grande problema é que a formação das pastagens foi realizada através de queimadas e sem nenhum critério técnico agroecológico, agravando o dano ambiental, especialmente em relação à preservação das matas ciliares das margens dos rios e das matas de preservação ao redor das nascentes, afetando principalmente os pequenos córregos, muitos dos quais outrora perenes, atualmente secam completamente na estação seca, afetando o volume dos rios nos quais desaguam. (OHASHI, et al., 2018, p. 203)

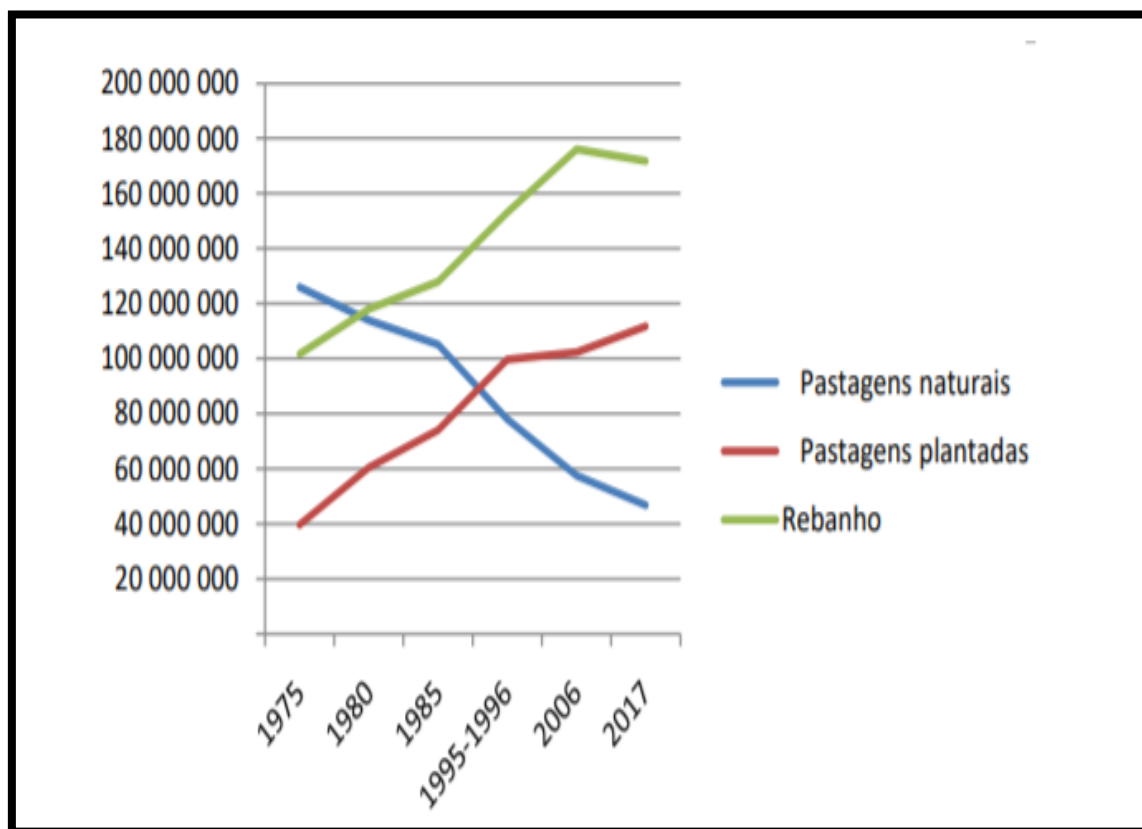


Gráfico 3 - Relação do crescimento do rebanho e das pastagens naturais e plantadas no Brasil no período de 1975 a 2017

Fonte: IBGE (2018)

Existe uma relação direta entre a economia, o avanço da fronteira na Amazônia legal e a taxa de desmatamento crescente desde 1990, influenciada pelo estado da economia nacional. Contudo, nos últimos anos, essa relação começou a modificar-se, pois a taxa de desmatamento foi crescente, apesar da falta de crescimento econômico (FERREIRA; VENTICINQUE; ALMEIDA, 2005). Historicamente, as políticas implementadas no setor agrícola têm privilegiado a atividade empresarial em detrimento da agricultura familiar (NODA; NODA, 2003).

As descobertas das riquezas da biodiversidade amazônica, como cacau, seringueira, castanha-do-pará, pau-rosa, guaraná, açaí, cupuaçu, pupunha, jaborandi, consideradas as mais importantes, atraíram aventureiros e modificaram o panorama econômico e social da região. A seringueira e o cacau, plantas levadas da Amazônia, mudaram a civilização do Planeta, onde as regiões e os países em que foram introduzidos transformaram-se em grandes centros produtores mundiais (HOMMA, 2003).

Dar atenção para as áreas com florestas que representam 83% da Amazônia ou para os 17% já desmatados constitui o atual dilema político. A participação do extrativismo na economia do setor primário da Amazônia é dominante até 1960, quando perde para a lavoura e a pecuária. Nas décadas de 1980 e 1990, o setor extrativo apresenta novo crescimento decorrente da extração madeireira, dominando em alguns anos o setor de lavoura e pecuária. Com as pressões ambientais, no final da década de 1990, ocorreu o declínio do setor madeireiro de florestas nativas e à supremacia da lavoura, mas ainda o setor extrativo tem maior peso do que o setor da pecuária. (HOMMA, 2003, p. 08)

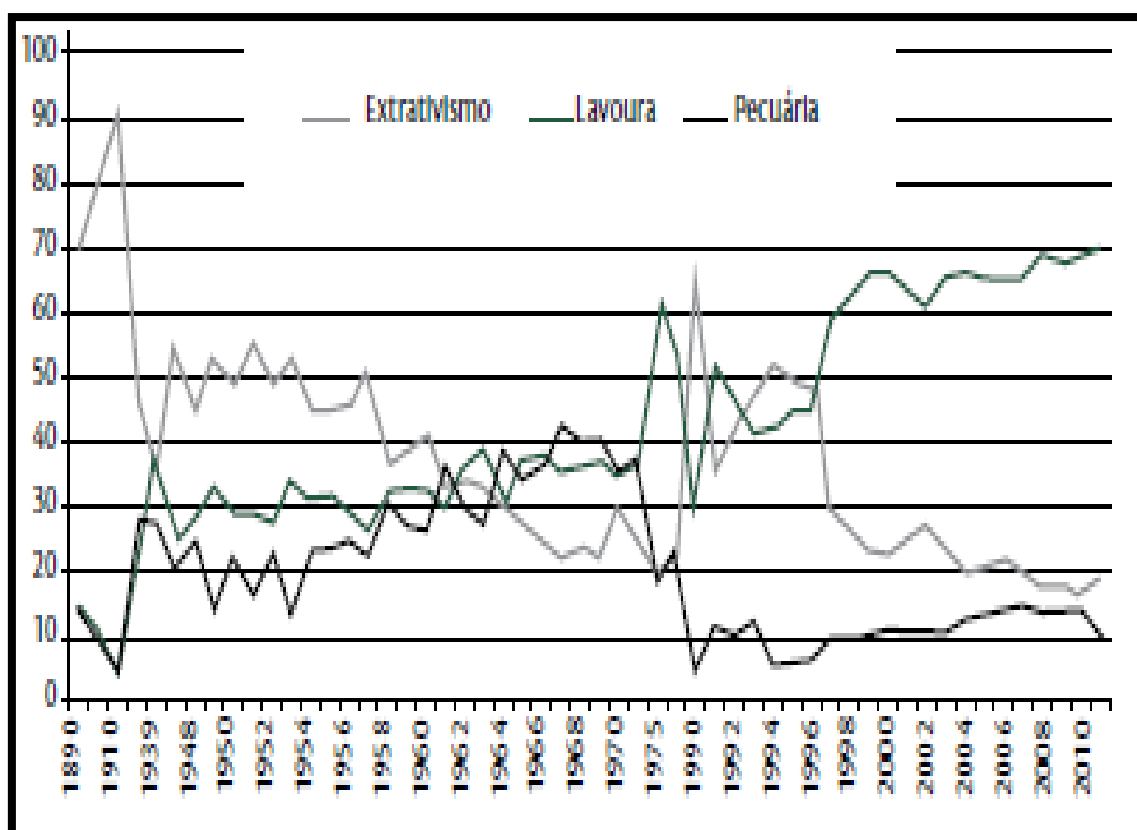


Gráfico 4 - Evolução da participação do extrativismo, lavoura e pecuária na economia da Região Norte.

Fonte: HOMMA (2013)

E ainda ao que se refere a Amazônia Legal, o autor Kitamura (1994) aborda que o processo de desmatamento na região está associado tanto à expansão das áreas

já abertas quanto ao aparecimento de novas frentes de ocupação na região. As principais causas do desmatamento na Amazônia são a pecuária, secundada pela atividade madeireira, agricultura de pequenos e grandes portes, os projetos hidrelétricos, mineração, a construção de estradas e crescimento urbano, sendo difícil avaliar ou estimar a contribuição isolada de cada uma dessas causas.

A Amazônia vem se tornando um grande laboratório para estudos de mudanças sociais ligadas às transformações no uso da terra, palco de uma complexa situação de apropriação territorial: o confronto entre os interesses da produção agrícola em grande escala e modelos que tendem a um uso menos impactante dos recursos naturais e do trabalho. Como sintoma dessa dinâmica, enormes extensões de terras amazônicas passaram por processo de desmatamento e foram submetidas à intensificação e à diversificação dos modos de exploração dos recursos naturais (VIEIRA; ARAÚJO; TOLEDO, 2014).

3.3. A biodiversidade, cultura e coletividade amazônica

Hoje, a Amazônia não é mais mera fronteira de expansão de forças exógenas nacionais ou internacionais, mas sim uma região no sistema espacial nacional, com estrutura produtiva própria e múltiplos projetos de diferentes atores. Nela, a sociedade civil passou a ser um ator fundamental, tanto no campo como nas cidades, especialmente pelas suas reivindicações de cidadania, que inclusive influem no desenvolvimento urbano.

Berta Becker

A Floresta Amazônica representa um ecossistema altamente diversificado e sensível, que influencia diretamente a vida e os costumes dos habitantes, sendo não só base para sobrevivência, mas também influência cultural e social.

Atualmente anunciamos à Amazônia temas como “floresta tropical”, “destruição ambiental” e “emissão de dióxido de Carbono”, que certamente representam problemas graves da região e, sem dúvida também, fundamentais nos dias de hoje. Entretanto somos confrontados com problemas sofridos pela população local, indígenas e não indígenas que aspiram um cotidiano e um futuro melhor, mas ainda sofrem com a falta de necessidades básicas. (ARSENIC, 2010, p. 123)

A região possui 29 milhões de habitantes, mas somente 70% tem acesso a água potável e o saneamento atinge 13% da população (ZORZETTO, 2019). Apesar da alta taxa de urbanização – hoje a população urbana é maior do a rural –, a população tradicional ou “povos da floresta” tem uma importante função na preservação e conservação dos recursos naturais amazônicos.

Em seu Art. 3º, o Decreto 6.040 de 07/02/2007 institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais e define que;

- I- Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição; e
- II- Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações; (BRASIL, 2007, s/ p)

A floresta amazônica em território brasileiro abriga uma população de mais de 25 milhões de pessoas (IMAZON, 2013). Um termo muito comum entre os pesquisadores da Amazônia é a expressão “povos tradicionais da Amazônia”, que abrange as comunidades que habitam a região, indígenas, ribeirinhos, quilombolas e extrativistas. o termo emergiu na Amazônia brasileira nas décadas de 1970/1980, e faz parte de uma constelação de situações teóricas e práticas produzidas no âmbito das demandas fundiárias e socioambientais dos grupos humanos que se estabeleceram na região, em particular no contexto do chamado ciclo da borracha (SILVA; SIMONIAN, 2015).

A conservação da floresta amazônica brasileira depende dos povos indígenas que nela vivem. Um conjunto de 414 territórios, onde estão aproximadamente 450 mil indígenas, cobrindo 1.086.950 km² da Amazônia Legal (21,7% do território amazônico brasileiro) (NERY et al., 2013).

Silva e Simonian (2015), embasados por outros atores, apontam algumas características que podem definir a significação do que representam essa população tradicional,

1. modo de vida dependente dos ciclos naturais;
2. saber familiar-comunitário transmitido de geração em geração e com concomitante elaboração de estratégias de uso e manejo da natureza;
3. Noção de território onde o grupo se reproduz econômica, biológica e socialmente;
4. Produção voltada à subsistência familiar, doméstica ou comunal, ainda que uma parte desses produtos seja vendida em mercados locais;
5. Construção simbólico--mítica associada à floresta e aos recursos hídricos;

6. Domínio quase completo dos processos produtivos com utilização de tecnologia de baixo impacto e com predomínio artesanal e;
7. Sentimento de pertença a uma cultura distinta, particularmente em relação às sociedades urbanas. (SILVA; SIMONIAN, 215, p. 167)

Os ribeirinhos têm esse nome pois vivem nas margens dos rios que percorrem a Amazônia e têm como principais atividades a pesca e agricultura de subsistência. Essas comunidades estabelecem as relações sociais, em que o rio lhes traduz um significado muito grande, configurando-se como complemento de suas vidas ou, até mesmo, suas próprias vidas (LIRA; CHAVES, 2016). Os contatos sociais entre as diferentes casas de uma mesma comunidade são feitos por meio fluvial, utilizando casquinhos ou montarias – canoas feitas de madeira que carregam no máximo quatro pessoas e que são suscetíveis à maré.

Eles se caracterizam pela diversidade de suas atividades produtivas de subsistência, desde que essa produção seja feita de maneira sustentável. Após o declínio das atividades extrativistas nos seringais e abandono das terras, fomentou-se a criação de comunidades ribeirinhas na região, “as mobilizações coletivas as fizeram emergir como um modo particular de organização, no qual a interdependência e a cooperação instituem redes de ajuda mutua como fator fundamental para a sobrevivência sociocultural” (CHAVES, 2001, p. 72).

O extrativismo é uma atividade milenar na Amazônia, com sua biodiversidade abundante, diversas comunidades vivem da extração das riquezas naturais da floresta. Ainda segundo Chaves (2001),

O produtor extrativista que vive e trabalha na floresta, mantém seu grupo doméstico quase que de forma exclusiva, pela prática regular da coleta de produtos silvestres (látex, castanha e outras espécies florestais), da caça e da pesca. Tais atividades são imprescindíveis não apenas para esses grupos, mas ao conjunto dos pequenos produtores rurais na região e até mesmo aos ribeirinhos (agricultores e pescadores) para quem as políticas extrativistas são exercidas apenas de forma ocasional. (CHAVES, 2001, p. 67)

O ciclo da borracha que durou 30 anos fomentou a economia da região amazônica, trazendo os ideais capitalista para dentro da floresta. Cidades como Manaus, no Amazonas, tiveram sua era de prosperidade econômica e urbanização. Os Estados Unidos eram os grandes consumidores de bens produzidos com a borracha da Amazônia. A atividade de seringa reformatou a dinâmica econômica da região amazônica, atraindo migrantes nordestinos retirantes da seca e investimento da oligarquia local e de estrangeiros (GONÇALVES, 2001).

A extração de borracha representava 70% das exportações da região Norte. Com o declínio da demanda de matéria-prima devido à concorrência com os países asiáticos, o desenvolvimento econômico gerado por essa atividade começou a dar sinais de desaquecimento.

Começa aí a intervenção estatal na região que teve a duração de alguns anos. O cenário começou a mudar no final dos anos 1980, quando começaram a ganhar força novas formas de interpretar a natureza, havendo o reconhecimento de agentes sociais como povos da floresta (o que antes trazia uma conotação negativa). (SILVA et al., 2016, p. 566)

O extrativismo tem sido discutido como possibilidade de desenvolvimento para a Amazônia. No entanto, tal proposição é feita a partir de dois vieses distintos em suas aplicações, dinâmicas e efeitos: a) um associado diretamente a grandes empresas e empreendimentos privados, que propõe implantação de projetos relacionados à extração mineral e à exploração madeireira; e b) outro que toma como direcionamento a ideia de que o estabelecimento da cadeia de comercialização dos produtos extrativistas deve considerar a discussão sobre sustentabilidade e a inserção da produção extrativista e agrícola das populações tradicionais no mercado (SILVA et. al 2016, p. 568).

Essa população se concentra em sua maioria em Reservas Extrativistas (Resex), áreas pertencentes ao Estado e cedidas a populações tradicionais. Suas atividades se baseiam em pequena produção agrícola e criação de animais domésticos. A extração de madeira é permitida somente em pequena escala e regulamentada por Planos de Manejo. Essas unidades estão previstas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SINUC), estabelecida pela lei 9.985/00. (O ECO, 2015). Pelos dados do ICMBIO, existem hoje 42 Resex na Amazônia, que utilizam uma área de mais 8 milhões de hectares em suas atividades (BRASIL, 2018).

As comunidades quilombolas, outra importante sociedade tradicional da região amazônica, surgem advindas dos antigos quilombos, refúgio de escravos fugitivos. Na Amazônia, esse povoamento começou na região do município de Óbidos – PA, onde tiveram que desafiar os obstáculos que a floresta impunha. Com o auxílio do conhecimento de indígenas e nativos, os escravos conseguiram se adaptar as nuances do bioma e se instalarem em diversas localidades.

Conhecer o meio ambiente era fundamental para o sucesso das fugas, tendo a natureza como cúmplice. No tempo das cheias, capinzais crescem às margens dos lagos, formando tapagens, obstruindo os igarapés que os interligam entre si e aos rios, dificultando a passagem e camuflando os “caminhos”. (FUNES, 2015, p. 21)

O modo de vida dessas comunidades é parecido com os das outras já citadas no texto, agricultura de subsistência, caça e pesca. Desde 2018, essa população está momentaneamente protegida de ataques vindos dos grandes latifundiários que exploram a região. Decisão do Supremo Tribunal Federal referendou o direito a posse de terras por esses remanescentes. É imprescindível um reconhecimento jurídico para um povo que enfrenta uma vulnerabilidade social e jurídica em relação a grandes proprietários, empresas privadas ou governo com interesses políticos e econômicos (BOYER, 2014).

Segundo dados da Fundação Palmares, existem 1182 comunidades quilombolas dentro dos estados que compõe a Amazônia Legal, o que representa 35 % de todas as comunidades reconhecidas no país (BRASIL, 2019).

A preservação dessas comunidades tem relação direta com a proteção do Bioma, pois em sua maioria estão situadas em Unidades de Conservação. Dentro do processo de expansão da fronteira desenvolvimentista promovida pelos governos militares, a partir da década de 1970 houve um crescimento extraordinário no estabelecimento de novas áreas protegidas – uma frente preservacionista –, que produziu um grande impacto fundiário no país devido ao alto índice de sobreposição das novas áreas protegidas com os territórios sociais dos povos indígenas, dos quilombolas e das comunidades extrativistas. Nos quinze anos de 1975 a 1989, foram criados no Brasil 17 Parques Nacionais, 21 Estações Ecológicas e 22 Reservas Biológicas, o que quadruplicou a área total de Unidades de Conservação de Uso Indireto no país. (LITTLE, 2002, p. 17)

O bioma detém 15% da biodiversidade do planeta, e desempenha atividades biológicas que ajudam a regular funções climáticas importantes. A região concentra 20% das águas de rios e lagos da Terra. São cerca de 40 mil espécies de plantas, 300 espécies de mamíferos, 1,3 mil espécies de aves, habitando em 4,196.943 km² de florestas densas e abertas (BRASIL, 2019).

Além da floresta tropical úmida, dominante na região, a Amazônia compreende outros tipos de habitat: savanas, florestas de montanha, florestas abertas, florestas de várzea, pântanos, florestas de bambus e de palmeiras. Essa imensa variedade de habitat se traduz numa enorme diversidade de flora e fauna encontrada na Amazônia. O bioma ainda é uma fronteira do conhecimento, com espécies novas sendo descobertas a cada ano. Entre 1999 e 2009, por exemplo, mais de 1.200 espécies foram descobertas por cientistas na região. Entre elas, estão 639 plantas, 257 peixes, 216 anfíbios, 55 répteis, 39 mamíferos e 16 aves. São 53 ecossistemas de características diferentes, o que nos faz entender a diversidade ecológica do local (BRASIL, 2010).

Na Amazônia brasileira estão representados 30 dos 53 ecossistemas da região amazônica, sendo que os ecossistemas florestais se apresentam em maior número e área, seguidos em extensão pelos ecossistemas de savanas, várzeas e estepes. Na porção brasileira mais de 20% da área de florestas e várzeas estão sob proteção; das estepes apenas 11% estão protegidas e das savanas tropicais são 8%.

Grupos de ecossistemas	Nº	Área total em km ²	% da Amazônia brasileira	Área protegida	% da área do grupo de ecossistemas sob proteção
Florestas	19	5.393.456	77,5	1.136.080	21,1
Savanas tropicais	4	1.003.329	14,4	84.685	8,4
Várzeas	6	465.714	6,7	94.664	20,3
Estepes tropicais	1	95.994	1,4	11.086	11,5
Total geral	30	6.958.493	100%	1.326.514	

Tabela 2 - Área total e área protegida dos agrupamentos dos ecossistemas amazônicos com ocorrência no Brasil.

Fonte: Ministério do Meio Ambiente, 2010

A Amazônia conta com mais de 3 mil espécies só de árvores, imersas na fragilidade dos ecossistemas. Árvores gigantes – algumas com mais de 50 m de altura – vivem basicamente do húmus resultantes da vegetação em decomposição. Essa vegetação é responsável pela manutenção do clima na região Norte. Ela captura a umidade que vem oceano Atlântico e a redistribui até o Centro-sul da América do Sul. São os chamados Rios Voadores, que podem ser comprometidos pela degradação da floresta, aumentando assim as temperaturas da região (PIVETTA, 2019).

As Unidades de Conservação (UCs), ainda que tenham sua fiscalização por muitas vezes negligenciadas, são as regiões onde a biodiversidade é preservada, tanto pelos órgãos estatais, organizações não governamentais (ONGs) e comunidades que ali habitam.

Em sua publicação “Áreas protegidas da Amazônia brasileira”, o IMAZON e o ISA (2011, p. 83) sugerem ações prioritárias que podem auxiliar na redução da

degradação do bioma, principalmente nas áreas que teoricamente deveriam ser protegidas. São elas:

1. coibir usos e ocupações irregulares, bem como o desmatamento e a degradação associados;
2. ampliar as fontes de financiamento e assegurar mecanismos para a transferência efetiva dos recursos (a exemplo do Fundo Nacional de Compensação Ambiental) não apenas aos órgãos gestores, mas também de forma a fortalecer iniciativas sustentáveis e cadeias produtivas que utilizem saberes tradicionais das comunidades envolvidas;
3. garantir a proteção legal, evitando medidas de desafetação indevidas e que não correspondam ao propósito maior de conservação e respeito à diversidade socioambiental, no caso das Unidades de Conservação;
4. aprimorar a gestão pública, alocando mais gestores qualificados para atuação direta em campo, elaborando os instrumentos de gestão pertinentes e realizando sua implementação de forma participativa;
5. ampliar e fortalecer os conselhos gestores nas Unidades de Conservação e garantir a participação da população nas Terras Indígenas;
6. assumir o desafio de consolidar verdadeiros planos de gestão territorial para as áreas protegidas, os quais também devem incluir uma agenda ambiental nas Terras Indígenas e, finalmente;
7. concluir o processo de reconhecimento das Terras Indígenas. (VERISSIMO et al, 2011, p. 10)

Ainda segundo Verissimo et al. (2011, p. 09):

Áreas Protegidas são instrumentos eficazes para resguardar a integridade dos ecossistemas, a biodiversidade e os serviços ambientais associados, tais como a conservação do solo e proteção das bacias hidrográficas, a polinização, a reciclagem de nutrientes e o equilíbrio climático, entre outros. A criação e a implementação das Áreas Protegidas também contribuem para assegurar direito de permanência e a cultura de populações tradicionais e povos indígenas previamente existentes.

A Amazônia Legal possui hoje 144 UCs, sendo 91 de uso sustentável e 53 de Proteção Integral, representando 66 milhões e 800 mil hectares, cerca de 13,5% da área total do Bioma.

Como podemos observar no gráfico abaixo (gráfico 05), a criação das Unidades de Conservação ocorreu de forma mais intensa entre 2003 e 2006, quando foram estabelecidos 487.118 km² dessas áreas. No caso das Terras Indígenas, houve dois períodos com maior número de homologações: 1990/1994, com 85 novas unidades somando 316.186 km², e 1995/1998, também com 85 novas unidades, que totalizavam 314.061 km² (IMAZON, 2019).

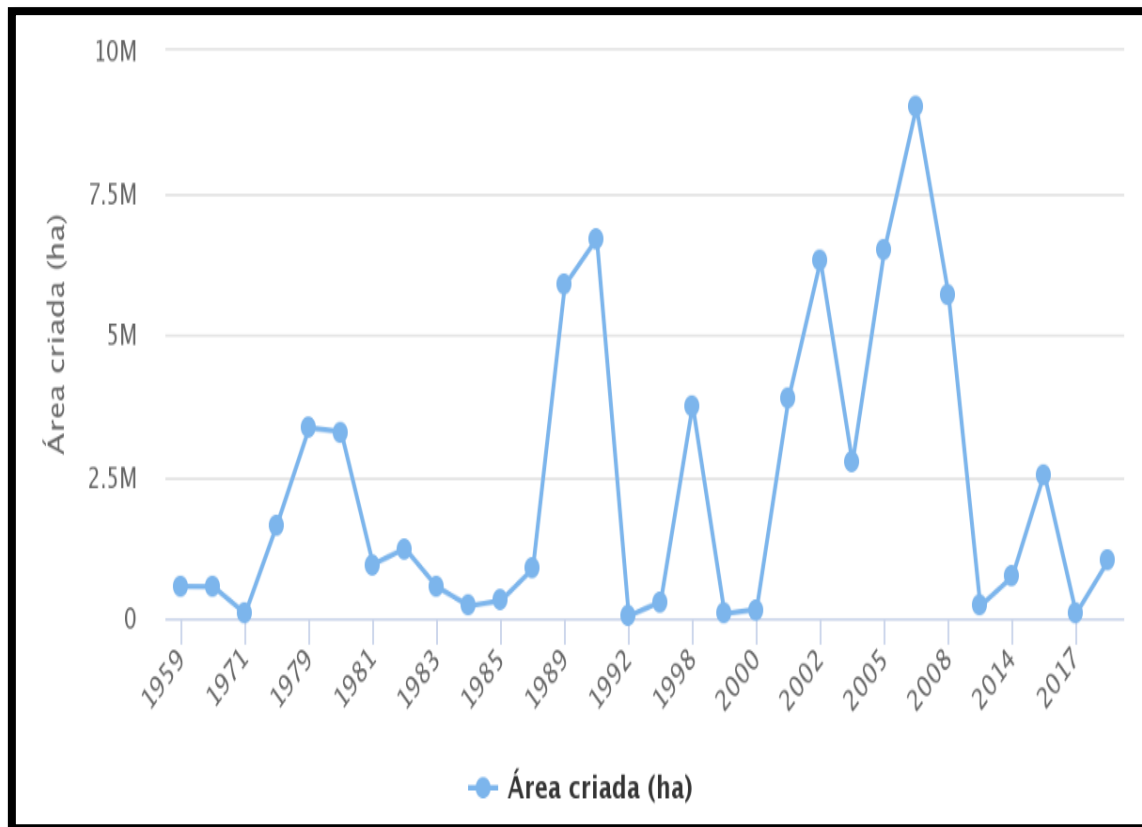


Gráfico 5 - Extensão de UCs Federais na Amazônia Legal.
Fonte: Diário da União (2017)

Apesar dos esforços o desmatamento nas áreas de proteção vem crescendo, o que demanda uma maior fiscalização e criação de políticas públicas de inclusão que reduzam esses números. Como visto em capítulos anteriores, as mudanças no uso da terra na Amazônia vêm alterando toda a dinâmica relacionada aos sistemas vivos do bioma. As altas taxas de desmatamento e modificação das paisagens com introdução de culturas exóticas trazem dilemas importantes para reflexão do poder público e da sociedade civil. Essa interação entre o uso da terra e as formas de degradação das florestas, além da adaptação às mudanças climáticas definirá o destino da biodiversidade amazônica (GARDNER et al., 2010).

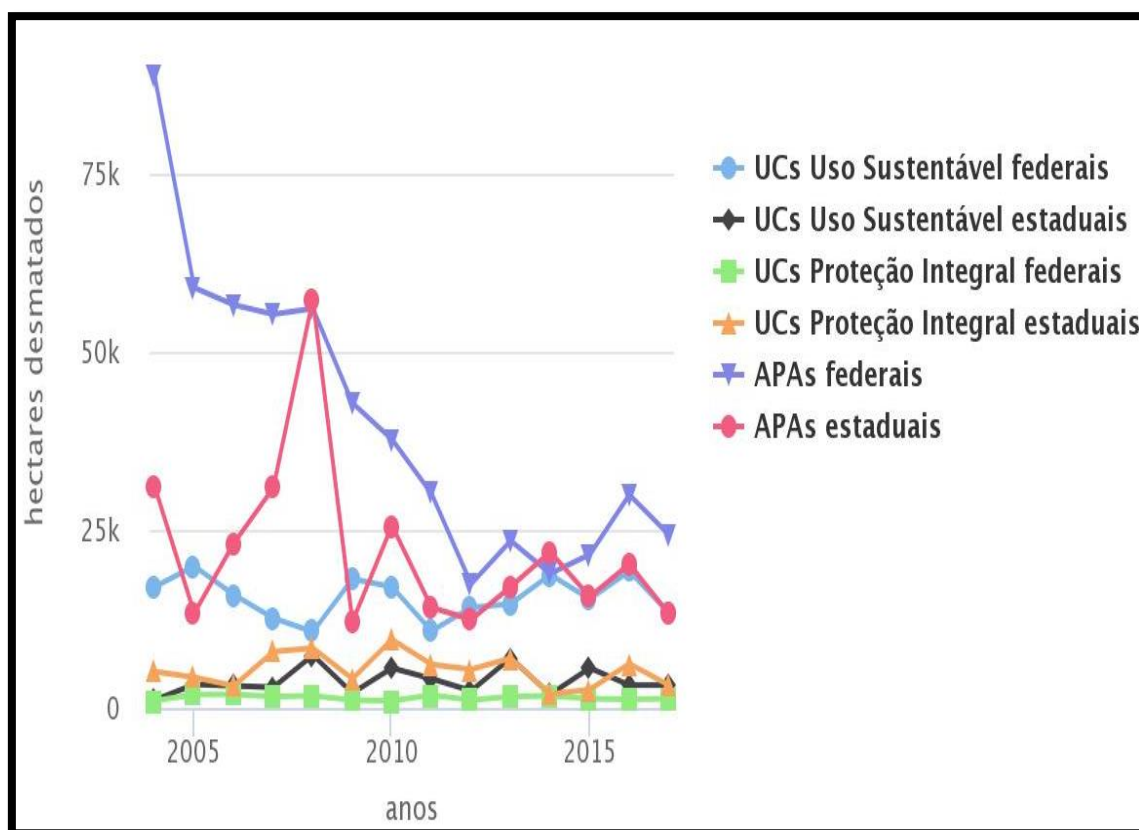


Gráfico 6 - Desmatamento histórico em Unidades de Conservação e no restante da Amazônia Legal

Fonte: INPE e MMA (2019)

Neste capítulo procuramos demonstrar as características intrínsecas ao bioma Amazônia e toda a complexidade que envolve a sobrevivência do bioma. Como as relações entre homem e natureza são impactantes e aos mesmo tempo necessárias.

Pudemos verificar que são várias as especificidades da Amazônia e como elas devem ser geridas por meio de políticas públicas particulares. Também como é importante a percepção de que a população que habita a floresta é imprescindível para agregar valor e ajudar na conservação e preservação das espécies e de seus recursos naturais.

No próximo capítulo daremos um panorama sobre as principais temáticas ambientais da atualidade e como elas pode servir de referência para uma sensibilização ecológica global e intensa.

4. As temáticas ambientais: conceitos sobre os principais desafios

Precisamos de uma abordagem para o desenvolvimento que tenha como origem a dignidade individual, centrada no desenvolvimento humano, e que produza respostas convincentes às complexas questões sociais, econômicas e ambientais que enfrentamos. Precisamos de novos indicadores para guiar-nos, bem como novos medidores de progresso. O crescimento sustentável deve ser inclusivo, socialmente equitativo e deve proteger o clima e nossos ecossistemas. (UNESCO, 2003)

O tamanho do bioma amazônico é proporcionalmente equivalente aos problemas que o afetam. Ao delinear os campos discursivos relacionados as questões ambientais que abrangem a Amazônia, abordamos alguns tópicos importantes que regem a relação entre a sociedade e os recursos naturais de que somos dependentes e exploradores, por muitas vezes sem medir as consequências.

Neste capítulo falaremos sobre os temas ambientais que vem sendo debatidos constantemente sob o âmbito das florestas tropicais. Temas que geram pautas importantes e impactantes.

4.1. A degradação das florestas tropicais e a insistente ideia da divisão preservação x desenvolvimento

Inserida em uma das metas da Convenção da Diversidade Biológica⁸ (1992), o combate ao desmatamento e conservação das Florestas não tem tido êxito. O desmatamento vem sendo acelerado por diversos processos destacados por Marques (2015), entre as principais estão extração de madeira, avanço da fronteira agropecuária, incêndios, mineração, urbanização e obras de infraestrutura.

O desmatamento efetuado pelas sociedades em estágio pré-industrial, parcialmente compensado pela recuperação de florestas secundárias, foi um processo gradual e multimilenar que remonta ao início da agropecuária e ao uso de madeira para construção, embarcações, mobiliários, energia entre outros. Durante os séculos XIX e XX, período áureo da expansão capitalista e explosão populacional estima-se que o planeta perdeu o equivalente a dez milhões de hectares de floresta. (MARQUES, 2012, p. 76)

⁸ Os objetivos desta Convenção são a conservação da diversidade biológica, o uso sustentável de seus componentes e a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos. Disponível em: <<https://www.cbd.int/doc/legal/cbd-en.pdf>>.

Estudo da Food and Agriculture Organization of United Nations (FAO.⁹) mostra que as áreas de florestas vêm diminuindo ao longo dos anos na maior parte dos continentes. De acordo com o gráfico abaixo (FAO, 2018), a maior parte dos continentes vem perdendo desde 1990 suas áreas de floresta. De 1990 até hoje, o planeta perdeu cerca de 1.8 bilhões de hectares, cerca de 30% do que ainda existe.

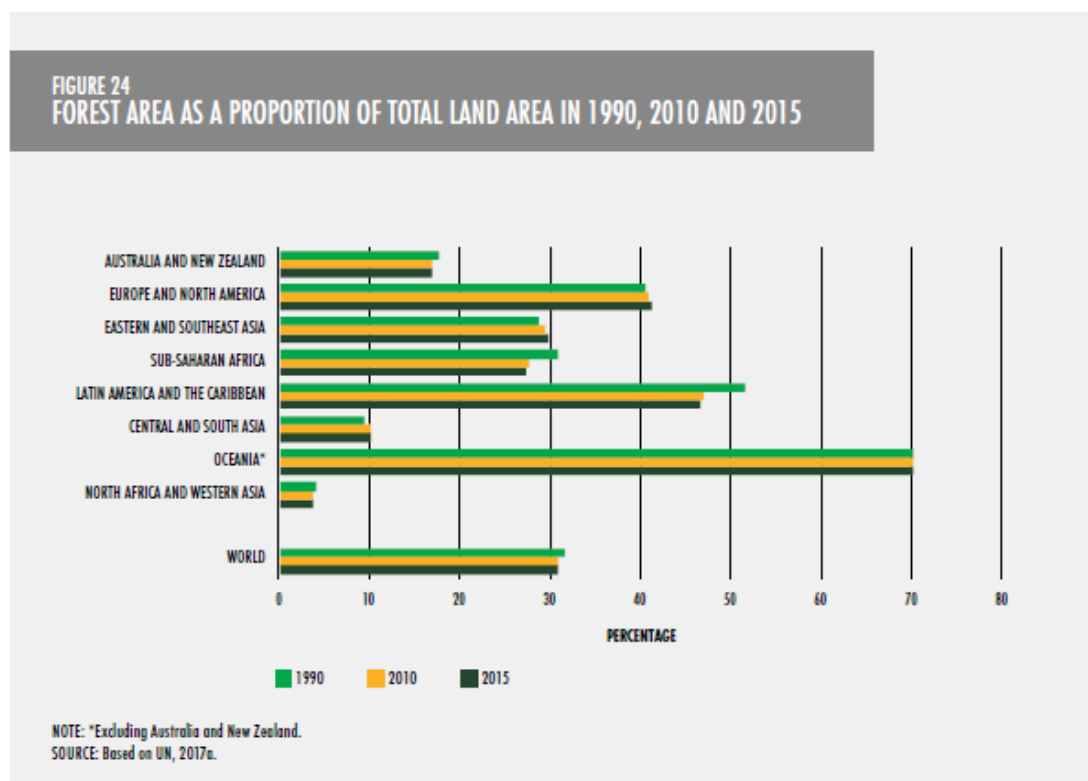


Gráfico 7 - Caminhos florestais para o desenvolvimento sustentável
Fonte: FAO. The State of the World's Forests (2018)

A população mundial deverá aumentar das cerca de 7,6 bilhões de hoje para perto de 10 bilhões pessoas até 2050. A correspondente demanda global por alimentos - estimada em 50% neste período - está pressionando enormemente a maneira como usamos terras produtivas, particularmente nos países em desenvolvimento, onde a grande maioria dos 800 milhões de pobres e famintos do mundo está concentrada.

O desmatamento, causado principalmente pela conversão de áreas florestais em áreas de agricultura e pecuária, ameaça não apenas os meios de subsistência de silvicultores, comunidades florestais e povos indígenas, mas também a variedade de vidas em nosso planeta. As mudanças no uso da terra resultam em perda de habitats valiosos, degradação da terra, erosão do solo, diminuição da água limpa e liberação de carbono na atmosfera. Como aumentar a produção agrícola e melhorar a segurança alimentar sem reduzir a área florestal é um dos grandes desafios de nossos tempos. (FAO, 2018, p. 12)

⁹ Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura em português

Nas regiões de florestas tropicais as perdas são preocupantes: mais de 60% na África e na Ásia e cerca de 25% a 30% na América do Sul. Se esse ritmo de desmatamento se mantiver, Marques (2015) afirma que em 25 anos a Tailândia não terá mais florestas em 25 anos, as Filipinas não as terão em menos de 20 anos e o Nepal em 15.

É possível afirmar que o desmatamento – sobretudo conversão de florestas tropicais em terras agrícolas – mostra sinais de decrescimento em alguns países, mas continua em alto ritmo em outros. Os números mostram que entre 1990 e 2015, no intervalo de uma geração, nosso planeta sofreu uma perda líquida de florestas de 1,29 milhão de km², uma área maior que a da África do Sul. Em 2016, cerca de três quartos do *habitat* de mais de metade da flora e fauna do mundo já desapareceu, estão queimando ou se degradando. (MARQUES, 2015, p. 83)

Segundo o Relatório Florestas Vivas (WORLD WILDLIFE FOUNDATION, 2011) até o ano de 2030, algumas das principais frentes de desmatamento responderão por mais de 80% da perda de floresta projetada até 2030, ou seja, por até 170 milhões de hectares. Esses locais, onde há mais riscos de graves impactos e conflitos devido as altas de desmatamento, podem ser observados no quadro abaixo:

Frente de desmatamento	Perda projetada até 2030 (em milhões de hectares)
Amazônia	23-48
Mata Atlântica	10
Bornéu	22
Cerrado	15
Bacia do Congo	12
África do Leste	12
Austrália do Leste	3-6

Tabela 3 - Projeção de desmatamento até o ano de 2030

Fonte: Marques (2015)

Se até 2030 continuarmos a desmatar nos níveis atuais, teremos perdido quase 2 milhões de km² de florestas tropicais, o que corresponde a 80% da perda ou grave degradação total de florestas no mundo. Pode-se notar que três biomas brasileiros estão dentro dessas frentes, o que mostra a importância de estudos que avaliem o impacto e reverberação da divulgação de informação sobre a sociedade.

Bacha (2004) afirma que é fato notório que o Brasil tem destruído os seus recursos florestais durante todo o seu processo de desenvolvimento econômico e

não apenas em período recente. Apesar das atenções serem, atualmente, centradas no desmatamento que ocorre na Amazônia Legal, este processo atingiu proporções maiores em outras regiões, onde os benefícios ecológicos das florestas foram em grande parte perdidos.

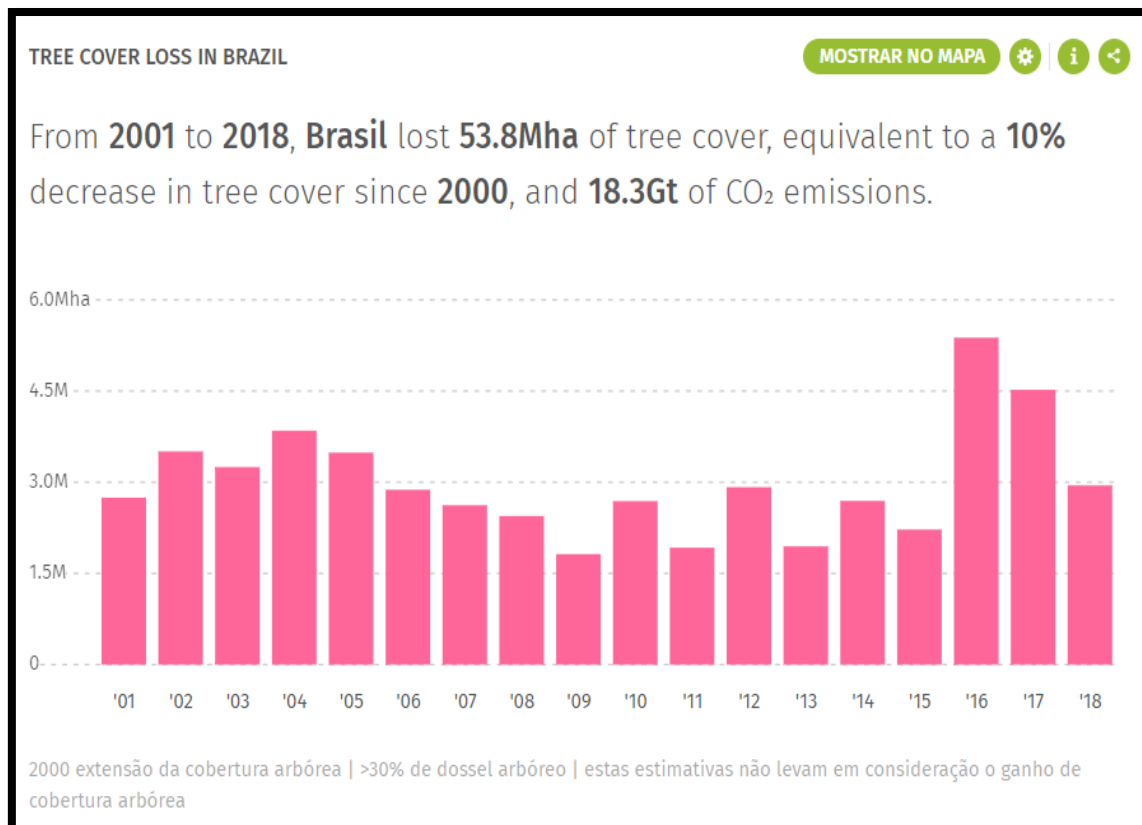


Gráfico 8 - o Brasil perdeu 53 milhões de hectares de floresta entre 2001 e 2018

Fonte: Global Forest Watch (2018)

O desmatamento muda fundamentalmente a habilidade das florestas de desempenhar suas funções básicas, ao passo que mudanças na estrutura e diversidade da floresta, ligadas a outras formas de perturbação, são menos óbvias e mais difíceis de quantificar. O aumento de intensidade e de frequência das perturbações, ou mesmo a introdução de novos tipos de perturbações podem disparar declínios abruptos não lineares na habilidade das florestas de desempenhar suas funções intrínsecas. Mas particularmente preocupante é a combinação de perturbações diretas, locais e antrópicas com mudanças contínuas e mais difusas na composição climática e atmosférica. (MARQUES, 2015, p. 76)

No Brasil, assim como em todos os lugares do planeta, os principais usos do desmatamento são o agronegócio, mineração e produção madeireira. Há séculos o ser humano vem se acostumando a explorar ao máximo os recursos florestais, com a justificativa de que é preciso impulsionar o crescimento econômico.

De acordo com Dean (1996, p. 24), “para o homem a coexistência com a floresta tropical sempre foi problemática. Antagonismo não é, em nenhum momento, parte

necessária da relação, mas a limpeza da floresta não é mero ditame ou preconceito ou orgulho cultural ou de arranjos políticos e sociais imprevidentes”. O avanço da espécie humana funda-se na destruição das florestas”.

Essa perda de recursos florestais poderia ser considerada normal em um país que desenvolve suas atividades agropecuárias, industriais e urbanas. No entanto, a intensidade deste processo, o modo como ele vem sendo feito e a falta de garantia de que os remanescentes florestais serão utilizados de maneira sustentável (ou que não serão extintos no futuro) contrastam com a importância que a presença de florestas tem para uma economia. Muitos preveem a iminente extinção das florestas do planeta e, portanto, os argumentos a favor da preservação desses biomas para gerar interesse da sociedade devem se basear em conceitos culturais, ambientais e econômicos.

A cobertura vegetal brasileira, a segunda maior do mundo, distribui-se por seis biomas: Pampas, Mata Atlântica, Caatinga, Cerrado, Pantanal e Amazônia. Durante a história brasileira as estruturas socioeconômicas fundamentais da sociedade brasileira constituíram-se por meio da ocupação predatória de seu território.

Marques (2015) identifica dez componentes que são as causas dos intensos desmatamentos no biomas brasileiros.

1. A madeireiras, os frigoríficos e as empresas de soja e da pecuária;
2. Os laboratórios, indústrias de mecanização rural, fertilizantes, agrotóxicos e sementes transgênicas; as *trades* de madeira, soja, minérios e outras *commodities*;
3. As mineradoras e as corporações de petróleo;
4. As construtoras e gestoras de obras de infraestrutura;
5. O parque siderometalúrgico do país;
6. O sistema financeiro;
7. O Estado brasileiro;
8. A defesa por parte da maioria dos economistas e intelectuais do paradigma do “desenvolvimento”;
9. A colonização implementada pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA) desde o governo militar. (MARQUES, 2015, p. 122)

A Mata Atlântica foi o primeiro dos biomas a sofrer com a ganância dos colonizadores. Situada principalmente na região litorânea brasileira, vem sendo degradada desde 1500, quando os portugueses invadiram a “*terra brasilis*”.

Mapeamento divulgado pela Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS) no periódico científico *Perspectives in Ecology and Conservation* indicou a existência de 32 milhões de hectares de vegetação nativa no domínio da Mata Atlântica no país, o que corresponde a 28% do que resta.

Outro bioma que sofre com a constante degradação é o Cerrado. Considerado a fronteira agrícola do país é um dos que mais vem sendo desmatado nos últimos anos. O Cerrado se destaca por ser o segundo maior bioma da América do Sul – aproximadamente 204,7 milhões de hectares ou 24% do território brasileiro – presente em 12 estados da federação e no Distrito Federal (IBGE, 2009). Da mesma forma, chama atenção pela acentuada conversão da vegetação natural em áreas agropastoris – aproximadamente 80 milhões de hectares, sendo 54 milhões de hectares de pastagens e 21,5 milhões de hectares de agricultura, o que equivale a mais de cinco vezes a área do bioma Pantanal (SANO et al., 2010).

Em 2018, segundo os dados do Programa de Monitoramento da Amazônia e demais Biomas do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), foram desmatados mais de 6,5 milhões de hectares do Cerrado. O gráfico abaixo do mostra que apesar da queda no desmatamento, as taxas de deflorestação do bioma ainda são muito altas.

Os maiores problemas desta conversão estão relacionados aos impactos ambientais decorrentes do uso inadequado da terra, que tende a fragmentar as áreas de vegetação natural, reduzir a biodiversidade, rebaixar o lençol freático, assorear os cursos d'água e desencadear processos erosivos e comprometer o próprio ciclo hidrológico. Todas essas transformações também levam à prejuízos econômicos e sociais”. (ROCHA et al., 2012, p. 342)

Apesar de não ser um bioma com alta taxa de fertilidade, a Caatinga, bioma prevalecente em regiões de clima seco, também chamada de sertão ou semiárido, sofre com a intensa extração de seus recursos. A área do bioma Caatinga, segundo a delimitação do IBGE (2004), cobre 9,92% do território nacional. A estimativa da população do Semiárido em 2014 é de 23,8 milhões de habitantes, sendo a região semiárida mais populosa do mundo. Ainda de acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, a região conta com um rebanho de 31,2 milhões, sendo que 53% são bovinos. O pastoreio intensivo é uma das principais causas da degradação da cobertura vegetal (BRASIL, 2015).

Pesquisa coordenada Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADE) analisou a área de solos degradados na Caatinga entre 2007 e 2016 equivale a quase metade do estado do Ceará.

Em dez anos, ela se estendeu por mais de 70 mil quilômetros quadrados, os resultados indicaram que as áreas degradadas aumentaram no período do estudo, principalmente nas áreas de pastagem e Caatinga. Essa expansão foi acelerada devido à seca severa que afetou a região desde 2011. (TOMASELLA et al., 2018, p. 202)

Outros dois biomas que compõem o ecossistema de floresta brasileiro são o Pantanal e os Pampas. De acordo com o site do Ministério do Meio Ambiente (MMA), O bioma Pantanal é considerado uma das maiores extensões úmidas contínuas do planeta. Este bioma continental é considerado o de menor extensão territorial no Brasil, entretanto este dado em nada desmerece a exuberante riqueza que o referente bioma abriga. A sua área aproximada é 150.355 km² (IBGE, 2004), ocupando assim 1,76% da área total do território brasileiro. Em seu espaço territorial o bioma, que é uma planície aluvial, é influenciado por rios que drenam a bacia do Alto Paraguai.

Devido ao seu tamanho, comparado com os outros biomas, o Pantanal é considerado o mais desmatado atualmente.

Segundo relatório do Ministério do Meio Ambiente, “em números absolutos, o Pantanal teve sua cobertura vegetal original e secundária reduzida de 130.212 km² para 125.800 km². Portando, o bioma sofreu uma perda aproximada de 3% entre 2002 e 2008. No tocante ao desmatamento, o Pantanal teve sua cobertura vegetal nativa suprimida em 4279 km², o que representa uma taxa anual média nesses seis anos de aproximadamente 713 km²/ano. Desta forma, significa que o Pantanal perdeu, em média, 0,47% de sua cobertura vegetal nativa por ano no período analisado” (MMA, 2010, s/ p).

O Pampa é o outro tipo de área florestal que compõe o ecossistema do país. Restrito ao estado do Rio Grande do Sul, ocupa uma área de 176.496 km² (IBGE, 2004), correspondendo a 63% do território estadual e a 2,07% do território brasileiro. As paisagens naturais do Pampa são variadas, de serras a planícies, de morros rupestres a coxilhas. O bioma exibe um imenso patrimônio cultural associado à biodiversidade.

Também conhecido por campos sulinos, as paisagens naturais do Pampa se caracterizam pelo predomínio dos campos nativos, mas há também a presença de matas ciliares, matas de encosta, matas de pau-ferro, formações arbustivas, butiazais, banhados, afloramentos rochosos etc.

De acordo com os dados obtidos pelo Instituto Nacional de Pesquisa Espacial, apenas 47,3% da vegetação natural está preservada. Outros 9% fazem parte da hidrografia (BRASIL, 2019).

O impacto da silvicultura e da pecuária sobre a diversidade do Pampa ainda é muito localizado e os efeitos de uma rápida transformação da paisagem estão recém-começando. Todavia, questiona-se se as extensas áreas de transformação contínua poderão causar mudanças no padrão de distribuição das espécies. A conservação do campo tem sido negligenciada no acelerado processo de expansão agrícola das últimas décadas e o Zoneamento é a primeira iniciativa concreta do poder público para o ordenamento territorial, com vistas a evitar que se repita com o cultivo florestal a apropriação sem regras de novas fronteiras agrícolas da mesma maneira que outras atividades já fizeram no passado. (SILVA, 2009, s/ p)

Maior bioma brasileiro e que detém a maior biodiversidade do planeta, a Amazônia, é o que mais sofre atualmente com a excessiva exploração de terras e madeira.

O desmatamento é, de fato, um ato voluntário e arbitrário da destruição da natureza. O mais atroz. Ele é a forma mais direta e imediata de matar o maior número de formas de vida em escala planetária. O desmatamento invade o organismo social e o organismo natural, como uma doença. O G8, a União Europeia (UE), a ONU e a Interpol consideram o desmatamento a quinta grande área do crime ambiental. (MARQUES, 2015, p. 91)

O conceito de Biodiversidade foi idealizado por Walter G. Rosen, do *National Research Council / National Academy of Sciences* (NRC/NAS), em 1985, enquanto planejava a realização de um fórum sobre diversidade biológica. Entende-se por Diversidade Biológica ou Biodiversidade, “a variabilidade entre organismos vivos de todas as fontes, incluindo, *inter alia*, terrestres, marinhos e outros ecossistemas e os complexos ecológicos dos quais fazem parte: isto inclui a diversidade dentro das espécies, entre espécies e de ecossistemas” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1992, p. 03).

De acordo com Oliver *et al.* (2015, p. 673) a aceleração das taxas de mudanças ambientais e a perda contínua de biodiversidade global ameaça funções e serviços fornecidos pelos ecossistemas. Muitos monitoramentos e gerenciamentos de ecossistemas está focado no que estes biosistemas podem fornecer sob as atuais condições ambientais o que pode levar a orientações inequívocas de administração e subvalorização da importância da biodiversidade. A manutenção das funções e serviços do ecossistema sob mudanças ambientais futuras substanciais previstas (ou seja, sua 'resiliência') é crucial.

A Convenção da Diversidade Biológica está assentada sobre três pilares: a conservação da biodiversidade; seu uso sustentável; e a distribuição justa e equitativa dos benefícios oriundos desse uso sustentável. É importante fazer uma reflexão sobre a riqueza e a importância da biodiversidade para a economia nacional e mundial. É necessário que nossos cientistas se envolvam cada vez mais na luta

pela preservação da natureza e que façam programas de utilização da biodiversidade, os quais sejam ecológica e economicamente viáveis e estejam amplamente associados às questões sociais de nosso planeta (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÃO UNIDAS, 1992).

O conhecimento da biodiversidade é uma tarefa difícil, e somente números aproximados são conhecidos. Estima-se que existam de 5 a 30 milhões de espécies no mundo. Uma estimativa mais realista aponta a existência de 8 a 14 milhões de espécies. Considerando-se que apenas 1,8 milhão delas foram descritas pela ciência, tem-se ideia do quanto ainda há para ser descoberto (SCARIOT, 2011).

Nos últimos 500 anos, os homens desencadearam uma onda de extinção, ameaça e declínio populacional local comparável em taxa e extinções às cinco extinções em massa precedentes na história da Terra. Esse processo de extinção em massa das espécies vegetais e animais – chamado de sexta extinção – tem se acelerado, a despeito dos esforços diplomáticos e outros (MARQUES, 2015).

Essa sexta extinção tem três características importantes ainda destacadas por Marques (2015), a primeira é não ser desencadeada por um evento excepcional e externo, mas por um processo consciente de destruição das espécies; a segunda é que essas ações põem em risco a espécie pretensamente “dominante”, se desfazendo de uma rede sistêmica que o faz existir; e a terceira é a rapidez com que esses eventos estão acontecendo. Um característica fundamental pois mostra que isso não tem nada a ver com um ciclo evolutivo pois não permite que as espécies se adaptem e sobrevivam a essas mudanças ambientais.

O biólogo David Tilman (2000) também aborda a mesma questão “o desenvolvimento dos últimos anos é uma das causas da perda de biodiversidade e diminuição de habitat. As espécies são resultado de três bilhões de anos de seleção natural que melhorou sua eficiência, produtividade e especialização e por isso estes organismos foram o catalisador do processo que os transformou em comida, remédios, energia e outros” (TILMAN, 2000, p. 212). “A perda da biodiversidade irá diminuir a capacidade dos ecossistemas de prover a sociedade com um suprimento sustentável e estável de bens e serviços essenciais” (TILMAN, 2000, p. 212).

No Brasil a biodiversidade poderia constituir importante fonte de riqueza. No entanto, seu impacto para a garantia do bem-estar e da saúde do povo somente

será atingido por meio do conhecimento das interações recíprocas dos organismos. Essa meta exige o discernimento da linguagem da natureza, a fim de que se possa entender, participar e interferir no seu funcionamento. No discurso da mídia existe certa concorrência entre um discurso de perda e um discurso de ganho, ou seja, a floresta como fonte de benefícios e os métodos de valorá-los.

O Brasil é um dos países mais ricos do mundo em megadiversidade, concorrendo com a Indonésia pelo título de nação biologicamente mais rica do nosso planeta. Privilegiado como é, todavia, raramente atrai atenção pelo que possui. (MITTERMEIER et al., 2015, p. 14)

A destruição da biodiversidade brasileira, e de sua vida silvestre, começou no início do século XVI pela Mata Atlântica, e a taxa e gravidade dessa destruição alarmou até mesmo a Rainha de Portugal, que ordenou, em 1797, ao governador da Capitania da Paraíba que tomasse as medidas necessárias para parar a destruição das florestas de sua colônia.

Os primeiros parques criados no Brasil – Itatiaia, em 1937; e Iguaçu, Serra dos Órgãos e Sete Quedas, em 1939 – protegiam paisagens extraordinárias, mas a consciência da necessidade de conservar a vida silvestre do Brasil ainda era incipiente até a primeira metade do século XX. (MITTERMEIER et.al, 2015, p. 15)

Nos séculos XX e XXI, o país começou a adotar políticas públicas importantes para tentar minimizar os impactos do desenvolvimento capitalista desenfreado em sua biodiversidade. A criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SINUC), em 2000, e a criação da lista das espécies ameaçadas de extinção em 1964 foram algumas delas.

Até o momento foram registradas entre 1.7 e 1.8 milhão de espécies no mundo. Estima-se que sejam conhecidas de 170 a 210 mil espécies no Brasil, o que representa 9,5% do total mundial (Tabela 2). No entanto, considerando-se as espécies ainda desconhecidas da ciência, estima-se que no Brasil ocorram 13,1% das espécies que existem no mundo, ou seja, 1,8 milhões de espécies (1,4 a 2,4 milhões) da biota mundial (SCARIOT, 2011).

Táxon	Brasil	Mundo
Vírus	310-410	3.600
Monera (bactérias e fungos)	800-900	4.300
Fungi	13.090 – 14.510	70.600 – 72.000
Protistas	7.650 – 10.320	76.100 – 81.300
Plantae	43.020 – 49.520	263.800 – 279.400
Animalia	103.780 – 136.990	1.279.300 – 1.359.400
Total geral	168.640 – 212. 650	1.697.600 – 1.798.500

Tabela 4 - Número de espécies conhecidas registradas no Brasil e no mundo

Fonte: (Scariot, 2011)

Existem, no planeta, áreas com alta concentração de espécies endêmicas, e que estão sofrendo excepcionais perdas de hábitat, as quais foram denominadas de *hotspots* de biodiversidade (MYERS, 1988). Entre os 25 principais *hotspots* de biodiversidade mundial, dois encontram-se no Brasil – o Cerrado e a Mata Atlântica.

Estima-se que os 25 *hotspots* contenham, em seus habitats remanescentes, 44% das espécies de plantas e 35% das espécies de vertebrados da Terra. Embora originalmente cobrissem 11,8% da superfície terrestre do planeta, já perderam 88% da cobertura vegetal. Os cinco *hotspots* com maior número de espécies endêmicas, aí incluída a Mata Atlântica, contêm 2% do total de espécies de plantas e vertebrados endêmicos, 20% do total de plantas e 16% do total de vertebrados do planeta.

Segundo Scariot (2011), as principais causas de perda de biodiversidade no país são a perda de *habitat*, sobre-exploração dos recursos, invasões de organismos exóticos, poluição, contaminação e mudanças climáticas.

O mundo futuro será desenhado pelo homem, seja de forma deliberada ou acidental. Os princípios que guiarão esse desenho devem ser baseados na ciência e na ética. A Terra manterá sua característica mais importante, a biodiversidade, somente se tivermos a visão para isso. É a combinação das formas de vida e suas interações umas com as outras e com o ambiente que tornaram a Terra um planeta único, habitável pelos humanos. A biodiversidade fornece muitos bens e serviços que sustentam a vida humana na Terra e precisam ser mantidos. O Brasil, como o campeão mundial de biodiversidade, tem grande responsabilidade em utilizar de maneira sustentável esses recursos, para que as futuras gerações não sejam prejudicadas. (SCARIOT, 2011, p. 126)

4.2. Mudanças Climáticas: questão de sobrevivência

O que chamamos de Mudanças climáticas são alterações de longo prazo de diferentes parâmetros, tais como temperatura, umidade, precipitação, correntes marítimas, entre muitas outras. Como os diferentes componentes climáticos estão em estreita interação, cada uma dessas alterações gera efeitos que, por sua vez, engendram um conjunto de novas consequências, provocando um efeito em cascata, cuja magnitude não tem precedência na história (BARAN et al., 2015).

Criado em 1998, o *Intergovernmental Panel on Climate Change* (IPCC), grupo de pesquisadores ligados a Organização das Nações Unidas, tem o objetivo de preparar uma revisão abrangente e recomendações com relação ao estado do conhecimento da ciência das mudanças climáticas; o impacto social e econômico das mudanças climáticas e possíveis estratégias e elementos de resposta para esses efeitos (IPCC, 2018).

Em julho de 1990, o grupo publicou o seu primeiro relatório, denominado Avaliação dos Impactos das Mudanças Climáticas. O relatório aponta alguns cenários preocupantes para o planeta.

Segundo o relatório, percebeu-se:

1. uma duplicação efetiva de dióxido de carbono na atmosfera entre 1990 e 2050 se não forem tomadas medidas imediatas
2. Um consequente aumento da temperatura média global na faixa de 1,5 ° C a 4 ° -5 ° C;
3. Uma distribuição global desigual deste aumento de temperatura, ou seja, um aumento menor de metade da média global nas regiões tropicais e um aumento maior que o dobro da média global nas regiões polares; e
4. um aumento do nível do mar de cerca de 0,3-0,5 m até 2050 e de 1 m até 2100, juntamente com um aumento na temperatura da camada oceânica superficial entre 0,2 ° e 2,5 ° C (IPCC, 1990, p. 18).

A Mudança Climática induzida pelo homem devido à continuação das emissões não controladas acentua esses impactos. Por exemplo, poluição e a radiação ultravioleta-B da destruição do ozônio pode interagir, reforçando seus efeitos prejudiciais sobre materiais e organismos. Aumentos na atmosfera concentrações de gases de efeito estufa podem levar a mudança irreversível no clima, que poderia ser detectável até o final deste século.

Estimativas abrangentes dos efeitos físicos e biológicos das mudanças climáticas em níveis são difíceis. A confiança nas estimativas regionais de fatores climáticos críticos é baixa. Isto é particularmente verdadeiro na precipitação e umidade do

solo, onde há considerável desacordo entre modelo geral de circulação e resultados paleoanalógicos. Além disso, existem várias incertezas científicas em relação a relação entre mudanças climáticas e efeitos biológicos e entre esses efeitos e as consequências socioeconômicas. (IPCC, 1990, p. 54)

Pouco após a publicação deste relatório, em 1992, os primeiros passos para a mitigação e adaptação as Mudanças Climáticas foram dados. Durante a Conferência do Meio Ambiente em Desenvolvimento Humano, foi criada a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC).

Em 2007, um outro relatório chamado de Mitigação das Mudanças Climáticas, *Mitigation of Climate Change* em inglês, trouxe consequências ainda mais graves para os efeitos a serem esperados. O relatório aponta que em 37 anos, os fenômenos causados pelas mudanças climáticas subiram para 90% de chances de acontecerem. As emissões de Gases Efeito Estufa (GEE's) não pararam de crescer e a utilização de combustíveis fósseis aumentaram.

Essas tendências de emissão devem continuar. É projetado que - com as configurações políticas atuais - a demanda global de energia e padrões de oferta associados, baseados em combustíveis fósseis - os principais fatores determinantes das emissões de GEE - continuarão a crescer. (IPCC, 2007, p. 97)

Este relatório teve uma grande repercussão, principalmente por se tratar de um dos primeiros da era de comunicação global. Diversos veículos de comunicação começaram a criar suas próprias equipes e explorar pautas sobre o tema.

Os meios de comunicação de massa desempenham um papel importante na construção de questões e problemas ambientais. Consequentemente, a cobertura da imprensa de prestígio do aquecimento global não é apenas uma coleção de artigos de notícias; é uma relação social entre pessoas que é mediada por artigos de notícias. Os parâmetros dessa relação social são definidos, em grande parte, pelas muitas normas e valores jornalísticos que afetam o que é considerado notícia e influenciam como essas notícias são enquadradas. (BOYKOFF, 2004, p. 126)

Há quase 15 anos, o segundo relatório de impactos das mudanças climáticas produzido pelo IPCC calculava uma probabilidade maior de 50% de tais fenômenos serem causados por atividades humanas. Em 2001, no terceiro relatório a probabilidade subiu para 66-90%. No relatório de 2007, era cerca de 90%. Na primeira parte do quinto relatório do IPCC, divulgado em 2013, o IPCC afirma com 95% de certeza que a atividade humana é a causa dominante do aquecimento global desde meados do século XX (MARQUES, 2015).

O relatório confirma que o aquecimento no sistema climático é inequívoco com muitas das mudanças observadas sem precedentes nos últimos decênios ou em milênios: aquecimento da atmosfera e do oceano, diminuição da neve e do gelo, elevação do nível do mar e concentrações crescentes dos gases de efeito estufa. (IPCC, 2013, p. 20)

Com o aumento contínuo das emissões de GEE's se fez necessário o comprometimento com políticas que combatam a crescimento das mudanças climáticas e seus variados impactos, contribuindo para uma crescente ênfase na vulnerabilidade, adaptação e sustentabilidade. A dúvida quanto as consequências socioeconômicas nos em países com baixo, médio, alto e muito alto desenvolvimento humano está entre as maiores fontes de incerteza na construção de cenários e nas projeções climáticas. Uma compreensão mais profunda dos padrões de desenvolvimento, limites de adaptação e má adaptação, bem como opções para caminhos mais resilientes ao clima, ajudou a identificar uma ampla gama de possíveis impactos das mudanças climáticas e os riscos que eles representam para a sociedade.

O IPCC (2014) ressalta que responder às mudanças climáticas envolve um risco iterativo e um processo de gestão que inclui adaptação e mitigação, levando em consideração danos às mudanças climáticas, benefícios em conjunto, sustentabilidade, equidade e atitudes em relação as suas consequências.

O relatório descreve os principais riscos de uma desordem no clima do planeta, listados a seguir:

1. Riscos para sistemas únicos e ameaçados: “Há novas e mais fortes evidências dos impactos observados das mudanças climáticas em sistemas vulneráveis (como cadeias de montanhas polares e altas e ecossistemas), e esses impactos crescem de conforme as temperaturas vão aumentando”.
2. Riscos associados aos eventos climáticos extremos: “Respostas a alguns eventos extremos recentes revelam níveis mais altos de vulnerabilidade. Existe agora uma maior confiança nos dados obtidos sobre as severas secas, ondas de calor e inundações, bem como seus impactos adversos.”
3. Riscos Associados à Distribuição de Impactos: “Existem diferenças entre as regiões e as regiões mais fracas em Desenvolvimento Humano são frequentemente as mais vulneráveis às mudanças climáticas. Há sim uma evidência crescente de maior vulnerabilidade de grupos específicos como pobres e idosos, não apenas nos países em desenvolvimento, mas também nos desenvolvidos. Além disso, há evidências cada vez maiores de que áreas de baixa latitude e menos desenvolvidas geralmente enfrentam maior risco, por exemplo, em áreas desérticas e grandes fozes.
4. Riscos associados a impactos agregados: “Comparado aos relatórios anteriores, os benefícios líquidos iniciais das mudanças climáticas baseados no mercado são projetados ao atingir um pico mais baixo de aquecimento,

enquanto os danos reais só teriam maior impacto em maiores magnitudes de aquecimento.”

5. Riscos associados a descontinuidades em larga escala: “Há uma alta confiança de que o aquecimento global ao longo de muitos séculos levaria a uma contribuição do aumento do nível do mar muito maior do que foi projetado e observado ao longo do século 20, com perda de área costeira e impactos associados. Existe um entendimento dos pesquisadores de que o risco de contribuições adicionais ao aumento do nível do mar a partir do gelo da Groenlândia e possivelmente da Antártica podem ser maiores do que o projetado pelos modelos de folhas de gelo e podem ocorrer em escalas de tempo ao longo do século”. (IPCC, 2014, p. 71)

Em termos de segurança alimentar, é essencial entender os choques nos preços dos alimentos induzidos pelo clima e sua reverberação em outros setores. Isso exige a combinação de avaliações climáticas com a vulnerabilidade do sistema alimentar; ou seja, uma abordagem geográfica (ou seja, em nível regional ou local), melhor mapeamento da política e institucional (incluindo atores privados) e uma combinação de abordagens quantitativas e qualitativas para avaliações de cenário. Os impactos climáticos na agricultura refletem uma insegurança quanto a qualidade dos alimentos. Existem pesquisas que apontam para a redução do tamanho das espécies, perda de proteínas e nutrientes de cultivares em áreas que possuem alta concentração de CO₂ (FAO, 2017).

Uma estratégia internacional de mitigação pode exigir um maior sequestro de emissões na agricultura - com a segurança alimentar como prioridade - se outros setores assumirem a responsabilidade pelo trabalho pesado. O desafio é que esse tipo de planejamento intersetorial requer muita integração entre os vários setores cujos responsáveis tendem a trabalhar dentro de ministérios. Para muitos países, esse continua sendo um grande desafio, coordenar políticas públicas que abordem as questões climáticas e a governança. (FAO, 2017, p. 06)

O primeiro relatório do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas (PBMN) foi lançado em 2013 e projetou para 2100 um aumento das temperaturas médias em todas as regiões, na ordem de 3° C e 6° C em relação ao final do século XX.

Entre 2071 e 2100, segundo as projeções, as temperaturas da Amazônia deverão aumentar em 5° C no verão e 6° C no inverno, a quantidade de chuva pode ser reduzida em 40% a 45% respectivamente no verão e no inverno. Na Caatinga, as temperaturas deverão no mesmo período aumentar em 3,5° C a 4,5° C com queda de até 50% na pluviosidade (MARQUES, 2015).

A Mata Atlântica será afetada com o aumento de 2,5° C a 3° C com queda de 25% a 30% em chuvas. No Pantanal o aumento das temperaturas deve ser

elevado em até 4,5° C com redução de 35% no índice pluviométrico. Tais mudanças causarão uma radical transformação em todos os biomas brasileiros e impactos ainda não constatados. (MARQUES, 2015).

O aspecto realmente preocupante disso é que agora, mais do que em qualquer momento da nossa história, nossa espécie precisa trabalhar em conjunto. Enfrentamos incríveis desafios ambientais: mudanças climáticas, produção de alimentos, superpopulação, dizimação de outras espécies, doenças epidêmicas, acidificação dos oceanos. Juntos, eles lembram que estamos no momento mais perigoso do desenvolvimento da humanidade. Agora temos a tecnologia para destruir o planeta em que vivemos, mas não desenvolvemos a capacidade de escapar dela. Talvez daqui a algumas centenas de anos teremos estabelecido colônias humanas em meio às estrelas, mas agora só temos um planeta e precisamos trabalhar juntos para protegê-lo. (HAWKING, 2016, s/ p)

4.3. Sociedade, meio ambiente e Governança

As relações entre economia e recursos naturais assim como as políticas públicas vêm sendo discutidas desde a produção do relatório de Brundtland e é imprescindível a relação harmoniosa entre indivíduos humanos e os recursos naturais.

O tema a ser observado abrange os outros dois e representa as relações de equilíbrio e de desequilíbrio das sociedades humanas com o meio ambiente. Devemos nos lembrar que o que chamamos de meio ambiente é um sistema que inclui todas as coisas vivas e ainda o ar, a água e o solo que constituem seu hábitat e, portanto, a espécie humana é parte de uma estrutura extremamente complexa, diversificada e interrelacionada da qual não podemos nos divorciar (VICENT, 1995).

É imprescindível que o ser humano compreenda, já tardiamente, a nossa total dependência diante dos fatores ambientais. Dentro das matérias de relações socioambientais destacam-se o consumismo de todos os recursos, renováveis ou não, que trazem a poluição, o lixo, as queimadas, a falta de critérios na utilização da água, o uso de fontes de energia fósseis que causam em parte as mudanças globais e o avanço das biotecnologias (transgênicos, biocombustíveis, clonagem, agrotóxicos). Tudo isso causado pela busca do desenvolvimento” desenfreado, a todo custo. (ÂNGELO, 2008, p. 41)

Segundo Ferreira (1996), o problema central parece ser o sentimento atual e coletivo de perda de sentido da natureza. A natureza objetivada, resultado do processo de dessacralização, esgotou-se em si mesma. Essa natureza reconhecida

como sujeito, que não é só cultura, mas também não é homem. Esse homem que não é natureza, mas também é cultura, ambos exigem renominações (NAVES, 2004).

Estas ideias reforçam a importância da mudança nas relações de poder, da passagem de uma condição de passividade para uma condição de agente por parte daqueles que vivem na interdependência direta e indireta com a natureza nos locais onde se pretende intervir e que dispõem de conhecimentos e experiências que podem se constituir em um saber essencial para pensar o que é esta realidade e tal processo exige mudanças fundamentais. A crise socioambiental é um fato aceito e construído pela própria sociedade que encontra grandes dificuldades para superá-la. Não se trata apenas de uma crise da natureza, mas de uma crise social, uma crise das relações humanas que não se resolve com paliativos para os problemas sociais mais prementes e exige uma reflexão mais profunda sobre nossos modos de viver (ÂNGELO, 2008).

Segundo Alfredo Pena Veiga (2005), Edgar Morin afirma que a nova consciência ecológica deve modificar a ideia de natureza, tanto nas ciências biológicas (para as quais a natureza era somente a seleção dos sistemas vivos e não um ecossistema integrador dos ditos sistemas), como para as ciências humanas (para as quais a natureza era amorfa e desordenada). Por outro lado, o que deve igualmente modificar-se é a concepção da relação ecológica entre um ser vivo e seu meio.

Pierre Bourdieu (2014) ressalta que na luta por fazer uma visão do mundo universalmente conhecida e reconhecida, a balança do poder depende do capital simbólico acumulado por aqueles que têm como objetivo a imposição de várias visões em disputa e principalmente ao fato de que essas visões estejam enraizadas na realidade.

que se refere à problemática ambiental, as visões predominantes são resultado de uma luta entre diferentes grupos que terão maiores chances de impor seus pontos de vista na medida em que seu capital simbólico seja maior e que as visões por eles defendidas encontrem mais facilmente respaldo em outros valores e ideias fortes presentes nas sociedades. (Bourdieu, 1997, p. 58)

Então entra o debate sobre a sustentabilidade, palavra que já faz parte do cotidiano da mídia e conseqüentemente da população. Luiz Mauro Martino (2003) diz que embora seja inegável o surgimento de boas iniciativas, a ‘diferença’ entre

projetos de visibilidade e políticas consistentes voltadas para a sustentabilidade socioambiental ainda escapa ao discurso midiático – o que é preocupante, já que estamos falando de um filtro através do qual a sociedade interpreta e confere sentido aos acontecimentos. Ou seja, o modo como a mídia seleciona, edita e relata faz toda a diferença na assimilação de conceitos e fatos, levando-se em conta que “há sempre a escolha do repertório léxico e simbólico usado na representação de um fato” (MARTINO, 2003, p. 90).

Para Lima (2015), é ilusão acreditar que o capitalismo pode se tornar ambientalmente sustentável. “A intensidade e a aceleração da globalização estrutural da economia revelam-se através de um dos mais eloquentes índices de insustentabilidade industrial” (LIMA, 2015, p. 530). Com o fim de minimizar a degradação do sistema Terra em decorrência dessa dinâmica predatória, vem-se tentando implantar marcos regulatórios ao capitalismo desregulado.

Nada há aqui de um juízo de moral. O capitalismo é insustentável, não porque os controladores das corporações sejam pessoas desprovidas de senso moral. Nada permite afirmar que se encontrem nos círculos empresariais menos senso moral que em qualquer outro meio da sociedade civil. O problema é que, por mais que desejem aprimorar a conduta ética de suas corporações, seus dirigentes não podem se permitir subordinar suas metas empresariais ao imperativo ambiental. (LIMA, 2015, p. 534)

De acordo com Wanner (2014), os conceitos de economia verde e desenvolvimento se originaram na economia ambiental, mas desde então passaram a integrar a formulação de políticas internacionais e nacionais em um curto espaço de tempo. Indicando a crescente popularidade desse novo discurso sobre meio ambiente e desenvolvimento, a Conferência das Nações Unidas Rio + 20 sobre Desenvolvimento Sustentável (UNCSD) de 2012 colocou firmemente a 'economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza' na agenda política internacional.

Antes do Rio 2012, muitas estratégias nacionais de economia verde ou crescimento estavam sendo desenvolvidas em países ao redor do mundo. Japão, Alemanha, República da Coreia e China, por exemplo, começaram a pressionar fortemente pelo “novo paradigma econômico” de uma economia verde baseada no crescimento verde. A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, cujos países membros representam cerca de 80% da economia global, já havia adotado uma Estratégia de Crescimento Verde. (WANNER, 2014, p. 25)

O rápido aumento e popularidade da ideia de um sistema econômico que respeite os princípios do conceito de desenvolvimento sustentável por governos, empresas e organizações internacionais desde 2008 podem ser explicados no contexto de crises: as crises financeiras e econômicas globais; a crise ambiental global das mudanças climáticas e as crescentes 'crises alimentares', muitas vezes levando a 'distúrbios alimentares', atingindo países como Burkina Faso, Camarões e Haiti (DESA-UN2010).

Como não poderia deixar de ser, as políticas públicas também são importantes temáticas das relações socioambientais. As políticas de sustentabilidade se desenvolveram e se propagaram do nível global para o nível local de governança ao longo de várias décadas. A maior parte dessas políticas são baseadas nas convenções aprovadas durante as conferências da ONU.

Conforme Howes et al. (2017), as políticas podem ser avaliadas com base em três critérios: eficácia, eficiência e adequação, e é mais provável que tenham sucesso se obtiverem apoio social. Uma maneira de medir a eficácia das políticas de sustentabilidade é rastrear mudanças no estado do meio ambiente desde a implementação.

Embora tenha havido algumas melhorias irregulares nos indicadores selecionados por alguns locais, o declínio geral na qualidade ambiental continuou inabalável e nenhum país alcançou a sustentabilidade ambiental. A pegada ecológica do mundo (que mede uso de recursos) excedeu a capacidade sustentável do planeta em 1970 e continuou a subir, enquanto o índice de biodiversidade caiu mais da metade. Emissões de gases de efeito estufa estão aumentando e os impactos do aquecimento global estão aumentando, enquanto os custos de ambos os impactos e as políticas de mitigação enfrentam questões de equidade. A poluição do ar continua a matar milhões de pessoas em todo o mundo. As falhas das políticas ambientais foram notáveis em certos setores (como energia e transporte), particularmente nos países em desenvolvimento. Até certo ponto, essa falha em alcançar a sustentabilidade ambiental levou ao surgimento de discussões sobre a necessidade de um novo paradigma econômico focado na 'Decrescimento' e transformação socioecológica (HOWES et al, 2017, p. 166)

Muito além das empresas e da sociedade, sem a presença das lideranças políticas é impossível implementar políticas públicas voltadas ao meio ambiente com eficiência. Mesmo que essas políticas estejam atraindo crescente interesse acadêmico e atenção do público, o sucesso das respostas globais aos desafios ambientais depende muito da vontade e capacidade do poder público dos países. Afinal, qualquer acordo ambiental internacional precisa ser apoiado pelos estados-

nação e implementado por suas administrações como políticas ambientais nacionais. Reconhecendo o papel central do estado-nação, vários estudiosos formularam expectativas sobre o surgimento de um estado ambiental que proativamente busque abordar externalidades ambientais negativas das atividades econômicas. (SOMMERER; LIM, 2015)

No Brasil essas políticas são novas e ainda precisam de reformulações e fiscalização eficiente para que possam funcionar efetivamente. A Política Nacional do Meio Ambiente, editada em agosto de 1981, pela lei 6.938, estabeleceu conceitos, princípios, objetivos, instrumentos, penalidades, fins, além de mecanismos, para sua formulação e aplicação, assim como criou o Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama) e o Conselho Nacional do Meio Ambiente. Também se pode citar a criação do Ibama (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) em 1989, uma das principais fontes para as matérias ambientais.

Em 1992 foi criado o Ministério do Meio Ambiente. As relações socioambientais devem seguir como alvo a sustentabilidade, uma mudança de postura da sociedade é necessária, deve-se mostrar que não se trata de evitar que as pessoas se utilizem dos recursos, mas sim que cometam os mesmo erros daqueles que obtiveram riquezas às custas de danos irreversíveis à natureza. Com quase duas décadas, o desenvolvimento sustentável, como referência, ainda tem um longo percurso pela frente. (BURSZTYN et al., 2003)

Criado no Brasil em 2000, por meio da lei 9.985, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SINUC), estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação no País.

Uma Unidade de Conservação (UC) é um território cuja proteção é garantida por lei, conta com regime especial de administração e visa conservar os recursos naturais e a biodiversidade existentes em seu interior. De acordo com a IUCN (União Internacional para a Conservação da Natureza), as áreas protegidas são “uma contribuição vital para a conservação dos recursos naturais e culturais mundiais. São valiosas pela proteção de habitats naturais e da flora e fauna associadas a elas, mas também pela manutenção da estabilidade ambiental das regiões ao seu redor. Áreas protegidas podem oferecer oportunidades para o desenvolvimento rural e uso racional em seu entorno, gerando renda e criando empregos, para pesquisa e monitoramento, para educação em conservação, e lazer e turismo. (ARPA, 2012, s/ p)

A impossibilidade de dar respostas aos graves problemas sociais ligados à segurança pública e ao uso de drogas, à saúde ou ao combate à pobreza é apenas a

constatação de que não podemos mais contar com o modelo autossuficiente do Estado de Bem-Estar, corroído pelo endividamento do setor público. Tornou-se, por isso mesmo, urgente buscar um novo modelo de cooperação e de parceria entre o governo e a sociedade, abandonando o Estado patrimonial e corporativo, e absorvendo novas formas de gestão e de participação, como as novas tecnologias da informação, capazes de dar mais transparências às decisões do governo (CAMARGO, 2005).

Governança não é o mesmo que governo. Pode, em casos extremos haver governança sem governo e governo sem governança. Governo sugere uma autoridade formal, dotada de poder de polícia, que garante a implementação de políticas instituídas. Governança refere-se a atividades apoiadas em objetivos comuns e partilhados, que abrangem tanto as instituições governamentais quanto mecanismo informais, de caráter não governamentais, mas que só funcionam se forem aceitos pela maioria ou, mais precisamente pelos principais atores de um determinado processo. Em outras palavras, governança é um fenômeno mais amplo que o governo. (CAMARGO, 2005, p. 308)

A governança ambiental envolve todos e cada um nas decisões sobre o meio ambiente, por meio das organizações civis e governamentais, a fim de obter ampla e irrestrita adesão ao projeto de manter a integridade do planeta (JACOBI E SINISGALLI, 2012). Richard e Rieu (2008), afirmam que a governança sociopolítica gera novas formas de interação que baseadas numa visão da complementaridade entre o governo e a sociedade e pode promover compartilhamento de responsabilidade e *accountability* entre atores públicos, privados e o ambiente.

É imprescindível a garantia de que instrumentos, inclusive acordos internacionais, possam ser efetivamente conhecidos e ter a sua implementação efetivada, seja pelos governos locais e nacionais, pelas instituições da ONU e organizações financeiras multilaterais, e pelo setor privado. Para tanto existe o desafio que haja um amplo compartilhamento pela sociedade em geral da necessidade de conhecer e mobilizar-se para reduzir os impactos das mudanças climáticas que tanto afetam as condições de vida, a qualidade ambiental, mas também de incrementar ações que atuem na redução das desigualdades e na melhoria das condições de saúde ambiental enfatizando práticas pautadas pelos princípios e diretrizes de sociedades sustentáveis. Isto demanda criar e aprimorar condições de governança, local a global, nas quais os limites biofísicos e todos seus desdobramentos sejam incorporados na discussão de um novo modelo focado na redução das desigualdades socioeconômicas. (JACOBI, SINISGALLI, 2012, p. 1477)

Esse capítulo teve como objetivo apresentar aos leitores alguns dos principais assuntos a serem debatidos pela sociedade e divulgados pela imprensa quando falamos em sustentabilidade e principalmente sobrevivência. A proteção

aos nossos findáveis recursos naturais é essencial e só por meio do conhecimento e do entendimento dessa relevância, seja pela imprensa, seja pelos meios formais de educação, ou seja, pela rede sociais humanizadas que poderemos multiplicar a dimensão da importância de conservar e preservar.

O próximo capítulo mostrará a metodologia e os resultados obtidos na pesquisa assim como alguns importantes conceitos do jornalismo.

5. A Amazônia e suas particularidades sob os olhares do jornalismo

Nos capítulos anteriores falamos sobre o jornalismo e suas atualizações, como as novas ferramentas de divulgação promovidas pela rede. Procuramos especificar como o jornalismo pode e deve ser importante tanto como difusor da informação ambiental e como ferramenta pedagógica e multiplicadora de ações que auxiliam nessa atuação. Trouxemos a pesquisa em jornalismo como unificador desse caminho a ser tomado pelo jornalismo ambiental, mostrando como a pesquisa é benéfica tanto à academia quanto aos profissionais que podem aperfeiçoar suas técnicas na produção de pautas mais aprofundadas.

Também foi apresentada uma revisão bibliográfica que serviram para trazermos um panorama sobre as nuances que englobam toda a Amazônia. Ao mesmo tempo abordamos os temas ambientais que se fazem habituais no dia a dia da sociedade contemporânea e a importância de estar sempre abertos ao debate sobre os impactos que são acometidos por várias forças externas.

Neste capítulo desenvolveremos a parte metodológica da pesquisa e porque tais escolhas foram importantes para responder as hipóteses que caracterizamos na introdução deste texto. Também apresentaremos os resultados e conceitos relevantes para demonstrar a forma pelas quais foram escolhidos tanto a forma quanto as categorias exploradas por esse estudo.

5.1. A escolha da metodologia

O levantamento bibliográfico foi feito por meio de fontes físicas (livros e relatórios) e textos disponibilizados por Bibliotecas Virtuais, como, a *Scientific Electronic Library (Scielo)*, *Dialog Information Services (Dialog)*, *Taylor and Francis*, *Sage Pub* entre outras a serem definidas. (STUMPF, 2015; LIMA; IOTO, 2007; PIZZANI; SILVA; BELLO; HAYASHI, 2012) abordando as temáticas das Teorias do Jornalismo, Jornalismo Ambiental, Teoria das Notícias, Amazônia, Mudanças Climáticas, Degradação ambiental entre outras que consideramos relevantes para respaldar os resultados desse trabalho.

Para cadastramento de nossas referências bibliográficas foram utilizados o programa *Mendeley* e o site MORE.

O *Mendeley* surgiu em 2008 e apresenta uma combinação de aplicação desktop e um Website. O desktop é instalado no computador do usuário. Já o Website serve para auxiliar pesquisadores no gerenciamento, compartilhamento e acesso a dados relacionados com determinada pesquisa. Esse software permite gerar estatísticas relacionadas ao número de artigos encontrados, regiões geográficas, identificação de leitores por área, autores que estão pesquisando sobre o tema de interesse, entre outros. O Mendeley trabalha com redes sociais, que possibilitam a interação entre a comunidade e os responsáveis pela ferramenta. Essa interação, sugere melhorias, quais sejam: a extração de metadados e a busca de textos em formato Portable Document Format (PDF) completos. (MARCHIORI et al., 2010, apud YAMAKAWA et al., 2014, p. 81)

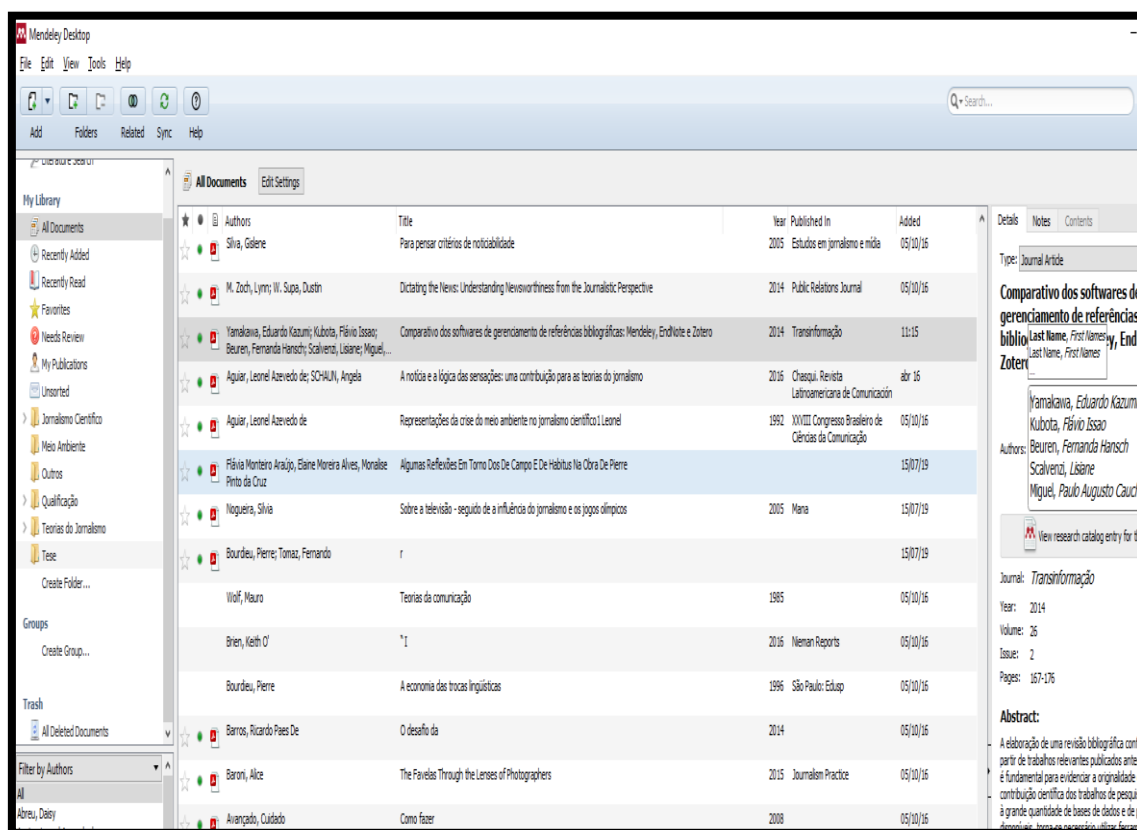


Figura 6 - Painel do Aplicativo de referências bibliográficas Mendeley

Fonte: do autor (2020)

Já o site de produção de referências bibliográficas Mecanismo Online para referências (MORE)¹⁰ é produzido pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

O Mecanismo Online para Referências (MORE) surgiu em 2006 e oferece, gratuitamente, ao público em geral a possibilidade, através da web, de geração e gerenciamento de referências bibliográficas segundo as normas da ABNT, mantendo-as armazenadas em seu servidor. O site oferece aos usuários algumas ferramentas que os auxiliam na elaboração e no gerenciamento de suas referências bibliográficas, além de armazená-las. (FELISBERTO et al., 2015, p. 81)

¹⁰ Disponível em: <www.more.ufsc.br>.

Figura 7 - Template da página de cadastramento de referências do MORE

Fonte: do autor (2020)

Após o levantamento bibliográfico foram pesquisadas as notícias com a temática Amazônia, produzidas e publicadas pelo website dos jornais *O Globo*, *A Crítica*, *Folha de São Paulo*, *The Guardian* e *New York Times*, pelo período de dois anos (de setembro de 2016 a setembro de 2018).

Uma primeira busca foi feita com a técnica da palavra-chave, onde usamos as palavras *Amazônia* e *Amazon Forest* por meio do buscador dos sites investigados. De acordo com Yamaoka (2015, p. 161),

os meios para uma apuração mais detalhada disponíveis nos sistemas permitem melhorar os resultados, também possibilitando a busca restrita a um idioma, a um país, a uma categoria de domínio. Os mecanismos ainda permitem refinamento pela localização da palavra-chave utilizada. Esses mecanismos ainda permitem refinamento pela localização da palavra-chave utilizada. Constantemente novos recursos são colocados à disposição para os usuários dos mecanismos de busca como Google, Bing, entre outros.

No caso da nossa pesquisa, utilizamos para a captação das notícias pesquisadas os mecanismos de busca que os próprios veículos de comunicação possuem em seus *websites*. Esses espaços centralizam seus rastreios em seus arquivos.

Depois do levantamento, por meio das palavras-chave utilizamos a metodologia de análise de conteúdo, para as matérias selecionadas. Por meio das palavras-chave foram encontradas 815 matérias, após nova filtragem das amostras escolhemos aquelas apresentavam em seu texto alguma relação com os campos discursivos que serão apresentados mais à frente. Então realizamos uma filtragem final e chegamos ao número de 652 matérias a serem analisadas.

Sugerimos a elaboração de quatro campos discursivos baseados nos conceitos de Campo e *Habitus* de Pierre Bourdieu. Estes campos serão conceituados mais à frente. Após isso foram criadas categorias que envolvem gêneros jornalísticos, critérios de noticiabilidade e as temáticas ambientais buscando a compreensão de quais formatos e quais assuntos são os mais utilizados para descrever os impactos sofridos pelo bioma Amazônia e que chamam a atenção dos veículos escolhidos para embasar esse estudo.

Diehl e Tatim (2004) também acrescentam que na pesquisa de caráter quantitativo, o processo de organização dos dados pode ser resumido em etapas, sendo elas:

Seleção: consiste na verificação detalhada dos dados coletados, a fim de detectar falhas ou erros, evitando informações confusas, distorcidas e incompletas.

Classificação: consiste na ordenação dos dados, de acordo com determinado critério, os quais orientam sua divisão em classes ou categorias. Os dados quantitativos são focalizados em termos de grandeza ou quantidade do fator presente em uma situação, possuindo valores numéricos (peso, tamanho, custo).

Codificação: no caso do uso do método quantitativo, consiste na atribuição de símbolos, a fim de tornar os dados em elementos quantificáveis para posterior tratamento estatístico; já no uso do método qualitativo, atribui-se um nome conceitual às categorias, o qual deve relacionar-se ao que os dados representam no contexto da pesquisa.

Representação: apresentação dos dados de forma que se facilite o processo da inter-relação entre eles e sua relação com a hipótese ou pergunta da pesquisa. No caso de estudos quantitativos, os dados obtidos com a categorização são apresentados em tabelas e gráficos, os quais demonstram os resultados dos diferentes tratamentos estatísticos utilizados. Nos estudos qualitativos, podem ser apresentados em forma de texto, itens e quadros comparativos, entre outros. Também é possível tratar os dados quantitativa e qualitativamente ao mesmo tempo utilizando-se primeiramente a estatística descritiva para apoiar uma interpretação ou desencadeá-la. (DIEHL; TATIM, 2004, p. 86)

Para nossas análises fizemos uso desses processos como destacado na figura abaixo sugerida pelos autores.

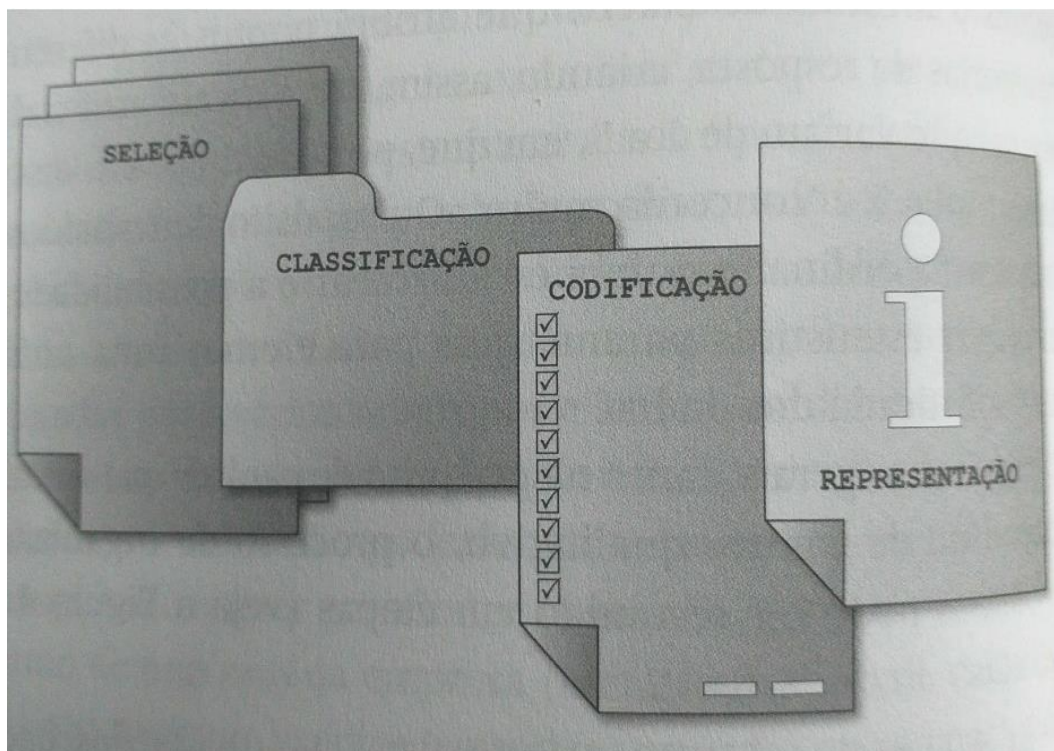


Figura 8 - Resumo do processo de organização de dados

Fonte: Tatim e Diehl (2004)

Por meio da análise de conteúdo fizemos uma criteriosa distribuição do material relacionados aos campos, critérios jornalísticos e ambientais. Bardin (2015) sugere três etapas na fase de planejamento de uma análise de conteúdo: (1) a pré-análise; (2) a exploração do material e (3) o tratamento dos dados. A figura ilustra esses procedimentos:

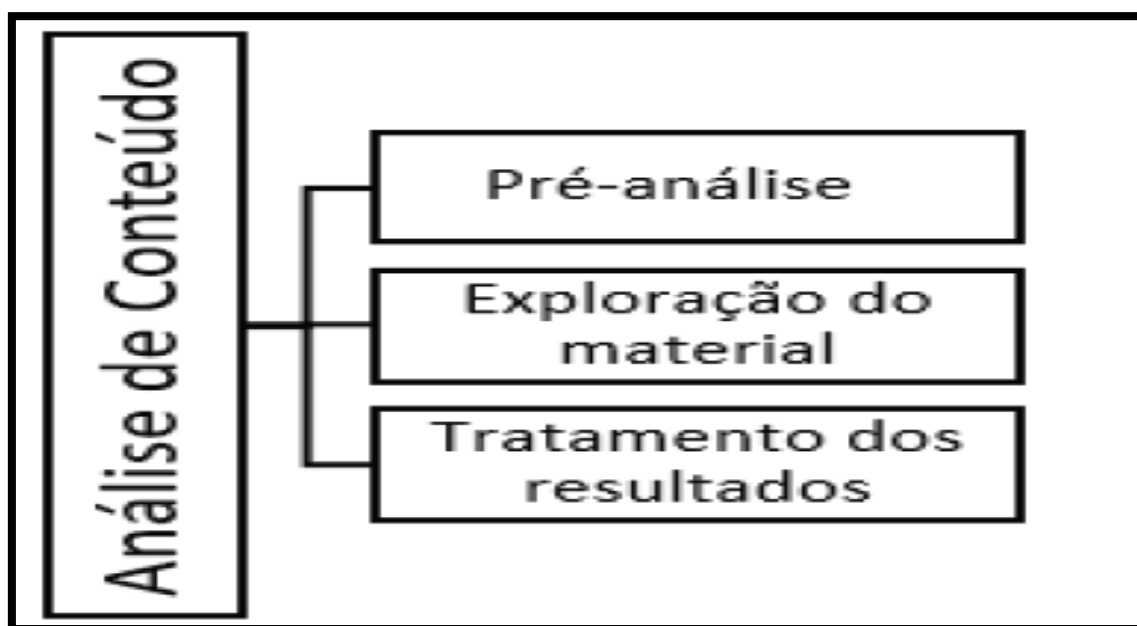


Figura 9 - Fases da análise de conteúdo.

Fonte: Bardin (2015)

Para Herscovitz (2007) “a análise de conteúdo é um método de grande utilidade na pesquisa jornalística. Pode ser usada para detectar tendências e modelos na análise de critérios de noticiabilidade, enquadramentos e agendamentos” (HERCOVITZ, 2007, p. 123). A autora ainda afirma que a tendência natural da análise de conteúdo desfavorece a dicotomia entre o quantitativo e o qualitativo, promovendo uma integração entre as duas visões de forma que se compreenda não somente o significado aparente do texto, mas também o implícito.

Para a pesquisa utilizamos o software *Evernote*, da empresa Evernote Corporation Ltda. O programa guarda páginas, imagens ou documentos que podem ser salvos tanto no computador quanto na nuvem. O material salvo pode ser exportado em diversos formatos.

O *Evernote* é uma das principais ferramentas usadas para armazenar e organização de informações. Por meio dela é possível salvar e imprimir documentos que estejam disponíveis nas webpages. As informações são armazenadas em um servidor remoto e fica disponível em qualquer lugar uma conexão à Internet podendo ser acessado em dispositivos móveis. (KORZAAN; LAWRENCE, 2016).

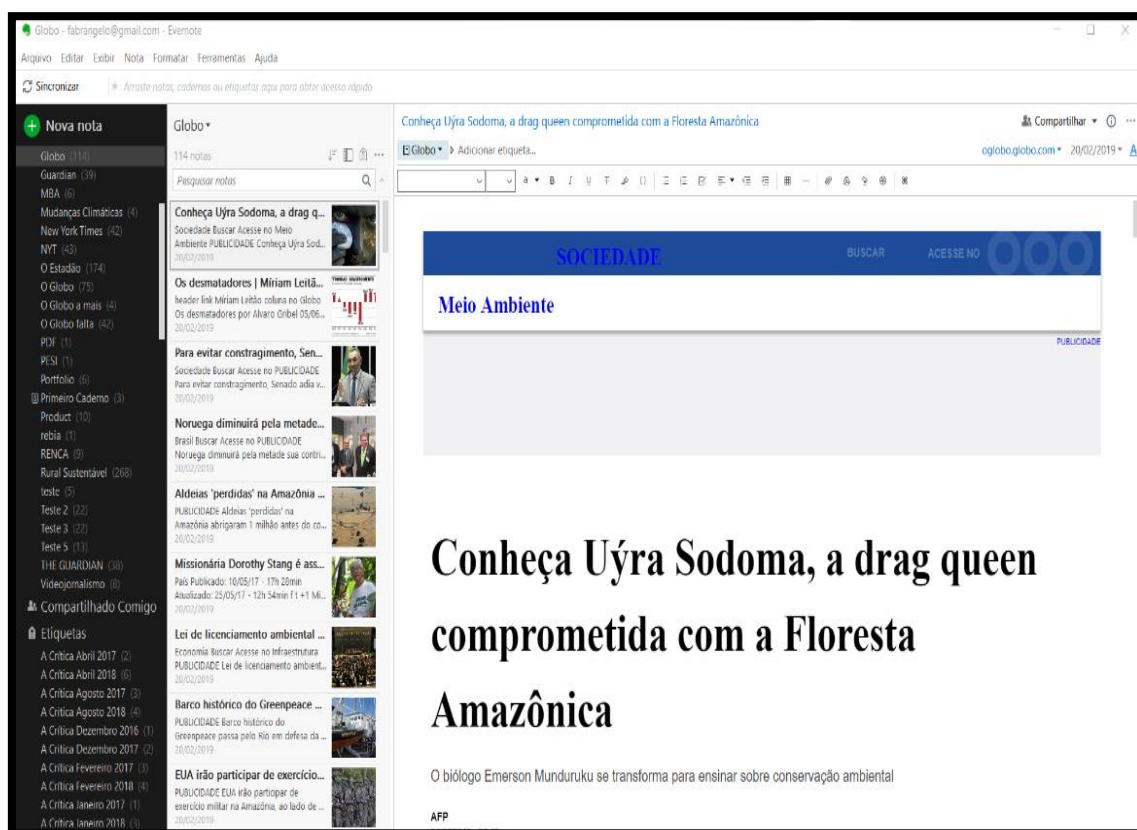


Figura 10 - Página de armazenamento das matérias do jornal *O Globo*
 Fonte: do autor (2020)

Outro programa utilizado para a análise os dados é o *Nvivo*, um programa para análise de informação qualitativa que integra as principais ferramentas para o trabalho com documentos textuais, multimétodo e dados bibliográficos.

Ele facilita a organização de entrevistas, imagens, áudios, discussões em grupo, leis, categorização dos dados e análises. Na parte de dados qualitativos é possível realizar transcrição de vídeos e áudios, codificar texto, análises de redes sociais e/ou páginas da web, entre outros. Já na parte quantitativa tem-se estatística descritiva, inferencial e até mesmo meta-análise. (ALVES; FILHO; HENRIQUE, 2015, p. 125)

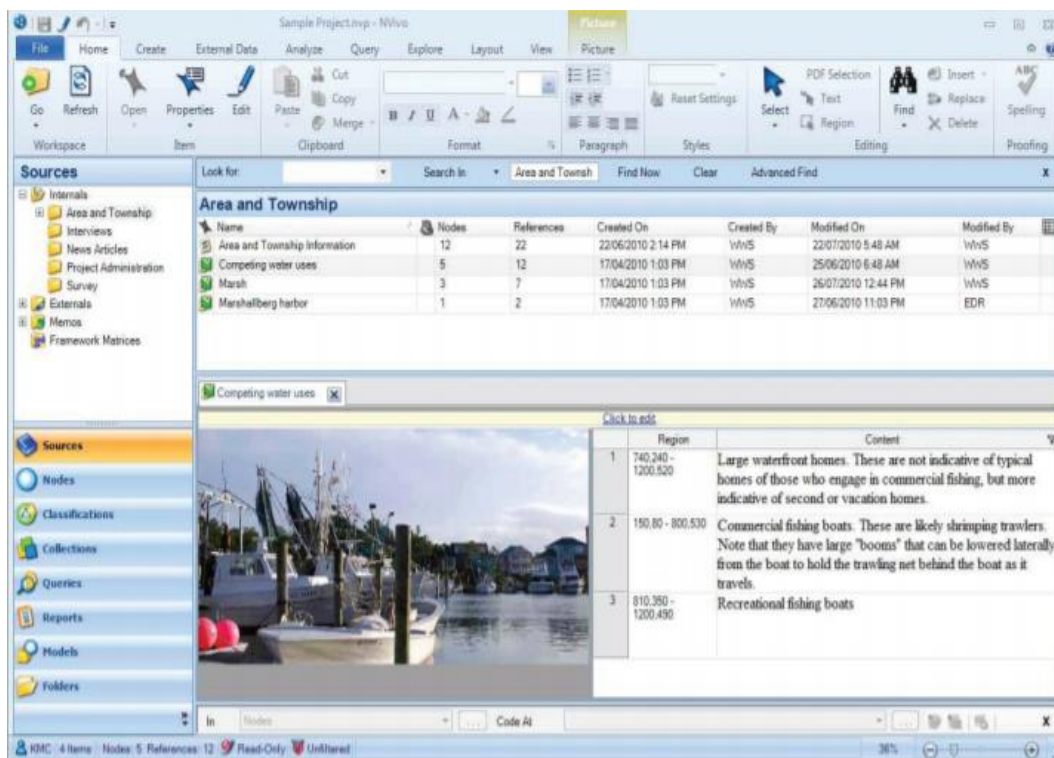


Figura 11 - Página inicial do NVivo

Fonte: QSR International (2015)

Procuramos aqui destacar que o estudo das mensagens midiáticas ambientais, das narrativas jornalísticas, dos enquadramentos que elas propõem e de suas possíveis consequências, recorrendo-se sobretudo, à interpretação “cultural” de dados obtidos empiricamente, auxilia a perceber e descrever os resultados a serem analisados.

Além da análise quantitativa, também realizamos a análise qualitativa do material, e para isso nos fundamentamos em uma das Teorias do Jornalismo, que destacaremos a seguir. Sendo a Teoria do Agendamento uma das referências desse projeto, citamos a afirmação MacCombs e Shaw (1972) quando afirmam que ao escolherem as notícias, os editores e toda a redação fazem um importante papel como difusores da informação consumida pelos leitores.

Por meio desses profissionais e seus veículos, os leitores não apenas ficam sabendo sobre um determinado assunto, mas também quanta importância devem atribuir a esse assunto e como devem se posicionar a respeito, isto é, a mídia pode definir a "agenda" da realidade. (MCCOMBS; SHAW, 1972, p. 176)

No fim, foi criado um *blogger* para que as matérias analisadas pudessem ser disponibilizadas aos pesquisadores que se utilizarem deste trabalho para seus estudos acadêmicos.

Cada vez mais popular entre os usuários da internet, o blog é um formato de publicação on-line que desperta interesse por suas ditas simplicidade e facilidade de uso. Servindo a diversos tipos de sites (pessoais, notícias, intranets corporativas, pesquisas etc.) os blogs são diários on-line, que reúnem uma coleção de textos, cujo conteúdo é um conjunto de mensagens (posts) publicadas instantaneamente na web, usualmente curtas e organizadas cronologicamente. (RODRIGUEZ PAZ, 2008, p. 67)

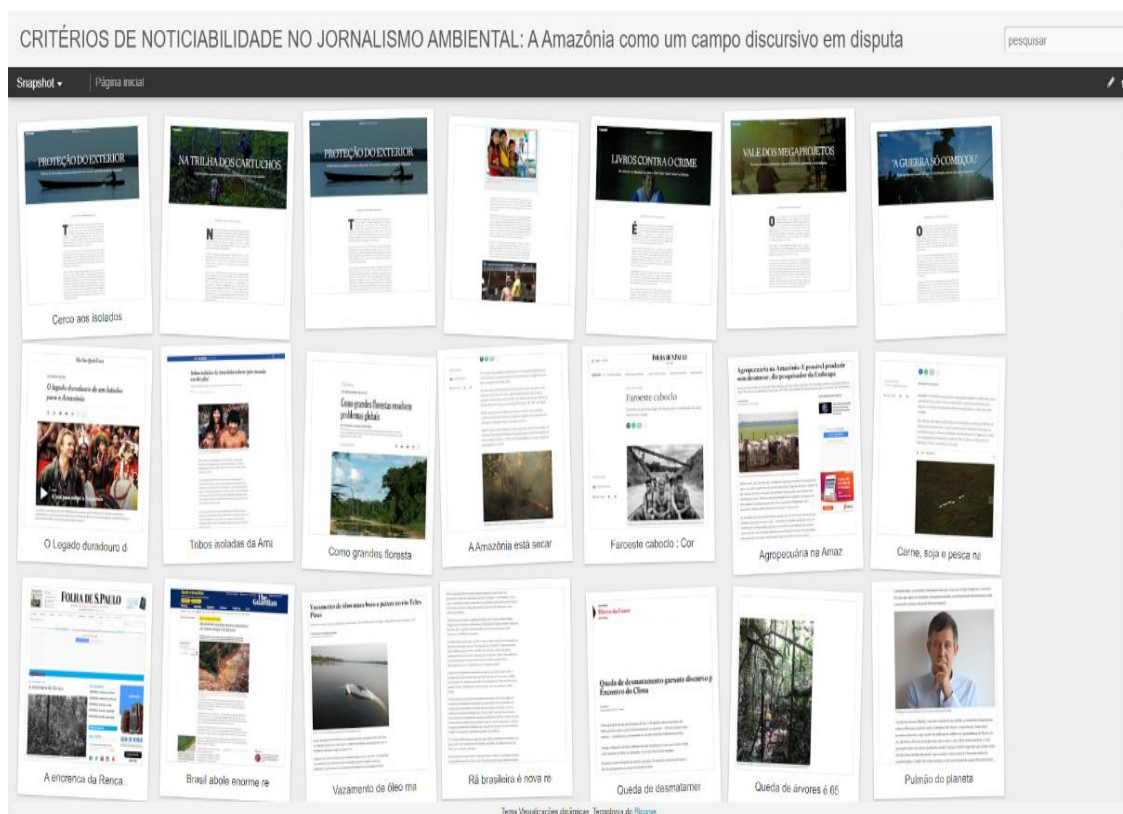


Figura 12 - Página inicial do Blog com as matérias analisadas

Fonte: do autor (2020)

O jornalismo, a comunicação e o estabelecimento de propostas para a produção de notícias nos temas relacionados a Amazônia, seguindo o conceito do *Newsmaking* tenta mostrar a utilização de critérios de noticiabilidade na produção de matérias relativas a Amazônia como poderemos observar em algumas das pautas exploradas por essa pesquisa.

Repetindo parte da metodologia de análise de caso, proposto pelo professor Nelson Traquina (1948 – 2019) em seu trabalho *A comunidade jornalística e a problemática da Aids* (TRAQUINA, 2013) e com o apoio de alguns dos conceitos de valores-notícia e critérios de sustentabilidade, procuramos encontrar algumas respostas para esses questionamentos, e também compreender o que é preciso para incrementar as pesquisas sobre o jornalismo ambiental e tratá-lo como uma ferramenta de sensibilização e mobilização.

Devido às particularidades da temática a ser desenvolvida por nós nesse trabalho, alteramos e suprimimos algumas categorias da pesquisa feita por Traquina e que nos serviu de modelo. São eles os itens: Proeminência do item noticioso, Localização Geográfica segundo continente, Orientação para o evento e Principal agente noticioso do item.

Lembrando que a pesquisa feita por Traquina foi realizada em jornais impressos e nossa tese, nos sites dos veículos, por isso também decidimos suprimir a categoria jornalística Notas.

Exploramos as definições de valores notícias para fortalecermos mais esse panorama junto as escolhas da formatação dos textos apurados pelos profissionais. É importante tentar compreender quais são os critérios mais empregados quando falamos em temáticas sobre a Amazônia.

5.2. As publicações de referência pesquisadas

Foram seis jornais analisados durante 2 anos (24 meses). Cada um com suas particularidades. Buscamos equilibrar a área de abrangência dessas publicações. Também foram escolhidas devido a conhecida relevância que esses jornais dedicam as pautas ambientais. Vamos contar nesse capítulo um pouco da história de cada uma das publicações demonstrando sua importância para a discussão apresentada nessa tese.

A Crítica

O Amazonas é o maior estado da Amazônia e do Brasil, com mais de 1,5 milhão de km² e detém, ainda, 98% de sua cobertura florestal preservada, além de um dos maiores mananciais de água doce. Sofrendo influência de vários fatores com precipitação, vegetação e altitude, a água forma na região a maior rede hidrográfica do planeta (RIBEIRO, 2014).

Segundo Ribeiro (2014, p. 41) o jornal diário *A Crítica* foi fundado em 1949 e faz parte da Rede Calderaro de Comunicação (RCC), que foi fundada pelo jornalista Umberto Calderaro Filho, e tem como presidente Rita de Araújo Calderaro. O jornal *A Crítica* circula em Manaus e em mais 40 municípios e sua tiragem média é de 35 mil exemplares em dias úteis e 55 mil aos domingos. *A Crítica* também dispõe de uma versão digital.

O Globo

A primeira edição do então vespertino circulou no dia 29 de julho de 1925, nesse dia foram lançadas duas edições do jornal, num total de 33.435 exemplares. Em 29 de julho de 1996, o lançamento do *site* do GLOBO foi uma das marcas das comemorações de aniversário do jornal. O GLOBO ON, página na internet, era mais do que mera cópia da edição em papel. O *site* foi desenvolvido com o princípio de ter uma identidade própria. A essa incursão inicial do GLOBO na internet seguiu-se, ao longo dos anos seguintes, o lançamento de outras plataformas digitais. (O GLOBO, 2015)

Segundo o *site* Infoglobo, a circulação do jornal em junho de 2015 foi de 302 mil exemplares em dias de semana e 394 mil aos domingos. Já o *website* do jornal *O Globo* teve mais de 18 milhões de acessos no mesmo mês. Em 2014, o jornal foi o de terceira maior circulação no país com uma média de circulação de 318 mil exemplares (impressos mais a versão digital) de acordo com o site da Associação Nacional de Jornais (ANJ).

Folha de São Paulo

De acordo com o Índice Verificador de Circulação (2014), o *jornal Folha de São Paulo* teve circulação média de 351 mil exemplares (impresso mais digital) sendo considerado o de maior circulação entre os veículos de comunicação de grande porte do país. A história do Grupo Folha começa em 1921, quando foi fundada, em São Paulo, a *Folha da Noite*, jornal voltado para a classe média urbana que emergia de uma sociedade ainda baseada na monocultura do café.

O *website* da Folha de São Paulo foi criado em 1995, inicialmente com o nome de Folha Online, sendo o primeiro jornal em tempo real em língua portuguesa. Com 19 editorias de conteúdo com acesso livre na internet, o *site* da Folha conta com uma audiência de 17 milhões de visitantes únicos e 173 milhões de páginas vistas por mês.

Produz ainda conteúdo para dispositivos móveis como *tablets* (iPad), *smartphones* (iPhone etc.) e para as plataformas WAP e SMS (para celulares em geral) (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016).

O Estado de São Paulo

Com uma média de 235 mil exemplares o *Estadão* ocupa a quarta colocação em tiragem no país. Publicado na cidade de São Paulo, quando o jornal surgiu, tinha quatro páginas e uma tiragem de 2.025 exemplares. O termo "Província" foi conservado até 31 de dezembro de 1889, um mês após a queda da Monarquia e instituição da República no Brasil.

Sua primeira redação, administração e oficinas foram instaladas no Centro velho de São Paulo. Entre os proprietários do novo jornal, destacavam-se Américo de Campos e Francisco Rangel Pestana. A Província logo se diferenciou no mercado. Barrete branco na cabeça, uma buzina na mão e um maço de jornais debaixo do braço, o francês Bernard Gregoire saía a cavalo pelas ruas da cidade anunciando as notícias do dia.

Em maio de 2000, o Grupo Estado lança oficialmente o portal Estadão, reunindo todo o conteúdo produzido pelo Grupo Estado – os jornais *O Estado de S. Paulo* e *Jornal da Tarde*, Agência Estado, Rádio Eldorado e Listas Oesp Estadão. Desde 2010 o Estadão amplia a cobertura de meio ambiente com o projeto Planeta, na editoria Vida. Além de espaço diário para notas e fotos, começa a ser produzida uma página semanal de reportagens e um caderno mensal com reportagens sobre o tema (O Estado de São Paulo, 1995).

The Guardian

The Guardian é um jornal britânico fundado em 05 de maio 1821 por John Edward Taylor. Até 1959 era conhecido como *The Manchester Guardian*, nome pelo qual ainda é referido algumas vezes nos Estados Unidos. É controlado pela fundação Scott Trust através do *Guardian Media Group*. A circulação média diária entre julho e dezembro de 2014 foi de 185.000 cópias. Em 2015 ele chegou a 120 milhões, ultrapassando o *New York Times* (WILLIAMS, 2010). Segundo seu ex-editor, Alan Rusbridger, no jornalismo, sempre foi muito fácil escrever sobre o que aconteceu ontem, mas falhamos em escrever sobre o que pode acontecer com a humanidade em 20 anos, por exemplo.

A campanha pela redução do uso de combustíveis fósseis provou ser uma maneira de produzir muitas matérias, inclusive de primeira página, que ajudam as pessoas a se conscientizar sobre o tema das mudanças climáticas e, eventualmente, a reagir. Se não me engano, desde que iniciamos a campanha, no começo do ano, pelo menos 200 empresas e instituições iniciaram um processo de desinvestimento de

ações e títulos de empresas ligadas à indústria de combustíveis fósseis. Meu objetivo foi encontrar receita jornalística para trazer o tema das mudanças climáticas e do desinvestimento para o radar. Acho que conseguimos mostrar que combustíveis fósseis podem ser vistos como o tabaco ou o *apartheid* (MÁXIMO, 2015).

O jornal publica uma página na internet totalmente voltada para a temática ambiental. Em 2009, o *The Guardian* recebeu o prêmio máximo de Jornalismo Ambiental, oferecido pela *Press Gazette* e *Pegeout*. A empresa ganhou em várias categorias com seus veículos *The Guardian*, *Observer and environmentguardian*. Em junho de 2012 o *website* do *The Guardian* teve 30.4 milhões de acessos únicos em todo mundo, o que o tornou o terceiro mais popular site de jornal do planeta.

The New York Times

O *New York Times*, é um jornal diário publicado na cidade de Nova York, sendo o jornal mais antigo dos Estados Unidos e considerado um dos melhores jornais do mundo. Apesar de não ser o maior em circulação no país, tem um histórico de prêmios e uma forte política editorial.

O NYT foi fundado em 1851 na forma de *penny paper*, isso evitaria o sensacionalismo e reportaria as notícias de maneira contida e objetiva. Ele teve sucesso no início, pois seus editores estabeleceram um padrão para o futuro, apelando a um público intelectual e cultural, em vez de um público de massa. Mas seu alto tom moral não foi um trunfo na competição acirrada de outros artigos para leitores na cidade de Nova York. Apesar dos aumentos de preços, o NYT estava perdendo US\$ 1.000 por semana quando Adolph Simon Ochs o comprou em 1896.

Em 1971, o *Times* publicou uma série de relatórios baseados nos "Documentos do Pentágono", um estudo secreto do governo sobre o envolvimento dos EUA na Guerra do Vietnã. Enviado secretamente ao *Times* por funcionários do governo, a reportagem ganhou o Pulitzer naquele ano, e no início do século XXI o jornal ganhou mais de 120 Pulitzers (incluindo citações), consideravelmente mais do que qualquer outra organização de notícias.

Em 2006, o jornal lança sua publicação online, que era idêntica a edição oferecida nas bancas. Cinco anos mais tarde o NYT lança sua versão eletrônica exclusiva inaugurando uma nova era para a redação (BRITTANICA, 2019).

Hoje o jornal conta com cerca de cinco milhões de assinantes de mais de 200 países. Se utilizando de textos e ferramentas multimídias o *Times* tem em suas

edições uma editoria específica para a temáticas ambientais. Possui alguns correspondentes em países que estão inseridos no bioma Amazônia e costumemente produzem material sobre o bioma.

5.3. A produção de pautas sobre o bioma Amazônia

Ao levantar e observar diversos aspectos da produção de pautas sobre a Amazônia pudemos observar algumas características que norteiam os textos publicados. Por meio dessas observações foi possível fazer uma intensa análise conceitual em relação a certas predileções que prevalecem na elaboração dos conteúdos jornalísticos.

Na tabela 4 é possível observar a quantidade de matérias publicadas pelos jornais escolhidos e no período pesquisado.

	Total de matérias por veículo	Total geral
A CRÍTICA	91	
O ESTADO DE SÃO PAULO	193	
FOLHA DE SÃO PAULO	178	
O GLOBO	115	
NEW YORK TIMES	35	
THE GUARDIAN	40	652

Tabela 5 - Número de matérias publicadas no período de setembro 2016 a setembro de 2018

No gráfico 9 é possível observar a comparação entre o quantitativo de matérias publicadas pelos veículos pesquisados durante o período de setembro de 2016 a setembro de 2018.

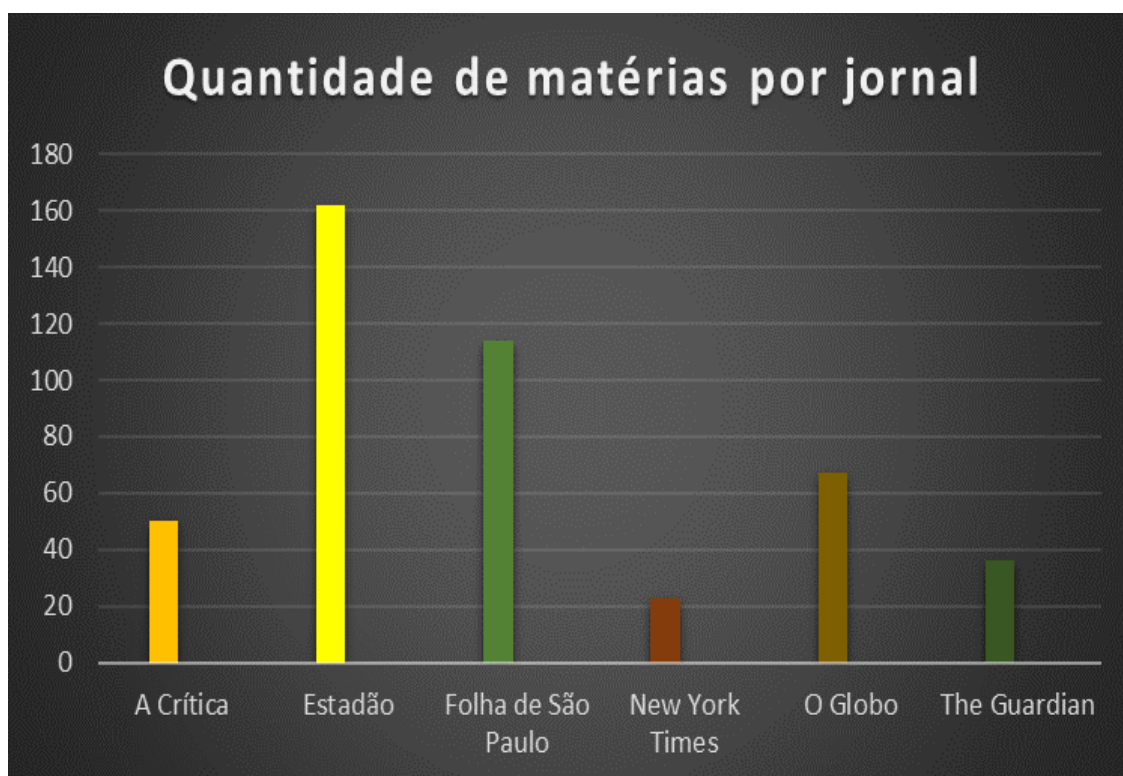


Gráfico 9 - Comparativo de quantitativo de matérias por jornal analisado
Fonte: do autor (2020)

5.3.1. Do *impeachment* de Dilma a eleição de Bolsonaro, o período analisado do estudo

De 2016 a 2018 foram anos de grandes mudanças políticas no Brasil. O claro enfraquecimento das políticas ambientais, a significativa participação das mídias digitais nos processos eleitorais e movimentos populares. A imprensa também teve importante atuação em diversos acontecimentos que alteraram a conjuntura socioambiental brasileira. O período de 2 anos (12 meses) foi claramente duro para a Amazônia, mas também foi de extrema importância para que o mundo entendesse mais profundamente os impactos a que este bioma está sujeito, isso graças ao alcance das velhas e novas mídias, que expandem a difusão da informação a níveis nunca vistos.

Foram construídos diversos cenários quantitativos em relação as matérias dentro do período de avaliação. Abaixo apresentamos alguns gráficos (10 e 11) que expõem as diferenças entre a produção de matérias com a temática da Amazônia por período e por jornal analisado.

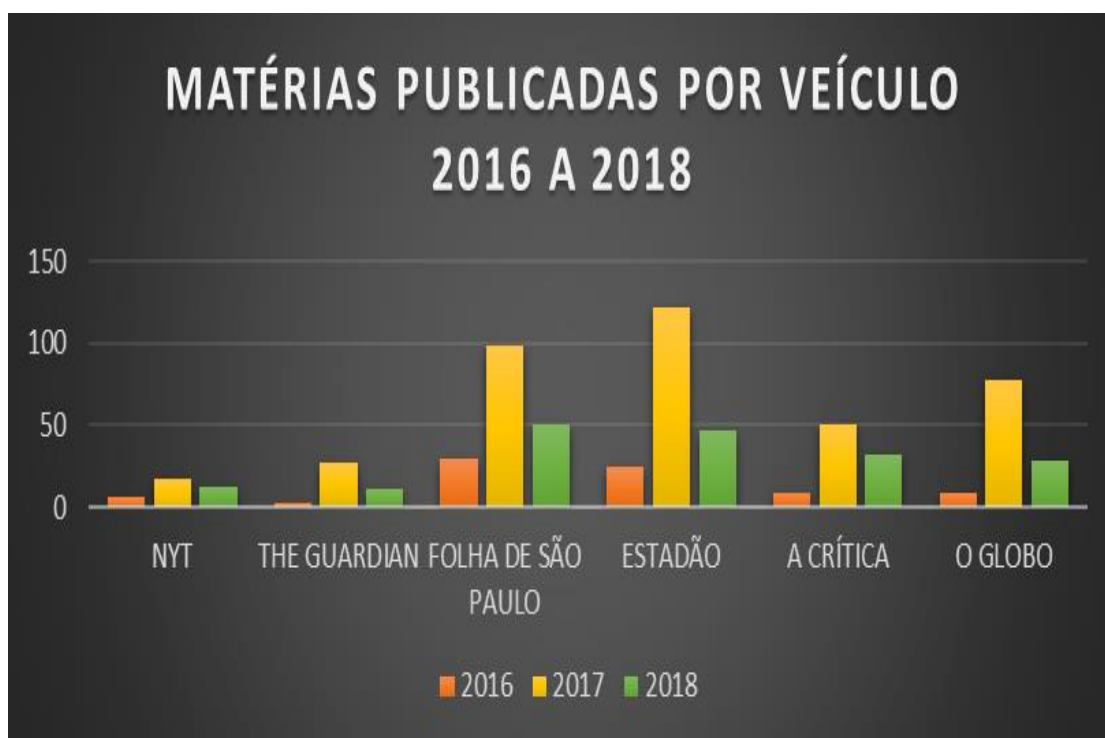


Gráfico 10 - Comparativo matérias publicadas pelos veículos durante o período analisado sobre o tema

Fonte: do autor (2020)

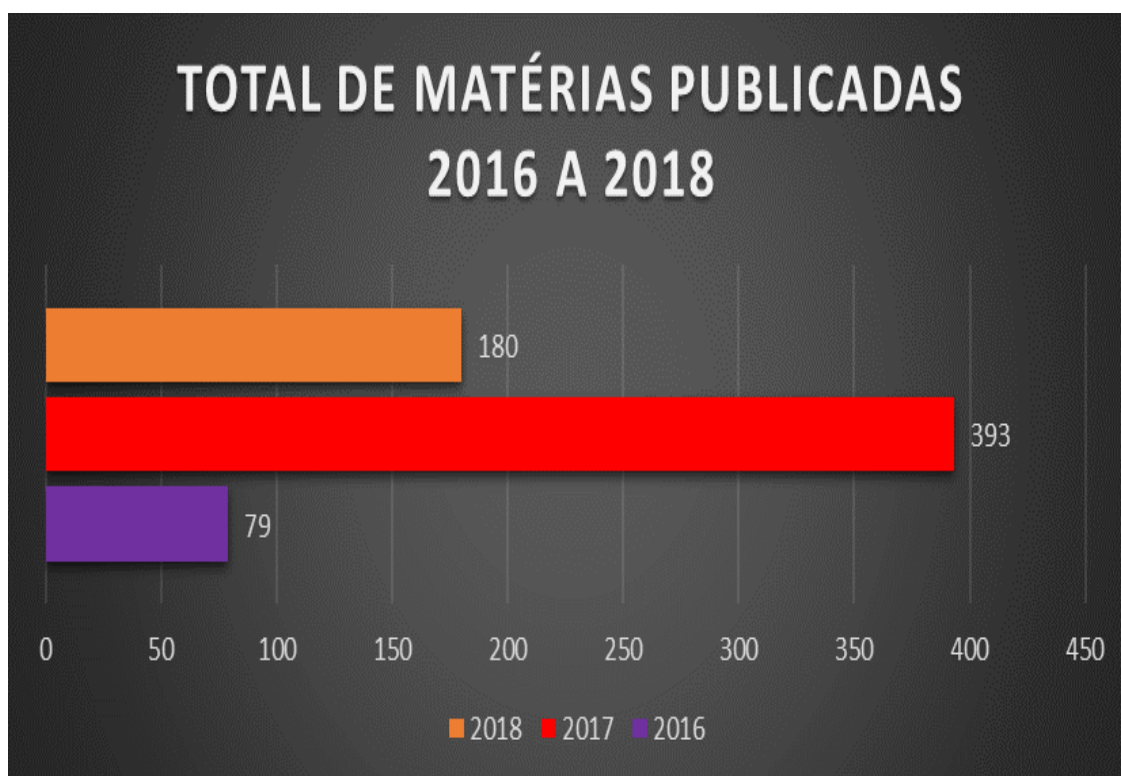


Gráfico 11 - Comparativo de total de matérias publicadas por ano sobre o tema

Fonte: do autor (2020)

No Anexo I (p. 272 a 275) é possível observar diversas comparações, por meio de gráficos, mostrando de que forma os veículos avaliados organizaram a periodicidade das publicações de matérias sobre o tema bioma amazônico por distintos panoramas.

5.3.2. A influência dos critérios de noticiabilidade para a produção dos itens noticiosos

Inspirados nos conceitos de valores- notícia propostos por Traquina (2013), Wolf (1995) e Silva (2017) buscamos compreender os conceitos e características que geram a noticiabilidade a determinado assunto, isto é, o transformam em um com propensão a se tornar uma notícia.

Valores - notícia	
Notoriedade	A celebridade ou a importância hierárquica dos indivíduos envolvidos no acontecimento tem valor como notícia.
Proximidade	Em termos geográficos ou culturais.
Relevância	Preocupação de informar o público dos acontecimentos que são importantes porque tem um impacto sobre a vida das pessoas.
Novidade	Algo novo, informação recente, alteração inesperada no acontecimento.
Tempo	A existência de acontecimento na atualidade já transformada em notícia pode servir de gancho para outro acontecimento.
Notabilidade	Qualidade de ser visível, de ser tangível.
Inesperado	Aquilo que irrompe e que surpreende a expectativa da comunidade jornalística.
Conflito	Violência física ou simbólica.
Infração	Violação ou transgressão das regras.

Quadro 1 - Valores notícia adotados por Traquina
Fonte: Traquina (2013)

O objetivo de qualquer veículo de divulgação de informação é oferecer histórias das ocorrências relevantes e de interesse público. Mas esses episódios, que são as fontes das notícias apresentadas a sociedade acontecem a cada dia, a cada

hora e a cada minuto e cabe aos veículos de imprensa o que será apresentado ao seu público (WOLF, 1995).

O mesmo Wolf (1995) defende que:

Em consequência da ação dos jornais, da televisão e dos outros meios de informação, o público sabe ou ignora, presta atenção ou descarta, ou realça ou negligencia elementos específicos dos cenários públicos. As pessoas têm tendência para incluir ou excluir dos seus próprios conhecimentos aquilo que os *mass media* incluem ou excluem do seu próprio conteúdo. Além disso, o público tende a atribuir aquilo que esse conteúdo inclui uma importância que reflete de perto a ênfase atribuída pelos *mass media* aos acontecimentos, aos problemas, às pessoas. (WOLF, 1995, p. 130)

Wolf (1995) afirma que os valores-notícia se originam de hipóteses ou reflexões alusivas à:

- a) Características substantivas das notícias; ao seu conteúdo;
- b) Disponibilidade do material e aos critérios relativos ao produto informativo;
- c) Ao público;
- d) À concorrência;

A primeira categoria de considerações diz respeito ao acontecimento a transformar em notícia; a segunda diz respeito ao conjunto dos processos de produção e realização; a terceira, diz respeito à imagem que os jornalistas têm acerca dos destinatários e a última diz respeito às relações entre os *mass media* existentes no mercado informativo. (WOLF, 1995, p. 1179)

O autor conceitua alguns critérios que são imprescindíveis para que o assunto possa despertar o interesse do editor ou repórter para que vire notícia. Ele divide esses critérios e os descreve minuciosamente como veremos a seguir.

Para Wolf (1995) chama de **critérios substantivos** aqueles que se baseiam na relevância e atrativo do acontecimento. Dentro disso cita algumas características que o fato deve conter para que seja potencialmente considerada como noticiável.

1. Grau e nível hierárquico dos indivíduos envolvidos no acontecimento noticiável.
2. Impacte sobre a nação e sobre o interesse nacional.
3. Quantidade de pessoas que o acontecimento (de fato ou potencialmente) envolve.
4. Relevância e significatividade do acontecimento quanto à evolução futura de uma determinada situação. (WOLF, 1995, p. 180-183)

Os **critérios relativos** aos produtos são uma segunda categoria que se relaciona a acessibilidade aos elementos que levam ao acontecimento, se são

factuais, se existe a possibilidade de apuração e quanto as técnicas e organização de procedimentos para que a pauta possa ser produzida. Wolf (1995, p. 185) cita como um desses critérios o da **brevidade**, isto é, “as notícias devem ser suficientemente compridas para cobrirem o essencial e suficientemente curtas para reterem a atenção”.

Nos critérios de relevância relativos ao produto, engloba-se também aquele que se refere à notícia como resultado de uma ideologia da informação, baseada, por sua vez, na história dos sistemas informativos e do jornalismo. Esclarece-o eficazmente um dos ditos jornalísticos mais difundidos: “*bad News is good News*”. Os acontecimentos que constituem e representam uma infração, um desvio, uma ruptura do uso normal das coisas, ou seja, aquilo que altera uma rotina ou aparências consideradas normais vão constituir-se como característica de noticiabilidade. (WOLF, 1995, p. 185)

Um outro critério importante destacado por Wolf (1995) é o da **qualidade da história**, e, de acordo com ele, cinco características são imprescindíveis para que o fato tenha atributos e renda um relato que desperte o interesse do público.

Baseado em Gans (1979), ele cita quatro atributos, sendo eles:

- a. a ação (a notícia é tanto melhor quanto mais ilustra visualmente, uma ação, um momento de realce de um fato);
 - b. o ritmo (nos casos em que a notícia é intrinsicamente desprovida de ação, procura-se torná-la menos aborrecida, recorrendo a vários processos de exposição ou apresentação;
 - c. o caráter exaustivo (que pode significar que se fornece todos os pontos de vista sobre um assunto controverso, ou que se dá o mais possível de dados cognoscitivos acerca de um determinado acontecimento)
 - d. a Clareza da linguagem (tendo em conta que é impossível para o telespectador voltar ao que não compreendeu ou ao que não é claro).
- (WOLF, 1995, p. 187)

Ainda segundo Wolf (1995) um dos elementos fundamentais para a relevância da adoção dos valores-notícias são as **rotinas** produtivas, isto é, o tempo de que os meios e os profissionais de comunicação dispõem para selecionar, apurar e apresentar as pautas.

Essa forma de organizar a recolha dos materiais noticiáveis está intrinsicamente ligada à necessidade de rotinizar o trabalho, o que provoca uma limitação substancial e uma redução, atenuada, porém, pela estabilidade e pela produtividade, dos possíveis canais de recolha e produção. Isso é válido para que os procedimentos de elaboração das notícias sejam mais racionalizados, ajudem a

reduzir os custos, diminua o tempo dessa produção, melhore a credibilidade das fontes, ajude a fugir de fatores políticos e de controle organizacional (Wolf, 1995). Gislene Silva fez uma compilação de várias teorias sobre valores-notícia e seus critérios de noticiabilidade, incluindo Wolf e Traquina. Ao final de seu estudo apresentou conceitos que unem as ideias desses autores sobre quais são as principais características para um fato se tornar notícia, e por isso entendemos ser adequado utilizarmos esse estudo para categorizar o material analisado nessa tese.

Pesquisando as matérias fizemos uma exploração desses conceitos, observando quais são os que mais ocorrem dentro dos conceitos de noticiabilidade baseados nos valores-notícia indicados por Silva (2017).

ser um fato atual ou um acontecimento portador de algum dado novo é princípio do jornalismo. É no percurso dessa longa cadeia produtiva da notícia que devemos investigar a rede de critérios de noticiabilidade, compreendendo que noticiabilidade (*newsworthiness*) como todo e qualquer fator potencialmente capaz de agir no processo da produção e da notícia, desde características do fato, julgamentos pessoais do jornalista, cultura profissional da categoria, condições favorecedoras ou limitantes da empresa de mídia, qualidade do material (imagem e texto), relação com as fontes e com o público, fatores éticos e ainda circunstâncias históricas, políticas, econômicas e sociais. Silva (2014, p. 64)

A proposta de Silva (2014, p. 65-66) intitula-se “valores-notícia para operacionalizar análises de acontecimentos noticiados ou noticiáveis conforme o quadro abaixo”:

IMPACTO Número de pessoas envolvidas Número de pessoas afetadas Grandes quantias
PROEMINÊNCIA Notoriedade Celebridade Posição hierárquica Elite Sucesso / herói
CONFLITO Guerra Rivalidade Disputa Briga Greve

Reivindicação
TRAGÉDIA / DRAMA Catástrofe Acidente Risco de morte e Morte Violência / Crime Suspense Emoção Interesse humano
PROXIMIDADE Geográfica Cultural
RARIDADE Incomum Original Inusitado
SURPRESA Inesperado
GOVERNO Interesse nacional Decisões e medidas Inaugurações Eleições Viagens Pronunciamentos
POLEMICA Controvérsia Escândalo
JUSTIÇA Julgamentos Denúncias Investigações Apreensões Decisões judiciais Crimes
ENTRETENIMENTO / CURIOSIDADE Aventura Divertimento Esporte Comemoração

CONHECIMENTO / CULTURA

Descobertas

Invenções

Pesquisas

Progresso

Atividades e valores culturais

Religião

Quadro 2 - Proposta de tabela de valores-notícia para operacionalizar análises de acontecimentos noticiados ou noticiáveis

Fonte: (Silva, 2015, p. 65-66)

5.3.3. O *Newsmaking* e sua forma de influenciar a caracterização dos critérios de noticiabilidade e a produção de pautas globais

Os valores notícia são parte imprescindíveis das rotinas produtivas dos veículos de comunicação. Eles ajudam a criar e incrementar os processos cotidianos da empresa jornalística. Ressaltamos que a notícia tem a principal função de informar e por muitas vezes são o referencial de realidade em que a sociedade se embasa, por isso seu caráter de construção do cotidiano se faz tão intenso perante os diversos públicos.

A socióloga Gaye Tuchman afirma que fazer jornalismo se articula em três vertentes principais: a cultura profissional dos jornalistas, a organização do trabalho e os processos produtivos (PENA, 2015). A Amazônia, e suas especificidades, se distingue de outras temáticas do cotidiano devido as dificuldades vivenciadas por profissionais e veículos como obstáculos, desde movimentos políticos, quanto questões logísticas. Trazer a pauta amazônica para o âmbito nacional e internacional exige um dispêndio de energia, organização e custos que são tão destacados como características fundamentais nos conceitos de *Newsmaking* por Tuchman, Wolf, Traquina, entre outros teóricos.

Tuchman diz que os órgãos de informação devem cumprir três obrigações para produzir notícias:

- Tornar possível o reconhecimento de um fato desconhecido como acontecimento notável;
- Elaborar formas de relatar os acontecimentos que não tenham a pretensão de dar a cada fato ocorrido um tratamento idiossincrático;
- Organizar, temporal e espacialmente, o trabalho de modo que os acontecimentos noticiáveis possam afluir e ser trabalhados de uma forma planejada. (TUCHMAN, 1978 apud PENA, 2015, p. 129)

Podemos dizer que o *Newsmaking* engloba uma série de práticas, profissionais e organizacionais, que auxiliam jornalistas e veículos a produzirem suas pautas da maneira mais eficiente possível (PENA, 2015).

Entre os períodos analisados, identificamos algumas temáticas que tiveram uma profunda exploração por parte da maioria dos veículos observados. Segundo Sousa (2006), “as temáticas ambientais os problemas ambientais competem com outros pela atenção do público e pela atenção dos meios de comunicação, que são ‘recursos escassos’, mas a partir do momento em que a cobertura dos mesmos, ainda que cíclica, se rotinizou, então o ambiente ‘celebrizou-se’, o que lhe garante maiores probabilidades de ser notícia” (SOUSA, 2006, p. 15). Temas como mudanças climáticas, desmatamento na Amazônia, além dos graves desastres ambientais que atingem centros urbanos, como o recente caso das Barragens da Vale do Rio Doce na cidade de Mariana em Minas Gerais, abrem espaço para o agendamento da questão ambiental.

Em 23 de agosto de 2017, o governo federal anunciou a extinção da Reserva Nacional de Cobre e Associados, e chamou atenção da mídia brasileira sendo talvez o assunto sobre a Amazônia que apresentou a maior relevância durante o período abordado pela pesquisa.

O foco se deu por um decreto do presidente Michel Temer (MDB) que a extinguiu em 23 de agosto, abrindo possibilidade para investimentos estrangeiros naquelas terras, às proximidades da fronteira brasileira com o Platô das Guianas. A medida se colocou na contramão do motivo nacionalista da existência da Renca: a proteção contra o capital de outros países na Amazônia. (SANTOS; ROCHA, 2018, s/ p)

	A CRÍTICA	NEW YORK TIMES	THE GUARDIAN	FOLHA DE SÃO PAULO	ESTADO DE SÃO PAULO	O GLOBO
JANEIRO	1	1	2	4	6	1
FEVEREIRO	3	2	5	3	13	2
MARÇO	2	2	3	5	4	2
ABRIL	2	2	0	2	9	4
MAIO	4	0	1	5	10	4
JUNHO	9	0	2	7	13	4
JULHO	9	0	2	9	5	5
AGOSTO	3	4	2	29	14	22
SETEMBRO	6	4	4	12	16	12
OUTUBRO	4	0	1	8	16	12
NOVEMBRO	5	0	1	8	8	5
DEZEMBRO	2	2	3	7	8	5

Tabela 6 - Número de matérias publicadas em 2017 pelos veículos de comunicação analisados

Fonte: do autor (2020)

Na tabela acima (Tabela 2) é possível verificar que os meses de agosto a outubro apresentam o maior número de matérias publicadas com a temática Amazônia pelos jornais brasileiros. Foram 49 matérias produzidas pela *Folha de São Paulo*, 48 pelo *Estado de São de Paulo* e 46 pelo *O Globo*. Apesar de ser a única publicação originária da região amazônica, o jornal *A Crítica* não apresentou uma grande diferença entre os meses anteriores. Já as publicações internacionais, apesar de terem dado alguma atenção ao fato também não insistiram na pauta.

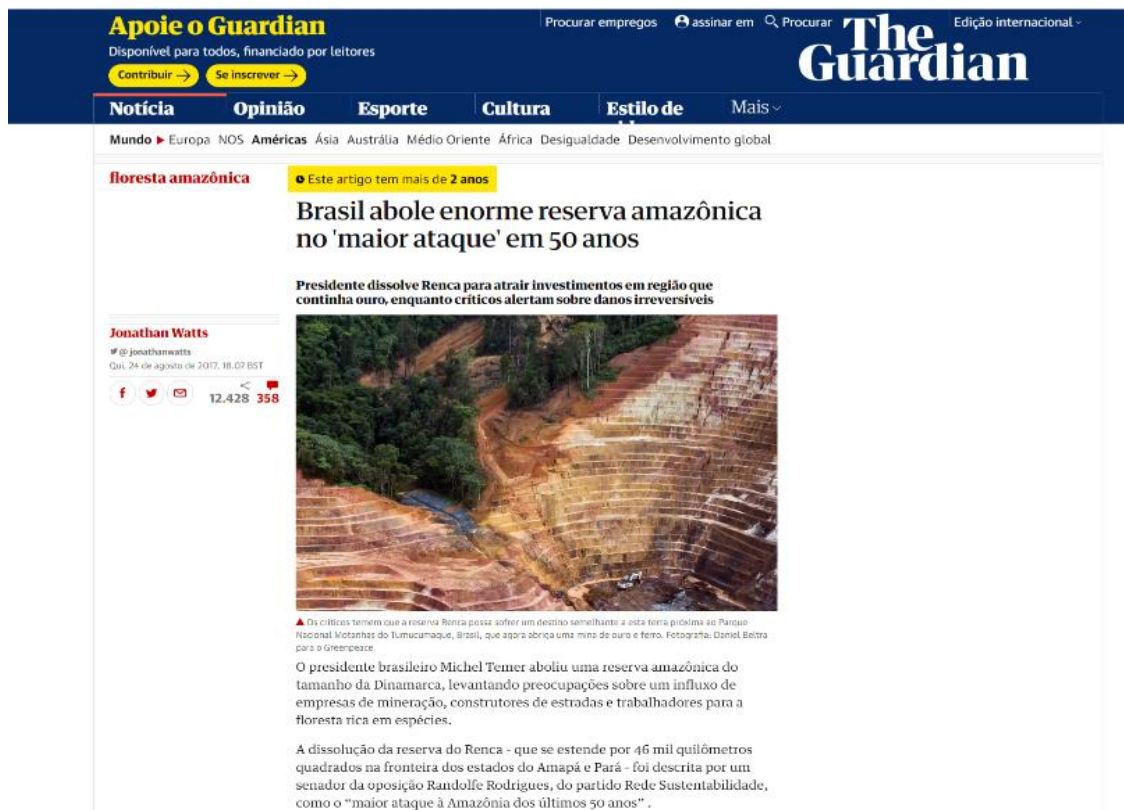


Figura 13 - Matéria produzida pelo The Guardian sobre a extinção da Renca em 2017 (Traduzido pelo Google Chrome)¹⁰¹¹

Fonte: The Guardian (2017)



Figura 14 - Matéria sobre extinção da Renca (Estado de São Paulo)¹¹¹²

Fonte: Estadão (2017)



Figura 15 - Editorial sobre Extinção da Renca (Folha de São Paulo)12F¹³

Fonte: Folha de São Paulo (2017)

Analisando a mídia digital Twitter é possível perceber que o debate sobre a questão foi bastante intenso, tanto entre os poderes quanto à população em geral.

Fundado em março de 2006 por funcionários da *Google Inc.*, a ideia era criar uma ferramenta para envio de mensagens curtas por meio de celular (SMAAL, 2020). O *Twitter* é considerado um micro *blog* com limite para a quantidade de caracteres possíveis por mensagem ou *tweet*. *Tablets* e *smartphones* são responsáveis por 60% do tráfego de mensagem. Os comandos dessa ferramenta já fazem parte do vocabulário de boa parte da população. Palavras como *tweet*, *retweet* e *hashtag* (#) são comumente citados em programas televisivos, ou mesmo em transmissões por *streaming* (MUNIZ; MESQUITA, 2016).

São mais de 325 milhões de usuários pelo mundo, e no Brasil são 12, 5 milhões de usuários, sendo a sexta mídia social mais utilizada. Como foi dito anteriormente, o objetivo do perfil no *Twitter* é funcionar como um link para as publicações a serem produzidas pelos bolsistas do projeto. Também pode ser considerada uma maneira de divulgar citações e pesquisas tão importante quando se trata de métricas.

As citações do Twitter podem ser um componente valioso da “cienciometria 2.0”, oferecendo métricas mais rápidas, mais amplas e com mais nuances de comunicação acadêmica para complementar a análise de citações tradicional. Por

¹³ Disponível em: <<https://tesefabriciofonsecaangelo.blogspot.com/2021/04/a-encrenca-da-renca.html>>.

exemplo, métricas atualizadas, incluindo citações no Twitter, podem aumentar um portfólio de posse ou promoção. As citações do Twitter também podem ser coletadas e analisadas automaticamente para informar os mecanismos de recomendação de artigos em tempo real. (PRIEM; COSTELLO, 2010, p. 25)

De acordo com nosso levantamento, o assunto *Reserva Nacional do Cobre e Associados (Renca)*, foi citado 163 vezes no período de agosto de 2017 a janeiro de 2018 e teve mais de 5000 *retweets*, o que nos faz perceber que o tema teve extrema relevância na época. Dentre os valores-notícias e critérios de noticiabilidade propostos por Silva (2017), podemos destacar para esse fato em si o **IMPACTO** da pauta, já que a extinção da reserva afetaria diversas comunidades que residem em seu entorno. A **PROEMINÊNCIA** do fato, dada a repercussão e debate aberto por diversas celebridades como a modelo Gisele Bündchen e a Influenciadora Digital Bela Gil. O **DRAMA** também pode ser citado devido aos critérios de interesse humano e previsão de catástrofe. Outro valor-notícia que podemos citar é o de **SURPRESA**, pois a ação do governo foi totalmente inesperada. Um valor-notícia importante dessa pauta é o de **GOVERNO**, pois o tema se tornou de interesse nacional, tanto para os empresários da mineração, quanto para políticos, ativistas e comunidades tradicionais. A **POLÊMICA** também fez parte da série de valores-notícias que fizeram dessa pauta, mesmo um local pouco conhecido, tão importante e divulgada e por último podemos citar o valor-notícia **CONHECIMENTO**, pois a pauta fez com que grande parte da sociedade pudesse se informar sobre a existência dessa enorme reserva no meio da Amazônia.



Figura 16 - A ex-modelo e ativista ambiental repudia a extinção da Renca pelo Twitter
Fonte: Twitter (2020)



Figura 17 - Diversas entidades e figuras públicas condenam o decreto de extinção da Renca
Fonte: Twitter (2020)



Figura 18 - Governo Federal usa Twitter para rebater críticas
Fonte: Twitter (2020)



Figura 19 - Agência France Press utiliza Twitter para esclarecer o que é a Renca e sua importância
Fonte: Twitter (2020)



Figura 20 - Políticos também usam a mídia social para comentar sobre o tema
Fonte: Twitter (2020)

No gráfico abaixo (12) é possível identificar a diferença entre a quantidade de textos sobre a Amazônia de janeiro a dezembro de 2017. Portanto podemos afirmar que nesse caso o caso da Extinção da Reserva Nacional do Cobre e Associados, que muitos não sabiam de sua existência, além de pautar os grandes veículos nacionais diante daquele fato também foi bastante divulgada nas mídias sociais.

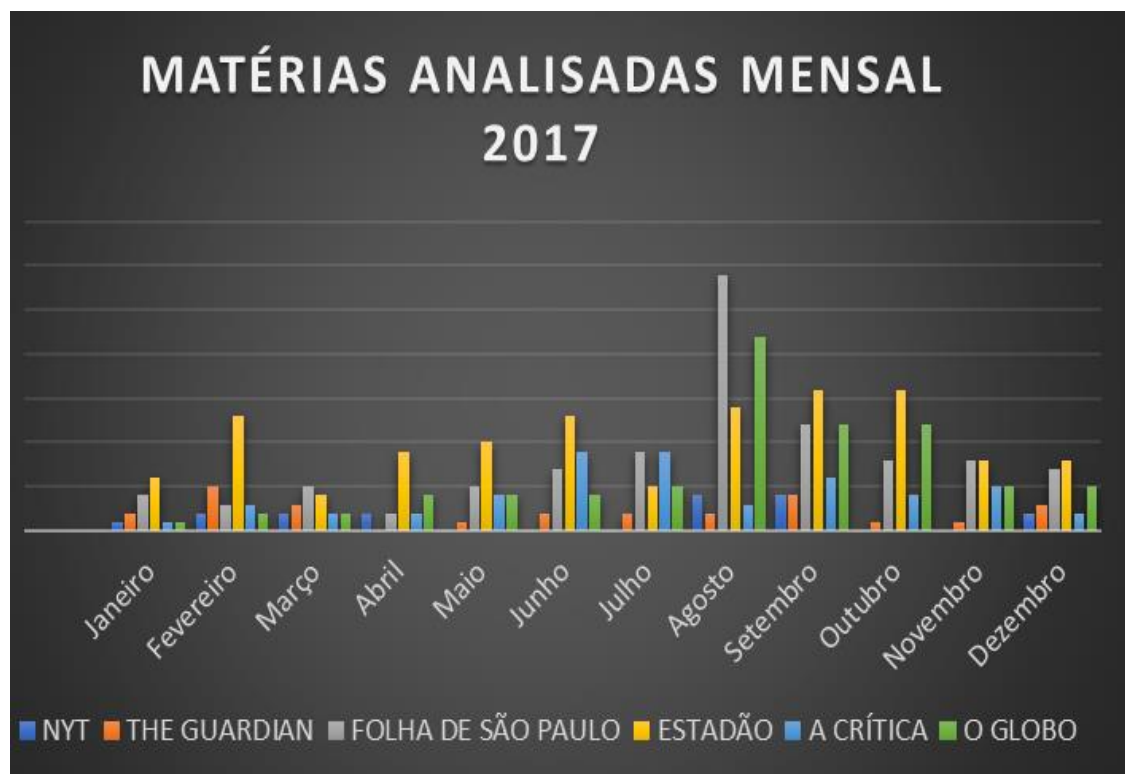


Gráfico 12 - Comparativo entre matérias veiculadas pelos jornais sobre em 2017
Fonte: do autor (2020)

O quadro 3 apresenta as matérias publicadas pelos veículos com a temática da extinção da Reserva Nacional de Cobre e Associados em agosto de 2017.

THE GUARDIAN
Brazil abolishes huge Amazon reserve in 'biggest attack' in 50 years
Brazilian court blocks abolition of vast Amazon reserve
Brazil backtracks on plan to open up Amazon forest to mining
How diamonds and a bitter feud led to the destruction of an Amazon reserve
THE NEW YORK TIMES
Brazil May Face a New Threat, This Time from Biting Midges

Brazilian Judge Stymies Plan to Allow Mining in Amazon Region
A CRÍTICA
Decreto de Michel Temer reacende debate sobre exploração mineral no AM
FOLHA DE SÃO PAULO
Análise: Mesmo sem ser reserva ambiental, Renca favorecia proteção da região
Área de reserva para mineração é igual a 4 anos de desmate, diz Procuradoria
Bernardo Mello Franco: Ataque à Amazônia
Com Marina e líder do PSDB, ato repudia atuação ambiental de Temer
Como preocupação com interesse estrangeiro levou militares a criar reserva extinta por Temer
Decreto apenas regulariza exploração em reserva amazônica, afirma Temer
Elio Gaspari: Decreto da mineração expõe bagunça do Planalto
Impasse sobre reserva mineral envolve juiz, ministros, PSOL e ambientalistas
Juiz suspende decreto presidencial que extingue reserva na região amazônica
Líder do PSDB pede a Temer para rever decreto que extingue reserva na Amazônia
Marcelo Leite: Reserva do Cobre na Amazônia não tem nada a ver com Mariana
Mercado Aberto: Para mineradoras, fim de reserva na Amazônia enfraquece garimpos ilegais
Mineradoras canadenses souberam de extinção de reserva na Amazônia 5 meses antes do anúncio oficial
Ministro promete manter proteção de áreas em reserva extinta por Temer
Quer compartilhar, mas não sabe o que é a Renca? Entenda aqui
Reserva extinta por Temer tem áreas contaminadas por mercúrio
Temer extingue reserva na Amazônia para ampliar exploração mineral
Temer nega que extinção de reserva afetará áreas de preservação
Temer recua de novo e ministro suspende efeitos de extinção da Renca
Apesar de haver garimpos ilegais na Renca, há pouca área desmatada
Área da Renca, entre Amapá e Pará, tem trauma de projetos grandiosos
Artistas protestam contra extinção de Renca e Maia defende diálogo

Editorial: A encenra da Renca
Em NY, ministro diz que Mariana foi 'fatalidade' e defende fim da Renca
Governo Temer foge de atritos e revoga decreto que extinguiu a Renca
Polêmica sobre fim da Renca foi 'falha na comunicação', diz ministro
Voltar atrás no caso da Renca não salva governo de novos desgastes
O ESTADO DE SÃO PAULO
Cenário_ Governo defenderá medida que extingue reserva até o fim
Fui pego de surpresa', diz Sarney Filho sobre decreto que extingue reserva na Amazônia
Justiça Federal suspende decreto que extingue reserva na Amazônia
Ministro defende mineração na Amazônia e diz que reservas ambientais não serão afetadas
Novo decreto cria comitê para acompanhar áreas ambientais de reserva extinta
PSOL vai ao STF contra decreto que extingue reserva; Gilmar será relator
Temer decreta extinção da Reserva Nacional do Cobre
Comissão da Câmara pede revogação definitiva de decreto de extinção de reserva na Amazônia
Diante de artistas, Maia defende cancelamento de decreto que extinguiu reserva florestal
Erro de avaliação – Opinião
'Essas reservas permanecem intocadas', diz ministro sobre Renca
Fora da Renca, soja ilegal avança em áreas protegidas do Amapá
Ministro diz que extinção da Renca foi 'falha de comunicação'
Temer recua e vai revogar decreto que extinguiu reserva de cobre na Amazônia
Vale tem o maior número de pedidos para explorar área da Renca
O GLOBO
Amapá se orgulhava de ser o estado que menos desmatava
Amazônia: Protesto na Câmara mobiliza parlamentares e ONGs contra extinção de Renca
Atentado ambiental
Estado que abriga parte da Renca, Pará é desde 2006 o que mais desmata a Amazônia Na base dos dados

Exploração mineral na Amazônia pode levar a disputas judiciais
Famosos criticam decreto que extingue reserva na Amazônia
Governo recua e suspende decreto que extinguiu reserva mineral na Amazônia
Governo revoga decreto que acaba com reserva na Amazônia, mas vai publicar outro
Governo vai recorrer de decisão que suspende extinção de reserva na Amazônia
Liberação de área protegida na Amazônia é um movimento muito perigoso
Mineração em reserva da Amazônia 'causará impactos inevitáveis', diz Procuradoria da República
Ministério condenava extinção de reserva e projetos que miram áreas preservadas
Ministro do Meio Ambiente desiste de gravar vídeo sobre mineração em reserva na Amazônia
MPF pede suspensão de novo decreto sobre exploração mineral na Amazônia
Para especialista, governo tenta minimizar reação à mineração na Amazônia
Renca: entenda o que está em jogo com a extinção da reserva na Amazônia
Temer cede a grupos antipreservação da Amazônia
Temer diz que decreto da Renca traz 'preservação absoluta de toda e qualquer área ambiental e área indígena'
Gisele Bündchen e outros famosos celebram revogação de decreto sobre reserva da Amazônia
Governo ainda reluta em discutir Renca com Congresso Lauro Jardim - O Globo
Governo confirma revogação do decreto que acabou com reserva mineral na Amazônia
Governo publica norma que suspende efeitos de extinção de reserva na Amazônia
Greenpeace denuncia a presença de 14 minas ilegais na Renca
Houve 'falha de comunicação', diz ministro sobre reserva na Amazônia
Parlamentares protocolam pedido de CPI da Reserva da Amazônia
Renca: governo planejava liberar área protegida na Amazônia

Quadro 3 - Títulos das matérias sobre a extinção da Renca por veículo

Fonte: do autor (2020)

Seguindo o padrão do *Newsmaking*, os valores-notícia mais encontrados nas matérias analisadas se repetiram como no caso da pauta da extinção da Reserva Nacional do Cobre. Podemos afirmar que dentre os critérios de noticiabilidade

sugeridos por Silva (2017), os que aparecem com maior frequência foram: **número de pessoas afetadas, notoriedade, celebridade, disputa, sucesso / herói, violência / crime, interesse humano, inusitado, inesperado, interesse nacional, decisões e medidas, controvérsia, julgamentos, denúncias, investigações, apreensões decisões judiciais, crimes, aventura, descobertas, invenções, pesquisas.**

Interessante ressaltar que dentro do Valor Notícia **PROXIMIDADE**, o critério proximidade geográfica se mostrou com menor relevância sendo que dentre os veículos nacionais pesquisados, o que menos apresentou pauta sobre a Amazônia, foi o jornal *A Crítica* único representante do bioma.

5.4. Quando as pautas ampliam os horizontes: o item Enfoque da matéria

Claramente os jornais brasileiros procuram relacionar suas temáticas com o critério de proximidade que, segundo Traquina (2013, p. 77), é um dos valores-notícias primordiais, especialmente em termos geográficos e culturais. Um conflito social entre moradores de uma comunidade no interior do Pará pode ser notícia para um jornal brasileiro, mas dificilmente será abordado por um jornal internacional, mas um tema como desmatamento da floresta na Amazônia pode ser considerado um tema relevante também internacionalmente.

A maior facilidade em produzir reportagens locais parece ser mais atrativo aos veículos nacionais. Para Shoemaker e Reese (1996) “os eventos que acontecem nas proximidades são considerados mais noticiosos. Eventos locais geralmente têm mais efeito do que os distantes. A mídia local busca ângulos locais em histórias nacionais para melhor interesse do público” (SHOEMAKER; REESE, 1996, p. 106).

Essa comparação está explicitada no gráfico da categoria Enfoque do Item (Gráfico 13), em que podemos comprovar a predileção por matérias que abordam a parte do bioma inserido no Brasil. Além da Amazônia brasileira também foram analisadas matérias que tinham como localização outros países como Peru, Venezuela e Colômbia.

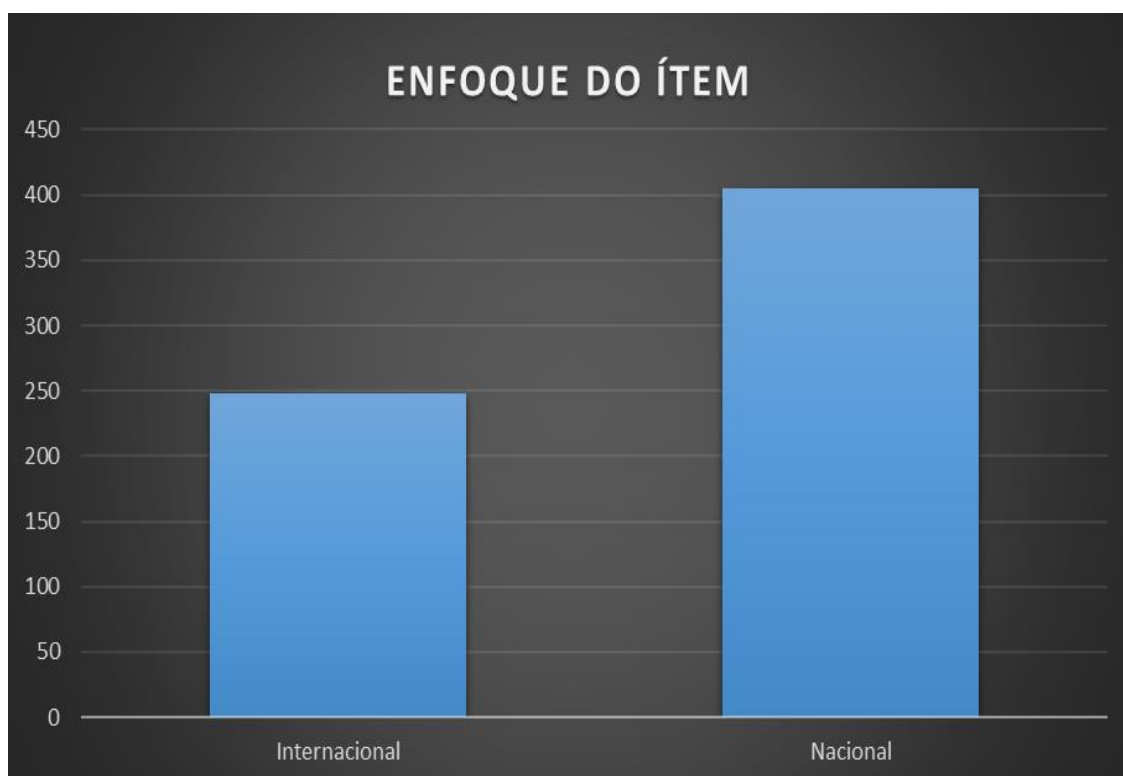


Gráfico 13 - Quadro Comparativo do total na categoria Enfoque do Item
Fonte: do autor (2020)

É importante salientar que dentro do quesito Internacional, além da localização da origem da matéria também foram consideradas pautas que tiveram como fonte pesquisas realizadas por instituições internacionais.

No Anexo III (p. 324) é possível observar mais detalhadamente o percentual de cada veículo para o quesito enfoque.

Também foi possível constatar que os jornais pesquisados exploraram em sua maioria temas relacionados ao país, proporcionalmente é possível constatar que as publicações estrangeiras apresentaram também matérias sobre outros países, inclusive com o *The New York Times* apresentando mais matérias com enfoque internacional, além do Brasil como observado no gráfico 14:

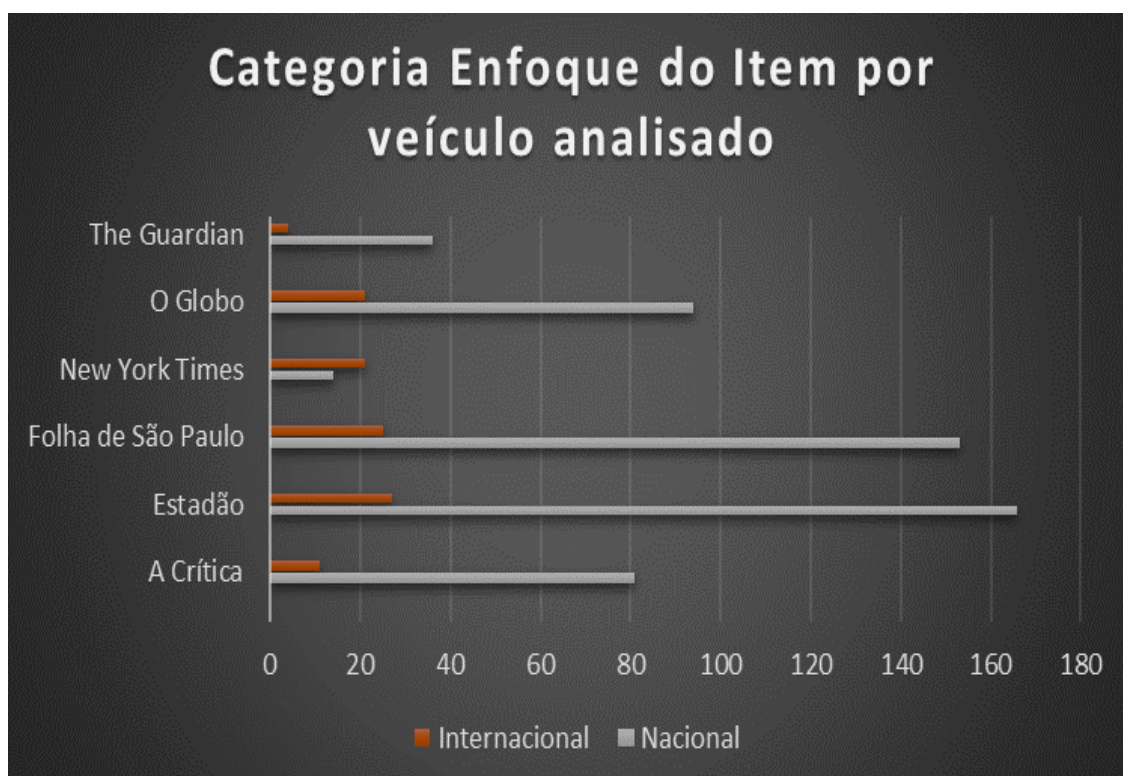


Gráfico 14 - Comparativo enfoque do item por veículo
Fonte: do autor (2020)

5.5. A escolha dos gêneros jornalísticos na produção de pautas sobre a Amazônia e seus campos discursivos

Outro item escolhido para este trabalho foram as opções por gêneros jornalísticos. Seguindo o modelo metodológico formalizado por Traquina (2013), selecionamos dois gêneros que serão descritos nesse capítulo.

Costa (2013) identifica gênero jornalístico como:

um conjunto de parâmetros textuais selecionados em função de uma situação de interação e de expectativa dos agentes do fazer jornalístico, estruturado por um ou mais propósitos comunicativos que resulta em unidades textuais autônomas, relativamente estáveis, identificáveis no todo do processo social de transmissão de informações por meio de uma mídia/suporte. (COSTA, 2013, p. 47)

5.5.1. Jornalismo informativo: narrativas objetivas e descritivas

Apesar de parecer lógico aos olhos da maioria da pessoa, a difusão da informação por parte do jornalismo passa por um processo importante quando pensamos nas diferentes formas de redigir um texto. Desde que o jornalismo deixou

de ser amador e com a vinda de novas técnicas e veículos surgem os relatos e a descrição de um acontecimento junto a objetividade e tentativa de imparcialidade junto as pautas publicadas (ERBOLATO, 1991). Espinosa (2000) afirma que o “jornalismo informativo aparece a partir de 1870 e coexiste durante certo tempo com o jornalismo opinativo. Se concentra mais na narração do relato dos fatos do que nas ideias” (ESPINOSA, 2000, p. 171).

Além de características básicas como a aptidão para agrupar diferentes formatos, todos com caracteres comuns, embora diferentes entre si, o gênero jornalístico tem uma importante função social. E do modelo informativo tem a importante função de vigiar e alertar a sociedade ao qual está inserida (COSTA, 2013). O texto informativo geralmente apresenta clareza e urgência sobre o acontecimento a que se refere.

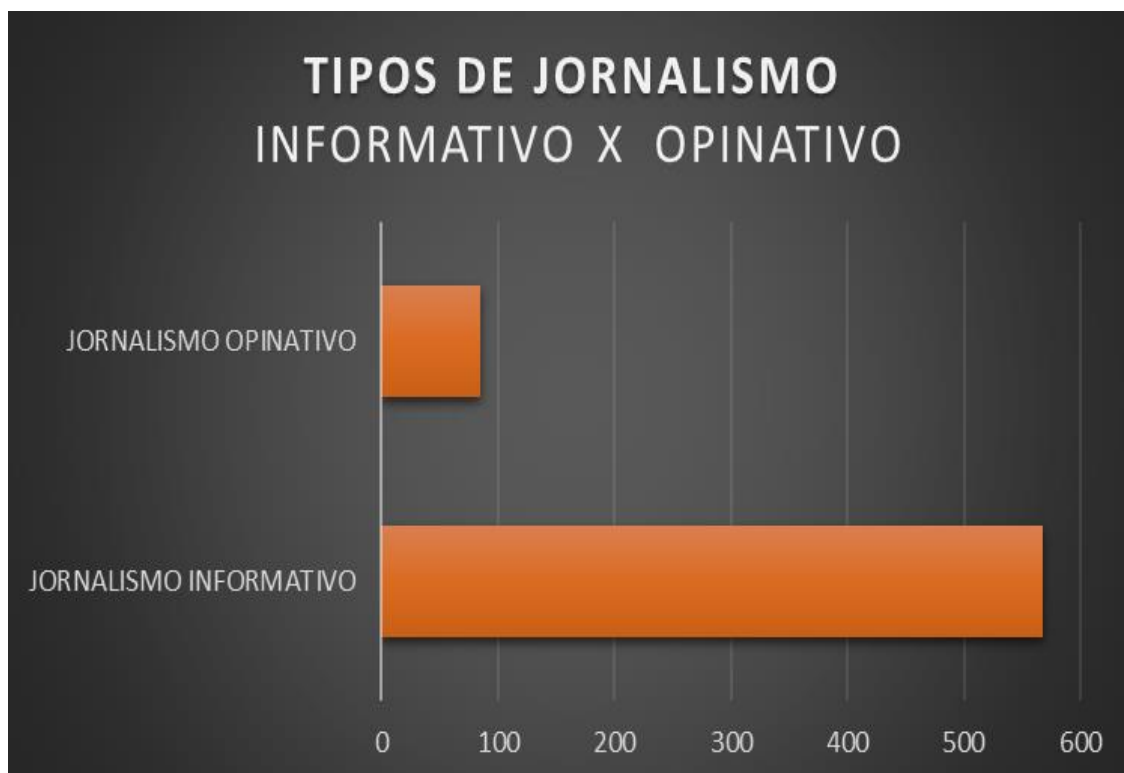


Gráfico 15 - Comparação entre a preferência por tipo de Jornalismo
Fonte: do autor (2020)

Para a realização do trabalho optamos pelos seguintes formatos do jornalismo informativo representados no quadro 4:

Formato	Definição
NOTÍCIA	Relato integral de um fato que já eclodiu no organismo social. Contém necessariamente respostas às perguntas de Quintiliano (QUE + QUEM + QUANDO + COMO + ONDE + PORQUE), transformadas em fórmula jornalística (3Q + CO + PQ). Narrado em “pirâmide invertida”, compõe-se de duas partes: “cabeça” (<i>lead</i>) e “corpo” (<i>body</i>). Privilegia o “clímax” (sensação) evitando a “cronologia” (nariz de cera).
REPORTAGEM	Relato ampliado de algum acontecimento que produziu impacto no organismo social (desdobramentos, antecedentes ou ingredientes noticiosos). Trata-se do aprofundamento dos fatos de maior interesse público que exigem descrições do repórter sobre o “modo”, o “lugar” e “tempo”, além da captação das “versões” dos “agentes”. De autoria originalmente individual, esse formato converteu-se em trabalho de equipe.
ENTREVISTA	Relato que privilegia a versão de um ou mais protagonistas dos acontecimentos. Não se confunde com a técnica de “apuração” dos fatos. Configura uma espécie de relato da alteridade, dando “voz” aos “agentes” da cena jornalística. O repórter assume a função de “mediador”, assumindo empaticamente o papel de “intérprete” do receptor.

Quadro 4 - Formatos do jornalismo informativo classificados por José Marques de Melo
Fonte: COSTA, 2013, p. 55

Tresca (2003) apresenta alguns conceitos que consolidam a interpretação de cada um dos formatos apresentados, conforme podemos observar no quadro 5.

Gênero Relato	
Espécies narrativas	Espécies práticas
reportagem notícia entrevista coluna	roteiros indicadores agendamentos previsão de tempo orientações úteis cartas-consulta

Quadro 5 - Classificação dos gêneros jornalísticos proposta por Manuel Carlos Chaparro
Fonte: Tresca, 2013, p. 89

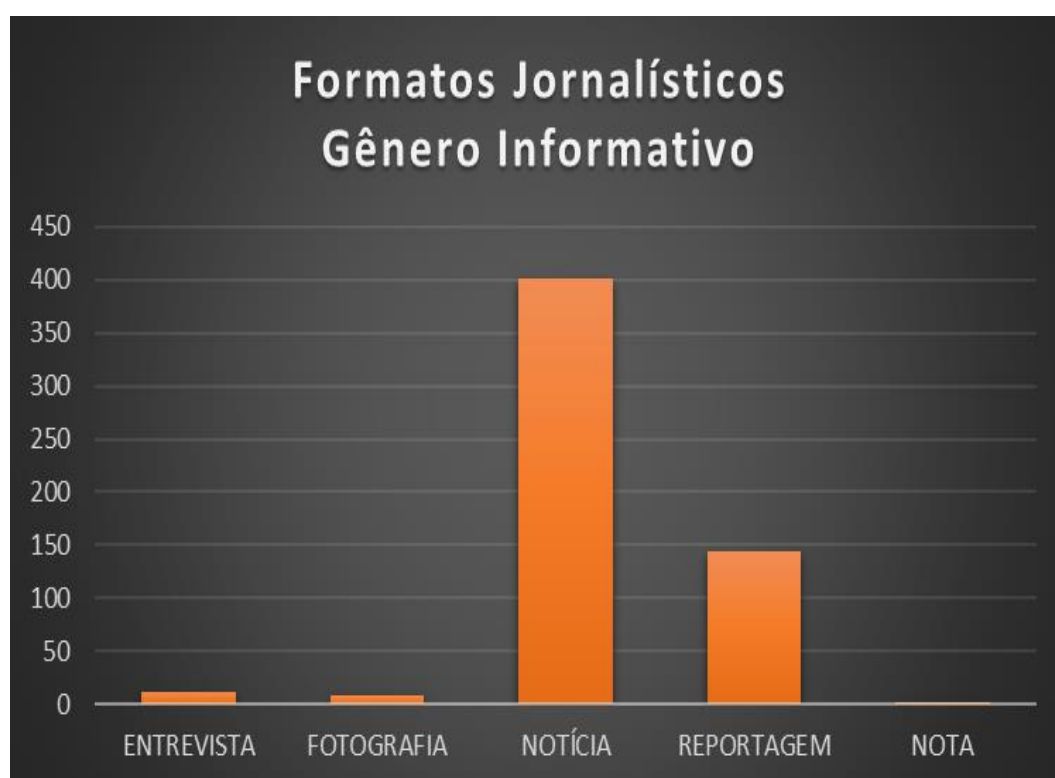


Gráfico 16 - Comparativo formato jornalísticos informativos
Fonte: do autor (2020)

Ao selecionarmos e categorizarmos as 652 matérias analisadas, pudemos observar que o formato **Notícia** foi o mais utilizado, principalmente quando o acontecimento eram fato atual e momentâneo. Porém também constatamos que alguns veículos preferem se aprofundar na temática abordada por meio de reportagens longas e descritivas. O formato Notícia foi amplamente utilizada (62%). A reportagem ficou como a segunda opção de preferência dos veículos (22%), seguida de Entrevista (1,84%) e Fotografia (1,38%). Podemos descrever a preferência de cada veículo analisado por meio do gráfico abaixo:

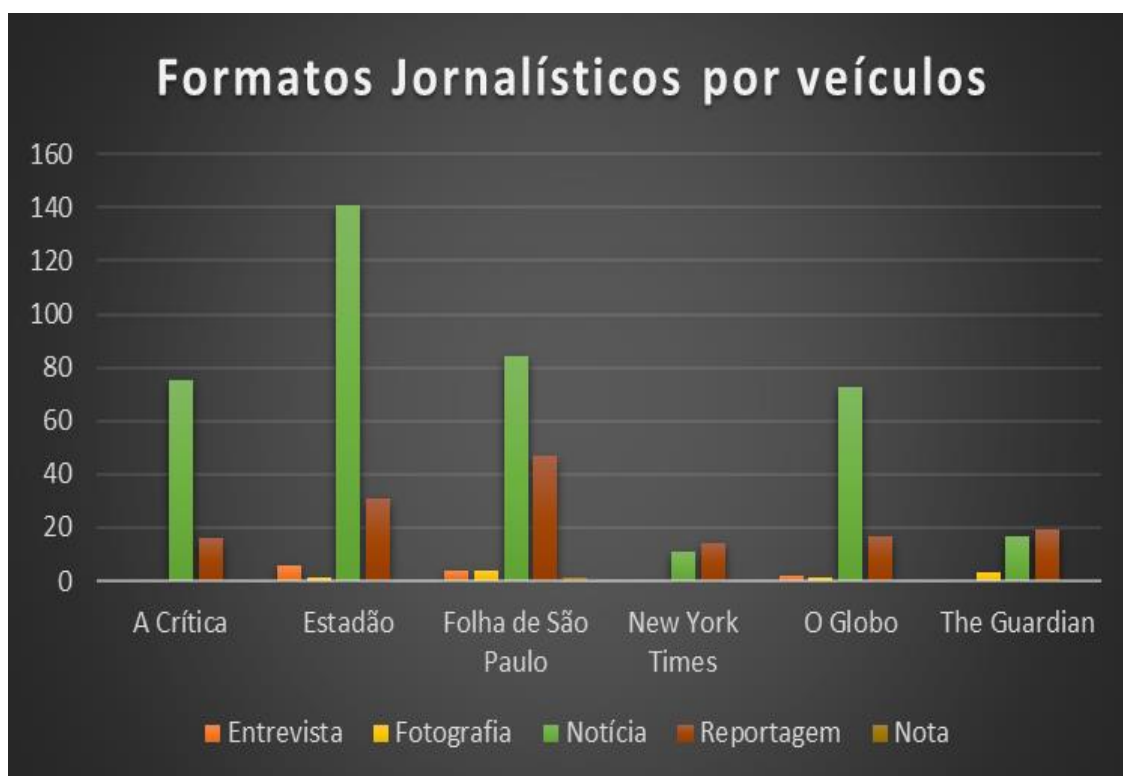


Gráfico 17 - Comparativo formato jornalístico informativo por veículo
Fonte: do autor (2020)

5.5.1.1. A entrevista como propagadora das temáticas ambientais

Alguns dos veículos pesquisados trouxeram entrevistas significativas com pessoas relevantes no cenário amazônico e ambiental.

Os primórdios da entrevista surgem em 1863 quando James Gordon Benenet fez perguntas a Rosina Townsend, proprietária de um bordel em Nova York no qual havia acontecido um assassinato (ERBOLATO, 1993). O dicionário *Aulette* (2007) define o formato entrevista como, “Diálogo conduzido por um jornalista com o fim

de realizar matéria sobre a pessoa escolhida ou assunto de sua especialidade” (AULETTE, 2007, s/p).

O objetivo da entrevista é trazer um olhar de quem faz parte de algum acontecimento, como define do *Manual de Redação da Folha de São Paulo* (2008, p. 40), um dos jornais pesquisados na Tese:

A finalidade de caracterizar um texto jornalístico como entrevista é permitir que o leitor conheça opiniões, ideias, pensamentos e observações de personagens da notícia ou de pessoas que tem algo relevante a dizer. Em geral a Folha adota o estilo indireto ao publicar entrevistas.

Pode-se editar a entrevista na forma de pergunta e resposta (pingue-pongue) quando o entrevistado está em evidência especial ou diz coisas de importância.

Erbolato (1993, p. 159) classifica as entrevistas sob quatro aspectos conforme o quadro abaixo:

1) Como geradora de matéria jornalística
a) de rotina
b) caracterizadas
2) Quanto aos entrevistados
a) individual
b) de grupos (subdivididas em enquete e pesquisa)
3) Quanto aos entrevistadores
a) pessoal
b) coletiva (subdividas em coletiva de imprensa e <i>pool</i>)
4) Quanto ao conteúdo
a) Informativa
b) opinativa
c) ilustrativas ou biográficas

Quadro 6 - Classificação das entrevistas segundo Erbolato
Fonte: Erbolato (1993)

Também é possível verificar que veículos nacionais de grande circulação (*Folha de São Paulo*, *Estado de São Paulo* e *O Globo*) foram os que utilizaram o formato entrevista. A falta de uma entrevista sobre acontecimentos durante o

período pesquisados com a temática Amazônia nos faz refletir sobre o distanciamento do jornal local (*A Crítica*) sobre o tema. O estado do Amazonas possui uma universidade federal, uma universidade estadual e um instituto de pesquisas, portanto é um grande gerador de fontes.

Apesar do levantamento e análise das entrevistas produzidas no período da pesquisa não iremos entrar nos conceitos de cada classificação, sendo este quadro apenas para fins de informação. O formato entrevista foi utilizado 12 vezes pelos veículos de comunicação o que representa 1,84% do total do escopo conforme demonstrado na figura abaixo:

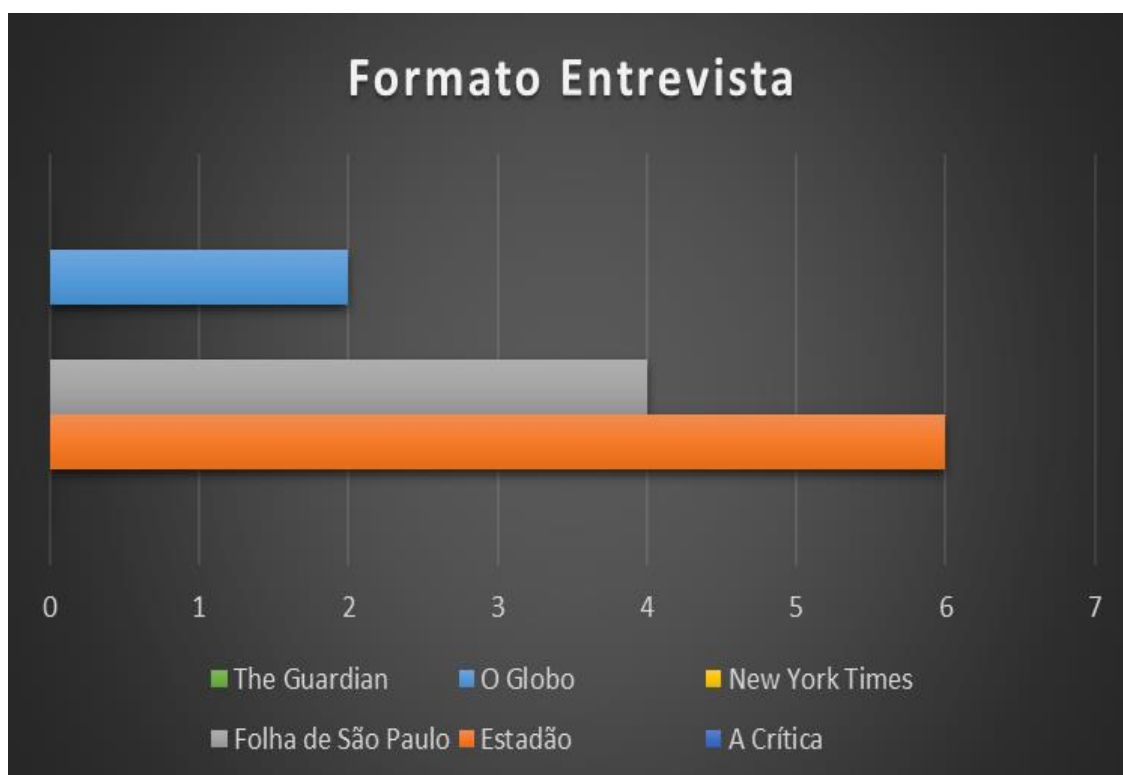


Gráfico 18 - Comparativo de matérias Formato Entrevista entre os veículos pesquisados
Fonte: do autor (2020)

Uma das entrevistas foi publicada pelo Jornal *O Globo* em 18/09/2017, onde o entrevistado foi o Biólogo estadunidense Thomas Lovejoy, o pioneiro na palavra Biodiversidade e um dos fundadores de projeto que investiga os efeitos do desmatamento na fauna e na flora. Outra entrevista que pode ser destacada foi publicada pelo jornal *O Estado de São Paulo* em 20/10/2017 e tem como tema a possibilidade de se aumentar a produtividade pecuária e agrícola na Amazônia sem precisar aumentar às áreas de plantio e pasto.

Cerca de 76 milhões de hectares já foram desmatados na Amazônia, considerados com corte raso – uma área equivalente a três vezes o Estado de São Paulo. A proposta de sustentabilidade é intensificar a produção agropecuária nessas áreas já desmatadas. Como? Com sistemas agroflorestais, sistemas integrados lavoura-pecuária e lavoura-pecuária-floresta, que utilizam uma mesma área para várias culturas. (LOVEJOY, 2017)

Agropecuária na Amazônia: É possível produzir sem desmatar, diz pesquisador da Embrapa

Basta aproveitar melhor as áreas que já foram abertas, com boas práticas agrícolas e boa tecnologia, garante o especialista Eduardo Assad. Ele será um dos palestrantes do próximo USP Talks, sobre modelos de desenvolvimento para a Amazônia, dia 25 de outubro

Herton Escobar
20 de outubro de 2017 | 19h24



Pecuária, agricultura e floresta em Mato Grosso. Foto: Tiago Queiroz/Estadão

Madeira, gado, soja. Esse tem sido o cardápio de exploração econômica da Amazônia até agora, com perdas significativas de cobertura florestal ao longo das décadas. A retórica de que é preciso derrubar a Amazônia para produzir riqueza, porém, não encontra mais sustentação nos fatos. “Não há nenhuma necessidade de se aumentar o desmatamento para aumentar a produção agropecuária. Esse argumento é ultrapassado”, diz o pesquisador Eduardo Assad, da Embrapa Informática Agropecuária.

Os 76 milhões de hectares já desmatados, segundo ele, são mais do que suficientes para aumentar a produção de carne e grãos — basta fazer um melhor uso dessas terras. “Se considerarmos as boas práticas agrícolas e as condições mais adaptadas de manejo e conservação dos solos da região amazônica, a possibilidade de termos uma agricultura mais sustentável na região é muito grande”, diz o pesquisador, um dos maiores especialistas no assunto no país (leia entrevista abaixo).

DESTAQUES EM CIÊNCIA



Asteróide do tamanho de um carro passou perto da Terra no fim de semana

ANÚNCIOS Google

Enviar comentários

Anúncio? Por quê? ⓘ

Create, edit, and eSign all in one place.

Nitro Productivity Suite

Buy Now

nitro

Figura 21 - Entrevista O Estado de São Paulo em 20/10/2017¹⁴

Fonte: Folha de São Paulo (2017)

5.5.1.2. Quando uma imagem vale mais que mil palavras

Apesar de não constar na definição de Melo (2013) sobre as técnicas do jornalismo informativo, resolvemos incluir o formato Fotojornalismo dentro das categorias escolhidas, pois entendemos que a imagem é uma ferramenta importante de divulgação principalmente quando falamos das temáticas ambientais.

Conforme Ciro Marcondes Filho (2014, p. 383), em seu *Dicionário da Comunicação*, a fotografia é o processo pelo qual uma imagem é registrada em uma câmera escura contendo uma superfície sensível à luz, seja por meio de processo químico atuando em filme fotográfico ou de processo eletrônico atuando no sensor

¹⁴ Disponível em: <<https://tesefabriciofonsecaangelo.blogspot.com/2021/04/agropecuaria-na-amazonia-e-possivel.htm>>.

das câmeras digitais”. A fotojornalismo com a temática amazônica já vem se concretizando como o principal meio de divulgação dos acontecimentos que lá ocorrem. O crescimento da internet e consequentemente das mídias digitais vem facilitando a transmissão e compartilhamento das imagens a longo alcance. Profissionais reconhecidos como Araquém Alcantara e Sebastião Salgado vem colecionando prêmios internacionais com pautas relacionadas a Amazônia.

O recurso visual do jornalismo moderno deve ser entendido como uma possibilidade complementar e suplementar à informação textual. Não serve apenas para arejar a página ou valorizar a notícia, tampouco para preencher eventuais vazios que a falta de planejamento tenha criado. Em geral, a foto é uma decorrência da agenda de assuntos já contemplados pelo jornal, o que não quer dizer que ela deva se limitar a isso. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2008)

Ao selecionarmos as fotografias que representaram fatos sobre a Amazônia optamos por aquelas que normalmente estão inseridas na galeria de foto, podendo estar relacionada a um texto noticioso ou apenas sendo a representação do acontecimento em si (*features photos*). Para Sousa (2002, p. 5),

O fotojornalismo é uma atividade singular que usa a fotografia como um veículo de observação, de informação, de análise e de opinião sobre a vida humana e as consequências que ela traz ao Planeta. A fotografia jornalística mostra, revela, expõe, denuncia, opina. Dá informação e ajuda a credibilizar a informação textual. Pode ser usada em vários suportes, desde os jornais e revistas, às exposições e aos boletins de empresa. O domínio das linguagens, técnicas e equipamentos fotojornalísticos é, assim, uma mais-valia para qualquer profissional da comunicação.

Em nossa análise foram encontramos nove materiais dentro desse formato, o que representou 1,38% do total avaliado. Os jornais que mais utilizaram essa forma de veiculação de informação foram o inglês *The Guardian* com três matérias e a *Folha de São Paulo* com quatro fotografias o intenso desmatamento que ocorre no Amapá devido ao Agronegócio. Uma das matérias do *The Guardian*, intitulada de *Brazil's forgotten state: oil and agribusiness threaten Amapá forests – in pictures*, aborda por meio de uma galeria de fotografias o aumento de degradação da floresta amazônica do Amapá devido a crescente exploração de petróleo e aumento de áreas para agricultura e pecuária.



Figura 22 - Galeria matéria The Guardian em 16/02/2017¹⁵

Fonte: The Guardian (2017)

O gráfico abaixo demonstra o comparativo entre as publicações pesquisados na categoria Formato **Fotografia**:

¹⁵ Disponível em: <<https://www.theguardian.com/environment/gallery/2017/feb/16/brazils-forgotten-state-oil-agribusiness-threaten-amapa-forests-in-pictures>>.

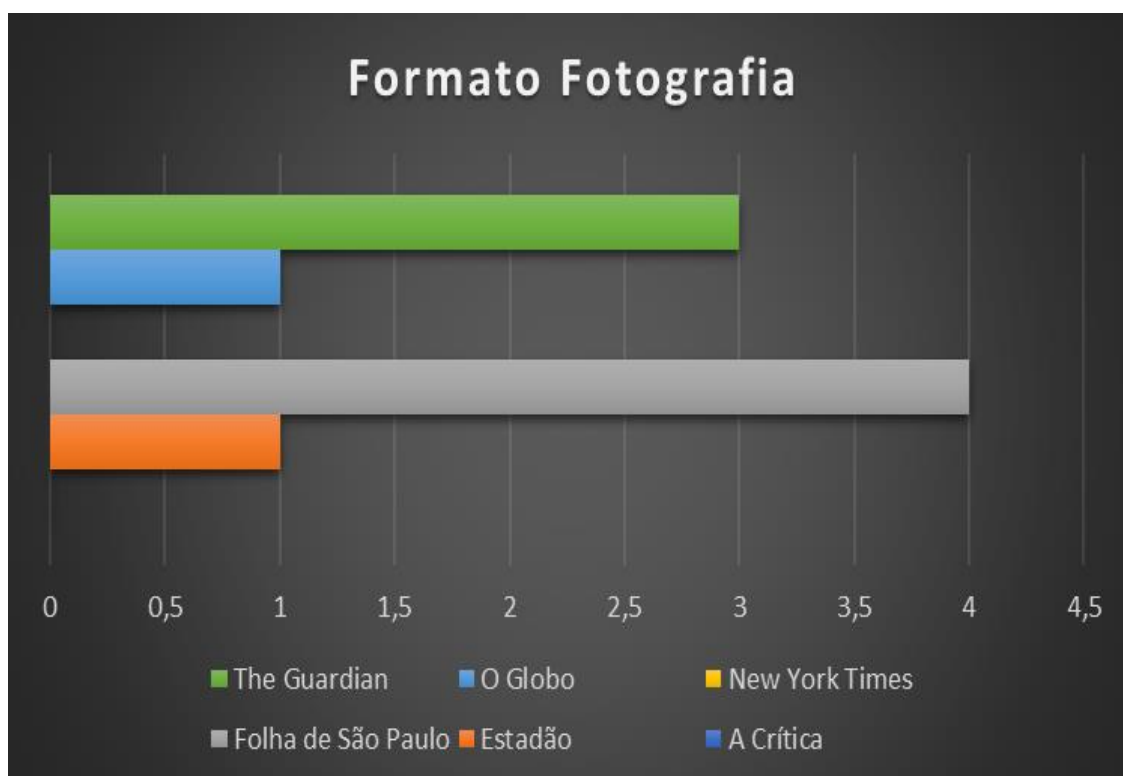


Gráfico 19 - Comparativo Formato Fotografia entre os veículos pesquisados
Fonte: do autor (2020)

5.5.1.3. Notícia: matéria prima do Jornalismo

Muitos fatos acontecem no mundo durante as 24 horas do dia, antes da internet alguns desses acontecimentos era captados, apurados, descritos e passavam pelo crivo do editor, era ele quem decidia o que seria divulgado aos leitores, aos espectadores e radiouvintes. Hoje essa informação, mesmo muitas vezes descontextualizada, inverídica ou sensacionalista chega com a velocidade do piscar de olhos. São inúmeros veículos digitais produzindo e difundindo as notícias e reportagens, em todas as plataformas.

Lembro de uma colega professora socióloga que uma vez convidada a dar uma palestra em minha aula de Gêneros Jornalísticos disse que a ideia de mundo que conhecemos só é possível graças as notícias veiculadas pelo jornalismo. Bourdieu (1998) afirma que os jornalistas têm lentes especiais através das quais veem certas coisas e não veem outras, e através das quais veem as coisas que veem da forma especial porque as veem. E a principal ferramenta de transmissão dessas “coisas” é a matéria prima do jornalismo, a **Notícia**.

As notícias são mensagens sobre acontecimentos recentes que surgem no conflito existencial do ser humano e da sociedade. Pinto (2016) destaca que a

notícia além de ter que apresentar um fato novo, também devem representar uma combinação de importância e interesse. Há algumas muito importantes, mas pouco interessantes, e outra muito interessantes, mas não tão importantes. Uma informação será tanto mais forte, e atrairá mais o leitor, quanto mais dessas características tiver. A notícia é um relato algum acontecimento recente, que deve ter um texto objetivo e claro. Esse tipo de formato jornalístico é o mais comumente utilizado nos veículos de comunicação, principalmente nesse momento em que a rede permite o compartilhamento de informação praticamente em tempo real.

Um dos momentos mais importantes do jornalismo, o chamado **Furo**, está cada vez mais distante de seus conceitos primordiais, assim como a notícia vem deixando de ser apenas um relato sobre o fato e buscando uma maior profundidade, mas sempre mantendo a objetividade, a veracidade e o interesse público, exigências desde os primórdios do Jornalismo (ERBOLATO, 1993).

Uma das notícias levantadas durante a pesquisa foi escrito pela repórter Silane Sousa do jornal *A Crítica* e tem como pauta um estudo afirmando que o desmatamento na Amazônia pode provocar uma redução de 25% no regime de chuvas. Apresenta duas fontes e a conclusão do artigo publicado. Um dos trechos do texto diz que:

O desmatamento pode provocar uma redução de 25% no regime de precipitação de chuva de um lugar e aumentar na mesma proporção esse regime em outra área da mesma região. Isto quer dizer que o desflorestamento causa um deslocamento da disposição do vapor d' água na atmosfera. O fato foi observado em Rondônia, que tem 52% de sua área desmatada. Ainda não se sabe se o efeito também ocorre nos demais estados da Amazônia. É preciso fazer novos estudos para chegar a essa conclusão, apontam pesquisadores. (SOUSA, 2017)



Figura 23 - Notícia publicada pelo A Crítica em 26/03/2017¹⁶

Fonte :A Crítica (2017)

Outra notícia foi publicada pelo repórter Dimmi Amora do jornal *Folha de São Paulo* ressalta a fala do Ministro do Meio Ambiente na época, José Sarney Filho, sobre uma redução no desmatamento do bioma Amazônico intitulada “Ministro afirma que desmatamento na Amazônia está em queda neste ano” está dentro das características citadas no tese. Um dos trechos da notícia destaca que

O ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, afirmou nesta terça-feira (21) que dados preliminares apontam queda nos índices de desmatamento na Amazônia em 2017. Após quase uma década de queda, os índices começaram a subir, principalmente a partir de 2015. No ano passado, foram quase 8.000 quilômetros quadrados desmatados na região. (AMORA, 2017, s/p.)

¹⁶ Disponível em: <<https://tesefabriciofonsecaangelo.blogspot.com/2021/04/estudo-revela-que-desmatamento.html>>.



Figura 24 - Notícia publicada pelo jornal Folha de São Paulo em 21/03/2017¹⁷

Fonte: Folha de São Paulo (2017)

Dentre as matérias analisadas verificamos que o formato **Notícias** aparece 401 vezes (61, 5%), sendo o formato jornalístico mais utilizado pelos veículos. Apesar da maioria seguir os padrões tradicionais com leads bem objetivos, algumas outras se assemelham a pequenas reportagens, mas com temporalidade atual. Na figura XII é possível perceber a diferença entre esse e os outros formatos pesquisados. O veículo que apresentou mais notícias sobre a Amazônia foi o *Estado de São Paulo* com 141 (21, 63%). A *Folha de São Paulo* aparece em segundo com 84 matérias (12,88%). Depois temos o *Globo* com 11,2%, *A Crítica* 11,5%, *The Guardian* com 2,61% e *The New York Time* apresentando 1,69% da amostra total.

¹⁷ Disponível em: <<https://tesefabriciofonsecaangelo.blogspot.com/2021/04/ministro-afirma-que-desmatamento-na.html>>.

Dentro dos critérios definidos pelo *Manual de Redação da Folha de São Paulo* citados no quadro IV, podemos afirmar que o termo **Proximidade** foi um dos principais verificado junto as matérias do jornal *A Crítica*, provavelmente por ser o único localizado na região do bioma. Os critérios **Apelo e Empatia**, também foram muito utilizados para aproximar os leitores dos temas que impactavam a Amazônia. Como afirmamos neste capítulo o critério **Ineditismo** fica mais distante devido as diversas ferramentas de veiculação de informação na era das mídias digitais.

No gráfico abaixo é possível perceber a diferença entre a produção de Notícias pelos veículos apurados.

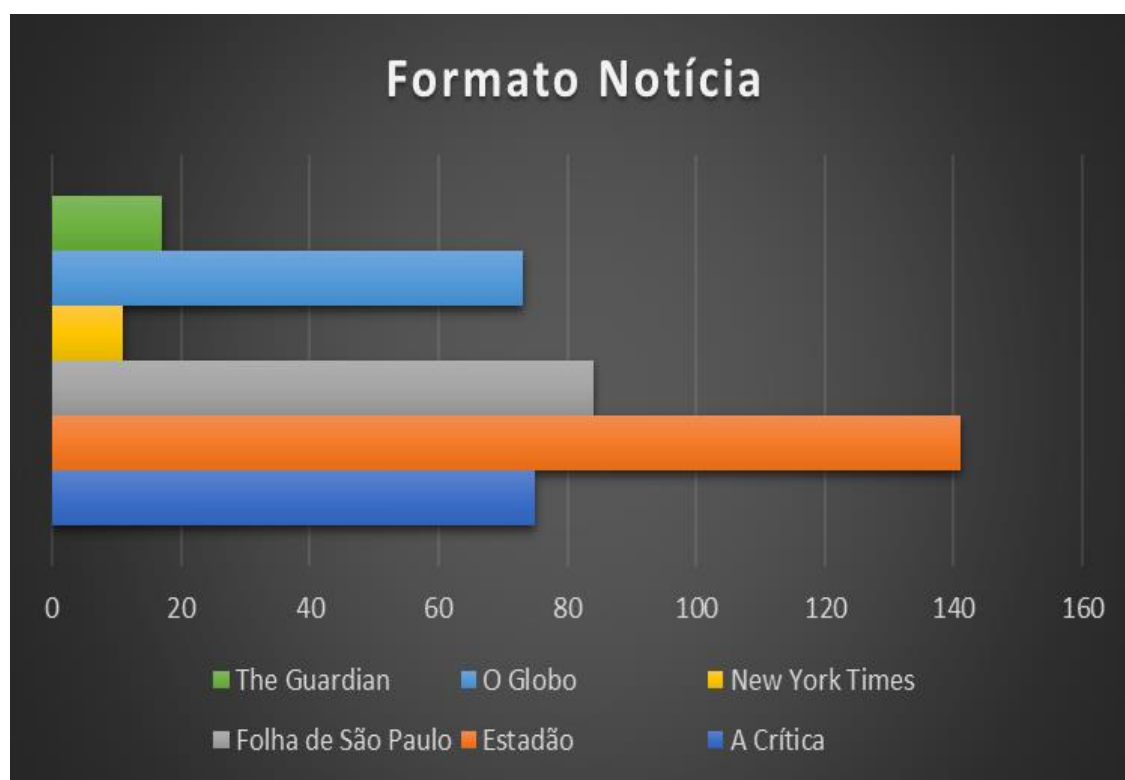


Gráfico 20 - Comparativo Formato Notícia entre os veículos pesquisados
Fonte: do autor (2020)

5.5.1.4. A reportagem: quando o jornalismo descreve os fatos contando histórias

Como última categoria do gênero Jornalismo Informativo, nesse subcapítulo abordaremos o formato **Reportagem**. Pessoalmente, como jornalista eu sempre preferi escrever reportagens, pois acredito que a essência do jornalismo está na

apuração, na busca pelos diferentes ângulos do assunto, na diversidade dos entrevistados, mesmo que demande um pouco mais de tempo e paciência.

Diferente da notícia, a reportagem é um texto que não depende necessariamente da temporalidade. Mesmo sendo relativo a um fato passado é impossível produzir pautas aprofundadas sobre assuntos que tem extrema relevância. A temática ambiental, principalmente por suas diferentes nuances, é objeto de reportagens constantemente. Por serem textos que exigem mais dedicação do profissional, normalmente tem um prazo maior para a *deadline*. Os jornais por serem diários geralmente optam por publicá-las nas edições dominicais, normalmente maiores.

A reportagem surge no século XIX, como uma forma de retornar ao estágio literário substituído pela *penny press*. A ideia do texto somente factual vai se enfraquecendo frente as novas exigência dos relações públicas das empresas que financiam, por meio da publicidade, as publicações. Era hora de os jornais voltarem a contar histórias e não meramente relatarem os fatos (SCHUDSON, 2010).

A vida em sociedade era bem mais dinâmica do que antes; tudo mudava rapidamente. A realidade deveria ser tão fascinante quanto à ficção e, se não fosse, era preciso fazê-la ser. Foi então que nasceram a reportagem e seu instrumento, o repórter.

Do ponto de vista técnico, escritores de folhetins e jornalistas obrigaram-se a reformar a modalidade escrita da língua, aproximando-a dos usos orais ou cultivando figuras de estilo espetaculares, ora exagerando no sentimentalismo, ora incorporando a invenção léxica e gramatical das ruas. Repórteres passaram a ser bajulados, temidos e odiados. A reportagem colocou em primeiro plano novos problemas como discernir o que é privado, de interesse individual, do que é público, de interesse coletivo; o que o Estado pode manter sigilo e o que não pode, os limites éticos do comércio e os custos sociais da expansão capitalista. (LAGE, 2001, p. 17)

Quando falamos em reportagem, falamos em histórias sendo contadas pela visão do repórter com o amparo de fontes, imagens, muitas vezes com longas narrativas e a utilização de intertítulos. Uma das principais características da reportagem é a apuração, muitas vezes fundamentada em longas pesquisas e inúmeras entrevistas. A pluralidade das fontes também é um dos aspectos desse formato. Para Erbolato (1993), “a notícia revestida de interesse humano, que mostre as dificuldades, os prazeres e a história de cada pessoa e que tenha lições a oferecer ao próximo, e que mais os leitores se interessam” (ERBOLATO, 1993, p. 182).

Apesar de requerer mais prazos para sua produção, a reportagem é principal fórmula textual de revistas e sites especializados. É a reportagem que cria um nicho

de leitores ávidos por alguma temática específica. E assim é o Meio Ambiente, apesar das publicações impressas terem reduzido drasticamente nesses últimos anos, temos diversos veículos na rede de computadores que tem as questões ambientais e a Amazônia como assunto chave. Podemos citar páginas como Amazônia Real, Revista Digital Envolverde, Revista do Meio Ambiente, O Eco entre outros de grande importância para o cenário do jornalismo ambiental. Todos trazem em sua maior parte o formato reportagem.

Enquanto contados como histórias, os relatos são ornamentados como adornos retóricos, canções e um toque pessoal, e é através das histórias que as pessoas geralmente compreendem os acontecimentos em termos humanos. É a diferença entre o simples registro (como a notícia) e uma história (como a reportagem) reside não na qualidade dos acontecimentos, mas no modo como são narrados. Desenvolveu-se a percepção de que o registro era a verdadeira forma de informar, enquanto as histórias eram simplesmente diversão, e no jornalismo as duas tornaram-se distintas, tanto na forma como na dicotomia *hard/soft*. O registro não é mais um reflexo da realidade em todos os seus aspectos do que a história. (TUCHMAN, 1999, p. 258)

Entre as reportagens avaliadas destaco uma reportagem da *Folha de São Paulo*, publicada em 2018 baseada em uma pesquisa publicada na revista *Nature* que mostra a conexão das atividades exploratórias na Amazônia com os paraísos fiscais. Ela tem as características de reportagem, como texto aprofundado, galeria de fotos, infográficos, diversidade de fontes, entre outras. O trecho abaixo demonstra como o repórter Reinaldo José Lopes deu uma maior profundidade a pauta:

O grupo analisou as informações disponíveis sobre nove empresas —Bertin, JBS, Marfrig, Minerva (todas do setor de carne), Bunge, Cargill, Archer Daniels Midland, Amaggi e Louis Dreyfus (do setor da soja). O primeiro grupo, no período estudado, correspondia a mais de um terço da capacidade total de abate no país, enquanto o segundo equivalia a cerca de metade da capacidade nacional de processamento de soja. Resultado: dos US\$ 26,9 bilhões (em valores não corrigidos —cerca de R\$ 102 bilhões) transferidos do exterior para essas nove empresas no período estudado, US\$ 18,4 bilhões (quase 70% —aproximadamente R\$ 70 bilhões) vieram de paraísos fiscais. (LOPES, 2018, s/p)



Figura 25 - Matéria Carne, soja e pesca na Amazônia têm ligações estreitas com paraísos fiscais¹⁸

Fonte: Folha de São Paulo (2018)

Em nossa análise verificamos que, do total pesquisado de 652 itens, foram 144 caracterizadas como **Reportagem** (22%). Entre os veículos, o formato foi utilizado muito pelo jornal *Folha de São Paulo* com 47 matérias (32,64%), seguido pelo *Estado de São Paulo* com 31 (21,53%) e o *The Guardian*, com 19 (13,19). Importante destacar que assim como o formato Notícia, o formato Reportagem foi utilizado em por todos os veículos.

O gráfico abaixo faz a comparação entre a preferência pelo formato junto as publicações pesquisadas.

¹⁸ Disponível em: <<https://tesefabriciofonsecaangelo.blogspot.com/2021/04/carne-soja-e-pesca-na-amazonia-tem.html>>.

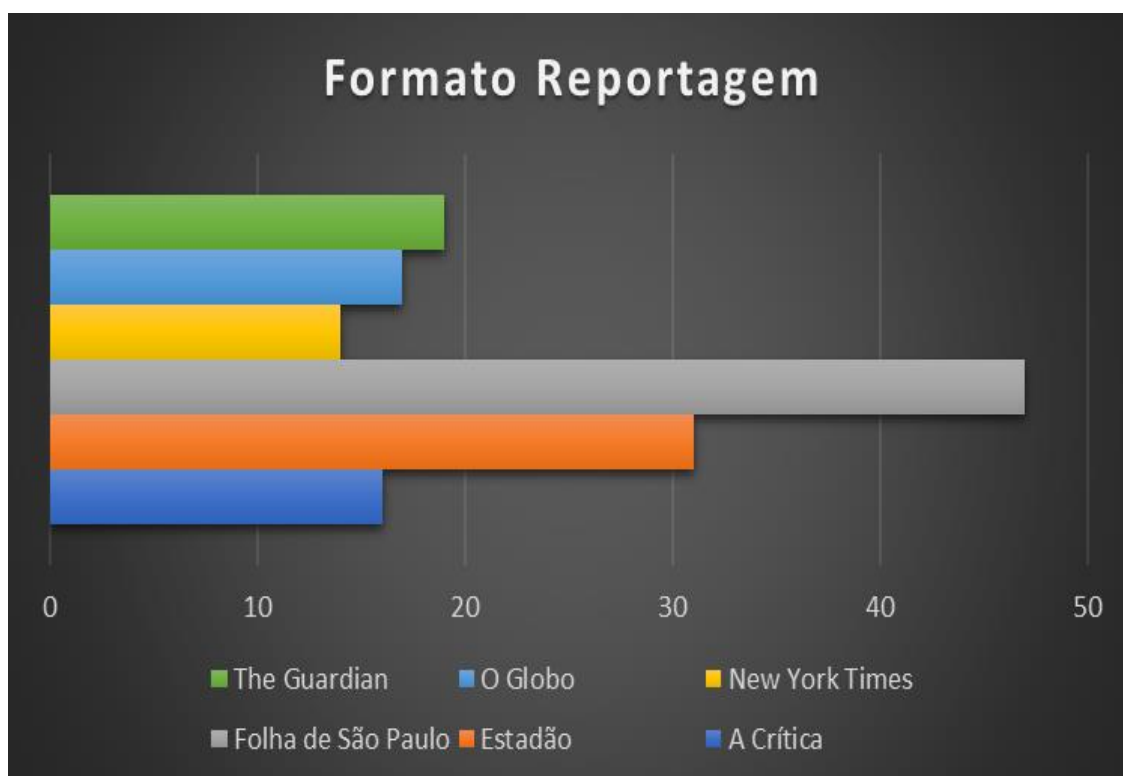


Gráfico 21 - Comparativo Formato Reportagem entre os veículos pesquisados
Fonte: do autor (2020)

5.5.2. Jornalismo opinativo: informação e ponto de vista

O outro gênero jornalístico abordado na pesquisa é o Opinativo. Ele representa a divulgação da informação por meio de colunistas e especialistas que além de repassarem os fatos também comentam sobre a repercussão e seu desfecho. No Brasil o jornalismo nasce por meio de textos opinativos publicados por Hipólito da Costa, em seu *Correio Braziliense*, direto de Londres. Costa publicava textos críticos em relação aos membros da realeza portuguesa que abandonaram seu país e vieram morar em sua colônia sul-americana. Para Costa (2013, p. 56),

mesmo com as transformações decorrentes da internet, notadamente com páginas de ‘jornalismo pessoal’, os blogues em que o produtor da informação pública textos mistos, em que informação e opinião imbricam-se na interpretação dos fenômenos sob o ponto de vista pessoal, a literatura mostra que, no jornalismo, os formatos pouco se modificaram nos últimos anos.

É interessante perceber como a distinção entre notícia e opinião foi sendo construída historicamente e ideologicamente. Visando atingir uma parcela mais ampla da sociedade, algumas estratégias (a exemplo da divisão entre textos opinativos e informativos) foram adotadas pelos empresários envolvidos na

produção de informações, sobretudo ao longo do século XIX (MARQUES; MONTALVERNE, 2014).

A utilização de textos factuais se inicia com o rompimento do modelo de imprensa com os movimentos políticos da época. Mesmo assim o gênero opinativo se manteve fortalecido em diversas editorias como veremos a seguir. No início se cria o editorial, também intitulados como Opinião, em alguns veículos, e outros espaços nos jornais vão sendo criados para incluir os textos opinativos. Shudson (2010) destaca que:

opiniões são o território particular do editorialista. O espírito do jornalismo moderno exige que a notícia e o editorial se mantenham distintamente independentes. Uma ocupa-se dos fatos; o outro, de interpretações teóricas, e é tão perigoso misturar os dois no jornalismo como o seria combinar igreja e estado no sistema governamental. (SHUDSON, 2010, p. 98)

O gênero opinativo já está consolidado e vem aumentando em todas as formas de veículos, tanto na televisão quanto na internet. Reconhecemos que a simples emissão de opinião sobre determinado assunto não faz com que a informação seja considerada como jornalística, pois como uma atividade consolidada, o jornalismo tem seus métodos de ação e acima de tudo princípios éticos, estes estabelecidos no código de ética da profissão. Por se tratar de crenças pessoais, o texto opinativo por muitas vezes fere convicções contrárias à do jornalista.

os veículos de comunicação se movem na direção que lhes é dada pelas forças sociais que os controlam e que refletem também as contradições inerentes às estruturas societárias que existem. Como mecanismo de direcionamento ideológico, a opinião, segundo o autor, se corporifica no jornalismo já na seleção das incidências observadas no organismo social, materializando-se pela filtragem que sofrem no processo de difusão, seja por omissão, projeção ou redução dessas incidências. (MELO, 2003, p. 75)

O gráfico abaixo (gráfico 22) mostra a preferência dos veículos pelos formatos jornalísticos opinativos.

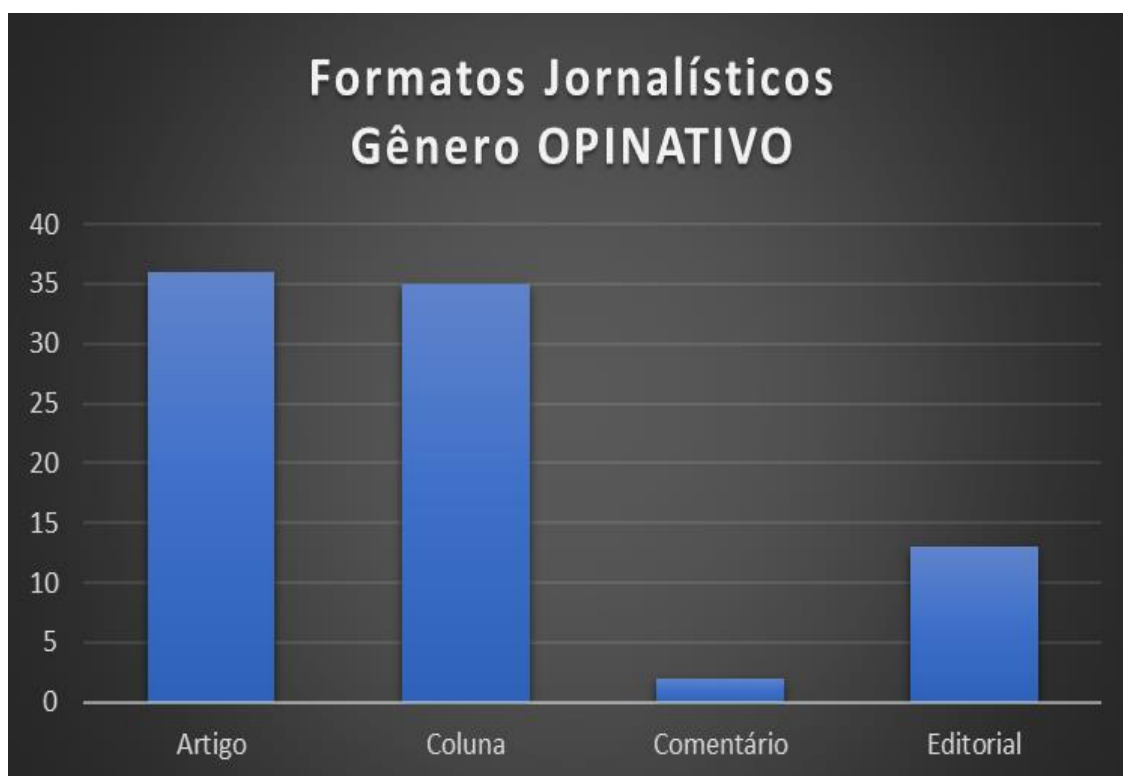


Gráfico 22 - Comparação entre as categorias do Gênero Opinativo
Fonte: do autor (2020)

Em tempos de Idade Mídia, isso vem causando um longo processo de polarização em diversos setores da sociedade. E isso não é diferente quando falamos em questões ambientais e Amazônia. Para fins de caracterização das matérias utilizaremos alguns dos formatos jornalísticos apresentados por Marques que representam o Jornalismo Informativo, conforme o quadro 7:

Editorial	Editorial Expressa a opinião oficial da empresa diante dos fatos de maior repercussão no momento. Porta-voz da instituição jornalística. Espaço de contradições. Opinião das forças que mantêm a instituição jornalística (proprietários, jornalistas, acionistas, anunciantes, leitores). Sinaliza à opinião pública, pretendendo nela influir. Predominante nos jornais, perde intensidade nas revistas, figurando episodicamente no rádio e na televisão e ressurgue na Internet.
Comentário	Comentário oriundo do jornalismo norte-americano, no qual é cultivado por jornalistas de grande credibilidade, mais conhecidos como “ <i>opinion makers</i> ”. Explica as notícias, seu alcance, suas circunstâncias, suas consequências. Nem sempre emite uma opinião explícita. O julgamento dos fatos é percebido pelo raciocínio do comentarista, pelos rumos da sua argumentação. Sua característica inerente é a continuidade. Uma matéria que contém a apreciação de um fato articula-se necessariamente com as que a antecederam e com as que virão.
Artigo	Matéria jornalística através da qual jornalistas e cidadãos desenvolvem ideias e apresentam opiniões. Contém julgamentos mais ou menos provisórios, porque é escrito enquanto os fatos ainda estão se configurando. Democratiza a opinião no jornalismo, possibilitando o seu acesso às lideranças emergentes na sociedade.
Coluna	Mosaico estruturado por unidades curtíssimas de informação e de opinião, caracterizando-se pela agilidade e pela abrangência. Cumpre uma função que foi peculiar ao jornalismo impresso antes do rádio e da televisão: o furo. Tem como espaço privilegiado os bastidores da notícia, descobrindo fatos que estão por acontecer, pinçando opiniões que ainda não se expressaram, ou exercendo um trabalho sutil de orientação da opinião pública. Aparentemente tem caráter informativo, mas na prática é uma seção que emite juízo de valor com sutileza ou de modo ostensivo.

Quadro 7 - Formatos do Gênero Jornalismo Opinativo

Fonte: MARQUES DE MELO (2003)

No anexo V (p. 327), é possível observar com mais detalhes as escolhas de gênero por veículo pesquisado.

5.5.2.1. O Editorial: quando a empresa expressa sua convicção sobre os acontecimentos

Mesmo fortemente caracterizado pelos relatos dos fatos, com objetividade e imparcialidade, o jornalismo se vê muitas vezes compelido a opinar sobre determinados acontecimentos que atingem a sociedade de modo profundo e transformador. A ideia do jornalismo como o fiscalizador do poder público condiciona os profissionais a pensarem que tem a responsabilidade de questionarem e alertarem o leitor sobre certos acontecimentos. Esse espaço é o formato **Editorial**, no qual a publicação apresenta suas considerações sobre fatos relevantes.

Nas palavras de Sousa (2005), “o editorial é um gênero jornalístico argumentativo. Em princípio é no editorial que se dá conta do posicionamento coletivo de um jornal sobre determinado assunto problemático da atualidade. Por isso um editorial é sempre da responsabilidade da direção do órgão jornalístico ou de alguém de sua inteira confiança” (SOUSA, 2005, p. 281).

Beltrão (1980, p. 52) destaca que o formato Editorial possui cinco categorias como podemos observar no quadro 8:

1) Morfologia	artigo de fundo, suelto, nota
2) Topicalidade	preventivo, de ação, de consequência
3) Conteúdo	informativo, normativo, ilustrativo
4) Estilo	intelectual e emocional
5) Natureza	promocional, circunstancial e polêmico

Quadro 8 - Categorias de Editorial segundo Beltrão
Fonte: BELTRÃO (1980)

Um dos editoriais (*O que a Folha pensa*), publicado em 2018 pela *Folha de São Paulo* e intitulado “Faroeste Caboclo”, baseado em uma reportagem, emite opinião sobre a necessidade do aumento de ações de combate ao garimpo ilegal no bioma amazônico.

Parte do texto diz que:

É espantosa a inoperância do poder público diante da crescente calamidade dos megagarimpos ilegais na Amazônia. A omissão tem produzido danos socioambientais talvez irreparáveis. Reportagem publicada por esta Folha mostrou a atitude extrema de índios que decidiram agir por conta própria para enfrentar o problema na Terra Indígena Munduruku e na Floresta Nacional do Crepori, no sudoeste do Pará. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2018, s/p.)

No texto podemos perceber as características citadas por Beltrão e por Melo conforme os quadros apresentados acima.



Figura 26 - Texto opinião Folha de São Paulo em 07/02/2018¹⁹

Fonte: Folha de São Paulo (2018)

Do total das 652 matérias avaliadas, tivemos 13 (2%) textos opinativos no formato Editorial. Lembramos que em alguns jornais esse formato também pode ter a nomenclatura *Opinião*. Dentre os jornais analisados a Folha de São Paulo foi o mais contestador frente aos acontecimentos relacionados a Amazônia. A publicação teve 10 textos de opinião que representa 77% do total. Em seguida temos o Estado de São com 2 editoriais, e o Globo com 1. Os outros não apresentaram o formato durante o período pesquisado.

O gráfico 23 faz uma comparação quantitativas entre os jornais quanto a escolha da categoria editorial:

¹⁹ Disponível em: <<https://tesefabriciofonsecaangelo.blogspot.com/2021/04/faroeste-caboclo-combate-ao-garimpo.html>>.



Gráfico 23 - Comparativo entre as publicações pesquisadas para o formato Editorial
Fonte: do autor (2020)

5.5.2.2. Coluna: Com a palavra, o especialista

A participação de profissionais não jornalistas é uma tradicional forma de jornalismo opinativo. Editorias como Ciência e Esportes demandam conhecimentos técnicos que normalmente não são dominados pelos jornalistas. Apesar do jornalismo vir se especializando e compartimentando, as colunas são muito utilizadas pelas publicações. Podemos citar alguns exemplos como o Biólogo e Jornalista, Marcelo Leite, com sua coluna sobre Meio Ambiente na *Folha de São Paulo*. Também são famosas as colunas sociais que acompanham a vida de pessoas relevantes na sociedade local.

A coluna é um espaço permanente no jornal, normalmente é reconhecida por apresentar o nome do jornalista, sempre o mesmo o título, assim como o assunto abordado e normalmente tem um periodicidade. As colunas também apresentam um tipo de permissividade, depois que adotaram o ideário de informativo e objetivo. Dessa maneira deixam com que o profissional emita sua opinião em um espaço da publicação (STERLING, 2009).

Ainda de acordo com o autor:

Os colunistas têm um trabalho invejável. Quando recebem uma coluna geralmente são escolhidos por sua habilidade de escrita, discernimento e capacidade de interessar os leitores. Além disso, pode-se dizer que a personalidade é o principal característica que distingue o trabalho do colunista daquele do repórter e do redator editorial. O trabalho do repórter é fornecer aos leitores com uma descrição precisa das notícias, escrita da forma mais objetiva possível, mantendo o escritor e suas opiniões pessoais a partir do história. O editorialista deve oferecer aos leitores as posições do jornal (não necessariamente as suas) em várias questões públicas, abstendo-se também de se inscrever no editorial. O colunista, por outro lado, filtra as questões públicas por meio de sua própria personalidade e visão de mundo e na página impressa. Um colunista é menos diretamente vinculado ao ciclo de notícias, pode tomar partido e é livre para empregam uma gama mais ampla de abordagens e redação dispositivos que podem ser usados por outros jornalistas. (STERLING, 2009, p. 317)

Em uma de suas colunas (02/18), o jornalista Marcelo Leite alerta sobre a pressão que a Amazônia vem sofrendo devido as queimadas e como isso podem deixar que um processo intenso de seca o bioma pode atravessar.

Segundo o colunista:

Um artigo de pesquisadores brasileiros e estrangeiros publicado na revista Nature Communications recebeu destaque na imprensa, mas não a atenção devida fora dela. Na esperança vã de provocá-la, vai aqui um resumo da ópera ou do funk, da marchinha, do axé, o que for preciso para cair no gosto popular: A Amazônia está secando, viu? / Queima mais que o filme do Brasil, / Mata vira fumaça sem truque / Pior que o de FHC com Huck. (LEITE, 2018)

No Anexo V (p. 327 a 330) podemos observar os dados comparativos entre os veículos pesquisados para as categorias do jornalismo opinativo.



Figura 27 - Coluna de Marcelo Leite para a Folha de São Paulo em 08/02/2018^{19F20}
 Fonte: Folha de São Paulo (2018)

Em nossa pesquisa foram encontradas 35 matérias relativas ao formato **Coluna**, foram 35 (5,37%) entre as 652 matérias. Quem mais apresentou textos de colunistas foi o jornal *O Globo* com 16 (45,71%) seguido pelo *Folha de São Paulo* com 14 (40%). *A Crítica*, o *The New York Times* e o *The Guardian* não apresentaram o formato, o Estado de São Paulo teve cinco textos de colunistas durante o período. No gráfico 24 é possível ver a comparação entre os veículos para o formato Coluna.

²⁰ Disponível em: <<https://tesefabriciofonsecaangelo.blogspot.com/2021/04/a-amazonia-esta-secando-mas-o-brasil-so.html>>.

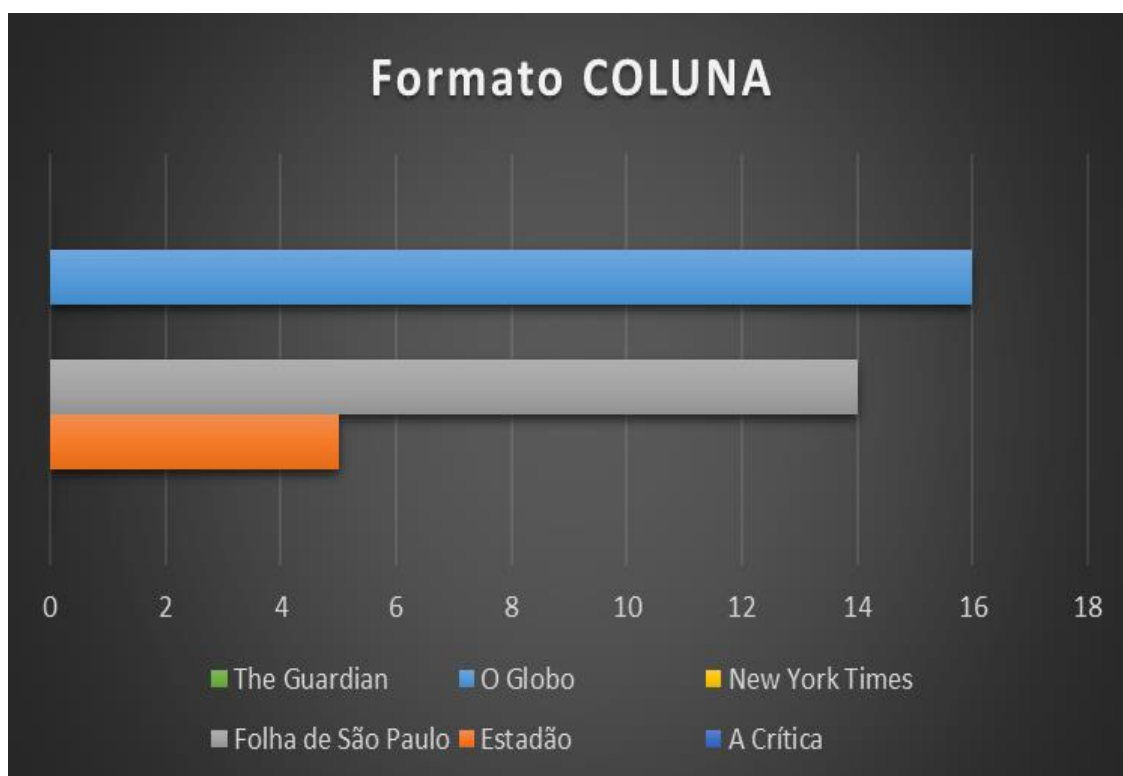


Gráfico 24 - Comparativo Formato Coluna entre os veículos pesquisados
Fonte: do autor (2020)

5.5.2.3. Comentário: Espaço aberto ao debate

Marques de Melo (2003) ressalta que o comentário surge na imprensa como uma reação ao monopólio do editorial. Devido aos acordos e concessões ao Estado, a grupos econômicos, à audiência, tornou-se “incômodo manter o monopólio opinativo que expressava, através do editorial, o ponto de vista das forças diretamente responsáveis pelo funcionamento da empresa jornalística” (MARQUES DE MELO, 2003, p. 134). Normalmente os comentários vem assinados, o que os difere do editorial, e sempre por algum jornalista relevante dentro da organização. Apesar de mais comum no jornalismo radiofônico e televisivo, também é possível observá-lo no meio impresso.

O *Manual da Folha de São Paulo* (2008, p. 31) conceitua o formato Comentário como uma análise da notícia.

Para realizá-la, seu autor, que pode ser repórter, redator, editor ou especialista convidado pelo jornal, além das qualidades necessárias a um comentário (clareza, originalidade, correção e vigor estilístico), deve dispor de elementos concretos e informação fundamentada que justifique suas conclusões.

O comentarista deve ter nítido o seu objeto, precisa reunir leituras e dados seguros e respeito do tema e tem de refletir sobre a relevância de sua análise para a vida pública e para o interesse do leitor.

Um dos comentários apurados durante a pesquisa foi para o *Estado de São Paulo*, intitulado “O TCU e as hidrelétricas na Amazônia”, em que o ex-secretário estadual de Ciência e Tecnologia de São Paulo, José Goldenberg, debate sobre a construção de hidrelétricas no bioma e seus impactos. Em parte de seu texto, Goldenberg defende a construção delas mesmo com os impactos negativos que causam.

Fontes alternativas, como biomassa, energia eólica, pequenas centrais hidrelétricas, energia fotovoltaica e outras, contribuirão, mas sem hidrelétricas o sistema não se mantém em pé. Mesmo que a contribuição de energia eólica – como está ocorrendo – aumente muito, haverá necessidade de armazenar energia quando o vento não soprar ou soprar nas horas erradas. Não é fácil armazenar grandes quantidades de eletricidade, a não ser nos reservatórios das usinas hidrelétricas, e não serão baterias elétricas apenas que o farão. O uso de gás natural em usinas termoelétricas poderá representar uma fonte de energia importante numa fase de transição, mas a custos mais elevados. (GOLDEMBERG, 2018, s/p.)



Figura 28 - Comentário no jornal O Estado de São Paulo²¹
Fonte: ESTADÃO (2018)

Poucos textos no formato **Comentário**, foram encontrados durante a pesquisa. Do total de 652, apenas 2. O da figura acima publicada pelo *Estado de São Paulo* e outro publicado pelo jornal *A Crítica*, do Amazonas. Mesmo assim, seguindo a metodologia adotada por Traquina (2007) e a nomenclatura definida por Melo (2003), decidimos incluí-las no escopo do trabalho.

5.5.2.4. Artigo: Um olhar externo na redação

Um articulista é o profissional que se propõe a escrever sobre determinado tema dentro de um espaço específico do veículo. O artigo pode abordar qualquer temática que seja considerada relevante no momento, como algo ligado a cultura, ciência, política. Ele se difere do comentário porque normalmente é o articulista quem propõe a pauta ou é convidado para fazê-la. Geralmente esse profissional tem

²¹ Disponível em: <<https://tesefabriciofonsecaangelo.blogspot.com/2021/04/o-tcu-e-as-hidreletricas-da-amazonia.html>>.

uma formação não jornalística e escreve textos baseados em fontes e linguagem especializada.

Dadas as condições sócio-históricas e tecnológicas de produção e a finalidade ideológica da comunicação jornalística no conjunto da comunicação social; o artigo, um dos seus gêneros do discurso, apresenta certos traços em comum com os outros gêneros dessa esfera, tais como: a sua interação autor/leitor não se dá no mesmo espaço e tempo físicos; também não se dá de pessoa em pessoa, mas é mediada ideologicamente pela esfera do jornalismo; ele tem uma determinada periodicidade e 'validade prevista'. Dessa forma pode-se dizer que o formato artigo se encontra na junção de duas enunciativas: a cena englobante (as especificidades da comunicação jornalística) e sua própria cena (a sua cena genérica), instaurada por um tipo particular de interação socio-discursiva no quadro da comunicação jornalística. (RODRIGUES, 2001, p. 121)

Em seu *Dicionário de Gêneros Textuais*, Costa (2008, p. 15) define o artigo jornalístico como um texto de opinião, dissertativo e expositivo. Também coloca o gênero como uma nova forma de expressão dentro das mídias atuais sendo chamados de *post*. Dentro dos veículos o autor cita as colunas, crônicas, Suetos e Verbetes como estilos de artigos, cada um com suas especificidades.

Melo e Assis destacam que o formato artigo, no Jornalismo, se constrói a partir do momento em que se deseja uma apreciação do gênero opinativo, cuja finalidade é avaliar os acontecimentos.

Ocorre que o artigo é, geralmente, elaborado por um especialista, que julga um acontecimento passível de controvérsia a partir de seu repertório; já o comentário é produção de um jornalista tarimbado, com vasta experiência, que analisa certa ocorrência – em geral, relacionada a algum assunto trabalhado, na mesma edição, por um formato informativo –, relacionando-a a fatos anteriores e fazendo projeções de possíveis desdobramentos. (MELO; ASSIS, 2013)

Um dos artigos selecionados para o propósito da pesquisa foi publicado pelo jornalista e criador do *site* “De Olho na Ciência”, Mauricio Tuffani. Ele debate sobre a extinção da Reserva Nacional do Cobre e Associados em 2017. Em seu texto o jornalista discorre sobre o porquê da existência da Reserva.



Figura 29 - Artigo publicado na Folha de São Paulo²²
 Fonte: FOLHA DE SÃO PAULO (2018)

Sua delimitação por decreto pelo presidente João Figueiredo em 1984, no final do regime militar, serviu apenas para dar exclusividade ao poder público em seus 46.450 km² para a pesquisa na exploração mineral, permitindo a participação privada somente por meio de convênio.

Embora na época ainda não existissem na legislação brasileira os princípios de proteção ambiental instituídos na Constituição Federal de 1988, já estava em vigor a avançada lei da Política Nacional do Meio Ambiente, de 1981. (TUFFANI,s/p.)

Em outro artigo, publicado no *The New York Times*, o Biólogo e escritor Thomas Lovejoy fala sobre como as florestas tropicais podem solucionar problemas como a emissão de carbono e a falta de recursos naturais.

As florestas intactas totalizam hoje cerca de 11,8 milhões de quilômetros quadrados (cerca de 4,6 milhões de milhas quadradas), de acordo com estimativas de um grupo de pesquisadores e organizações, incluindo Greenpeace, Global Forest Watch, World Resources Institute, Transparent World, Universidade de Maryland, World Wildlife Fund of Russia and Wildlife Conservation Society. Isso é mais ou menos os Estados Unidos e o México combinados. É cerca de um quarto da área florestal total do planeta, o restante está fragmentado por estradas, minas, cidades e

²² Disponível em: <<https://tesefabriciofonsecaangelo.blogspot.com/2021/04/mesmo-sem-ser-reserva-ambiental-renca.html>>.

agricultura. Mais de 7% foram perdidos desde 2000. Manter o resto é a chave para reverter três tendências globais teimosas: mudança climática, a sexta grande crise de extinção e a perda de culturas humanas (LOVEJOY, 2018, s/p)

Opinião

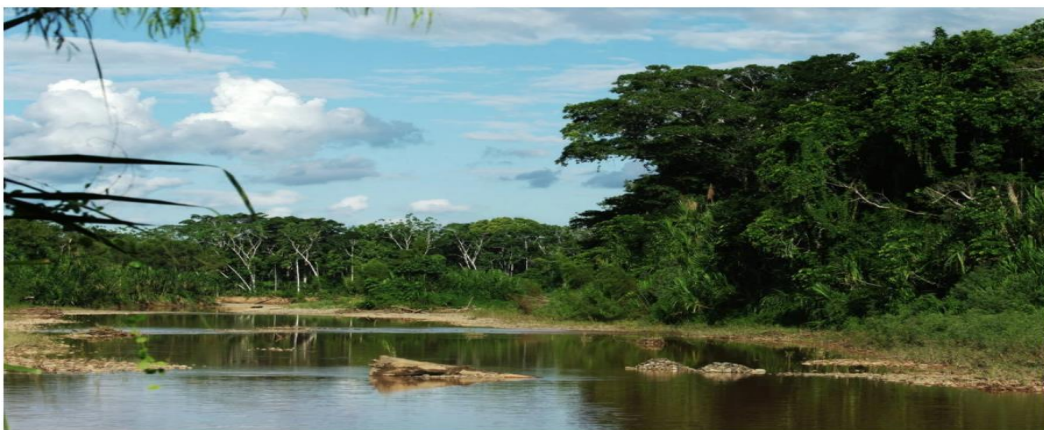
COLABORADORES DE OP-ED

Como grandes florestas resolvem problemas globais

De Thomas E. Lovejoy e John Reid

O Sr. Reid foi pioneiro no uso de percepções econômicas para conservar florestas e outros ecossistemas em todo o mundo. O Sr. Lovejoy trabalha na Amazônia (a maior floresta tropical) desde 1965.

19 de abril de 2018



Uma floresta tropical com um pequeno rio dentro do coração do Parque Nacional Madidi, Bolívia. Tomas Zrna / Moment Open, via Getty Images

Figura 30 - Artigo publicado no jornal The New York Times em 19/04/2018²³
Fonte: THE NEW YORK TIMES (2018)

²³ Disponível em: <<https://tesefabriciofonsecaangelo.blogspot.com/2021/04/como-grandes-florestas-resolvem.htm>>.

No gráfico 25, abaixo, é possível ver comparação entre o quantitativo dos jornais em relação ao formato **Artigo** nos jornais pesquisados:

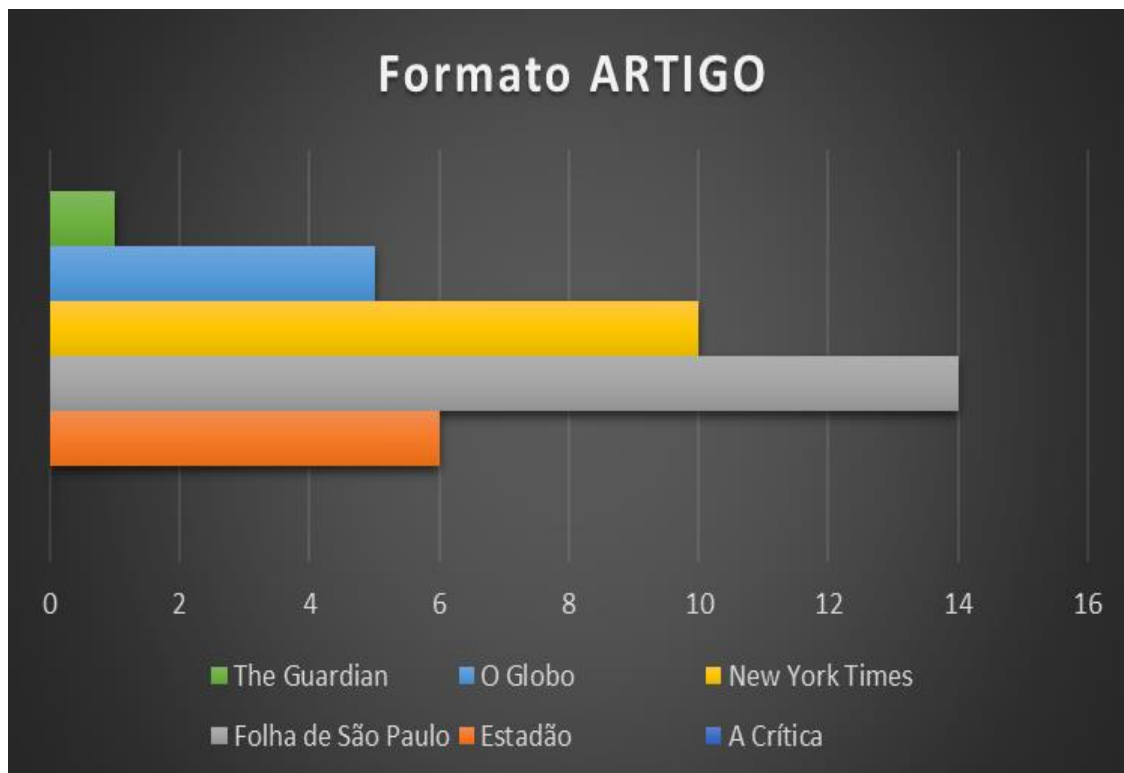


Gráfico 25 - Comparativo Formato Artigo entre os veículos pesquisados
Fonte: do autor (2020)

5.5.3. Autoria da matéria, quais as origens das pautas

Outro item utilizado com a metodologia de Traquina (2012) foi o item autoria da matéria. Dentre todos os meios de produção de pautas observamos quais os mais utilizamos pelos veículos.

Por ser uma localidade diferenciada e com muitas especificidades, o desafio de cobrir temáticas da Amazônia demanda um dispêndio de tempo e financiamento muito maior do que as pautas do cotidiano. Para isso as empresas se utilizam de diversas estratégias para que matérias sobre o bioma possam ser produzidas e cheguem aos leitores em várias localidades.

Os jornalistas para além das idiossincrasias e das lógicas de trabalho, pertencem a meios sociais e a culturas que se produzem e reproduzem através de seus discursos. Três níveis são geralmente distinguidos: os das interações organizacionais, o das estruturas econômicas e, enfim, o das influências socioculturais. Os jornalistas devem, todavia, produzir inovação, risco, dirigir-se a atores novos, interessar-se por aquilo que percebem ser tendências profundas, assumir papéis divergentes, como todos os atores da produção midiática em perpétua criação de protótipos:

todo o dia a jornal se parece com o de ontem, de certa maneira ele é padronizado, mas seu conteúdo também é necessariamente novo, em resposta a um mundo percebido como tal – caso contrário, o jornal se expõe, num prazo maior ou menor, à punição de um leitor crítico. (MAIGRET, 2010, p. 265)

As categorias selecionadas para esse item foram **Assinado pelo Jornalista**, **Assinado pelo colunista** e **Assinado pelo especialista**.

Por ser uma pauta extremamente diversificada, que aborda desde as relações sociais locais quanto projetos de pesquisa, os assuntos sobre a Amazônia podem ser descritos por diversas modalidades de profissionais e elucidadas aos leitores.

Como observamos no gráfico abaixo, a categoria Assinado pelo jornalista foi a que mais despontou com 452 matérias (69%), depois tivemos a categoria Não assinado com 119 aparições (18,5%), seguido por Assinado pelo colunista com 52 matérias (8%) e Assinado pelo especialista com 30 matérias (4,5%).



Outros gráficos comparativos podem ser vistos no Anexo VI (p. 331 a 334) deste trabalho.

5.5.4. Análise da categoria tamanho do texto

Nas redações dos jornais manauaras por diversas vezes nos deparamos com profissionais que se destacam nas pautas sobre a Amazônia sob variados ângulos. Às vezes nos deparamos com qual tipo de texto é o mais aceito pelo público ao qual escrevemos. Por isso, seguindo a linha de Traquina (2007, p. 121) analisamos os tamanhos dos textos publicados pelos jornais quando o tema aborda a Amazônia.

Para essa metrificação utilizamos a quantidade de parágrafos contidos no texto das notícias em suas páginas de internet, como o exemplo abaixo.

Foi possível perceber que os textos com maior número de parágrafos são os preferidos dos jornalistas, conforme podemos observar no gráfico 26 abaixo:

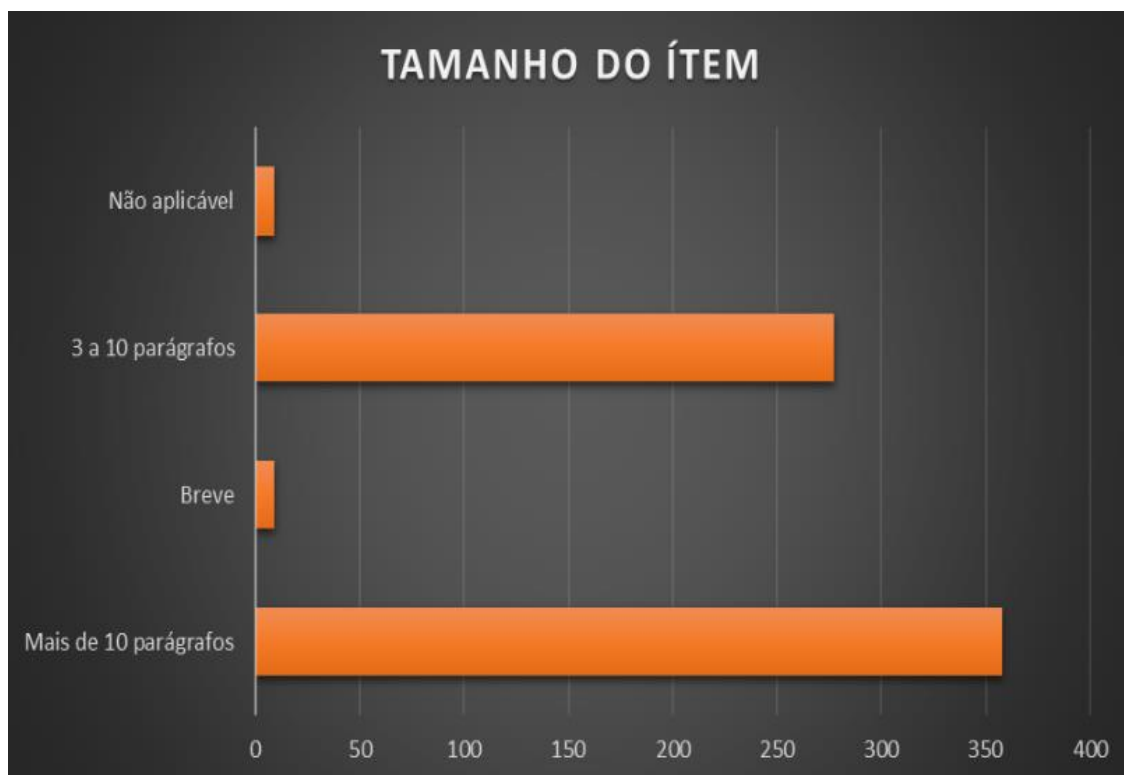


Gráfico 26 - Gráfico abordando a preferência pelo tamanho dos itens
Fonte: do autor (2020)

Os textos com mais de 10 parágrafos representaram 54,82% (358) dos textos, já os textos entre 3 a 10 parágrafos foram 42,4% (277), os textos com menos de três parágrafos ou com somente algumas linhas foram refletidos em 1,38% (9) do total analisado.

O Gráfico 27 apresenta como cada veículo teve sua preferência diante dos elementos analisados.

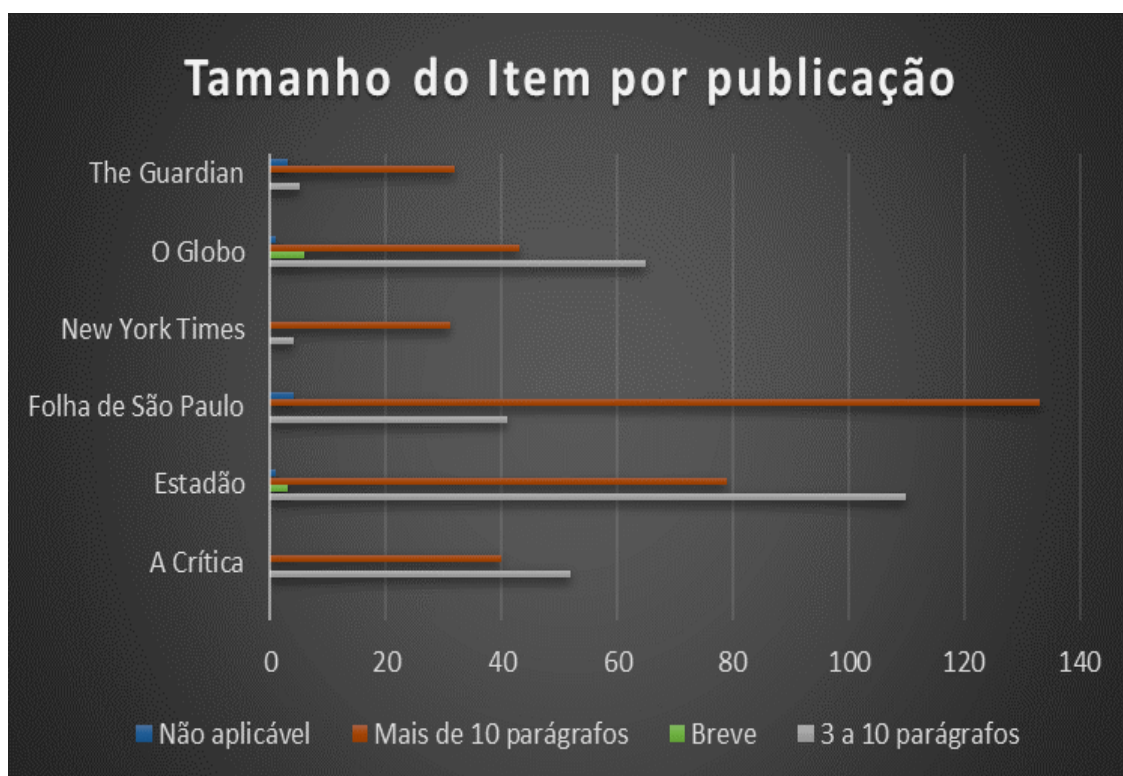


Gráfico 27 - Comparativo Tamanho do Item por jornal pesquisado
Fonte: do autor (2020)

Percebemos que a *Folha de São Paulo* teve a maior preferência por textos maiores. As publicações internacionais seguiram a mesma linha.

Já os outros jornais pesquisados preferiram textos menores, entre três a dez parágrafos. Isso pode significar uma preferência da *Folha de São Paulo* em produzir reportagens de maior impacto. Uma análise mais detalhada sobre a preferência dos veículos pelos itens analisados por ser visto no Anexo IV (p. 325 e 326).

5.6. A origem jornalística dos textos

Outro item proposto por Traquina é a origem jornalística. Para esse item nomeamos as seguintes categorias: Agências de Notícias Internacionais, Agências de Notícias Nacionais, da Redação, não aplicável, outro jornal e outros. Consideramos as matérias pautadas pelas assessorias de comunicação como agências de notícias.

Marshal McLuhan desenvolveu conceito de aldeia global, onde relacionava os modos de comunicação e a sociedade. Para o filósofo as relações sociais estão ligadas indiretamente à tecnologia.

Não percebemos a luz elétrica como meio de comunicação simplesmente porque ela não possui “conteúdo”. É o quanto basta para exemplificar como se falha no estudo dos meios e veículos. Somente compreendemos que a luz elétrica é um meio de comunicação quando utilizada no registro do nome de algum produto. O que aqui notamos, porém, não é a luz, mas o “conteúdo” (ou seja, aquilo que na verdade é um outro meio). A mensagem da luz elétrica é como a mensagem da energia elétrica na indústria: totalmente radical, difusa e descentralizada. Embora desligadas de seus usos, tanto a luz como a energia elétrica eliminam os fatores de tempo e espaço da associação humana, exatamente como o fazem o rádio, o telégrafo, o telefone e televisão, criando a participação em profundidade”. (MACLUHAN, 1964, p. 21)

É seguindo essa definição de McLuhan que Erbolato cita as agências de notícias como meios indiretos de informação. Por meio de assinaturas as empresas jornalísticas utilizam material de organizações especialistas em produção de notícias e com capilaridade em diversas regiões do mundo. É importante compreender de que forma esse material é feito, contextualizado e promovido a localidades que não estão próximas a região amazônica. Por também serem consideradas promotoras dessa informação regionalizada, as assessorias de comunicação de algumas instituições que atuam na Amazônia têm uma relevante importância na difusão de pautas.

Os próprios veículos que se encaixam na categoria da Redação, por meio de suas equipes, também podem ser indutores dos acontecimentos do bioma amazônico, com reportagens e notícias em loco. Além disso a reprodução de notícias de outras publicações também foi percebida durante o levantamento e explicitado no trabalho de Traquina (2013).

No gráfico 28 é possível observar que a maioria das matérias analisadas foram categorizadas como da Redação, produzidas pelo próprio veículo com 594 matérias (91%), seguida por originadas por Agência Nacional de Notícias com 34 (5), depois Agência Internacional de Notícias (2%), e Outro Jornal com 4 (1%). A categoria **não aplicável** foi utilizada para categorizar textos que não tinham a fonte de origem tendo apresentado 5 matérias (1%) como podemos observar no gráfico 28:



Gráfico 28 - Preferência dos veículos pelas categorias do item ORIGEM DO TEXTO
Fonte: do autor (2020)

O gráfico 29 demonstra as preferências das categorias segundo análise de cada veículo pesquisado:

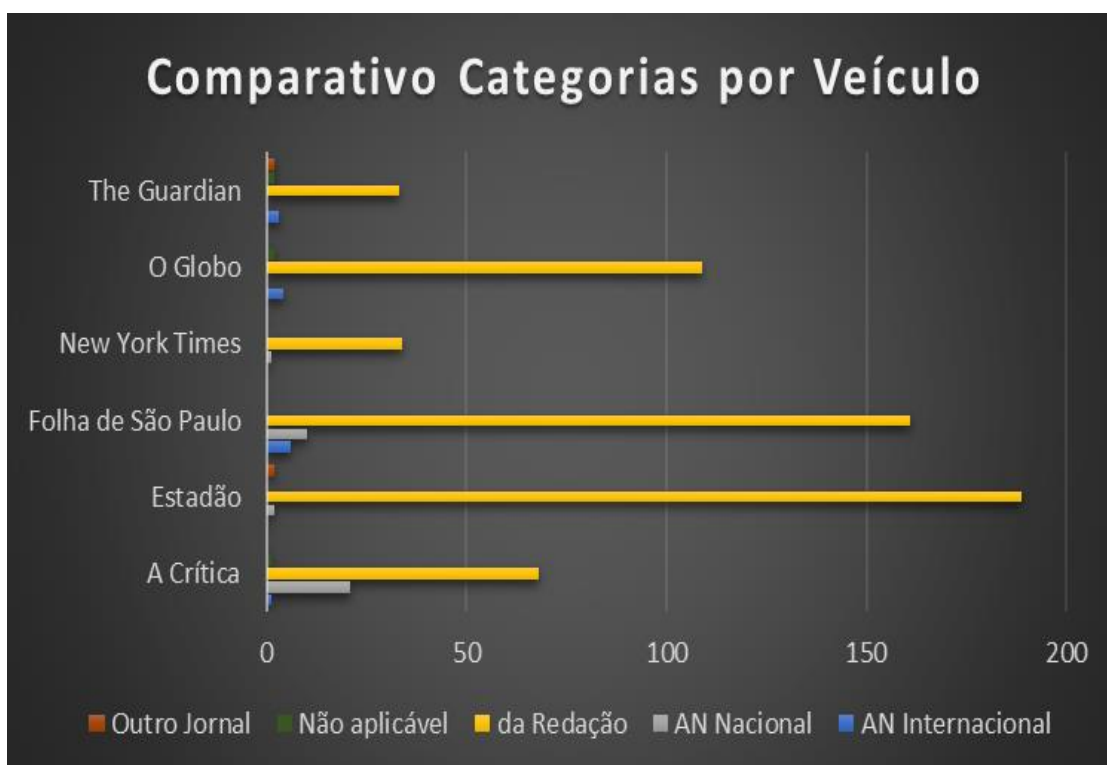


Gráfico 29 - Preferência de categoria por veículos
Fonte: do autor (2020)

A matéria abaixo foi publicada pela agência internacional *France Press* e republicada pelo jornal *O Globo* em 2016 como podemos observar.


O GLOBO
SOCIEDADE

BUSCAR
 
 ACESSAR
 

Tribos isoladas da Amazônia sofrem 'pior invasão em décadas'

De acordo com ONG, avanço de colonos ameaça o território dos Uru Eu Wau Wau

AFP
27/10/2016 - 09:27 / Atualizado em 27/10/2016 - 10:36



Os Uru Eu Wau Wau são conhecidos por tatuarem o contorno de seus lábios com jenipapo, uma tinta preta feita da fruta amazônica. Foto: Fiona Watson/Survival (1991)

RIO - O território dos indígenas Uru Eu Wau Wau, na Amazônia brasileira, está sofrendo a "pior invasão em décadas", que ameaça exterminar três tribos isoladas, denunciou nesta quarta-feira a ONG britânica Survival.

Um comunicado da ONG diz que, com o apoio de políticos locais, proprietários de terras e colonos estão invadindo e desmatando áreas contíguas ao território dos Uru Eu Wau Wau — que se autodenominam Jupatú — no estado de Rondônia. O problema estaria acontecendo apesar de a área estar localizada em uma zona reconhecida oficialmente como Terra Indígena dentro do Parque Nacional Pacaás Novos, onde a fauna e flora também estão ameaçadas.

Figura 31 - Matéria com origem de agência de notícias internacional^{23F}²⁴
Fonte: O Globo (2018)

No Anexo VII (p. 333 a 335), é possível ver mais dados comparativos por meio dos gráficos produzidos.

5.7. O dever de conservar: como as pautas enfocam os impactos regionais nos estados da Amazônia Legal e outros países que integram o bioma

Além dos itens propostos pelo professor Nelson Traquina (2007), buscamos regionalizar a cobertura de uma maneira mais profunda procurando entender como são elaboradas as pautas que cobrem as localidades inseridas dentro do espaço geográfico da floresta. Categorizamos o item com os estados que compõem a Amazônia Legal, (Acre, Amazonas, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará,

²⁴ Disponível em: <<https://tesefabriciofonsecaangelo.blogspot.com/2021/04/tribos-isoladas-da-amazonia-sofrem-pior.html>>.

Tocantins, Rondônia e Roraima) e outros países como Venezuela, Peru e Colômbia (nomeados como outros) e também foi inserida a categoria Não Aplicável, quando a pauta não aponta para uma região específica.

O Acre tem uma área de 164.123 km², com uma população de quase 900 mil habitantes e possui 22 municípios, tem uma forte aptidão ao agronegócio e é onde nasceu um dos maiores defensores da Floresta Amazônica, Chico Mendes.

O legado duradouro de um lutador para a Amazônia



Em 1988, o assassinato de Chico Mendes desencadeou um movimento de ativistas ambientais, celebridades e povos indígenas que fez da salvação da floresta tropical brasileira um grito de guerra internacional. Mas o que está acontecendo lá agora?

De Clyde Haberman

07 de fevereiro de 2016

Figura 32 - Matéria produzida pelo New York Times abordando as ações de Chico Mendes^{24F25}
Fonte: NYT (2017)

Foram 14 matérias pautadas sobre os impactos dentro da Amazônia acreana. Matéria publicada pelo *The New York Times* em 2016, intitulada “*The Lasting Legacy of a Fighter for the Amazon*”, destaca a atuação de Chico Mendes frente a degradação da Amazônia acreana.

Seguindo o mesmo contexto o estado do Amazonas é o que possui a maior área florestal entre todos. Mesmo com a intensificação de atividades agrícolas e de mineração, o estado ainda é o que possui uma das maiores porções preservadas da biodiversidade da região. Com uma área de 1.571.000 km² (IBGE, 2019) o estado contém uma população estimada de 4.207.714 habitantes. Dentro de sua capital,

²⁵ Disponível em: <<https://tesefabriciofonsecaangelo.blogspot.com/2021/04/o-legado-duradouro-de-um-lutador-para.html>>.

Manaus, o complexo industrial nomeado Zona Franca é considerado por muitos ambientalistas como uma forma sustentável de redução de impactos a floresta, pois ajuda a evitar que as populações tradicionais degradem a floresta para geração de renda.

Após o levantamento foram identificadas 109 matérias que tinham como enfoque o estado. Por ser também um local com grandes comunidades indígenas é também pauta de jornais internacionais constantemente. Em 2017, o jornal o *Estado de São Paulo* publicou uma reportagem especial sobre as ameaças aos índios isolados no Vale do Javari, pressionados por grileiros e garimpeiros. O especial, denominado “Cercos aos isolados”, com texto de André Borges e fotografia de Werther Santana, é dividido em capítulos e foi disponibilizado apenas no site do jornal. Tivemos algumas grandes reportagens no período analisado em quase todos os veículos. Muitas ferramentas visuais como infográficos e vídeos, foram utilizadas. Resolvemos levar a uma outra pesquisa a avaliação desses novos instrumentos de difusão de informação.

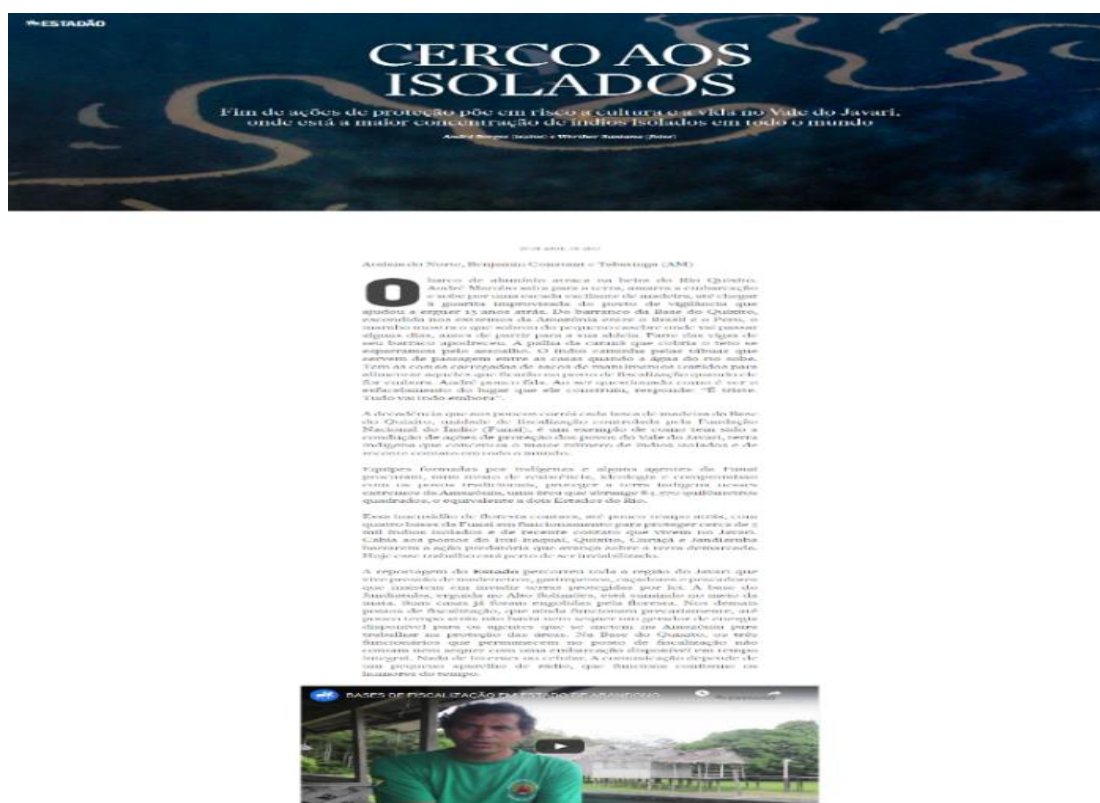


Figura 33 - Especial publicado pelo Estado de São Paulo em 25/04/2017²⁶
Fonte: ESTADÃO (2017)

²⁶ Disponível em: <<https://tesefabriciofonsecaangelo.blogspot.com/2021/04/cerco-aos-isolados.html>>.

Outro estado que está inserido na Amazônia Legal é o Amapá. Esse estado foi muito citado em pautas pois abriga a maior parte da Reserva Nacional de Cobre e Associados, extinta e inextinta pelo governo Temer em 2017. Como apontamos no capítulo a extinção da Renca entrou na *Agenda Setting* das diversas publicações analisadas. O Amapá tem uma população estimada de 861.000 habitantes (IBGE, 2019), tendo uma extensão de 142.470 km². Foram detectadas 92 matérias abordando a região, principalmente sobre a Renca.

Uma delas, publicada pelo *O Globo*, por Ana Azevedo, intitulada como “Amapá se orgulhava de ser o estado que menos desmatava”, porém, além da extinção da Renca, o aumento de garimpos ilegais e a expansão agrícola vem transformando a região. Segundo o texto:

Diferentemente do Pará, que lidera as estatísticas de desmatamento, o Amapá tem cerca de 74% do território em unidades de conservação e terras indígenas. Menos de 10% da biodiversidade são conhecidos, mas estima-se que as espécies cheguem a quase 800 mil. O valor em serviços ambientais e para a indústria de biotecnologia nem se arranha a ser estimado. (AZEVEDO, 2017, s/p)



Figura 34 - Matéria destaca impactos sobre a Amazônia amapaense - O Globo 30/08/2017²⁷

Fonte: O Globo (2017)

²⁷ Disponível em: <<https://tesefabriciofonsecaangelo.blogspot.com/2021/04/amapa-se-orgulhava-de-ser-o-estado-que.html>>.

Apesar de apresentar pouca porção de seu território na Amazônia, o Maranhão também faz parte da Amazônia Legal. Participante da fronteira agrícola denominada MATOPIBA – formada pelos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia – suas florestas são praticamente inexistentes devido a expansão da soja e exploração de madeira. Com menos de 1% de floresta nativa, o Maranhão ainda se vê incluído em diversos conflitos agrários principalmente entre grileiros e povos indígenas que ainda habitam a região. Foram constatadas cinco matérias (duas delas publicadas pelo *The Guardian*) abrangendo o estado. Uma delas com o título “On the Amazon’s lawless frontier, murder mystery divides the locals and loggers”, escrita por Jonathan Watts, fala sobre o assassinato da liderança da etnia indígena dos *Ka’apor*, Sairá Ka’apor. Segundo a matéria, ao defender seu território, Sairá foi esfaqueado na cidade de Betel, uma cidade madeireira.

Foi um assassinato ocorrido em um mundo frágil e perigoso, equilibrado precariamente entre valores de conservação e consumo, tradição e modernidade. A morte não foi investigada pela polícia e nem divulgada pela mídia brasileira, mas destaca as violentas pressões que impulsionam o desmatamento.

Durante décadas, os madeireiros abriram trilhas de terra na floresta que lhes permitem derrubar seletivamente madeiras valiosas como o ipê (nogueira brasileira), que pode render quase £ 1.000 por metro cúbico após o processamento e exportação. Isso é seguido por incêndios - geralmente causados deliberadamente - que destroem as árvores remanescentes para que a terra possa ser usada para pecuária ou cultivo de soja. (WATTS, 2018, s/p)

Apoie o Guardian
Disponível para todos, financiado por leitores
Contribuir → Se inscrever →

Procurar empregos Assinar em Procurar **The Guardian** Edição interna

Notícia Opinião Esporte Cultura Estilo de Mais

Mundo ► Europa NOS Américas Ásia Austrália Médio Oriente África Desigualdade Desenvolvimento global

Os defensores
Brasil

Este artigo tem mais de 2 anos

Na fronteira sem lei da Amazônia, o mistério do assassinato divide os moradores e madeireiros

O assassinato violento de Sairá Ka'apor, em uma cidade madeireira no estado do Maranhão, ainda não foi solucionado. Mas a história é muito familiar para os povos indígenas que lutam para proteger a floresta

Jonathan Watts em
Maranhão, Brasil
▼ @Jonathanwatts
Dom, 21 de janeiro de 2018, 00.05 GMT
f t e 407 0



▲ Guardiões da floresta Ka'apor patrulham as fronteiras de seu território, no estado do Maranhão, Brasil.
Fotografia: Lunae Parracho / The Observer

Sairá Ka'apor patrulhava uma das fronteiras mais mortíferas do mundo, uma região remota e sem lei da Amazônia brasileira onde sua comunidade indígena lutou por gerações para proteger suas terras florestais.

Figura 35 - Matéria publicada pelo The Guardian em 23/01/2018²⁸
Fonte: THE GUARDIAN (2018)

Um dos estados mais problemáticos em relação aos impactos negativos sobre a biodiversidade é o Mato Grosso. Considerado o grande produtor de gêneros agrícolas brasileiro e indutor do Produto Interno Bruto nacional, o estado aparece em 22 matérias dentre o levantamento realizado. Os grandes problemas referentes à Amazônia dentro do Mato Grosso são nitidamente os conflitos agrários. Local de várias pequenas comunidades rurais e povos indígenas, a ganância em relação às terras indígenas é incomensurável. A pecuária é a atividade mais agressiva do local, sendo o cultivo de grãos como milho e soja o mais usual na área de Cerrado que envolve o território. Uma das maiores demarcações indígenas se localiza no Mato Grosso, o Parque do Xingu.

Matéria produzida pelo repórter Fabiano Maisonnave da *Folha de São Paulo* em 2016 com o título “Desmatamento e seca fazem índios do Xingu perderem 'tecnologia do fogo’ aponta para a intensificação das queimadas e desmatamento no parque, trazendo insegurança aos indígenas que vivem na localidade. Apesar de dominarem técnicas milenares de queima de vegetação, todos

²⁸ Disponível em: <<https://tesefabriciofonsecaangelo.blogspot.com/2021/04/na-fronteira-sem-lei-da-amazonia-o.html>>.

esses impactos criaram apreensão ao grupo de agricultores. É possível perceber esse problema lendo o texto abaixo:

A recente insegurança dos índios para usar uma tecnologia dominada há incontáveis gerações para o plantio de subsistência é o sintoma mais visível das mudanças climáticas na região do Xingu, provocadas pelo aumento da temperatura global e pelo intenso desmatamento no entorno, tomado por pastagens e pela soja. Temos relatos de vários povos indígenas de que utilizam a mesma técnica tradicional do fogo, mas o resultado agora é muito diferente", afirma o pesquisador Paulo Brando, do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam) e do Woods Hole (EUA). O fogo que antes não escapava agora adentra a floresta e pode queimar áreas gigantescas. (MAISONNAVE, 2016, s/p)



Figura 36 - Matéria Folha de São Paulo em 05/09/2016²⁹
Fonte: FOLHA DE SÃO PAULO (2016)

Apesar de não ser o mais citado pelas pautas sobre os impactos da Amazônia, sem dúvida o Pará é o mais problemático entre os estados que compõem a região. Com forte presença do agronegócio, da exploração mineral e, garimpos, o estado é o segundo maior a compor a Amazônia Legal e o mais habitado. Conflitos agrários, problemas sociais, forte presença no congresso nacional fazem do Pará a localidade que mais degrada os recursos naturais amazônicos

²⁹ Disponível em: <<https://tesefabriciofonsecaangelo.blogspot.com/2021/04/desmatamento-e-seca-fazem-indios-do.html>>.

Com uma área de 1.245.870,798 km², e população estimada em 8.690.745 (IBGE, 2020), o estado tem área menor que o Amazonas, mas com o dobro de habitantes, sendo por isso com menos áreas intactas de floresta. Mais de 28 milhões de hectares da Amazônia paraense são destinados a área rural, e mais de 5 milhões de hectares para a extração de minério. O Pará também tem uma parte da Renca em seu território.

O jornal *Estado de São Paulo* publicou em 2017 a matéria “Governo apresenta PL que reduz floresta na Amazônia”, que aborda a redução da unidade de conservação da Floresta Nacional do Jamanxim. Segundo o texto da jornalista Giovana Girardi,

A justificativa é citada no PL. “A área tem sido palco de recorrentes conflitos fundiários e de atividades ilegais de extração de garimpo associados à grilagem de terra e à ausência de regramento ambiental. Com reflexos na escalada da criminal violência contra agentes públicos, sendo necessária a implementação de políticas de governo adequadas para essa questão. (GIRARDI, 2017, s/p)

Figura 37 - Matéria O Estado de São Paulo publicada em 14/07/2017³⁰

Fonte: ESTADÃO (2017)

³⁰ Disponível em: <<https://tesefabriciofonsecaangelo.blogspot.com/2021/04/governo-apresenta-pl-que-reduz-floresta.html>>.

Rondônia, com 237.765 km², possui uma larga extensão de áreas voltadas a pecuária. Apesar de pouco habitado, com 1 milhão e 700 mil habitantes, o estado possui mais de 14 milhões de cabeças de gado, o que o transforma em um dos principais exportadores de carne bovina do Brasil e consequentemente a localidade que proporcionalmente mais impacta negativamente o bioma amazônico.

Do total de matérias apuradas no período da pesquisa, Rondônia foi citada em 10 delas. Uma delas, publicada pelo *The New York Times*, nomeada “Tribe’s Lone Survivor Glimpsed in Amazon Jungle, Healthy and at Work”, aborda o encontro de pesquisadores da Fundação Nacional do Índio com talvez o único sobrevivente de uma etnia indígena isolada. No texto publicado em 2018, o repórter Ernesto Londoño cita os prováveis motivos do extermínio dos outros membros da comunidade.

Antropólogos afirmam que o homem, que se acredita estar na casa dos 50 anos, vive sozinho na selva do Estado de Rondônia desde que outros membros de sua tribo morreram nos anos 1990, provavelmente assassinados por fazendeiros.

Ele se tornou um símbolo da resiliência de mais de 100 comunidades isoladas que sobrevivem em partes remotas do Brasil, sob a pressão de fazendeiros, mineradores e madeireiros avançando na selva amazônica. (LONDOÑO, 2018, s/p)

The New York Times

AMÉRICAS | Sobrevivente Solitário da Tribo Vislumbrado na Selva Amazônica, Saudável e no Trabalho

Sobrevivente Solitário da Tribo Vislumbrado na Selva Amazônica, Saudável e no Trabalho

f i+ t e+ p+ b+ y+ w+ m+ s+ r+ u+ v+ o+ l+ u+ m+ b+ r+ a+ d+ o+ n+ a+ s+ e+ l+ v+ a+ a+ m+ a+ z+ ô+ n+ i+ c+ a+ ,+ s+ a+ u+ d+ á+ v+ e+ l+ e+ n+ o+ t+ r+ a+ b+ a+ l+ h+ o



A agência de relações indígenas do governo brasileiro divulgou imagens do homem em Rondônia. A agência disse que ele é o único sobrevivente de sua tribo depois que os demais foram atacados há mais de 20 anos.

De Ernesto Londoño

20 de julho de 2018

Leer en español

RIO DE JANEIRO - O único sobrevivente de uma tribo isolada na Amazônia brasileira, monitorado e assistido de longe pelo governo por décadas, parece saudável em um raro novo vídeo lançado esta semana, que o mostra brandindo um machado em uma árvore.

Figura 38 - Matéria publicada pelo New York Times em 20/07/2018³¹
Fonte: NYT (2018)

³¹ Disponível em: <<https://tesefabriciofonsecaangelo.blogspot.com/2021/04/sobrevivente-solitario-da-tribo.html>>.

Entre os estados da Amazônia Legal citados o menor deles é Roraima com 223.644,527 km² e 631.181 habitantes (IBGE, 2020). A região como todas as outras engloba uma grande quantidade de demarcações indígenas e quilombolas. Pela análise das matérias a localidade não é uma grande degradadora da floresta apesar de também ter o agronegócio como sua principal atividade econômica.

Famosa pela demarcação da Reserva Raposa Serra do Sol em 1993, e pela etnia indígena dos Yanomami, Roraima foi destaque em matéria do jornal *O Globo* em 2016, intitulada “Novas imagens mostram tribo ameaçada pelo garimpo na Amazônia”, em que destaca o ataque de garimpeiros a reserva indígena sabidamente possuidora de diamantes em seu subsolo. O texto disponibilizado pela Organização Não Governamental *Survival International* e repercutido pelo jornal afirma que

Sabe-se que há pelo menos três grupos da Terra Yanomami que não possuem contato com pessoas de fora. Estes indivíduos que jamais tiveram contato com pessoas que não pertencem à tribo são extremamente vulneráveis a doenças. Os garimpeiros que invadem o território levam doenças como a malária à região (INTERNATIONAL, 2016, s/p)

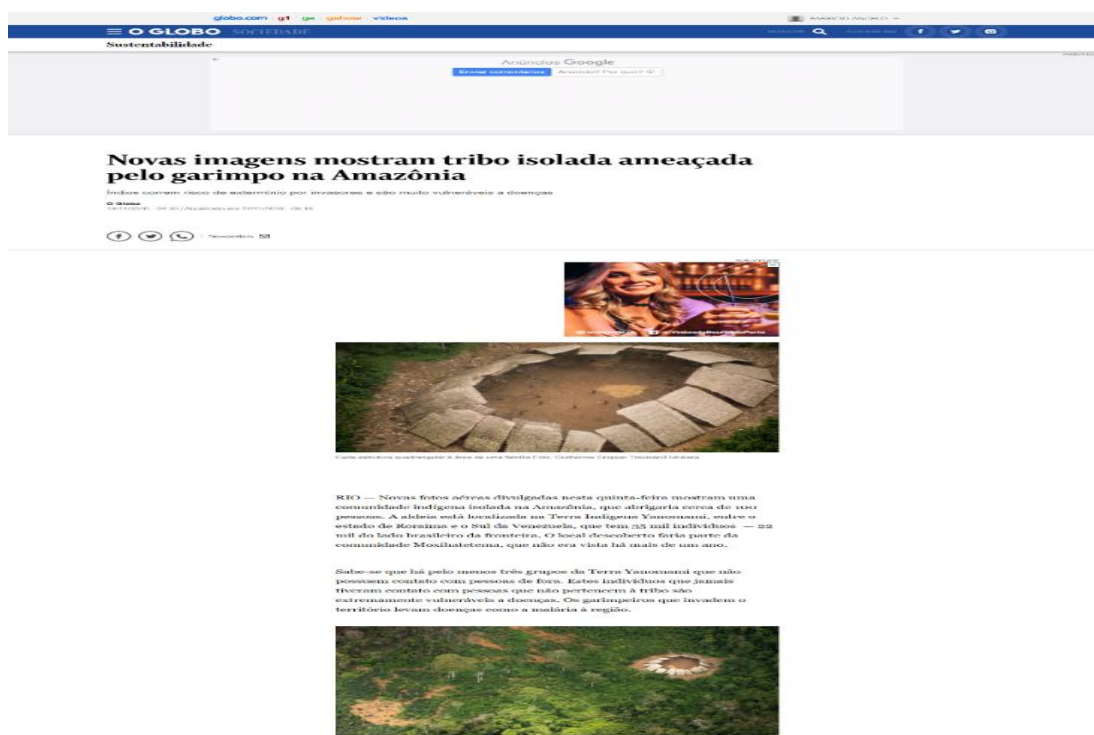


Figura 39 - Matéria publicada pelo Globo em 18/11/2016³²
Fonte: O GLOBO (2016)

³² Disponível em: <<https://tesefabriciofonsecaangelo.blogspot.com/2021/04/novas-imagens-mostram-tribo-isolada.html>>.

Apesar de estar incluído na Amazônia Legal, o estado do Tocantins com 277 mil km² e 1 milhão e 590 mil habitantes não foi citada por nenhum dos veículos pesquisados durante o período escolhido.

Dos outros países que compõem a Amazônia: Venezuela, Colômbia, Peru, Guiana, Guiana Francesa, Suriname e Venezuela foram categorizadas como **Outros**, tendo 43 textos publicados. Também foram consideradas na mesma categoria pautas que abordavam regiões confluentes entre os estados da Amazônia Legal. A categoria **Não Aplicável** abrangeu textos que não apontavam a localização do tema, como algum tipo de pesquisa.

O gráfico abaixo demonstra como foram distribuídas as matérias de acordo com cada categoria.

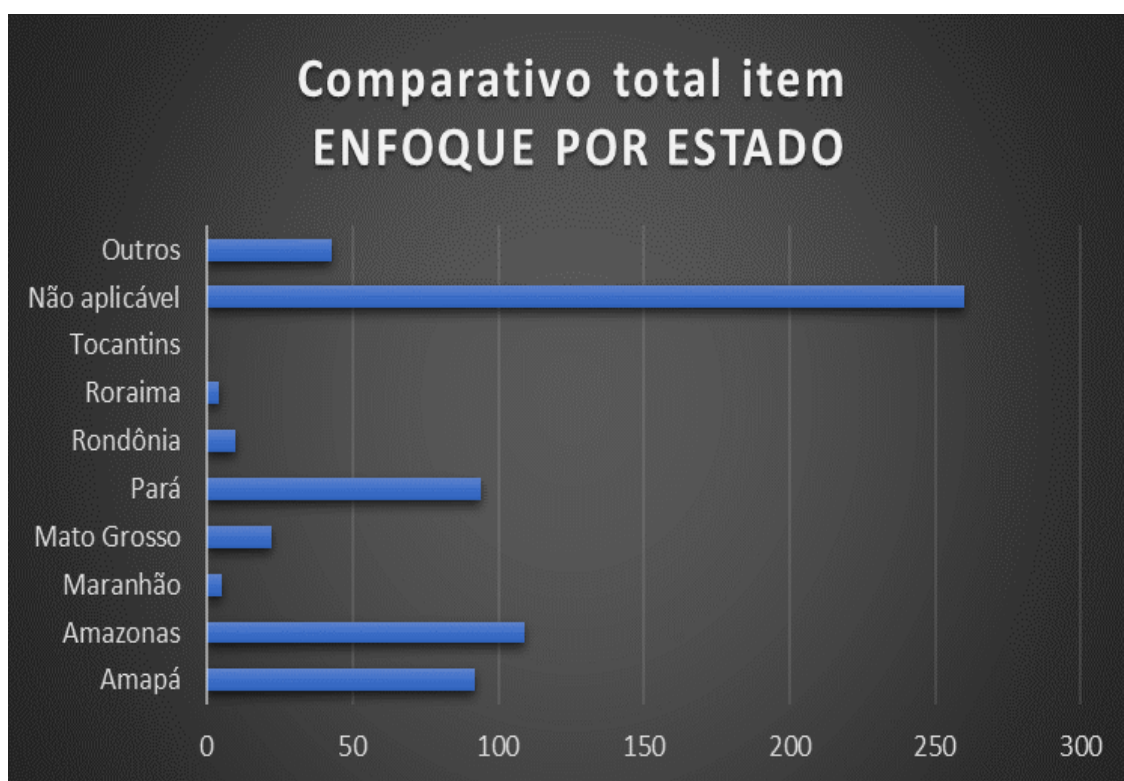


Gráfico 30 - Gráfico comparativo total de Enfoque por Estado
Fonte: do autor (2020)

Abaixo o gráfico 31 faz um comparativo entre as preferências do jornais pesquisados pelas localidades categorizadas.

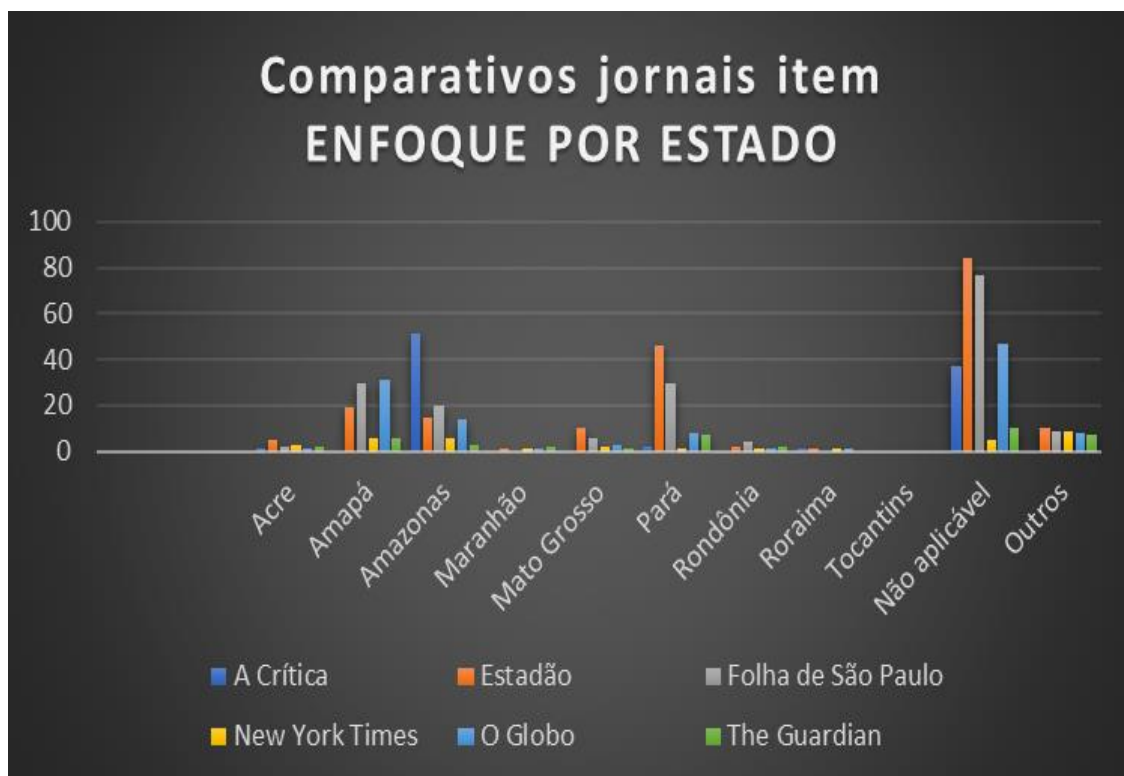


Gráfico 31 - Gráfico comparativo de jornais com Enfoque por Estado
Fonte: do autor (2020)

O Anexo VIII (p. 336 a 340) detalha mais as escolhas dos veículos por Estado.

5.8. A Amazônia e seus campos discursivos: em busca do equilíbrio entre o desenvolvimento e a preservação

Como descrito no capítulo 1, entendemos que a Amazônia se subdivide em diversos campos conceituais. São eles que impulsionam as diversas atividades praticadas no interior da floresta. Nos baseamos no conceito de campo de Bourdieu, com o qual podemos tentar compreender a relação entre indivíduo e sociedade. Segundo o sociólogo existem diversos campos de relações entre o indivíduo e a sociedade ao qual está inserido.

Nesse trabalho utilizamos as relações dos campos econômico, ambiental, político, de poder e o jornalístico. No capítulo 2, descrevemos as teorias de *Habitus* e *Campo*, já neste subcapítulo mostraremos como as conectamos com as análises

executadas na pesquisa. Artigo publicado por Carvalho (2001) e baseado nas teorias de Bourdieu define o campo ambiental como,

Um espaço de relações sociais e históricas onde se produz e reproduz a crença no valor da natureza como um bem que deve ser preservado, acima dos interesses imediatos das sociedades. Esta crença alimenta a utopia de uma relação simétrica entre os interesses das sociedades e os ciclos da natureza, no respeito aos processos vitais e aos limites da capacidade de regeneração e suporte da natureza que deveriam balizar as decisões sociais, e reorientar os estilos de vida e hábitos coletivos e individuais. (CARVALHO, 2001, p. 45)

Dentre as matérias selecionadas 155 (24%) compuseram o Campo **Ambiental**. No quadro 9 destacamos as definições que demos as categorias propostas para o campo ambiental.

Bioclima	Relação entre o clima e os organismos vivos
Desmatamento	É a remoção indiscriminada da cobertura vegetal natural de uma região para fins de aproveitamento do material nela contido e/ou usos alternativos da terra como agricultura, pecuária, urbanização, construção de estradas, mineração etc.
Diversidade Biológica	É a variedade de organismos vivos de todas as origens compreendendo os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos, também se refere à variedade e à variabilidade de organismos vivos e os complexos ecológicos em que eles ocorrem.
Unidades de conservação	Área de domínio público ou privado protegida por lei. É o espaço territorial e seus recursos ambientais, inclusive a água, com características naturais relevantes, legalmente instituída pelo poder público com o objetivo de conservação e limites definidos.

Quadro 9 - Definição das categorias do campo discursivo Ambiental de acordo com Ormond

Fonte: Glossário de termos usados em atividades agropecuárias, florestais e ciências ambientais (Ormond, 2006)

Outro campo envolvido na pesquisa é o campo **Econômico**. No imaginário desenvolvimentista a Amazônia é vista como uma fonte inesgotável de recursos

naturais lucrativos e áreas produtivas. Esse imaginário é bem representado por Bourdieu ao identificar como age o campo Econômico:

esse se distingue dos outros campos pelo fato de que as sanções são especialmente brutais e que as condutas podem se atribuir publicamente como fim a busca aberta da maximização do lucro material individual. Mas a emergência de um tal universo não implica de modo algum a extensão a todas das esferas da existência da lógica de troca mercantil que, através do *commercialization effect* e do *pricing*, fundamentalmente excluída pela lógica da troca de dádivas, tende a reduzir qualquer coisa ao estado de mercadoria comprável e a destruir todos os valores. (BOURDIEU, 1977, p. 22)

Dentro do campo **Econômico**, foram encontradas 101 matérias (15%). O quadro 10 caracteriza as categorias que representam o campo econômico em nosso estudo.

Agronegócio	Atividades econômicas cujas mercadorias têm como base cadeias produtivas agrícolas e pecuárias.
Indústria madeireira	A Indústria Madeireira é o setor da atividade industrial baseado no processamento da madeira, desde o plantio até a transformação em objetos de uso prático, passando pela extração, o corte, o armazenamento, o tratamento bioquímico e a modelagem. (JUSBRASIL, 2019)
Infraestrutura	Abrange indústria extrativa mineral, ferrovias, rodovias, navegação, siderurgia, metalurgia de não-ferrosos, indústria energética e mecânica.
Mineração (1) e (2) Política energética	(1) Atividade do setor primário da economia correspondente à indústria extrativa mineral. Compreende os processos economicamente rentáveis que tratam da extração, elaboração e beneficiamento de minérios. (2) Consiste nas opções referentes à exploração das diferentes fontes de energia, com base nos recursos energéticos, econômicos e tecnológicos disponíveis
Turismo	Atividade econômica relacionada com as viagens organizadas, geralmente para lazer.

Quadro 10 - Definição das categorias relacionadas ao campo discursivo Econômico

Fonte: SANDRONI (1999)

O campo Político também é de grande importância para nossa pesquisa. Os estados que estão inseridos na região amazônica têm forte presença política no cenário nacional. Com numerosas cadeiras legislativas tanto no âmbito federal, quanto nas outras esferas, o campo é um fator intensamente impactante nas políticas públicas direcionadas ao bioma e às comunidades que dele sobrevivem.

Bourdieu cita que a noção de o campo político tem muitas vantagens: ela permite construir de maneira rigorosa essa realidade que é a política ou o jogo político. “Ela permite, em seguida, comparar essa realidade construída com outras realidades como o campo religioso, o campo artístico... e, como todos sabem, nas ciências sociais, a comparação é um dos instrumentos mais eficazes, ao mesmo tempo de construção e de análise. Durkheim dizia que “a sociologia é o método comparativo”. Grandes historiadores fizeram eco dessa proposição e esforçaram-se por fazer do método comparativo o instrumento de conhecimento por excelência. Por fim, penso que é uma noção que possui virtudes negativas, o que é uma propriedade dos bons conceitos (que valem tanto pelos falsos problemas que eles eliminam como pelos problemas que permitem construir). Eis as três razões pelas quais a noção de campo me parece útil. (BOURDIEU, 1989, p 194.)

Seguindo o modelo sugerido pelos autores desta tese também foram sugeridas categorias relativas às ações políticas que abrangeram a Amazônia no período pesquisado. Nomeamos o campo discursivo de **Governança** e foi observado que selecionadas **202** matérias, estavam classificadas como participantes de campo discursivo. No quadro 11 apresentamos as categorias que o representam e suas respectivas conceituações.

Fiscalização ambiental	De acordo com IBAMA (2002), a “Fiscalização Ambiental” significa toda vigilância e controle que devem ser exercidos pelo Poder Público, visando proteger os bens ambientais das ações predatórias. Apresenta-se como uma necessidade do Estado para fazer cumprir sua missão de defensor e propugnador dos interesses relativos à ordem jurídica e social.
Políticas públicas	Conjunto de diretrizes garantidas por lei, que possibilita a promoção e garantia dos direitos do cidadão. É por meio delas que se transferem os direitos da esfera conceitual para a realidade. É importante que se diferenciem os termos “público” (que atende a toda a população) e “governamental” (promovidos pelos diversos órgãos do governo). Ou seja, as políticas públicas não são apenas desenvolvidas e implementadas pelo governo, podendo também contar com o envolvimento do setor privado e da sociedade civil. (ANDI, 2017)
Três poderes	A Tripartição dos Poderes está elencada no art. 2º, da Constituição Federal de 1988 (CF/88), sendo os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, independentes e harmônicos, interferindo uns nos outros para assegurar as garantias constitucionais e estabelecer o equilíbrio entre eles, evitando abusos. (JUSBRASIL, 2018)

Quadro 11 - Definição das categorias relacionadas ao campo discursivo Político

Fonte: SANDRONI (1999)

O último campo discursivo sugerido pelos autores desse trabalho foi nomeado **Relações Socioambientais**. A região amazônica é morada de diversos povos, altamente rica em recursos naturais, além de ser um grande laboratório ao ar livre, fornecendo inúmeros insumos para pesquisas científicas. O contato das comunidades com a floresta é extremamente essencial para sua preservação e conservação. Mas além de ser um bioma frutificador da vida também é zona de intensos conflitos que resultam em invasões ilegais de terras e até assassinatos.

Por diversos momentos os chamados “povos da floresta” vivem todas essas perturbações com a condescendência do poder público, muitas vezes envolvido com os atores dessas ilegalidades. Há também inúmeros centros de pesquisa de trabalham com e dentro do bioma buscando utilizar a biodiversidade da floresta para produção de produtos industriais. Por todos esses motivos apontados interpretamos que a definição de campo do poder é a que melhor se encaixa dentro das teorias de Bourdieu.

De acordo com o filósofo, o campo do poder (que não deve ser confundido com campo político) não é um campo como os outros:

ele é o espaço de relações de força entre os diferentes tipos de capital ou, mais precisamente, entre os agentes suficientemente providos de um dos diferentes tipos de capital para poderem dominar o campo correspondente e cujas lutas se intensificam sempre que o valor relativo dos diferentes tipos de capital e posto em questão (por exemplo, a "taxa de câmbio" entre o capital cultural e o capital econômico); isto é, especialmente quando os equilíbrios estabelecidos no interior do campo, entre instâncias especificamente encarregadas da reprodução do campo do poder, são ameaçados. (BOURDIEU, 1989, p. 52)

Dentro dessa concepção foram verificadas que 195 matérias (30%) tinham como contexto as características desse campo. Abaixo propomos as seguintes categorias que estão seguidas de suas definições no quadro 12:

Assentamentos rurais	Local fora dos limites urbanos onde camponeses ou trabalhadores rurais se fixam ou estabelecem residência e utilizam a terra para atividades de produção agrícola e/ou pecuária, de subsistência e/ou para comercialização. (ORMOND, 2006)
Ativismo	Qualquer doutrina ou argumentação que privilegie a prática efetiva de transformação da realidade em detrimento da atividade exclusivamente especulativa, freq. subordinando sua concepção de verdade e de valor ao sucesso ou pelo menos à possibilidade de êxito na ação. (OXFORD, 2020)

Conflitos	Os conflitos nos espaços rurais envolvem principalmente os conflitos de terra, ocorrência de trabalho escravo, conflitos trabalhistas e outros tipos de conflitos, vinculados à seca, ao movimento sindical ou à política agrícola. (SANTOS, 2000)
Outras comunidades tradicionais	Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (BRASIL CIVIL, 2007)
Pesquisa e inovação	A pesquisa é um dos principais pilares que fundamentam a atuação de uma universidade. É dela que se originam novos conhecimentos e ideias, que podem ser transformados em produtos, processos e tecnologias, bens culturais e práticas inovadoras, que, por sua vez, irão gerar o desenvolvimento e o bem-estar para a sociedade. (UCS, 2009)
Povos indígenas	É um conjunto de famílias ou comunidades índias, quer vivendo em estado de completo isolamento em relação aos outros setores da comunhão nacional, quer em contatos intermitentes ou permanentes, sem, contudo, estarem neles integrados. (BRASIL, 1973)

Quadro 12 - Definição das categorias relacionadas ao campo discursivo Relações Socioambientais

Fonte: Vários autores (2021)

5.9. A categorização dos textos como forma de compreensão e direção a futuras pautas sobre a Amazônia

Entendemos que ao categorizar as matérias por temáticas específicas conseguimos compreender quais são os assuntos que mais despertam a atenção dos *Gatekeepers* provocando assim um olhar diferenciado sobre quais temas devem ser mais explorados para que sejam mais lidos e publicados. Segundo a teoria do *Gatekeeper*, proposta por White (1950), a difusão de uma notícia até ser veiculada por um meio de comunicação depende de uma série de caminhos organizacionais. Esses caminhos funcionam com *gates* (portões em inglês), que não possuem regras específicas além do olhar do editor geral, o selecionador final do que vai ou não ser publicado e em quais editorias.

Em sua tese de doutorado, defendida em abril de 2017, a jornalista Adriana Barsotti faz uma ressignificação das tarefas do *Gatekeeper*, incluindo diversos fatores novos que aparecem depois que os jornais saem da exclusividade do impresso e vão se aventurar nos caminhos das redes. Segundo Barsotti (2017) uma dessas características é o poder da voz do leitor na seleção das notícias. Se antes a última palavra era do “cão de guarda” da redação as novas mídias em rede alteraram substancialmente essas ações

Hoje suas preferências passam pelo filtro de poderosas multinacionais que regulam os regimes de visibilidade da notícia a partir da ação de algoritmos. Os filtros algorítmicos atuam como “editores”, decidindo quais notícias serão exibidas para quais leitores, com base em comportamentos prévios, preferências individuais, geográficas e interesses comerciais, criando comunidades virtuais isoladas umas das outras e que cada vez se encerram mais em si mesma.” (BARSOTTI, 2017, p. 272)

Com essa categorização acreditamos que nosso estudo possa auxiliar na geração de uma metodologia que direcione os profissionais da área ambiental, especialmente os da comunicação, sejam eles jornalistas, relações públicas, publicitários entre outros, e que possa fortalecer o debate ambiental sobre a Amazônia e os impactos positivos e negativos que vem sendo provocados pelos diversos atores que fazem parte de sua abrangência.

No gráfico 32 é possível perceber a diferença entre as categorias do campo **AMBIENTAL**.

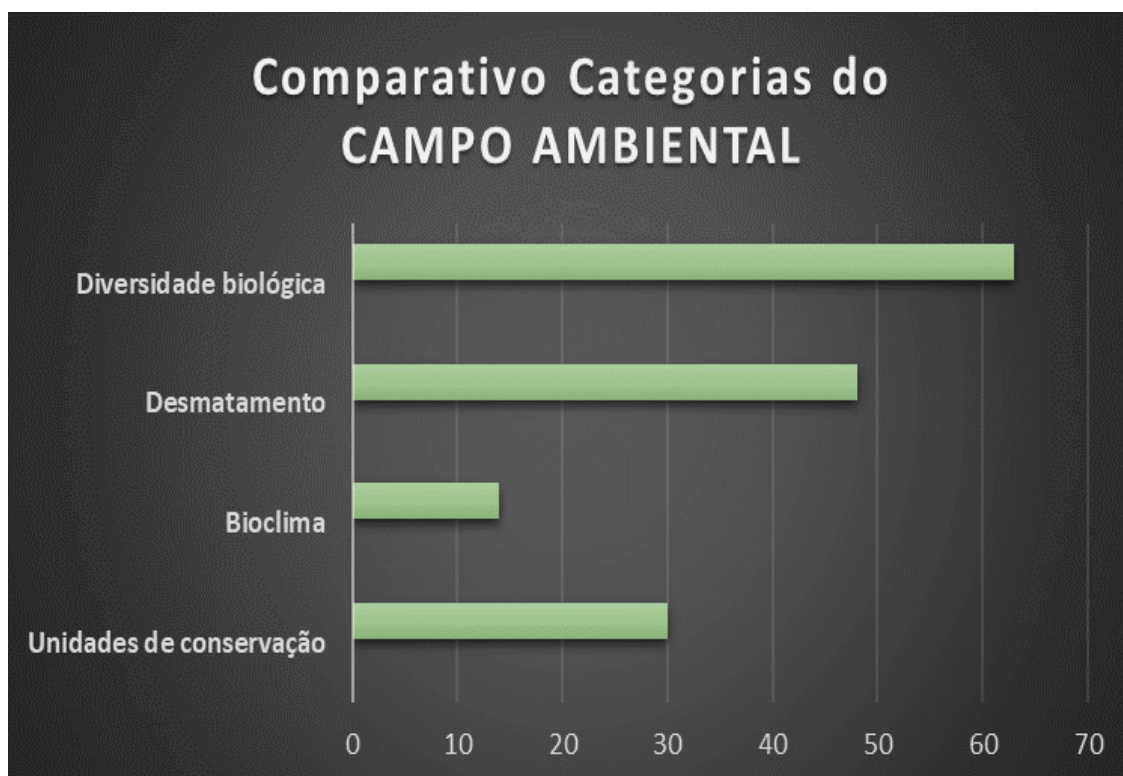


Gráfico 32 - Comparativo entre as categorias do campo Ambiental
Fonte: do autor (2020)

Dentre as categorias do campo **AMBIENTAL** tivemos os resultados conforme a tabela 6:

Unidades de conservação	30
Bioclima	14
Desmatamento	48
Diversidade biológica	63

Tabela 7 - Resultados publicações que abordam a categoria Campo Ambiental
Fonte: do autor (2020)

Observando o quadro acima notamos que a categoria Diversidade Biológica foi a mais utilizada com 63 matérias (40,5%), seguido por Desmatamento com 48 matérias (30,5%), Unidades de conservação com 30 (19,35%) e Bioclima com 14 (9%). Das 652 matérias o campo Ambiental aparece com 23,7%.

O campo **ECONÔMICO** apresentou 15,5% das matérias. As categorias tiveram como resultados os números apresentados na tabela 07:

Agronegócio	21
Indústria madeireira	9
Infraestrutura	19
Mineração	44
Turismo	8

Tabela 8 - Resultados publicações que abordam a categoria Campo Econômico
Fonte: do autor (2020)

Verificando o quadro é possível perceber que a categoria Mineração foi a que mais pautou as matérias analisadas durante o período. Ela aparece 44 vezes (43,5%) entre 2016 e 2018. A temática Agronegócio ocorre em 21 matérias (20,8%), seguidas por Infraestrutura com 19 textos (18,8%), Indústria madeireira com 9 matérias (8,9%) e Turismo com 8 (8%). Portanto podemos considerar que as atividades mineradoras são as mais procuradas para as pautas sobre a Amazônia nos veículos pesquisados. Um dos motivos sem dúvida foi a extinção da Reserva Nacional do Cobre e Associados (Renca) em 2017.

O gráfico 33 evidencia a comparação entre as categorias analisadas pelo estudo:

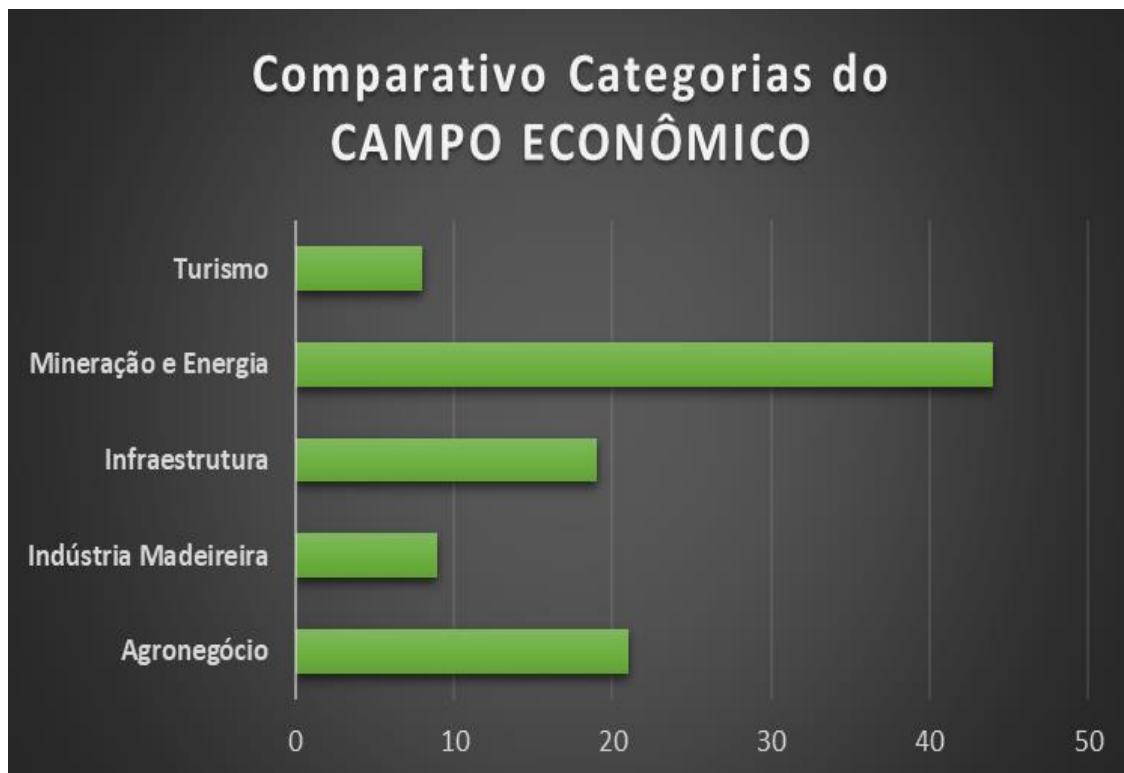


Gráfico 33 - Comparativo entre as categorias do campo Econômico
Fonte: do autor (2020)

A tabela 8 mostra a representatividade das categorias relacionadas ao campo Governança.

Fiscalização Ambiental	37
Políticas públicas	47
Três poderes	118

Tabela 9 - Resultados publicações que abordam a categoria Campo Governança
Fonte: do autor (2020)

O foco no campo **GOVERNANÇA** obteve 31% das matérias analisadas, abaixo o gráfico 34, demonstra a comparação entre as categorias elaboradas:



Gráfico 34 - Comparativo entre as categorias do campo Econômico
Fonte: do autor (2020)

A categoria Três poderes foi representada em 118 matérias (58,5%) do total Governança. Políticas públicas foi foco de 47 matérias (23,2) e Fiscalização Ambiental foi abordada em 37 textos (18,3%).



Gráfico 35 - Comparativo entre as categorias do campo Relações Socioambientais
Fonte: do autor (2020)

Acima vemos que gráfico que representa esses resultados. Como exposto na tabela 9, vemos os números relativos as categorias correspondentes ao campo Relações Sociais:

Assentamentos	2
Ativismo	22
Conflitos	34
Pesquisa e Inovação	64
Povos indígenas	50
Outras comunidades tradicionais	23

Tabela 10 - Resultados publicações que abordam a categoria Campo Relações Socioambientais
Fonte: do autor (2020)

Podemos verificar pelo quadro apresentado que a categoria Pesquisa e Inovação foi a mais utilizada nas matérias analisadas com 64 textos (32,8%), depois temos as matérias que abordam os povos indígenas com 50 publicações (25,6%), seguido por Conflitos com 34 (17,4%), outras comunidades tradicionais com 23 (11,9%), Ativismo com 22 (11,3%), e Assentamentos com 2 (1%). O gráfico 36 representa esses dados.

O anexo IX (p. 341 a 350) mostra mais dados coletados por meio de gráficos que ilustram os resultados apurados.

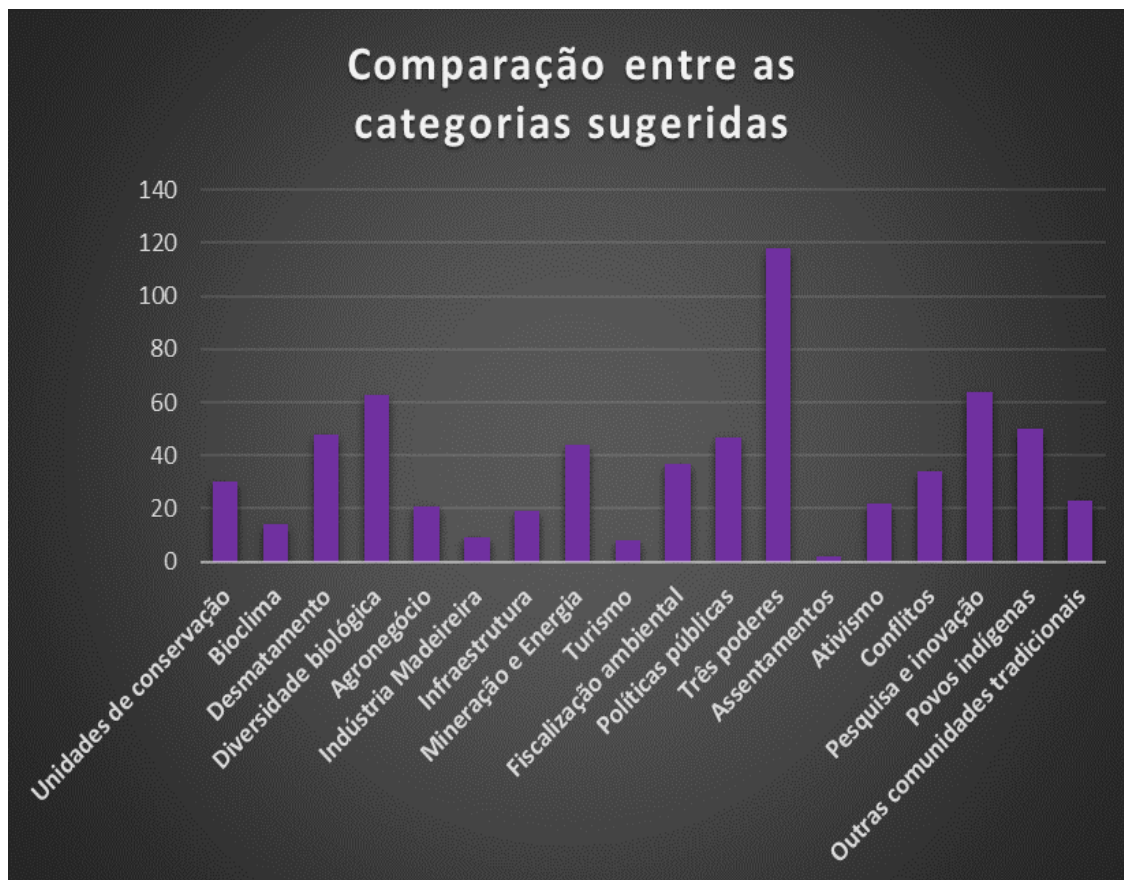


Gráfico 36 - Gráfico comparativo temáticas socioambientais na Amazônia
Fonte: do autor (2020)

No capítulo 6 estão as considerações finais sobre a pesquisa e quais as sugestões e opiniões podem ser relevantes quaaunto a cobertura jornalística sobre a Amazônia e quais hipóteses propostas no início desse pesquisa foram respondidas.

6. Considerações finais

Após dois anos de análise foi possível perceber que o “país” Amazônia apresenta diversas especificidades que precisam ser mais bem exploradas pelos divulgadores da informação. Vista como fonte inesgotável de recursos e lucros, acreditamos que ainda há muito a se aprender sobre como ampliar a divulgação de informação sobre o bioma, sem se manter na uniformidade. A floresta que abriga a maior biodiversidade do mundo também precisa ser entendida sob uma perspectiva de *Habitat*, tanto social quanto ecológico. Ao escolhermos a região como ponto principal de nosso estudo, buscamos compreender melhor essas particularidades, seja por meio de referências bibliográficas, seja conversando com outros profissionais que cobrem os impactos na floresta.

Hoje o país sofre imensa pressão internacional quanto a preservação da floresta ao mesmo tempo em que o agronegócio intensifica a redução de áreas de proteção do bioma.

Esse estudo procurou tentar entender como o jornalismo tenta trazer assuntos que destaquem a Amazônia. Acreditamos que é importante para o jornalista, principalmente aqueles que habitam o bioma, observar quais as pautas que tem a preferência dos veículos de comunicação e consequentemente da sociedade.

A pesquisa nos auxiliou a perceber quais os principais temas que cercam a extensa área que o bioma abrange. Dividir esses temas por campos de discussão nos levou a esmiuçar esse espaço de 5.500.000 km² em alguns detalhes que podem ser de fundamental importância quando se produz uma pauta ou um texto sobre tudo o que se passa nesse “mundão de mato” como falam alguns amazônidas.

O que pretendemos com essa tese é fundamentar alguns conceitos que nos eram já tão óbvios como a falta de políticas públicas para as comunidades que lá residem e a pouca rotatividade de temas locais abordados pela imprensa em geral. É importante salientar que esse trabalho apenas procura ser um passo inicial para estudos em jornalismo mais aprofundados sobre a Amazônia e, por que não, sobre a relevância do jornalismo ambiental como uma força motora das ações que possam preservar, conservar e desenvolver sustentavelmente toda a região.

Acreditamos que um dos resultados mais importantes é a não percepção do critério de noticiabilidade **proximidade geográfica**, pois como observamos em

nosso estudo mesmo com uma editoria intitulada Amazônia, o jornal *A Crítica*, único representante da região amazônica em nossas análises, foi o que menos apresentou matérias sobre o bioma entre os veículos brasileiros escolhidos para a tese. Podemos afirmar que o jornal se utiliza muito de textos produzidos por assessorias de imprensa de instituições de pesquisa e pouco explora os graves problemas sociais e culturais que ocorrem dentro do território amazônico.

Dentro de nossos resultados é importante citar que alguns dos critérios de noticiabilidade ficaram bem evidenciados pelo material que analisamos. Acreditamos que um desses critérios nos surpreendeu de certa maneira por ter sido bastante explorado por todos os veículos, esse critério é o da **notoriedade**. Foi muito interessante perceber o quanto os tuites de “celebridades” em temas que impactavam a Amazônia foram tão explorados pela mídia. Inclusive a avalanche de matérias citando essas pessoas pode ser inclusa como uma das responsáveis pela revogação do decreto que iria extinguir a Reserva Nacional de Cobre e Associados.

O estudo nos mostrou que o principal responsável e encarregado de propor as mudanças que possam reduzir os conflitos e os impactos negativos na região são os poderes constituídos, sendo eles as maiores fontes de informação na produção de pautas que abrangem o bioma. Também fica clara a responsabilidade dos veículos de comunicação, tradicionais ou tecnológicos, de aprofundar os debates sobre as problemáticas que acometem toda a população que vive da exploração dos recursos naturais ofertados pela maior floresta tropical do planeta.

Ao enfatizar as matérias mais longas, conforme pudemos perceber na pesquisa, e utilizando-se muitas vezes de reportagens profundas e abrangentes, afirmamos que a Amazônia é uma pauta socialmente relevante e infundável com um público leitor avidamente interessado, como podemos constatar na grande quantidade de matérias relacionadas ao ativismo pela proteção do bioma.

Pudemos observar que os resultados apurados na pesquisa se aproximam bastante das respostas da pesquisa que foi feita com os profissionais entrevistados, o que mostra que há uma compatibilização com o que entendemos sobre os rumos que a produção de pautas sobre a Amazônia podem ser direcionados.

O que podemos afirmar com os resultados apurados é que a região amazônica faz parte da lista de pautas importantes em diversos campos discursivos para a imprensa nacional e internacional.

Existe uma notória preferência pelos formatos jornalísticos Notícia e Reportagem quando se fala em Amazônia. As próprias especificidades da região oferecem a oportunidade de se contar muitas histórias, com temas diversificados e por isso é possível abordar a região por diferentes pontos de vista, muitas vezes existe mais de uma pauta dentro do assunto proposto. Textos maiores e aprofundados, no entendimento de jornalistas e veículos de mídia, sobre a Amazônia repercutem mais e ajudam a chamar a atenção dos leitores.

O ativismo é um importante produtor de pautas e indispensável para alertar veículos e leitores sobre impactos negativos que acontecem no bioma.

A produção própria de textos é vista pelos veículos como uma importante forma de apresentar os fatos relevantes ao bioma para a sociedade e as instituições de pesquisa são importantes fontes para a produção textual quando o tema é a Amazônia, mas percebemos que isso foi mais explorado pela mídia regional e internacional.

Outro importante detalhe apurado é que os veículos de comunicação nacional têm preferência em trabalhar com profissionais correspondentes ou dentro da redação para a apuração de dados para os textos em vez de utilizar profissionais que estão na região. É importante que o olhar do profissional regional seja valorizado em meio a tantos assuntos e controvérsias quando se fala em Amazônia.

Além da notoriedade, podemos destacar outros valores-notícia que se mostraram mais presentes durante a pesquisa. A **novidade** foi fundamental em diversos textos que pesquisamos. O fim da Renca, unidade de conservação pouco conhecida até aquele momento, despertou o interesse de profissionais e leitores sobre a região.

Também podemos destacar um importante valor-notícia que vem agregado ao ativismo que é a **notabilidade** do fato, isto é, a visibilidade que é dado ao acontecimento e isso pode ser observado por diversas vezes. O fator **tempo** também foi muito explorado pelas mídias analisadas, muitos temas serviram de gancho para diversos textos dentro do período. Podemos citar a descoberta de povos indígenas isolados que trouxe “a reboque” pautas sobre o garimpo ilegal em diversos territórios habitados por eles. Também matérias sobre fatos arqueológicos e acontecimentos foram explorados pelos jornais.

O **inesperado** é sempre um valor-notícia importante, pois quando se fala em biodiversidade, em relações socioambientais sempre existem novas descobertas a serem exploradas.

E, claro, um valor-notícia notório para o jornalismo ambiental em especial sobre a Amazônia é a **infração**. Região de diversos conflitos agrários e ações de impactos negativos ilegais como desmatamento, queimadas, entre outros, o bioma gera inúmeras pautas de despertam e alertam sobre essas atividades ilícitas. Uma pauta sobre a chacina de sem-terra em uma cidade paraense e o aumento do desmatamento pautaram vários veículos e são exemplos desse valor-notícia.

Respondendo as hipóteses formuladas na introdução desta tese, podemos ressaltar que a maioria das perguntas foram respondidas após análise e compilação dos dados, a saber:

- a) A maioria dos veículos ainda utiliza as pesquisas vindas de instituições do sul e sudeste sobre o bioma como principal geradora de pautas.
- b) Os assuntos sobre meio ambiente e economia ainda são os preferidos da mídia, mas temas como políticas públicas e povos indígenas tem ganhado destaque na imprensa.
- c) Os veículos internacionais mantêm correspondentes na região, diferentemente dos nacionais, e por isso se utilizam mais de grandes reportagens sobre os assuntos relacionados ao bioma,
- d) Podemos observar que o único jornal que está inserido na região produz muito pouco conteúdo sobre a Amazônia, utilizando muito os *releases* das assessorias de comunicação de instituições de ensino e pesquisa. Um exemplo é a pouca exploração do tema povos indígenas isolados, que teve repercussão nacional e internacional, e pouca regional.
- e) Outra hipótese respondida é que, apesar de muita produção, as assessorias de comunicação e os jornais regionais são pouco utilizados como fontes para iniciar uma pauta sobre o bioma. O que entendemos é que a maioria dos jornais fica a espera de uma grande repercussão sobre determinado assunto e procura suas próprias fontes para a produção textual.

Por meio dessa tese também buscamos mostrar que é possível instigar a relação harmoniosa – produção, conservação e justiça social – por meio da

imprensa, cujo alcance liberta-se do regional e atinge vários países no mundo. Ao analisar as publicações estrangeiras conseguimos presenciar um investimento de ponta para tornar o assunto Amazônia cada vez mais internacionalizado. E apesar da única publicação amazônica pesquisada não ter sido a que mais apresentou grandes textos é possível afirmar que os mesmos que foram analisados trabalham principalmente com problemas e fontes locais. Isso tem importância pois normalmente não fazem parte da agenda dos grandes veículos nacionais. Torna-se relevante quando constatamos na apuração que a temática Pesquisa e Inovação é uma das mais utilizadas na produção de pautas e os mais importantes centros de pesquisa sobre o bioma se localizam na Amazônia Legal.

E por fim esse estudo pretende ser um instrumento de consulta também para os profissionais que não estão ligados diretamente a área do Jornalismo, mas que trabalham com as ferramentas de divulgação para realizarem suas atividades sejam em instituições privadas, terceiro setor ou de pesquisa.

7. Referências bibliográficas

AGUIAR, Leonel Azevedo de. O jornalismo investigativo e seus critérios de noticiabilidade: notas introdutórias. **Alceu**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 7, p. 73-85, jul./dez. 2006.

AGUIAR, Leonel Azevedo de. Representações da crise do meio ambiente no jornalismo científico. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 28., 2005, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Intercom, 2005. p. 1-17. CD-ROM.

AGUIAR, Leonel Azevedo de; SCHAUN, Angela. A notícia e a lógica das sensações: uma contribuição para as teorias do jornalismo. **Chasqui: Revista Latinoamericana de Comunicación**, Quito, v. 1, n. 132, p. 225-245, ago./nov. 2016.

AGUIAR, Leonel Azevedo. Entretenimento: valor-notícia fundamental. **Estudos em jornalismo e mídia**, Florianópolis, v. 5, n. 1, p. 13-23, 2008.

AGUIAR, Sonia. Análise dos estudos sobre jornalismo ambiental: primeiras incursões. **Trabalho apresentado**, Petrópolis: Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo n. 9, 2011.

ALDÉ, Alessandra et al. Critérios jornalísticos de noticiabilidade: discurso ético e rotina produtiva. **Alceu**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 186-200, jun. 2005.

ALVES, Dáfni; FILHO, Dalson Figueiredo; HENRIQUE, Anderson. O Poderoso NVivo: uma introdução a partir da análise de conteúdo. **Política Hoje**, Recife, v. 24, n. 2, p. 119-134, jan./dez. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/politica hoje/index>>. Acesso em: 23 out. 2019.

ALVES, Rosental Calmon. Jornalismo digital: Dez anos de web: e a revolução continua. **Comunicação e Sociedade**, **Braga**, v. 10, n. 9, p. 93-102, nov. 2006. Disponível em: <<https://revistacomsoc.pt/article/view/1217>>. Acesso em: 15 out. 2015.

ANDERSON, Alison. Media, Politics and Climate Change: Towards a New Research Agenda. **Sociology Compass**, [S.l.], v. 3, n. 2, p. 166-182, mar. 2009. Wiley.

ANDERSON, Alison. Reflections on Environmental Communication and the Challenges of a New Research Agenda. **Environmental Communication**, [S.l.], v. 9, n. 3, p. 379-383, 17 jun. 2015.

ÂNGELO, Fabrício Fonseca. Amazônia em pauta: A ocupação e preservação da região amazônica sob a perspectiva da revista Realidade. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 38., 2015, Rio de Janeiro. **Anais....** São Paulo: Intercom, 2015. p. 1 - 15. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/lista_area_DT6-CC.htm>. Acesso em: 20 jul. 2017.

ÂNGELO, Fabrício Fonseca. Breve histórico da divulgação científica e da comunicação ambiental. In: BERNA, Vilmar Sidnei Demamam. **Comunicação Ambiental: reflexões e práticas em educação e comunicação ambiental**. São Paulo: Paulus, 2010. p. 29-40.

ÂNGELO, Fabrício Fonseca. **O jornalismo ambiental como ferramenta para a sustentabilidade**. 2008. 134 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

ÂNGELO, Fabrício Fonseca; CARVALHO, Cacilda do Nascimento. A informação ambiental como instrumento para a conscientização do cidadão: um estudo sobre as matérias de temática ambiental produzidas por cinco das principais revistas semanais de notícias. In: GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; SCHWAAB, Reges Toni. **Jornalismo Ambiental: Desafio e reflexões**. Porto Alegre: Dom Quixote, 2008. p. 303-317.

ARAUJO, Roberto; VIEIRA, Ima Célia G. Deforestation, and the ideologies of the frontier expansion: the case of criticism of the brazilian amazon monitoring program. **Sustentabilidade em Debate**, Brasília, v. 10, n. 3, p. 354-378, 31 dez. 2019. Editora de Livros IABS.

ARIMA, E.; BARRETO, P.; BRITO, M. **Pecuária na Amazônia: tendências e implicações para a conservação ambiental**. Belém: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, 2005.

ASSIS, Talita Oliveira et al. CO₂ emissions from forest degradation in Brazilian Amazon. **Environmental Research Letters**, [S.l.], v. 15, n. 10, p. 104035-104046, 24 set. 2020. Disponível em: <<https://iopscience.iop.org/article/10.1088/1748-9326/ab9cfc/pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2021.

AULETE, Caldas. **Dicionário Caldas Aulete da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: L&Pm, 2007. Disponível em <<http://www.caldasaulete.com.br>>. Acesso em 15 jul 2019.

BACCHETTA, Victor. El periodismo de la sustentabilidad. In: GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; SCHWAAB, Reges Toni (Orgs.). **Jornalismo ambiental: desafios e reflexões**. Porto Alegre: Dom Quixote, 2008. p. 84-88.

BACHA, Carlos José Caetano. O uso de recursos florestais e as políticas econômicas brasileiras: uma visão histórica e parcial de um processo de desenvolvimento. **Estudos Econômicos São Paulo**, v. 34, n. 2, p. 393-426, jun. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-416120040002000007&script=sci_arttext>. Acesso em: 22 jul. 2019.

BARAN, Michael et al. **“O clima está quente, né?”: justaposições e distanciamentos entre público e especialistas brasileiros sobre as mudanças climáticas**. Washington, DC: Frameworks Institute, 2015.

BARBOSA, Suzana (Org.). **Jornalismo Digital de Terceira Geração**. Covilhã: Universidade da Beira do Interior, 2007. Disponível em: <http://www.labcom-ifp.ubi.pt/ficheiros/20110824-barbosa_suzana_jornalismo_digital_terceira_geracao.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2015.

BARBOSA, Suzana. A informação de proximidade no jornalismo on-line. **Contracampo**, Salvador, v. 7, n. 0, p. 47-64, jun. 2004. Disponível em: <<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/contracampo/article/view/17/16>>. Acesso em: 12 nov. 2015.

BARBOSA, Suzana. A informação de proximidade no jornalismo on-line. **Revista Contracampo**, Niterói, v. 1, n. 07, p.47-64, 16 dez. 2008. Pro Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação - UFF.

BARBOSA, Suzana; NORMANDE, Naara; ALMEIDA, Yuri. Produção horizontal e narrativas verticais: novos padrões para as narrativas jornalísticas. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 23., 2014, Belém. **Anais...** Belém: Compós, 2014. p. 1 - 19.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Coimbra: Almedina, 2015. 288 p.

BARONI, Maria Alice Lima. **Narrativas do cotidiano nas favelas do Rio de Janeiro**: a relação dialógica entre a mídia comunitária e a imprensa hegemônica. 2014. 1 v. Tese (Doutorado) - Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

BARROS, Lucivaldo Vasconcelos. A nova lei do direito à informação ambiental. **R. Spei**, v. 5, n. 1, p. 7-13, 2004.

BARSOTTI, Adriana. **Jornalista em mutação**: do cão de guarda ao mobilizador de audiência. Florianópolis: Insular, 2014.

BARSOTTI, Adriana. **Primeira página**: do grito no papel ao silêncio no jornalismo em rede. 2017. 330 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

BAUER, M.W. ALLUM, N. MILLER, S. What can we learn from 25 years of PUS survey research? Liberating and expanding the agenda. **Public Understanding of Science**, v. 16 n. 79, 2007.

BAUER, Martin W. The Evolution of Public Understanding of Science—Discourse and Comparative Evidence. **Science, Technology And Society**, [S.l.], v. 14, n. 2, p. 221-240, jul. 2009. SAGE Publications.

BAYSHA, Olga; CALABRESE, Andrew. The Global in the Local: A Case Study on Deforestation in a Ukrainian Journalistic Field. **Environmental Communication**, [S.l.], v. 6, n. 2, p. 156-174, 21 mar. 2012. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/17524032.2012.664157>>. Acesso em: 03 nov. 2015.

BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**, [S.l.], v. 19, n. 53, p. 71-86, abr. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142005000100005&script=sci_abstract&tlng=es>. Acesso em: 16 dez. 2018.

BELMONTE, Roberto Villar. História do jornalismo ambiental brasileiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 10., 2015, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: Alcar, 2015. p. 1 - 15. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/10o-encontro-2015/gt-historia-do-jornalismo/historia-do-jornalismo-ambiental-brasileiro/at_download/file>. Acesso em: 05 jun. 2015.

BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo opinativo**. Porto Alegre: Sulina, 1980.

BENETTI, Marcia. Análise do discurso em Jornalismo: estudo de vozes e sentidos. In: LAGO, Claudia; BENETTI, Marcia. **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 107-122.

BENETTI, Marcia. O jornalismo como gênero discursivo. **Galáxia**, São Paulo, v. 1, n. 15, p. 13-28, jun. 2008. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/service/redalyc/downloadPdf/3996/399641241002/6>>. Acesso em: 14 dez. 2016.

BENSON, Rodney. News Media as a “Journalistic Field”: What Bourdieu Adds to New Institutionalism, and Vice Versa. **Political Communication**, [S.l.], v. 23, n. 2, p. 187-202, jul. 2006.

BERNA, Vilmar Sidnei Demamam. 2003. **Pela democratização da informação ambiental**. Disponível em: <<http://www.portaldomeioambiente.com.br>>. Acesso em 15 de fevereiro de 2017.

BIRD, Elizabeth; DARDENNE, Robert W. Mito, registro e histórias: explorando as qualidades narrativas das notícias. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: Questões, teorias e histórias**. 2. ed. Lisboa: Vega, 1999. p. 263-277.

BITTENCOURT, Maurício Pimentel Homem de. O jornalismo como política pública no debate da questão ambiental amazônica. **Revista de Estudos Sociais**, Cuiabá, v. 17, n. 34, p. 64-77, jan./jun. 2015. Disponível em: <<http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/res/article/view/2589>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

BIZRI, Hani Rocha El et al. Mining undermining Brazil's environment. **Science**, [S.L.], v. 353, n. 6296, p. 228.1-228, 14 jul. 2016. American Association for the Advancement of Science (AAAS). Disponível em: <https://novo.ufra.edu.br/images/El_Bizri_et_al._Mining_in_Brazil_2016.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2019.

BØDKER, Henrik; NEVERLA, Irene. Introduction. **Journalism Studies**, [S.l.], v. 13, n. 2, p. 152-156, abr. 2012. Disponível em <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/1461670X.2011.646394>>. Acesso em 15 out. 2016.

BOLLE, Willi; CASTRO, Edna; VEJMEKA, Marcel. **Amazônia: Região Universal e Teatro do Mundo**. São Paulo: Globo, 2010.

BORTOLOZZI, Arlêude. Comunicação, ensino e temática ambiental. **Comunicação & Educação**, São Paulo, n. 14, p. 42-48, 30 abr. 1999. Universidade de São Paulo, Agência USP de Gestão da Informação Acadêmica (AGUIA). Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/36842>>. Acesso em: 15 out. 2006

BOURASSA, Emily; AMEND, Elyse; SECKO, David M. A thematic review and synthesis of best practices in environment journalism. **Journal Of Professional Communication**, Montreal, v. 3, n. 1, p. 39-65, jan/jul. 2013.

BOURDIER, Pierre. Sobre a televisão: seguido de: a influência do jornalismo e os Jogos Olímpicos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BOURDIEU, Pierre. L'économie des échanges linguistiques. **Langue Française**, Paris, n. 34, p. 17-34, maio 1977. Disponível em: <www.jstor.org/stable/41557794>. Acesso em: 15 maio 2017.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOYER, Véronique. Misnaming Social Conflict: 'Identity', Land and Family Histories in a Quilombola Community in the Brazilian Amazon. **Journal of Latin American Studies**, [S.l.], v. 46, n. 3, p. 527-555, jul. 2014. Cambridge University Press (CUP).

BOYKOFF, Maxwell T; BOYKOFF, Jules M. Balance as bias: global warming and the us prestige press. **Global Environmental Change**, [S.l.], v. 14, n. 2, p. 125-136, jul. 2004. Elsevier BV.

BRASIL. Casa Civil. Lei nº 6001, de 19 de dezembro de 1973. **Estatuto do Índio**. Brasília, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6001.htm#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20Estatuto%20do%20%C3%8Dndio.&text=Art.,e%20harmoniosamente%2C%20%C3%A0%20comunh%C3%A3o%20nacional>. Acesso em: 20 maio 2020.

BRASIL. Fundação Cultural Palmares. **Relatório de Gestão**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2018. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2019/04/Presta%C3%A7%C3%A3o-de-Contas-FCP-2018-vers%C3%A3o-Final-01.04.2018.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2019.

BRASIL. Lei nº 9795, de 27 de abril de 1999. Brasília, 27 abr. 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm. Acesso em: 15 maio 2018.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação. Percepção pública da ciência e tecnologia 2015: **Ciência e tecnologia no olhar dos brasileiros**. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2019. Disponível em: <http://percepcaocti.cgee.org.br/wp-content/themes/cgee/files/sumario.pdf>. Acesso em: 15 maio 2016.

BRASIL. Ministério das Minas e Energia. Departamento Nacional de Produção Mineral. Brasília, 2012.

BRASIL. Ministério das Minas e Energia. Plano Nacional de Mineração 2030: Geologia, Mineração e Transformação Mineral. Ministério de Minas e Energia (2011).

BRASIL. Ministério de Ciência e Tecnologia: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. INPE. Relatório Técnico INPE: monitoramento da floresta amazônica brasileira por satélites. Os Sistemas de Monitoramento Deter e PRODES, julho de 2019.

BRASIL. Ministério do Interior. Decreto nº 1106, de 16 de junho de 1970. **Programa de Integração Nacional**. Brasília, jun, 1970.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Panorama da Biodiversidade Global 3**. Secretariado da convenção sobre diversidade biológica. Brasília (DF), 2010.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **População e desenvolvimento sustentável na Amazônia**. Brasília: UNFPA, 2015. Disponível em: <http://www.unfpa.org.br/Arquivos/amazonia1.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2019.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Relatório ARPA Biodiversidade**. Brasília: MMA, 2010

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente: Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ICMBIO). **Relatório de Gestão**. Brasília: ICMBIO, 2018. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/acessoainformacao/images/stories/relatorio_gestao/relatorio2018/Relatorio_de_Gestao_2018.pdf. Acesso em: 02 jul. 2019.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 6040, de 07 de fevereiro de 2007**. Brasília, DF, mar. 2007.

BRITANNICA, The Editors of Encyclopaedia. O jornal New York Times. **Enciclopédia Britânica**, 2019. Disponível Em <https://www.britannica.com/topic/The-New-York-Times>. Acessado em 29 abril 2021.

BRUNDTLAND, Gro Harlem et al. **Our common future – Call for Action**. Nova York, v. 8, 1987.

BRUNS, Axel. Gatekeeping, gatewatching, realimentação em tempo real: novos desafios para o jornalismo. **Brazilian Journalism Research**, Brasília, v. 10, n. 2, p. 224-247, 7 mar. 2015. Associação Brasileira de Pesquisadores de Jornalismo. Disponível em: <<https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/750>>. Acesso em: 14 set. 2017.

BUENO, Wilson da Costa. **O Jornalismo Científico e o compromisso das fontes**. 2002. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2004-05-07/jornalismo-cientifico-e-compromisso-com-fontes>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

BUENO, Wilson. Jornalismo Ambiental: explorando além do conceito. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 15, n. 1, p. 33-44, jan. 2007. Disponível em: <http://www.jornalismoambiental.org.br/portal/wp-content/uploads/2011/09/Jornalismo-Ambiental_Além-do>. Acesso em: 27 out. 2015.

BURSTYN, Maria Augusta Almeida; BURSZTYN, Marcel. Desenvolvimento Sustentável: Biografia de um conceito. In: NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do; VIANNA, João Nildo de Souza (Orgs.). **Economia, meio ambiente e comunicação**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. p. 54-67.

BURSZTYN, Marcel. Alguns temas da questão setentrional: contribuição ao debate sobre um projeto para a Amazônia brasileira. In: SAYAGO, Doris; TOURRAND, Jean-fraçois; BURSZTYN, Marcel. **Amazônia: Cenas e cenários**. Brasília: Universidade Federal de Brasília, 2003. p. 295-318.

BUTLER, R; LAURANCE, W. New strategies for conserving tropical forests. **Trends in Ecology & Evolution**, [S.l.], v. 23, n. 9, p. 469-472, set. 2008.

CAMARGO, A. Desenvolvimento sustentável: um estilo de governar. In: VERGARA, S. C. e CORREA, V. L. A. **Propostas para uma gestão pública municipal efetiva**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2004.

CAMARGO, Aspásia. Governança. In: TRIGUEIRO, André (org.). **Meio Ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento**. 4. ed. Campinas: Armazém do Ipê, 2005. p. 307-322.

CAMPOS, Pedro. Celso. **Jornalismo Ambiental e consumo sustentável: proposta de comunicação integrada permanente**. São Paulo, 2006. 325 f. Tese (Doutorado) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

CANELA, Guilherme. **Empresas e imprensa: pauta de responsabilidade**. São Paulo: Instituto Ethos, 2006

CAPOBIANCO, João Paulo. O que podemos esperar da Rio 92? **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 1-2, n. 6, p. 13-17, jan./jun. 1992.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Qual educação ambiental? Elementos para um debate sobre educação ambiental popular e extensão rural. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v. 2, n. 2, abr./jun., 2001.

CASA CIVIL. Constituição. Decreto nº 6040, de 07 de fevereiro de 2007. Brasília, DF, 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: 30 ago. 2020.

CASSIDY, William P. Outside influences: Extramedia forces and the newsworthiness conceptions of online newspaper journalists. **First Monday**, Chicago, v. 13, n. 1, p. 1-10, jan. 2008. Disponível em: <<https://firstmonday.org/ojs/index.php/fm/article/view/2051/1922>>. Acesso em: 25 ago. 2017.

CASTELFRANCHI, Yuri. Por que comunicar temas de ciência e tecnologia ao público? (muitas respostas óbvias... mais uma necessária). In: MASSARANI, Luisa (org.). **Jornalismo e ciência: uma perspectiva ibero-americana**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2010. p. 13-22.

CASTRO, Alexandre. Teorias do Jornalismo, Universidade e Profissionalização: desenvolvimento internacional e impasses brasileiros. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2012, Fortaleza. **Anais...** São Paulo: Intercom, 2012. p. 1-11.

CASTRO, Edna. Política de Estado e atores sociais na Amazônia contemporânea. In: BOLLE, Willi; CASTRO, Edna; VEJMEKA, Marcel (Orgs). **Amazônia: Região Universal e Teatro do Mundo**. São Paulo: Globo, 2010. Cap. 4. p. 105-122.

CASTRO, Edna; VEJMEKA, Marcel. **Amazônia: região universal e mercado do mundo**. São Paulo: Globo, 2010. p. 123-140.

Centro de Sensoriamento Remoto (2015). Disponível em: <<http://www.csr.ufmg.br>>. Acesso em 12 ago. 2019.

CERVI, Emerson Urizzi. Padrão de qualidade e critérios de noticiabilidade: explicações normativas e efeitos das notícias. **Libero**, São Paulo, v. 19, n. 10, p. 61-73, jun. 2007. Disponível em: <<http://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/672/640>>. Acesso em: 15 set. 2016.

CEZAR, Gustavo Buss. **Critérios de noticiabilidade: Uma releitura frente à nova relação espaço-temporal da sociedade em rede**. 2010. 155 f. Dissertação (Mestrado em Meios de Comunicação), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

CHAVES, M. P. S. R. **Uma experiência de Pesquisa-ação para gestão de tecnologias apropriadas na Amazônia: o estudo de caso do assentamento de Reforma Agrária Iporá**. 2001. Tese (Doutorado), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2001.

CHRISTOFOLETTI, Rogério; LAUX, Ana Paula França. Confiabilidade, credibilidade e reputação: no jornalismo e na blogosfera. **Intercom: Revista Brasileira de Comunicação**, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 29-49, jan./jun. 2008. Disponível em: <http://portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/article/view/194/187>>. Acesso em: 15 fev. 2019.

COLEMAN, Renita et al. Agenda Setting. In: WAHL-JORGENSEN, Karin; HANITZSCH, Thomas. **The handbook of journalism studies**. New York: Routledge, 2009. p. 147-160.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 1, 1997, Brasília. **Declaração de Brasília para a Educação Ambiental**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 1997. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/informma/item/8069-declara%C3%A7%C3%A3o-de-bras%C3%ADlia-para-a-educac%C3%A7%C3%A3o-ambiental.html>>. Acesso em: 15 dez. 2009.

CORDANI, Umberto G.; MARCOVITCH, Jacques; SALATI, Eneas. Avaliação das ações brasileiras após a Rio 92. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 11, n. 29, p. 399-408, abr. 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141997000100019&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 out. 2019.

CORREIA, João Carlos. O admirável Mundo das Notícias: Teorias e Métodos. **Covilhã: Labcom Books**, 2001. 249 p. (Estudos em Comunicação). Disponível em: <https://ubibliorum.ubi.pt/handle/10400.6/4344>>. Acesso em: 14 dez. 2016.

COSTA, Lainton Alves da; ASSIS, Francisco de. Gêneros jornalísticos. In: MELO, José Marques de; ASSIS, Francisco de. **Gêneros jornalísticos no Brasil**. 2. ed. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2013. p. 43-84.

COSTA, Luciana Miranda. **Sob fogo cruzado das campanhas: ambientalismo, comunicação e agricultura familiar na prevenção ao fogo acidental na Amazônia**. 2004. 317 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido), Universidade Federal do Pará, Belém, 2004. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/2323>>. Acesso em: 11 jul. 2019.

COSTA, Sérgio Roberto. **Dicionário de gêneros textuais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

CREECH, Brian; MENDELSON, Andrew L. Imagining the Journalist of the Future: technological visions of journalism education and newswork. **The Communication Review**, [S.L.], v. 18, n. 2, p. 142-165, 3 abr. 2015.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. São Paulo: Biblioteca Nacional, 1903. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2163>. Acesso em: 01 nov. 2015.

CURRAN, James. The future of journalism. **Journalism Studies**, Londres, v. 11, n. 4, p. 464-476, jun. 2010. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/14616701003722444>>. Acesso em: 12 jul. 2018.

CYMBALUK, Fernando. **O que acontece com atividades de mineração na Amazônia?** 2017. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2017/09/14/o-que-acontece-com-atividades-de-mineracao-na-amazonia.htm>>. Acesso em: 14 set. 2017.

DE ARAÚJO RODAS, Caroline; DI GIULIO, Gabriela Marques. Mídia brasileira e mudanças climáticas: uma análise sobre tendências da cobertura jornalística, abordagens e critérios de noticiabilidade. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 40, 2017.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história da devastação da mata atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DeFRIES, R. S. et al. Carbon emissions from tropical deforestation and regrowth based on satellite observations for the 1980s and 1990s. **Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America**, n. 99, p. 14256-14261, 2002.

DESA, U. N. **United Nations Department of Economic and Social Affairs (2010): World Urbanization Prospects: The 2009 Revision**. File 17a: Urban Population (Thousands), Number of Cities and Percentage of Urban Population by Size Class of Urban Settlement, Major Area, Region and Country, 1950–2025. Nova Iorque: UN DESA.

DIEHL, Astor Antônio; TATIM, Denise Carvalho. **Pesquisa em Ciências Sociais: métodos e técnicas**. São Paulo: Pearson, 2004. 168 p.

DINIZ, Amarildo; PAIXÃO, Norma. **Apostila de Conhecimentos específicos: IBAMA**. São Paulo: Editora Central de Concursos, 2003.

DUARTE, Jorge. Entrevista em Profundidade. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (Orgs). **Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015. Cap. 3. p. 62-83.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (Orgs.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

DUNWOODY, Sharon. Science journalism. In: BUCCHI, Massimiano; TRENCH, Brian (Eds.). **Handbook of public Communication of Science and Technology**. New York: Routledge, 2008. p. 15-26.

EL BIZRI, Hani Rocha et al. Mining undermining Brazil's environment. **Science**, v. 353, n. 6296, p. 228, 2016.

ELIAS, Maria de Cioppo. **Celestin Freinet: uma pedagogia de atividade e cooperação**. Vozes: Petrópolis, 2010. 112 p.

ERBOLATO, Mario. **Técnicas de codificação em Jornalismo**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1991.

ESPINOSA, Pastora Moreno. Los géneros periodísticos informativos en la actualidad internacional. **Âmbitos**, Sevilla, v. 2, n. 5, p. 169-190, jun./dez. 2000. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11441/12708>>. Acesso em: 15 nov. 2019.

ESTADO DE SÃO PAULO. **História do jornal O Estado de São Paulo**. São Paulo: 1995. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/historia-do-grupo/>>. Acesso em: 25 maio 2015.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FALCÃO, V. Dupla hélice. In: VILAS BOAS, S. (Orgs.). **Formação e Informação científica: jornalismo para iniciados e leigos**. São Paulo: Summus, 2005. p. 89-104.

FAO. **FAO'S work on Climate Change: United Nations Climate Change Conference 2017**. Nova Iorque: Organização das Nações Unidas, 2017.

FAO. **The State of the World's Forests 2018: forest pathways to sustainable developmen**. Roma: Organização das Nações Unidas, 2018. 139 p. Disponível em: <http://www.fao.org/3/i9535en/i9535en.pdf>. Acesso em: 18 set. 2019.

FEARNSIDE, Philip M. Desmatamento na Amazônia: dinâmica, impactos e controle. **Acta Amazônica**, Manaus, v. 36, n. 3, p. 395-400, jan./jun. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0044-59672006000300018>. Acesso em: 02 jun. 2019.

FELISBERTO, Proxério Manoel et al. A geração e o gerenciamento de referências bibliográficas com o Mecanismo Online para Referências - MORE. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, v. 20, n. 42, p. 79, 14 abr. 2015. Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2015v20n42p79>>. Acesso em: 30 out. 2019.

FENAJ. **Imprensa Brasileira: dois séculos de história**. 2017. Disponível em: <https://www.anj.org.br/site/servicos/menindjornalistica/87-technology/download/17_bec8a0f7a4bbaa1b5180efd2abf70ad0.html>. Acesso em: 25 set. 2019.

FERRARI, Pollyana. **Jornalismo digital**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004

FERREIRA, Gil Baptista. Gatekeeping Changes in the New Media Age: The Internet, Values and Practices of Journalism. **Brazilian Journalism Research**, Brasília, v. 14, n. 2, p. 486-505, 30 ago. 2018. Associação Brasileira de Pesquisadores de Jornalismo. Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/download/1026/pdf_1>. Acesso em: 23 maio 2016.

FERREIRA, Jairo. Mídia, jornalismo e sociedade: a herança normalizada de Bourdieu. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 35-45, jul. 2005.

FERREIRA, Leandro Valle; VENTICINQUE, Eduardo; ALMEIDA, Samuel. O desmatamento na Amazônia e a importância das áreas protegidas. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 157-166, jan./jun. 2005. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10052>>. Acesso em: 22 jul. 2019.

FERREIRA, Leila da Costa; VIOLA, Eduardo (Orgs.). **Incertezas de sustentabilidade na globalização**. Campinas: Universidade de Campinas, 1996. 332 p.

FIGUEIREDO, Lisette Fernandes. **A nota jornalística no Jornal do Brasil**: um estudo do gênero textual e de sua função no jorna. 2003. 134 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2003. Disponível em: http://pergamum.unisul.br/pergamum/pdf/69879_Lisette.pdf. Acesso em: 15 out. 2019.

FOLHA DE SÃO PAULO (Ed.). Manual de redação. 3. ed. São Paulo: Publifolha, 2008.

FOLHA DE SÃO PAULO. **História da Folha**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/institucional/pages/historia_da_folha.shtml?fill=4>. Acesso em: 26 maio 2016.

FONSECA JÚNIOR, Wilson Correa da. Análise de Conteúdo. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio. Comunicação, Métodos e Técnicas de Pesquisa em. **Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação**: Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015. Cap. 18. p. 280-304.

FRANKLIN, Bob. The Future of Journalism. **Digital Journalism**, [S.l.], v. 2, n. 3, p. 254-272, 3 jul. 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/21670811.2014.930253>>. Acesso em: 23 out. 2015.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática para a liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980

FUNES, Eurípedes Antônio. Comunidades mocambeiras do Trombetas. In: ANDRADE, Lúcia M. M. de; GRUPIONI, Denise Fajardo. **Entre Águas Bravas e Mansas, índios & quilombolas em Oriximiná**. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo Iepé, 2015, p. 16-61.

GARDNER, Toby A. et al. A multi-region assessment of tropical forest biodiversity in a human-modified world. **Biological Conservation**, [S.l.], v. 143, n. 10, p. 2293-2300, out. 2010

GAVIRATI, Pablo Marcelo. Periodismo local y cambio climático global análisis discursivo de la COP-15 en la prensa Argentina. **Razón y Palabra**, [S.l.], v. 79, n. 79, p. 1-30, maio/jul. 2012. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=199524411035>>. Acesso em: 25 maio 2018.

GENRO FILHO, Adelmo. Questões sobre jornalismo e ideologia. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 164-167, jan. 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2234/1846>>. Acesso em: 27 out. 2015.

GIANNOULIS, Christos; BOTETZAGIAS, Iosif; SKANAVIS, Constantina. Newspaper Reporters' Priorities and Beliefs About Environmental Journalism: An Application of Q-Methodology. **Science Communication**, [S.l.], v. 32, n. 4, p. 425-466, 18 ago. 2010. SAGE Publications.

GIRARD, Ilza Maria Tourinho (Org.). **Jornalismo ambiental: teoria e prática**. Porto Alegre: Metamorfose, 2018. 175 p.

GIRARDI, Ilza Maria Tourinho et al. Caminhos e Descaminhos do Jornalismo Ambiental. **Comunicação & Sociedade**, São Bernardo do Campo, v. 34, n. 1, p. 131-152, 31 dez. 2012. Instituto Metodista de Ensino Superior. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/CSO/article/view/2972/3136>>. Acesso em: 23 out. 2015.

GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; CAMANA, Ângela; LOOSE, Eloisa Beling. Panorama da pesquisa em Jornalismo Ambiental no Brasil: o estado da arte nas dissertações e teses entre 1987 e 2010. **Intexto**, Porto Alegre, v. 1, n. 34, p. 362-384, dez. 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/intexto/article/view/58452/35501>. Acesso em: 25 out. 2018.

GIRARDI, Ilza Tourinho; MORAES, Claudia Herte de. Jornalismo e mudanças climáticas: reflexões a partir da ótica do jornalismo ambiental. In: REYES, Rogelio Fernandez; CHAVEZ, Rosalba Mancinas (Orgs.). **Actas de las jornadas internacionales: medios de comunicación y cambio climático**. Sevilla: Fénix, 2012. p. 45-58.

GLOBAL FOREST WATCH. **Brazil deforestation rates & statistics**. 2018. Disponível em: <<https://www.globalforestwatch.org/dashboards/country/BRA/?category>>. Acesso em: 15 nov. 2019.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Geo-grafías: movimientos sociales, nuevas territorialidades y sustentabilidad**. Cidade do México: Siglo Veintiuno, 2001.

GREENBERG, Michael R. et al. Network Evening News Coverage of Environmental Risk. **Risk Analysis**, [S.l.], v. 9, n. 1, p. 119-126, mar. 1989. Wiley. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1539-6924.1989.tb01227.x>>. Acesso em: 27 jun. 2016.

GUERRA, Josenildo Luiz; ROTHBERG, Danilo; MARTINS, Gerson Luiz (Org.). **Crítica do jornalismo no Brasil**: produção, qualidade e direito à inf. Covilhã: Labcom. Universidade Beira do Interior, 2016. 292 p. Disponível em: <<http://www.labcom-ifp.ubi.pt/book/281>>. Acesso em: 11 jan. 2017.

HANSEN, Anders. Communication, media and environment: Towards reconnecting research on the production, content and social implications of environmental communication. **International Communication Gazette**, [S.l.], v. 73, n. 1-2, p. 7-25, jan. 2011. SAGE Publications.

HAURADOU, Gladson Rosas; AMARAL, Maria Virgínia Borges. Mineração na Amazônia brasileira: aspectos da presença e avanço do capital na região. **Revista de Políticas Públicas**, [S.l.], v. 23, n. 1, p. 402-420, 25 jul. 2019. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/11929/6699>. Acesso em: 15 nov. 2019.

HAWKING, Stephen. This is the most dangerous time for our planet. **The Guardian**. London, 01 dez. 2016. Opinion, online. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2016/dec/01/stephen-hawking-dangerous-time-planet-inequality>. Acesso em: 23 maio 2017.

HEATH, Robert L. et al. Nature, Crisis, Risk, Science, and Society: What is Our Ethical Responsibility? **Environmental Communication**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 34-48, maio 2007. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/17524032.2015.1044063#.Vje9SvlRHIU>>. Acesso em: 25 ago. 2015.

HERNANDO, Manuel Calvo. Democracia y periodismo científico. **Chasqui**: Revista Latinoamericana de Comunicación, Quito, v. 1, n. 66, p. 11-13, jun. 1999. Disponível em: <<https://revistachasqui.org/index.php/chasqui/article/view/506>>. Acesso em: 15 maio 2007.

HERSCOVITZ, Heloisa Golbspan. Análise de conteúdo em jornalismo. In: LAGO, Claudia; BENETTI, Marcia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 123-142.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. Amazônia: os avanços e os desafios da pesquisa agrícola. **Parcerias Estratégicas**, Brasília, v. 18, n. 36, p. 33-54, jan./jun. 2003.

HOUGHTON, R. Tropical deforestation as a source of greenhouse gas emissions. In: MOUTINHO, P.; SCHWARTZMAN, S. (Eds.) **Tropical deforestation and climate change - Belém - Pará - Brazil**: IPAM - Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia; Washington DC - USA: Environmental Defense, 2005.

HOWARTH, Anita. Participatory politics, environmental journalism and newspaper campaigns. **Journalism Studies**, [S.l.], v. 13, n. 2, p. 210-225, abr. 2012. Informa UK Limited. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/1461670X.2011.646398?needAccess=true>>. Acesso em: 09 nov. 2015.

HOWES, Michael et al. Environmental Sustainability: A Case of Policy Implementation Failure? **Sustainability**, [S.l.], v. 9, n. 2, p. 165-192, 24 jan. 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasília, 2005.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Brasília: IBGE, 2018. Disponível em: <www.ibge.gov.br>.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Censo agrícola 2006. Disponível em <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>>.

IFEJ. International Federation of Environmental Journalism. Paris, Ethics **Code of Environmental Journalists**. Disponível em: <www.ifej.org>. Acesso em: 25 fev. 2017.

IMAZON. **A Amazônia em números: raio x da ocupação da Amazônia. Raio X da Ocupação da Amazônia**. 2013. Disponível em: <<https://imazon.org.br/imprensa/a-amazonia-em-numeros/>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

IPAM. **Desmatamento zero: como e porque chegar lá**. Belém: Ipam, 2017. Disponível em: <<https://ipam.org.br/wp-content/uploads/2017/11/Desmatamento-zero-como-e-por-que-chegar-laFINAL.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2019.

IPAM. **Projetos de lei querem mineração em “Renca” em áreas protegidas do Brasil**. 2017. Disponível em: <<https://ipam.org.br/projetos-de-lei-querem-mineracao-em-l-renca-em-areas-protegidas-do-brasil/>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

IPCC. International Panel of Climate Changes. **Climate Change 2014: Synthesis Report**. Contribution of Working Groups I, II and III to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. IPCC, 2014. Genebra, 151 pp.

IPCC. International Panel of Climate Changes. **Climate Change 2007: mitigation**. contribution of working group III to the fourth assessment report of the intergovernmental panel on climate change. New York: Cambridge, 2007. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2018/03/ar4_wg3_full_report-1.pdf>. Acesso em: 25 out. 2016.

IPCC. International Panel of Climate Changes. **Climate Change: the 1990 and 1992 IPCC assessments**. Quebec: IPCC, 1990. 126 p. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2018/05/ipcc_90_92_assessments_far_full_report.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2018.

IRETON, Cherilyn; POSETTI, Julie. **Journalism, 'Fake News' & Disinformation: Handbook for Journalism Education and Training**. Paris: Unesco, 2018.

IVERO, Sérgio *et al.* Pecuária e desmatamento: uma análise das principais causas diretas do desmatamento na Amazônia. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 19, n. 1, p. 41-66, jan. /abr. 2009.

J. Biodiversity hotspots for conservation priorities. *Nature*, n. 403, p. 853-858, 2000.

JACOBI, Pedro Roberto; SINISGALLI, Paulo Antonio de Almeida. Governança ambiental e economia verde. **Ciência & Saúde Coletiva**, São Paulo, v. 1, n. 6, p. 1469-1478, jan./jun. 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.org/pdf/csc/2012.v17n6/1469-1478/pt>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

JENKINS, H. A cultura da convergência. In: MARTINO, L.M.S. *Teoria das Mídias Digitais*. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 34-39

JOHN, Lee. **O caminho do compromisso**. 2001. Disponível em: <www.comtexto.com.br>. Acesso em 25/09/2007.

JOSÉ MARQUES DE MELO (São Paulo). Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Eds.). **Enciclopédia INTERCOM de Comunicação**. São Paulo: Intercom, 2010. 1242 p.

JOSEPHI, Beate. Journalism in the Global Age. **Gazette**. Londres, v. 67, n. 6, p. 575-590, dez. 2005. SAGE Publications.

JUBERG, Claudia. Afinal, quem pauta o sensacionalismo do jornalismo científico. In: RIBEIRO, Dominique; WERNECK, Érika Franziska Herd (Orgs.). **Ciência e pobreza no século XXI: ciclo de atualização em jornalismo científico**. Rio de Janeiro: Fundação de Apoio à Pesquisa do Rio de Janeiro, 2002. p. 165-171.

KORZAAN, Melinda; LAWRENCE, Cameron. Advancing Student Productivity: an introduction to evernote. **Information Systems Education Journal**, [S.I.], v. 2, n. 14, p. 19-26, mar. 2016. Disponível em: <<http://isedj.org/2016-14/n2/ISEDJv14n2p19.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2019.

LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LASWELL, Harold. **The Communication of Ideas**. New York: Lyman Bryson, 1948.

LEE, Alfred Mcclung. **The Daily Newspaper in America: The Evolution of a Social Instrument**. Nova Iorque: The Macmillan Company, 1937. Disponível em: <<https://ia802604.us.archive.org/19/items/dailynewspaperin007602mbp/dailynewspaperin007602mbp.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2017.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2001.

LIMA, Eliana de Souza. **A importância da mídia na conscientização ambiental**. 2004. Disponível em: http://www.comunicacaoempresarial.com.br/comunicacaoempresarial/artigos/jornalismo_ambiental/artigo2.php. Acesso em: 26 nov. 2017.

LIMA, João Vicente Barroso da Costa; NEVES, Fabrício Monteiro; RODRIGUES, Léo Peixoto. Os usos discursivos da ciência e da tecnologia nas disputas políticas ambientais. **Sociedade e Estado**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 517-538, ago. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v31n2/0102-6992-se-31-02-00517.pdf>. Acesso em: 28 set. 2018.

LIPPMAN, Walter. **Public Opinion**. Nova York: Harcourt, 1922.

LIPPMAN, Walter; MERZ, Charles. A test of the News. **The New Republic**, Nova Iorque, v. 23, n. 2, p. 1-41, 4 ago. 1920.

LIRA, Talita de Melo; CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues. Comunidades Ribeirinhas na Amazônia: organização sociocultural e política. **Interações**, Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande, p. 66-76, 29 fev. 2016.

LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade. Brasília: Universidade Federal de Brasília, 2002. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/territorios-sociais-e-povos-tradicionais-no-brasil-por-uma-antropologia-da>. Acesso em: 15 out. 2019.

LLORENTE, José Antonio. **Panorama da imprensa latino-americana**: O boom antes do desafio da Internet. Madrid: Llorente&cuenca; 2013. Disponível em: http://www.desarrollando-ideas.com/publico/140210_dmasi_informe_especial_panorama_imprensa_PT.pdf. Acesso em: 19 out. 2015.

LONGHI, Raquel Ritter; WINQUES, Kérley. O lugar do longform no jornalismo online. Qualidade versus quantidade e algumas considerações sobre o consumo. **Brazilian Journalism Research**, Brasília, v. 11, n. 1, p. 110-127, 16 set. 2015. Associação Brasileira de Pesquisadores de Jornalismo. <http://dx.doi.org/10.25200/bjr.v11n1.2015.693>. Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/693/621>. Acesso em: 14 maio 2018.

LORES, Raul Juste. Jornalismo aprofundado tem mercado, diz editor do 'Washington Post'. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 02 maio 2015. Mercado, p. 5-7. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/mercado/2015/05/1624037-jornalismo-aprofundado-e-serio-tem-um-mercado-enorme-diz-editor-do-washington-post.shtml?origin=folha>. Acesso em: 20 ago. 2015.

MACHADO, Elias. Dos estudos sobre o jornalismo às teorias do jornalismo (Três pressupostos para a consolidação do jornalismo como campo de conhecimento). **E-Compós**, São Paulo, v. 1, n. 26, p. 2-15, jun. 2004. Disponível em: <<https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/2/4>>. Acesso em: 05 dez. 2018

MACHADO, Elias. Dos estudos sobre o jornalismo às teorias do jornalismo: Três pressupostos para a consolidação do jornalismo como campo de conhecimento. **E-compós**, [S.l.], ano 2004, v. 1, ed. 1, p. 1-15, 26 jun. 2004. Disponível em: <<https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/2/4>>. Acesso em: 11 nov. 2018.

MACHADO, Elias. From Journalism Studies to Journalism Theory. **Brazilian Journalism Research**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 11-23, 30 jun. 2005. Associação Brasileira de Pesquisadores de Jornalismo. Disponível em: <<https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/37>>. Acesso em: 02 mar. 2016.

MACLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. São Paulo: Cultrix, 1964.

MAIGRET, Éric. **Sociologia da Comunicação e das Mídias**. São Paulo: Senac, 2010.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação e Jornalismo: A saga dos cães perdidos**. São Paulo: Hacker, 2002.

MARQUES DE MELO, José. **Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro**. 3. ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. Os meios de comunicação na esfera pública: novas perspectivas para as articulações entre diferentes arenas e atores. **Libero**, São Paulo, v. 11, n. 21, p. 23-37, jun. 2008. Disponível em: <<http://201.33.98.90/index.php/libero/article/view/594/562>>. Acesso em: 25 set. 2018.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida; MONT'ALVERNE, Camila. A opinião da empresa no Jornalismo brasileiro: um estudo sobre a função e a influência política dos editoriais. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 121-137, 22 dez. 2014. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Disponível em: <http://www.academia.edu/download/38071399/Artigo_Montalverne_e_Marques_-_Estudos_em_Jornalismo_e_Midia_2015.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2018.

MARQUES, Luiz César. **Capitalismo e colapso ambiental**. Campinas: Universidade de Campinas, 2015.

MARTELETO, Regina Maria; SILVA, Antônio Braz de Oliveira e. Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. **Ciência da Informação**, [S.l.], v. 33, n. 3, p. 41-49, dez. 2004. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ci/v33n3/a06v33n3.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2018.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Métodos de pesquisa em Comunicação**: projetos, ideias, práticas. Petrópolis: Vozes, 2018.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Mídia e Poder Simbólico**. São Paulo, Paulus, 2003.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Teoria das Mídias Sociais: Linguagens, ambiente e redes**. São Paulo: Vozes, 2015. p. 34-39.

MASSIERER, Carine. As rotinas de produção jornalística como o novo vilão do meio ambiente. In: GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; LOOSE, Eloísa Beling e BAUMONT, Clarissa Cerveira de (Orgs.). **Ecos do planeta: estudos sobre informação e jornalismo ambiental**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

MAURANO, Luís Eduardo P.; ALMEIDA, Cláudio Aparecido de; MEIRA, Maurício Braga. Monitoramento do desmatamento do cerrado brasileiro por satélite Prodes cerrado. In: Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, 2019, Santos. **Anais [...]**. Santos: Galoá, 2019. p. 191-194.

MÁXIMO, Luciano. The Guardian: um jornal que tem causas. **Observatório da Imprensa: Você nunca mais vai ler jornal do mesmo jeito**. São Paulo, p. 01-02. 09 jun. 2015. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/the-guardian-um-jornal-que-tem-causas/>>. Acesso em: 23 ago. 2015.

MCCOMBS, Maxwell E.; SHAW, Donald L. The Agenda-Setting Function of Mass Media. **The Public Opinion Quarterly**, Oxford, v. 36, n. 2, p. 176-187, jun./out. 1972.

MEADOWS, Arthur Jack. **A comunicação científica**. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

MEADOWS, Donella H. et al. **The Limits to Growth: A Report for THE CLUB OF ROME'S Project on the Predicament of Mankind**. 5. ed. Washington: Universe Books, 1972.

MEIRA, Genival Fernandes et al. Detecção de desmatamentos no bioma cerrado entre 2002 e 2009: padrões, tendências e impactos. **Revista Brasileira de Cartografia**, Uberlândia, v. 63, n. 3, p. 341-349, mar. 2012. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/revistabrasileiracartografia/article/view/43744>>. Acesso em: 15 out. 2018.

MELO, José Marques de; ASSIS, Francisco de (Orgs.). **Gêneros jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2013.

MELO, José Marques de; RIBEIRO, José Hamilton. **Jornalismo Científico: Teoria e Prática**. São Paulo: Intercom, 2014.

MITTERMEIER, Russell A. et al. Uma breve história da conservação da biodiversidade no Brasil. **Megadiversidade**, [S.l], v. 1, n. 1, p. 14-21, jul. 2005.

MOORE, Rick Clifton. Where Epistemology Meets Ecology: Can Environmental News Reporting Survive Postmodernism? **Mass Communication and Society**, [S.l.], v. 2, n. 1-2, p. 3-25, jan. 1999. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/15205436.1999.9677859>>. Acesso em: 11 nov. 2015.

MORAES JUNIOR, E.; ANTONIOLI, M. E. Jornalismo e newsmaking no século XXI: novas formas de produção jornalística no cenário online. **Revista Alterjor**, São Paulo: Universidade de São Paulo, v. 14, n. 2, p. 43-52, 2016. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/121436>>. Acesso em: 10 nov. 2019

MORAES JÚNIOR, Enio; ANTONIOLI, Maria Elisabete. Jornalismo e Newsmaking no século XXI: Novas formas de produção jornalística no cenário online. **Alterjor**, São Paulo: Universidade de São Paulo, v. 2, n. 14, p. 45-55, jul./dez. 2016. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/121436/118330>>. Acesso em: 11 out. 2019.

MORETZSOHN, Sylvia. O “Novo Ritmo da Redação” de O Globo: a prioridade ao jornalismo digital e seus reflexos nas condições de trabalho e produção da notícia. **Parágrafo**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 59-74, jul./dez. 2014. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/234/280>>. Acesso em: 30 jun. 2018.

MORIGI, Valdir Jorge; KAUFMANN, Cristine; ROCHA, Carla Pires Vieira da. Práticas informacionais, educação ambiental e o exercício da cidadania. In: GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; LOOSE, Eloisa Beling; BAUMONT, Clarissa Cerveira de (Orgs.). **Ecos do Planeta: Estudos sobre informação e jornalismo ambiental**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011. p. 139-152.

MORIN Edgar; NAIR, Sami. **Une politique de civilization**. Paris: Arléa, 1995.

MORIN, Edgar; BOCCHI, Gianluca; CERUTI, Mauro. **Un nouveau commencement**. Seuil, 1991.

MOTTA, Luiz G. De um a outro paradigma: Continuidades e discontinuidades da pesquisa em Jornalismo no Brasil e América Latina. **Brazilian Journalism Research**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 52-76, jan. /jun. 2013.

MOURÃO, Rachel R. et al. Online News, Social Media, and European Union Attitudes: A Multidimensional Analysis. **International Journal of Communication**, [S.l.], v. 9, n. 24, p. 3199-3222, jan /mar. 2015.

MUNIZ, Lizandra; MESQUITA, Renato. **Marketing no twitter: o guia da Rock Content**. Belo Horizonte: Rock Content, 2016.

MYERS, N. Threatened biotas: hotspots in tropical forests. **Environmentalist**, n. 8, p. 187-208, 1988.

NATIONAL ASSOCIATION OF SCIENCE WRITERS. **Science**. 1934. Disponível em: <<https://www.nasw.org/>>. Acesso em: 15 out. 2017.

NAVES, Flávia Luciana. Saberes, poderes e os dilemas das relações socioambientais. **Organizações Rurais e Agroindustriais**, Lavras, v. 6, n. 2, p. 121-134, jul./dez. 2004. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/7052674.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2007.

NEBBIA, Tom. Integrating Environment and Development: 1972–2002. In: UNEP. **GEO-3: Past, present, and future perspectives**. London: Earthscan Publications, 2002. p. 1-28.

NELSON, Peter. **10 dicas práticas para reportagens sobre meio ambiente**. Washington: International Center for journalists, 1994.

NERY, Demian et al. **Povos indígenas e o mecanismo de redução de emissões por desmatamento e degradação florestal (REDD+) na Amazônia brasileira: Subsídios à discussão de repartição de benefícios**. Brasília: Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, 2013. 72 p. Disponível em: <<http://bit.ly/IPAM719>>. Acesso em: 13 nov. 2018.

NGHIEM, Le T. P. et al. Analysis of the Capacity of Google Trends to Measure Interest in Conservation Topics and the Role of. **Plos One**, Tianjin, v. 11, n. 3, p. 01-12, 30 mar. 2016. Public Library of Science (PLoS). <http://dx.doi.org/10.1371/journal.pone.0152802>.

NODA, Hiroshi; NODA, Sandra do Nascimento. Agricultura familiar tradicional e conservação da sociobiodiversidade amazônica. **Interações**, Campo Grande, v. 6, n. 4, p. 55-66, mar. 2003. Disponível em: <<https://www.interacoes.ucdb.br/interacoes/article/view/564/592>>. Acesso em: 29 jul. 2020.

NOGUEIRA, Caroline Barbosa Contente; OSOEGAWA, Diego Ken; DE ALMEIDA, Roger Luiz Paz. Políticas desenvolvimentistas na Amazônia: análise do desmatamento nos últimos dez anos (2009-2018). Niterói, Universidade Federal Fluminense. **Revista Culturas Jurídicas**, v. 6, n. 13, 2019.

O ECO. **O que é uma Reserva Extrativista**. 2015. Disponível em: <<https://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/29258-o-que-e-uma-reserva-extrativista/>>. Acesso em: 29 jul. 2015.

O GLOBO. **Memória**. Disponível em: <http://memoria.oglobo.globo.com/linha-do-tempo/o-globo-e-acute-lanccedilado-9196292>. Acesso em: 15 set. 2018.

OCA, Acianela Montes de. El renovado desafío del periodismo científico. In: MASSARANI, Luiza (Orgs.). **Jornalismo e ciência: uma perspectiva ibero-americana**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2010. p. 31-38. Disponível em: <<http://www.museudavida.fiocruz.br/redejc>>. Acesso em: 25 ago. 2014.

OHASHI, Otávio Mitio et al. Desafio da Pecuária na Amazônia frente ao novo código florestal brasileiro. In: Congresso Norte e Nordeste de Reprodução Animal, 2018, Belém. **Anais ...** Belo Horizonte: Rev. Bras. Reprod. Anim, 2018. p. 202-205. Disponível em: <[http://www.cbpa.org.br/portal/downloads/publicacoes/rbra/v42/n3-4/p202-205%20\(RB762\).pdf](http://www.cbpa.org.br/portal/downloads/publicacoes/rbra/v42/n3-4/p202-205%20(RB762).pdf)>. Acesso em: 20 ago. 2019.

OLIVEIRA, Fabíola de. **Jornalismo Científico**. São Paulo: Contexto, 2005.

OLIVER, Tom H. et al. Biodiversity and Resilience of Ecosystem Functions. **Trends in Ecology & Evolution**, [S.l.], v. 30, n. 11, p. 673-684, nov. 2015. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0169534715002189>>. Acesso em: 15 out. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Convention on Biological Diversity. Rio de Janeiro: ONU, 1992. 30 p. Disponível em: <<https://www.cbd.int/doc/legal/cbd-en.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2016.

ORMOND, José Geraldo Pacheco (comp.). **Glossário de termos usados em atividades agropecuárias, florestais e ciências ambientais**. Rio de Janeiro: BNDES, 2006. 316 p. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/2065/2/Gloss%C3%A1rio%20de%20Termos%20Usados%20em%20Atividades%20Agropecu%C3%A1rias_P.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2019.

OXFORD UNIVERSITY (London). **Dicionário da Língua Portuguesa**. Londres: Oxford, 2020.

PAIXÃO, Patrícia. **Entenda a diferença entre nota, notícia e reportagem**. 2017. Disponível em: <<https://formandofocas.com/2015/12/14/entenda-a-diferenca-entre-nota-noticia-e-reportagem/>>. Acesso em: 23 maio 2020.

PALÁCIOS, Marcos. Jornalismo Online, Informação e Memória: apontamentos para debate. In: FIDALGO, Antônio; SERRA, Paulo (Orgs.). **Jornalismo online**. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2003. p. 75-90. Disponível em: <http://labcom.ubi.pt/ficheiros/20110829-fidalgo_serra_ico1_jornalismo_online.pdf>. Acesso em: 15 out. 2019.

PALÁCIOS, Marcos. **O que há de (realmente) novo no Jornalismo Online?** Conferência proferida por ocasião do concurso público para Professor Titular na Faculdade de Comunicação/Universidade Federal da Bahia, Salvador, 21 set. 1999.

PAZ, Carolina Rodriguez. A cultura Blog: questões introdutórias. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 10, n. 22, p. 66, 12 abr. 2008. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/3236>. Acesso em: 30 out. 2020.

PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2015.

PENA-VEGA, Alfredo. **O despertar ecológico**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

PEREIRA, Fábio Henrique. **O jornalista on-line: um novo status profissional? Uma análise sobre a produção da notícia na internet a partir da aplicação do conceito de 'jornalista sentado'**. 2003. 184 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

PETERS, Hans Peter. A interação entre jornalistas e especialistas científicos: cooperação e conflito entre duas culturas profissionais. In: MASSARANI, Luisa; TURNEY, Jon; MOREIRA, Ildeu de Castro. **Terra Incógnita: a interface entre ciência e público**. Rio de Janeiro: Vieira&lentz; 2005. p. 139-160.

PINTO, Manuel. Fontes jornalísticas: Contributos para o mapeamento do campo. **Comunicação e Sociedade**, Braga, v. 14, n. 2, p. 277-294, jan./fev. 2000.

PIVETTA, Marcos. A floresta da chuva. **Revista Fapesp**, São Paulo, v. 1, n. 285, p. 18-23, nov. 2019. Disponível em: <<https://revistapesquisa.fapesp.br/folheie-a-edicao-285/>>. Acesso em: 15 nov. 2019.

PRADA, Raul Rivadeneira. **Periodismo: la teoria general de los sistemas y la ciencia de la comunicación**. Cidade do México: Trillas, 1990. 267 p.

PRIEM, Jason; COSTELLO, Kaitlin Light. How and why scholars cite on twitter. **Proceedings of the American Society for Information Science and Technology**, Pittsburg, v. 47, n. 1, p. 22-24, nov. / dez. 2010.

RAMOS, Luís Fernando Angerami. **Meio Ambiente e Meios de Comunicação**. São Paulo: Annablume, 1996.

REIS, José. Ponto de vista: José Reis. In: (Ed.). **Ciência e Público: caminhos da divulgação científica no Brasil**. Rio de Janeiro: Casa da Ciência, 2002. 73-78 p.

REYES, Rogelio Fernández. En torno al debate sobre la definición del periodismo ambiental. **Ambitos**, Sevilla, v. 10, n. 1, p.1-7, jan./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/service/redalyc/downloadPdf/168/16801007/1>>. Acesso em: 30 maio 2018.

RIBEIRO, Gilmar dos Reis. **Desmatamento da Amazônia: causas e consequências: uma análise da construção do discurso ambiental nos jornais O Liberal e A Crítica**. 2014. 167 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2014. Disponível em: <http://www.locus.ufv.br/bitstream/handle/123456789/4896/texto_completo.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 16 out. 2015.

RICHARD, Sophie et RIEU, Thierry. **An historical perspective of governance to enlighten concerted water management in France**. 13th World Water Congress. Montpellier, jun. 2008.

RIVERO, Sérgio et al. Pecuária e desmatamento: uma análise das principais causas diretas do desmatamento na Amazônia. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 19, n. 1, p. 41-66, jan./abr. 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/neco/v19n1/03.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2019.

ROCHA, Genival Fernandes *et al.* Detecção de desmatamentos no bioma Cerrado entre 2002 e 2009: padrões, tendências e impactos. **Revista Brasileira de Cartografia**, Goiânia, v. 63, n. 03, p. 341-350, mar. 2012.

ROCHA, Heitor Costa Lima da. Habermas e a Teoria do Jornalismo: A Manipulação Ideológica no Jornalismo como Distorção Sistemática da Comunicação. **Revista Contracampo**, Niterói, n. 16, p. 113-130, 1 jun. 2007. Pro Reitoria de Pesquisa, Pós Graduação e Inovação – Universidade Federal Fluminense. Disponível em: <<http://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/17450/11087>>. Acesso em: 09 jul. 2019.

RODAS, Caroline de Araújo; GIULIO, Gabriela Marques di. Mídia brasileira e mudanças climáticas: uma análise sobre tendências da cobertura jornalística, abordagens e critérios de noticiabilidade. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 40, n. 1, p. 101-124, 30 abr. 2017. Universidade Federal do Paraná. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/made/article/view/49002>>. Acesso em: 25 nov. 2017.

RODRIGUES, Rosangela Hammes. **A constituição e o funcionamento do gênero jornalístico artigo: cronotopo e dialogismo**. 2001. 446 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

ROGERS, Everett M.; DEARING, James W.; BREGMAN, Dorine. The anatomy of agenda-setting research. **Journal of communication**. [S.l], v. 43, n. 2, p. 68-84, 1993.

ROMANCINI, Richard; LAGO, Claudia. **História do Jornalismo no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2007.

ROSSO, Aline Louize Deliberali; CARREIRÃO, Yan de Souza. O campo político e o campo jornalístico: influências políticas na produção da notícia na editoria de política do diário catarinense. In: IV Encontro da Compolítica, 2011, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Comunicação e Política, 2011. p. 1-17. Disponível em: <<http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2011/03/Aline-Rosso.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2016.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário De Economia**. Rio de Janeiro: Best Seller, 1999.

SANO, Edson Eyji et al. **Mapeamento de Cobertura Vegetal do Bioma Cerrado: estratégias e resultados**. Planaltina-DF: Embrapa Cerrados, n. 190, 2007.

SANTI, Vilso Junior. O desafio da apuração jornalística no ciberespaço. **Famecos**, Porto Alegre, v. 1, n. 24, p. 8-17, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/famecos/article/viewFile/9023/6246>>. Acesso em: 12 dez. 2014.

SANTOS, Abinoan Santiago dos; ROCHA, Paula Melani. As vozes da agenda-setting no jornalismo ambiental: a identificação dos definidores das notícias e das síndromes da cobertura da extinção da Renca na Amazônia em sites do Amapá. **Ação Midiática – Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura.**, Curitiba, v. 1, n. 15, p. 59-80, 28 jun. 2018. Universidade Federal do Paraná. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/acaomidiatica/article/view/58803>>. Acesso em: 12 nov. 2019.

SANTOS, Daniel; PEREIRA, Denys; VERÍSSIMO, Adalberto. **O Estado da Amazônia**: uso da terra. Belém: Imazon, 2013.

SANTOS, J. V. T. dos. **Conflitos agrários e violência no Brasil**: agentes sociais, lutas pela terra e reforma agrária. Pontifícia Universidad Javeriana. Seminário Internacional, Bogotá, Colômbia. Agosto de 2000.

SANTOS, Wildson; SCHNETZLER, Roseli. Função Social: o que significa ensino de Química para formar o cidadão? **Química Nova na Escola**, nº 4, nov /1996, p. 28-34.

SARTOR, Basilio Alberto. A NOÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO NO JORNALISMO. 2016. 252 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/140712>>. Acesso em: 14 dez. 2016.

SATO, Michéle; SILVA, Regina; JABER, Michelle. **Educação Ambiental**: tessituras de esperanças. Cuiabá: Sustentável, 2018.

SAYAGO, Doris; JEAN-FRANÇOIS; BURSTYN, Marcel (Orgs.). **Amazônia**: cenas e cenários. Brasília: Universidade de Brasília, 2004.

SCARIOT, Aldicir. Panorama da biodiversidade brasileira. In: GANEM, Roseli Senna (Org.). **Conservação da Biodiversidade**: Legislação e Políticas Públicas. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011. p. 111-130.

SCHÄEFER, M. S. From public understanding to public engagement: an empirical assessment of changes in science coverage. **Science Communication**, v. 30, n. 4, p. 475-505, 2009.

SCHUDSON, Michael. **Descobrimos a notícia**: uma história social dos jornais nos Estados Unidos. Petrópolis: Vozes, 2010.

SCHULTZ, Ida. The journalistic gut feeling. **Journalism Practice**, Londres, v. 1, n. 2, p. 190-207, jun. 2007. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/17512780701275507>>. Acesso em: 26 nov. 2018.

SCHWAAB, Reges. Jornalismo, ambiente e reportagem ampliada. In: TOURINHO, Ilza Maria et al (Orgs.). **Jornalismo ambiental: teoria e prática**. Porto Alegre: UFRGS, 2018. p. 69-86.

SHAMOS, Morris Herbert. **The myth of scientific literacy**. New Brunswick: Rutgers University Press, 1995.

SHOEMAKER, Pamela J. et al. Individual and Routine Forces in Gatekeeping. **Journalism & Mass Communication Quarterly**, [S.l.], v. 78, n. 2, p. 233-246, jun. 2001. SAGE Publications.

SHOEMAKER, Pamela J.; DANIELIAN, Lucig H.; BRENDLINGER, Nancy. Deviant acts, risky business and US interests: The newsworthiness of world events. **Journalism Quarterly**, v. 68, n. 4, p. 781-795, 1991.

SHOEMAKER, Pamela J.; REESE, Stephen D. **Mediating the message: Theories of Influences on Mass Media Content**. Nova Iorque: Longman, 1996.

SHOEMAKER, Pamela; VOS, Tim P.; REESE, Stephen D. Journalists as Gatekeepers. In: WAHL-JORGENSEN, Karin; HANITZSCH, Thomas. **The handbook of journalism studies**. Nova Iorque: Routledge, 2009. p. 73-87.

SHORROCKS, Anthony; DAVIES, Jim; LLUBERAS, Rodrigo. **Global Wealth Report 2017**. Zurique: Credit Suisse AG Research Institute, nov. 2017.

SILVA, Carlos Alberto Franco da; BAMPI, Aumeri Carlos. Regional Dynamics of the Brazilian Amazon: between modernization and land conflicts. **Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía**, Bogotá, v. 28, n. 2, p. 340-356, jul. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-215X2019000200340>. Acesso em: 02 mar. 2020.

SILVA, Danielle Wagner et al. Extrativismo e desenvolvimento no contexto da Amazônia brasileira. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba: Universidade Federal do Paraná, v. 38, n. 1, p. 557-577, ago. 2016.

SILVA, Gislene. Para pensar os critérios de noticiabilidade. In: SILVA, Gislene; SILVA, Marcos Paulo da; FERNANDES, Mario Luiz (Orgs.). **Critérios de noticiabilidade: problemas conceituais e aplicações**. Florianópolis: Insular, 2014. p. 51-70.

SILVA, José Bittencourt da; SIMONIAN, Ligia Terezinha Lopes. População tradicional, Reservas Extrativistas e racionalidade estatal na Amazônia brasileira. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 33, p. 163-173, 27 abr. 2015. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/made/article/view/36473/25142>>. Acesso em: 15 abr. 2019.

SILVA, Luiz Guilherme Teixeira; VENTURIERI, Adriano; HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. A dinâmica do agronegócio e seus impactos socioambientais na Amazônia brasileira. **Novos Cadernos NAEA**, [S.l.], v. 11, n. 2, nov. 2009.

SILVA, Luiz. Martins da., et al. Formas de assegurar a responsabilidade social da mídia: modelos, propostas e perspectivas. In: XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Intercom 2005. **Anais...** 2005.

SILVA, Marcelo Dutra da. Bioma pampa: um sistema ameaçado. In: 7º Congresso Latino-Americano De Direito Florestal Ambiental, 2009, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Red Latino-Americana de Direito Florestal, 2009. p. 5 - 20.

SILVA, Marcos Paulo da. As dissonâncias cotidianas nas rotinas dos jornais: o *habitus* jornalístico e a atribuição de um sentido hegemônico às notícias. **Estudos em Jornalismo e Mídia**. Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 69-84, 4 jul. 2013.

SIMÕES, Margareth; PEREIRA, Sandro; FERRAZ, Rodrigo. Geração de cenários de mudança de uso do solo na Amazônia legal brasileira em função do agronegócio e da aplicação de políticas públicas. In: Simpósio Regional De Geoprocessamento E Sensoriamento Remoto, 1., 2014, Aracaju. **Anais...** Aracaju: Embrapa, 2014. p. 405-409. Disponível em: <<https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/1002091/1/GeonordesteGeracaodecenarios.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2020.

SMAAL, Beatriz. **A história do twitter**. Disponível em: <<https://www.tecmundo.com.br/rede-social/3667-a-historia-do-twitter.htm>>. Acesso em: 25 nov. 2020.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação**: contribuições para a reforma de ensino médio. São Paulo: Edições Paulinas, 2012. 126 p.

SODRÉ, Muniz. Jornalismo como campo de pesquisa. **Brazilian Journalism Research**, Brasília, v. 10, n. 2, p. 124-133, 7 mar. 2015. Associação Brasileira de Pesquisadores de Jornalismo. Disponível em: <<https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/742/564>>. Acesso em: 22 nov. 2019.

SOLTANGHEISI, Amin *et al.* Forest conversion to pasture affects soil phosphorus dynamics and nutritional status in Brazilian Amazon. **Soil and Tillage Research**, [S.l.], v. 194, p. 104330-104341, nov. 2019. Elsevier BV. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0167198719306191>>. Acesso em: 02 fev. 2020.

SOMMERER, Thomas; LIM, Sijeong. The environmental state as a model for the world? An analysis of policy repertoires in 37 countries. **Environmental Politics**, [S.l.], v. 25, n. 1, p. 92-115, 11 set. 2015. Disponível em: <<https://www-tandfonline.ez370.periodicos.capes.gov.br/doi/full/10.1080/09644016.2015.1081719>>. Acesso em: 15 set. 2019.

SONTER, Laura J. et al. Mining drives extensive deforestation in the Brazilian Amazon. **Nature Communications**, [S.l.], v. 8, n. 1, p. 1013 -1010, 18 out. 2017. Springer Science and Business Media LLC. Disponível em: <<https://www.nature.com/articles/s41467-017-00557-w#citeas>>. Acesso em: 18 maio 2019.

SOUSA, Jorge Pedro. A teoria do agendamento e as responsabilidades do jornalista ambiental: uma perspectiva ibérica. **Biblioteca on-line de Ciências da Comunicação**, v. 1, 2008.

SOUSA, Jorge Pedro. **A teoria do agendamento e as responsabilidades do jornalista ambiental: uma perspectiva ibérica**. 2006. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/~boccmirror/pag/sousa-jorge-pedro-teoria-do-agendamento.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

SOUSA, Jorge Pedro. Construindo uma teoria multifactorial da notícia como uma Teoria do Jornalismo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 73-92, jan./jun. 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2090/1831>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

SOUSA, Jorge Pedro. **FOTOJORNALISMO: uma introdução à história, às técnicas e à linguagem da fotografia na imprensa**. Porto: Universidade do Porto, 2002. 161 p. Disponível em: <<http://repositorio.asc.es/bitstream/123456789/1690/1/Livro%20Fotojornalismo%20introdu%20a%20a%20FOTOJORNALISMO%20%281%29.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2017.

SOUSA, Jorge Pedro. Tobias Peucer: progenitor da Teoria do Jornalismo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 31-46, jul./dez. 2003. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2071/1813>>. Acesso em: 18 mar. 2019.

SOUSA, Jorge Pedro. Uma história breve do jornalismo no Ocidente. In: SOUSA, Jorge Pedro. **Jornalismo: História, Teoria e Metodologia da Pesquisa**. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 2008. p. 75-100.

SOUZA, Aline Lessa et al. Sustentabilidade ambiental na Amazônia e os assentamentos rurais. **Educamazônia-Educação, Sociedade e Meio Ambiente**, v. 20, n. 1, jan.-jun., p. 36-54, 2018.

SOUZA, Cidival Moraes de et al. 2005. **Mídia e Meio Ambiente: Limites e possibilidades**. Disponível em: <www.unitau.br>. Acesso em: 26 ago. 2017.

SPINOSA, Pastora Moreno. **Los géneros periodísticos informativos en la actualidad internacional**. Ámbitos, Sevilla, v. 2, n. 5, p. 169-190, jun./dez. 2000. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11441/12708>>. Acesso em: 15 nov. 2019.

STAIEVIE, Pedro Marcelo. Um balanço das discussões sobre os impactos do agronegócio sobre a Amazônia brasileira. **Nera, Presidente Prudente**, v. 42, n. 21, p. 98-112, jan./dez. 2018. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/5684/4263>>. Acesso em: 15 ago. 2019.

STEENSEN, Steen; AHVA, Laura. Theories of Journalism in a Digital age. **Digital Journalism**, [S.l.], v. 3, n. 1, p. 1-18, 10 jul. 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/21670811.2014.927984>>. Acesso em: 03 nov. 2015.

STERLING, Christopher H. (Ed.). **Encyclopedia of journalism**. [S.l.]: Sage, 2009.

STERN, Nicholas; CALLDERON, Felipe (Orgs.). **Better Growth Better Climate**. The New Climate Economy Report. The Synthesis report, 2014

STOCKING, S. H. Como os jornalistas lidam com as incertezas científicas. In: MASSARANI, Luiza; CASTRO, Ildeu de. (Ed.). **Terra incógnita: a interface entre ciência e público**. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 1999. 161-183 p.

STRELOW, Aline. O estado da arte da pesquisa em jornalismo no Brasil: 2000 a 2010. **Intexto**, Porto Alegre, v. 2, n. 25, p. 67-90, dez. 2011. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/intexto/article/view/22405/14482>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

STUMPF, Ida Regina C. Pesquisa bibliográfica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015. p. 51-61.

TAVARES, Frederico de Mello Brandão. Entre a realidade jornalística e a realidade social: o jornalismo como forma de acesso ao cotidiano. **E-compós**, Brasília, v. 15, n. 1, p. 1-16, jan./abr. 2012.

TEIXEIRA, J. F. **O arqueólogo de Marajó**. Rio de Janeiro: IBGE, 1953.

TEIXEIRA, Taís Garcia. Jornalismo ambiental: o desafio da construção da notícia soft news. **Vozes&diálogos**, Itajaí, v. 02, n. 13, p. 73-86, jun./dez. 2014. Disponível em: <<https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/vd/article/view/6421/3888>>. Acesso em: 22 nov. 2015.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, p. 27-53, fev. 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rap/v40n1/v40n1a03.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2019.

TIEMANN-ARSENIC, Ulrike. Recursos Naturais e perspectiva de futuro em comunidades ribeirinhas e assentados: uma pesquisa de campo. In: BOLLE, Willi; CASTRO, Edna; VEJMEKKA, Marcel. **Amazônia: região universal e mercado do mundo**. São Paulo: Globo, 2010. p. 123-140.

TILMAN, David. The greening of the green revolution. **Nature**, [S.l.], v. 396, n. 6708, p. 211-212, nov. 1998. Springer Science and Business Media LLC. Disponível em: <<https://www.nature.com/articles/24254.pdf>>. Acesso em 28 jun. 2016.

TOMASELLA, Javier et al. Desertification trends in the Northeast of Brazil over the period 2000–2016. **International Journal of Applied Earth Observation and Geoinformation**, [S.l.], v. 73, p. 197-206, dez. 2018. Elsevier BV. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S030324341830607X?via%3Dihub>>. Acesso em: 31 out. 2019.

TRAQUINA, Nelson. New (and old) Trends in Journalism Research. **Brazilian Journalism Research**, [S.l.], v. 2, n. 1, p. 56-65, 30 jun. 2006. Associação Brasileira de Pesquisadores de Jornalismo. Disponível em: <<https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/67>>. Acesso em: 25 set. 2017.

TRAQUINA, Nelson. **O Estudo do Jornalismo no Século XX**. 3. ed. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

TRAQUINA, Nelson. Quem vigia o quarto poder? X Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós), v. 9, 2000.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**: Porque as notícias são como são. 3. ed. Florianópolis: Insular, 2012.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**: volume II. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2013.

TRESCA, Laura Conde. Gênero Informativo. In: MELO, José Marques de; ASSIS, Francisco de (Orgs.). **Gêneros jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo: Umesp, 2013. p. 85-94.

TRIGUEIRO, André. Mídia. In: TRIGUEIRO, André (Org.). **Meio ambiente no século XXI**. Campinas: Autores Associados, 2005. p. 75-90.

TUCHMAN, Gaye. Contando histórias. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo**: questões, teorias e histórias. 2. ed. Lisboa: Vega, 1999. p. 258-262.

TUCHMAN, Gaye. The production of news. **A handbook of media and communication research**: Qualitative and quantitative methodologies. 2002. p. 78-90.

UNESCO (Brasil). **Organização das Nações Unidas. A ciência para o século XXI**: uma nova visão e uma base de ação. Brasília: ONU, 2003.

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL (Caxias do Sul). **Pesquisa e inovação**. Disponível em: <<https://www.ucs.br/site/pesquisa-inovacao-e-desenvolvimento-tecnologico/>>. Acesso em: 22 maio 2020.

URBAN, Teresa. 2005. **Um novo olhar da mídia sobre o meio ambiente**. Disponível em: <www.jornalismocientifico.com.br>. Acesso em 13 de outubro de 2007.

URE, Mariano. A função pública do jornalista: da imparcialidade à coesão social. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 5, n. 2, p.113-129, 17 nov. 2008. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2008v5n2p113/10190>>. Acesso em: 21 nov. 2015.

VERÍSSIMO, Adalberto, et al. **Áreas Protegidas na Amazônia Brasileira: avanços e desafios**. Belém/São Paulo: Imazon e ISA. Disponível em <<https://imazon.org.br/publicacoes/2673-2/#:~:text=%C3%81reas%20Protegidas%20s%C3%A3o%20instrumentos%20eficazes,43%2C9%25%20da%20regi%C3%A3o>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

VERISSIMO, Adalberto. Amazônia brasileira: desenvolvimento e conservação. In: TRIGUEIRO, André. **Mundo Sustentável 2: Novos rumos para um planeta em crise**. São Paulo: Globo, 2012. p. 203-207.

VICENT, Andrew. **Ideologias políticas modernas**. São Paulo: Zahar, 1995. 358 p.

VIEIRA, Ima Celia Guimarães; Araújo, Roberto Oliveira; Toledo, Peter Mann de. Dinâmicas produtivas, transformações no uso da terra e sustentabilidade na Amazônia. In: Silfert, N.; Cardoso, M.; Magalhães, W.; Lastres, H. (Orgs.). **Um olhar territorial para o desenvolvimento da Amazônia**. 1. ed. Rio de Janeiro: BNDES, 2014. p. 370-39.

VIEIRA, Ima Célia Guimarães; SILVA, José Maria Cardoso da; TOLEDO, Peter Mann de. Estratégias para evitar a perda de biodiversidade na Amazônia. **Estudos Avançados**, [S.l.], v. 19, n. 54, p. 153-164, ago. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142005000200009&script=sci_arttext>. Acesso em: 11 set. 2019.

WAHL-JORGENSEN, Karin; HANITZSCH, Thomas. On Why and How We Should Do Journalism Studies. In: WAHL-JORGENSEN, Karin; HANITZSCH, Thomas (Eds.). **The handbook of journalism studies**. New York: Routledge, 2009. p. 3-16.

WANNER, Thomas. The New ‘Passive Revolution’ of the Green Economy and Growth Discourse: maintaining the sustainable development of neoliberal capitalism. **New Political Economy**, [S.l.], v. 20, n. 1, p. 21-41, 31 jan. 2014.

WHITE, David Manning. O Gatekeeper: uma análise de caso na seleção de notícias. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e histórias**. Lisboa: Vega, 1999. p. 142-151.

WILLIAMS, Kevin. **Read All About It! a history of the British newspaper**. Nova Iorque: Routledge, 2010.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação de Massa**. 5. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1995.

WORLD CONGRESS ON COMMUNICATION FOR DEVELOPMENT, 1., 2008, Roma. Lessons, Challenges, and the Way Forward. Washington: World Bank, 2007. Disponível em: <<https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/6842/409010PAPER0Wo1C0disclosed0Sept0181.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 15 nov. 2019.

WWF. World Wildlife Foundation. **WWF Report: living forests**. Berna: Wwf, 2011. Disponível em: <https://wwfeu.awsassets.panda.org/downloads/living_forests_chapter1_report.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2018.

YAMAKAWA, Eduardo Kazumi et al. Comparativo dos softwares de gerenciamento de referências bibliográficas: mendeley, endnote e zotero. **Transinformação**, Campinas, v. 26, n. 2, p. 167-176, ago. 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/tinf/v26n2/0103-3786-tinf-26-02-00167.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2019.

YAN, Yan; BISSELL, Kim. The Sky Is Falling: Predictors of News Coverage of Natural Disasters Worldwide. **Communication Research**, [S.l.], v. 45, n. 6, p.862-886, 26 fev. 2015. SAGE Publications. Disponível em: <<https://doi-org.ez370.periodicos.capes.gov.br/10.1177%2F0093650215573861>>. Acesso em: 11 nov. 2015.

YANG, Jung-Hye. Constraints on Environmental News Production in the USA: interviews with american journalists. **Journal of International and Area Studies**, Seul, v. 11, n. 2, p. 89-105, dez. 2004.

ZELIZER, Barbie. Journalism and the Academy. In: WAHL-JORGENSEN, Karin; HANITZSCH, Thomas. **The handbook of journalism studies**. Nova Iorque: Routledge, 2009. p. 29-41.

ZEMP, D. C. *et al.* Deforestation effects on Amazon forest resilience. **Geophysical Research Letters**, [S.l.], v. 44, n. 12, p. 6182-6190, 28 jun. 2017. American Geophysical Union (AGU). Disponível em: <<https://agupubs.onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1002/2017GL072955>>. Acesso em: 25 out 2019.

ZOCH, Lynn M.; SUPA, Dustin W. Dictating the News: Understanding Newsworthiness from the Journalistic Perspective. **Public Relations Journal**, [S.l.], v. 8, n. 1, p.1-28, jun. 2014.

ZORZETTO, Ricardo. Crescer sem destruir. **Revista Fapesp**, São Paulo, v. 1, n. 285, p. 33-40, nov. 2019. Disponível em: <<https://revistapesquisa.fapesp.br/revista/ver-edicao-editorias/?e=285>>. Acesso em: 15 fev. 2020.

8. Anexos

Anexo I

Matérias publicadas no período analisado



Gráfico 37 - Total de matérias divididas por veículos
Fonte: do autor (2020)

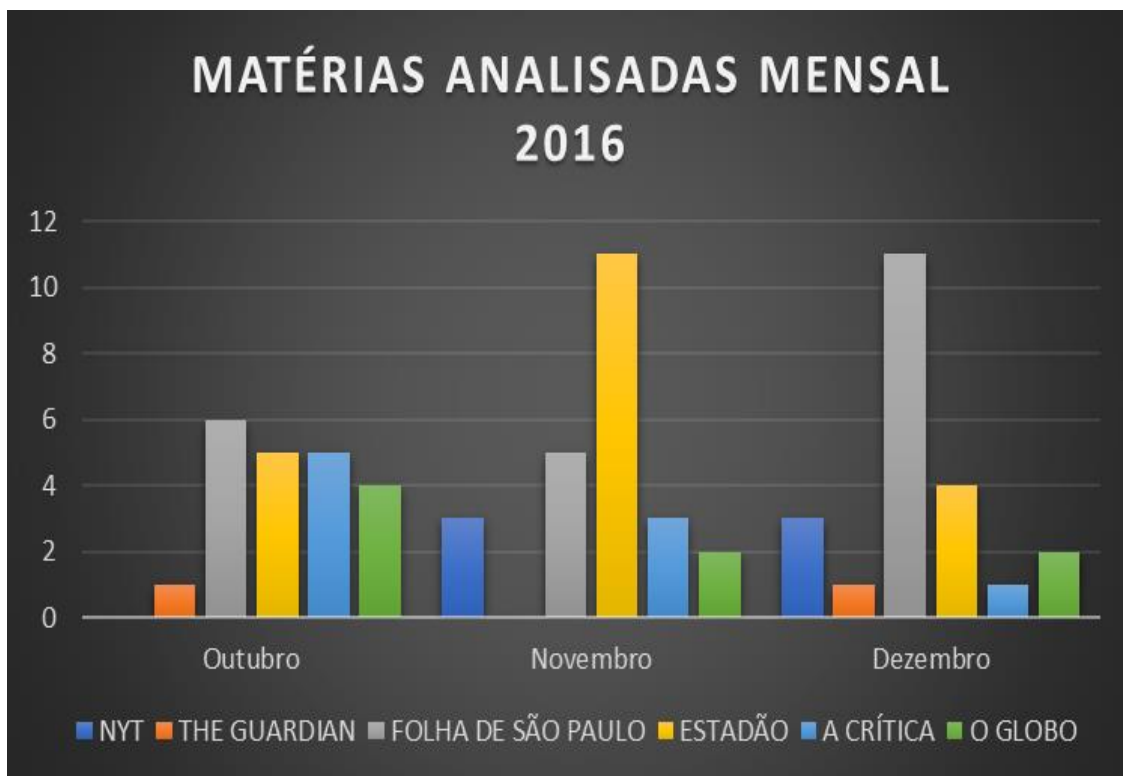


Gráfico 38 - Comparação de matérias produzidas mensalmente pelos veículos em 2016
Fonte: do autor (2020)



Gráfico 39 - Comparação de matérias produzidas pelos veículos em 2017
Fonte: do autor (2020)



Gráfico 40 - Comparação de matérias produzidas mensalmente pelos veículos em 2017

Fonte: do autor



Gráfico 41 - Comparação de matérias produzidas pelos veículos em 2018

Fonte: do autor (2020)

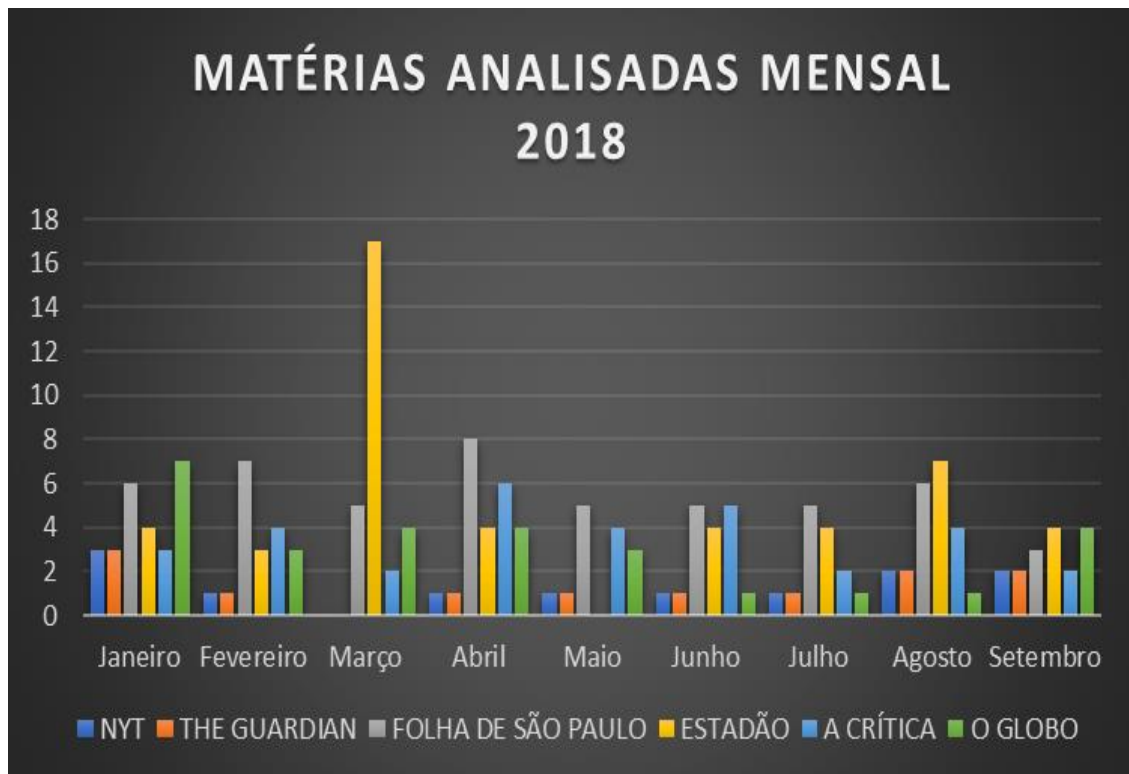


Gráfico 42 - Comparação de matérias produzidas mensalmente pelos veículos em 2018
 Fonte: do autor (2020)

Anexo II

Comparativo de matérias analisadas mês a mês por veículo pesquisado

A CRÍTICA

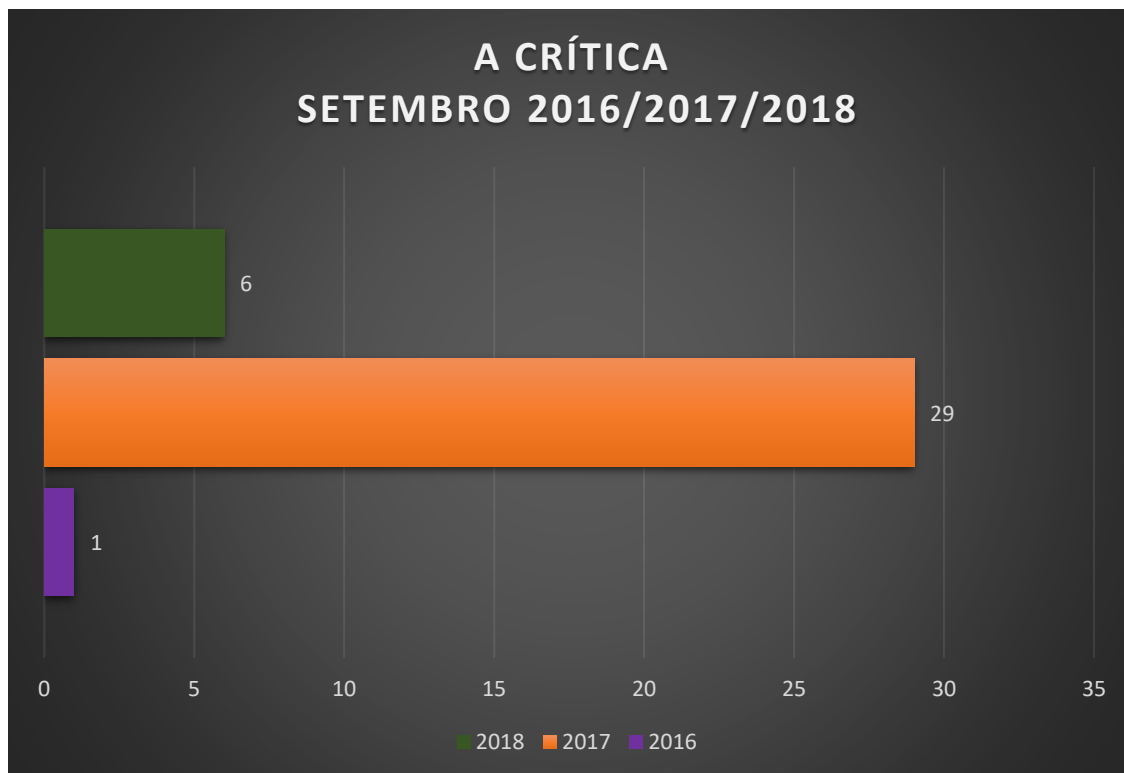


Gráfico 43 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal A Crítica nos meses de setembro 2016/2017/2018

Fonte: do autor (2020)

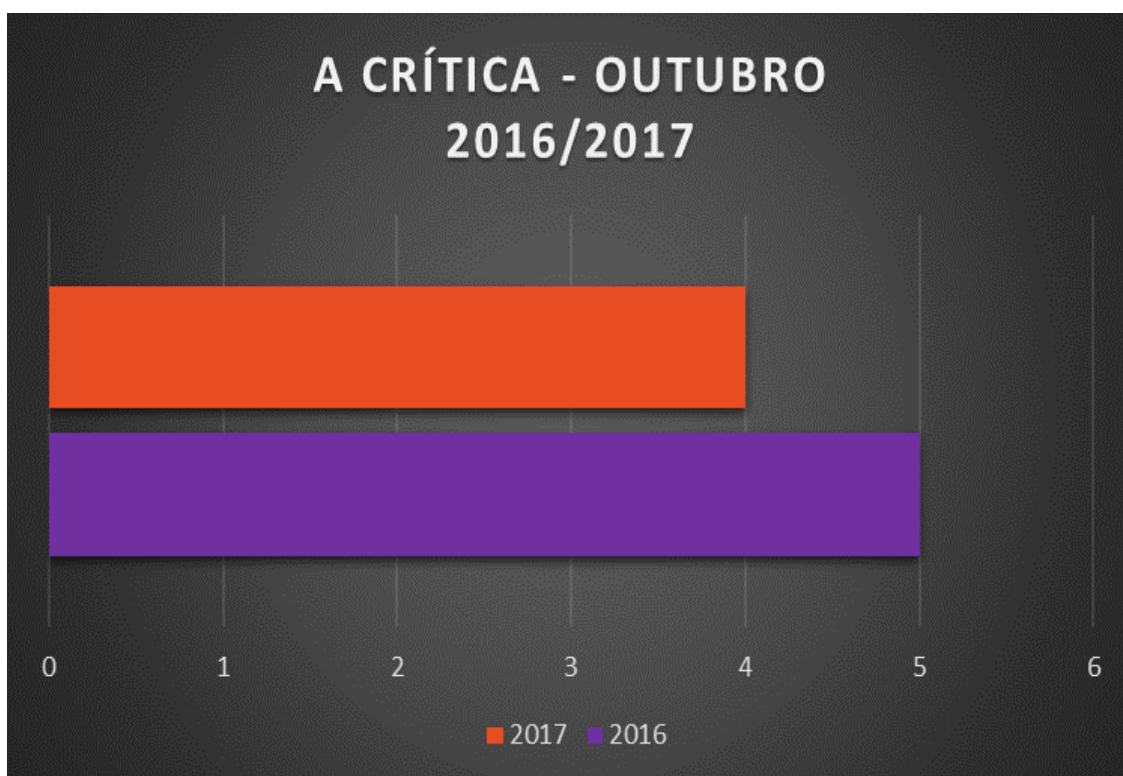


Gráfico 44 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal A Crítica nos meses de outubro 2016/2017

Fonte: do autor

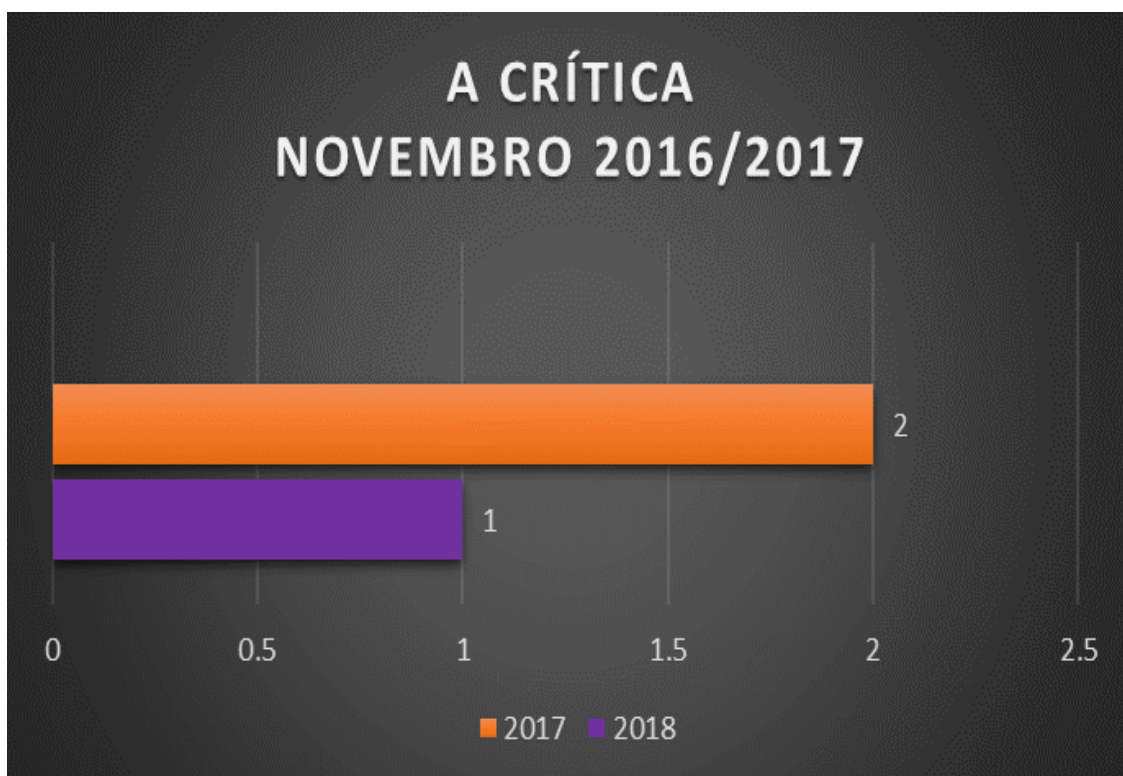


Gráfico 45 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal A Crítica nos meses de novembro - 2016/2017

Fonte: do autor (2020)

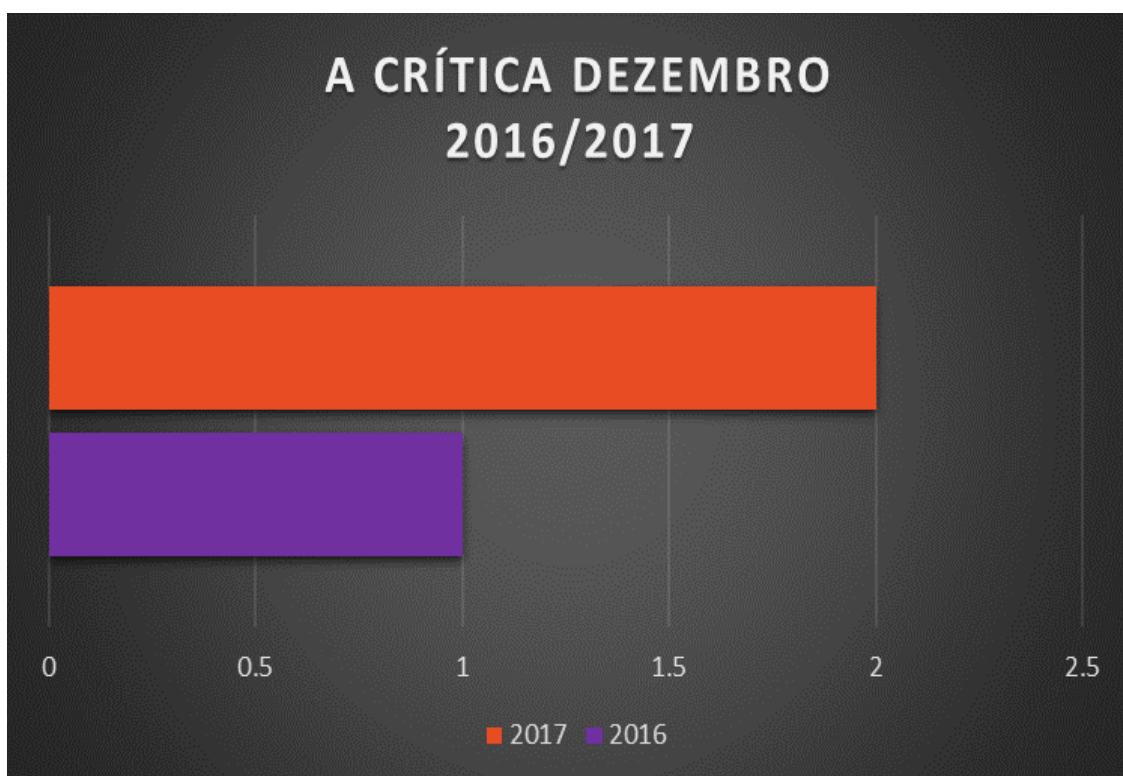


Gráfico 46 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal A Crítica nos meses de dezembro-2016/2017

Fonte: do autor (2020)

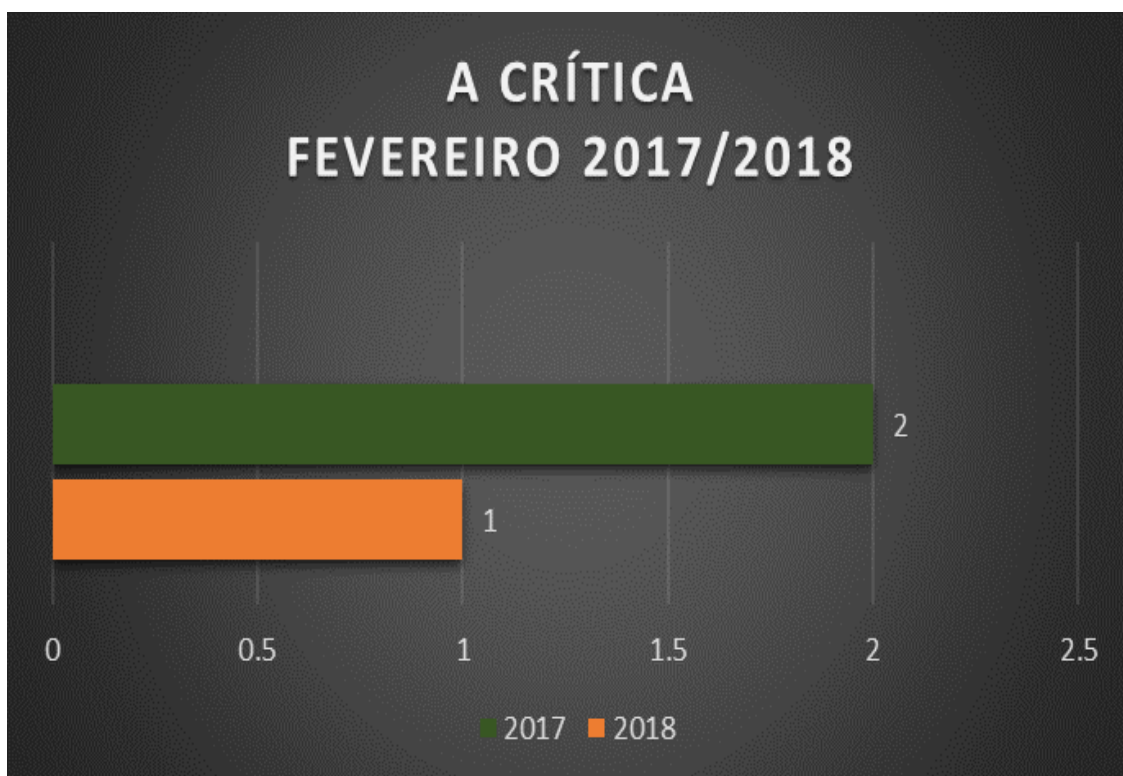


Gráfico 47 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal A Crítica nos meses de fevereiro - 2017/2018

Fonte: do autor (2020)

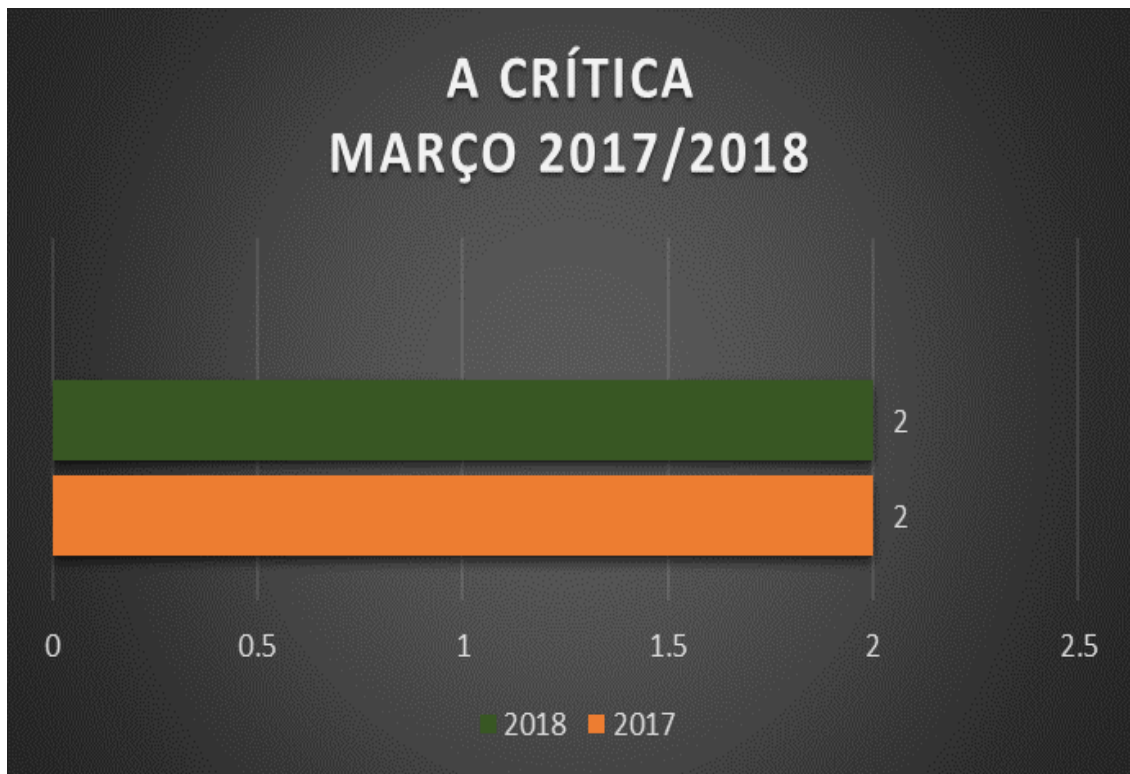


Gráfico 48 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal A Crítica nos meses de março - 2017/2018

Fonte: do autor (2020)



Gráfico 49 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal A Crítica nos meses de abril - 2017/2018

Fonte: do autor (2020)



Gráfico 50 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal A Crítica nos meses de maio - 2017/2018

Fonte: do autor (2020)



Gráfico 51 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal A Crítica nos meses de junho - 2017/2018

Fonte: do autor (2020)



Gráfico 52 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal A Crítica nos meses de julho - 2017/2018

Fonte: do autor (2020)



Gráfico 53 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal A Crítica nos meses de agosto - 2017/2018

Fonte: do autor (2020)



Gráfico 54 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal A Crítica nos meses pesquisados em 2016

Fonte do autor (2020)

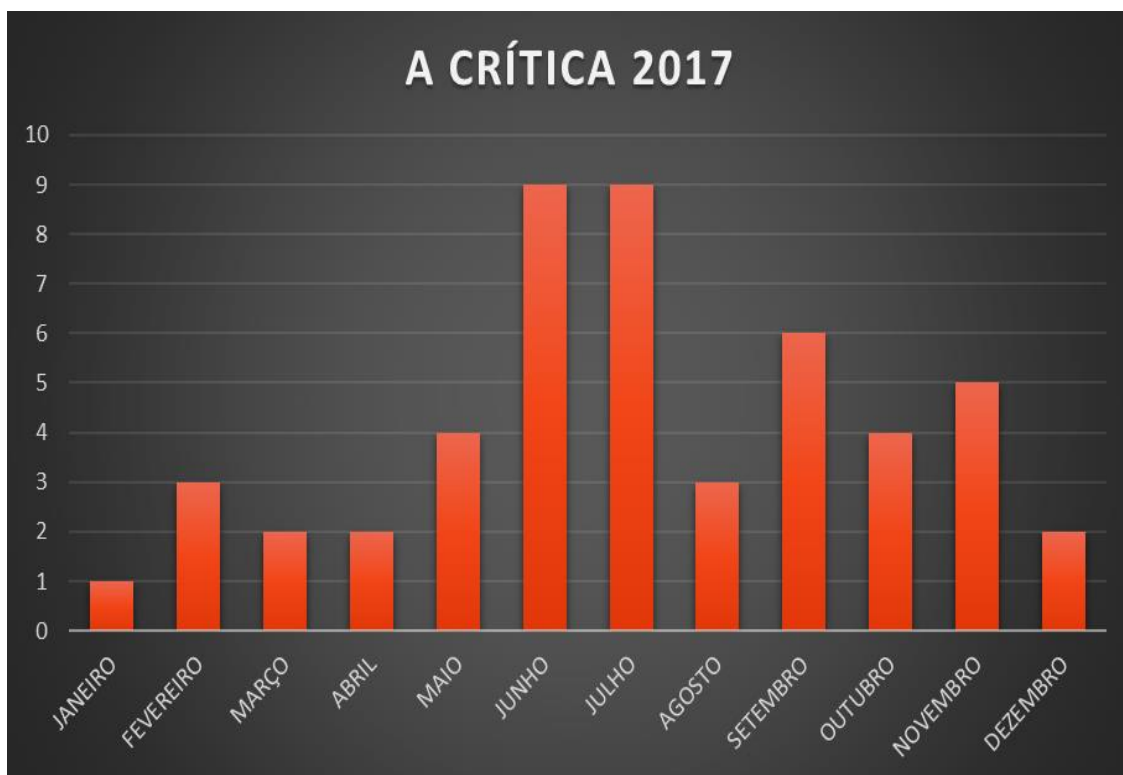


Gráfico 55 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal A Crítica nos meses pesquisados em 2017

Fonte: do autor (2020)

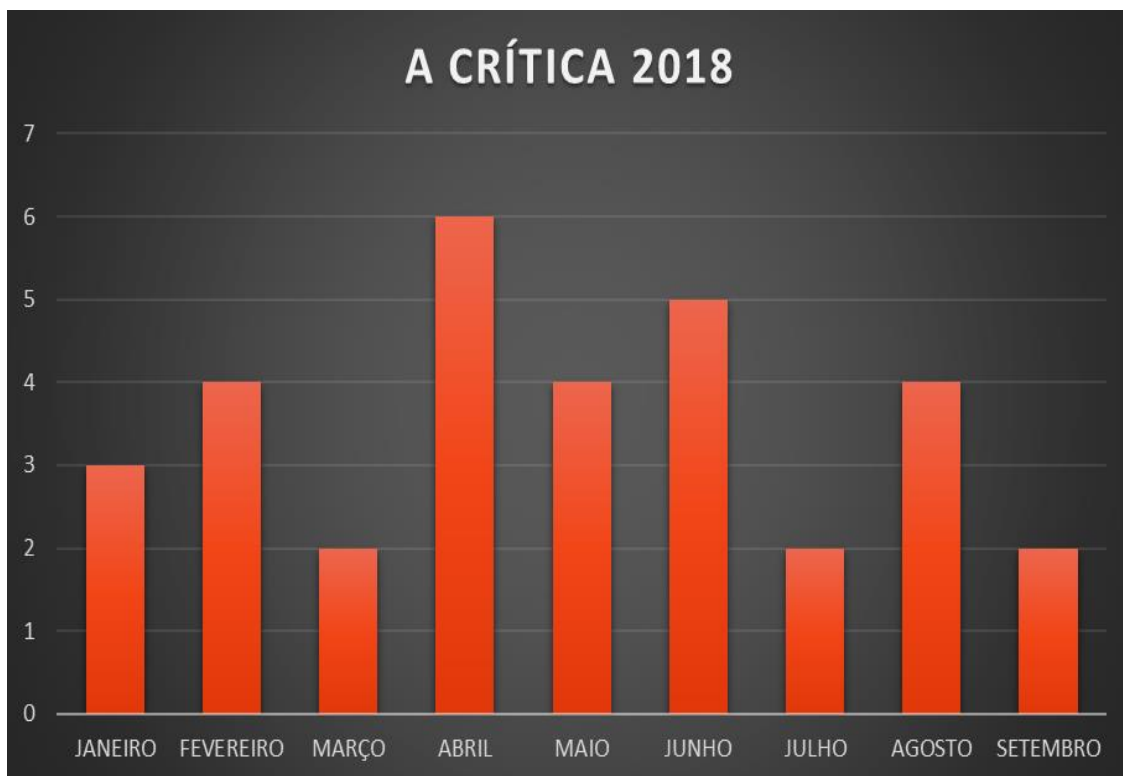


Gráfico 56 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal A Crítica nos meses pesquisados em 2018

Fonte: do autor (2020)



Gráfico 57 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal A Crítica por anos pesquisados

Fonte: do autor (2020)



Gráfico 58 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal O Estado de São Paulo nos meses de setembro - 2016/2017/2018

Fonte: do autor (2020)



Gráfico 59 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal O Estado de São Paulo nos meses de outubro 2016/2017

Fonte: do autor (2020)

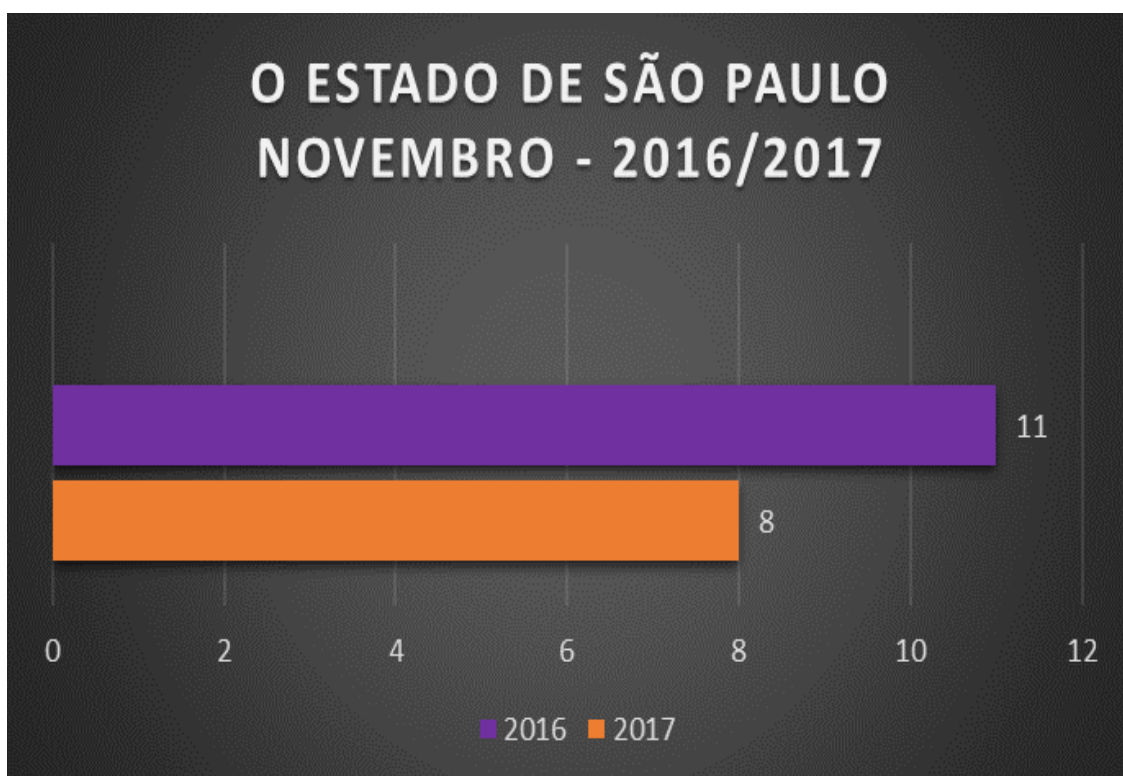


Gráfico 60 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal O Estado de São Paulo meses de novembro 2016/2017

Fonte: do autor (2020)

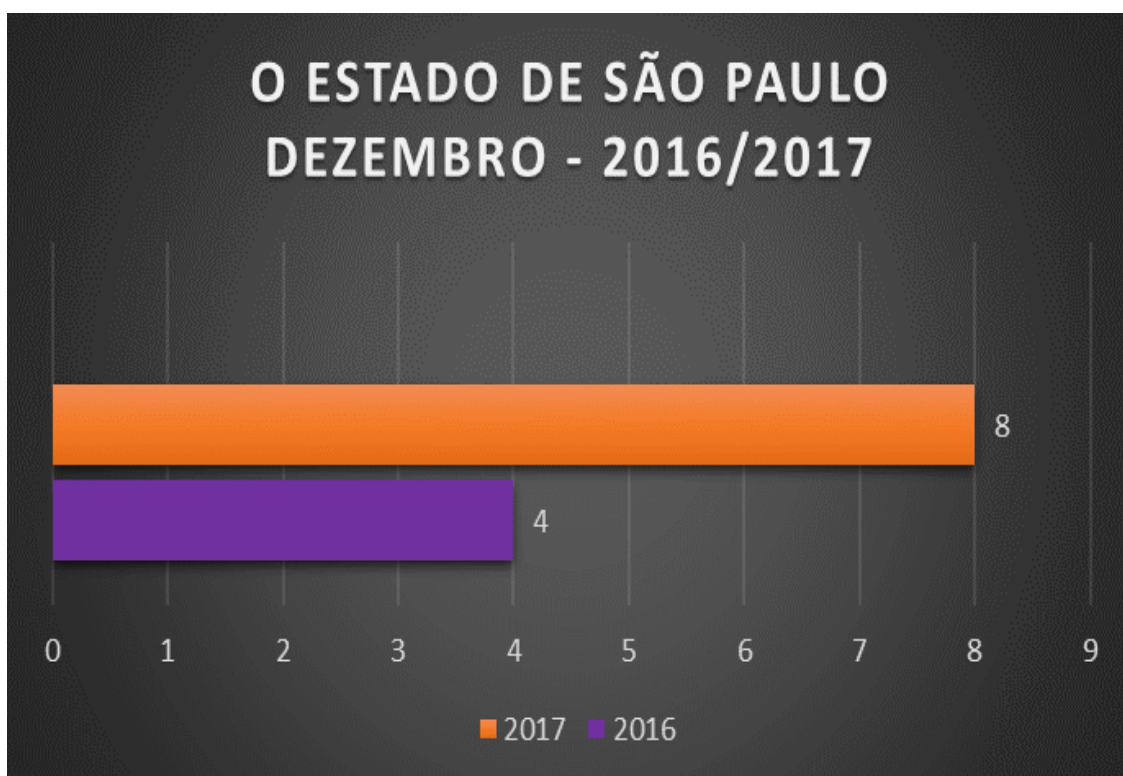


Gráfico 61 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal O Estado de São Paulo meses de dezembro 2016/2017

Fonte: do autor (2020)

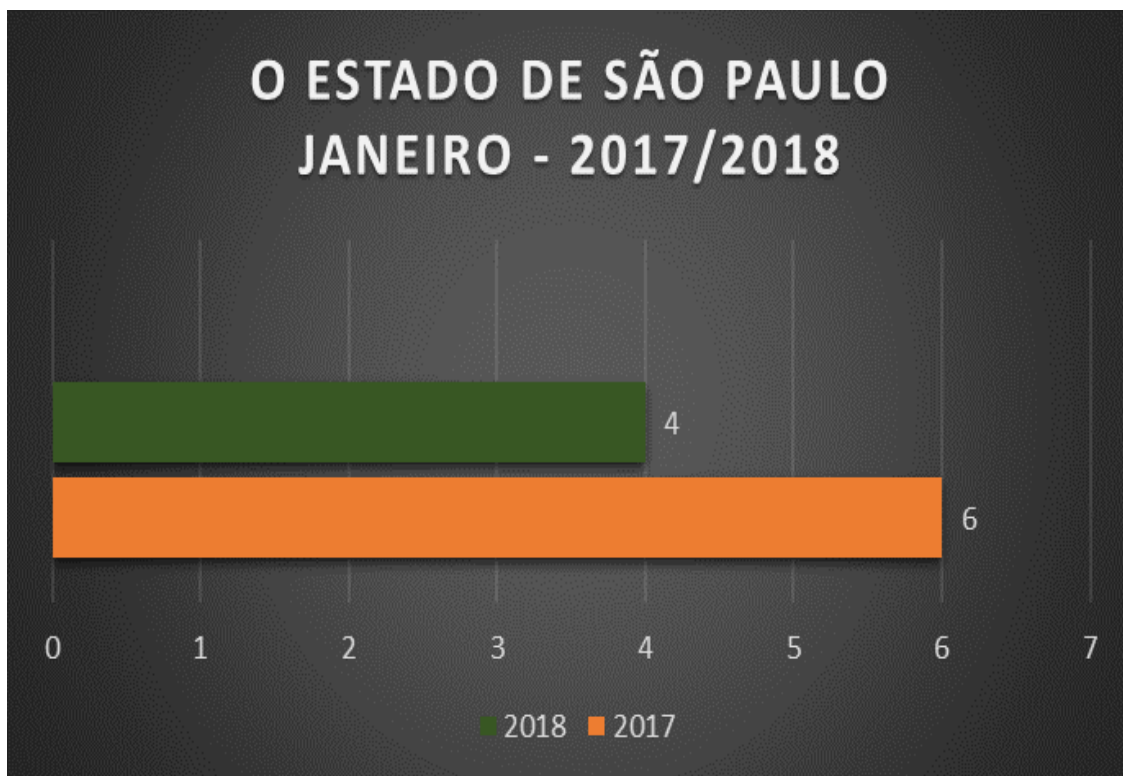


Gráfico 62 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal O Estado de São Paulo meses de janeiro 2017/2018

Fonte: do autor (2020)



Gráfico 63 - Comparação de matérias produzidas pelo O Estado de São Paulo meses de fevereiro 2017/2018

Fonte: do autor (2020)

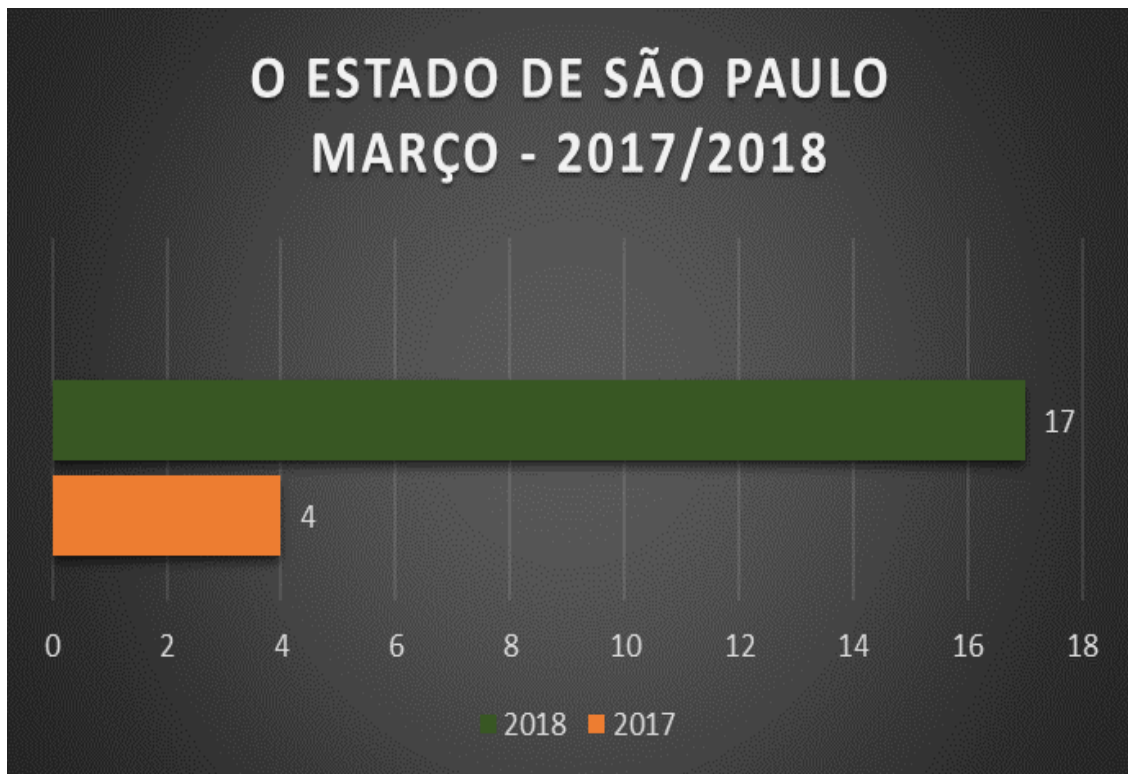


Gráfico 64 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal O Estado de São Paulo meses de março 2017/2018

Fonte: do autor 2020



Gráfico 65 - Comparação de matérias produzidas pelo O Estado de São Paulo meses de abril 2017/2018

Fonte: do autor (2020)



Gráfico 66 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal O Estado de São Paulo meses de maio 2017/2018

Fonte: do autor (2020)



Gráfico 67 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal O Estado de São Paulo meses de junho 2017/2018

Fonte: do autor (2020)



Gráfico 68 - Comparação de matérias produzidas pelo O Estado de São Paulo meses de julho 2017/2018

Fonte: do autor (2020)



Gráfico 69 - Comparação de matérias produzidas O Estado de São Paulo meses de agosto 2017/2018

Fonte: do autor (2020)



Gráfico 70 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal O Estado de São Paulo nos meses pesquisados em 2016

Fonte: do autor (2020)



Gráfico 71 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal O Estado de São Paulo nos meses pesquisados em 2017

Fonte: do autor (2020)



Gráfico 72 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal O Estado de São Paulo nos meses pesquisados em 2018

Fonte: do autor (2020)



Gráfico 73 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal O Estado de São Paulo nos anos pesquisados

Fonte: do autor (2020)

FOLHA DE SÃO PAULO



Gráfico 74 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal Folha de São Paulo em setembro 2016 a 2018

Fonte: do autor (2020)



Gráfico 75 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal Folha de São Paulo em outubro 2016/2017

Fonte: do autor (2020)

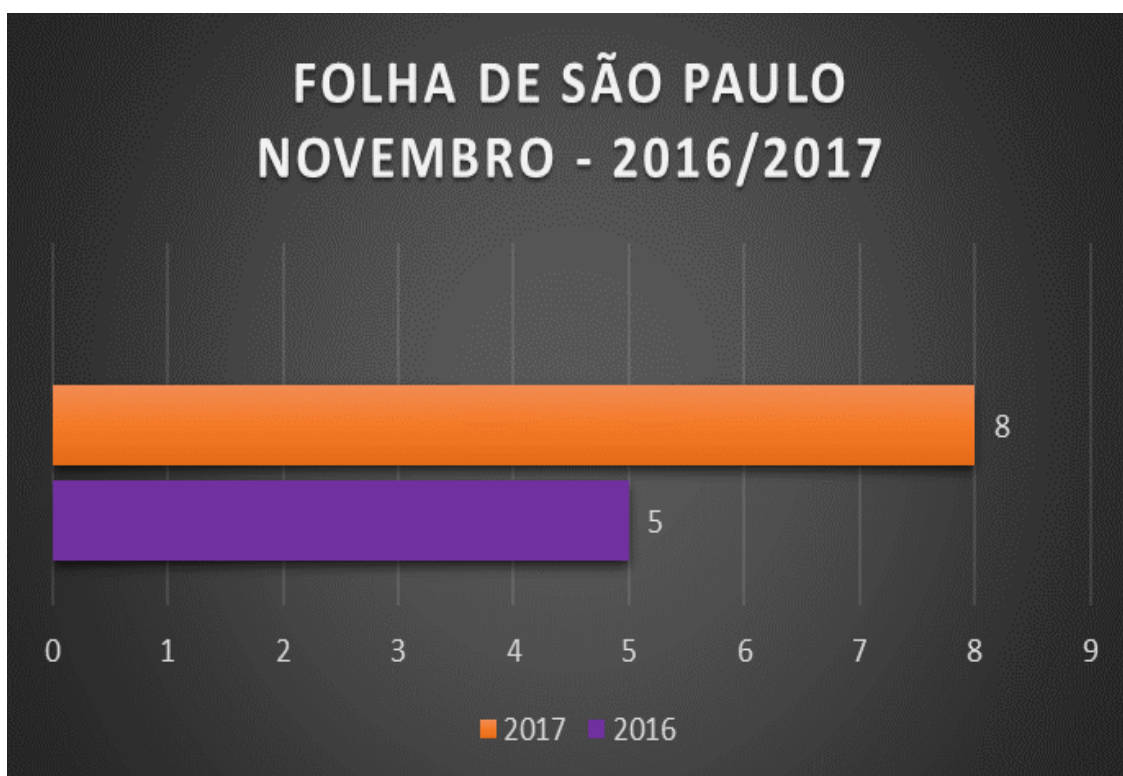


Gráfico 76 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal Folha de São Paulo em novembro 2016/2017

Fonte: do autor (2020)

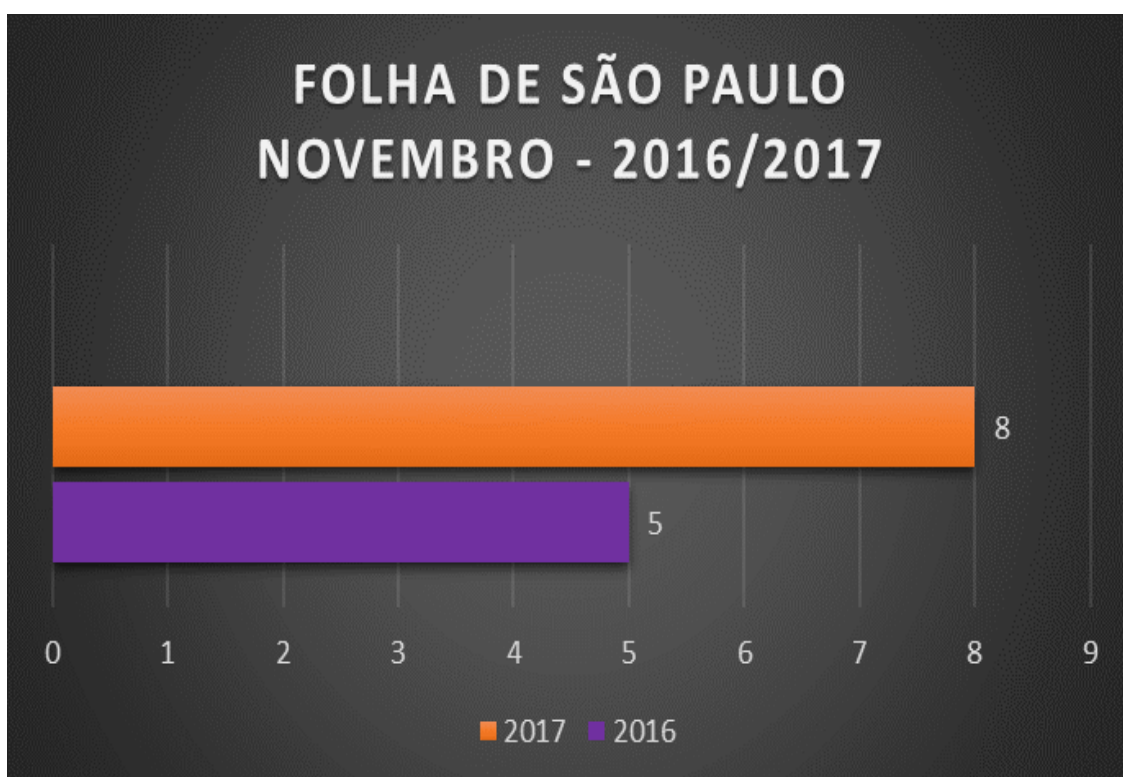


Gráfico 77 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal Folha de São Paulo em dezembro 2016/2017.

Fonte: do autor (2020)

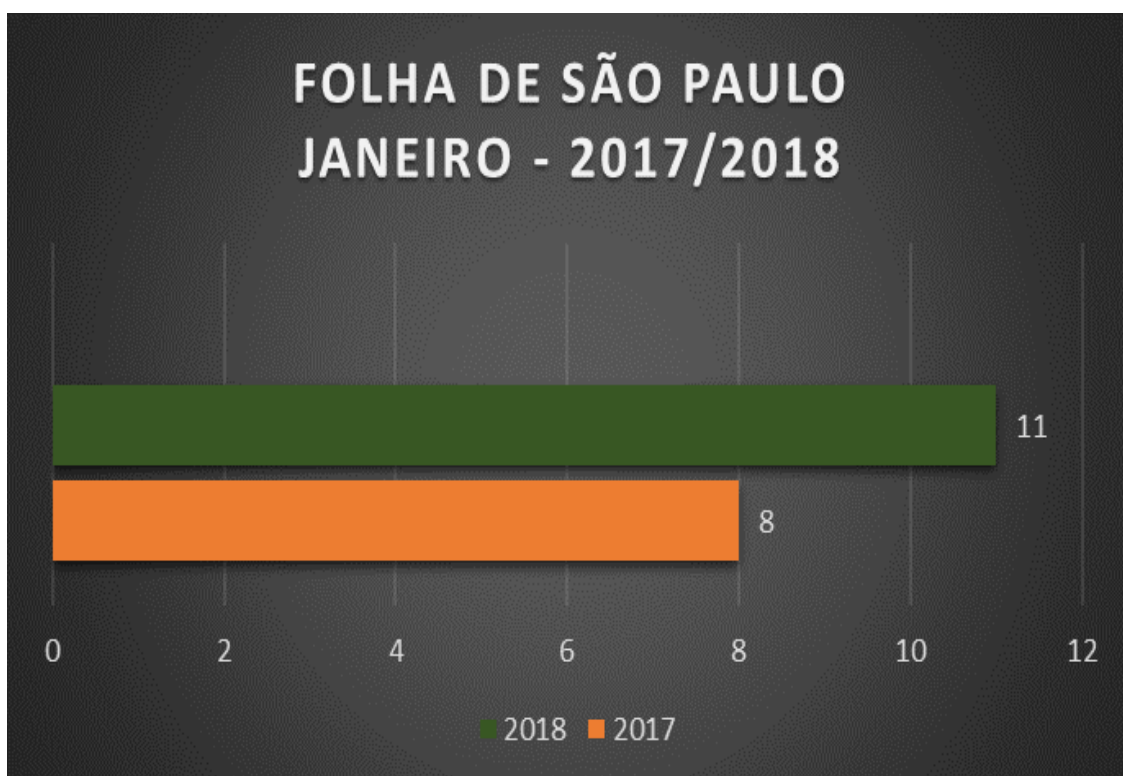


Gráfico 78 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal Folha de São Paulo em janeiro 2017/2018

Fonte: do autor (2020)

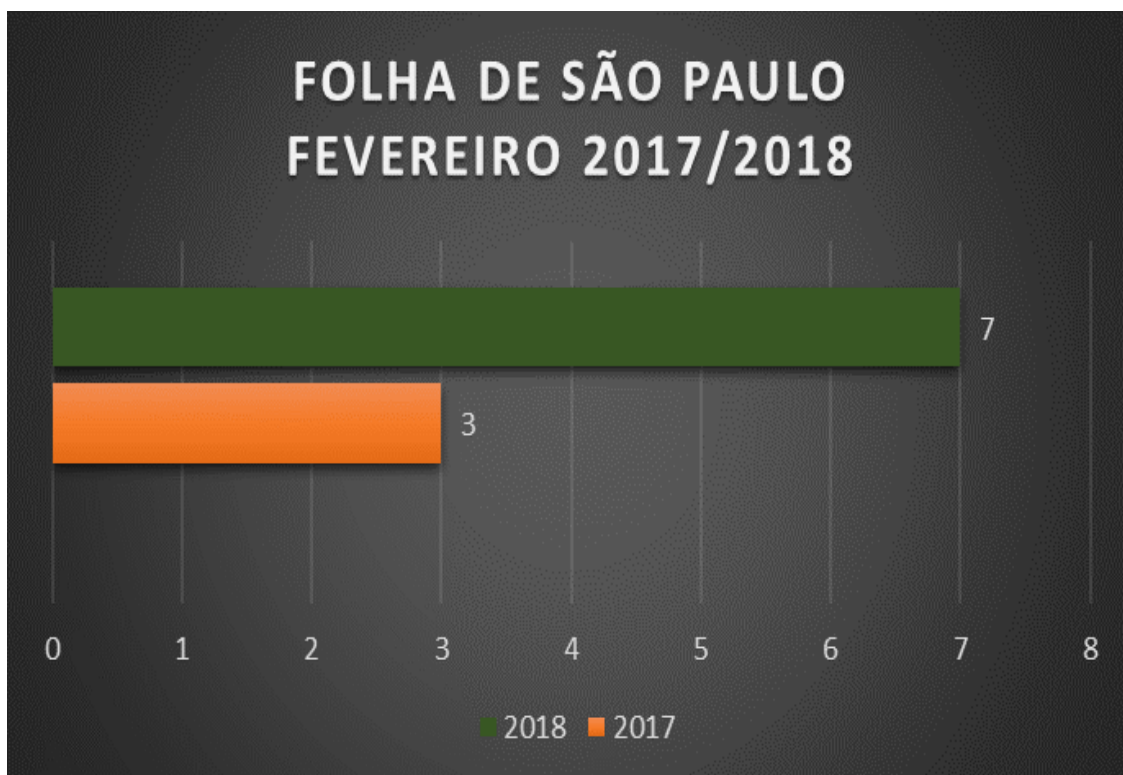


Gráfico 79 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal Folha de São Paulo em fevereiro 2017/2018

Fonte: do autor (2020)

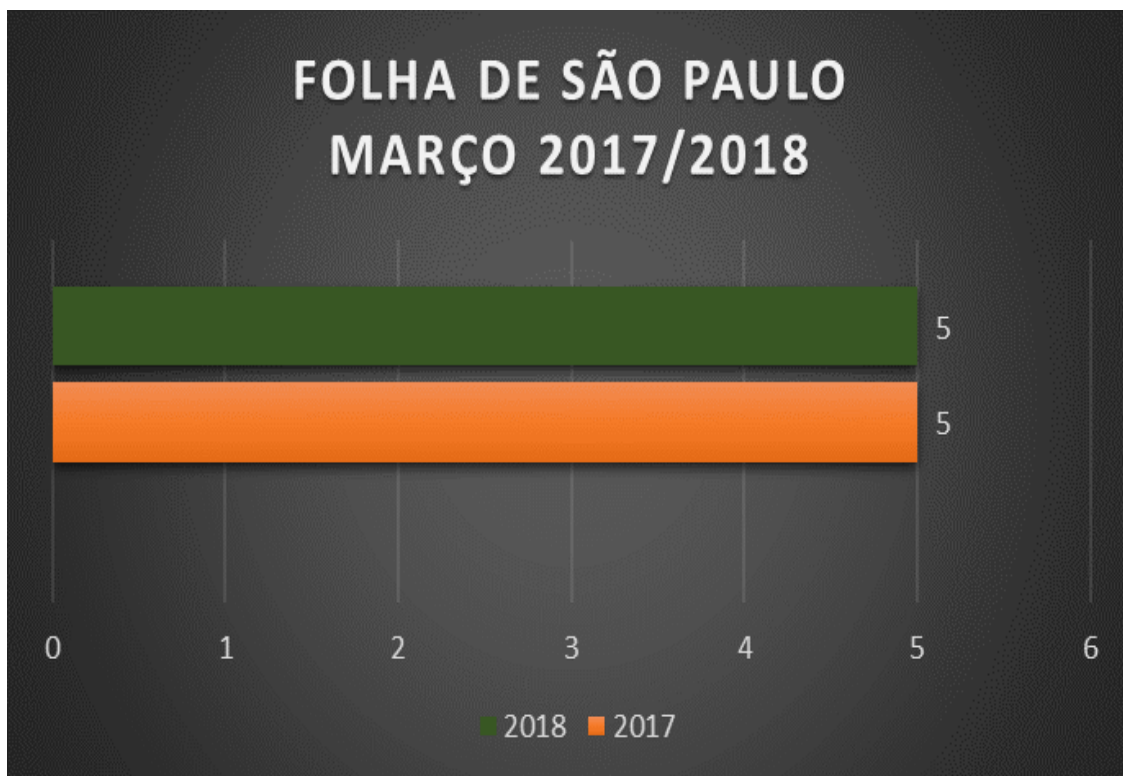


Gráfico 80 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal Folha de São Paulo em março 2017/2018

Fonte: do autor (2020)



Gráfico 81 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal Folha de São Paulo em abril 2017/2018

Fonte: do autor (2020)



Gráfico 82 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal Folha de São Paulo em maio 2017/2018

Fonte: do autor (2020)



Gráfico 83 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal Folha de São Paulo em junho 2017/2018

Fonte: do autor (2020)



Gráfico 84 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal Folha de São Paulo em julho 2017/2018

Fonte: do autor (2020)



Gráfico 85 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal Folha de São Paulo em agosto 2017/2018

Fonte: do autor (2020)

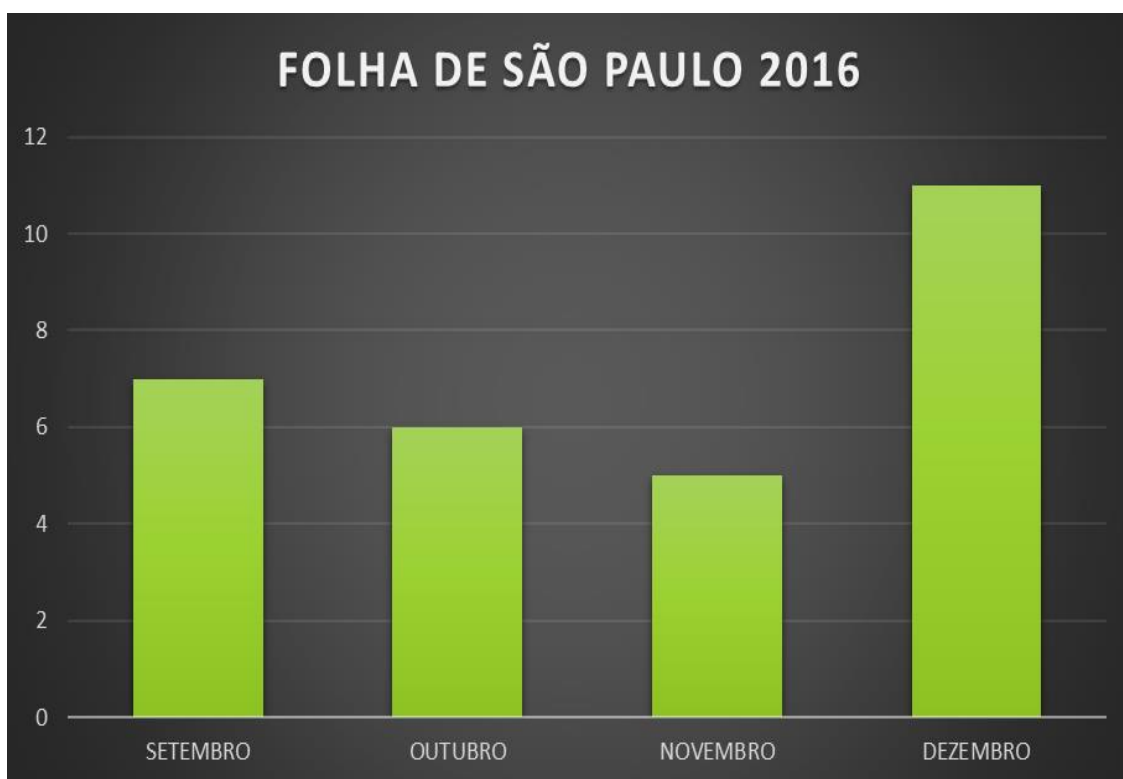


Gráfico 86 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal Folha de São Paulo nos meses pesquisados em 2017

Fonte: do autor (2020)



Gráfico 87 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal Folha de São Paulo nos meses pesquisados em 2017

Fonte: do autor (2020)

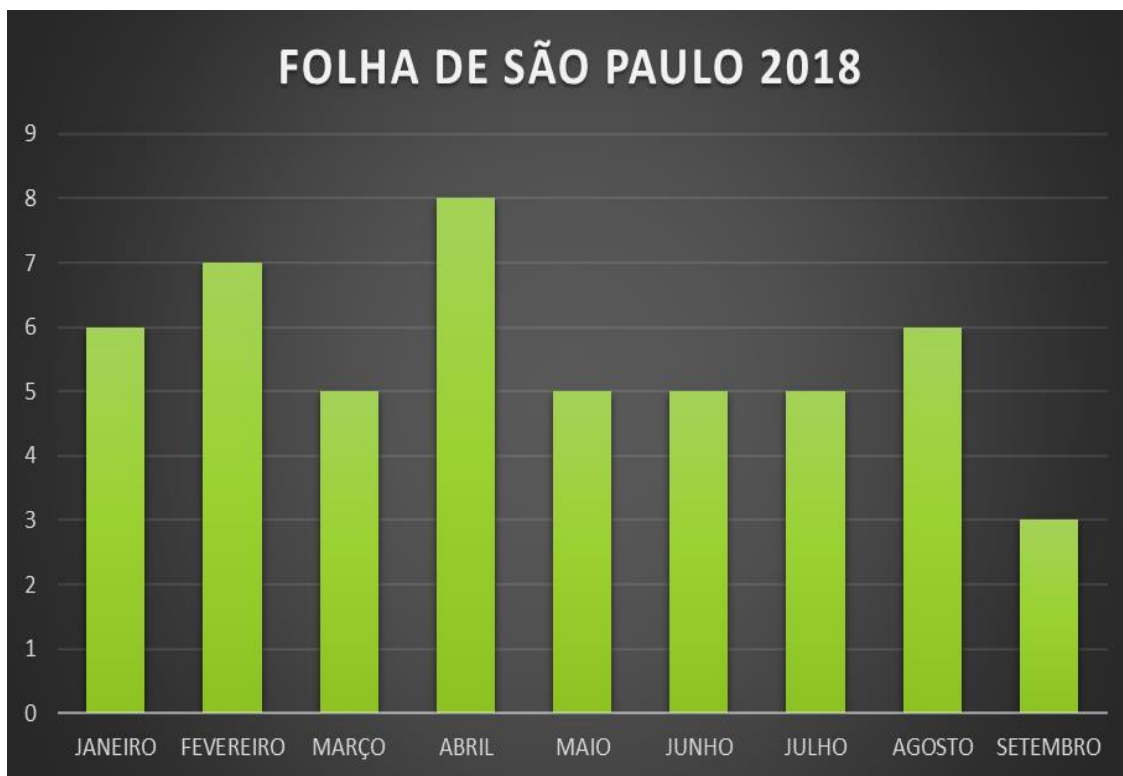


Gráfico 88 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal Folha de São Paulo nos meses pesquisados em 2018

Fonte: do autor (2020)



Gráfico 89 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal Folha de São Paulo por anos pesquisados

Fonte: do autor (2020)

O GLOBO

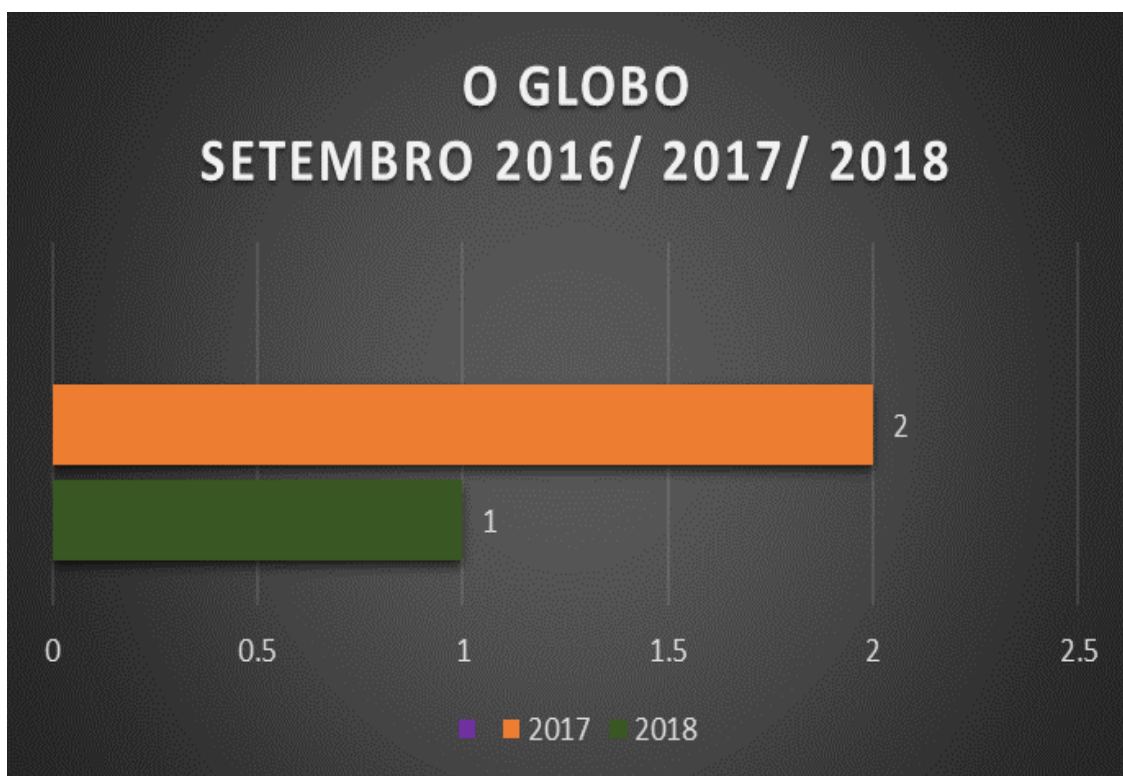


Gráfico 90 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal O Globo em setembro 2016 a 2018
Fonte: do autor (2020)

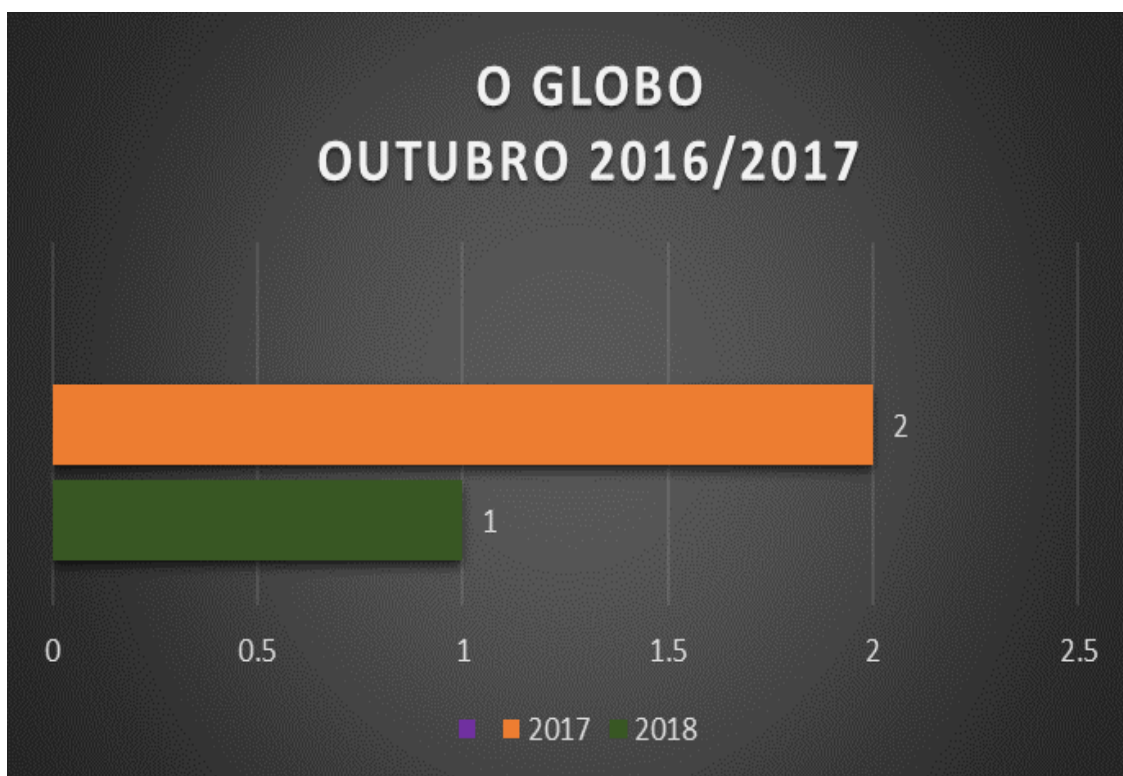


Gráfico 91 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal O Globo em outubro 2016/2017
Fonte: do autor (2020)

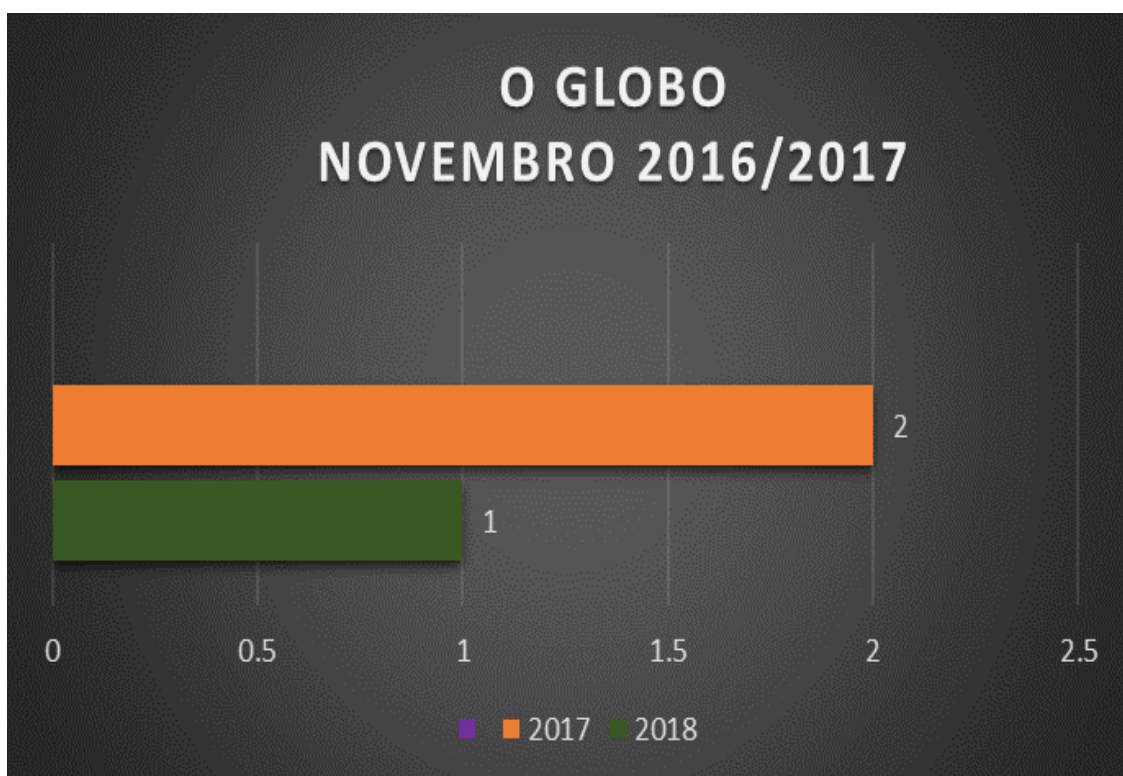


Gráfico 92 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal O Globo em novembro 2016/2017
Fonte: do autor (2020)

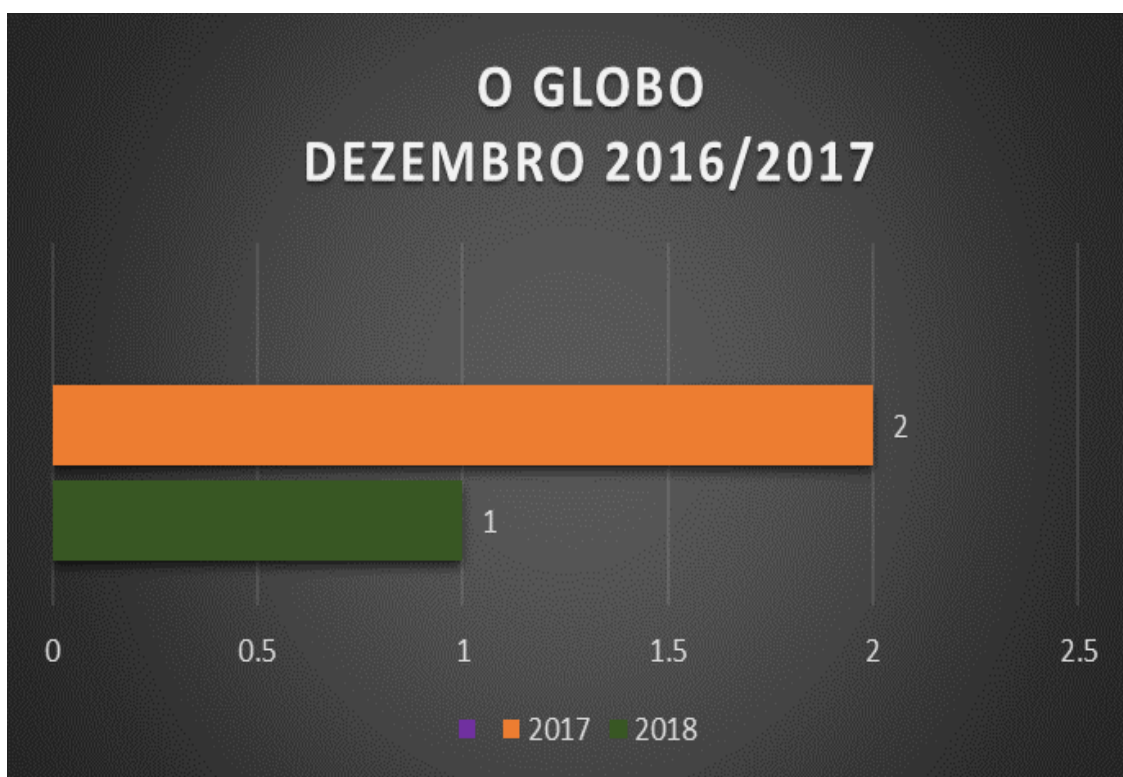


Gráfico 93 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal O Globo em dezembro 2016/2017
Fonte: do autor (2020)



Gráfico 94 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal O Globo em janeiro 2017/2018
Fonte: do autor (2020)

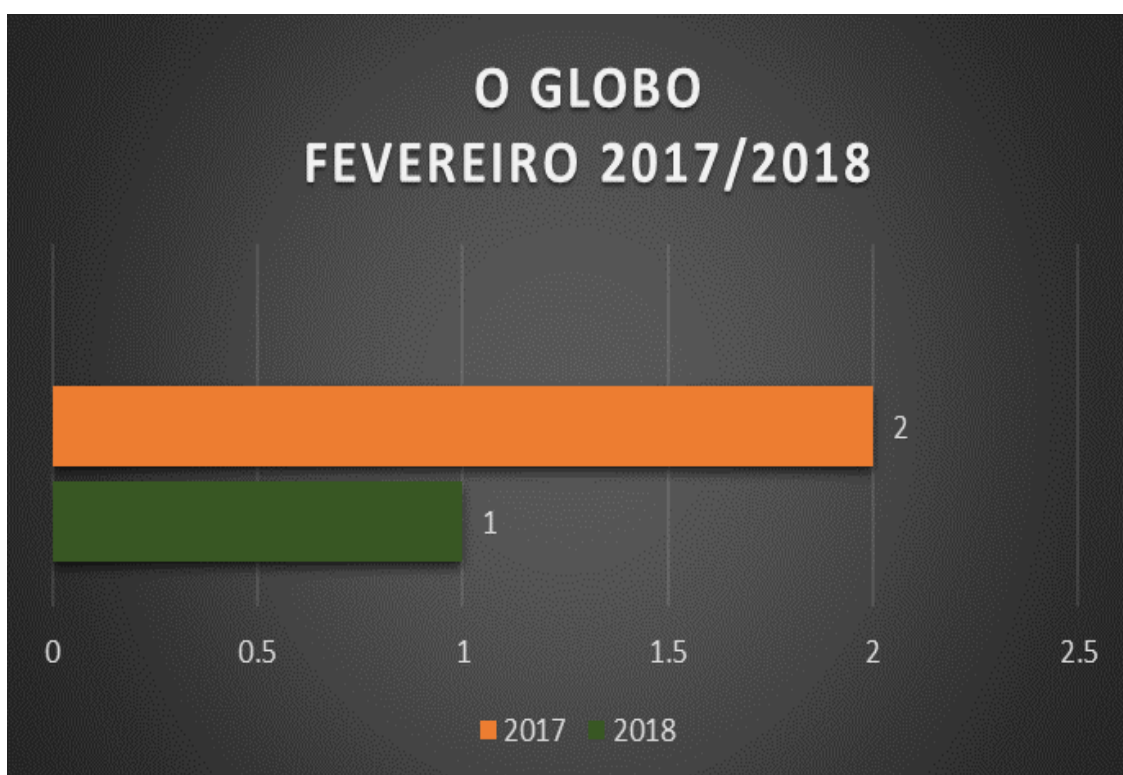


Gráfico 95 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal O Globo em fevereiro 2017/2018
Fonte: do autor (2020)

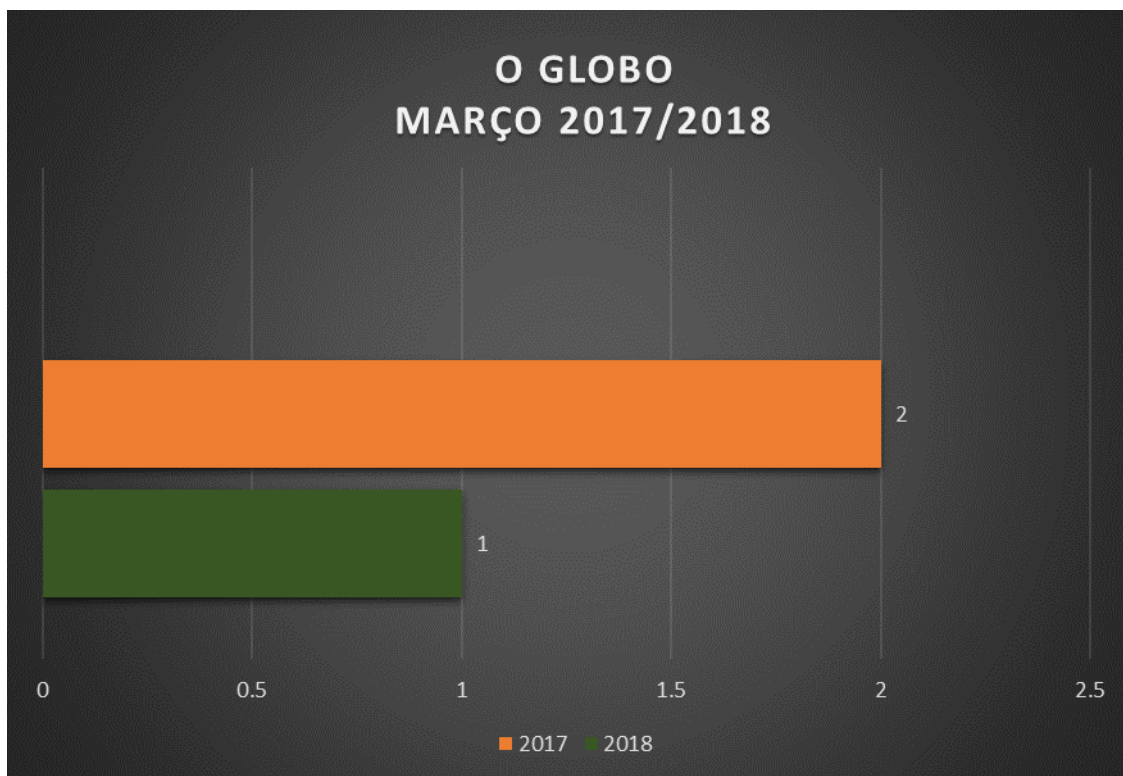


Gráfico 96 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal O Globo em março 2017/2018
Fonte: do autor (2020)

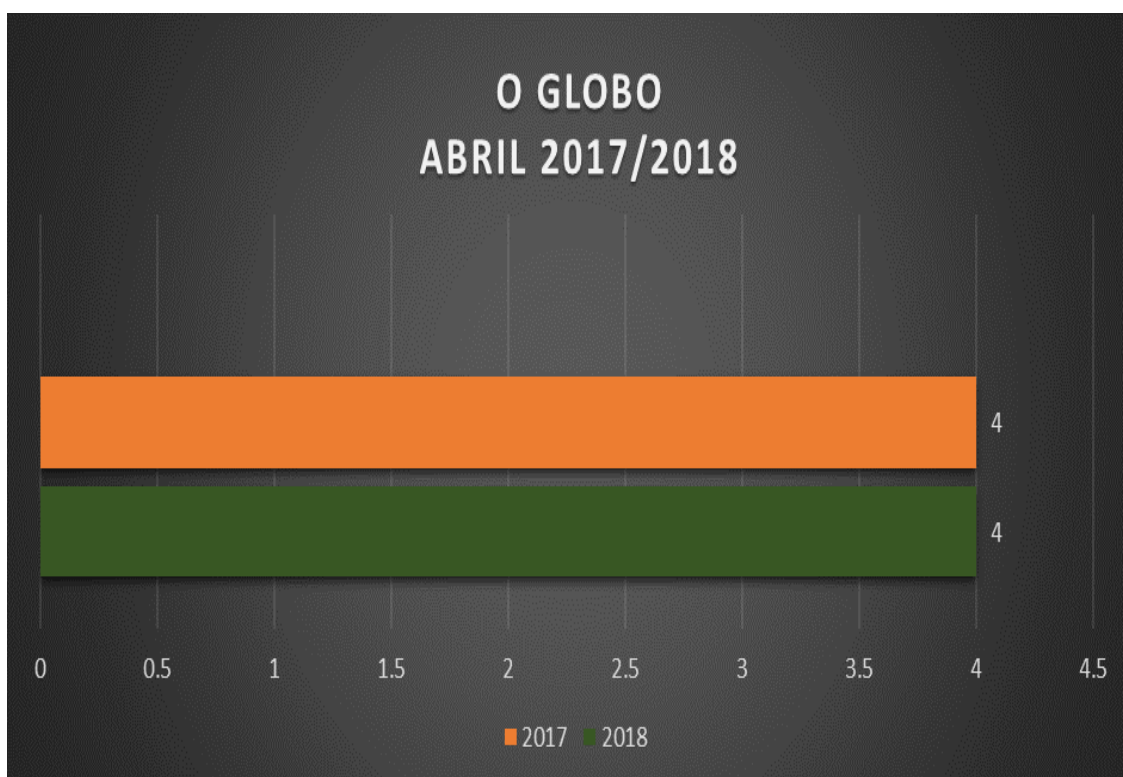


Gráfico 97 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal O Globo em abril 2017/2018
Fonte: do autor (2020)

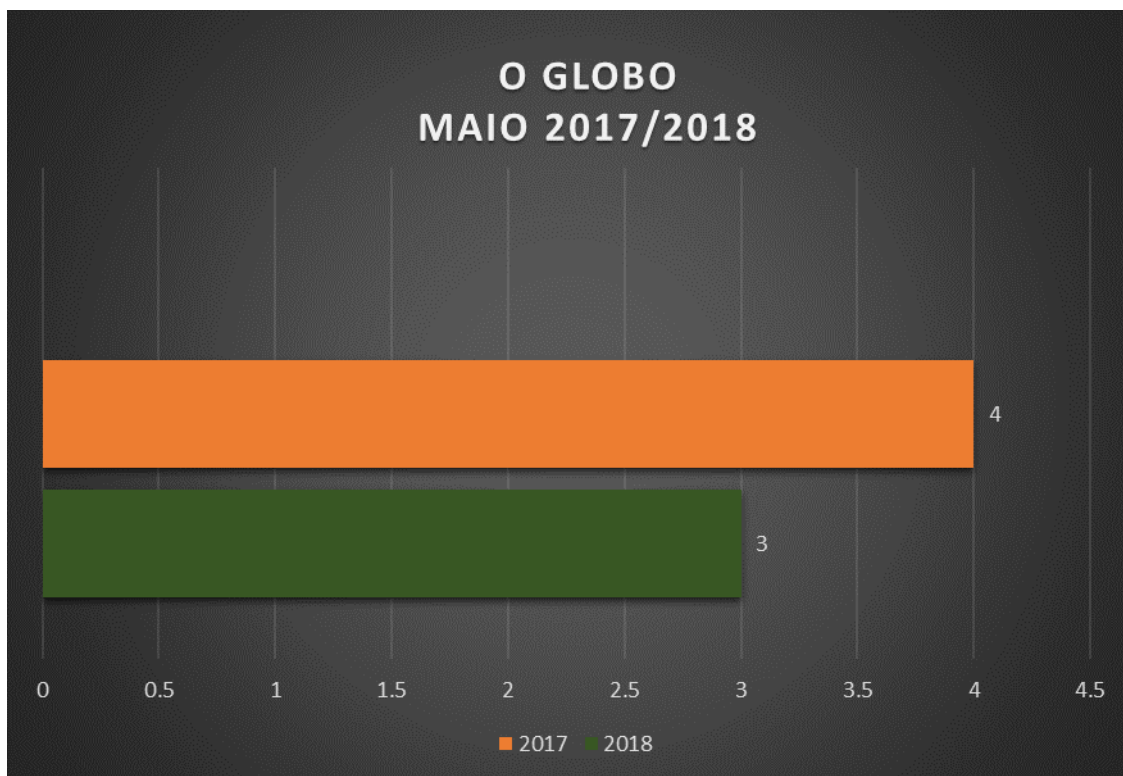


Gráfico 98 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal O Globo em maio 2017/2018
Fonte: do autor (2020)

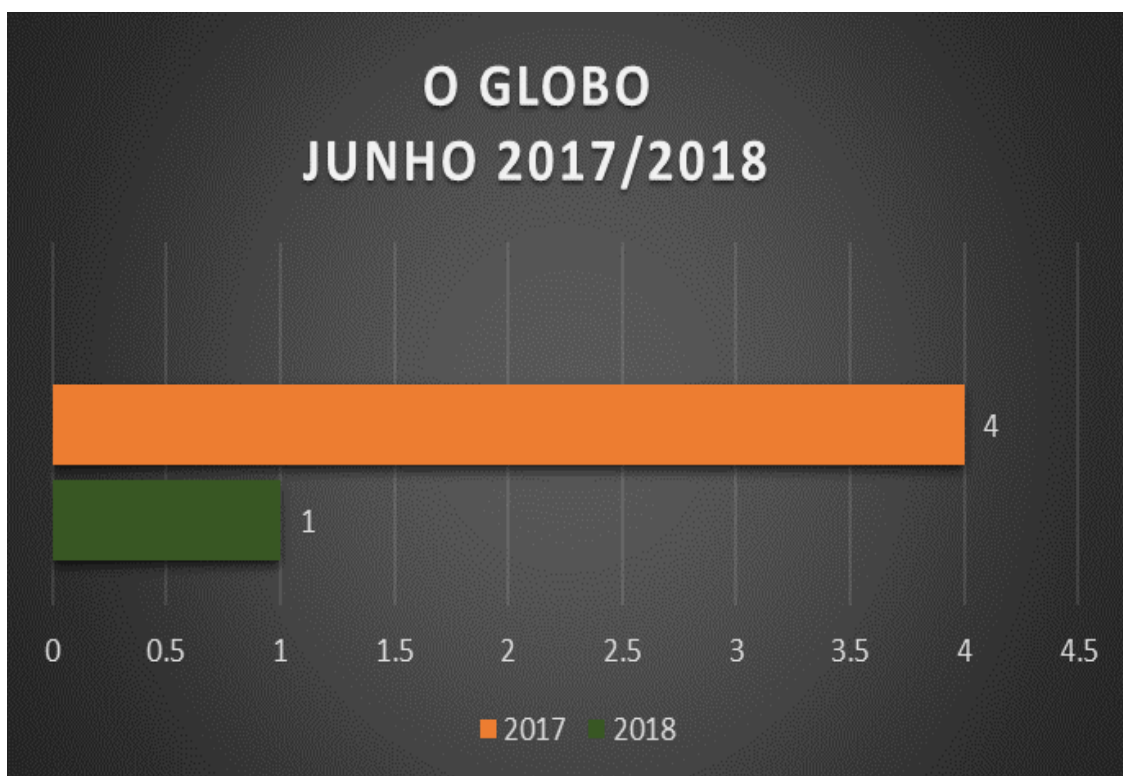


Gráfico 99 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal O Globo em junho 2017/2018

Fonte: do autor (2020)

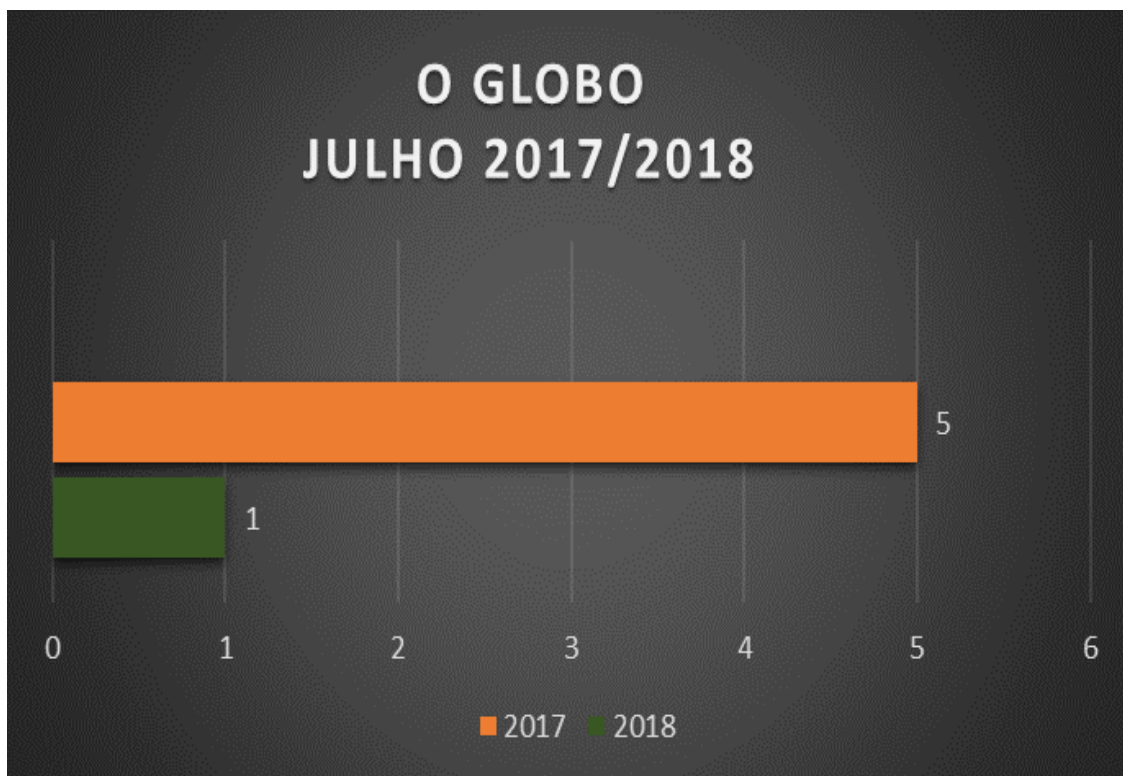


Gráfico 100 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal O Globo em julho 2017/2018
Fonte: do autor (2020)



Gráfico 101 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal O Globo em agosto 2017/2018
Fonte: do autor (2020)

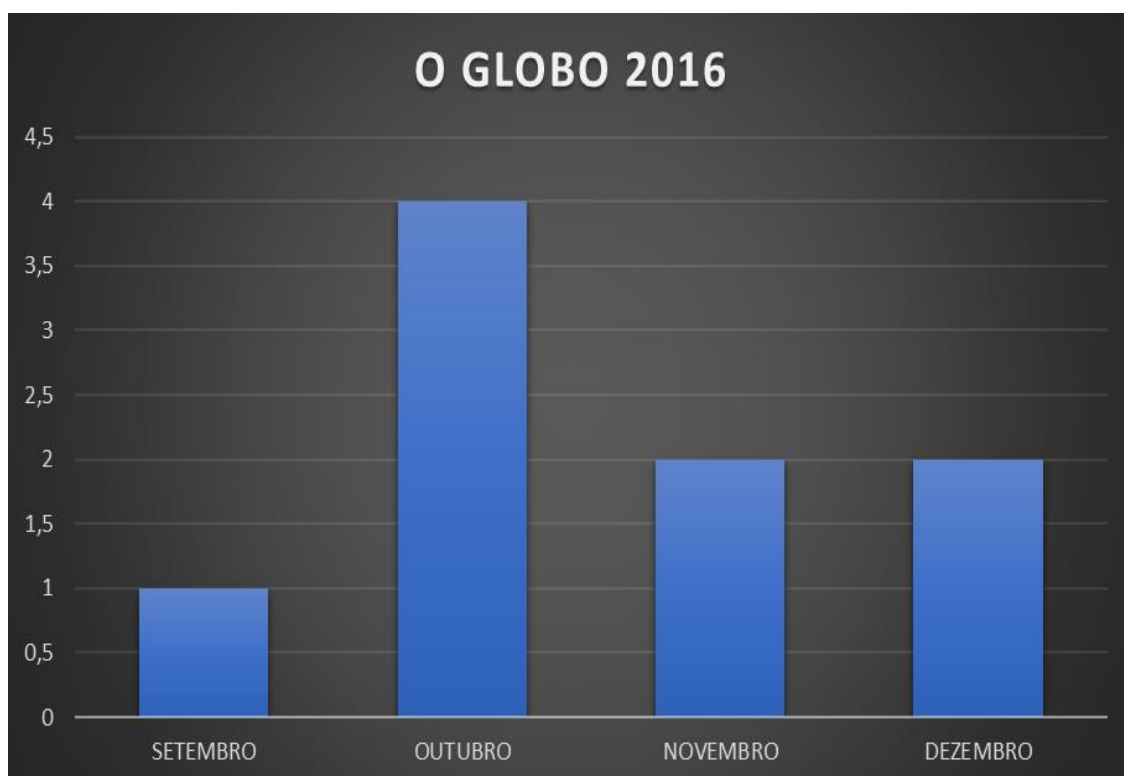


Gráfico 102 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal O Globo nos meses pesquisados em 2016

Fonte: do autor (2020)

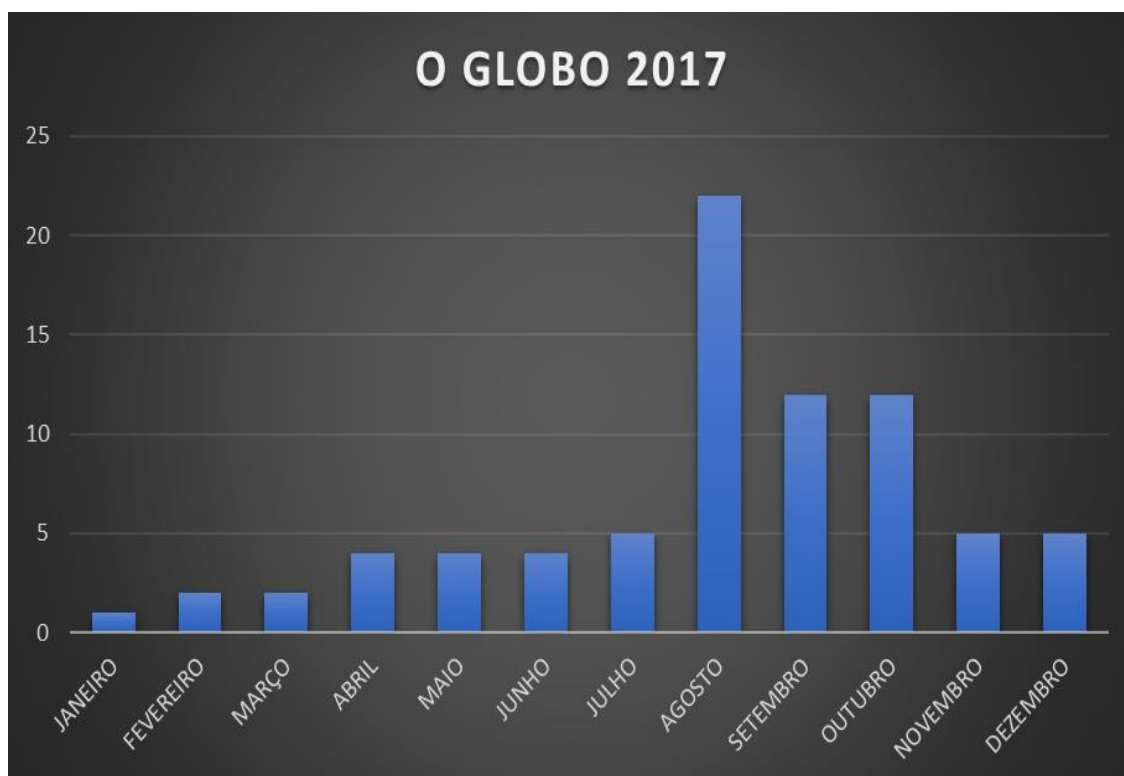


Gráfico 103 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal O Globo nos meses pesquisados em 2017

Fonte: do autor (2020)

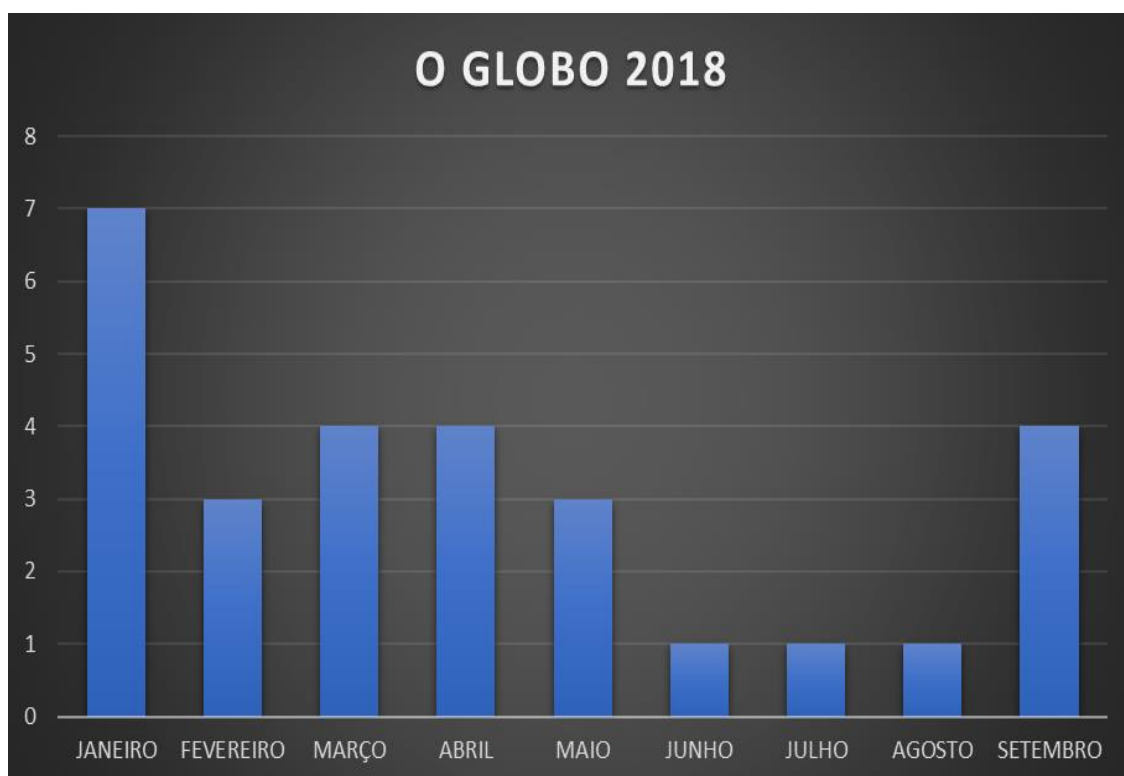


Gráfico 104 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal O Globo nos meses pesquisados em 2018

Fonte: do autor (2020)



Gráfico 105 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal O Globo por anos pesquisados

Fonte: do Autor (2020)

THE NEW YORK TIMES

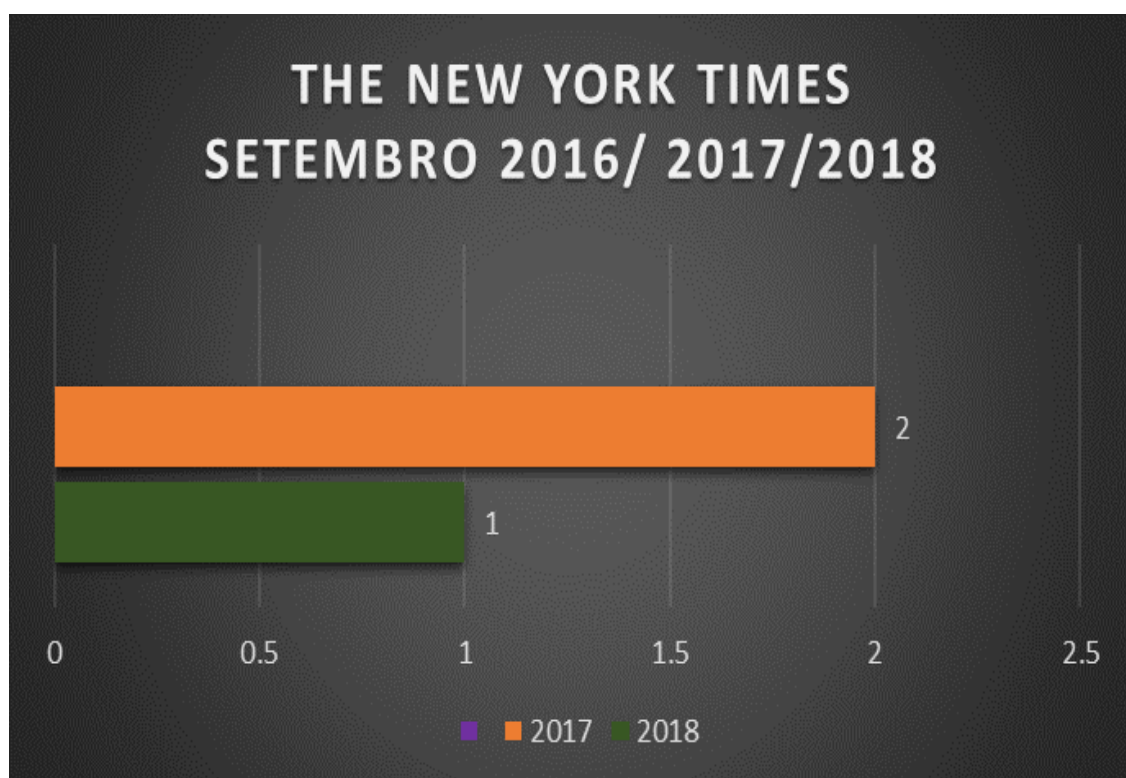


Gráfico 106 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal NYT em setembro 2016/2017/2018
Fonte: do autor (2020)

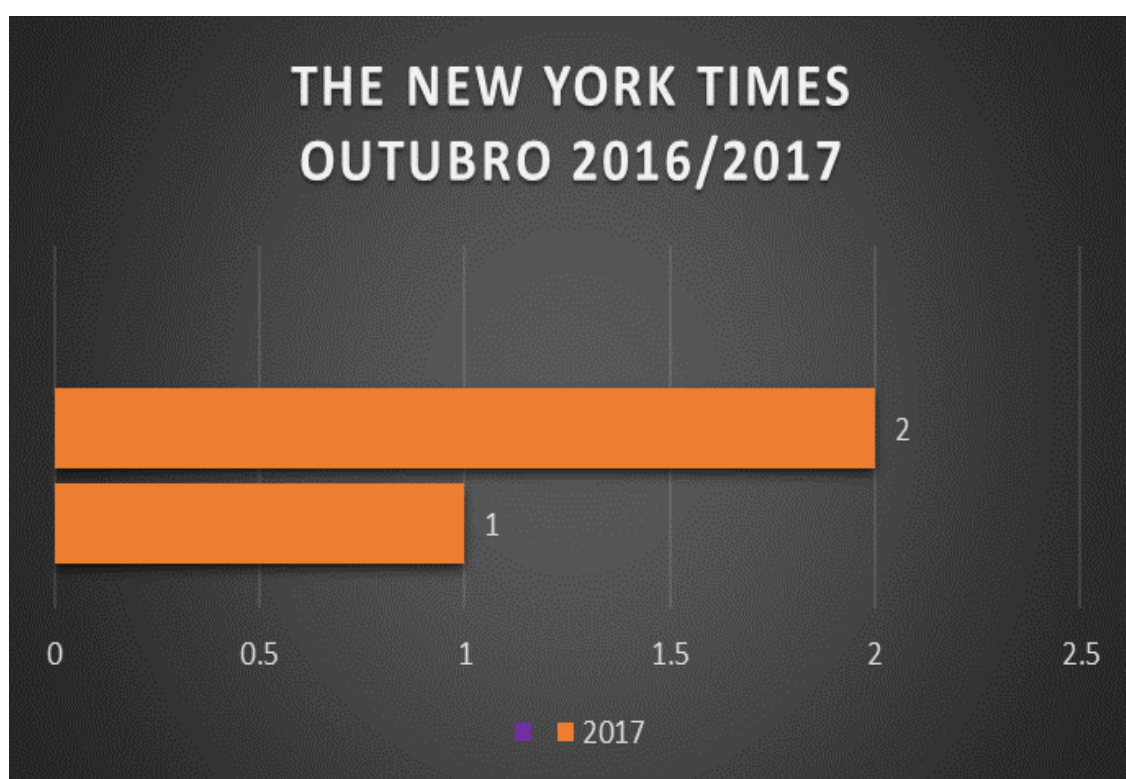


Gráfico 107 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal NYT em outubro 2016/2017
Fonte: do autor (2020)

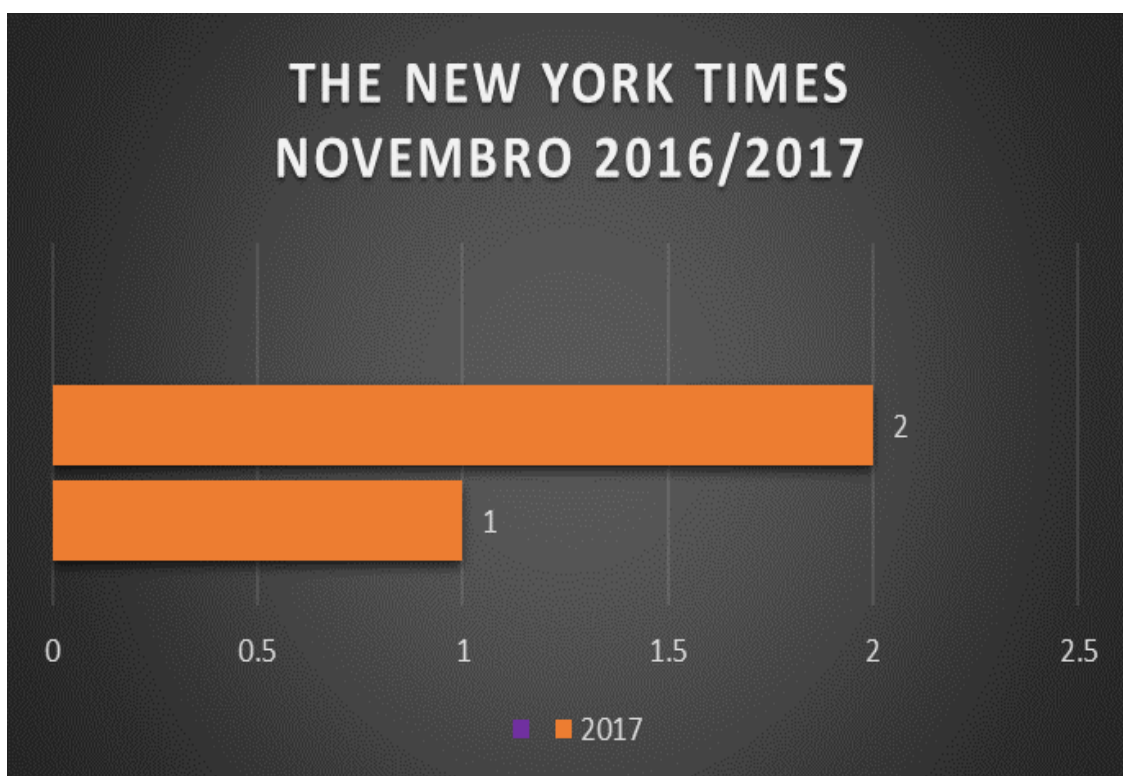


Gráfico 108 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal NYT em novembro 2016/2017
Fonte: do autor (2020)

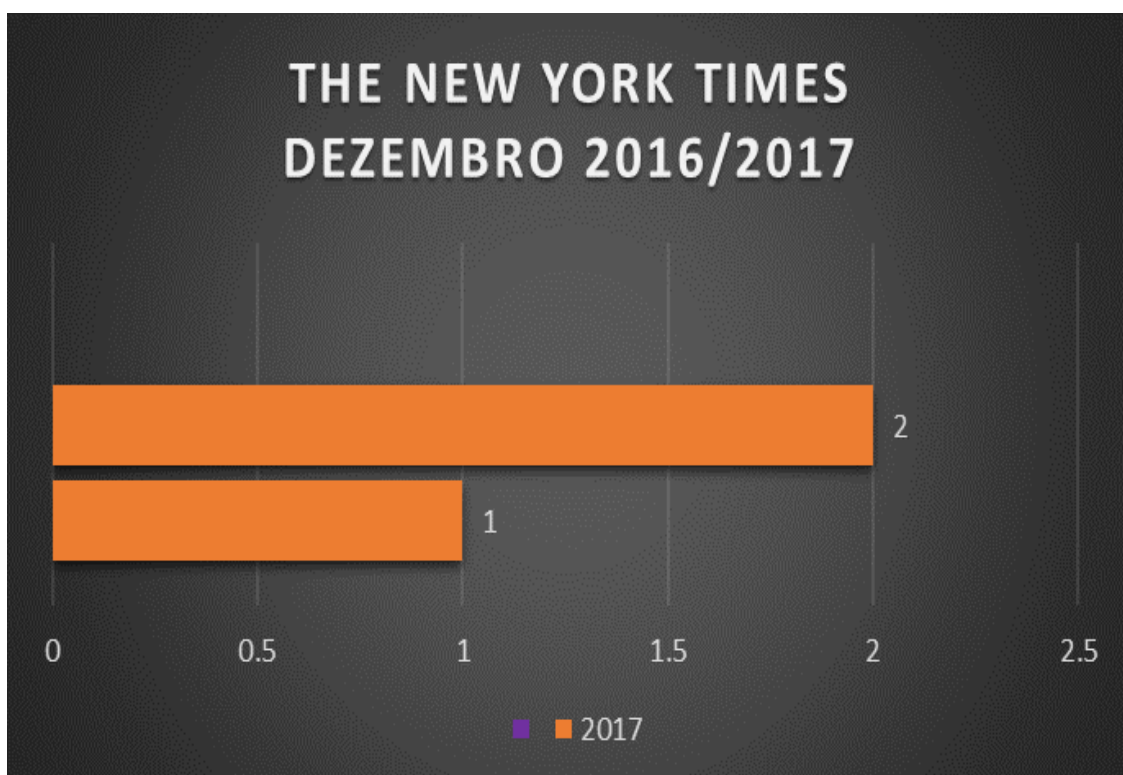


Gráfico 109 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal NYT em dezembro 2016/2017
Fonte: do autor (2020)

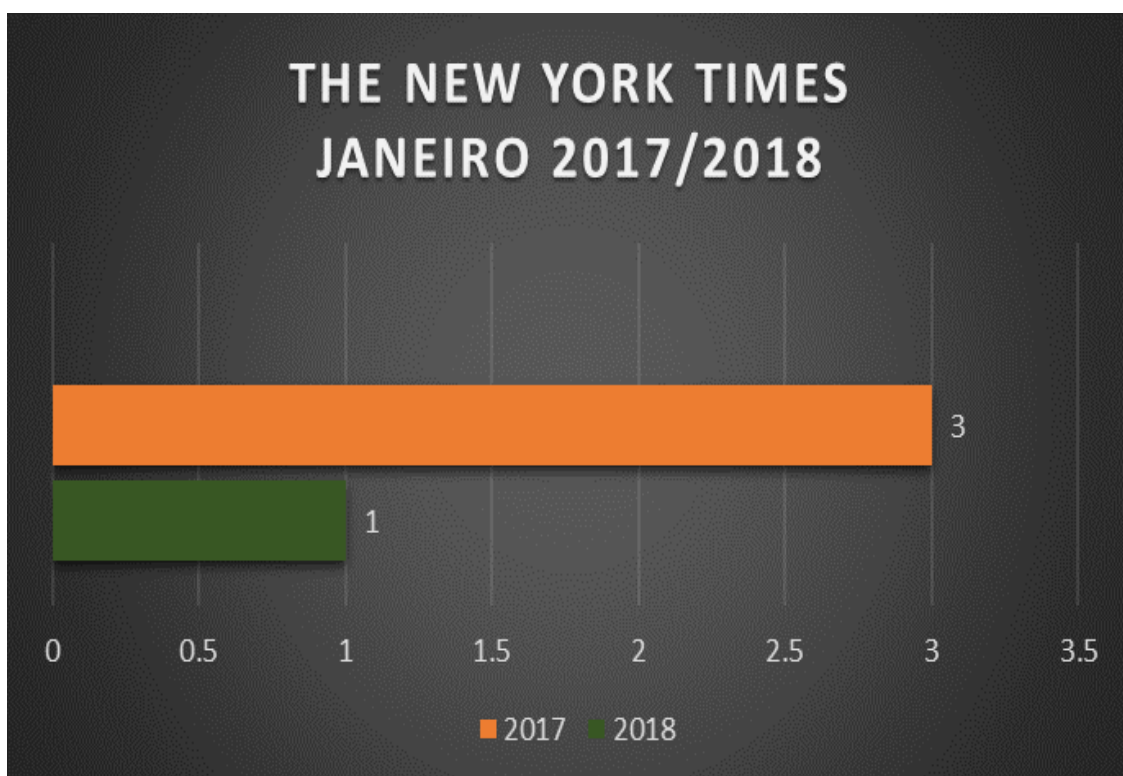


Gráfico 110 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal NYT em janeiro 2017/2018
Fonte: do autor (2020)

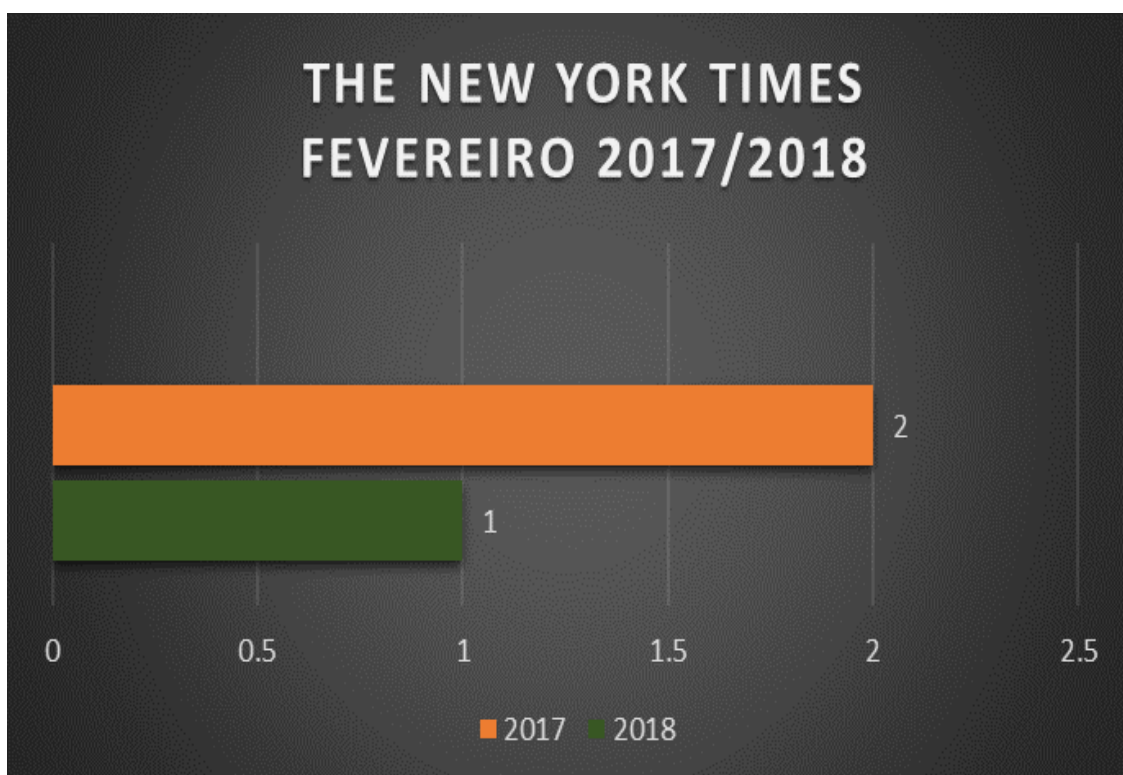


Gráfico 111 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal NYT em fevereiro 2017/2018
Fonte: do autor (2020)

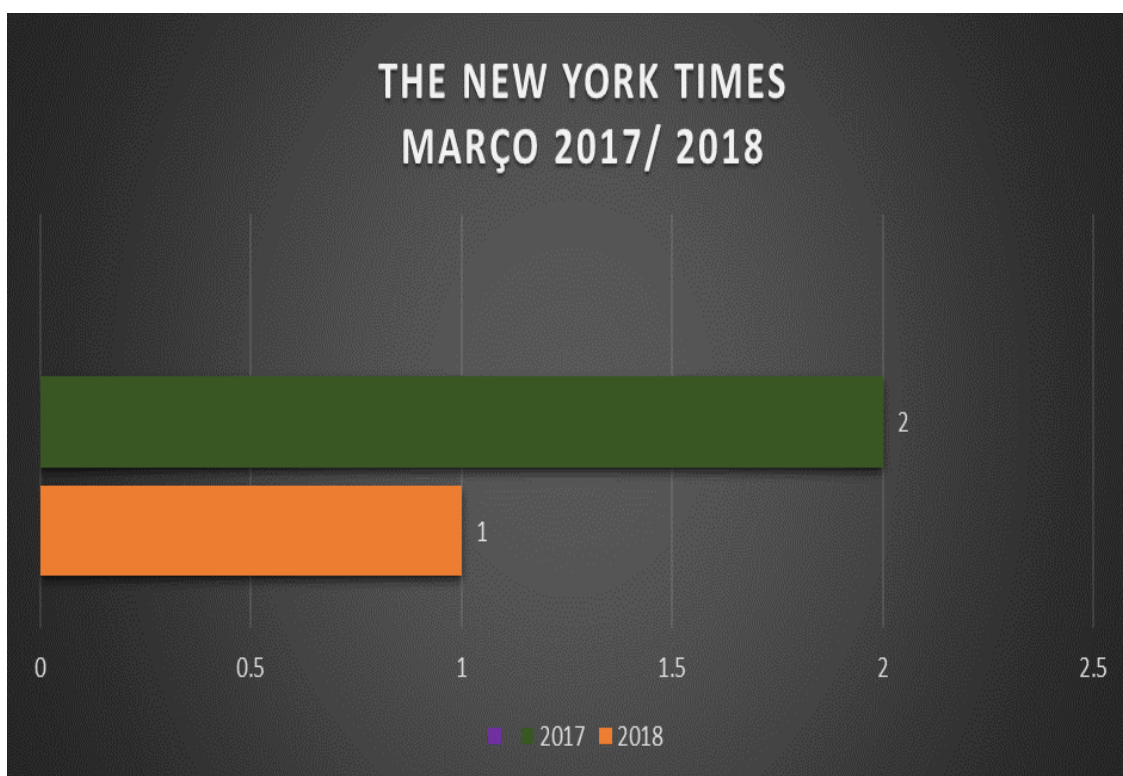


Gráfico 112 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal NYT em março 2017/2018
Fonte: do autor (2020)

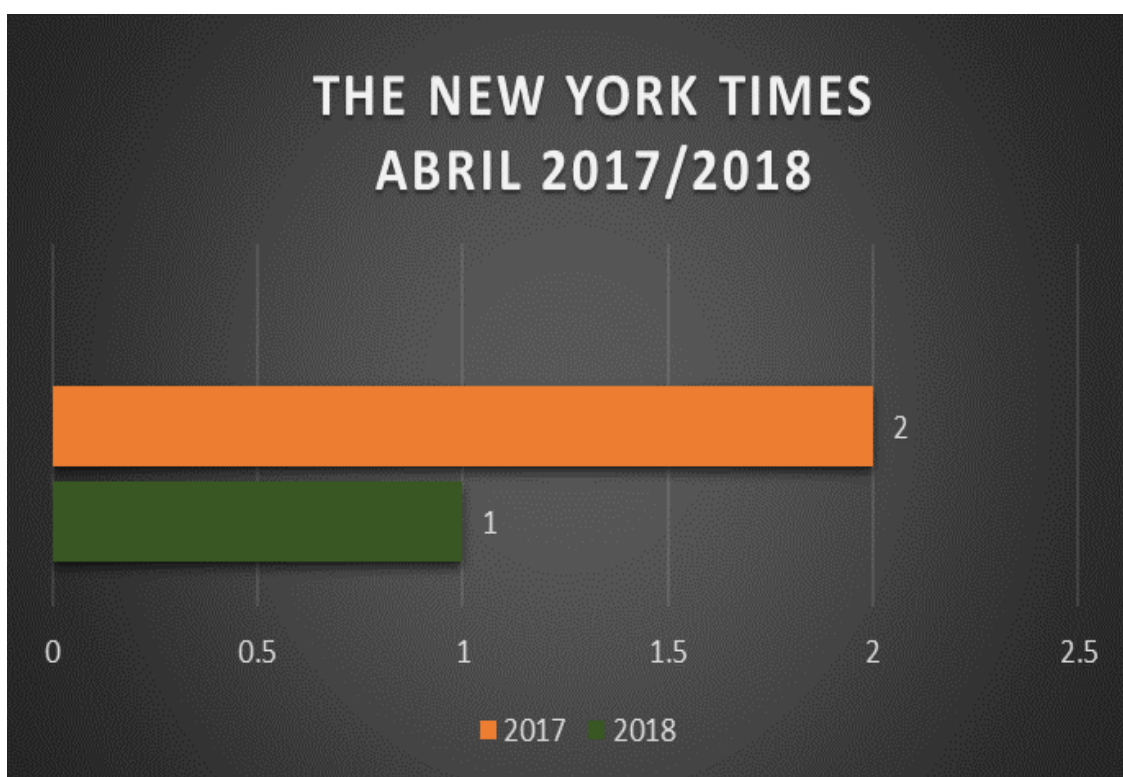


Gráfico 113 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal NYT em abril 2017/2018
Fonte: do autor (2020)

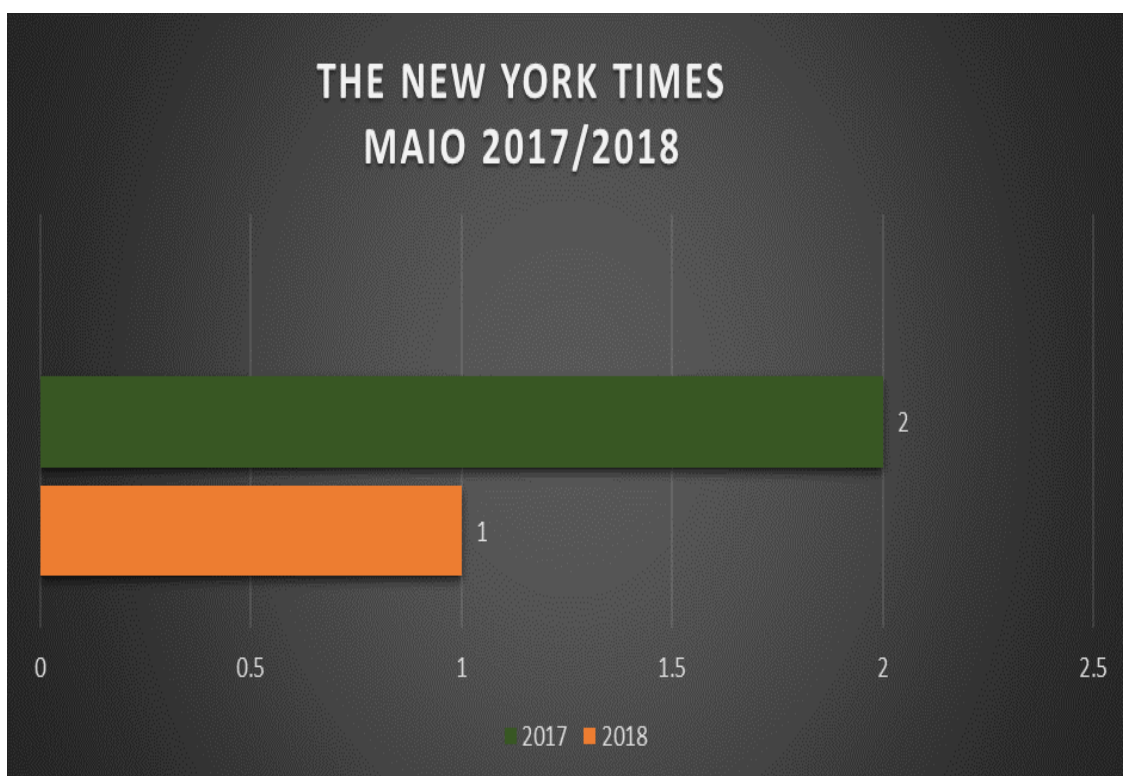


Gráfico 114 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal NYT em maio 2017/2018
Fonte: do autor (2020)

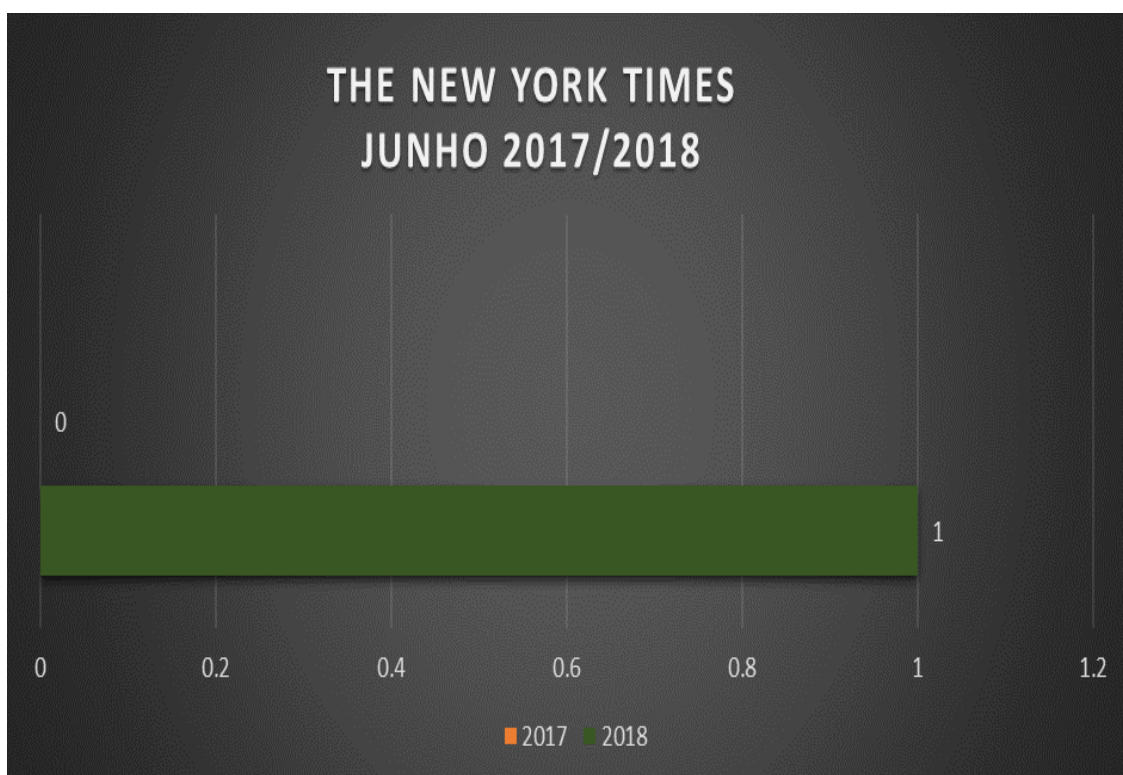


Gráfico 115 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal NYT em junho 2017/2018
Fonte: do autor (2020)

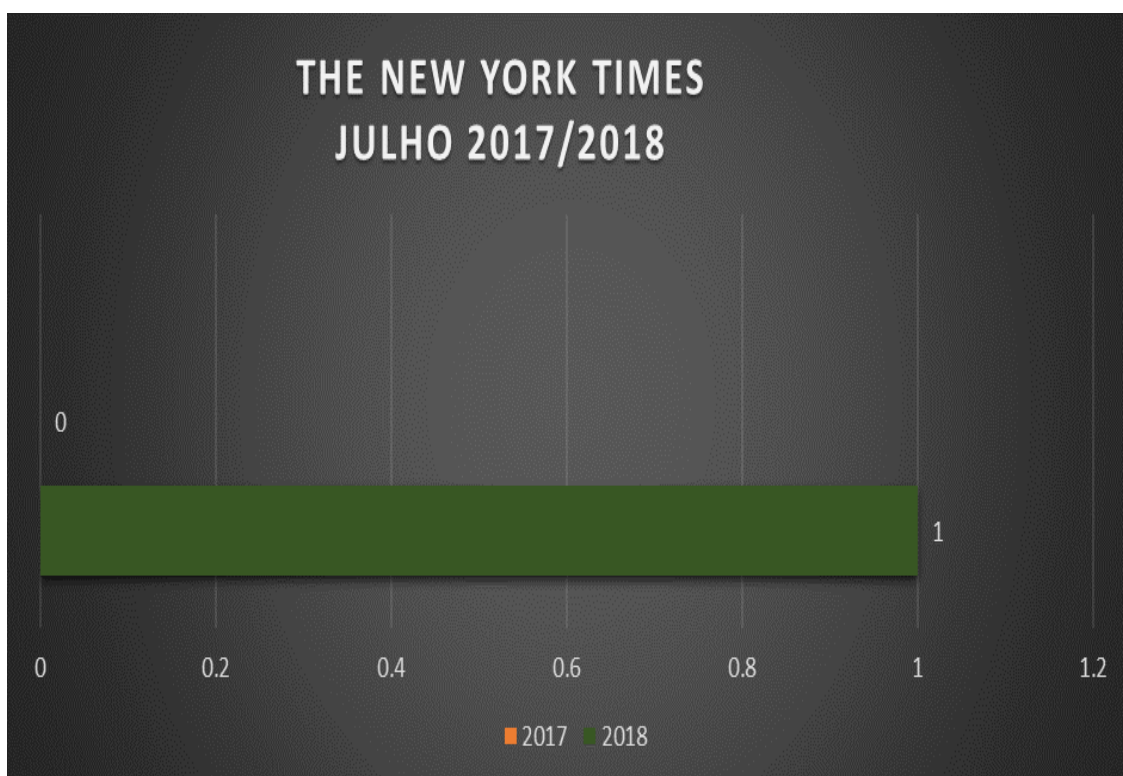


Gráfico 116 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal NYT em julho 2017/2018
Fonte: do autor (2020)

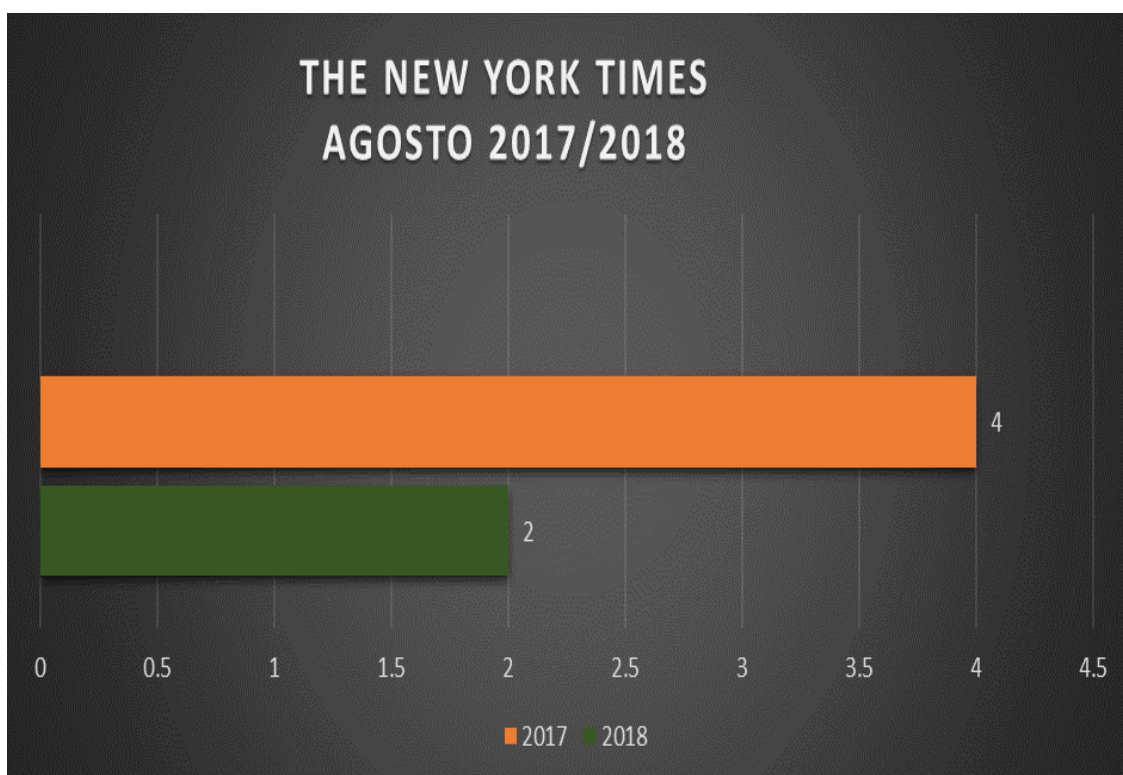


Gráfico 117 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal NYT em agosto 2017/2018
Fonte: do autor (2020)

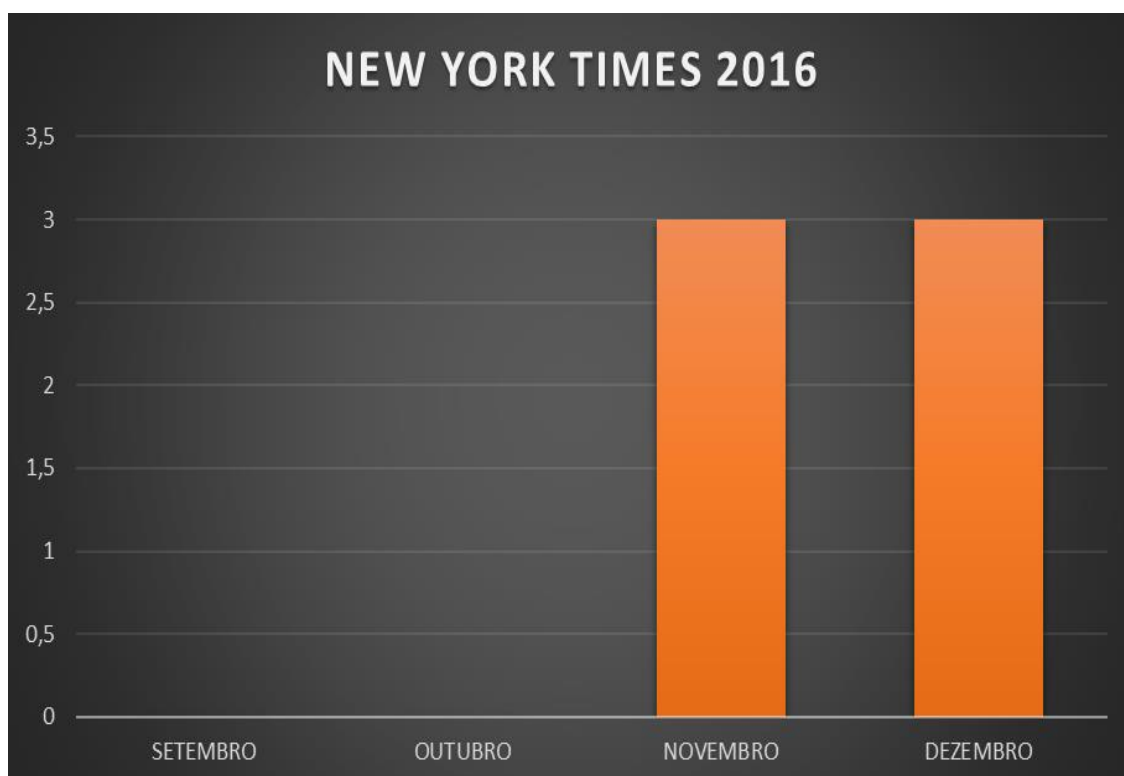


Gráfico 118 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal NYT nos meses pesquisados em 2016

Fonte: do autor (2020)

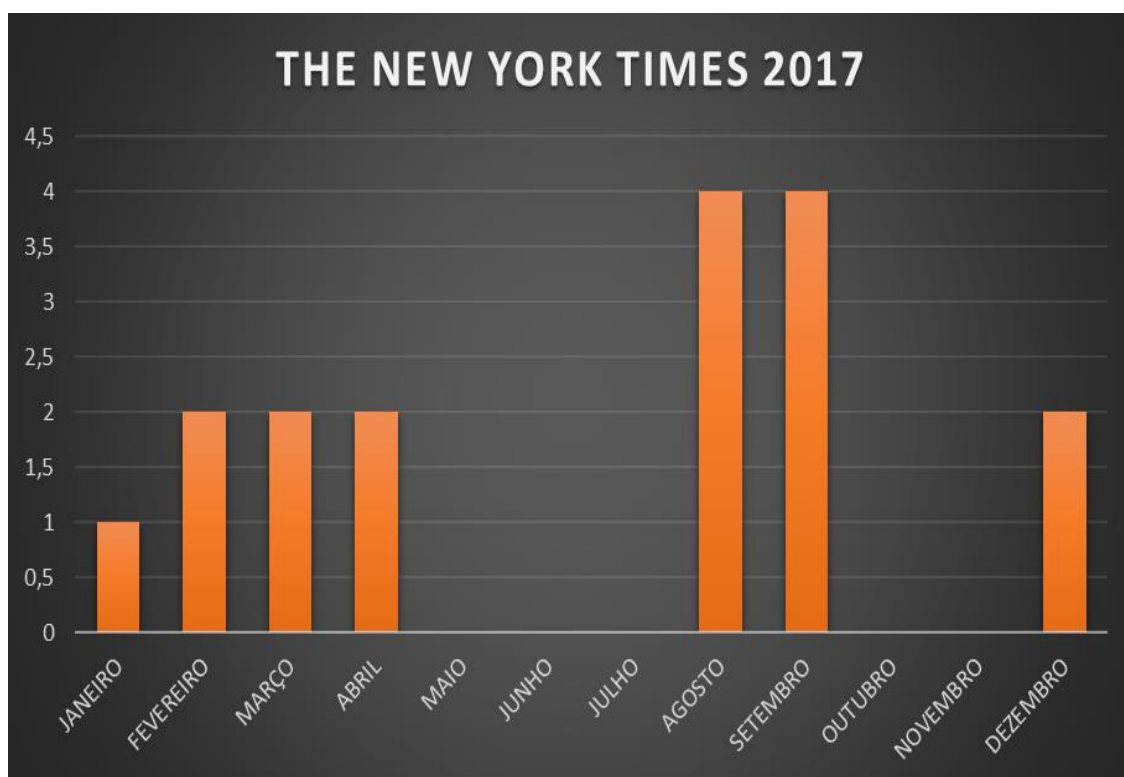


Gráfico 119 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal NYT nos meses pesquisados em 2017

Fonte: do autor (2020)

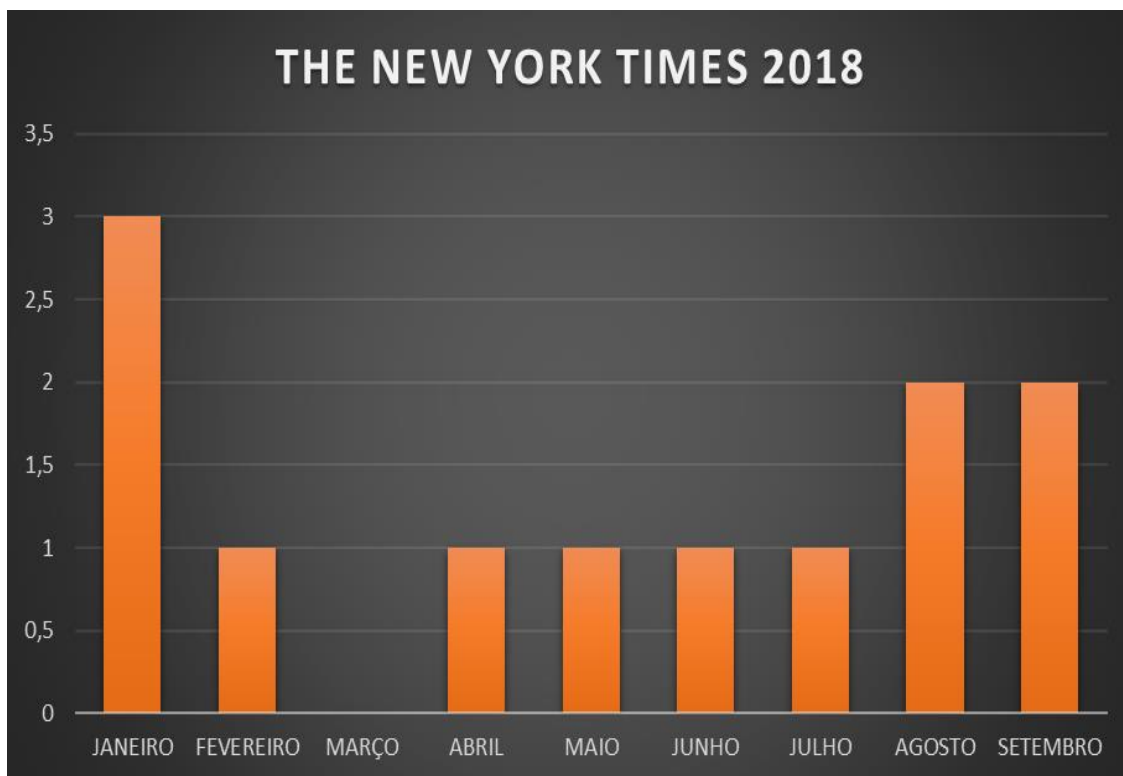


Gráfico 120 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal NYT nos meses pesquisados em 2016

Fonte: do autor (2020)



Gráfico 121 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal NYT por anos pesquisados

Fonte: do autor (2020)

THE GUARDIAN

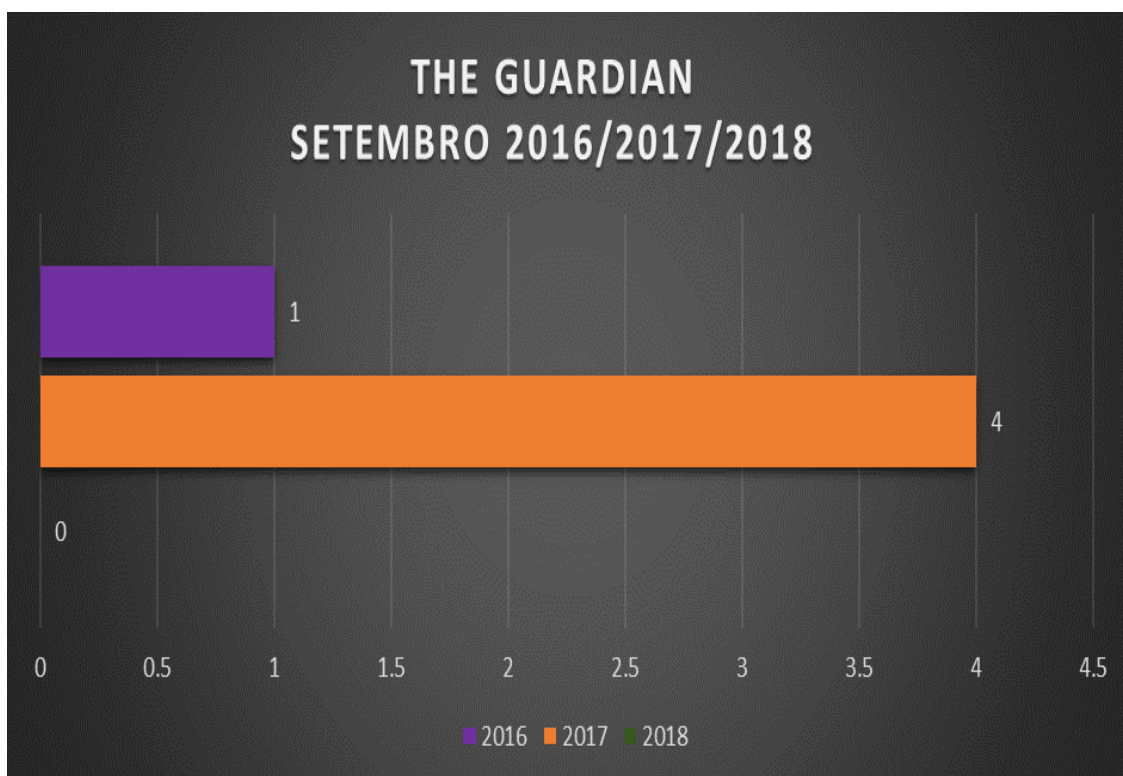


Gráfico 122 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal The Guardian em setembro 2016 a 2018

Fonte: do autor (2020)

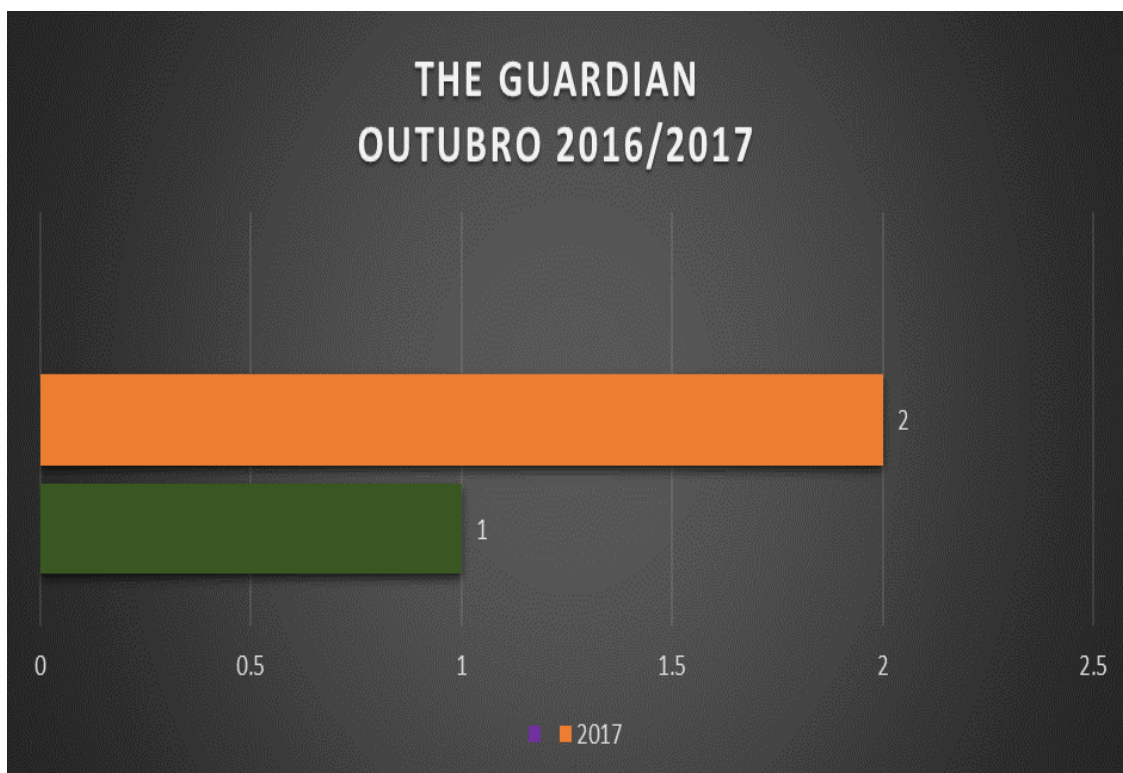


Gráfico 123 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal The Guardian em outubro 2016/2017

Fonte: do autor (2020)

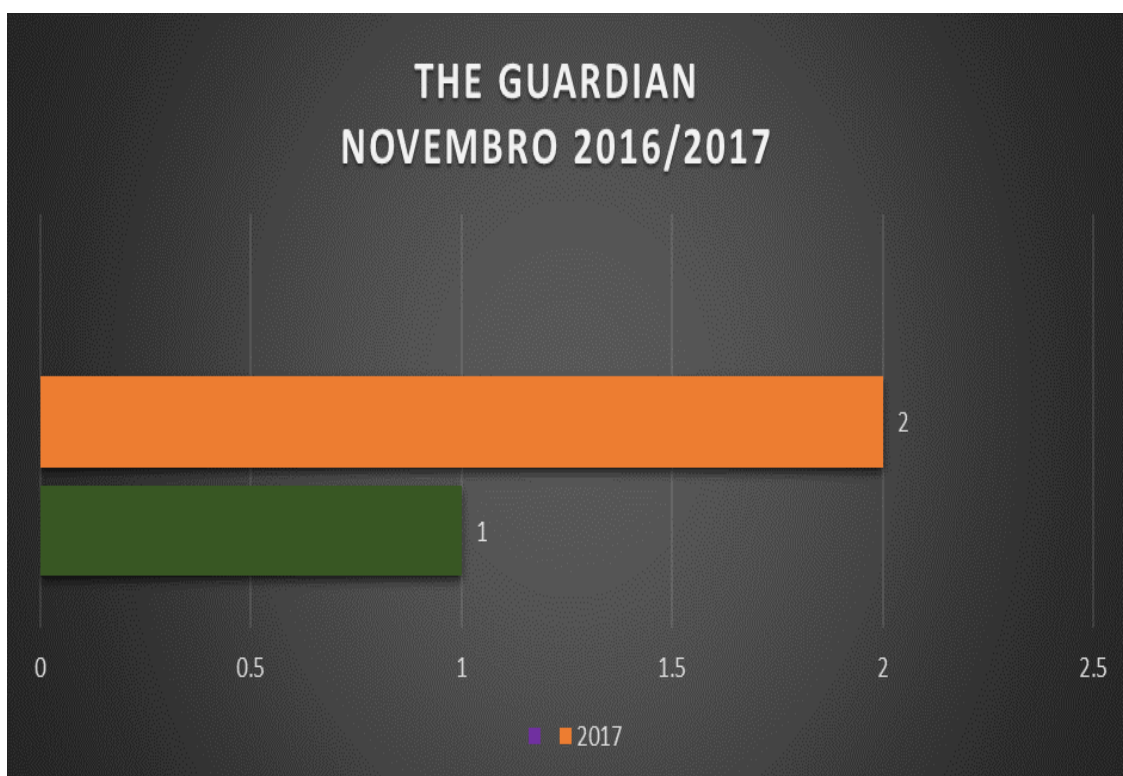


Gráfico 124 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal The Guardian em novembro 2016/2017

Fonte: do autor (2020)

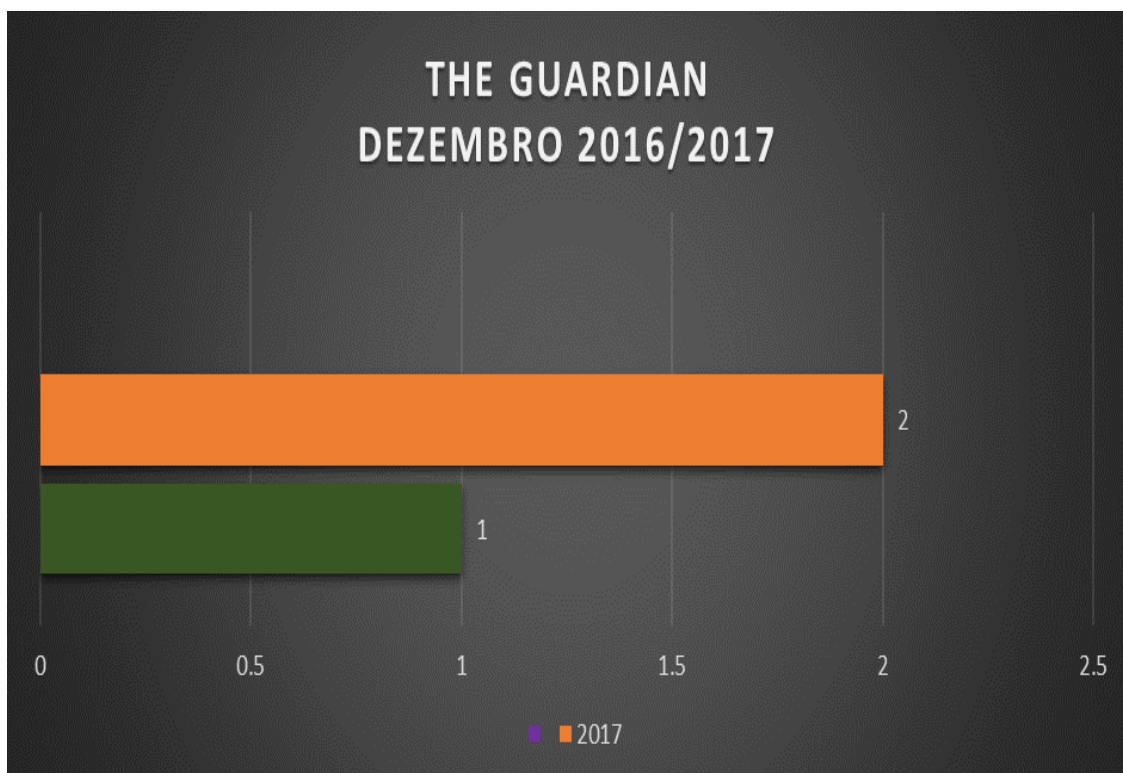


Gráfico 125 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal The Guardian em dezembro 2016/2017

Fonte: do autor (2020)

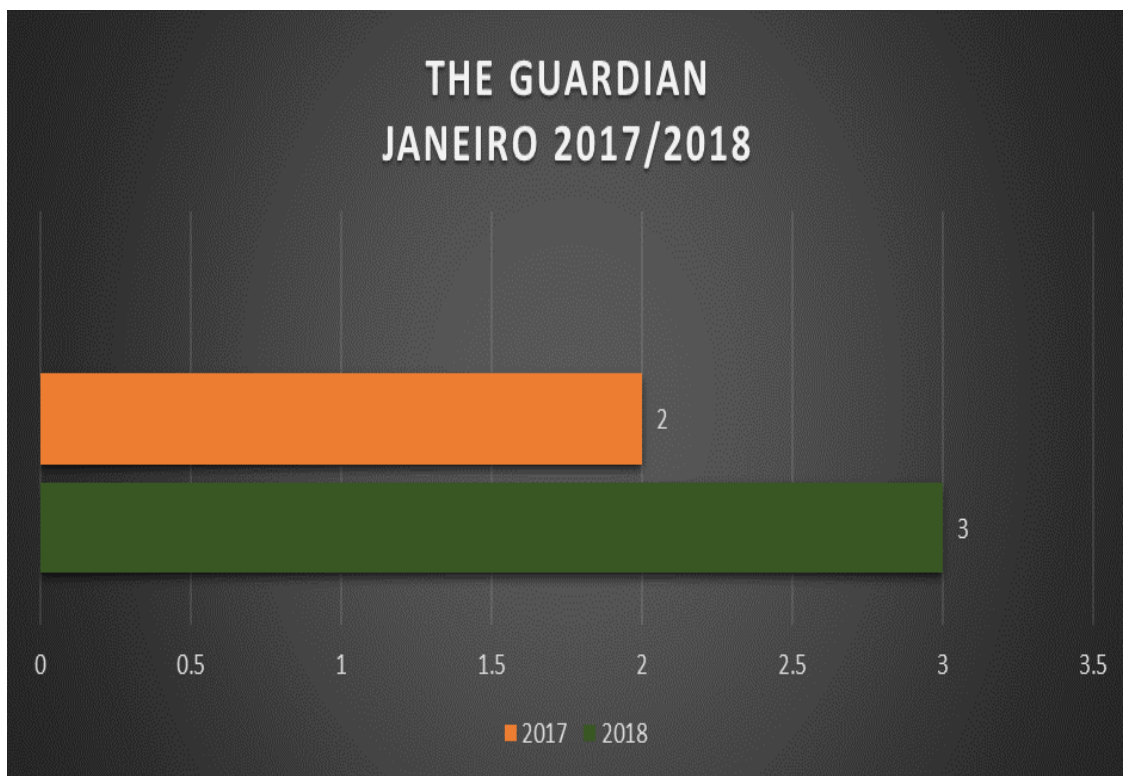


Gráfico 126 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal The Guardian em janeiro 2017/2018

Fonte: do autor (2020)

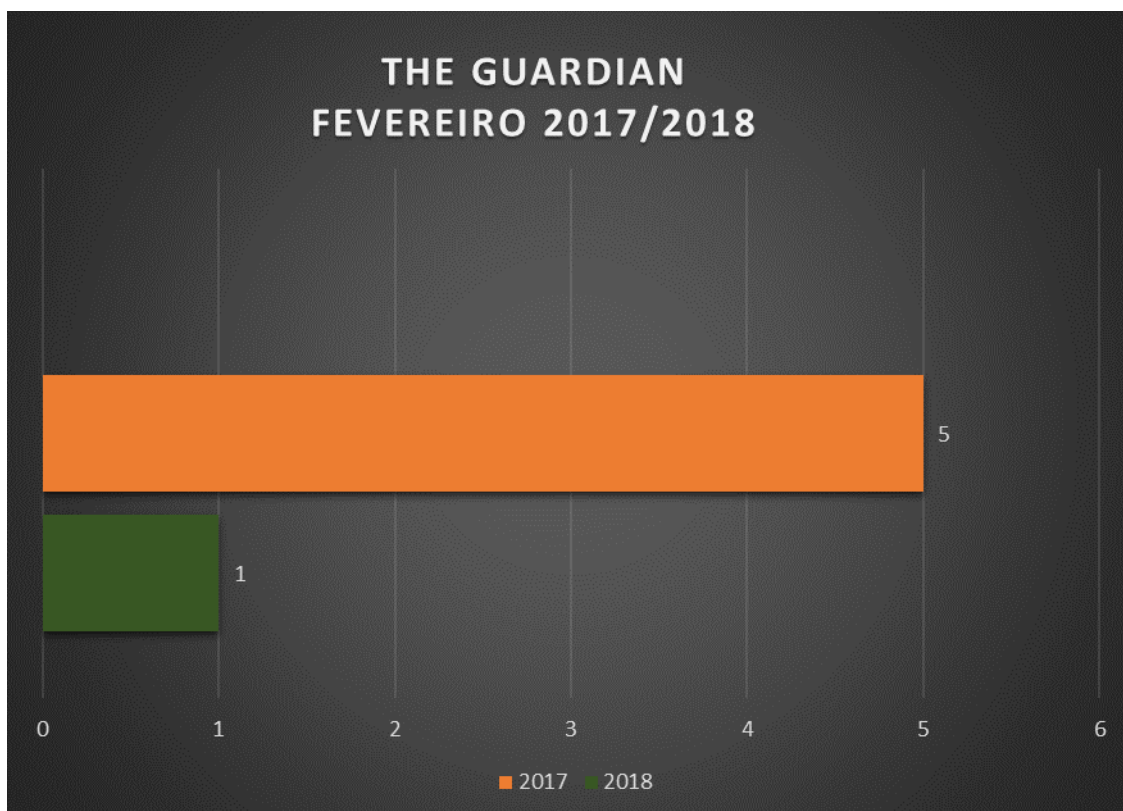


Gráfico 127 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal The Guardian em fevereiro 2017/2018

Fonte: do autor (2020)

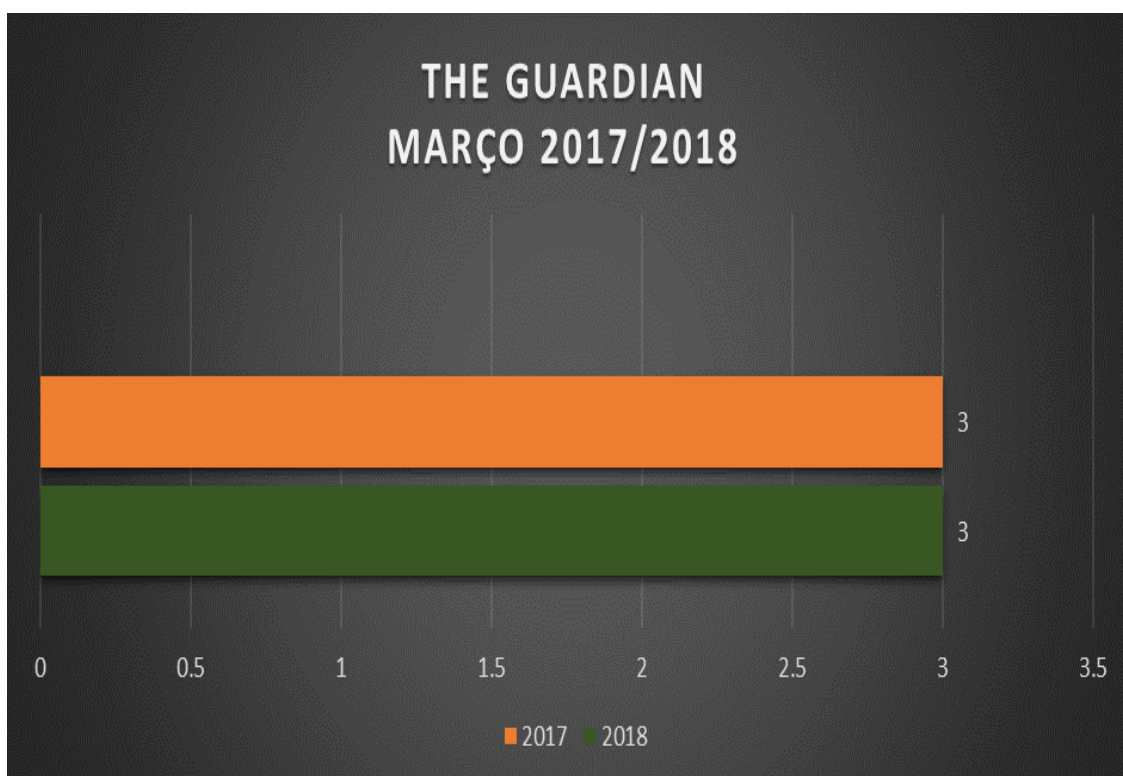


Gráfico 128 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal The Guardian em março 2017/2018
Fonte: do autor (2020)

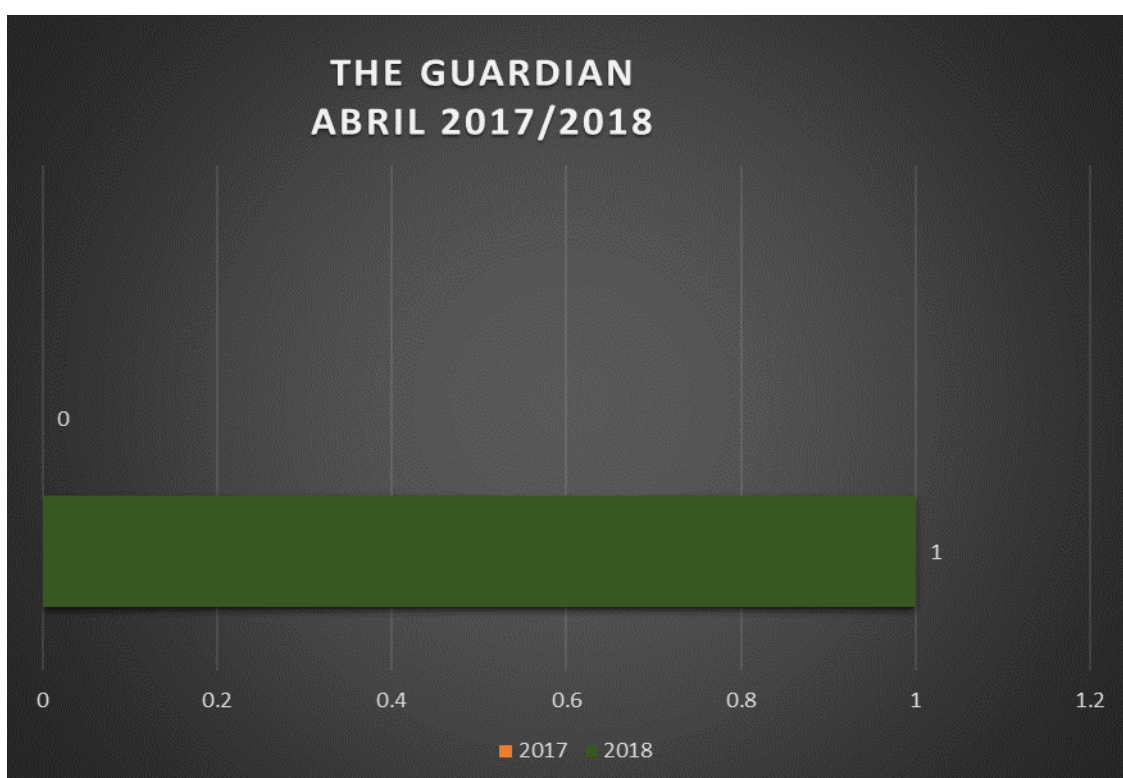


Gráfico 129 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal The Guardian em abril 2017/2018
Fonte: do autor (2020)

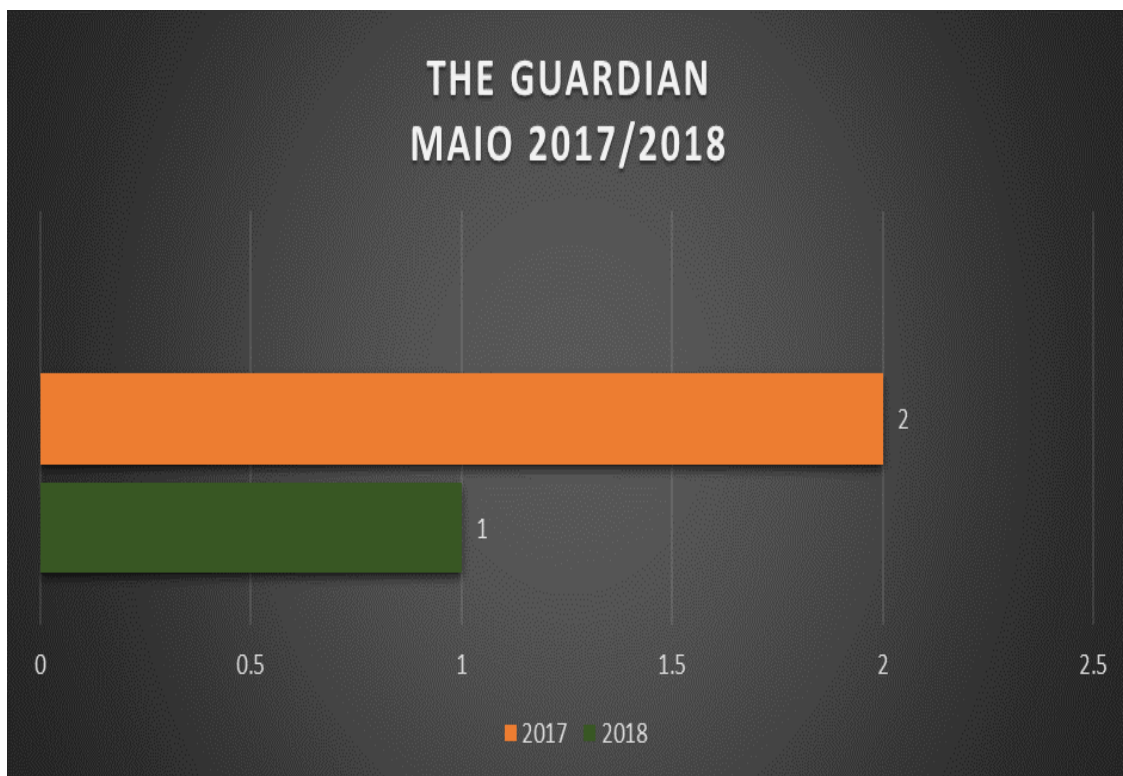


Gráfico 130 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal The Guardian em maio 2017/2018
Fonte: do autor (2020)

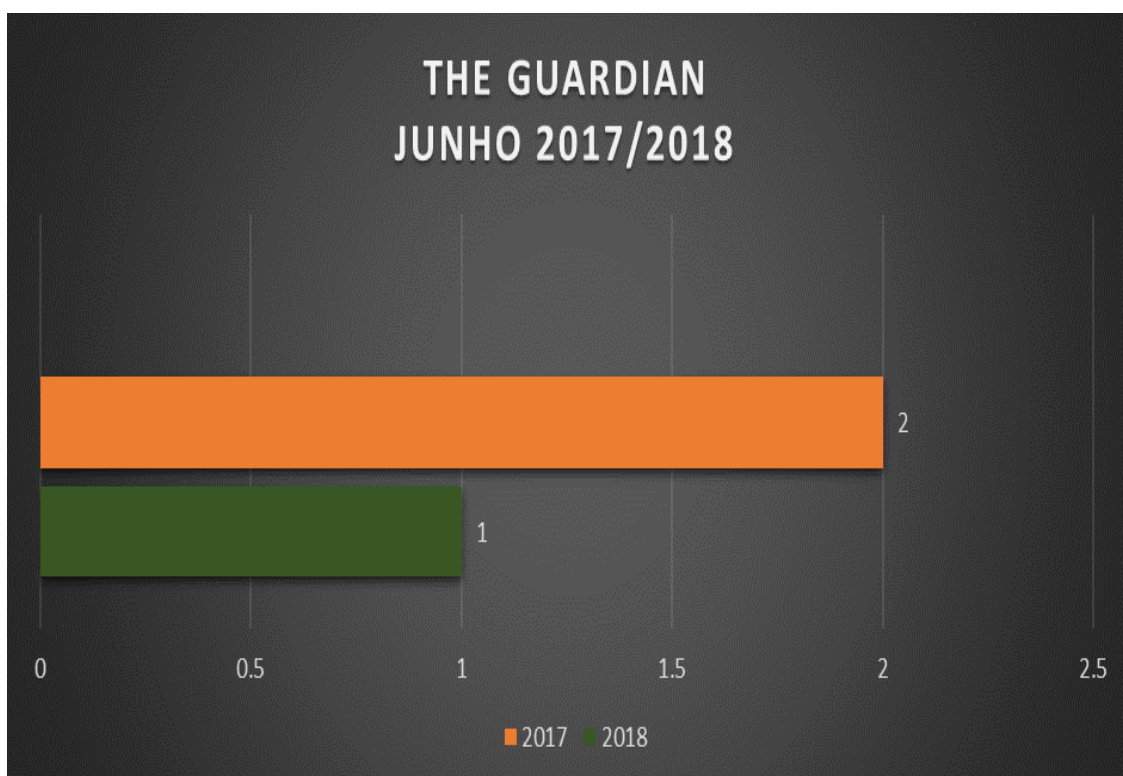


Gráfico 131 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal The Guardian em junho 2017/2018
Fonte: do autor (2020)

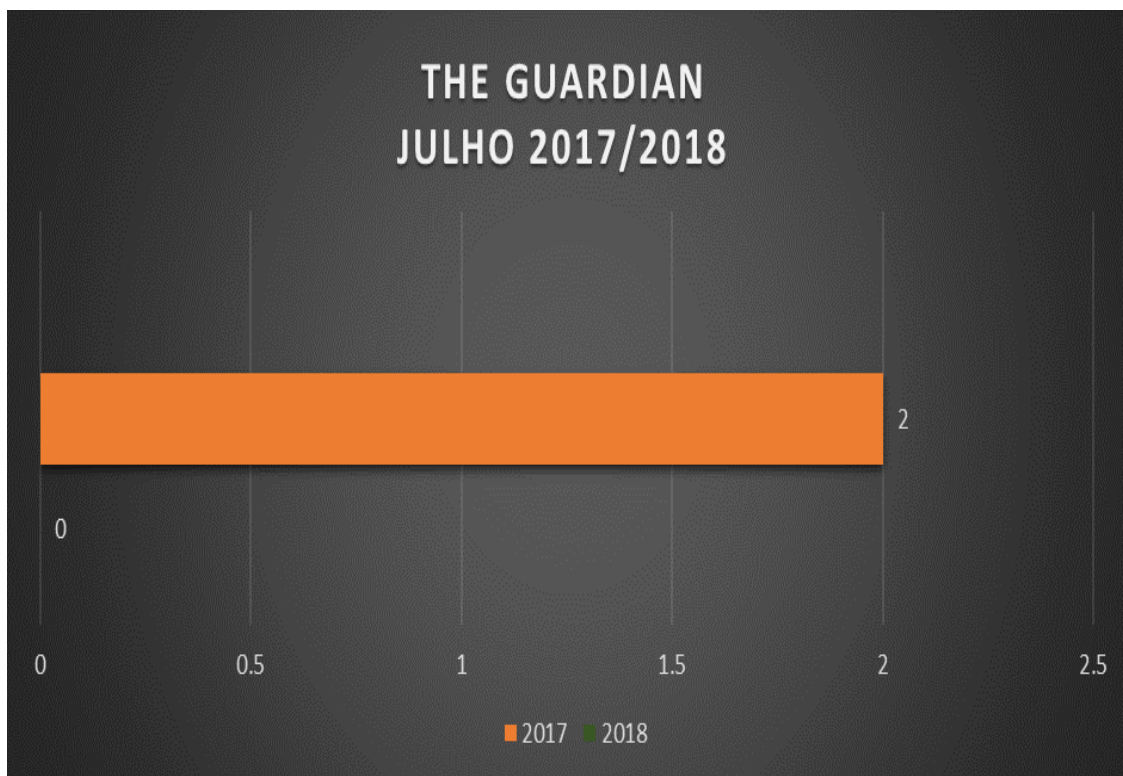


Gráfico 132 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal The Guardian em julho 2017/2018
Fonte: do autor (2020)

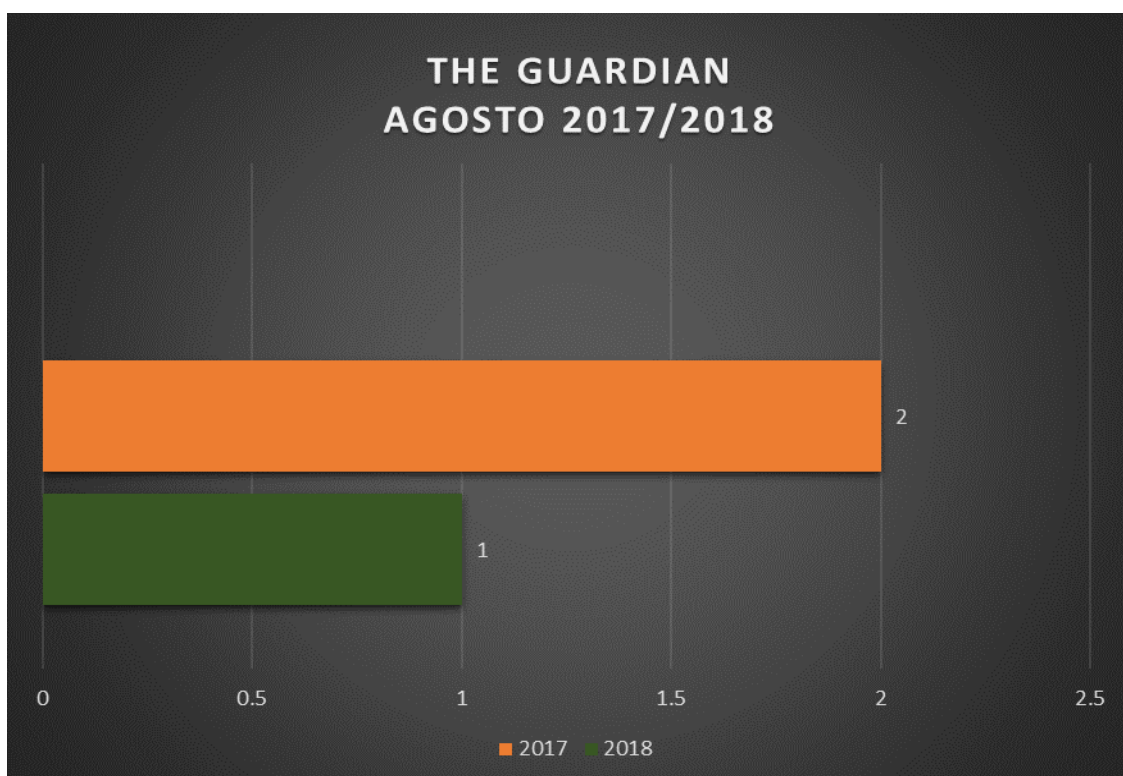


Gráfico 133 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal The Guardian em agosto 2017/2018
Fonte: do autor (2020)

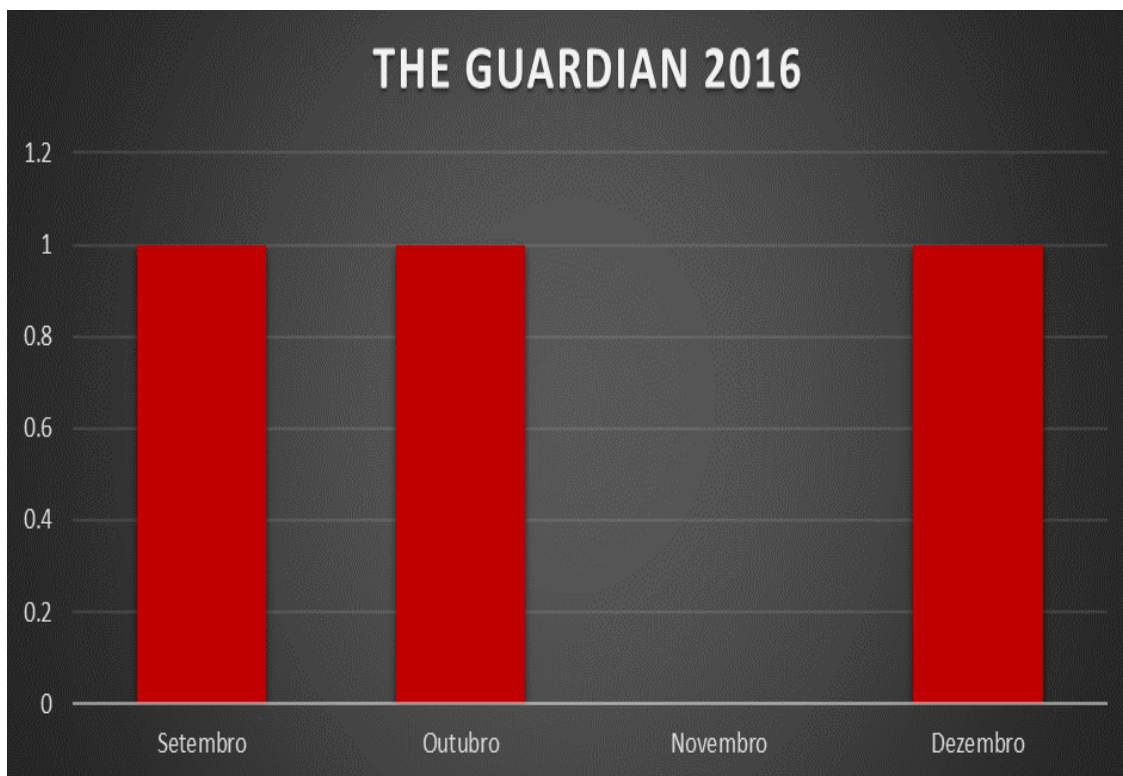


Gráfico 134 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal The Guardian nos meses pesquisados em 2016

Fonte: do autor (2020)

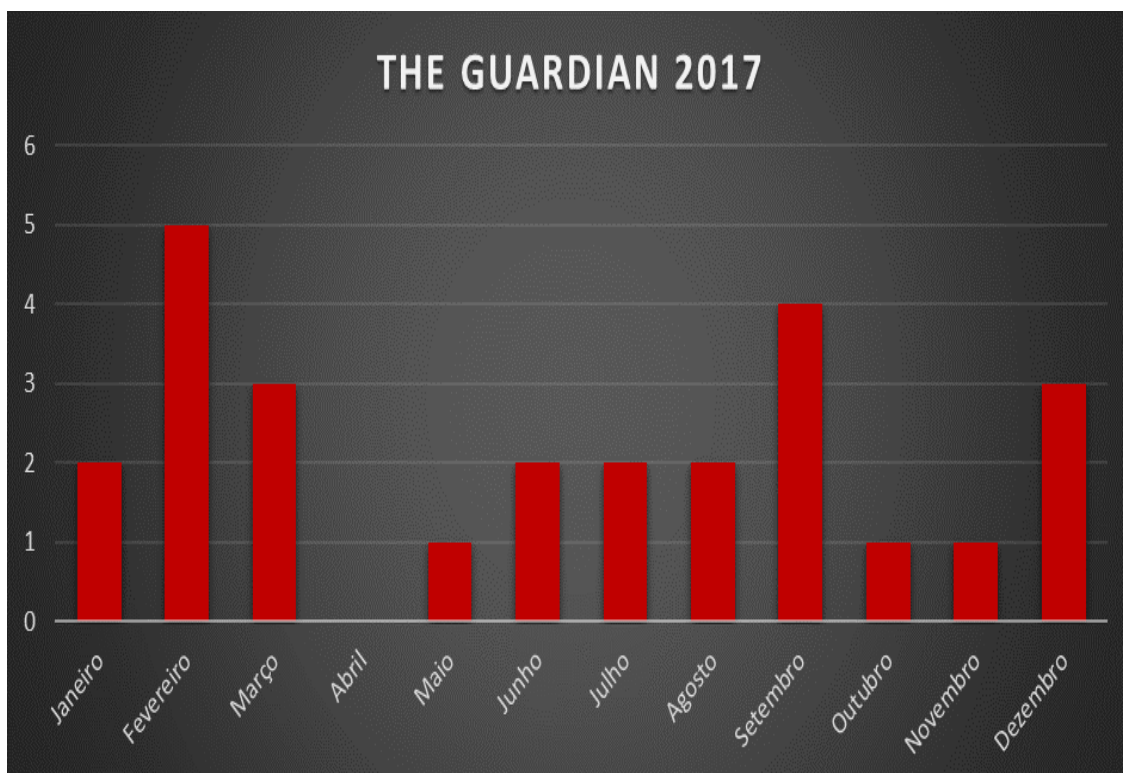


Gráfico 135 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal The Guardian nos meses pesquisados em 2017

Fonte: do autor (2020)

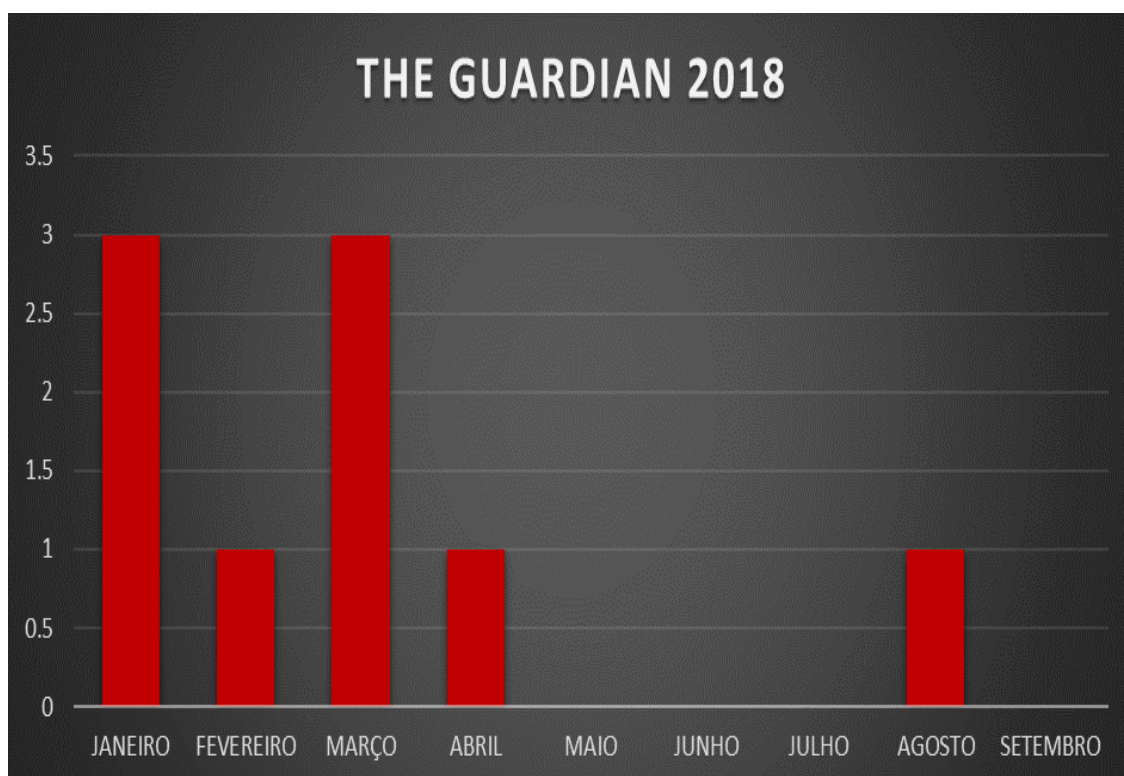


Gráfico 136 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal The Guardian nos meses pesquisados em 2018

Fonte: do autor (2020)

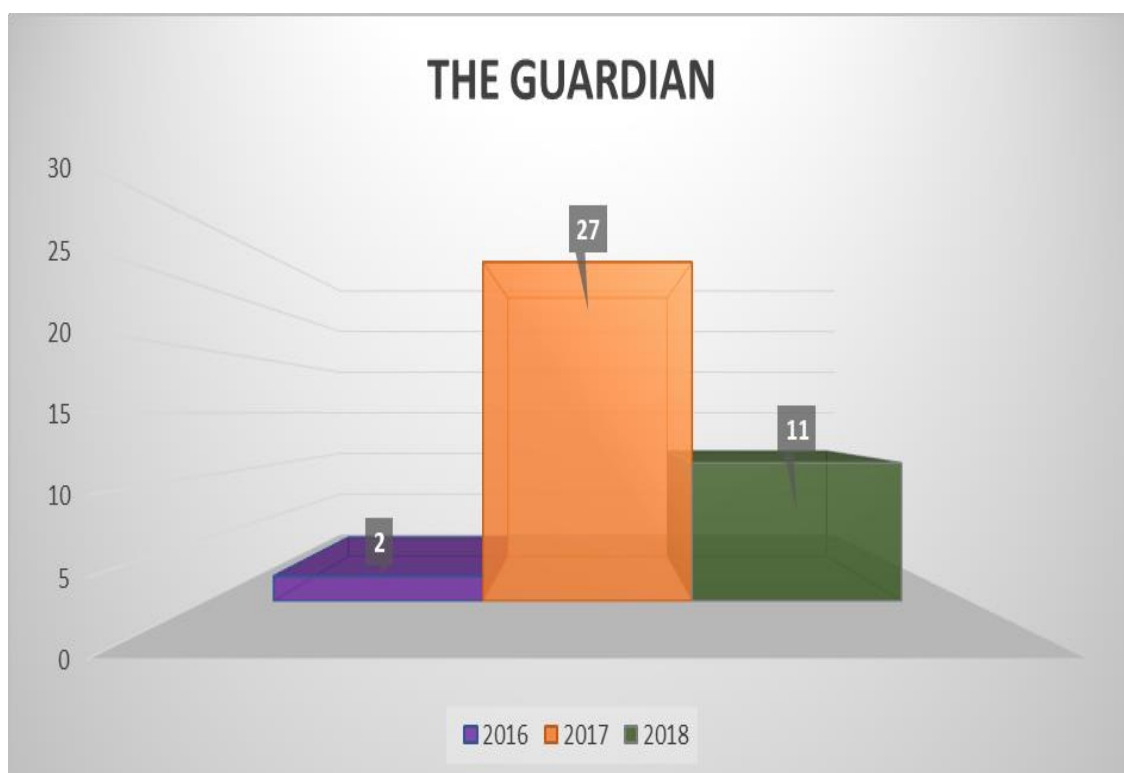


Gráfico 137 - Comparação de matérias produzidas pelo jornal The Guardian por anos pesquisados

Fonte: do autor (2020)

Anexo III

Item enfoque



Gráfico 138 - Quadro comparativo da subcategoria **Enfoque Nacional**, por jornal pesquisado
Fonte: do autor (2020)

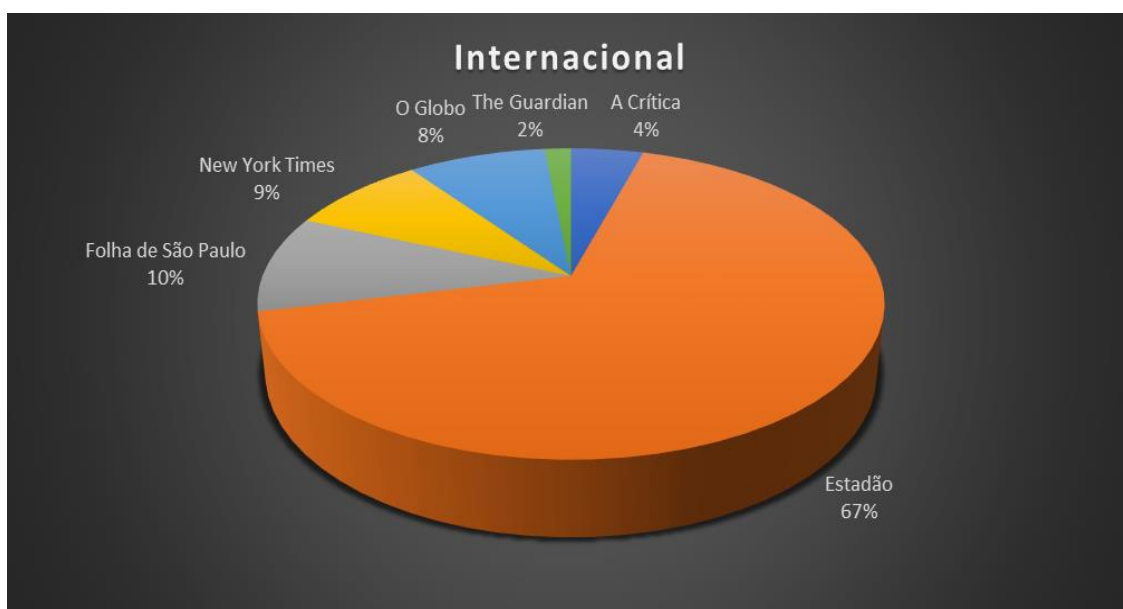


Gráfico 139 - Quadro comparativo da categoria **Enfoque Internacional**, por jornal pesquisado
Fonte: do autor (2020)

Anexo IV

Item Tamanho do Item

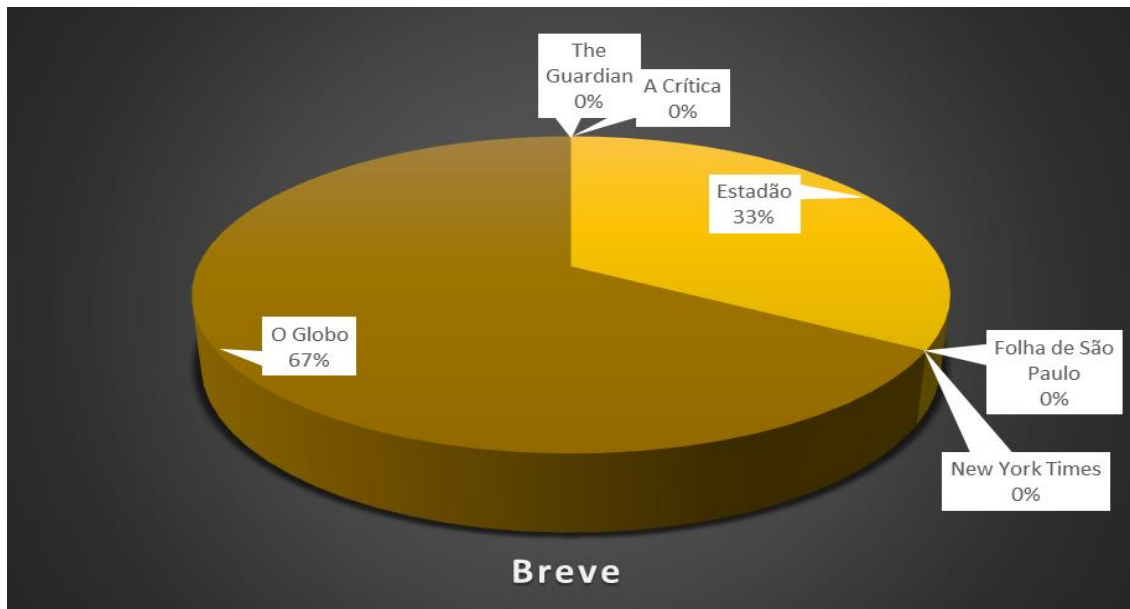


Gráfico 140 - Comparativo categoria Tamanho do item **Breve**, por jornal pesquisado
Fonte: do autor (2020)

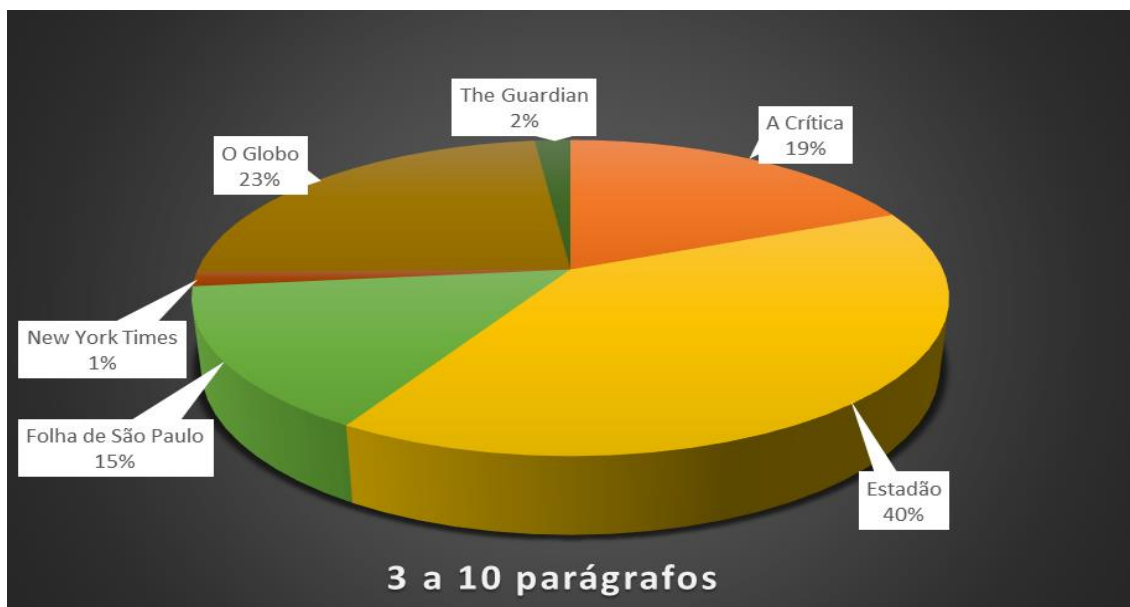


Gráfico 141 - Comparativo categoria Tamanho do item **3 a 10 parágrafos**, por jornal pesquisado
Fonte: do autor (2020)

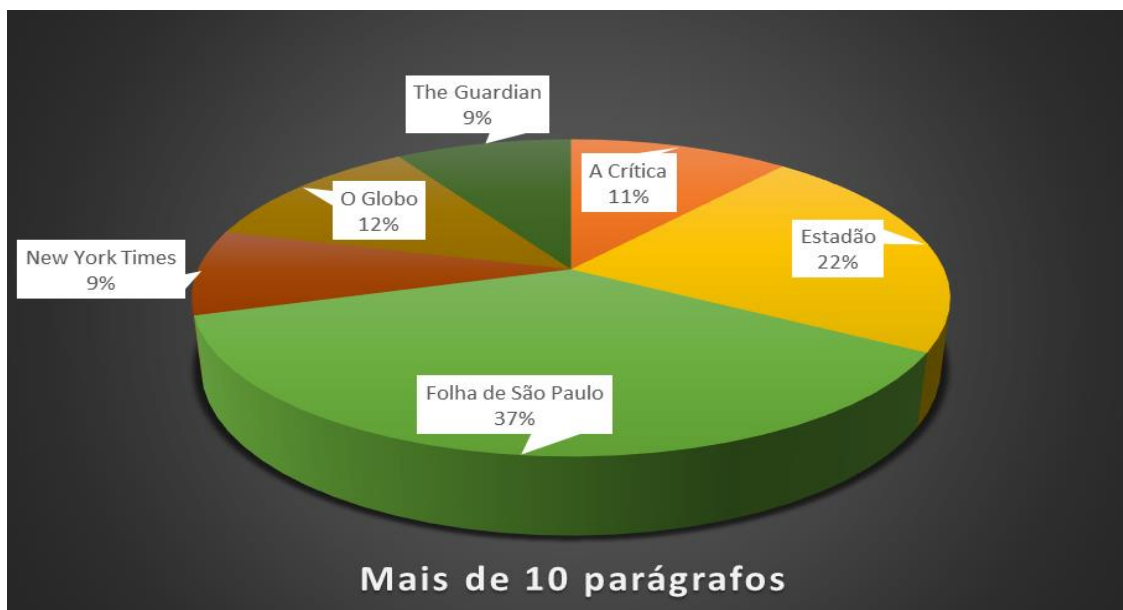


Gráfico 142 - Comparativo categoria Tamanho do item **mais de 10 parágrafos**, por jornal pesquisado

Fonte: do autor (2020)

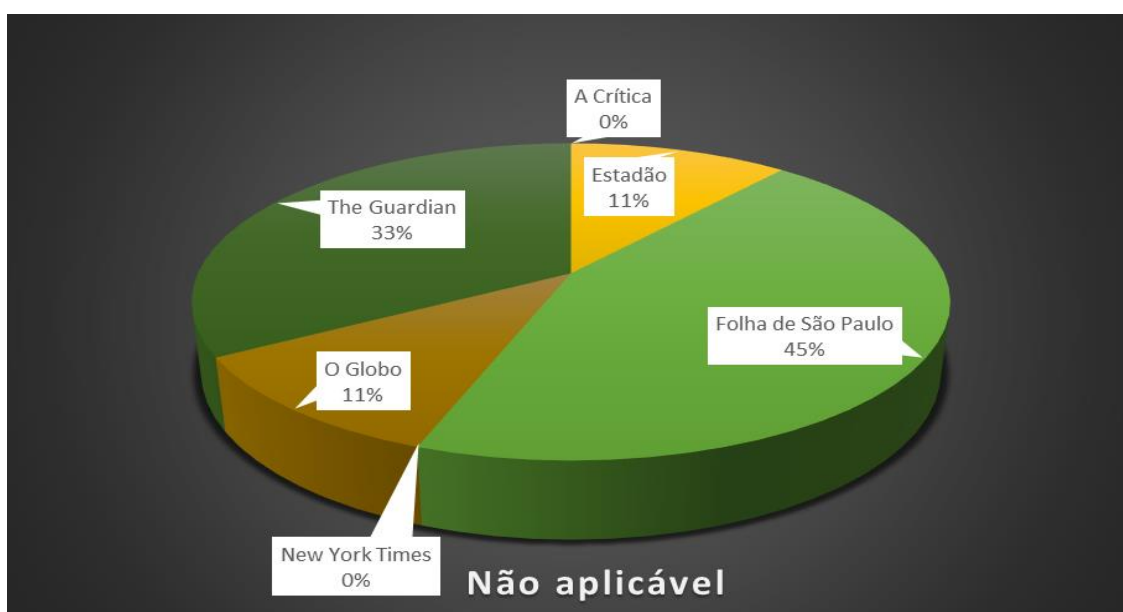


Gráfico 143 - Comparativo categoria Tamanho do item, **Não aplicável**, por jornal pesquisado

Fonte: do autor (2020)

Anexo V

Item Formatos Jornalísticos

Gênero Jornalismo Informativo

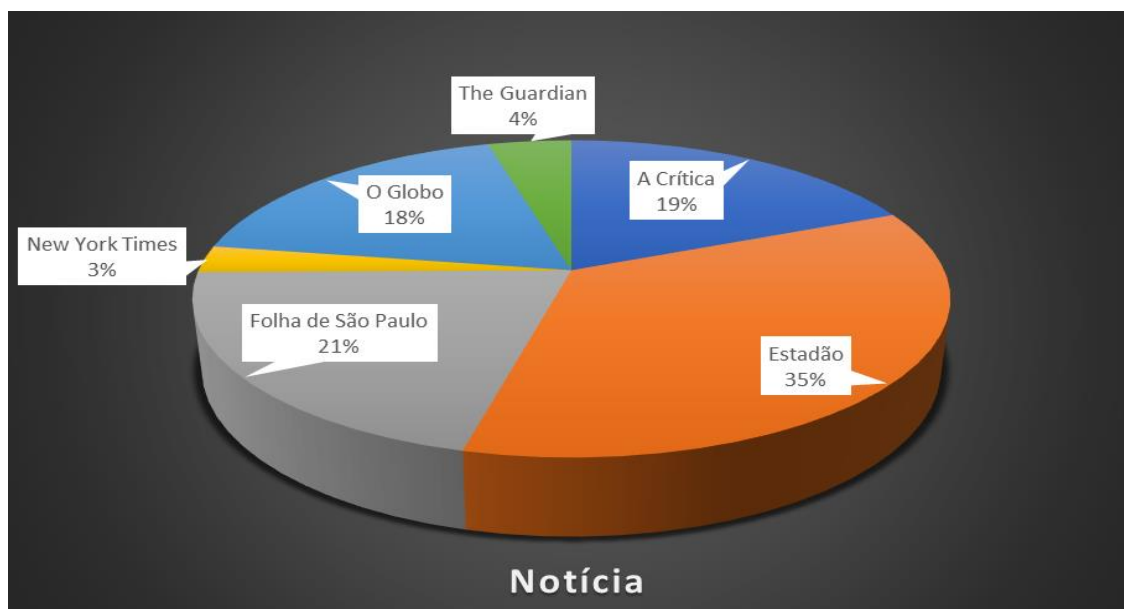


Gráfico 144 - Comparativo Formato Jornalístico **Artigo**, por jornal pesquisado
Fonte: do autor (2020)

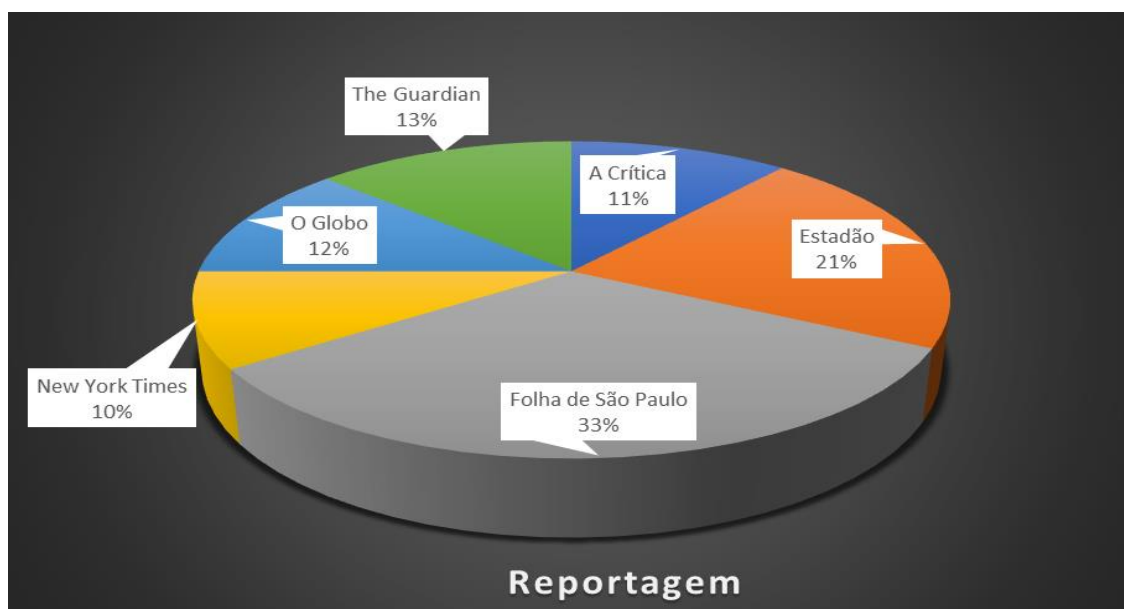


Gráfico 145 - Comparativo Formato Jornalístico **Reportagem**, por jornal pesquisado
Fonte: do autor (2020)

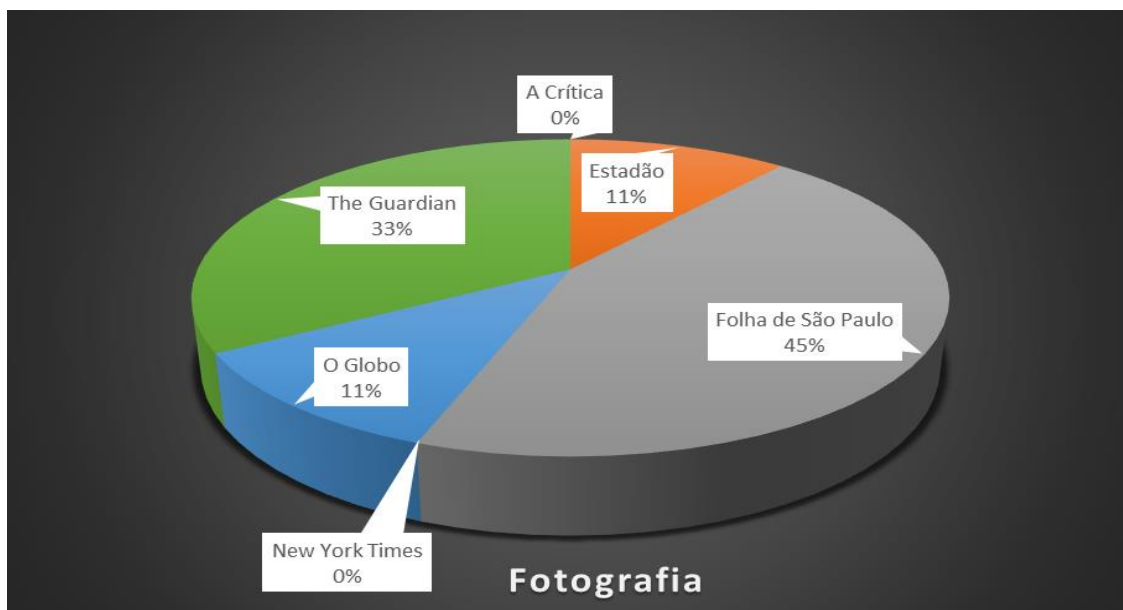


Gráfico 146 - Comparativo Formato Jornalístico **Fotografia**, por jornal pesquisado
Fonte: do autor (2020)

Gênero Jornalismo Opinativo

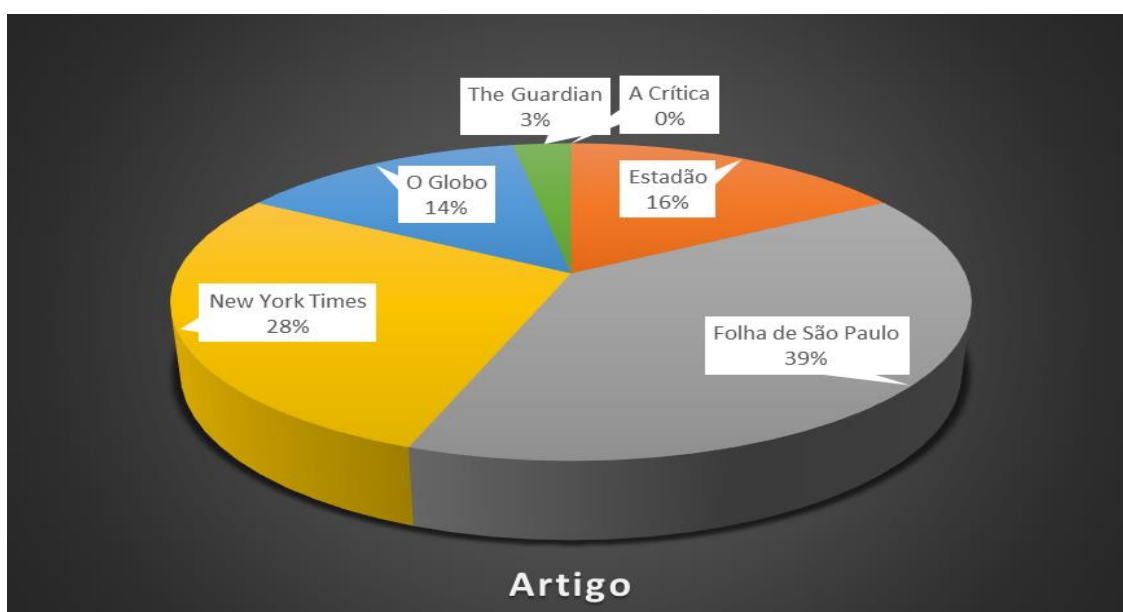


Gráfico 147 - Comparativo Formato Jornalístico **Artigo**, por jornal pesquisado
Fonte: do autor (2020)

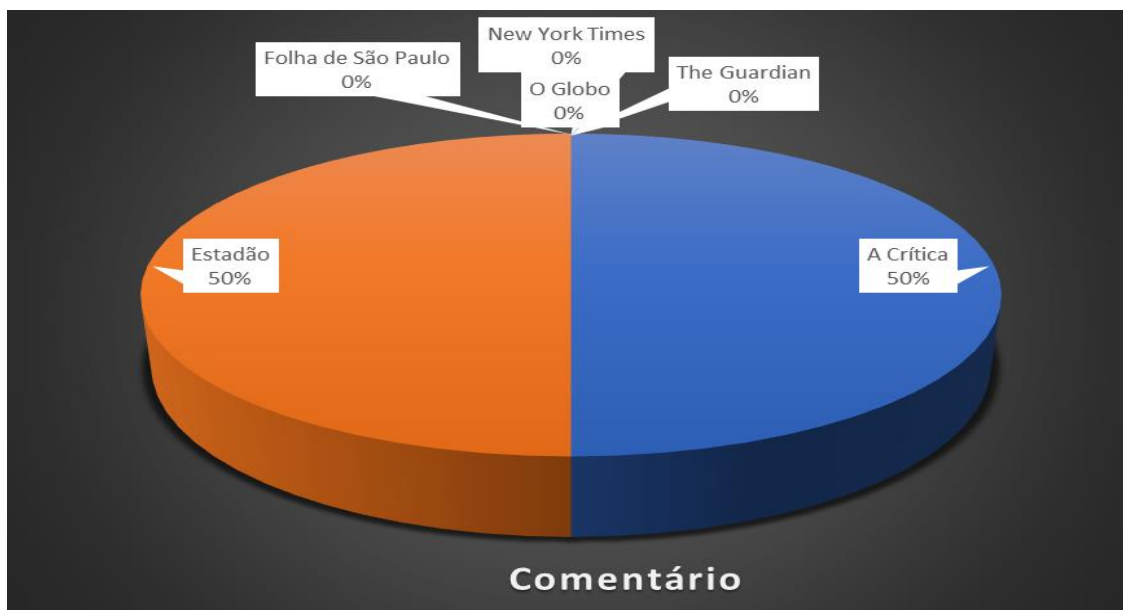


Gráfico 148 - Comparativo Formato Jornalístico **Comentário**, por jornal pesquisado
Fonte: do autor (2020)

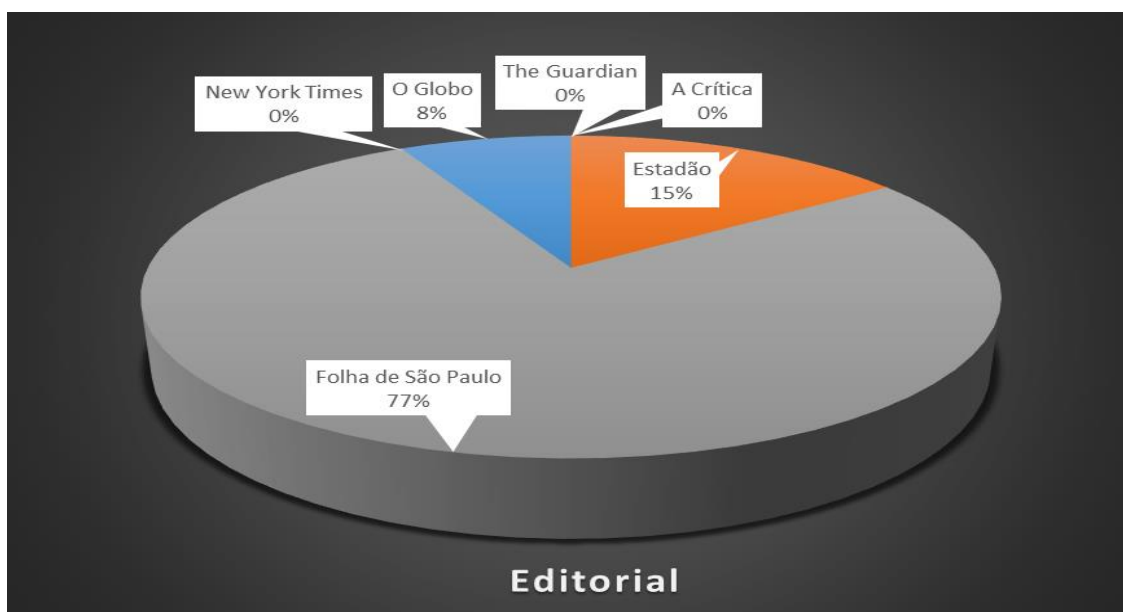


Gráfico 149 - Comparativo Formato Jornalístico **Editorial**, por jornal pesquisado
Fonte: do autor (2020)

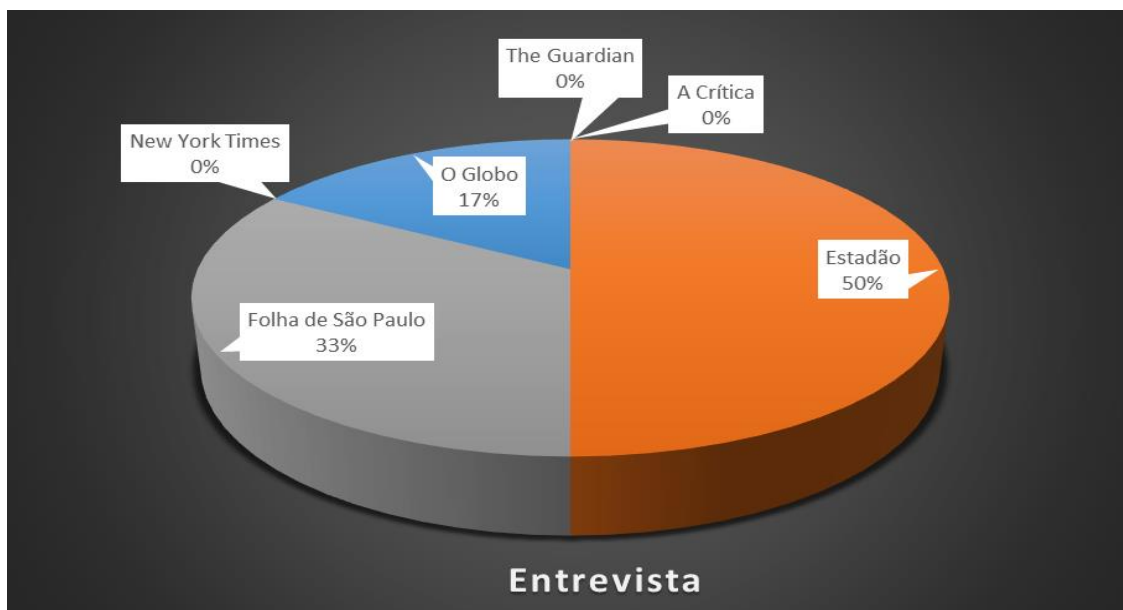


Gráfico 150 - Comparativo Formato Jornalístico **Entrevista**, por jornal pesquisado
Fonte: do autor (2020)

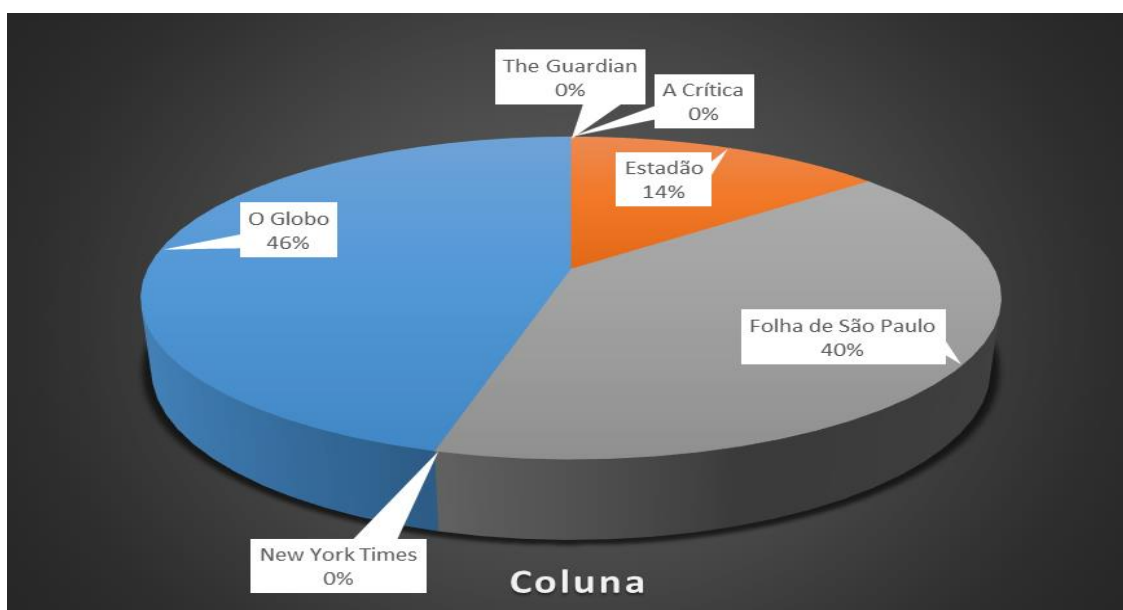


Gráfico 151 - Comparativo Formato Jornalístico **Coluna**, por jornal pesquisado
Fonte: do autor (2020)

Anexo VI

Item Autoria do Texto

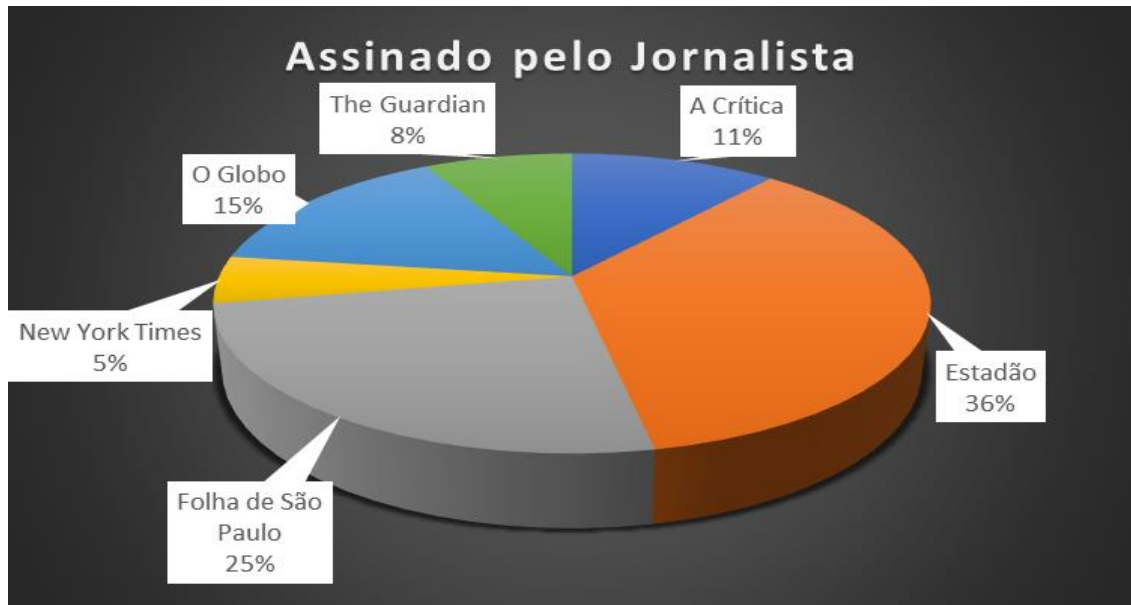


Gráfico 152 - Comparativo categoria **Assinado pelo Jornalista**, por jornal pesquisado
Fonte: do autor (2020)

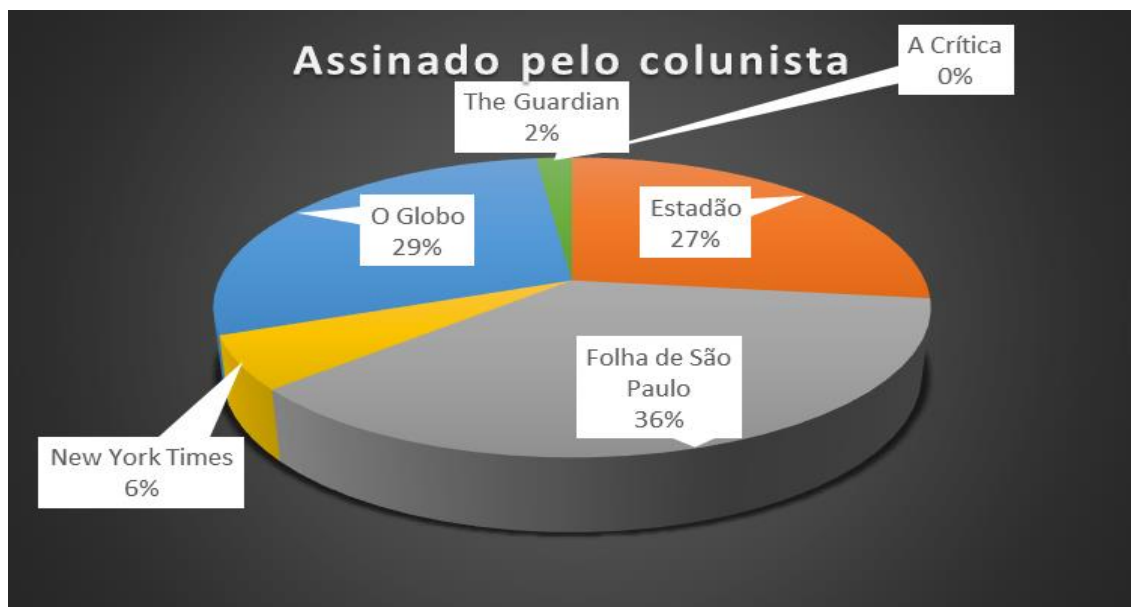


Gráfico 153 - Comparativo categoria **Assinado pelo Colunista**, por jornal pesquisado
Fonte: do autor (2020)

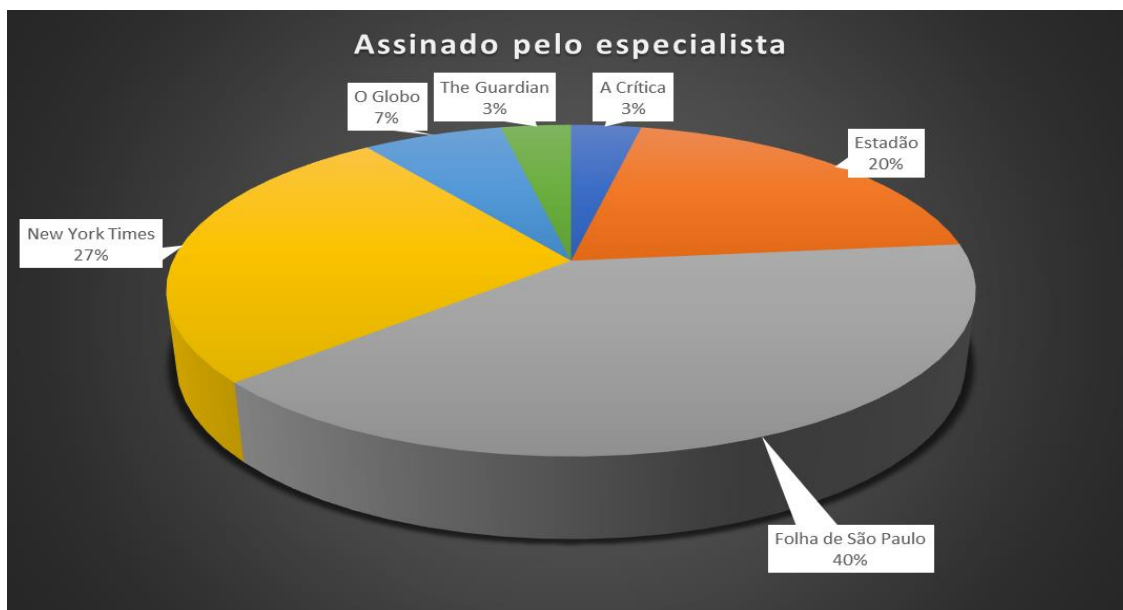


Gráfico 154 - Comparativo categoria **Assinado pelo Especialista**, por jornal pesquisado
 Fonte: do autor (2020)



Gráfico 155 - Comparativo categoria **Não Assinado**, por jornal pesquisado
 Fonte: do autor (2020)

Anexo VII

Item Origem do Texto

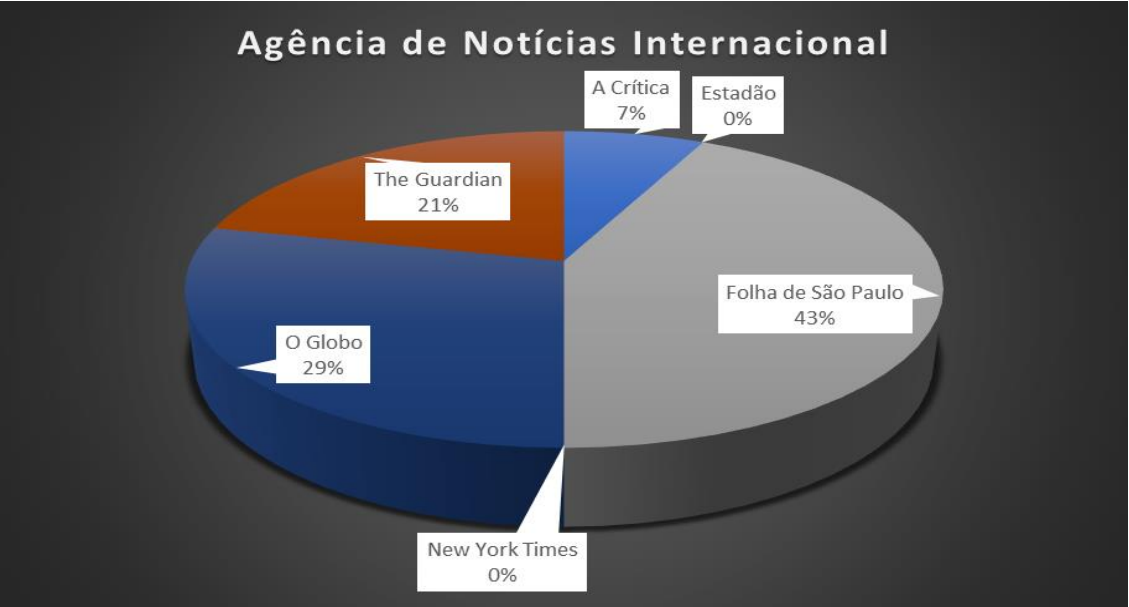


Gráfico 156 - Comparativo categoria **Agência de Notícias Internacional**, por jornal pesquisado

Fonte: do autor (2020)



Gráfico 157 - Comparativo categoria **Agência de Notícias Nacional**, por jornal pesquisado

Fonte: do autor (2020)

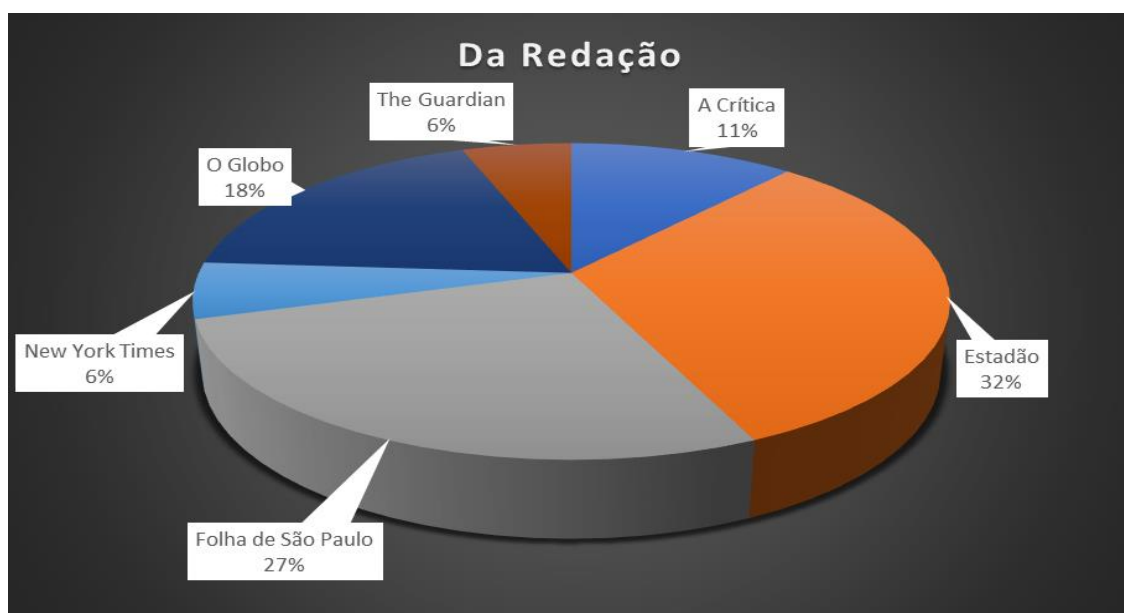


Gráfico 158 - Comparativo categoria **Da Redação**, por jornal pesquisado
Fonte: do autor (2020)



Gráfico 159 - Comparativo categoria **Não Aplicável**, por jornal pesquisado
Fonte: do autor (2020)

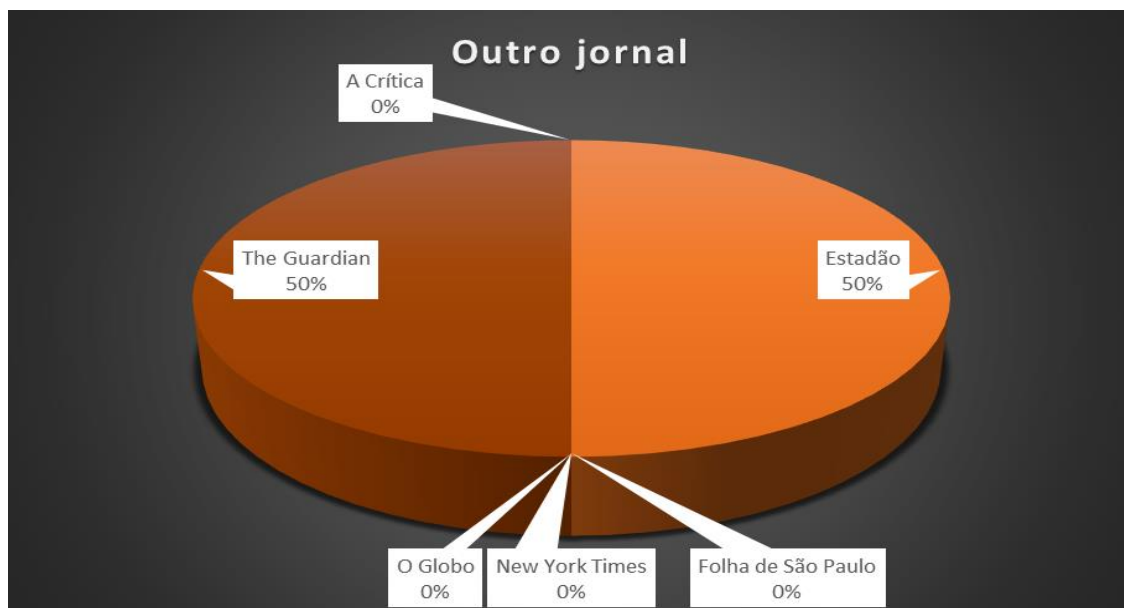


Gráfico 160 - Comparativo categoria **Outro jornal**, por jornal pesquisado
 Fonte: do autor (2020)

Anexo VIII

Item Enfoque por Estado

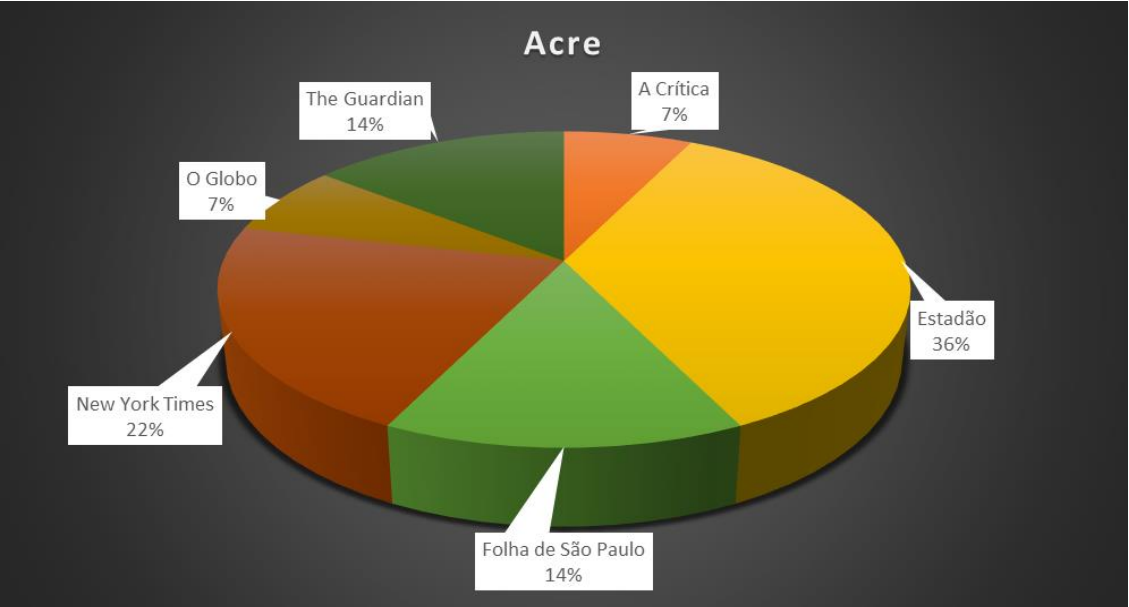


Gráfico 161 - Quadro comparativo da categoria Enfoque por estado (Acre), por jornal pesquisado
Fonte: do autor (2020)

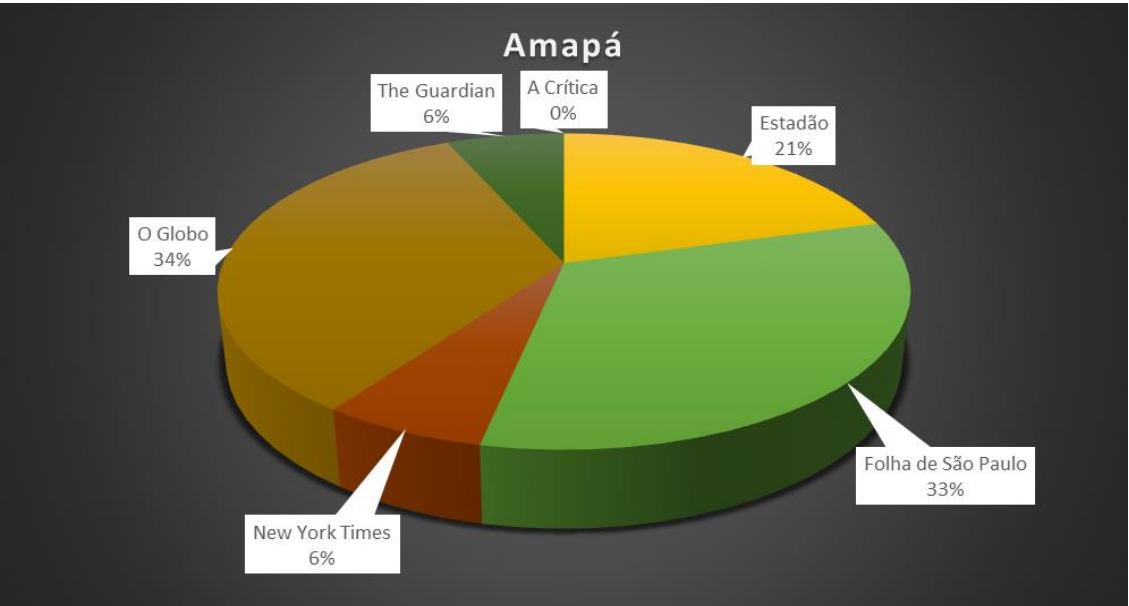


Gráfico 162 - Quadro comparativo da categoria Enfoque por estado (Amapá), por jornal pesquisado

Fonte: do autor (2020)

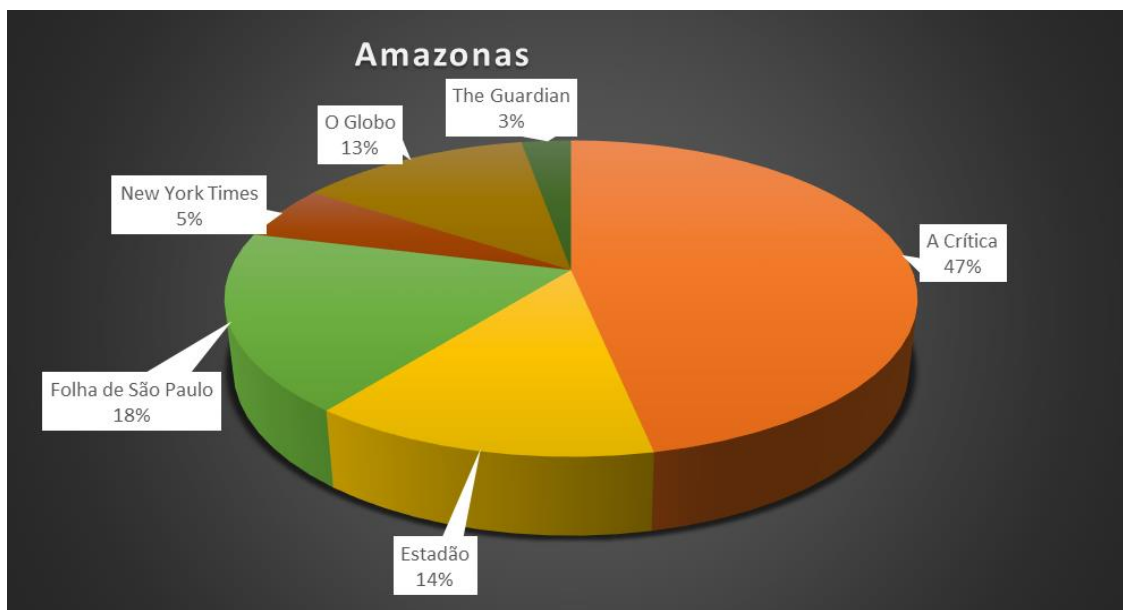


Gráfico 163 - Quadro comparativo da categoria Enfoque por estado (**Amazonas**), por jornal pesquisado

Fonte: do autor (2020)

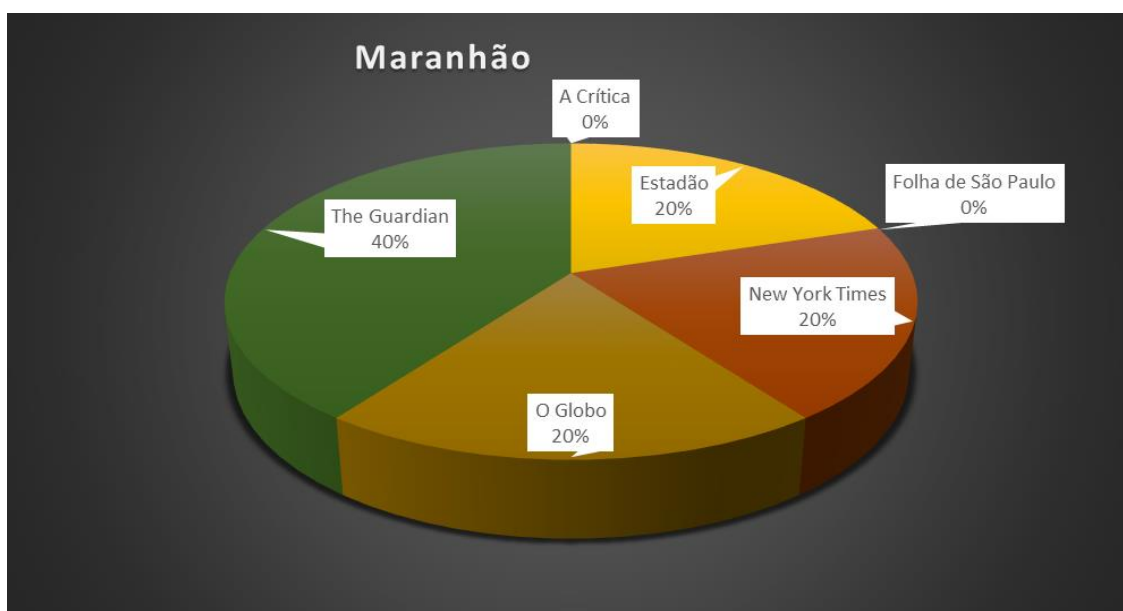


Gráfico 164 - Quadro comparativo da categoria Enfoque por estado (**Maranhão**), por jornal pesquisado

Fonte: do autor (2020)

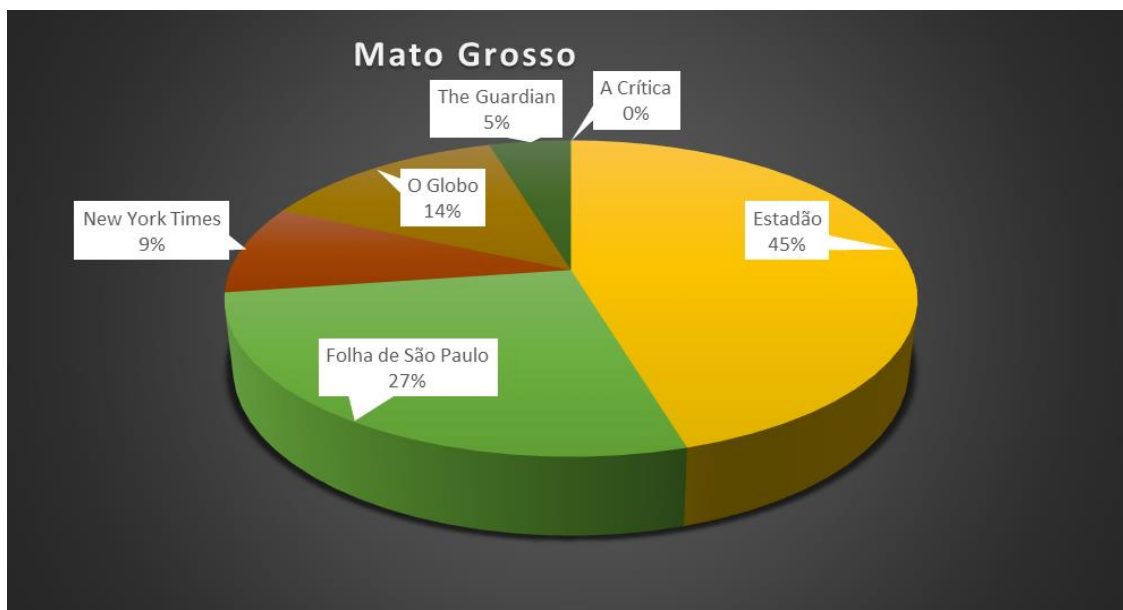


Gráfico 165 - Quadro comparativo da categoria Enfoque por estado (**Mato Grosso**), por jornal pesquisado

Fonte: do autor (2020)

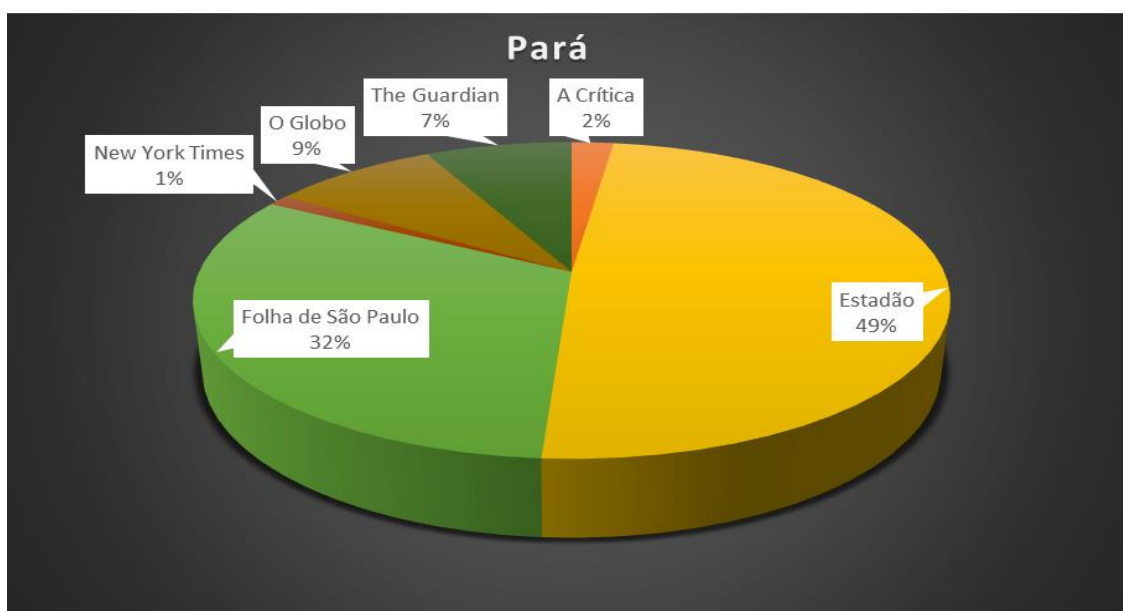


Gráfico 166 - Quadro comparativo da categoria Enfoque por estado (**Pará**), por jornal pesquisado

Fonte: do autor (2020)

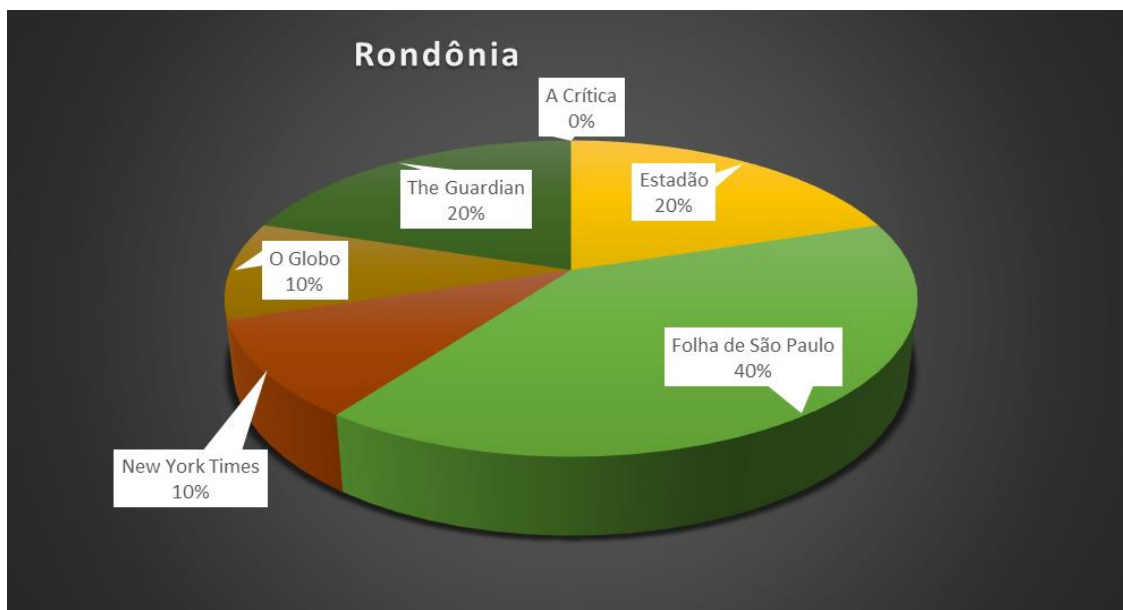


Gráfico 167 - Quadro comparativo da categoria Enfoque por estado (**Rondônia**), por jornal pesquisado

Fonte: do autor (2020)

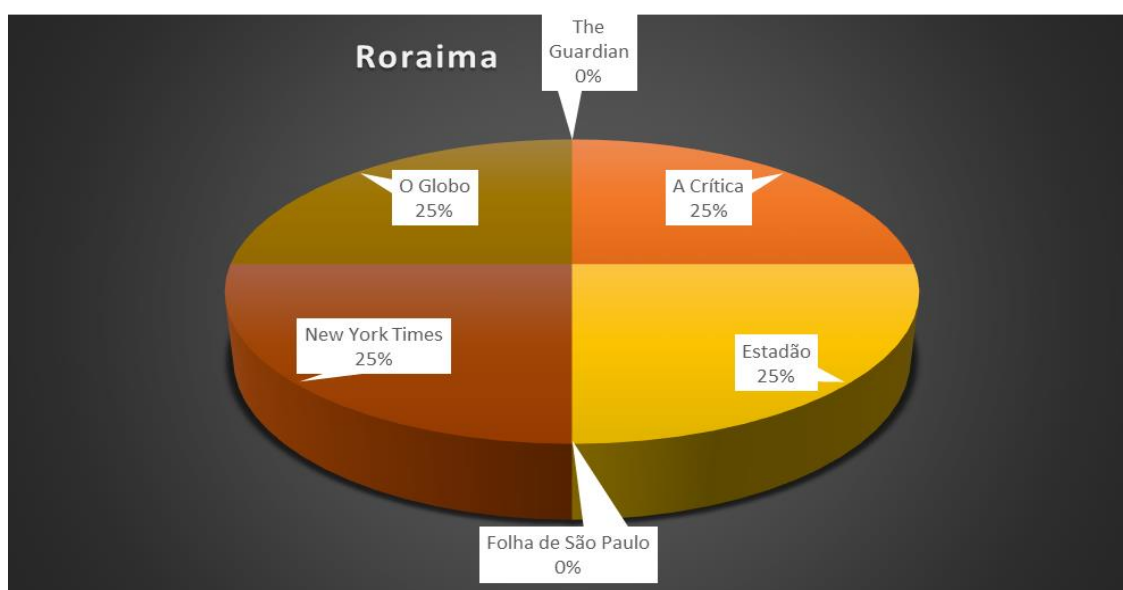


Gráfico 168 - Quadro comparativo da categoria Enfoque por estado (**Roraima**) por jornal pesquisado

Fonte: do autor (2020)

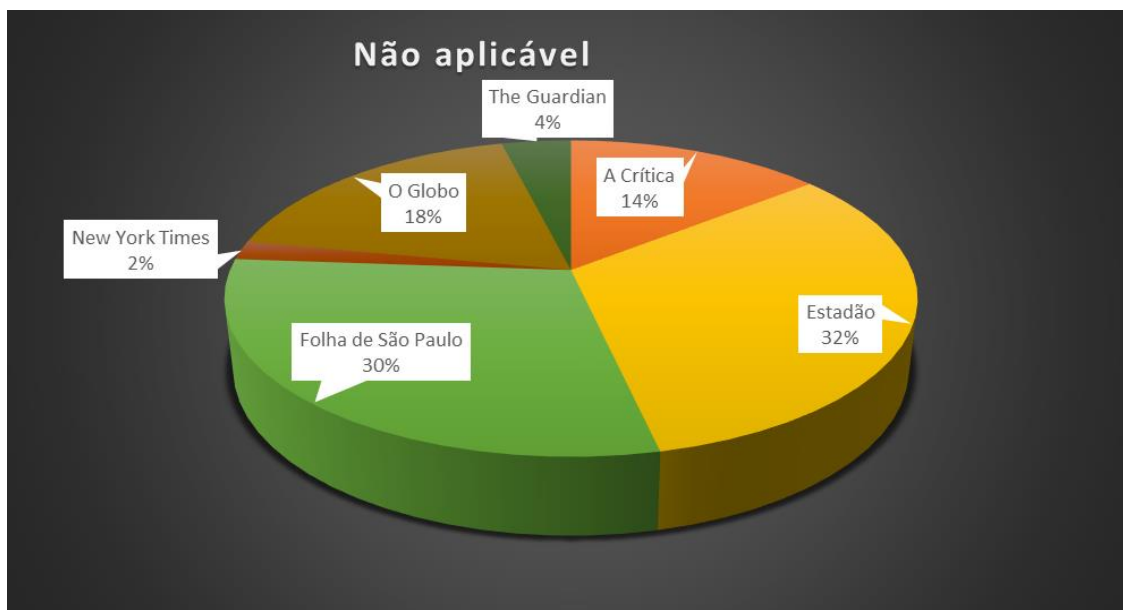


Gráfico 169 - Quadro comparativo da categoria Enfoque por estado (**Não aplicável**), por jornal pesquisado

Fonte: do autor (2020)

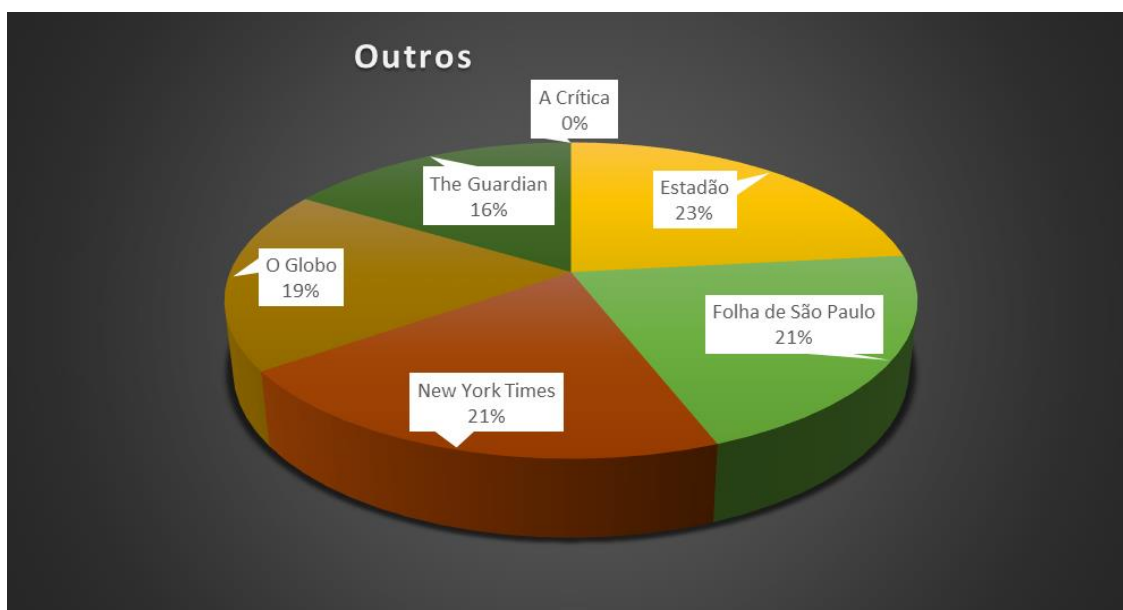


Gráfico 170 - Quadro comparativo da categoria Enfoque por estado (**Outros**), por jornal pesquisado

Fonte: do autor (2020)

Anexo IX

Item Temáticas abordadas

Campo Discursivo Ambiental

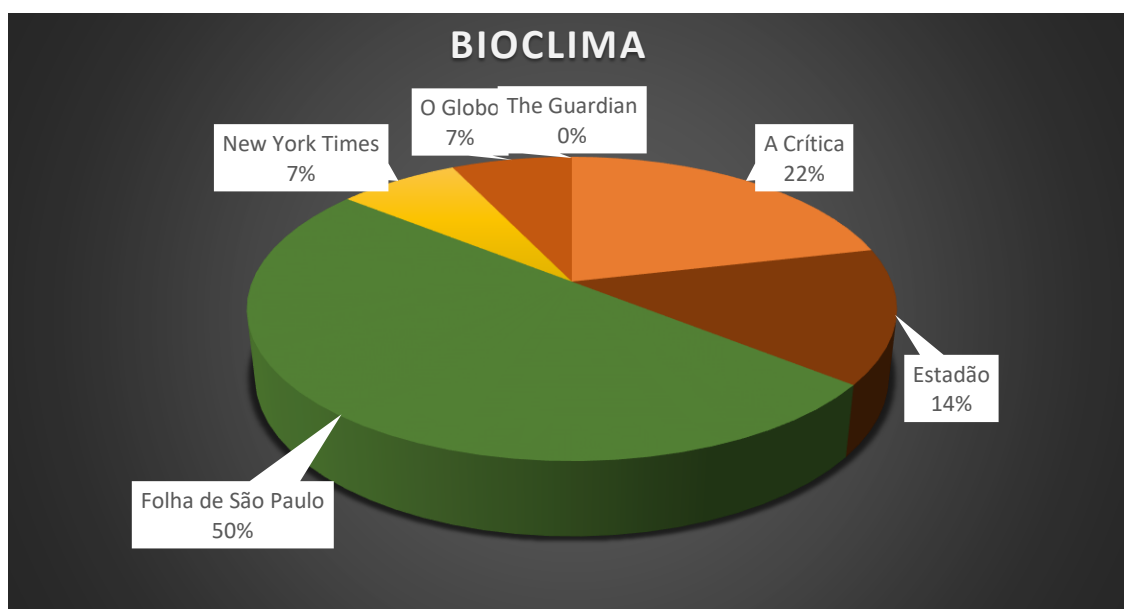


Gráfico 171 - Comparativo categoria Temática do item, **Bioclima**, por jornal pesquisado
Fonte: do autor (2020)

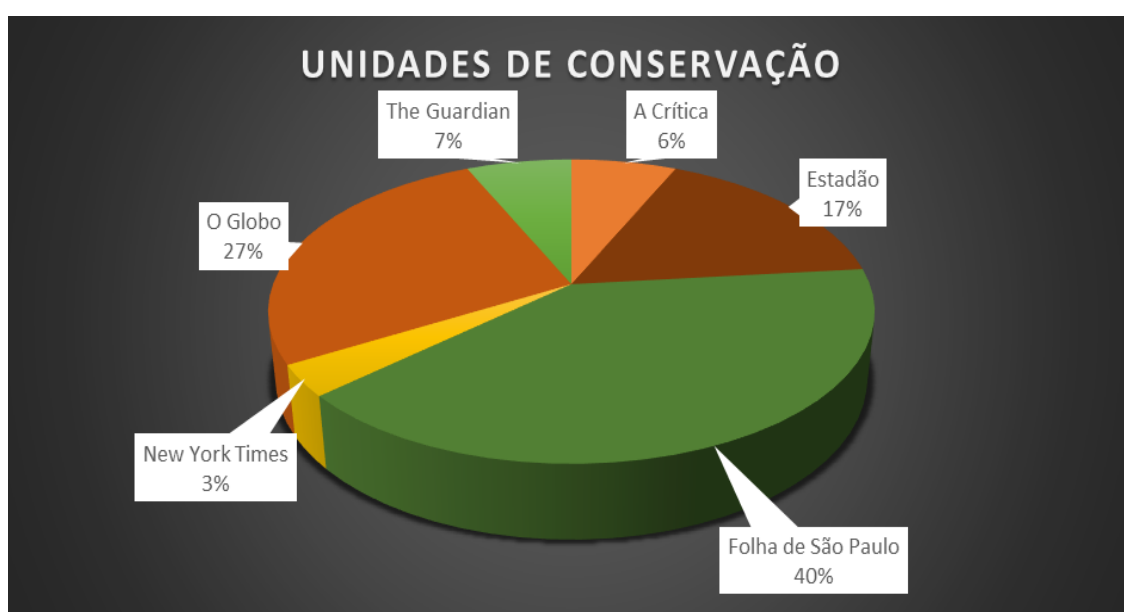


Gráfico 172 - Comparativo categoria Temática do item **Unidades de Conservação**, por jornal pesquisado

Fonte: do autor (2020)

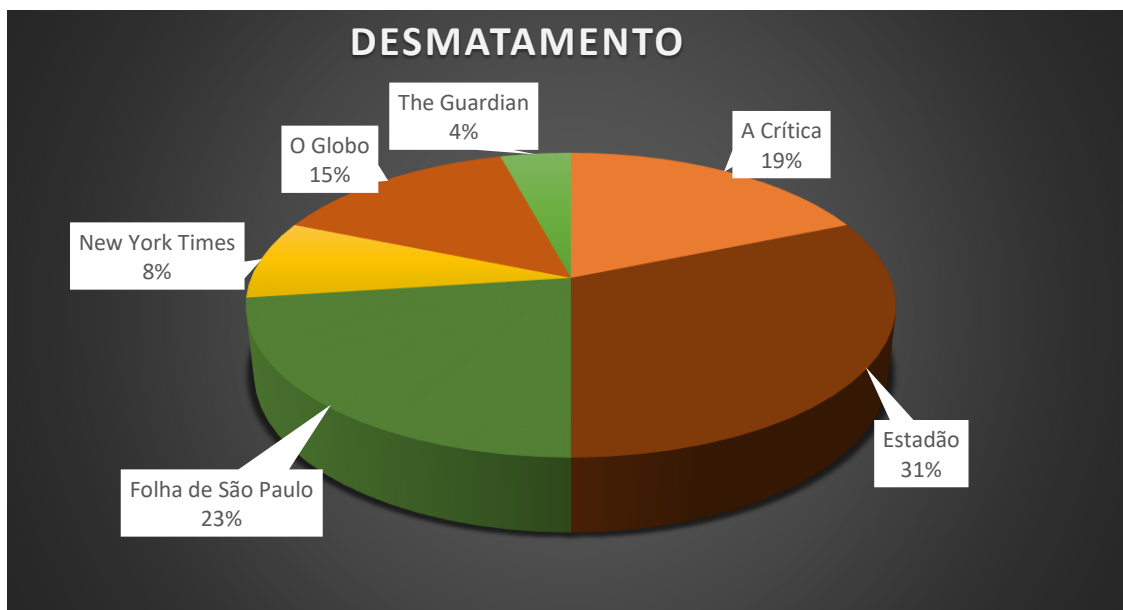


Gráfico 173 - Comparativo categoria Temática do item **Desmatamento**, por jornal pesquisado
Fonte: do autor (2020)

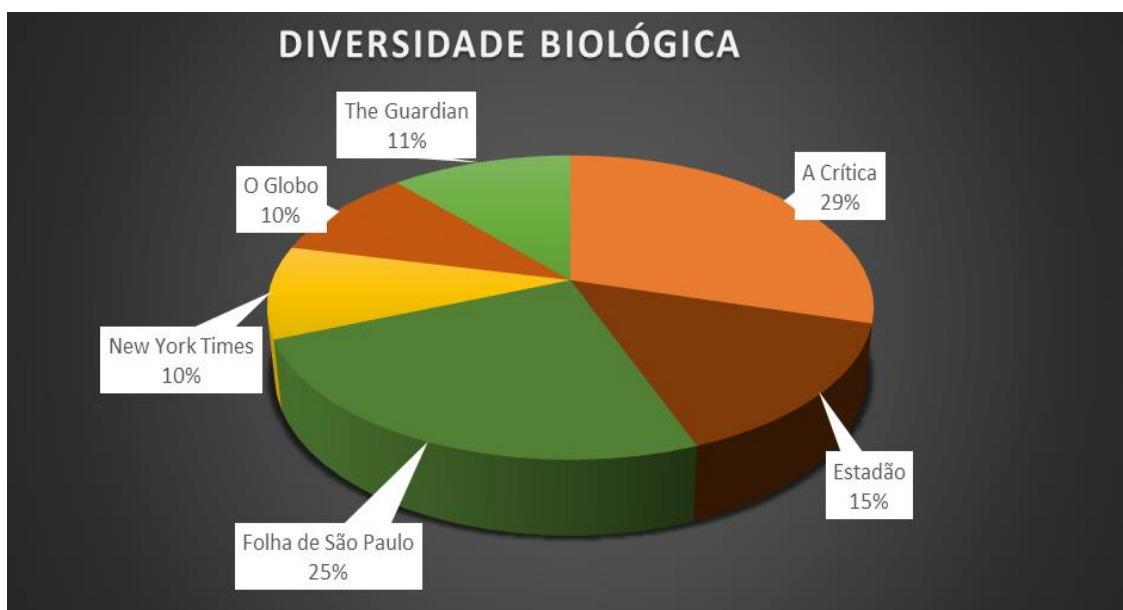


Gráfico 174 - Comparativo categoria Temática do item **Diversidade Biológica**, por jornal pesquisado

Fonte: do autor (2020)

Campo Discursivo Econômico

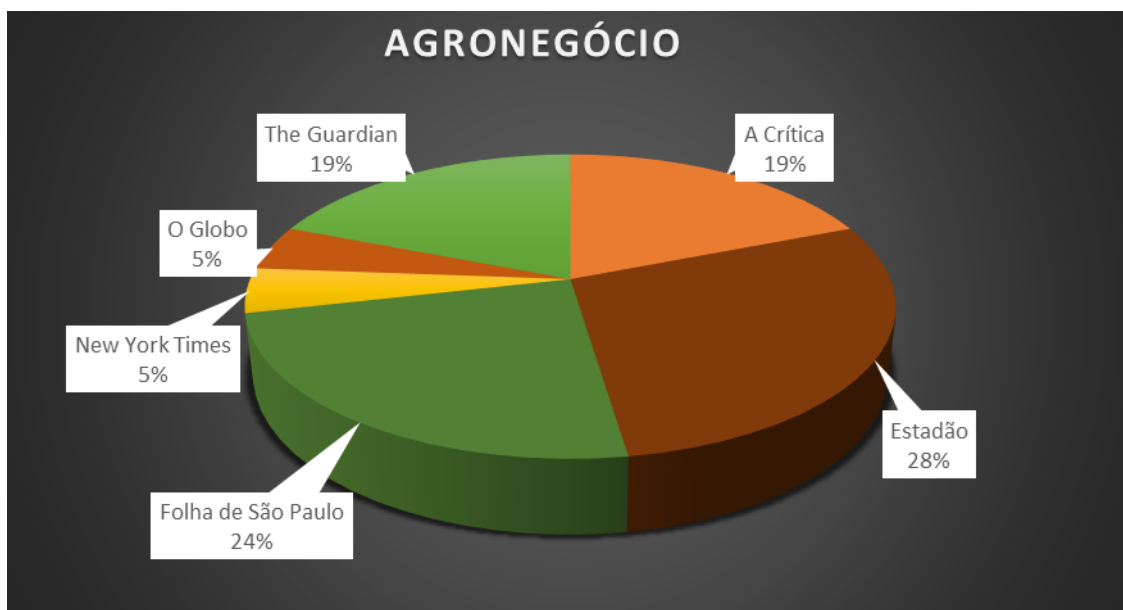


Gráfico 175 - Comparativo categoria Temática do item **Agronegócio**, por jornal pesquisado
Fonte: do autor (2020)

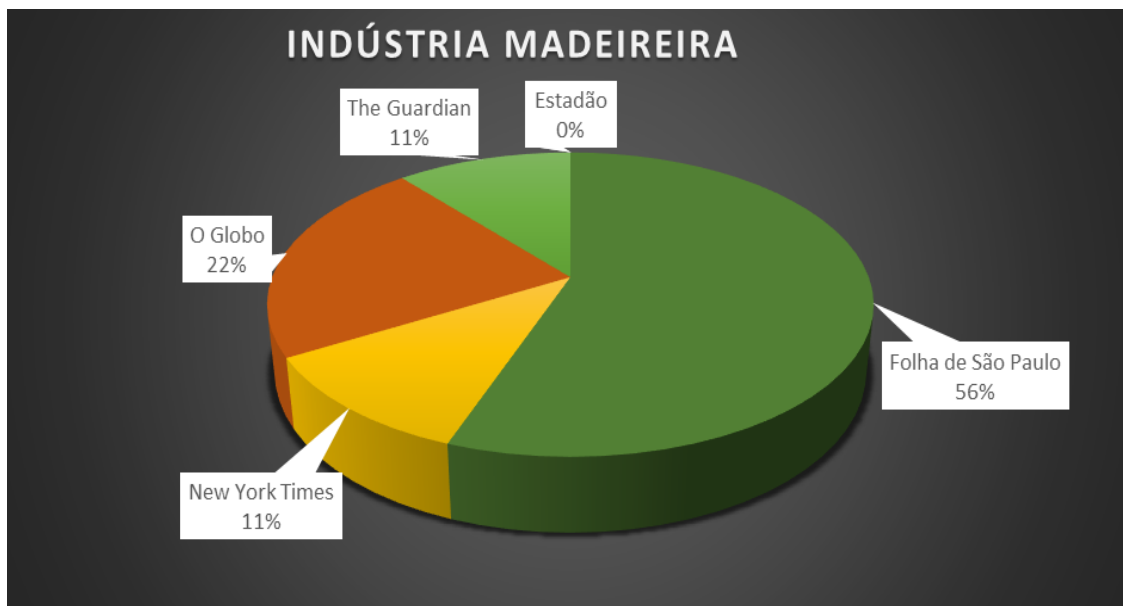


Gráfico 176 - Comparativo categoria Temática do item, **Indústria Madeireira** por jornal pesquisado

Fonte: do autor (2020)

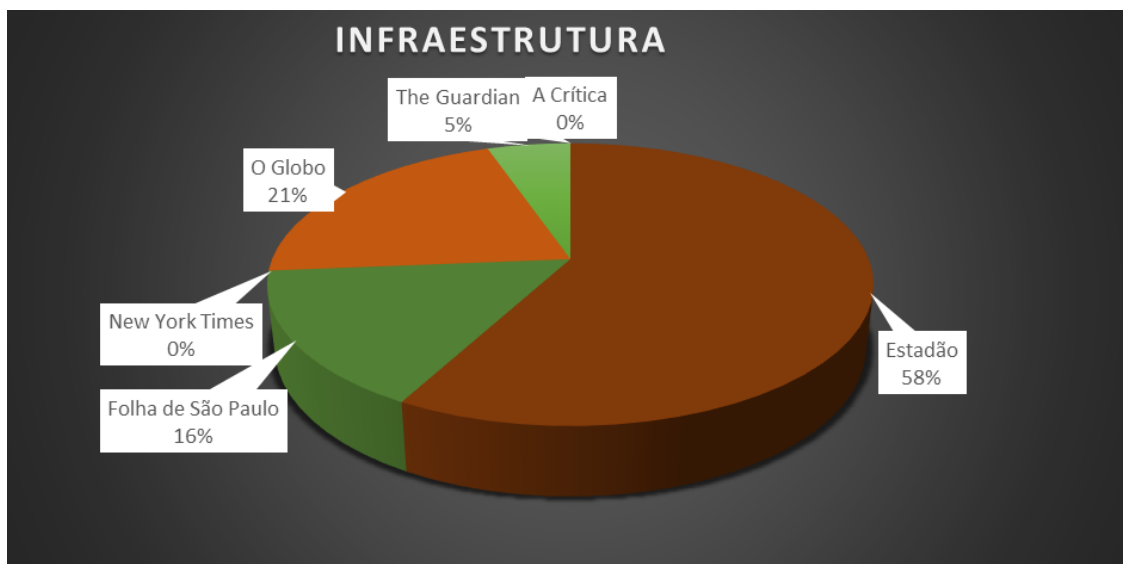


Gráfico 177 - Comparativo categoria Temática do item **Infraestrutura**, por jornal pesquisado
Fonte: do autor (2020)



Gráfico 178 - Comparativo categoria Temática do item **Mineração**, por jornal pesquisado
Fonte: do autor (2020)

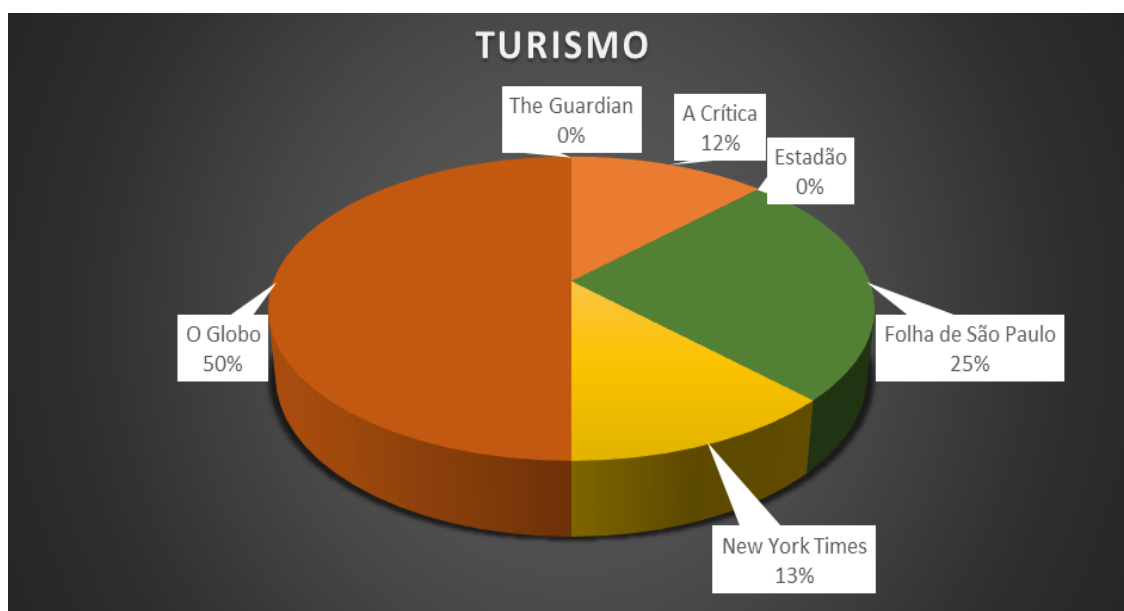


Gráfico 179 - Comparativo categoria Temática do item **Turismo**, por jornal pesquisado
 Fonte: do autor (2020)

Campo Discursivo Governança

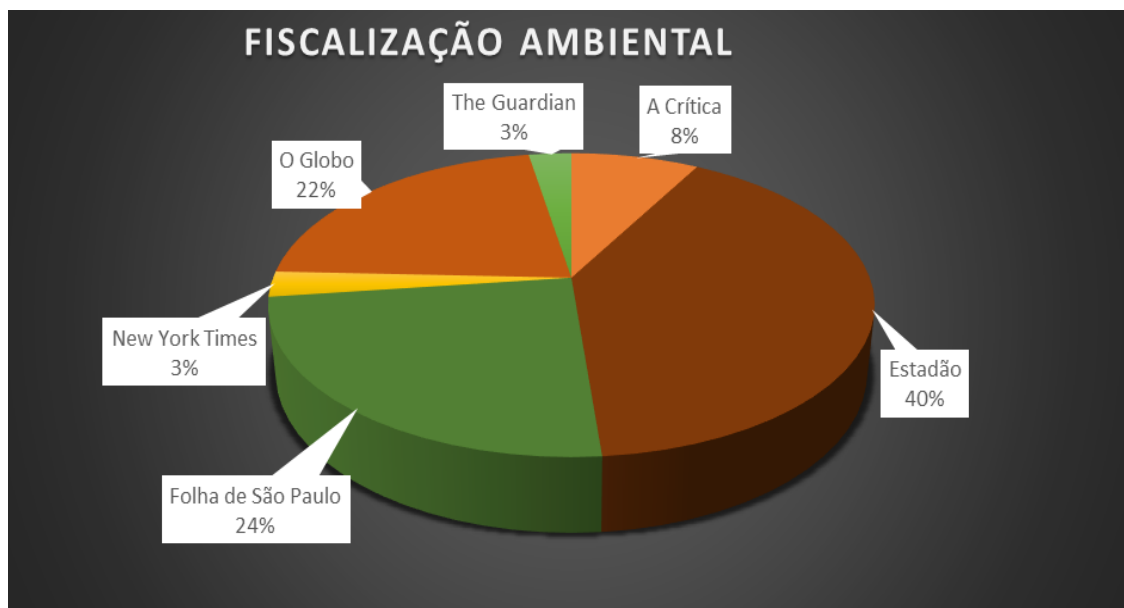


Gráfico 180 - Comparativo categoria Temática do item **Fiscalização Ambiental**, por jornal pesquisado

Fonte: do autor (2020)

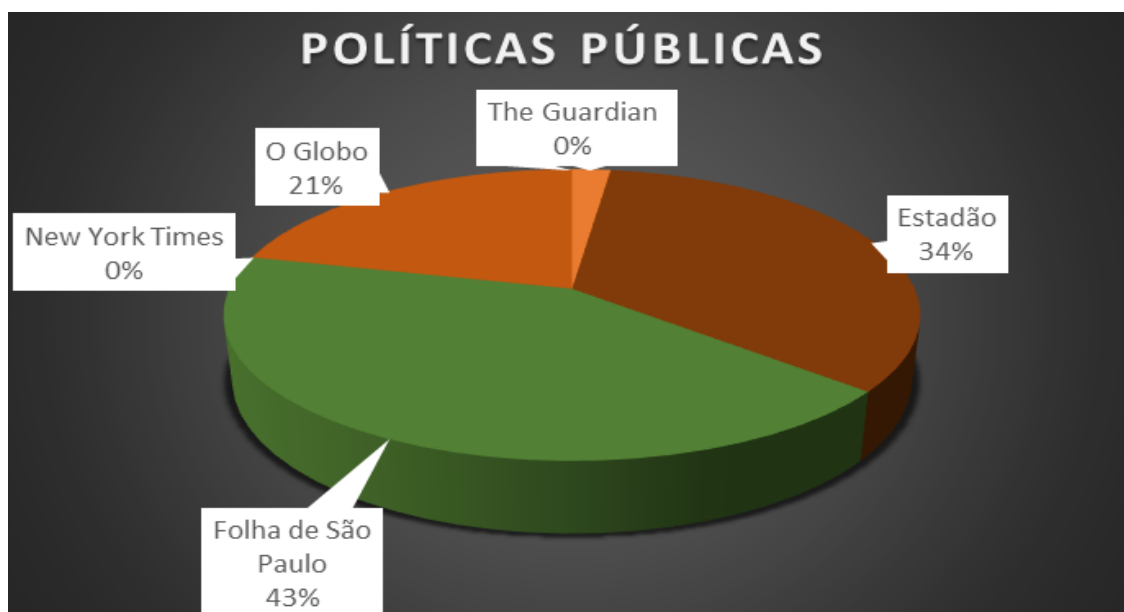


Gráfico 181 - Comparativo categoria Temática do item **Políticas Públicas**, por jornal pesquisado

Fonte: do autor (2020)



Gráfico 182 - Comparativo categoria Temática do item **Três poderes**, por jornal pesquisado
Fonte: do autor (2020)

Campo Discursivo Relações Socioambientais

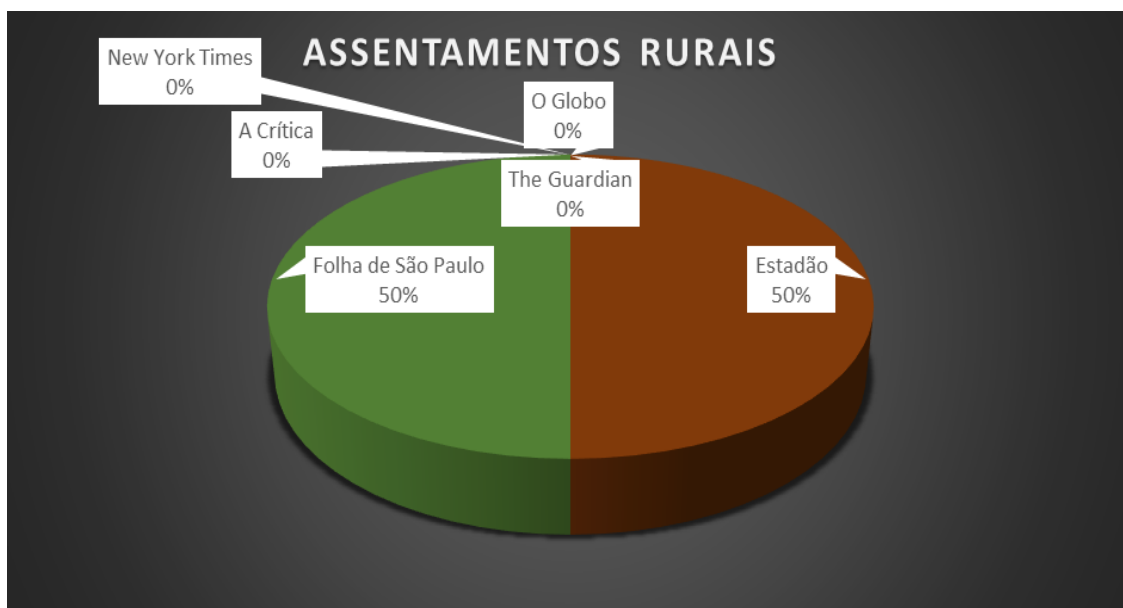


Gráfico 183 - Comparativo categoria Temática do item **Assentamentos rurais**, por jornal pesquisado

Fonte: do autor (2020)

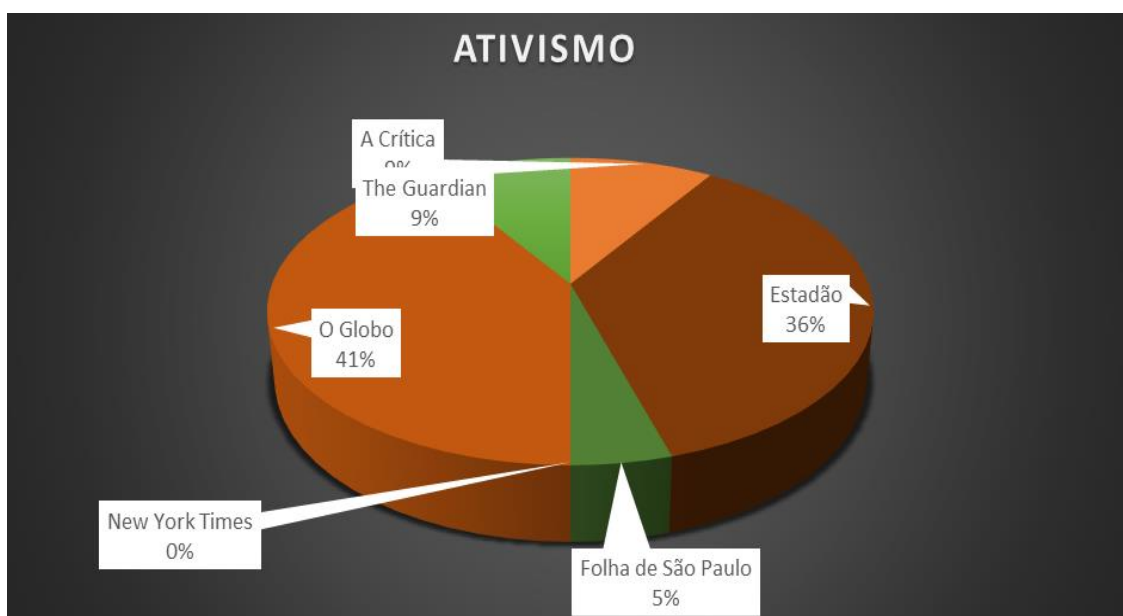


Gráfico 184 - Comparativo categoria Temática do item **Ativismo**, por jornal pesquisado

Fonte: do autor (2020)



Gráfico 185 - Comparativo categoria Temática do item **Conflitos**, por jornal pesquisado
Fonte: do autor (2020)

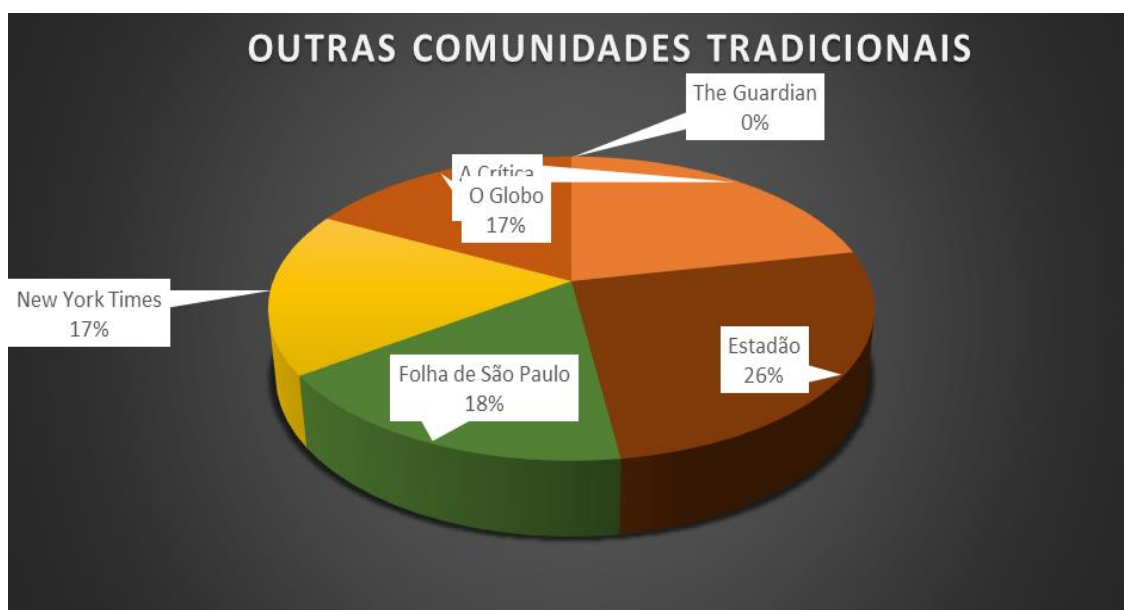


Gráfico 186 - Comparativo categoria Temática do item, **Outras comunidades tradicionais**, por jornal pesquisado

Fonte: do autor (2020)

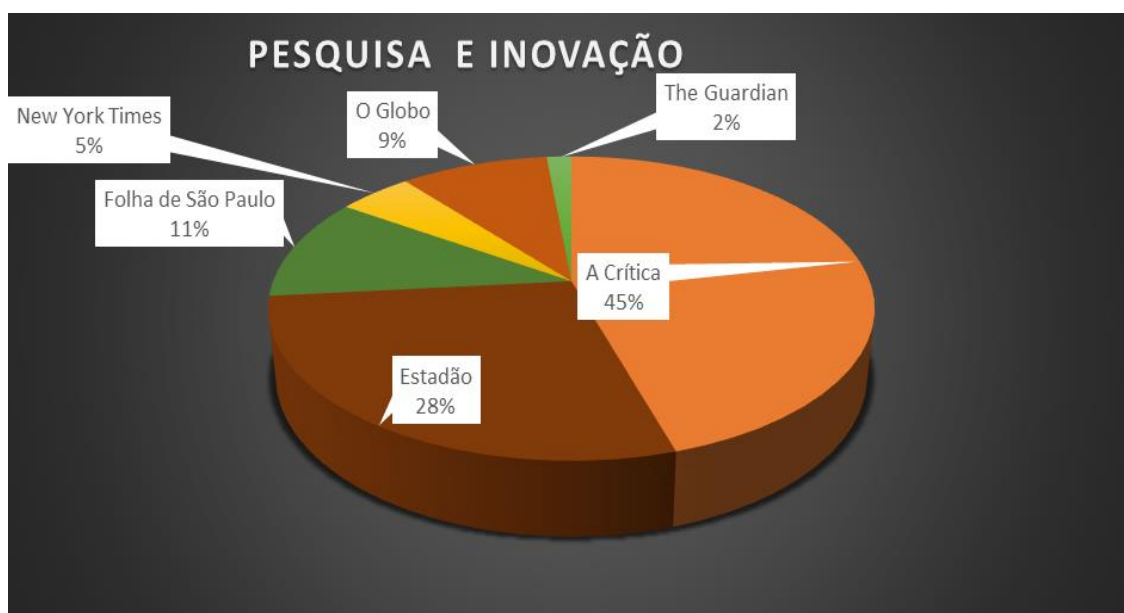


Gráfico 187 - Comparativo categoria Temática do item, **Pesquisa e Inovação**, por jornal pesquisado

Fonte: do autor (2020)

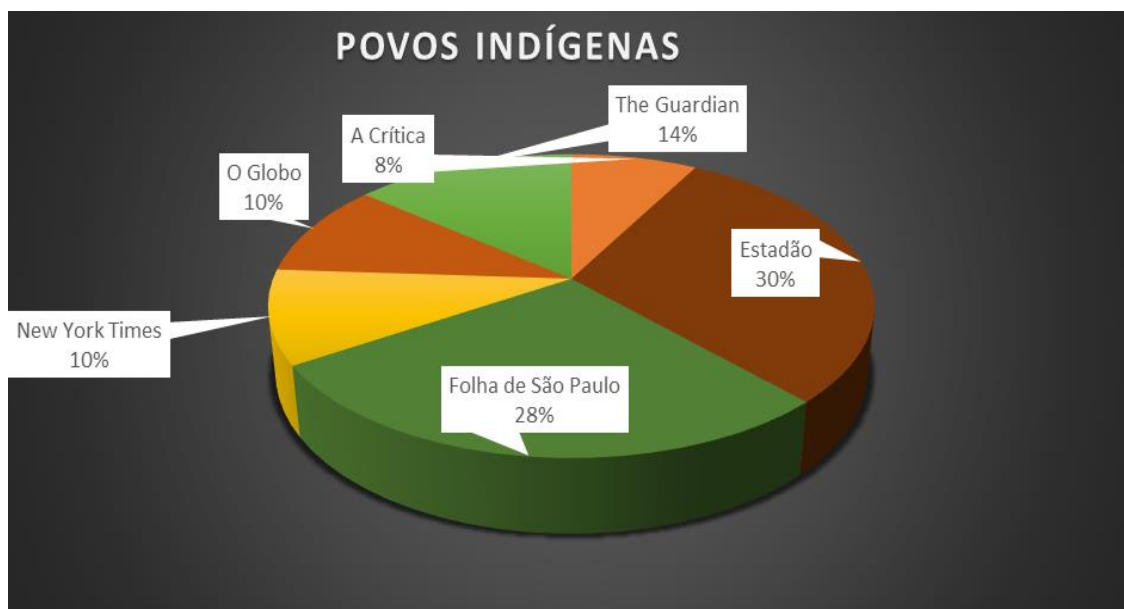


Gráfico 188 - Comparativo categoria Temática do item, **Povos Indígenas**, por jornal pesquisado

Fonte: do autor (2020)